



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA**

MARIANA ANDRADE GOMES

**ESCRITAS CÔMICAS CABO-VERDIANAS DOS SÉCULOS XX E XXI:
DAS NARRATIVAS DE MESTIÇAGEM AO RISO POLÍTICO EM GERMANO
ALMEIDA E MÁRIO LÚCIO SOUSA**

Salvador
2018

MARIANA ANDRADE GOMES

**ESCRITAS CÔMICAS CABO-VERDIANAS DOS SÉCULOS XX E XXI:
DAS NARRATIVAS DE MESTIÇAGEM AO RISO POLÍTICO EM GERMANO
ALMEIDA E MÁRIO LÚCIO SOUSA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, como requisito final para obtenção do grau de Doutora em Literatura e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Maia Ribeiro
Coorientador: Prof. Dr. Amarino Oliveira de Queiroz

Salvador
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Andrade Gomes, Mariana

Escritas cômicas cabo-verdianas dos séculos XX e XXI: das narrativas de mestiçagem ao riso político em Germano Almeida e Mário Lúcio Sousa. / Mariana Andrade Gomes. -- Salvador, 2018.

310 f. : il

Orientadora: Maria de Fátima Maia Ribeiro.

Coorientador: Amarino Oliveira de Queiroz.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2018.

1. Narrativas Escritas de Cabo Verde. 2. Riso. 3. Raça. 4. Classe. 5. Gênero. I. Maia Ribeiro, Maria de Fátima. II. Oliveira de Queiroz, Amarino. III. Título.

MARIANA ANDRADE GOMES

**ESCRITAS CÔMICAS CABO-VERDIANAS DOS SÉCULOS XX E XXI:
DAS NARRATIVAS DE MISTIÇAGEM AO RISO POLÍTICO EM GERMANO
ALMEIDA E MÁRIO LÚCIO SOUSA**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora em Literatura e Cultura pelo Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

Maria de Fátima Maia Ribeiro – Orientadora _____

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia, Brasil.
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Amarino Oliveira de Queiroz – Coorientador _____

Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pernambuco, Brasil.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Denise Carrascosa França – Examinadora _____

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia, Brasil.
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Alba Valéria Tinoco Alves – Examinadora _____

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia, Brasil.
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

José Henrique Freitas Santos – Examinador _____

Doutor em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia, Brasil.
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

A todas as energias ancestrais que me guiam, pela força, pelo carinho, pela proteção, pela certeza que
nunca me desvia.

Pelo amor, cumplicidade, parceria e dedicação indescritíveis do meu amado Renato; união forjada na
alegria tranquila.

Aos meus pais Ducarmo e Zé Carlos por serem fonte de amor que nunca seca.
A todas as mulheres da minha família, pelos exemplos, pela força e pela proteção.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos deveriam ser mais extensos do que o texto da tese porque muitas mãos, sorrisos e abraços tornaram esse processo possível.

Primeiramente, agradeço às forças que me guiam, me protegem e me inspiram. Energias ancestrais que não me deixam desviar, não me permitem desistir.

Sou muito grata por todo o apoio que minha orientadora, Professora Maria de Fátima Ribeiro, dispensou-me ao longo desses quatro anos. Desde os momentos iniciais da pesquisa e estadia em outro estado até a conclusão deste estudo. Nossas conversas, reuniões, sugestões preciosíssimas, empréstimos generosos de livros e aprendizados são fundamentais para a realização dessa pesquisa e da minha formação enquanto docente. Auxílio, afeto e acolhimento que também se estendem à Tati, Maria, Kelly, Daniel e Tommy em todas as tardes divertidas e deliciosas que compartilhamos.

Ponto também a participação de meu coorientador, Professor Amarino Queiroz, com seus direcionamentos, leituras atentas e sugestões mais que produtivas. Sua disponibilidade, generosidade e dedicação ficam guardadas em mim como exemplos a serem seguidos.

Agradeço à FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – pela bolsa que contribuiu para a realização dessa pesquisa.

O fomento às instituições de ensino público federais, no meu caso as universidades da Bahia e de Pernambuco, efetivado durante os governos da(o) presidenta(e) legítima(o) Dilma e Lula afetou diretamente minha vida acadêmica, seja nos financiamentos de pesquisa desde a graduação até o doutorado, seja nas condições estruturais de ensino, como melhoria nos centros nos quais estudei, para citar apenas os benefícios mais básicos a que tive acesso. Por esses e outros motivos, explico meus sentimentos de gratidão e respeito, que também se traduzem em desejos esperançosos de tempos melhores e mais justos.

Agradeço às docentes do PPPGLitCult Alvanita Almeida, Denise Carrascosa e Florentina Souza pelas importantes contribuições/inquietações teórico-metodológicas surgidas em disciplinas e palestras, às(ao) coordenadoras(or) do programa, professoras Alvanita Almeida, Rachel Esteves e professor Márcio Muniz, por sempre se disponibilizarem a colaborar desde a seleção até a elaboração de documentos e outras questões burocráticas facilitadas por seus gestos de generosidade. Aos professores Henrique Freitas e Sandro Ornellas pelo estímulo para o desenvolvimento da pesquisa demonstrado desde a entrevista de seleção e no caso do prof. Freitas, ratificado nas sugestões da banca de qualificação. A leitura

atenta e rigorosa do prof. Henrique, bem como suas proposições acerca de epistemologias africanas e afro-brasileiras, sua disciplina e compromisso com os estudos africanos e negro-brasileiros consolidam em mim um importante paradigma enquanto docente e pesquisadora. Sua análise desta tese muito me estimula e instiga; é muito importante e reconfortante este tipo de retorno crítico traduzido como diálogo construtivo-afetivo. Meus amistosos e admirados agradecimentos. As indicações da professora Alba Valéria também foram extremamente profícuas, meu sincero agradecimento. Professora Denise Carrascosa em seus exemplos de engajamento e disponibilidade proativa de enfrentamentos e mobilizações muito me influenciaram na escrita e na concepção desta tese. Seu afeto justo e sua luta árdua ficam registradas em mim com terna admiração. Pontuo também o sentimento de gratidão e sincero pedido de desculpas aos secretários Thiago Rodrigues e Ricardo Luiz por todas as cansativas e laboriosas ligações de pedidos de auxílio burocrático sempre atendidos com gentileza e atenção.

Registro aqui e onde mais puder verbalizar, meu eterno sentimento de gratidão a duas famílias que nos acolheram durante a estadia em Salvador, na figura de Dona Maria das Graças, Sr. Florisvaldo, Florisvaldo Neto, Beto, Ísis, Roque, Gildo, Sandra, Sarah, Cláudia, Balbino, Fabiana, Akin e Imani apoio e carinho que fazem meu coração bater mais forte de saudades. Minha gratidão pela matriarca me faz transbordar, não tenho como retribuir por tudo o que a senhora faz por mim e por Renato. Seus exemplos de humildade, responsabilidade, respeito, dedicação e doação seguem comigo para sempre. Para mim, sua admirável sabedoria se expressa constantemente através de sua venerável modéstia. É um grande alento saber a quem posso recorrer em momentos de tristeza e compartilhar verdadeiramente as alegrias e conquistas. E a Paulo, Luciene, Jamille, Cecília, Dona Glória, Sr. Zequinha, pessoas diretamente responsáveis por possibilitar a participação nas etapas da seleção, nos recebendo como filhos e irmãos e por quem nutro sincero, profundo e saudoso apreço, no reconhecimento intenso do papel fundamental para o desenvolvimento de meu curso de doutorado. Sinto-me uma pessoa honrada por ter podido partilhar de seu carinho.

As amigadas surgidas nas disciplinas e reuniões de pesquisa serão levadas para o resto da vida e duas pessoas são essenciais para tornar a solidão e medo menos pesados; Mel Adún e Vérciah Gonçalves são os tesouros que o PPGLitCult me rendeu. Um encontro de sincera, espontânea e duradora irmandade, a alegria dourada dos dias cinzas. Outras preciosidades também fazem parte dessa caminhada como Cristian Sales, Luciana Reis, Tatiane Almeida, Dinameire Rios, Livia Sousa, Jusiele Oliveira, Alex França (companheiro e apoio em vários perrengues, solícito e atencioso, um caro amigo), Bruno Emanuel (o acalento da

ancestralidade nos momentos de dúvidas), Rafael Alves, Rodrigo Cunha, Jádison Coelho. Que a alegria, a partilha e os afetos de nossos encontros perdurem, como já está acontecendo, para além dos muros da UFBA.

Durante a graduação em Letras na UFPE, o exemplo da professora Lucila Nogueira (*in memoriam*) marcou minha trajetória por sua confiança em mim, por enxergar o que nem eu compreendia, por ter me apresentado à carreira de pesquisadora, sempre me estimulando a procurar, questionar, fugir dos lugares comuns e dos elogios falsos. Uma mulher lúcida e sábia, uma espécie de mãe sempre disposta a ajudar suas(seus) alunas(os). Agradeço também às professoras Ermelinda Ferreira e Maria do Carmo Nino, docentes generosas e atentas, com seus modos particulares e afetivos de conduzir o ensino e a pesquisa; aos professores Aldo de Lima, Alexandre Maia e Marlon Barros, pelo carinho constantemente demonstrado mesmo depois de tantos anos passados da graduação. À (então) doutoranda do PGLetras Fabiana Campos, pelas trocas, gentileza e disponibilidade ao repassar materiais para minha pesquisa.

Agradeço às amigadas surgidas na graduação e no mestrado e confirmadas pelo tempo Aroma Bandeira, Márcia Laranjeira, Wanessa Loyo, Joane Luz, Rafaela Cruz, Mauro Mendes, Danilo Soares, Deyvid Souza, Álvaro Duarte, Carlos Eduardo Dias, Carlos André Carvalho, Rafael Dias, André Eduardo, Daniel Monteiro, Diomedes Oliveira. Para meus esteios nos piores e melhores momentos da academia Elissa Cabral e Gabriela Braga. Às minhas educandas Manuela Ferreira, Rosanna Patrícia e Luciana Fernandez por renovarem constantemente o significado e importância da docência para mim. Alcides Lopes (Tchida), em suas aulas de crioulo de Santo Antão, além da gentileza na disponibilização de textos e pesquisas sobre Cabo Verde, propiciou-me momentos singulares de contato com a língua e cultura de seu país, minha sincera gratidão. Ao meu querido e saudoso Rafael Calumby (*in memoriam*), educando, amigo e referência de resistência e coragem de luta na pesquisa e na vida.

Um dos muitos presentes que a Bahia me deu foi a proteção de Isabelle, Renato, Jandira e Cecília. É muito bom saber que não estou só. Minha profunda gratidão e amor por estarem presentes na minha vida.

Essa terra também me deu duas irmãs e um irmão, Angie, Polly e Guiller, com uma ligação que nem os laços sanguíneos superam. Amor fraternal traduzido em cumplicidade, cuidado e carinho diários e, mesmo na distância que nos separa, não fragiliza os elos fortemente entrelaçados pelo destino. São as pessoas que coloco no “Em caso de emergência contactar...”. É uma dádiva e uma honra ter a amizade e ajuda de vocês. É um amor tão

grande, tão intenso, que não consigo expressar nos agradecimentos. Esta tese também é dedicada a esse vínculo que possuímos.

Quando a família estava fisicamente longe e as madrugadas e os aperreios pareciam não terminar, as amigas de Mayana Barbosa, Sr. César, Viviam Caroline, Antônio Terra, Paula Santos, Ominirê e Guellwaar Adún amenizavam a saudade. Vilma Reis, vizinha, amiga e exemplo de força, determinação e trabalho pelo bem social e combate ao racismo, Fatime Samb, Lorena Marques, Dani Rosário, Dona Lindinalva Barbosa, Diana Cristina, Itamara Damásio, Professora Patrícia Godinho, mulheres fortes e obstinadas, presentes que as aulas e encontros no Pós-Afro me renderam, modelos do feminismo que acredito e defendo. Professora Patrícia em seu modelo de disciplina e dedicação muito me influencia e me alegra fazer parte de seus afetos. Professor Cláudio Furtado, uma presença sempre carinhosa e atenciosa, uma amizade sincera que muito me auxiliou na aquisição de livros raros como *A Morte de Meu Poeta*, e na tradução do resumo em crioulo juntamente à Professora Patrícia; minha gratidão eterna. Laura de Oliveira e Ricardo Sangiovanni, Ulrich Koffi, Danielson Santiago, Lucival Fraga, Francisco Ramallo, outras queridas e estimadas amigas surgidas nos aposentos do CEAO-UFBA. Era sempre bom poder bater na porta do vizinho-sócio Daniel Costa e desanuviar da vida. Viver no Dois de Julho durante esses quase três anos e conviver com essas pessoas incríveis foi uma das melhores e mais importantes experiências da minha vida. Também agradeço a hospitalidade, carinho e generosidade de Carol Ferreira, Suzana Monteiro, Luiz Carlos e Taís Oliveira, pessoas incríveis.

As amigas pernambucanas também são fundamentais e sou extremamente grata por poder contar com o carinho de Nathalia Ferreira, Jéssika Alves, Rodrigo Galvão, Diogo Durand, Luiza Durand, Pedro Germano, Lígia Gama. Danielle Felinto, Igor Pastl e Lígia, um outro braço de minha família. As visitas, os carinhos e os cuidados de Danilo Oliveira, Hugo Gonçalves e Celina Marinho, tanto em Salvador quanto em Recife nesse isolamento da escrita é um conforto renovador. A amizade e dedicação de Armando Silva também são aspectos muito importantes para mim, meu sentimento sincero de gratidão por todo seu empenho em me ajudar nos momentos mais difíceis.

O apoio, a sabedoria e os conselhos das(os) mais velhas(os), cronologicamente ou não, sempre são momentos de aprendizado os quais busco com assiduidade e reverência. Dentre essas pessoas e seus ensinamentos, o acalento que para mim já se inicia com a voz de James é uma experiência singular e edificante em toda conversa que temos. Meu respeito, admiração e gratidão por tudo o que tem feito, me ensinado e exemplificado na vida e no trabalho em

termos de superação, dedicação e determinação. Nosso pai deve constantemente se orgulhar pela dignidade e veneração desse filho tão querido.

Agradeço ao professor José Bento por ter me proporcionado os primeiros contatos com as culturas e literaturas dos países africanos. A relação de ensino que até hoje perdura nos exemplos de dedicação, humildade e disponibilidade demonstrados em sua prática docente que se estendem a convivência afetiva da amizade sincera e resistente que cultivamos. Sou imensamente grata e honrada por tudo o que senhor tem feito nesses anos todos por mim.

Professora Luiza Reis, amiga e referência de docência, determinação e empenho. A primeira professora negra do Departamento de História da UFPE. Sua presença, em conjunto com o Professor Bento, são exemplos de resistência e obstinação para educandas(os) e tantas(os) outras(os) que lutam pela equidade na academia. Meu respeito, carinho e orgulho por tudo que ela é e representa. Afeto que também se estende ao seu marido Ivan Santos (Nego Freeza), amigo nos melhores e piores momentos.

Na UFPE muitas forças me ajudam a caminhar pelo lado mais seguro e tranquilo, como Solange, Cláudia, Roberta, Luiza e Sr. João (*in memoriam*). Sem essas pessoas o percurso seria ainda mais sinuoso.

Agradeço à família que Renato me deu, Fátima Lemos, Carlos Pery, Carlos Alberto, Tia Teté (*in memoriam*), Catarina Gonçalves, e à renovação do amor em/por Tomaz, Thales e Théó. Sou muito grata em saber que vocês zelam por mim e que posso sempre contar com o amor e apoio de vocês. Um agradecimento mais do que especial para Seu Pery (*in memoriam*), meu sogro, meu amigo, que tanto se alegrava e torcia pelas minhas conquistas. A presença de seu carinho permanece para além desse mundo de materialidade.

Outras ajudas foram fundamentais para a pesquisa, como a gentileza e disponibilidade da escritora Ondina Ferreira, da professora Eliana Reis e do admirável pesquisador Ricardo Riso em me cederem livros para a elaboração da tese. A cordialidade e generosidade sempre demonstradas pela professora Simone Caputo, uma das principais precursoras dos estudos sobre as literaturas de Cabo Verde, sempre solícita e atenciosa em relação à minha pesquisa. Agradeço também aos professores Eidson Miguel e Kleyton Pereira pelas prestimosas contribuições bibliográficas.

Agradeço sobremaneira ao escritor Mário Lúcio Sousa e seu assessor Jorge Rui pela atenção e disponibilidade ao atenderem todas as minhas solicitações de entrevistas e responderem sempre de bom grado e celeremente minhas correspondências.

Falo muito em exemplo e modelo nestes agradecimentos e sobre a responsabilidade de assumir posicionamentos porque esses são alguns dos ensinamentos que minha família me deu: o comprometimento com o que acredito e defendo, bem como a importância das referências para a construção da nossa personalidade e dos nossos comportamentos. Sou muito grata e honrada de ter como tias mulheres tão fortes, tão generosas, humildes e protetoras como Tia Mazé, meu exemplo acadêmico, a primeira doutora da família, foi estudar sozinha no mestrado e doutorado em São Paulo e a especialização na Alemanha se tornando uma das principais pesquisadoras em sua área de estudos na Biologia; Tia Neném, advogada, ex-procuradora de Olinda e secretária da pasta de administração em Camaragibe; minha madrinha e Tia Keia (*in memoriam*), costureira como a minha avó, artista plástica incrível. Todos esses títulos não as tornam mais importantes para mim ou mensuram a admiração que tenho por elas, mas demonstram um pouco da capacidade, determinação e coragem que essas três mulheres negras, saídas de cidades distantes das metrópoles possuem. Assim como minhas tias, minha Vó Edmê (*in memoriam*) é, para mim, uma das pessoas mais resilientes que conheci, que me deu o carinho que não estava acostumada a receber da vida, que cuidou de suas filhas e de seus filhos como uma leoa, protegendo como sabia e como pôde, educando dentro da mais rígida disciplina sem deixar de ser justa e compreensiva. Minhas primas Paula, Anita e Manu, como continuidade dessa tradição de cuidado, admiração e carinho, mulheres igualmente fortes, que mesmo de maneira precoce, demonstraram possuir a fibra e obstinação que nos sustenta. Meu primo João, a forma mais linda de como o amor se expressa de maneiras não convencionais. Meus tios Adilson e Jaqueson (*in memoriam*), homens companheiros e pais respeitáveis. Meus primos Didico, Thiago e Jorgito, carinho sempre presente em minha infância e fundamental para minha adolescência. Minha mãe Ducarmo, que segue nesse trajeto como pilar de toda a família, fonte de sabedoria, generosidade e amor. Médica, contrariando até hoje o lugar que o racismo insiste em lhe enquadrar, exerce sua profissão com compromisso, dedicação e entusiasmo de modo digno e admirável. Sempre esteve comigo, mesmo quando eu não reconhecia isso, e a ela tento permanentemente seguir enquanto exemplo de fé, amor e engajamento, seja em relação ao trabalho, seja na defesa dos ideais. Minha irmã Júlia, com sua coragem, desapego e criatividade inquieta, uma artista, por quem nutro um amor e um cuidado indescritíveis. Minha prima-irmã-qualquer-coisa Danila, pela amizade, pelo carinho e apoio. Minha Tia Dá, Tia Nidinha, Tia Neide, Tia Neuza, Tia Elza, Tio Dé, Tio Dilson e Tio Miço, minhas primas Aninha, Alzirinha, Bia, Luciana e primos Rômulo, Nelsinho e Júnior, pelos afetos, pela atenção, gentileza e pelos exemplos de humildade, tranquilidade e fraternidade. Minha Vó

Alzira (*in memoriam*), a quem não consegui mostrar a tese pronta, mas que sempre torceu imensamente e da forma mais carinhosa e cuidadosa possível por mim. Um dos melhores abraços que tive o prazer e a honra de receber. O colo das minhas avós é para mim lugar de privilégio; ser acalentada por elas é ter certeza da sua proteção e amor sinceros. Meu pai Zé Carlos, agradecer ao meu pai, reconhecer sua importância por quem sou, pelas escolhas e ideologias que acredito, pelo apoio que me dá diariamente, pelo amor que temos, a cumplicidade construída desde sempre é algo que não cabe nesse texto. O gosto pelas letras, a atenção redobrada pela importância que cada palavra possui, é um dos legados que esse jornalista-poeta me repassa, seja nos bilhetinhos carinhosos das trivialidades, seja na revisão de meus textos e discussão de qualquer coisa escrita que passa pelas nossas mãos; o filtro de um leitor negro de família pobre, oriundas(os) de uma mãe sem letramento, me mostrou o que muitas(os) teóricas(os) optam por calar. Posso ter muitas conquistas na vida, mas meu principal anseio, o título que mais me esforço para merecer, é possuir a dignidade de ser reconhecida como “a filha de Zé” e “a filha da Doutora Ducarmo”. Outras pessoas não possuem laços sanguíneos, porém, são igualmente importantes para mim como Tio Sidney, meu tio mais que amado e admirado; Lúcia, Bete e Alda (*in memoriam*), mulheres que cuidaram e cuidam de mim até hoje.

O sentimento de gratidão é algo pequeno diante do que meu marido Renato representa em minha vida, acadêmica e afetiva – não que eu separe as duas. As melhores ideias, as melhores leituras, os melhores conselhos, os melhores abraços e os mais efetivos consolos sempre surgiram dele. A estrada é sinuosa e muito distante quando a companhia não é tão presente e dedicada. A cumplicidade é o tom maior de nosso amor e sem esse afeto constante sei que não conseguiria chegar à metade desse trajeto – que ainda está longe do fim. Afeto que se estende à Berta e Brigitti, duas companhias caninas inseparáveis dessa caminhada, cujas presenças são imensamente reconfortantes nos momentos da escrita.

Dedico esta tese a todo amor e proteção que recebi e recebo, às forças que me sustentam.

*“[...] Vem do Gana, não se engana/ Diverge de
Verger/ Do meu sotaque de araque/ Dos almanaques,
Mulher da Costa?/ Que é que não gostas por lá?
Falei sério: império Ashanti/ Elefante e Baobá...
Todo meu papo maçante/ Nada que adiante contar
pra Que, Mulher da Costa?/ Que é que não gostas por
lá?
E a Mulher da Costa abriu uma coca-cola, exibiu um
sorriso de ironia e disse:
– Pra fábrica categórica/ Folclórica, geométrica/
Eurocêntrica e retórica/A África é periférica
Pré-Histórica, histórica/ Colérica e alegórica/
Tétrica, rica e pindérica/ A África é fantasmagórica A
África é só teórica/ Quem prática a África? A África é
só teórica/ Onde fica a África?/ A África é só teórica /
Quem prática a África é só teórica/ Onde fica a
África? [...]”
 (“Mulher da costa”, Aláfia, 2013)*

*“O discurso não vence o canhão, mas convence quem
aperta o botão.”
 (“Não há de ser em vão”, Fred Caju, 2015)*

GOMES, Mariana Andrade. **Escritas cômicas cabo-verdianas dos séculos XX e XXI: das narrativas de mestiçagem ao riso político em Germano Almeida e Mário Lúcio Sousa.** 310 fl. il. 2018. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

Não necessariamente engraçado, tampouco apenas entorpecedor, muito menos exposto de forma instintiva ou irracional, o riso pode ser compreendido e utilizado por/sob vários aspectos, mas nesta tese ele é lido em seu viés político-ideológico. Sob esta perspectiva, a abordagem adotada pelo presente estudo interpreta o cômico em sua implicação e responsabilidade social, assim como preconiza Wole Soyinka (1988), ao defini-lo, também, enquanto recurso de conscientização e enfrentamento das estruturas de opressão. Complementarmente, o risível é discutido a partir de sua ambivalência, assentindo com as reflexões propostas por Bakhtin (1999), ao analisar como seu emprego pode implicar posicionamentos que defendem e/ou questionam determinados ideais. Para identificar e examinar as reivindicações ideológicas expressadas por meio da plataforma literária em Cabo Verde foram pontuadas, enquanto recursos teórico-metodológicos, considerações acerca dos legados de escritores atuantes no periódico *Claridade* (1936-1966) em suas proposições sobre a mestiçagem enquanto identidade nacional que, supostamente, promove a fusão das categorias sociais de raça, classe e gênero. A partir das rupturas e continuidades da herança claridosa, cuja produção tornou-se paradigmática no cenário literário do arquipélago, investiguei, através de um breve panorama de textos escritos por intelectuais na conjuntura das ilhas, no período concomitante e posterior à independência, como as questões relacionadas a classe, gênero e raça são trabalhadas por meio da utilização do riso de modo a verificar padrões, desvios e tendências. Neste sentido, as leituras críticas das quatro obras: o conto “O Visto” (2010), de Ondina Ferreira, a crônica “Markito com K” (1987), de Filinto Elísio Silva, a narrativa juvenil *Cinco balas contra a América* (2008), de Jorge Araújo, e a narrativa longa *O eleito do sol* (1992), de Arménio Vieira, também confluem para averiguar a operacionalização da comicidade nessas narrativas como forma de complementar lacunas teóricas oriundas do arcabouço maioritariamente calcado em pesquisas e pesquisadoras(es) de/sobre a Europa e Ocidente (como as teorias de Linda Hutcheon (2000), Mikhail Bakhtin (1999) e Daniel Cottom (1989)). Embasado nessas ponderações, este trabalho investiga o uso do riso em três narrativas cabo-verdianas contemporâneas, *O Meu Poeta* ([1990],1992a) e *A Morte do Meu Poeta* (1998b), de Germano Almeida, e *Biografia do Língua* (2015), de Mário Lúcio Sousa, para problematizar como esses livros utilizam a risibilidade no tratamento das demandas e categorizações acerca da raça, etnia, gênero e classe no contexto do país. Os dois escritores possuem grande projeção nacional e internacional, transitando em diversos espaços da vida artística e pública, mais notadamente, em suas atuações enquanto criadores literários e deputados eleitos. Dessa forma, espera-se poder contribuir para a bibliografia referente às investigações sobre a(s) literatura(s) produzida(s) em Cabo Verde, bem como para os estudos acerca do cômico nas escritas africanas em língua portuguesa.

Palavras-chave: Narrativas Escritas de Cabo Verde. Riso. Raça. Classe. Gênero.

GOMES, Mariana Andrade. **Scruta cómica di Kabu Verde di séculos XX e XXI**: di narrativas di mestisajen a risu polítiku na trabadjus di Germano Almeida e di Mário Lúcio Sousa. 310 fl. il. 2018. Teze (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

REZUMU

Nau nesesariamentu engrasadu, seker apenas entorpecedor, mutu menus spostu di forma intuitivu y irasional, risu podi ser konprendidu y uzadu di varius aspetu, mas nes teze el é ledu na si viés polítiku-ideolójiku. Nes perspetiva, abordajen adotadu nes studu ta interpreta cómico na se implikason y responsabilidadi susial, conforme prekoniza Wole Soyinka (1988), ki defini-l tanbe enkuantu rekursu di konsientizason y di enfrenta struturas di oprison. Pa konplementa es abordajen, es teze ta diskute o risível a partir di si anivalensia, di akordu ku reflexoins prupostu pa Bakhtin (1999), ki analiza forma komu si uzu pode implika pozisionamentus ki ta defende o kestiona determinadus ideais. Pa identifika y izamina revendikasoins ideolójiku spresadu na Kabu Verde atraves di plataforma literáriu, foi pontuadu, enkuantu rekursu teóricu y metodolójiku, konsiderasoins sobre legadu di skritoris ki atuaba na períodu di Klaridadi (1936-1966) na ses prupuzison sobre mestisajen enkuantu identidadi nasiunal ki, supostamenti, promove fuzon di kategorias sosial di rasa, klase y jéneru. A partir di ruturas y kontinuidadi di eransa klaridoza, ki si pruduson torna paradigimátiku na senáriu literáriu di arkipelágu, N investiga, atraves di un breve panorama di testus skritu pa intelektual na konjuntura di ilias, na períodu concomitante y posterior a independensia, forma komu kistoins relasionadu ku klase, jéneru y rasa foi trabadjabu atraves di utilizason di rizu di manera a verifika padron, desviu y tendensias. Nes sentidu leitura krítika di kuartu obra, kontu “O Visto” (2010), di Ondina Ferreira, krónika “Markito com K” (1987), di Filinto Elísio Silva, narativa juvenil *Cinco balas contra a América* (2008), di Jorge Araújo y narativa longu *O eleito do sol* (1992), di Arménio Vieira, tanbe ta konflui pa averigua operacionalizason di comicidade na es narativa komu forma di konplementa lakunas teóricu di un arcabouço maioritariamente kalkadu na peskizas y peskizadoras di/sobre Europa y Osidenti (sima teorias di Linda Hutcheon (2000), Mikhail Bakhtin (1999) y Daniel Cottom (1989). Ku baze na es ponderason, es trabadju investiga uzu di rizu na tres narativa kabuverdianu kontenporaneu, *O Meu Poeta* ([1990],1992a), *A Morte do Meu Poeta* (1998b), di Germano Almeida, y *Biografia do Língua* (2015), di Mário Lúcio Sousa, pa problematiza forma komu es livrus ta uza risibilidade na tratamentu di demandas y kategorisazon sobri rasa, etnia y jéneru na kontestu di país. Es dos skritor ten un grande prujeson nasiunal y internasiunal, y es ta tranzita na txeu spasu di vida artístika y pública, sobretudu na ses atuason enkuantu kriadoras literárius y Deputadus ileitu. Des forma, es teze ta spera ser un kontribuitu pa bibliografia ten ki a ver ku investigasoins sobre literatura(s) produzidu na Kabu Verdi, mas tanbe pa studu sobri cómico na skrita afrikanu en purtuges.

Palavras-xavi: Narativa skrita di Kabu Verde. Risu. Rasa. Klase. Jéneru.

GOMES, Mariana Andrade. **Escritos cómicos caboverdianos de los siglos XX y XXI: de las narrativas de mestizaje a la risa política en Germano Almeida y Mário Lúcio Sousa.** 310 fl. il. 2018. Tesis (Doctorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMEN

No necesariamente divertida, tampoco apenas entorpecedora, mucho menos expuesta de forma instintiva o irracional, la risa puede ser comprendida y utilizada por/bajo varios aspectos, pero en esta tesis ella es leída en su línea político-ideológica. Bajo esta perspectiva, el abordaje adoptado en el presente estudio interpreta lo cómico en su implicación y responsabilidad social, así como preconiza Wole Soyinka (1988), al definirlo, también, como recurso de concientización y enfrentamiento de las estructuras de opresión. Complementariamente, lo risible es discutido a partir de su ambivalencia, concordando con las reflexiones propuestas por Bakhtin (1999), al analizar como su empleo puede implicar posicionamientos que defienden y/o cuestionan determinados ideales. Para identificar y examinar las reivindicaciones ideológicas expresadas por medio de la plataforma literaria en Cabo Verde fueron puntuadas, como recursos teórico-metodológicos, consideraciones acerca de los legados de escritores actuantes en el periódico *Claridade* (1936-1966) en sus proposiciones sobre el mestizaje como identidad nacional que, supuestamente, promueve la fusión de las categorías sociales de raza, clase y género. A partir de las rupturas y continuidades de la herencia claridosa, cuya producción se torno paradigmática en el escenario literario del archipiélago, investigué, a través de un breve panorama de textos escritos por intelectuales en la coyuntura de las islas, en el período concomitante y posterior a la independencia, como las cuestiones relacionadas a clase, género y raza son trabajadas por medio de la utilización de la risa de modo a verificar padrones, desvíos y tendencias. En este sentido, las lecturas críticas de las cuatro obras: el cuento “O Visto” (2010), de Ondina Ferreira, la crónica “Markito com K” (1987), de Filinto Elísio Silva, la narrativa juvenil *Cinco balas contra a América* (2008), de Jorge Araújo, y la narrativa larga *O eleito do sol* (1992), de Arménio Vieira, también confluyen para averiguar la operacionalización de la comicidad en esas narrativas como forma de complementar vacíos teóricos oriundos de la estructura mayoritariamente encontrada en investigaciones y investigadoras(es) de/sobre Europa y Occidente (como las teorías de Linda Hutcheon (2000), Mikhail Bakhtin (1999) y Daniel Cottom (1989)). Fundamentado en esas ponderaciones, este trabajo investiga el uso de la risa en tres narrativas caboverdianas contemporáneas, *O Meu Poeta* ([1990], 1992a) y *A Morte do Meu Poeta* (1998b), de Germano Almeida, y *Biografia do Língua* (2015), de Mário Lúcio Sousa, para problematizar como esos libros utilizan la risibilidad en el tratamiento de las demandas y categorizaciones acerca de la raza, etnia, género y clase en el contexto del país. Los dos escritores poseen grande proyección nacional e internacional, transitando en diversos espacios de la vida artística y pública, más notablemente, en sus actuaciones como criadores literarios y diputados electos. De esa forma, se espera poder contribuir con la bibliografía referente a las investigaciones sobre la(s) literatura(s) producida(s) en Cabo Verde, bien como para los estudios sobre lo cómico en los escritos africanos de lengua portuguesa.

Palabras clave: Narrativas Escritas de Cabo Verde. Risa. Raza. Clase. Género.

GOMES, Mariana Andrade. **Cape Verdean comic writings of the 20th and 21st centuries: from the narratives of *mestiçagem* to political laughter in Germano Almeida and Mário Lúcio Sousa.** 310 fl. il. 2018. PhD Theses – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

Not necessarily funny, not just numbing, much less instinctively or irrationally exposed, *laugh* can be understood and used by/in various ways, but in this thesis, it is read in its political-ideological bias. In this perspective, the approach adopted by the present research interprets the comic in its implication and social responsibility, as Wole Soyinka (1988) advocates, in defining it as a resource for conscious and confrontation with the structures of oppression. Complementarily, the laughable is discussed from its ambivalence, based on the reflections proposed by Bakhtin (1999), when analyzing how its use can imply positions that defend and/or question certain ideals. To identify and examine the ideological claims expressed through the literary platform in Cape Verde were pointed, as theoretical and methodological resources, considerations about the legacies of writers acting in the periodical *Claridade* (1936-1966), in their propositions about the miscegenation as a national identity that supposedly promotes the fusion of social categories of race, class, and gender. From the ruptures and continuities of the clear heritage, whose production became paradigmatic in the literary scene of the archipelago, I research a brief panorama of texts written by intellectuals in the conjuncture of the islands, in the concomitant period and after independence, questions related to class, gender and race are worked using laughter to verify patterns, deviations and trends. In this sense, the critical readings of the four works: Ondina Ferreira's short story "O Visto" (2010), the chronicle "Markito com K" (1987) by Filinto Elísio Silva, the youth narrative *Cinco balas contra a América* (2008) by Jorge Araújo, and Arménio Vieira's long narrative *O eleito do sol* (1992), also come together to examine the operationalization of comedy in these narratives as a way of complementing theoretical gaps arising from the framework, mostly based on researches and researchers, (such as the theories of Linda Hutcheon (2000), Mikhail Bakhtin (1999) and Daniel Cottom (1989)). Based on these considerations, this work explores the use of laughter in three contemporary Cape Verdean narratives, Germano Almeida's *O Meu Poeta* ([1990], 1992a) and *A Morte do Meu Poeta* (1998b), and *Biografia do Língua* (2015) by Mário Lúcio Sousa, to discuss how these books use laughter in the treatment of the demands and categorizations about race, ethnicity, gender and class in the context of the country. The two writers have a great national and international projection, transiting diverse spaces of the artistic and public life, most notably, in their performances as literary creators and elected deputies. In this way, it is hoped to be able to contribute to the bibliography referring to the investigations on the literature(s) produced in Cape Verde, as well as to the studies about the comic in the African writings in Portuguese language.

Keywords: Written Narratives of Cape Verde. Laughter. Race. Class. Gender.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Escritora Ondina Ferreira	103
Figura 2	Escritor Filinto Elísio Silva	112
Figura 3	Escritor Jorge Araújo	122
Figura 4	Escritor Arménio Vieira	130
Figura 5	Escritor Germano Almeida	138
Figura 6	Escritor Mário Lúcio de Sousa	214
Figura 7	Intelectuais: Germano Almeida, Mário Lúcio e Vasco Martins	269

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	O MUNDO QUE O MESTIÇO CRIOU: INTELLECTUAIS E NARRATIVAS DE MESTIÇAGEM NA LITERATURA DE CABO VERDE	36
2.1	NARRATIVAS DA MESTIÇAGEM	41
2.1.1	Parênteses conceituais: identidade e mestiçagem	45
2.2	A REVISTA <i>CLARIDADE</i>	49
2.2.1	Uma forma de engajamento? Identidade(s) nacional(is) na literatura de Cabo Verde	51
2.2.2	O regionalismo claridoso e o lusotropicalismo	55
2.2.3	Persistências e rupturas de/com o paradigma claridoso	60
2.3	INTELLECTUAIS LITERATOS: TRAJETOS, TRÂNSITOS, MILITÂNCIAS E ENGAJAMENTOS	64
2.3.1	Percursos políticos: leituras sobre as(os) intelectuais cabo-verdianas(os)	73
3	COMICIDADES CABO-VERDIANAS: UM BREVE PANORAMA DE OBRAS ESCRITAS NA CONTEMPORANEIDADE	76
3.1	O RISO DE DONA VICTÓRIA MARIA BARBOSA AVELINO MEDINA DO SACRAMENTO TEIXEIRA: ANÁLISE DO CONTO “O VISTO” (2010), DE ONDINA FERREIRA	88
3.1.1	O riso de Ondina Maria Duarte Fonseca Rodrigues Ferreira: perfil da escritora	103
3.2	O RISO NÃO ROUBADO EM “MARKITO COM K” (1987): ANÁLISE DA CRÔNICA DE FILINTO ELÍSIO SILVA	105
3.2.1	O riso de um <i>badiu di Praia</i>, Filinto Elísio Silva: perfil do escritor	111
3.3	O RISO ENGATILHADO DE <i>CINCO BALAS CONTRA A AMÉRICA</i> (2005): ANÁLISE DE NARRATIVA JUVENIL DE JORGE ARAÚJO	113
3.3.1	O riso do autorretrato: perfil do escritor Jorge Araújo	122
3.4	“QUE OUTRA ATITUDE POSSO TER SE NÃO A QUE SE EXPRESSA PELO RISO?”: ANÁLISE DO ROMANCE <i>O ELEITO DO SOL</i> (1992), DE ARMÊNIO VIEIRA	123
3.4.1	O riso do conde Silvenius: perfil do escritor Arménio Vieira	128
4	O RISO BASOFO EM <i>O MEU POETA</i> (1992a) E <i>A MORTE DO MEU POETA</i> (1998b), DE GERMANO ALMEIDA	132
4.1	TRAJETÓRIA E POSICIONAMENTOS DO ESCRITOR COMO ESTRATÉGIAS DE UM PROJETO POLÍTICO-ESTÉTICO	138
4.2	“TODO CABOVERDEANO É POETA”... ANÁLISE DE <i>O MEU POETA</i> (1992a)	152
4.3	“OS OUTROS DÃO GOLPE DE ESTADO PELAS ARMAS? ENTÃO O CABOVERDEANO DÁ GOLPE DE ESTADO ELEITORAL”: ANÁLISE DE <i>A MORTE DO MEU POETA</i> (1998b)	191
4.4.	“UMA COISA QUE NUNCA DEIXARÁ DE ME IMPRESSIONAR É A PERENIDADE DA BASOFARIA CABOVERDEANA”: O POETA VIVO, MORTO E BASOFO	211
5	O RISO CRIOLIZADO DE MÁRIO LÚCIO SOUSA	214
5.1	“MAS ALGUÉM JÁ VIU UM CONDENADO À MORTE DE GARGALHADAS?”: LEITURA DE <i>BIOGRAFIA DO LÍNGUA</i> (2015)	218
5.2	A “CRIOLIZAÇÃO UNIVERSAL” COMO PROJETO POLÍTICO-ESTÉTICO	249
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA BASOFARIA CRIOLA	269
	REFERÊNCIAS	278
	APÊNDICE A - ENTREVISTA AO ESCRITOR MÁRIO LÚCIO SOUSA	299
	APÊNDICE B - CORRESPONDÊNCIA VIRTUAL REMETIDA A MÁRIO LÚCIO SOUSA	303
	APÊNDICE C - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE O RISO	305

1 INTRODUÇÃO

Várias inquietações me motivaram a estudar o riso nas produções literárias africanas, com especial relevo para as obras cabo-verdianas. Desde a graduação me interessei por representações cômicas, inicialmente, me debruçando sobre a cultura popular. Nesse trajeto, durante a pesquisa de iniciação científica e na monografia¹ analisei a presença risível do Diabo na tradição cordelista em seus diálogos com as representações imagéticas diabólicas. O *corpus* desses trabalhos gira em torno das xilogravuras do artista plástico Gilvan Samico, na peça teatral do *Auto da Compadecida* (1956²), de Ariano Suassuna e no livro infantil *O diabo na noite de Natal* (1977) de Osman Lins. Procurei averiguar nessas obras como os ecos da demonologia medieval europeia transpassaram o imaginário cristão através da literatura de cordel em suas caracterizações ridicularizantes demoníacas. Com esse estudo pude identificar as maneiras com as quais o riso popular afastava o medo imposto pelos dogmas judaico-cristãos por meio da popularidade, embora, por vezes, endossasse esses valores. Também discuti a recorrência desse tema em outras formas estéticas compreendidas enquanto “eruditas”, vinculadas às culturas populares nordestinas, apesar de sua valorização da cultura branca-europeia, presentes nas composições artísticas de Suassuna e Samico.

Ainda nessa perspectiva do riso popular, me encantei com as propostas de Mikhail Bakhtin (1999) da comicidade potentemente carnavalizada da Idade Média e do Renascimento europeus; a apologia e utopia da tradição cômica por meio da inclusão desta na ideologia humanista realizada no Renascimento, mas iniciada ainda na época medieval. As ideias de baixo material e corporal, grotesco e cômico verbal permearam minha dissertação em Comunicação Social³ que investigou os filmes que compunham a *Trilogia della vita*⁴, do cineasta italiano Pier Paolo Pasolini na década de 1970. Tais produções estéticas apresentando nus masculinos frontais, cenas repletas de imagens escatológicas e representações de *tableaux vivants* de famosas pinturas renascentistas (muitas delas com entidades católicas), desafiavam o Vaticano e a sociedade italiana do período, inclusive, também não sendo aceitas pelos

¹ Trabalho de conclusão do bacharelado em Crítica Literária intitulado *Ecos da demonologia medieval da literatura de cordel à literatura erudita: considerações intersemióticas sobre as obras de Osman Lins, Ariano Suassuna e Gilvan Samico* (2010).

² Ano de estreia da peça. A primeira edição foi publicada em 1955.

³ Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na UFPE, na linha de Mídia e Estética, denominada *A trilogia do riso: riso, transgressão e política na Trilogia Della Vita* de Pier Paolo Pasolini (2013).

⁴ *Decameron* (1971), *The Canterbury Tales* (1972) e *Arabian Nights* (1974).

grupos comunistas radicais dos quais Pasolini havia sido integrante, por apresentar conteúdos homoeróticos.

O riso pasoliniano questionava diretamente a ordem vigente, atacando o Estado e demais instituições de poder e significativamente elegeu como fonte condutora dessas críticas os textos cômicos *O Decamerão* (1350-1353) do italiano Giovanni Boccaccio, os *Contos de Canterbury* (1387-1400) do inglês Geoffrey Chaucer e a compilação *As mil e uma noites* (1704) traduzida para o francês por Antoine Galland. Todas essas narrativas trazem recriminações sobre alguns hábitos sociais de suas conjunturas e as produções de Pasolini retomam essas reflexões para discutir a sociedade na era do Capitalismo, como forma de discordar da mercantilização dos corpos. Escolhi essa Trilogia por sua distinção diante das obras anteriores do realizador; filmes como *Accattone* (1961), *Mamma Roma* (1962), *Medeia* (1969) e até mesmo *Salò* (1975) lançado um ano após o último longa-metragem da *Trilogia della vita* e no mesmo ano de seu assassinato, apresentam críticas sociais semelhantes, mas utilizam o drama e a tragédia como plataforma, enquanto que na Trilogia a linguagem cômica é preponderante e o caráter transgressor é ainda mais potente que nas outras produções, com exceção de *Salò*, sua realização cinematográfica mais dissonante⁵.

A partir das leituras da pesquisa para a dissertação notei a incipiência dos estudos sobre o riso nas literaturas africanas, área que havia conhecido através da experiência no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Pernambuco (NEAB-UFPE) em 2012, ano oficial de seu lançamento. Com as reuniões, grupos de estudos, oficinas e palestras ofertadas pelo núcleo me conscientizei sobre o caráter eurocêntrico, branco e misógino da academia. Percebi que não tive professoras(es) negras(os), tampouco tive aulas ou cursei disciplinas sobre as literaturas e culturas africanas e/ou afro-brasileiras na graduação e no mestrado, mesmo sendo o curso de Letras uma das formações principais para a efetivação das leis 10.639/03 e 11. 645/08, normatizações que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da(s) história(s) e cultura(s) afro-brasileira(s), africana(s) e indígena(s). Minha formação sobre cultura brasileira no bacharelado foi ancorada nos pressupostos de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sergio Buarque de Holanda, sem a leitura crítica que essas obras precedem. Em um dos módulos que ministrei em um curso preparatório – uma parceria do NEAB-UFPE com o Centro Acadêmico do Agreste (CAA-UFPE) – para auxiliar no ingresso de estudantes indígenas e quilombolas na pós-graduação (Pré-Pós-UFPE) reconheci o descompasso que a universidade tem para com essas comunidades. O déficit e a resistência

⁵*Salò* foi feito em resposta às críticas que descreveram a Trilogia como filmes comerciais, inclusive, como precursoras do filão pornográfico, impulsionado nos anos 70 do século XX.

que as políticas de equiparação encontram nos ambientes universitários é algo perverso; minhas colegas de turma negras na graduação eram poucas, pertenciam ao grupo de cotistas sociais – nesta época as cotas raciais⁶ ainda não haviam sido instituídas na UFPE – e a elas não foram dadas oportunidades para a iniciação científica, visto que suas atividades enquanto bolsistas, bem como os estágios para complementar a renda eram compreendidos pelas(os) docentes como entrave para a dedicação integral aos estudos. Nenhuma delas ingressou no mestrado ou doutorado até a presente data.

Mesmo não possuindo disciplinas sobre as literaturas africanas em língua portuguesa como componentes obrigatórios em nenhuma das minhas formações, algumas matérias cursadas, principalmente no Programa de Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro-UFBA), me aproximaram de importantes intelectuais negras que participam ativamente da militância como Lindinalva Barbosa, Isabelle Sanches e Vilma Reis, bem como a amizade e admiração surgida nos corredores do Instituto de Letras com os colegas de curso Alex França, Bruno Emanuel, Guillermo Navarro, Mel Adún, Vérciah Gonçalves, Cristian Sales, Angie Montiel, Jusiele Oliveira, Luciana Reis, Rodrigo Dutra, Rafael Alves e as referências das professoras Denise Carrascosa e Florentina Souza foram indispensáveis para muitas discussões presentes nesta tese. Muitas conversas suscitadas pelas aulas e pelos eventos como a instabilidade política do país, a distância entre a academia e a sociedade, as demandas dos grupos relacionados (ou não) ao Movimento Negro e várias manifestações racistas, me evidenciaram a relevância e a urgência do debate sobre as questões de gênero, raça e classe relacionadas não só a essa pesquisa, mas também às minhas práticas docentes e ao exercício crítico de compreensão de mundo. Creio que destacar essas experiências e afetos não seja mera digressão, mas sim atitude que conforma este trabalho e meu lugar de fala; tais afirmações também destacam as relações extra-academia como lugares de promoção e reflexão do pensamento crítico, tão potentes quanto as leituras solitárias e verticalizadas das pesquisas bibliográficas.

Estas conversas, aliadas às discussões no grupo de estudos sob orientação da professora Maria de Fátima Ribeiro e alguns debates nas aulas conduzidos por ela, me fizeram questionar a validade de certas leituras hegemônicas acerca das produções literárias de Cabo Verde, bem como dos estudos sobre o riso. A escassez de obras teóricas sobre o cômico nos

⁶ As cotas raciais na graduação só foram implementadas na UFPE em 2012 e na pós-graduação ainda não foram estabelecidas, sendo esse ainda um debate incipiente na instituição, diferentemente do que ocorre na UFBA, através do esforço empreendido pelo Coletivo Luiza Bairros, respaldado pelas demandas antigas de grupos do Movimento Negro na Bahia. Nessa última universidade, as políticas de cotas foram efetivadas para as vagas nos programas de pós-graduação no dia 11 de janeiro de 2017.

contextos africanos se tornou um entrave, principalmente porque compactuo com o pressuposto de Henri Bergson (1987) para quem o riso é algo contingente; sua compreensão e até mesmo seu estímulo varia de acordo com a conjuntura na qual se insere. Saliento ainda a utilização nesta tese dos termos riso, risível, cômico e comicidade como sinonímicos e nomenclaturas genéricas que abarcam a sátira, paródia, derrisão, ironia, etc. como manifestações da linguagem cômica, seguindo o modelo adotado por Verena Alberti (2011, p. 25). Essa questão está mais detalhada no terceiro capítulo. Também lanço mão das palavras política e ideologia enquanto portadoras de significado semelhante, apesar de compreender o segundo como um conjunto de ideais e o primeiro em sua forma pragmática de mobilização e materialização desses pressupostos. Recorro a tal elaboração para tentar dissociar o aspecto político de sua função meramente partidária/administrativa e situá-lo no espaço social de práxis cotidiana de convívio na/com a coletividade.

Várias análises se debruçam sobre a ironia e/ou a paródia nos textos literários africanos – observo essa prática predominantemente em investigações sobre as obras escritas em português, mas também há várias recorrências em estudos de literaturas em língua inglesa e francesa. Tal aspecto pode ser decorrente das teorias empreendidas pela professora canadense Linda Hutcheon que alavancaram a abordagem irônica, principalmente nas áreas dos estudos culturais em comunicação e também em literatura nos anos 80 e 90 do século XX, demonstrando certa massificação deste tipo de leitura.

Uma das hipóteses que aponto para o reduzido número de pesquisas sobre o riso encontra-se ainda na hesitação que a academia – mais notadamente em setores “canônicos” e “austeros” como os departamentos de letras e outros setores das artes “clássicas” – apresenta perante as produções estéticas que possuem tratamento, linguagem ou gênero relacionado ao risível. Mesmo sendo uma produção teórica datada da década de 1970, o texto de Luis Felipe Baêta Neves sobre a “ideologia da seriedade” (1974) demonstra sua validade crítica quando se observa a tendência da canonização de obras de cunho trágico e/ou dramático em detrimento de textos cômicos. Há uma valorização inegável de composições, notadamente literárias, cujo tratamento seja de tom trágico, dramático ou ainda austero, sem muitos momentos mais lúdicos e/ou jocosos. Neste sentido, a ironia – ainda mais do que a paródia – é aceitável porque não acarreta necessariamente em uma desvirtuação do texto, uma vez que nem toda ironia traz consigo o riso ou pelo menos o suscita.

Espera-se que em obras consideradas sérias não estejam presentes momentos ou linguagens risíveis, compreensíveis apenas nas ocasiões as quais seja necessário amenizar o tom da narrativa para aliviar a tensão da(o) leitora(or). Essas concepções acerca da

oposicionalidade entre seriedade e comicidade estão presentes em inúmeros estudos, desde a antiguidade até os dias atuais, mas tal discussão não será empreendida com profundidade nesta tese. Creio que me deter a esse aspecto reduzirá a proposta desta análise que é a de compreender como o riso pode ser analisado através do posicionamento crítico que suscita. Abordá-lo sob essa perspectiva não implica interpretá-lo apenas como algo redentor ou essencialmente positivo, como pontua negativamente Verena Alberti (2011) ao descrever esta como uma das interpretações mais comuns dedicadas ao riso. Pelo contrário. Assim como Mikhail Bakhtin (1999), discuto sua utilização sob a ótica da ambivalência, do discurso dúbio de afirmação e/ou negação, ainda assim, não apenas como transgressão da ordem, na forma utópica que propõe o teórico russo. Destaco que seu emprego nas obras literárias não se dá de forma aleatória ou descomprometida como alegam algumas(uns) autoras(es) – enquanto maneira de se esquivar de um determinado posicionamento/ideologia/ideal descrevendo-o somente como mero recurso recreativo/divertido – todavia não nego sua possibilidade de alienação, mas acredito que mesmo nesse recurso sua potência de desvio para uma outra direção (a redundância é intencionalmente utilizada para evidenciar/reforçar tal aspecto) ainda se vincula a um posicionamento crítico da(o) escritora(or) que demanda uma cumplicidade da(o) interlocutora(or).

Neste sentido, como forma de exemplificação, numa das acepções aceitas para a expressão popular “riu se fudeu” reafirma esta cumplicidade entre autora(or) e interlocutora(or): quando rimos de uma piada/texto/peça/poema/narrativa racista, misógina, classista, lgbtqfóbica, xenófoba ou que manifeste qualquer tipo de discriminação estamos compactuando com esse enunciado ou, pelo menos, naturalizando essa opressão. De modo que discordo da compreensão biologizante do riso, que o caracteriza de forma reducionista limitando-o a mera resposta fisiológica diante de um impulso externo. Tal reação não é aleatória, só o seria no caso das cócegas, mas as diversas situações que estimulam o riso possuem uma configuração social. O risível está contingenciado por vários aspectos. Isto é explicável quando se observa situações que suscitam o riso em um determinado contexto e em outros a reação risível nestas mesmas ocasiões torna-se um comportamento reprovável ou ainda incomum.

Entretanto, a discussão sobre o que estimula ou não o riso não será o centro desta pesquisa, posto que tal abordagem, além de amplamente investigada em várias áreas do conhecimento, é um fator subjetivo ou que deve ser estudado em microanálises, visto que as pesquisas generalizantes não apresentam propostas consistentes.

Acerca das perspectivas generalizantes, possuo, como principal objetivo desta tese, evitar teorias que se coloquem como leituras hegemônicas, que se apresentem enquanto totalizantes, como se a sua compreensão do riso desse conta de todas as manifestações que dele derivem. Tal abordagem, além de contraproducente, não se sustenta, uma vez que o riso, como já assinalado anteriormente, está delimitado pelo contexto social, cultural, político, ideológico, cronológico e linguístico no qual se insere. Apesar de não me deter nas análises acerca de sua estrutura de funcionamento, investigando se determinada passagem da narrativa é cômica ou não, ou ainda, o que a faz ser risível ou não, investigarei as possíveis leituras sobre a utilização do riso nos textos, pressupondo que esses pertencem ao gênero ou pelo menos recorram ao cômico enquanto linguagem em suas produções.

Ainda a respeito das teorias homogeneizantes, divirjo da proposição da pesquisadora Verena Alberti (2011) para quem novas pesquisas sobre o riso sejam desnecessárias:

Em vez de se debruçar sobre o riso e o risível enquanto objeto esse tipo de estudo confere-lhes uma função instrumental para chegar à legitimação de práticas não-normativas – nesse caso, a argumentação e a retórica. A pesquisa sobre o riso fica então deslocada e não oferece, ao fim e ao cabo, nada além do que um material empírico que se espera sirva para outras análises. Ou seja: convém que nos perguntemos novamente por que a ciência reivindica para si a competência de pensar o riso se, como no caso de Olbrechts-Tyteca, o que resta é um *corpus* compilado, que muito provavelmente nunca será utilizado para uma nova teoria, como a autora propõe – não só porque cada teoria terá novos critérios, mas também porque, como já aventei, não me parece que novas teorias do riso sejam atualmente necessárias. (ALBERTI, 2011, p. 34)

Sob este prisma, indago se o trajeto teórico-metodológico assinalado por Alberti não é o mesmo percorrido por várias outras pesquisas, seja sobre o riso ou qualquer outra investigação; primeiro se discutem as fortunas críticas anteriores, daí se observa uma prática não-normativa ou ainda uma recorrência. Então, a partir desta análise, são discutidas as motivações/compreensões da intercorrência ou da continuidade do fenômeno e o material teórico decorrente dessa investigação serve como parâmetro ou fundamentação para outros estudos. Tal metodologia é empregada em vários campos do conhecimento; nas ciências, humanas, exatas e saúde. Por que então somente na área do riso os debates estão saturados? E como fazer tão veemente afirmação com um *corpus* teórico e estético extremamente conformado sob as óticas euro-ocidentais? A autora assevera seu recorte de análise, mas não justifica ou assinala positivamente para novas teorias fora do seu campo de discussão:

Minha investigação sobre o riso na história do pensamento ocidental limita-se às produções em língua francesa, inglesa e alemã e, no tocante à Antigüidade, àquelas que foram traduzidas. Ou seja, “ocidental” aqui refere-se, na verdade, a certos pensamentos mais difundidos na história da cultura

européia. É curioso notar, aliás, que não encontrei teorias do riso escritas originalmente em português ou espanhol. (Ibidem, p. 36)

A afirmação da saturação das teorias sobre o riso é questionável até mesmo diante da dificuldade – descrita como aspecto “curioso” – em encontrar estudos escritos em português ou espanhol, ainda por cima só levando em consideração as produções teóricas em línguas europeias.

Tal postura apresentada por Alberti (2011) revela ser uma prática recorrente entre pesquisadoras(es) que definem/compreendem – dificilmente de maneira inconsciente ou por falta de outras referências bibliográficas “significativas” – as teorias propostas por europeus ou originárias destas localidades como parâmetros epistemológicos universais, dentro da perspectiva eurocêntrica, abaixo descrita por Samir Amin desde as primeiras linhas de seu livro intitulado *O eurocentrismo, crítica de uma ideologia* (1989):

O eurocentrismo é um culturalismo no sentido que supõe a existência de invariantes culturais que dão forma a trajetos históricos dos diferentes povos, irreduzíveis em si. É então antiuniversalista porque não se interessa em descobrir eventuais leis gerais da evolução humana. Porém, se apresenta como um universalismo no sentido que propõe a todos a imitação do modelo ocidental como única solução para os desafios de nosso tempo.

O eurocentrismo não é a soma dos preconceitos, equívocos e ignorâncias dos ocidentais em respeito aos demais. Afinal, estes não são mais sérios do que os preconceitos inversos dos povos não europeus, em relação aos ocidentais. Não é, portanto, um etnocentrismo banal, testemunho único dos limitados horizontes que nenhum povo do planeta superou verdadeiramente. O eurocentrismo é um fenômeno especificamente moderno cujas raízes não vão mais além do Renascimento e que se difundiu no século XIX. Nesse sentido, constitui uma dimensão da cultura e da ideologia do mundo capitalista moderno.

O eurocentrismo não é uma teoria social que, por sua coerência global e sua aspiração totalizadora, visa dar a chave para a interpretação do conjunto de problemas que a teoria social pretende elucidar. O eurocentrismo nada mais é do que uma deformação, mas sistemática e importante, que a maioria das ideologias e teorias sociais dominantes sofrem. Em outras palavras, o eurocentrismo é um paradigma que, como todos os paradigmas, funciona espontaneamente, muitas vezes na imprecisão da evidência aparente e do senso comum. É por isso que se manifesta de diferentes maneiras, tanto na expressão de preconceitos trivializados pela mídia quanto nas frases eruditas de especialistas em vários domínios da ciência social. (AMIN, 1989, p. 9, tradução minha⁷)

⁷ Excerto original: “El eurocentrismo es un culturalismo en el sentido de que supone la existencia de invariantes culturales que dan forma a los trayectos históricos de los diferentes pueblos, irreductibles entre si. Es entonces antiuniversalista porque no se interesa en descubrir eventuales leyes generales de la evolución humana. Pero se presenta como un universalismo en el sentido de que propone a todos la imitación del modelo occidental como única solución a los desafíos de nuestro tiempo.

El eurocentrismo no es la suma de prejuicios, equivocaciones e ignorancias de los occidentales con respecto a los demás. Después de todo, éstos no son más graves que los prejuicios inversos de pueblos no europeos, para con los occidentales. No es pues un etnocentrismo banal, testimonio sólo de los limitados horizontes que ningún pueblo del planeta ha superado verdaderamente todavía. El eurocentrismo es un fenómeno específicamente

Conforme caracteriza o economista egípcio Samir Amin (1989), o eurocentrismo é um fenômeno moderno, iniciado, segundo postula o autor, no Renascimento e difundido no século XIX e pode se manifestar tanto no imaginário do senso comum, quanto nas representações midiáticas e nas produções científicas. O teórico sublinha que tal postura é ideológica e estabelece o modelo ocidental como paradigmático. Fundamentado nas proposições de Amin (1989), o historiador Muryatan Santana Barbosa (2012, p. 4) assinala que a aparência universalista e modernizadora conferida ao eurocentrismo possibilitou-o se propagar e prolongar-se para além das classes dominantes europeias que lhe conceberam, dado seu grande potencial de disseminação – acrescento ainda, sua tendência à reprodução intelectual acrítica.

A partir da perspectiva eurocêntrica e também ocidentocêntrica, como propõe Inocência Mata (2014), muitos estudos buscaram e buscam depreciar outros povos para legitimar a primazia europeia. Tal conduta, no caso dos países africanos, foi largamente utilizada no período colonial, através da elaboração de teorias que justificassem o domínio europeu nas então colônias. Desde o discurso bíblico até o recurso às teorias de eugenia e do racismo científico foram empregados para justificar as desumanidades cometidas pelos regimes coloniais.

Várias pesquisas se debruçaram sobre os impactos da colonização no continente africano no campo das ciências humanas referentes aos legados epistemológicos construídos antes e depois das invasões europeias, mas a interferência e influência exercidas pelos mecanismos como as “mediações metropolitanas”, assinaladas por Aijaz Ahmad (2002), a “biblioteca colonial”, descrita por Valentin Mudimbe (2013), e a “história única” de Chimamanda Adichie (2009), para citar alguns exemplos, sinalizam as reverberações que o domínio das antigas metrópoles ainda exerce no imaginário social e científico de povos africanos e não ocidentais/europeias.

Para evitar tais abordagens pseudo-universalizantes e totalizadoras – consequentemente reducionistas e inconsistentes –, recorro às teorias elaboradas a partir da

moderno cuyas raíces no van más allá del Renacimiento y que se ha difundido em el siglo XIX. En ese sentido constituye una dimensión de la cultura y de la ideología del mundo capitalista moderno.

El eurocentrismo no es una teoría social, que por su coherencia global y su aspiración totalizadora pretenda dar la clave de la interpretación del conjunto de problemas que la teoría social se propone dilucidar. El eurocentrismo no es más que una deformación, pero sistemática e importante, que la mayoría de las ideologías y teorías sociales dominantes padecen. Dicho de otra manera, el eurocentrismo es un paradigma que, como todos los paradigmas, funciona de manera espontánea, con frecuencia en la vaguedad de las evidencias aparentes y: del sentido común. Por esto se manifiesta de maneras diversas, tanto en la expresión de los prejuicios trivializados por los medios de comunicación como en las frases eruditas de los especialistas de diversos dominios de la ciencia social.”

perspectiva endógena ao contexto africano, posto que as investigações mais utilizadas na área de estudos cômicos se limitam às conjunturas europeias, quando muito estadunidenses, e não dão conta de aspectos relacionados às sociedades africanas, seja por questões linguísticas, culturais, políticas e/ou cronológicas.

Contudo, em decorrência da dificuldade de acesso aos materiais analíticos produzidos em África – por questões editoriais que passam pelo filtro das “mediações metropolitanas”, pela não disponibilização virtual dos textos, às vezes motivada pela periodização anterior ao advento da internet, ou até mesmo pelas limitações linguísticas – somente consegui encontrar algumas poucas produções acadêmicas sobre a temática do riso nas literaturas africanas, as quais deixei listadas no final desta tese. Dentre esses estudos, destaco o ensaio “The Lysistrata of Aristophanes”, presente na compilação de textos do escritor nigeriano Wole Soyinka intitulada *Art, Dialogue, and Outrage: Essays on Literature and Culture*, publicado pela primeira vez em 1988.

Embora o livro não esteja disponível para venda no Brasil, ou ainda digitalizado na internet – seus exemplares se esgotaram – o que dificulta ainda mais sua consulta, torna-se necessária sua importação a altos custos. Tomei conhecimento deste texto através do artigo “O humor além do riso fácil: as sátiras políticas de Wole Soyinka” (2010), de Eliana Lourenço de Lima Reis e Érica de Lima Melo Garcia, que analisa os postulados que o autor propõe acerca da “sátira perfeita”, a qual deve ridicularizar e também suscitar uma ameaça/terror relacionada a algum aspecto sociopolítico. No meu caso, a disponibilização do ensaio foi fruto da generosidade da professora Eliana Reis que me enviou uma cópia digital através de correspondências virtuais.

Destaco ainda os impeditivos que encontrei na procura por alguma reflexão epistemológica que sistematizasse ou até mesmo enfocasse unicamente na questão da comicidade nas literaturas cabo-verdianas a partir de referências bibliográficas endógenas africanas. Os poucos estudos que encontrei ora analisavam uma obra literária específica, ora priorizavam a perspectiva irônica e raríssimos traziam textos teóricos de autoria africana. Os primeiros textos que li sobre o tema foram os artigos “A presença do cômico nas literaturas africanas de língua portuguesa” (2003), “O conto caboverdiano hoje: narração, memória e ironia” (2009) e “Quando a ficção reinventa o riso ou O escriba africano ou Conte outra história” (1999) de Maria Teresa Salgado, que abordavam, respectivamente, um panorama sobre as produções literárias com linguagem cômica em língua portuguesa, uma resenha analítica sobre os contos da coletânea de textos cabo-verdianos *Tchuba na desert* (2006) e um ensaio sobre o romance *O eleito do Sol* (1992), de Arménio Vieira.

Posteriormente, encontrei a tese *A presença da ironia na construção textual de Germano Almeida*, de Vera Lúcia da Silva Sales Ferreira, pela PUC-MG em 2007, outra tese sobre a ironia nas produções literárias em língua portuguesa (enfocando as literaturas angolanas e moçambicanas) de Lola Geraldine Xavier, intitulada *O discurso da ironia em literaturas de língua portuguesa* (2007), defendida na Universidade de Aveiro, e a dissertação *Olhares irônicos sobre a morte: memória e travestimentos em narrativas de língua portuguesa*, de Roberta Maria Ferreira Alves, pela PUC-MG em 2013.

Reitero ainda a predominância de abordagens sobre o viés irônico das pesquisas. Saliento que a ironia é um dos aspectos que podem compor o riso, bem como a sátira, paródia, derrisão, zombaria. Além disso, tal recurso não é classificado como gênero literário – a exemplo do que ocorre com a comédia – e sim como figura de linguagem. Entretanto, ressalvo que a discussão sobre gêneros literários ou as várias categorias do cômico em um exercício classificatório não são o foco dessa pesquisa.

É necessário atentar e questionar a hegemonia da bibliografia ocidentalocêntrica utilizada nestes estudos; poucas(os) autoras(es) acadêmicas(os) de nacionalidades africanas são utilizados nestes textos, seja para contextualizar as obras ou para compor a fundamentação teórica. Evidencia-se então que a produção científica que se elabora sobre a linguagem cômica/irônica em literaturas africanas (notadamente escrita em língua portuguesa) recorre a pressupostos euro-ocidentais na constituição dos arcabouços crítico-analíticos.

Na esteira dessa reflexão, também é digno de nota a ainda incipiente discussão sobre a linguagem cômica nas literaturas de países africanos. Possivelmente, uma das motivações deste fato é a “história única”, conforme assinala Chimamanda Adichie (2009), exercida por uma tradição ocidental de somente relatar e destacar narrativas de miséria, sofrimento, guerras e fatalidades no continente africano. Como se apenas houvesse essas alternativas tanto de abordagem quanto de conteúdo das produções estéticas realizadas em África.

Esse discurso do suposto subdesenvolvimento dos Estados africanos é muito adequado para a justificação da necessidade de intervenção de países avançados, logo, das práticas coloniais e neocoloniais seja nos planos econômico, político, social, cultural, artístico e até mesmo, teórico. A descolonização do pensamento, como pleiteiam várias(os) estudiosas(os) e intelectuais africanas(os) e de outras nacionalidades que passaram pela situação de domínio colonial – com notoriedade para os diálogos sul-sul – representam a desconstrução dessas narrativas de subalternização e tornam urgentes a superação da biblioteca colonial, assinalada por Mudimbe, enegrescendo, feminilizando e latino-americano-africamente renovando nossas referências epistemológicas.

Sob essa perspectiva, de maneiras a tentar construir possíveis leituras sobre a utilização da linguagem cômica no contexto da contemporaneidade em Cabo Verde, proponho, como abordagem metodológica para esta tese, uma breve discussão sobre o panorama de algumas produções escritas da literatura, realizadas em várias ilhas do arquipélago para analisar algumas tendências do cômico enquanto operador discursivo de posicionamentos político ideológicos.

No panorama exposto no terceiro capítulo analiso brevemente a presença da linguagem cômica na narrativa juvenil *Cinco balas contra a América* (2008), de Jorge Araújo, mindelense da ilha de São Vicente; o conto “O Visto”, de Ondina Ferreira, presente no livro intitulado *Contos com Lavas* (2010), escrito em e sobre a Ilha do Fogo, o romance *O eleito do sol* (1992) do *badiu* da Praia Arménio Vieira; e o conto “Markito com K” escrito por Filinto Elísio, também natural de Praia na ilha de Santiago, publicado na segunda e última edição oficial do periódico *Sopinha de Alfabeto* em 1987.

Todas essas obras possuem posicionamentos distintos acerca de questões políticas e sociais em Cabo Verde, daí a escolha para compor esta análise. Logicamente, estas não são as únicas produções com linguagem risível, mas são bem representativas para a hipótese que motiva esta pesquisa: engajado ou não, panfletário/partidário ou não, o riso possibilita leituras interpretativas acerca das ideologias ou ainda da representação de fatos das conjunturas cabo-verdianas. De modo que, até mesmo o deslocamento ou silenciamento de questões representam estratégias discursivas das(os) escritoras(es), como, por exemplo, o apagamento de descrições e tratamento de questões de raça, classe e gênero nas narrativas. Este debate sobre a presença do cômico na literatura do país é abordado no terceiro capítulo após as contextualizações de alguns aspectos históricos, sociais, políticos, culturais e literários discutidos no primeiro texto posterior a esta Introdução (capítulo dois).

Entretanto, antes de pontuar as demais abordagens dos capítulos desta tese, é preciso situar alguns posicionamentos e aspectos que conformam esta pesquisa, assim como a dificuldade de acesso a determinadas obras teóricas e ficcionais e meu lugar de fala enquanto pesquisadora brasileira.

Um dos maiores impedimentos ao encaminhamento da pesquisa foi o acesso à fortuna crítica e às produções literárias cabo-verdianas, principalmente aquelas editadas em Cabo Verde e anteriores à década de 1990. Além do filtro exercido pela mediação da metrópole portuguesa⁸, empenhada em divulgar, publicar e disseminar obras que fizessem/façam eco a

⁸ Um dos maiores mercados editoriais das obras africanas em língua portuguesa é Portugal. Ainda, a restrição da rede de editoras no Brasil também é assinalada por Renata Rollon (2011, p. 132): “O mercado editorial

seus interesses, o mercado editorial brasileiro também não demonstra sua disposição nos empreendimentos voltados para os textos africanos, priorizando os cânones celebrados pela crítica e teoria hegemônicas e eurocêntricas.

Dentre estes fatores impeditivos, também não consegui consultar o livro *Comic Relations* de Petr Pavl et al. (1985), indicado por Verena Alberti (2011) como significativa contribuição para os estudos sobre o riso nas produções literárias, posto que o citado estudo possui o tratamento da comicidade, conforme descreve a pesquisadora, em uma perspectiva muito próxima à discussão empreendida nesta tese. Outras referências de difícil aquisição foram as obras *Art, Dialogue, and Outrage* – pontuada anteriormente – de Wole Soyinka (1988) e *Text and Culture: the politics of interpretation* (1989) de Daniel Cottom (com prisma analítico semelhante ao *Comic Relations*), cuja importação foi onerosa tanto economicamente quanto do ponto de vista cronológico, devido à demora no processo de envio e entrega. Não é viável ainda descrever as outras encomendas de livros produzidos em Portugal e Cabo Verde efetuadas para a elaboração deste trabalho, sendo o prestimoso auxílio do professor Ricardo Riso, no Rio de Janeiro, e da gentileza da escritora Ondina Ferreira, em Cabo Verde, bem como a já sinalizada ajuda da professora Eliana Reis, significativos gestos de generosidade acadêmica, sem os quais esta pesquisa estaria bem deficitária.

Acerca de meu lugar de fala, parto de minha ótica exógena, na condição de pesquisadora brasileira cujo horizonte de análise tem se constituído unicamente através das contribuições bibliográficas, notadamente nas áreas de sociologia, antropologia, história e literatura, como maneira de evidenciar o filtro investigativo que configura a minha pesquisa. Boa parte das leituras que realizo são mediadas por uma “elite” intelectual, predominantemente de nativas(os) cabo-verdianas(os), de formação oriunda da antiga metrópole, de outros países europeus e também das academias brasileiras, principalmente as situadas no eixo sul/sudeste.

Tal aspecto não limita minha postura crítica referente aos fenômenos, mas sim situa meu lugar de fala e explicita as minhas interlocuções epistemológicas. Esse momento de contextualização da minha análise também situa o escopo de observação oferecido por uma burguesia cabo-verdiana que, em seus discursos, por vezes oficiais, promovem o silenciamento das demandas populares em suas buscas pelo protagonismo sócio-histórico e,

brasileiro, mesmo ciente da importância da lei para estimular crianças e jovens a conhecer a matriz africana de nossa cultura, possui um número muito restrito de publicações voltadas à obra ficcional de autores africanos de língua portuguesa. As grandes redes de livrarias dispõem de poucos títulos, em algumas redes os títulos disponíveis são encomendados de Portugal e, além do alto valor do frete, a entrega demora vários dias”.

principalmente, elegem como interlocutoras(es) leitoras(es) estrangeiras(os). Tais aspectos são discutidos mais adiante no debate sobre o perfil⁹ e o papel dos intelectuais.

Também observo como os locais de formação intermedeiam as abordagens das(os) pesquisadoras(es) que constituem a bibliografia deste texto e até mesmo em minha perspectiva, por exemplo, acerca de questões étnicas e raciais presentes (ou não) nos objetos de análise. Faço esta consideração para salientar os, até o momento, poucos estudos sobre a recorrência de discussões étnicas e raciais nas pesquisas sobre Cabo Verde, conforme é assinalado no texto de Cláudio Furtado (2012).

Sob este prisma, o maior relevo conferido a essa temática tem procedência em estudos realizados no Brasil na(s) área(s) de ciências sociais através, principalmente, das investigações dos professores cabo-verdianos José Carlos Gomes dos Anjos (2000, 2002, 2003, 2006, 2013), Gabriel Fernandes (2000, 2002, 2006) e Cláudio Furtado (2012, 2013, 2016), e única empreendida na área de literatura, na investigação da poesia, efetuada pelo brasileiro Ricardo Riso (2014, 2015), situadas, especialmente, nas intersecções entre raça e classe.

Não afirmo, todavia, que a formação nas academias brasileiras seja o fator dominante para o escopo analítico desses pesquisadores. Ao invés disso, aponto uma possível contribuição da vivência neste país para uma interpretação comparativa entre as duas ex-colônias de Portugal cujo paradigma da mestiçagem, via de regra, costuma ser evocado de forma a suprimir os legados africanos e até mesmo enfraquecer a identificação com seus respectivos continentes. O vínculo fragilizado com a América Latina, no caso brasileiro, e uma maior proximidade com o oceano Atlântico e a região da Macaronésia a despeito de um elo com os demais países africanos, em/por Cabo Verde.

Possivelmente essa incipiência nos estudos sobre raças¹⁰ e etnias¹¹ em Cabo Verde indique muito mais um “apagamento seletivo” da questão negro-africana, como pontua Fernandes (2002), do que uma ausência do racismo nas ilhas, segundo afirmam alguns teóricos¹². Semelhante ao que acontece no Brasil, mesmo que a segregação racial não seja declarada nas relações sociais e/ou em produtos estéticos, a prática racista se “materializa”

⁹ Emprego o termo “perfil” inspirada por sua utilização no livro *O Meu Poeta* (1992a) para me referir à pesquisa das trajetórias das(os) intelectuais analisadas(os) nesta tese.

¹⁰ Utilizarei o termo “raça” para me referir às características físicas como fenótipo e cor da pele.

¹¹ “Etnia” recebe no texto a acepção de grupos que se reconhecem através de aspectos linguísticos, sociais e culturais em comum. Assim, diferencio raça e etnia a partir de critérios biológicos (raça) e culturais (etnia) mesmo sabendo que esses dois fatores possuem fronteiras muito tênues.

¹² Em uma palestra proferida na UNEB em 2014, o escritor David Hopffer Almada assinalou que não existe racismo em Cabo Verde (diferentemente do que ocorre no Brasil) devido ao processo “homogeneizador” social da mestiçagem.

seja na valorização do fenótipo caucasiano em detrimento de traços físicos negro-africanos, como no caso da discriminação do cabelo crespo¹³, na repetição das hierarquias advindas da escravização¹⁴, seja na invisibilidade dos corpos negros não descritos nas narrativas.

Esse silenciamento acerca do fenótipo, realizado quase que de maneira sistemática, repercute nos textos literários, pois, como assevera José Carlos dos Anjos (2004),

É relevante nesse sentido que, na literatura cabo-verdiana, o fenótipo das personagens não apareça enquanto negro ou branco, é como se o *desaparecimento* da classe dominante de ascendência europeia anulasse qualquer percepção de fenótipo. Nos termos do poeta cabo-verdiano [Gabriel] Mariano, o principal teórico da mestiçagem em Cabo Verde da década de 1960, “o cabo-verdiano não se dá conta nem da sua cor, nem do seu cabelo, nem das suas feições, enquanto está em Cabo Verde” (Laban 1992: 368). Na reciclagem simbólica do discurso latino da mestiçagem, a intelectualidade cabo-verdiana elimina os polos branco e negro, vislumbrando a realização completa da mestiçagem. (ANJOS, 2004, p. 277, grifo meu)

Nesses termos, a não descrição do fenótipo das personagens – fator racial – está relacionada ao “desaparecimento” de uma elite europeia – aspecto de classe – compondo um panorama que privilegia a mestiçagem enquanto processo homogeneizador da sociedade. Tal ponderação admite várias interpretações, das quais ressalto (e ressalvo) a interseccionalidade entre raça e classe nesta análise; o “desaparecimento” de uma classe eliminaria assim os conflitos/oposicionalidades raciais em Cabo Verde? A ausência dos colonizadores unifica e iguala as(os) cabo-verdianas(os)? A mestiçagem/mestiço também configura uma categoria de classe?

Compreendo que não é esta a conclusão ratificada por José Carlos dos Anjos (2004), porém, a afirmação/construção da(s) identidade(s) cabo-verdiana(s) através do prisma da mestiçagem é realizada de modo regular na literatura, segundo assevera Silveira (2015, p. 21-23). O silenciamento das questões raciais/fenotípicas nas(os) personagens é sintomático do esvaziamento/apagamento dos debates sobre os componentes negro-africanos nas narrativas

¹³ No artigo *Desigualdades e narrativas identitárias em Cabo Verde: em ilhas pequenas e sem mata não dá pra se esconder* (2012), Livio Sansone afirma que, em suas entrevistas com cabo-verdianas(os) de diversos extratos sociais, “Perguntas demasiadamente diretas sobre a cor não costumam gerar um debate interessante. Quase sempre há uma negação da importância da cor na sociedade cabo-verdiana [...]. A cor tanto faz: esta é, de longe, a resposta mais frequente em todas as classes sociais e de instrução. Cabelo já é diferente, sobre ele as pessoas falam com mais liberdade ou têm opiniões menos uniformes: cabelo crespo tende a ser identificado como ruim, mais ainda cabelo rasta. [...] Cabelo liso é o oposto: ele é bom em si. Como no Brasil, falar de cabelo é falar de norma somática e de “raça”; aliás, durante as entrevistas, perguntar sobre cabelo funciona como aquilo que podemos chamar de “gatilho êmico” – um tema presente quase de forma espontânea entre os informantes e que deixa as pessoas à vontade para falarem de raça mais do que o próprio racismo” (SANSONE, 2012, p. 82).

¹⁴ Em entrevista concedida a Michel Laban, o escritor Teixeira de Sousa afirma, “Conheci esse racismo na minha ilha. A aristocracia branca do sobrado, descendente de antigos donos de escravos, mantinha a mesma atitude senhorial em relação ao negro e ao mulato. Não só isso, como até de desprezo, porquanto nenhum tipo de convivência com as últimas classes era consentido pelos mais conservadores” (LABAN, 1992, p. 193).

ficcionais e sociais. Desse modo, uma possível leitura é a de que o critério da “nacionalidade”, no sentido de lugar de nascimento, cabo-verdiana suplantaria outras demandas e amenizaria as desigualdades resultantes dos conflitos advindos das disputas pela hegemonia cultural identitária; nem brancas(os), negras(os), africanas(os), europeias(eus), “simplesmente cabo-verdianas(os)”.

Todavia, para a elaboração dessa identidade *una* as contribuições de grupos étnicos como os mandingas, jalofos e fulas originários da costa africana, de acordo com Furtado (2012, p. 145), bem como de outros povos do continente e de outros países europeus além de Portugal torna-se ofuscada pela “simplificação” da mestiçagem. Outros fatores também concorrem para exemplificar o reducionismo oriundo dos processos que erigem e elegem a mestiçagem como identidade absoluta de Cabo Verde, para tanto, explicações mais profundas sobre os mecanismos dessa configuração identitária encontram-se assinaladas no próximo capítulo.

Saliento também que examino as produções cômicas relacionadas à mestiçagem em Cabo Verde sob uma perspectiva prioritariamente endógena, mas, principalmente, sem traçar análises comparativas com outros estudos sobre contextos diversos, daí as delimitações e reflexões contidas no segundo capítulo. Não obstante, a questão da criouliização, presente nos estudos do teórico franco-martinicano Édouard Glissant, é evocada para analisar a reivindicação que Mário Lúcio Sousa realiza ao se referir a este processo em suas obras.

Ainda sobre o recorte étnico-racial, de classe e de gênero que permeia o presente estudo, evidencio que a escolha por esta abordagem – sim, trata-se de um posicionamento ideológico – vai ao encontro das discussões e mobilizações engendradas durante décadas por pessoas, instituições e grupos relacionados às causas da população negra/herança africana no Brasil. Entretanto, não faço o movimento frequente de procurar nos países africanos semelhanças com nossos contextos, numa perspectiva comparativista, ou tentar reproduzir os processos que temos aqui na tentativa de compreensão dos aspectos constitutivos das culturas destes povos além do Atlântico.

Apesar de identificar a potencialidade e grande contribuição crítica das produções orais em Cabo Verde, meu pouco conhecimento linguístico do idioma crioulo, conjuntamente à dificuldade de acesso aos registros e performances, restringiu meu horizonte de análise às obras escritas. Entretanto, traço breves considerações sobre a presença do riso nos gêneros orais ao longo do texto, ancorada, sobretudo, nos caminhos apresentados pela tese do professor Amarino Queiroz (2007).

É necessário também evidenciar e explicar algumas escolhas referentes à demarcação de gênero na elaboração sintática dos enunciados, à pontuação gráfica, as citações de entrevista, termos usados como sinônimos, preferência estratégica das fotos das(os) escritoras(es) utilizadas e as traduções. Sobre essa última questão, opto por deixar as versões em português realizadas por mim no corpo do texto em forma de citação direta e colocar os fragmentos originais em notas de rodapé. Nos textos em português com termos em idiomas estrangeiros traduzo sua palavra correspondente entre colchetes, também traçando interferências minhas, por exemplo, pontuando enunciados com interrogações, dentro do que preveem os estudos filológicos. Ainda nas referências às declarações concedidas em reportagens, registro o nome da(o) entrevistada(o) em seguida e separado por “;” o da pessoa responsável pela matéria como forma de facilitar a identificação de passagem extraída de entrevista, sendo a pergunta destacada em negrito¹⁵. Utilizo como expressões de sentido semelhante ilhas e arquipélago para me referir a Cabo Verde.

Acerca da flexão de gênero, adoto na grafia a predominância dos termos no feminino e no plural, colocando o masculino entre parênteses. Na busca por uma norma ortográfica que relativize os gêneros, eliminando a supremacia do homem na língua portuguesa, não recorro ao emprego de “x” ou “@” ou “e” devido à dificuldade que alguns aplicativos e instrumentos possuem em transcrever o texto escrito para outras plataformas de acessibilidade voltadas às pessoas com deficiência visual ou que necessitem de linguagem em braile ou usuárias(os) de *audiobooks*. Sobre os termos aspeados, mantenho a utilização das aspas francesas (« ») empregados nos títulos originais, para marcar as diferenças de registro, assim como na grafia das palavras, nos textos escritos em português oriundos de outros países falantes deste idioma. Em tempo, as fotos escolhidas para esta tese não seguiram o critério de sua recente publicação, mas sim, por serem representações de escritora e de escritores sorrindo.

No que concerne às delimitações da tese, um dos pressupostos deste trabalho é compreender as formas pelas quais as heranças colonialistas afetaram e afetam a autorrepresentação da identidade nacional através da linguagem cômica presente em obras literárias, com ênfase no caso cabo-verdiano, considerando estarem imbricados nesses textos os violentos processos de apagamento e silenciamento exercidos sobre os componentes negros das ilhas. Também procuro estabelecer leituras que demarquem resistências a esta opressão epistemológica, cultural, social e política – entendendo estes procedimentos como distintos

¹⁵ Recurso inspirado na utilização gráfica adotada pela entrevista de Germano Almeida concedida a Diogo Vaz Pinto e publicada em 2017 no periódico português online *Sapo24*.

dos que nos conformaram, mas não completamente distantes das nossas conjunturas, embora estas ligações não sejam explicitamente colocadas neste estudo¹⁶.

É nessa perspectiva que o estudo do riso me instiga: como a linguagem cômica consegue promover o silenciamento ou o grito das questões negro-africanas nos textos? De quais formas essas identidades são reivindicadas ou rechaçadas pelo riso?

Faz-se necessário também justificar a ausência do protagonismo feminino nesta pesquisa em relação à autoria das narrativas. Um dos principais pontos que explica este recorte decorre do fato de apenas ter encontrado um texto maioritariamente cômico escrito por uma mulher cabo-verdiana contido na coletânea *Tchuba na Desert* (2006). Embora exista a utilização da linguagem cômica esta só aparece com predominância em um conto do livro na breve narrativa intitulada “O Visto”, da escritora Ondina Ferreira¹⁷. Posto que, mesmo sendo um rico objeto de análise, discutido inclusive no artigo “Possíveis leituras do conto “O Visto”, de Ondina Ferreira” (2015), que publiquei na *Revista Crioula* (USP), seria quantitativamente insuficiente cotejar narrativas longas de outros autores com apenas uma narrativa curta. Não obstante, a discussão sobre gênero é tematizada nesta tese através da análise dos personagens femininos presentes nas obras de Germano Almeida e Mário Lúcio Sousa, problematizando os silenciamentos, coisificações e reducionismos das figuras femininas nas três narrativas do *corpus* principal.

Estes aspectos e outras leituras são empreendidas no quarto capítulo destinado à investigação crítico-analítica das narrativas *O Meu Poeta* (1992a), *A Morte do Meu Poeta* (1998b), de Germano Almeida e no quinto capítulo no que se refere às discussões sobre a narrativa *Biografia do Língua* (2015), de Mário Lúcio Sousa. Ambos os escritores e suas respectivas obras obtiveram grande repercussão no cenário nacional e internacional e, conquanto, não sejam cronológica ou tematicamente próximas, a representação de questões relacionadas a Cabo Verde são bem condizentes com a proposta de discussão de posicionamentos político-ideológico destes intelectuais, de modo que, o cotejo dos romances e das trajetórias destes autores apresentam possibilidades interpretativas bastante enriquecedoras, seja sobre o papel dos intelectuais no panorama cabo-verdiano, seja no

¹⁶ Mesmo porque tal empreitada já foi fértilmente efetivada por Ricardo Riso (Ricardo Silva Ramos de Souza) em sua dissertação intitulada *Afirmando outras versões da história... Memória e identidade nas poéticas de Éle Semog e José Luis Hopffer Almada* (2014) e no artigo “Enegrecendo Pasárgada: o protagonismo negro nas relações literárias Brasil – Cabo Verde” (2015). Ressalto ainda que tal campo não foi esgotado (nunca será) e ainda carecemos de pesquisas com esta temática enfatizando as produções prosaísticas.

¹⁷ Não confundir com a escritora de contos e romances, tradutora, dramaturga e professora Ondina Silveira Ferreira, de São Paulo, que também assina suas produções com o nome “Ondina Ferreira”.

impacto ideológico que seus livros promovem. O critério para a ordem de apresentação dos autores nos capítulos cumpre a sequência alfabética.

No tocante ao *corpus* literário principal desta tese, as obras de Germano Almeida *O Meu Poeta* (1992a) e *A Morte do Meu Poeta* (1998b) apresentam um “retrato satírico” (TUTIKIAN, 2006, p. 65) tanto da pequena burguesia mindelense (Ilha de São Vicente), quanto dos políticos e produtores literários do período pós-independência em Cabo Verde e nos contextos do partido único e posterior pluripartidarismo, abordando as expectativas e as frustrações que marcaram estes momentos políticos fulcrais para a história do país.

Não obstante, o primeiro livro tenha sido publicado pela Ilhéu Editora em 1990 – um ano antes da abertura para eleição livre ocorrida no país –, sendo editado pela companhia portuguesa Caminho Editorial em 1992, utilizo e referencio nesta tese a impressão lançada em Portugal para não comprometer materialmente o exemplar raro, além de facilitar o diálogo com as(os) possíveis leitoras(es) cujo acesso à essa publicação é mais viável. Também recorro ao livro de 1992 por contemplar o aval a uma segunda edição que mesmo não sendo ampliada teria o respaldo do autor vivo.

Já o texto *Biografia do Língua* (2015) narra a trajetória de um menino que nasceu escravizado e falou suas primeiras palavras aos sete meses de vida. Desse dia em diante o personagem vive inconformado com sua condição e com os maus tratos aos quais ele e suas(seus) companheiras(os) de cativeiro são submetidas(os), o que o leva a perseguir a liberdade em todos os aspectos de sua vida, inclusive afetivamente. Quem conta essa peculiar biografia é um condenado a morte cujo último desejo é justamente não deixar que essa história morra com ele e transforma o pelotão de fuzilamento, bem como as(os) demais ouvintes que posteriormente chegam, em uma comunidade utópica unida pelo desejo de ouvir essa narrativa.

Embora o *corpus* literário não tenha uma conexão temática e tampouco cronológica ficcional e não ficcionalmente, todos os romances possuem a linguagem cômica como discurso problematizador da realidade histórica de Cabo Verde, seja através das críticas aos regimes políticos e da sociedade contemporânea no país, seja por seu passado na escravização e na colonização. Daí a motivação para a escolha desses livros: sua potência crítica através do riso.

Assim, proponho a seguinte questão: como o discurso cômico é operacionalizado nas longas narrativas *O Meu Poeta* (1992a) e *A Morte do Meu Poeta* (1998b), de Germano Almeida, *Biografia do Língua* (2015), de Mário Lúcio Sousa, de modo a engendrar

problematizações políticas e ideológicas acerca das questões étnicas, raciais de gênero e de classe contidas, prioritariamente, nessas obras?

2 O MUNDO QUE O MESTIÇO CRIOU: INTELLECTUAIS E NARRATIVAS DE MESTIÇAGEM NA LITERATURA DE CABO VERDE

O regime colonial, bem como seu término, não ocorreu da mesma maneira para todos os países, hoje, independentes. Até aqueles que foram subjugados pela mesma metrópole possuíram contextos diferentes tanto em relação aos períodos coloniais, quanto no que concerne aos processos independentistas. Embora fossem igualmente expropriados pelos colonizadores, vez que não houve, na história da humanidade, algum sistema desse modelo que conferisse plena dignidade e autonomia aos povos “dominados”¹, as táticas de exploração eram diversas, inclusive, dentro do mesmo conjunto de países sob o jugo de uma nação colonizadora.

A partir desta lógica e afunilando nas perspectivas da colonização portuguesa nos países africanos, é importante atentar para as especificidades das conjunturas que delimitaram o período colonial e como se deram as estratégias de resistência em cada caso. Mesmo que tal afirmação aparente ser uma incursão ao óbvio, é necessário diferenciar os processos, sujeitas(os) e as terminologias que, geralmente, concorrem para um imaginário homogeneizador, quando não inadequado, destas experiências.

Para exemplificar algumas dessas homogeneizações, assinalo a imposição do termo “assimilado”² às discussões sobre o regime colonial nos países africanos “dominados” por Portugal em detrimento da pouca recorrência a esse termo nos estudos acerca de Cabo Verde e sua quase inexistência nas pesquisas referentes ao Brasil colônia, como um indicativo que mais adiante é pontuado, bem como o perfil e o papel exercido pelos intelectuais frente ao governo português.

Nesse sentido, o vocábulo “assimilado”, de acordo com Patrícia Villen (2013, p. 104), conforme postula o *Estatuto do Indigenato*, que empregava o termo “indígena” para nomear habitantes de determinadas colônias, designava o africano³ que precisava ter

[...] mais de 18 anos; falar corretamente a língua portuguesa; exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para

¹ Acerca da opressão colonial, Kabengele Munanga assevera: “Poder-se-ia dizer que a colônia, como sociedade global dicotômica, vive permanentemente uma situação de violência, porque as duas sociedades que a constituem só dependem da relação de força dominante/dominado” (2009, p. 26).

² Utilizo o termo assimilado entre aspas para indicar seu uso dentro da acepção prevista pelo Estatuto do Indigenato/Indígena. Mesmo caso se aplica ao uso de aspas no termo indígena.

³ Não relativizo o gênero neste caso por não ter encontrado, nos textos consultados, referências à condição feminina frente ao legislado pelo Estatuto mencionado, daí a adoção dos termos no masculino.

o mesmo fim; ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses; não ter sido notado como refratário ao serviço militar nem dado como desertor.

Além destas características, acrescenta-se: atestar a fé cristã, ser monogâmico e apresentar manejos e costumes distintos de sua raça, de forma a distanciar-se o máximo possível da cultura “indígena” na qual estava inserido. Por sua vez, a nomenclatura “indígena” se refere às(aos) nativas(os) oriundas(os) dos territórios africanos subjugados por Portugal – mais especificamente angolanas(os), moçambicanas(os) e guineenses – caracterizadas(os) como “pretos boçais”⁴, “inferiores”, “atrasados” e “primitivos”, que não conseguiriam ter sua cidadania reivindicada como, teoricamente, aconteceriam aos assimilados, cuja civilidade era ‘reconhecida’ não só como uma classe social, mas também como cargo administrativo. Tal distinção é estabelecida, oficialmente, através do Estatuto do Indígena ou do Indigenato⁵, imposto – ainda no século XX – às demais colônias com exceção de Cabo Verde, Madeira e Açores.

Ora, o termo “assimilado” tornou-se um lugar muito visitado pelas pesquisas nas áreas de estudos sobre países africanos falantes de língua portuguesa em contextos de colonização. Não pretendo com isso afirmar que a discussão sobre os assimilados deva ser retirada dos conteúdos produzidos ou em construção, ou ainda que tais problematizações já estejam esgotadas e/ou superadas. O que proponho é ressaltar que tal abordagem precisa receber um tratamento menos estanque, ou ainda não ser discutida como se fosse igualmente adequada à todas as experiências, prática essa que, inclusive vem sendo bem conduzida nos textos de José Carlos Gomes dos Anjos (2000), Gabriel Fernandes (2002), Ricardo Riso (2014)⁶, dentre outras(os). Sua caracterização enquanto processo precisa ser evidenciada, de modo a combater as análises que tomam a assimilação como identidade única e fixa, como personagens históricas(os) completamente submissas(os) sem possibilidade de transformações ideológicas transgressoras, ou ainda como aspecto incontornável das vivências coloniais.

Para tentar exemplificar brevemente dois processos distintos de assimilação, recorro às discussões empreendidas por Vércia Gonçalves (2016) em sua dissertação *Nós matamos o cão-tinroso: anticolonialismos, projetos de nação e protagonismos de (novos) homens*

⁴ Esta expressão se refere a africanas(os) que ainda não dominavam a língua portuguesa, conforme descreve Leila Hernandez (2002).

⁵ Conjunto de normas sobre os direitos e, principalmente, os deveres dos “indígenas” das colônias portuguesas. Para mais informações: MENESES, Maria Paula G.. O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais, In: *e-cadernos CES*, jul. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/5FNffL>. Acesso em: 01 jul. 2016.

⁶ Pesquisas centradas no caso de Cabo Verde.

moçambicanos. Para análise da obra, o autor propõe o diálogo entre as colocações de Frantz Fanon (1961; 2008), Kabengele Munanga (2009) e José Luís Cabaço (2009) para tratar da experiência assimilacionista em Moçambique, no que proponho um diálogo para servir como uma espécie de trampolim para poder adentrar nas questões relacionadas a Cabo Verde.

Em sua pesquisa, Vércia Gonçalves (2016) ao analisar os contos de *Nós matamos o cão-tinroso*, obra escrita por L. Bernardo Honwana, assinala o destacado papel conferido aos “assimilados” demonstrando como estes desenvolviam uma atitude contestatória ao regime colonial quando constatavam que, mesmo com a assimilação da cultura do dominador, sua cor e origem africana não os tornariam iguais ou superiores ao colono português. Desse modo, Gonçalves (2016) também rompe com a ideia de um “assimilado” passivo e pacífico, leal às iniciativas colonialistas; o autor ratifica que é através da superação da assimilação que a independência é conquistada.

No que concerne à conjuntura cabo-verdiana, o arquipélago não foi submetido ao Estatuto do Indigenato, por isso a categoria oficial de “assimilado” não lhe foi imposta, o que não implica afirmar que, enquanto colonizado, não tenha passado pelo processo de assimilação⁷. Assim, durante o regime colonial, boa parte dos cabo-verdianos possuíam todas as características acima descritas como necessárias aos assimilados. No entanto, Leila Hernandez (2002, p. 102) destaca que a qualificação educacional visada pelo que seria considerado o processo de assimilação ia mais além do que o domínio da língua portuguesa; sua capacitação visava à formação de funcionários nativos de Cabo Verde que estivessem aptos a preencher os quadros do segundo escalão da administração pública ultramarina, particularmente, nos postos da Guiné portuguesa.

A pesquisadora afirma que, nestas localidades, entre 1920 e 1940, aproximadamente 70% dos cargos oficiais do funcionalismo público eram ocupados por cabo-verdianos ou por seus descendentes. Todavia, esse panorama não foi reproduzido no território arquipelágico, conforme assinala Hernandez (Ibidem), vez que a administração das ilhas havia sido comandada predominantemente por portugueses até 1960, quando este quadro foi revertido. “Por ocasião do 25 de abril, em Portugal, o secretário-geral do governo provincial é um cabo-verdiano”, pontua a autora.

Daí, a partir desses e de outros indicativos, que são abordados posteriormente, acerca de um determinado ‘privilégio’ do arquipélago perante as outras ex-colônias portuguesas em

⁷ Embora Furtado (2015) ressalve que, mesmo não possuindo o caráter oficial em semelhança com os outros países, as(os) nativas(os) de Cabo Verde não possuíam o mesmo status de cidadania que as(os) portuguesas(es) gozavam durante a vigência do regime colonial nas ilhas.

África, evidencia-se não somente a distinção do processo de assimilação como também uma diferenciação em relação ao perfil dos intelectuais cabo-verdianos, conforme assinalam os estudos de Anjos (2000), Fernandes e Riso Souza (2014)⁸. Assim, reservadas às suas especificidades, ocorreu sim um processo de assimilação em Cabo Verde, mas – para não deixar escapar a oportunidade – até que ponto podemos falar que este processo, enquanto identidade e não apenas relacionada à uma classe social específica regulada por legislação, foi superado nesse e em outros países? Para além da separação política, houve também um rompimento no sentimento de pertencimento entre as ilhas e Portugal?

Acerca da reivindicação/legitimação/construção da mestiçagem cabo-verdiana, o presente capítulo predispõe-se a traçar uma genealogia epistemológica com vistas a averiguar como o pensamento mestiço perpassa a geração da revista *Claridade* nas décadas de 30-60 do século XX e se faz presente nas gerações de intelectuais letradas(os) contemporâneas(os), dada a relevância desta identidade como símbolo nacional. Ao evidenciar este processo de construção, faço eco às análises propostas por Gabriel Fernandes (2002), José Carlos dos Anjos (2004) e Ricardo Riso (2014), quando postulam o papel de elaboração da identidade mestiça efetuado pelos claridosos e como tal identificação promoveu o silenciamento e apagamento do componente africano

O projeto claridoso de construção da identidade mantém-se como referencial até os nossos dias. Esse projeto identitário consiste em ter uma posição contrastiva em relação ao continente africano e de incorporação ao continente europeu. Dessa maneira, os claridosos ainda buscam respostas para solucionar aquilo que consideram como defeito para sua identidade nacional [...]. (RISO, 2014, p. 45)

Mesmo que a geração claridosa não tenha sido responsável pela promoção ideológica de uma ruptura com a metrópole portuguesa – seja por motivos cronológicos como assegura Leila Hernandez (2002), seja por questões políticas assimilacionistas conforme assinala Ricardo Riso (2014) – sua função na conformação da identidade nacional através da literatura é inegável, consoante sublinha Simone Caputo Gomes (2008). Desse modo, é produtivo compreender não somente seu protagonismo político na história do arquipélago como também entender quem foram os⁹ personagens que contribuíram para o sentimento de pertencimento nacional – por meio da cabo-verdianidade/morabeza – sem para isso romper com Portugal,

⁸ Segundo Ricardo Riso: “Com essa elite letrada postula-se a posição de desenvolvimento intelectual e de hábitos e costumes compatíveis aos metropolitanos, esse mínimo natural compartilhado motivado pela educação (FERNANDES, 2002) conduz à posição diferenciadora de Cabo Verde: “abaixo de Portugal e acima dos demais países africanos em termos ‘civilizacionais’ (ANJOS, 2000, p. 195)” (2014, p. 42).

⁹ O gênero masculino é utilizado aqui para sublinhar a predominância da produção de escritores/intelectuais envolvidos nesse processo.

numa postura distinta, por exemplo, de outros intelectuais africanos de sua época que auxiliaram ideologicamente e/ou militarmente na promoção da independência de seus países como, por exemplo, J. E. Taylor, Ako Adjei, o Dr. R. G. Armattoe, Kwame Nkrumah (Gana), Obafemi Awolowo, H. O. Davies e Jaja Wachuku (Nigéria), Jomo Kenyatta (Quênia) e Hastings Banda (Malawi) em suas participações no Congresso Pan-Africano, realizado no ano de 1945 (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 197).

Destaco ainda que tal perspectiva corrobora com a proposta de compreensão da linguagem cômica utilizada nas produções literárias na medida em que os textos que são analisados utilizam o riso para tratar de questões relativas ao contexto cabo-verdiano, transgredindo ou legitimando a ordem vigente de modo a compactuar ou romper com o cânone claridoso em suas reivindicações ou exclusões do componente negro-africano em seus discursos. Daí a inevitabilidade das discussões sobre a história social, política e cultural de Cabo Verde e suas ressonâncias na intelectualidade exercida pelas(os) escritoras(es) em suas obras. Compreender como a comicidade dá conta destes aspectos é o principal objetivo desta tese.

Desse modo, ressalto a importância de situar e problematizar o pensamento e as teorizações que essa elite letrada cabo-verdiana engendrou acerca da mestiçagem como plataforma de visibilidade nacional e internacional do mestiço enquanto identidade ‘essencial’ de Cabo Verde. Bem como é importante analisar como essa concepção reverberou nas gerações futuras, ecoando seja na forma da reivindicação de uma “cabo-verdianidade” dissociada da herança africana, seja por meio do elogio à criouliização, hibridização, que se planeja africana por entender-se universal – e que ainda assim não coloque plenamente seu pertencimento ao continente. Como exemplo destes legados, aprofundo no último capítulo que a concepção de uma “criouliização universal”, postulada por Mário Lúcio Sousa, é bastante próxima da mestiçagem elaborada pelos claridosos, na medida em que ambas propõem a miscigenação sem o reconhecimento da contribuição negro-africana, de modo bem mais apologético à cultura ocidental.

Assim, a partir destas colocações e de mais aprofundamentos que são retomados no decorrer do capítulo, destaco não somente a especificidade do caso cabo-verdiano como também assinalo a fertilidade das discussões sobre as particularidades dos processos de assimilação e o papel da intelectualidade nos contextos africanos; fonte inesgotável de conhecimento acerca das conjunturas que propiciaram as resistências e os processos independentistas expressadas através das produções estéticas.

Acerca da centralidade das discussões sobre a mestiçagem, saliento que, como no título da obra de Gilberto Freyre, *O mundo que o português criou* (1951) – que compila uma série de conferências apresentadas pelo autor na Europa, cuja temática é o enaltecimento da mestiçagem portuguesa no Brasil alargado para os demais “territórios ultramarinos” –, proponho neste capítulo inverter a lógica freyreana e demonstrar como o mestiço cabo-verdiano criou, também, seu próprio processo de miscigenação dentro de uma agenda identitária. De certo modo, compactuo com a provocação/proposição levantada por Gabriel Fernandes (2002, p. 90) de que a geração claridosa construiu (uma específica, eu acrescentaria) identidade mestiça quando pensava explicá-la.

2.1 NARRATIVAS DA MESTIÇAGEM

João Lopes Filho (1983, p.11) assinala a possibilidade de que as ilhas de Cabo Verde pudessem ter sido “conhecidas e até visitadas” antes mesmo da chegada dos portugueses em 1460, devido ao fato de que as populações da costa africana nesta época já possuíam embarcações suficientemente preparadas para o comércio em alto mar. De acordo com o historiador (Ibidem, p. 14), “admite-se” que povos africanos da orla marítima do ocidente fronteiriço tivessem aportado nas ilhas. Citando Oliveira Marques (1976), Lopes Filho (1986, p. 14) pondera que provavelmente se tratavam de árabes ou negros muçulmanos que teriam chegado à ilha do Sal para dela extrair esse produto, sendo este o motivo da nomenclatura oficializada pelos portugueses. Todavia, o autor enfatiza ser “inegável” que os portugueses tenham encontrado as terras desabitadas¹⁰, compreensão esta que tornou-se consenso entre outras(os) pesquisadoras(es) como a cabo-verdiana Maria Augusta Teixeira (2010), seus conterrâneos Gabriel Fernandes (2002), José Carlos dos Anjos (2006) e Cláudio Furtado (2016), o italiano Livio Sansone (2012), dentre outra(os).

Desse modo, tornou-se “convenção” o ano de 1460 como a época do “descobrimento” de Cabo Verde, embora, de acordo com Lopes Filho (1983, p. 12), ainda existam dúvidas

¹⁰ Segundo Lopes Filho (1983, p. 15), existe uma conhecida “lenda” na qual um rei jalofo, após um naufrágio, teria se instalado na ilha de Santiago junto ao seu séquito, “mas parece que tal não passa mesmo de ficção”. Ao utilizar o termo “lenda” e frisar o caráter ficcional da possibilidade de um monarca africano e sua comitiva terem chegado e se estabelecido em um território supostamente desconhecido (pela Europa/Ocidente) e desabitado, o autor acaba por endossar a concepção racista e etnocêntrica de que povos oriundos de África eram incapazes de descobrir e povoar outros locais utilizando-se de tecnologia e conhecimentos sofisticados de navegação e demais recursos de deslocamento e logística.

quanto à “verdadeira” data do ‘achamento’ das ilhas, aceitando-se que o processo de identificação e registro documental oficial do território cabo-verdiano tenha se dado entre os anos de 1460 e 1462 pelo governo português, de modo que Santiago foi a primeira ilha a ser povoada.

Ainda segundo o autor (ibid.) citando Jaime Cortesão (1975, p. 667), o Infante D. Fernando recebeu “privilégios especiais” para propiciar o povoamento, visto que “a colonização daquele arquipélago, inteiramente despovoado e a tão grande distância da metrópole exigia grandes incentivos”. Entre as prerrogativas concedidas pela coroa portuguesa aos colonos cabo-verdianos destaca-se a autonomia que os donatários (mais especificamente da ilha de Santiago) receberam para negociação, venda e apreensão de escravizados sequestrados da Costa da Guiné, além do comércio de produtos agrícolas e outras mercadorias, advindas deste mesmo local, sendo o arquipélago um importante entreposto comercial para a metrópole e outros países. Lopes Filho (p. 16) também assinala que após o “descobrimento” do arquipélago, as ilhas foram quase que imediatamente ocupadas por colonos europeus e escravizados negros procedentes da antiga “Costa da Guiné”.

Nessa perspectiva, Iva Cabral (2013, p. 16-17) assinala que “[...] uma vez que, na realidade, a primeira elite cabo-verdiana é também a primeira elite do mundo colonial que se constrói com os “descobrimientos” europeus”. Em sua tese intitulada *A primeira elite colonial atlântica* (2013), a autora analisa como essa aristocracia, denominada “homens brancos honrados”, foi pioneira na implantação de uma “sociedade colonial atlântica” na ilha de Santiago, de maneira distinta da empreendida na Madeira e Açores ou nas Canárias. Tal iniciativa se distingue das demais por ter sido, pela primeira vez na história, organizada uma sociedade na qual a minoria de europeus importou a maioria da população formada pela “mão-de-obra” escravizada.

De acordo com a pesquisadora (2013, p. 16), Cabo Verde foi o primeiro lugar dentro do contexto colonial no qual, no final do século XV e início do século XVI, os instrumentos judiciais, repressivos e políticos que possibilitaram a formação da sociedade escravocrata foram testados e expandidos pelo Atlântico. Como justificativas apresentadas para a consolidação desse projeto, a articulação e confluência de interesses em comum entre a elite de “homens brancos honrados” é descrita por Iva Cabral como uma das principais estratégias para garantir sua hegemonia e impedir as revoltas da “grande massa escrava”.

Acerca da composição étnica nas ilhas, Cláudio Furtado (2012), citando um estudo realizado por António Carreira (2000), afirma que grupos étnicos como os mandingas, os

jalofos e os fulas também tenham contribuído para formação do “povo” de Cabo Verde, não obstante, seja importante ressaltar o papel da miscigenação¹¹ para a configuração heterogênea da população cabo-verdiana, como ainda assinala Elisa Andrade (1996) referenciada por Furtado (p. 145). É oportuno destacar que o “papel da miscigenação” colocado acima pela(os) autora(es) ao mesmo tempo em que acentua o caráter heterogêneo do(s) povo(s) do arquipélago também opera no apagamento (e até mesmo no aniquilamento) das distinções entre os grupos, vez que na conformação étnica atual não há uma separação estrutural entre as etnias supracitadas.

Ao descrever o processo genérico conformador da miscigenação, João Lopes Filho (1983, p. 19) assevera que o povoamento seguia como norma apenas a ocupação das terras pelos homens portugueses e estes “acabavam” por terem filhos com as escravizadas, o que propiciou as relações de “aculturação” e fomentou a formação de uma sociedade fundamentada na mestiçagem entre europeus e africanos. Em um primeiro momento, o domínio da comunidade pertencia aos reinóis, e estes posteriormente foram substituídos pelos “mulatos” sinonimicamente definidos por Lopes Filho como “brancos da terra”, também denominados como “filhos da terra”.

“Convém notar que a miscigenação que se desenvolveu em Cabo Verde não terá sido, em princípio, fruto do amor do homem branco com a mulher negra, mas unicamente devido à falta de um número suficiente de mulheres brancas no arquipélago.” (Ibid.). Essa colocação permite uma leitura na qual, uma vez que as relações sexuais entre senhores e escravizadas não tenham se dado por meio da afetividade entre os dois, muito provavelmente, estas tenham ocorrido de forma violenta, através da imposição de seu poder e ameaças de retaliação por parte dos homens contra as mulheres. Porquanto, fica implícito, mas não menos evidente, que tais ‘ligações’ não geraram uniões oficializadas, tampouco tiveram fins meramente reprodutivos. Nesse sentido, aonde residiria o enaltecimento à mestiçagem frente à tamanha violência?

Continuando com as postulações, Lopes Filho (1983) apresenta como motivações para a mestiçagem, a partir de uma “análise” realizada por Almirindo Leça (1960), os seguintes aspectos:

A insularidade, a libidinosidade do homem português, a sua espiritualidade cristocêntrica (portanto oposta a actos de discriminação), a falta de mulheres brancas, a submissão das negras, a sedução das crioulas que geraram o

¹¹ O termo “miscigenação”, nesse contexto, assume a acepção sinonímica da expressão “mestiçagem” para dar conta do processo de “cruzamento” entre os componentes africanos e europeus. Nos casos em que as palavras “mestiçagem”, “miscigenação” e “crioulização” denotarem significados diversos, tais distinções serão assinaladas ao longo da análise.

mestiço, que acabou por dominar o espaço físico e intelectual do arquipélago. (1983, p. 20)

Desse modo, a explicação para o “fenômeno” da miscigenação se concebe por uma visão eurocêntrica que estabelece dois polos: a bondade do homem branco europeu e a “volúpia” das mulheres negras escravizadas. Ora, a partir dessa descrição o traço de violência contido no relacionamento entre os citados polos é apaziguado pela ideia de que tal fato tenha ocorrido de maneira consensual, ou até mesmo provocada pela “sedução” das crioulas, cuja suposta atratividade física não encontrou obstáculos para a efetivação da ligação sexual graças à “espiritualidade cristocêntrica” do colonizador português que não exerce “atos discriminatórios” ao se relacionar com pessoas de estratos sociais/raciais “inferiores”.

Após o detalhamento dos ‘impulsos’ da mestiçagem, Lopes Filho (Ibid.) prossegue na utópica harmonia entre as raças e as classes cabo-verdianas ao assinalar que a formação do crioulo de Cabo Verde se deu como necessidade de comunicação entre o senhor e o escravizado e representou um “elemento de união das classes sociais”.

Assim, o discurso apregoado por Almirindo Leça (1960) e João Lopes Filho (1983) se aproxima sobremaneira da ideia da “cafrealização”¹² portuguesa proposta por Boaventura de Sousa Santos em seu estudo intitulado “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade” (2003). Nesse texto, Santos defende que, diferentemente da colonização-padrão britânica, a dominação portuguesa foi “ingenuamente incompetente” ao promover o ‘cruzamento’ entre os portugueses e as nativas de suas colônias subalternizadas. Boaventura Santos (2003) coloca os portugueses como “miscigenadores natos”:

Os portugueses, sempre em trânsito entre Próspero e Caliban, tanto foram racistas, muitas vezes violentos e corruptos, mais dados à pilhagem do que ao desenvolvimento, como foram miscigenadores natos, literalmente pais da democracia racial, do que ela revela e do que esconde, melhores que qualquer outro povo europeu na adaptação aos trópicos. (SANTOS, 2003, p. 35)

Em sua leitura da cafrealização do colonizador lusitano, assim como em Leça (1960) e Lopes Filho (1983), Boaventura Santos (2003) descreve esse processo quase como um ato de altruísmo por parte dos portugueses, que abrem mão de sua “civildade” para juntarem-se às(aos) ‘primitivas(os)’ negras(os) de suas colônias; motivados por sua “espiritualidade cristocêntrica”. Então, desta ‘união harmônica’ entre portugueses e africanos surgem os mestiços que, mesmo em face de “certa ausência de unidade biológica, mas em compensação,

¹² De acordo com Boaventura Santos “‘Cafrealização’ é uma designação utilizada a partir do século XIX para caracterizar de maneira estigmatizante os portugueses que, sobretudo na África Oriental, se desvinculavam de sua cultura e seu estatuto civilizado para adotar os modos de viver dos “cafres”, os negros agora transformados em primitivos e selvagens” (2003, p. 35).

constituindo um tipo psico-cultural que se individualizou no “Homem Cabo-Verdiano” (LOPES FILHO, 1983, p. 20).

2.1.1 Parênteses conceituais: identidade e mestiçagem

Stuart Hall em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006, p. 21), postula que “Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada.”.

Uma vez formada e formulada, pode-se compreender a identidade não apenas como “ganhada ou perdida”, mas também como negociada e/ou criada. Como produtos do processo histórico, as identidades se adéquam aos contextos nos quais se inserem, bem como atendem a determinadas necessidades de grupos que as reivindicam para si moldando-as a partir de seus interesses. Desta forma, a identidade também passa a ser uma questão política, posto que, “A identidade se torna uma questão de poder e autoridade quando um grupo procura realizar a si próprio de uma forma política. Este grupo pode ser uma nação, um Estado, um movimento, uma classe, ou alguma combinação instável de todos eles” (GILROY, 2007, p. 125).

As questões identitárias passam a ser construídas por meio de relatos, narrativas que dão conta de aspectos que formam, em macro contextos, a(s) ideia(s) de nação, por exemplo, e para se firmarem ao ponto de serem oficializadas, institucionalizadas, elas passam pelo processo de negociação, como pontua Hugo Achugar (2006, p. 162-163). Esses relatos que moldam a identidade são produzidos, como destaca Achugar (Ibid.), a partir de uma negociação que envolve intelectuais, ou “ativistas vinculados aos sujeitos sociais tradicionais”, ou até mesmo novos sujeitos, em uma disputa pelo discurso e pela representação. A negociação implica em “uma batalha por ocupar a posição do que tem/ possui a história, do que sabe e do que escolhe.” (Ibid.). E possuir este relato, criar esta identidade, é parte crucial nas disputas pelo poder.

No caso de Cabo Verde, a reivindicação/criação da identidade mestiça pela elite letrada, serviu como forma de se distinguir dos portugueses, na época colonial, colocando-se como “autênticos filhos da terra” e, portanto, aqueles que deveriam ter o domínio do arquipélago, ocupando os cargos exclusivos destinados aos lusitanos dentro da administração colonial.

Para exercer tamanha influência dentro das estruturas sociais, de modo a alcançar uma ascensão de classe, a mestiçagem cabo-verdiana atravessou as três concepções para o termo que Verônica Toste Daflon (2014, p. 309) estipula; a) como processos de mistura biológica de diferentes fenótipos/raças humanos; b) enquanto ideologia utilizada nas narrativas nacionais de vários países que fizeram parte das colonizações ibéricas; c) e no formato de teoria antropológica, dissociada da ideia de raça, que descreve práticas de bricolagem, fusão, sincretismo e hibridização cultural, para abarcar as aglutinações de valores, hábitos, princípios e práticas culturais entre variadas etnias. Ao passo que se alega a não existência de grupos de habitantes nascidas(os) nas ilhas¹³, como sinalizado anteriormente, as(os) nativas(os) cabo-verdianas(os) sob o signo da miscigenação, posto que, conforme descreve Lopes Filho (1983), a filiação dos primeiros “filhos da terra” não poderia ser de mãe e pai portugueses/europeus, cabendo a maternidade às mulheres sequestradas pela escravização na então designada “Costa da Guiné”.

Mesmo sem o reconhecimento da paternidade de filhos¹⁴ oriundos de relacionamentos não oficializados (e nem sempre consensuais), alguns primogênitos conseguiram ascender socialmente através do regime¹⁵ de morgadios, o qual estabelecia a inalienabilidade e indivisibilidade das terras, além da isenção de impostos à Coroa e privilégios nas vendas de artigos produzidos em suas propriedades. Posteriormente, com o envio dos filhos¹⁶ para formação na antiga metrópole, as famílias pertencentes à elite vislumbravam o acesso aos cargos administrativos nas ilhas, lugares ocupados predominantemente por portugueses, mas que garantiam uma estabilidade financeira maior que o cultivo da terra, face ao arrefecimento do comércio com os países continentais que o fim do regime escravista não mais propiciava.

Foi essa classe interposta entre os colonos brancos/europeus e os camponeses que

¹³ Sobre o processo de reterritorialização enquanto configurador de identidades, etnicidades e territorialidades, Furtado (2013, p. 4) oferece a seguinte análise/hipótese: “No caso cabo-verdiano, uma colônia de povoamento, sustentamos que existe um triplo processo que imbrica a relação entre território, etnicidades e identidades. Com efeito, tendo sido, como atestam muitos historiadores, encontradas desabitadas, a ocupação das ilhas de Cabo Verde constitui, a um só tempo, (i) um processo de construção de um território (no sentido de que o território é o processo de historicização de um espaço físico e também simbólico, (ii) de desterritorialização, uma vez que implicou, no caso dos africanos e de muitos degredados europeus, a expropriação de seus territórios de origem, (iii) e de reterritorialização, uma vez que os moradores das ilhas tiveram que (re)construir e (re)construir-se num novo território”.

¹⁴ O reconhecimento de filhas nessa conjuntura não é discutido, no que pode ser compreendido como uma recusa ainda maior em registrar as meninas com paternidade portuguesa.

¹⁵ Regime sucessor das donatarias e sesmarias que não permitiam a sucessão patrimonial dos donatários. Foi através da estratégia de fixação dos morgadios que a Coroa encontrou uma forma de maior ocupação das terras pelos colonos a partir do século XIV. Apesar de que em um primeiro momento, uma pequena elite branca colonizadora teria monopolizado a ocupação das terras. (BORBA; ANJOS, 2012, p. 41).

¹⁶ O uso do gênero masculino se refere à característica deste tipo de emigração ser realizado principalmente por homens, como pontua Marzia Grassi (2007).

reivindicou a alcunha de mestiços¹⁷. Sob esse prisma, os mestiços serviam como mediadores entre a coroa portuguesa e os pequenos comerciantes e agricultores, ou nos termos de Anjos (2004, p. 275) entre a “população do arquipélago e a metrópole – Portugal”, visto que representavam o híbrido entre essas duas classes/polos – aliás, muito mais identificados com a primeira. Assim, além de compreender a identidade mestiça enquanto intermédio étnico de europeus e africanos (como pontuam Gabriel Fernandes (2002), José Carlos dos Anjos (2006) e Cláudio Furtado (2012)), – respondendo a uma pergunta anterior – é preciso compreendê-la *também* como categoria de classe, posto que foi a partir da mestiçagem que a elite letrada erigiu a ‘peculiaridade’ da identidade cabo-verdiana enquanto grupo privilegiado.

Desse modo, a elite cabo-verdiana do período colonial se legitimava por meio de sua condição nativa, como descendentes de europeus nascidos nas ilhas, mas como já citado anteriormente, Lopes Filho (1983, p. 19) assinala que a herança materna das(os) primeiras(os) cabo-verdianas(os) é majoritariamente africana. No processo de mestiçagem reivindicada por essa elite, o espólio das mães negras (predominantemente bissau-guineenses) se esvazia perante o legado paterno português e que, por sua vez, são sobrepujados pela condição de originários do arquipélago. Neste sentido, a proposição de Boaventura Santos (2003, p. 40) de que, como “Expressão da democracia racial, os mulatos contribuíram – sem querer e contra os seus interesses — para legitimar a desigualdade social racista.” não se sustenta, principalmente no caso de Cabo Verde, uma vez que o tipo mestiço se impõe enquanto classe superior, subjugando outras categorias para se sobressair no cenário político das ilhas.

É interessante observar que, através da simplificação, a identidade parece algo apenas biológico, envolvendo heranças genéticas e locais de nascimento, quando mais profundamente o processo de identificação se respalda como forma de distinção que busca uma peculiaridade, quase uma autenticidade, através de narrativas históricas que promovam a sustentação/legitimação desse status ‘diferenciado’. Sob essa ótica, Gomes dos Anjos (2006, p. 140) propõe um sistema trinário de oposições para a compreensão dessa reivindicação da diferença, no qual o mestiço se opõe ao africano e concomitantemente também é contrário ao europeu, e estes dois são divergentes entre si – já em termos “raciais”.

A diferença assim adquire um protagonismo ainda maior que a identidade, colocando-se em planos como o físico, o psíquico e o social. A distinção precisa ser marcada por intermédio de diversas formas simbólicas, como postula Hall (2006, p. 63), seja por meio de “sistemas de representação e práticas sociais (discursos)”, seja através de características

¹⁷ Coloco o termo apenas no gênero masculino para evidenciar, também, que tal reivindicação é parte de uma demanda idealizada, principalmente, por homens.

físicas como cor da pele, textura do cabelo e outras marcas simbólicas “a fim de diferenciar um grupo de outro”. É dessa forma que José Carlos Gomes dos Anjos (2006) descreve a mestiçagem, como uma diferença idealizada, um “totem”:

A cabo-verdianidade tem, sob esse prisma, a mestiçagem como uma espécie de totem. Ela é uma espécie de essência que conforma o conjunto dos corpos cabo-verdianos. Perfil físico, relações sociais, a *morabeza*, posição geográfica, tudo pode ser lido a partir desse tipo médio, nem negro, nem branco, cuja melhor expressão é o velho mito dos restos da Atlântida cultivado entre os intelectuais cabo-verdianos desde o início do século. (ANJOS, 2006, p. 140)

Contudo, dentro desse processo de “combinação” racial, é importante definir as diferenças entre as categorias analíticas de criouliização e mestiçagem, como destaca Cláudio Furtado (2012, p. 152):

Nos estudos sobre Cabo Verde, as categorias analíticas centrais têm sido, majoritariamente, a mestiçagem e a criouliização, como elementos caracterizadores dos habitantes locais.

Para o caso da mestiçagem, trata-se, como o refere Sérgio Costa, de uma noção sociológica e não fenotípica, que fundamenta grande parte dos trabalhos dos construtores da cabo-verdianidade.

Já o conceito de criouliização é fortemente polissêmico, mudando de significado de acordo com autores e momentos históricos. No entanto, o que parece comum entre os autores, que o elegem como categoria explicativa, é a dimensão linguística, ou seja, a capacidade de produção de um novo instrumento de integração societário, e a criação de um *ethos* cultural específico não passível de ser subsumido nas suas matrizes.

Portanto, segundo Furtado (2012), enquanto a mestiçagem se apresenta como noção sociológica, não baseada em aspectos físicos – o que não exclui sua configuração racial –, fundamental para a construção de uma ‘peculiaridade’ cabo-verdiana, a criouliização é um conceito polissêmico que se relaciona predominantemente com a questão linguística, no caso da língua materna do crioulo cabo-verdiano, o qual engendra um conjunto de traços identitários que reconhece igualmente as contribuições recebidas.

Entretanto, diferentemente do que propõe Furtado (2012), a teorização proposta por Mário Lúcio Sousa acerca da criouliização não prioriza a dimensão linguística e se reivindica como um processo de aquisição cultural. Discuto com mais profundidade no quinto capítulo que, mesmo abordando temas como a escravização e a população negra e pobre das ilhas em contexto de colonização, o tratamento de tais aspectos vislumbra uma experiência universal, muito mais relacionada à diáspora negra nas Américas – numa perspectiva bastante ocidentalizada – do que o reconhecimento da contribuição negra dos demais países africanos para a cultura cabo-verdiana.

2.2 A REVISTA *CLARIDADE*

Antes do surgimento dos primeiros exemplares do periódico *Claridade*, um grupo de intelectuais “filhos da terra” (FERNANDES, 2000, p. 64), representados por Eugénio Tavares, José Lopes e Pedro Cardoso, foram os pioneiros nas letras cabo-verdianas na reivindicação da peculiaridade das ilhas através da valorização da cultura popular, principalmente na defesa da língua crioula cabo-verdiana e do ritmo musical conhecido como *morna*. Esta geração ficou conhecida como “nativistas”.

Eugénio Tavares, no plano político/institucional, defendia uma “equiparação estatutária entre os *filhos da terra* e os metropolitanos e a ameaça de autonomia (“a África para os africanos” (RODRIGUES SOBRINHO, 2007)), até à postulação de uma personalidade cultural genuinamente cabo-verdiana” (Ibid.). Por outro lado, Pedro Cardoso mesmo defendendo a contribuição popular tanto na elaboração quanto na transmissão via oralidade da *morna* e do crioulo, como forma de diferenciar-se da cultura lusitana através da resistência à homogeneização apregoada pelos ideais assimilacionistas – apesar de utilizar o pseudônimo Afro – ainda descaracteriza o legado negro-africano ao afirmar:

Apanhados em flagrante nos batuques diretamente dos lábios das cantadeiras, revelam esses improvisos, na sua ingênua rudeza formal, a índole lírico-satírica dessa raça humilde e forte, paciente e heróica, que vem sendo, há milênios, espoliada e martirizada, em virtude dessas e outras excelentes qualidades e do seu único e horrível defeito de ser negra. (CARDOSO, 1933, p. 85, apud, FERNANDES, 2000, p. 65)

Dessa forma, a descrição da *morna* realizada por Pedro Cardoso em seu livro *Folclore cabo-verdiano* (1933) apresenta diversos julgamentos de valor que marginalizam a elaboração estética desse estilo, atribuindo-lhe o caráter de “ingênua rudeza formal”, além de referir-se ao componente negro que a configura como “único e horrível defeito”. Já José Lopes¹⁸, como pontua Gabriel Fernandes (Ibid.), foi dentre os nativistas o que menos expressou em suas atividades políticas e literárias o anseio emancipatório demonstrado pelos outros autores.

Contudo, a valorização da cultura de Cabo Verde não deveria significar um rompimento, transgressão ou oposição ao legado lusitano. Pelo contrário, nenhum dos nativistas se propôs a promover um rompimento com o sistema colonial; ao reivindicarem a ‘especificidade’ cabo-verdiana pretendiam muito mais equiparar-se a Portugal legitimando a perpetuação de seu espólio cultural através das manifestações populares nas ilhas, como uma

¹⁸ Apesar de ter assinalado que apresentava “anseios de que algum dia, embora no derradeiro momento da vida, pudesse ter o prazer de ver estas pobres ilhas independentes e felizes” (FERNANDES, 2000, p. 66).

forma também de se distanciar do patrimônio negro-africano refutando/apagando/silenciando o aporte que as populações de escravizadas(os) e outras(os) emigradas(os) do continente conferiram ao arquipélago.

Então, com o trabalho iniciado pelos nativistas, a primeira edição publicada em 1936 no Mindelo, na ilha de São Vicente, da *Claridade – revista de artes e letras* teve apenas homens como seus idealizadores e fundadores¹⁹; os intelectuais Baltasar Lopes da Silva (sob o pseudônimo de Osvaldo Alcântara), Manuel Lopes e Jorge Barbosa, tendo ainda a colaboração de António Aurélio Gonçalves, Teixeira de Sousa e Gabriel Mariano (CLARIDADE, 2016; RESENDE, 2012). Suas edições possuíam periodicidade irregular e contaram com duas publicações em 1936; uma em 1937; um intervalo de dez anos até que dois números saíssem em 1947; um outro em 1948 e mais um em 1949; um hiato de nove anos até mais uma edição em 1958 e a derradeira em 1960; no total de nove números da revista (SALLA, 2014, p. 104).

Desse modo, *Claridade* representa um marco fundamental nas letras cabo-verdianas, se constituindo no início de seu modernismo literário (CLARIDADE, 2016; GOMES, Simone, 2008). Antes das publicações claridosas, convencionava-se caracterizar a estética literária do arquipélago como integrante da cultura e literatura portuguesa, devido à intensa influência tanto das produções quanto da crítica da antiga metrópole, até mesmo pela nacionalidade de alguns dos primeiros autores, que escreviam nas Ilhas, mas eram provenientes de Portugal (PAULA, 2008).

2.2.1 Uma forma de engajamento? Identidade(s) nacional(is) na literatura de Cabo Verde

Os processos identitários de Cabo Verde têm sido objetos de pesquisa em várias áreas de produção do conhecimento. Contudo, numa encruzilhada interdisciplinar, a discussão sobre as formas de construção da identidade através da literatura tem alcançado especial relevo nos estudos sobre a revista *Claridade* e seus membros; emblemático movimento literário iniciado em 1936 cuja influência e referência perpetuam-se nas letras até os dias atuais.

Sendo assim, o paradigma claridoso se estende para além das fronteiras literárias imbricando aspectos políticos, sociais, históricos e culturais nos textos publicados,

¹⁹ Semelhante aos nativistas.

principalmente pela abordagem de temas específicos do povo cabo-verdiano como as secas, a fome, a emigração e a insularidade, numa tônica de valorização da cultura do arquipélago ainda pouco comum dentro do panorama das letras em Cabo Verde e iniciado pela geração dos nativistas.

Desta forma, por estarem inseridos em uma conjuntura política de germinação do processo independentista no país – e preconizar em seus escritos ideais de apego à (uma específica) cultura cabo-verdiana –, os fundadores da revista ora são situados como baluartes da libertação, ora são caracterizados como propagadores do vínculo com a antiga metrópole portuguesa.

Nesse sentido, um dos principais pontos de distinção da geração claridosa é a exaltação dos aspectos culturais de Cabo Verde como forma de diferenciação da literatura e cultura portuguesa com a qual as produções literárias anteriores costumavam seguir, trilhando os rumos nativistas. Entretanto, esse modo de ‘peculiaridade’ cabo-verdiana não implicava em uma ruptura definitiva e radical com Portugal; a ‘transgressão’ claridosa seria mais um complemento da literatura lusitana do que uma base para a construção de uma literatura nacional.

Sobre essa questão, Maria Felisa Rodríguez Prado em seu artigo “A literatura cabo-verdeana e o olhar dos escritores” (2002), assinala que os três principais membros²⁰ da *Claridade* não são os “arautos da independência”:

Tratando-se de literatura, hoje parece igualmente pacífica a aceitação do ano 1936, da revista *Claridade* e dos três impulsionadores como arautos de independência, tanto por parte dos escritores como da crítica e da instituição literária [?] do arquipélago, mas também por parte dos elementos cabo-verdeanos que no campo do poder passaram da posição de dominados à de dominantes, em virtude das mudanças acontecidas na metrópole e das suas lutas. Podemos observar, no entanto, se passearmos por tempos e por textos que precedem os actuais ou se sairmos dos espaços críticos centrais, nos quais as vozes discordantes não encontram muito eco, que tão clara e alta afirmação de independência pode não aparecer e mesmo pode deixar de existir. (RODRÍGUEZ PRADO, 2002, p. 147)

Através da colocação da autora é importante destacar o recorte da atualidade do rótulo outorgado aos claridosos, bem como os grupos dominantes que estabeleceram a revista enquanto precursora do movimento nacionalista do arquipélago, para que se possa problematizar a aderência dos textos da *Claridade* a determinadas tendências políticas. Felisa Rodríguez Prado assinala que a “clara e alta afirmação de independência pode não aparecer e

²⁰ Embora esses autores não sejam explicitamente nomeados no artigo, possivelmente, Felisa Rodríguez Prado se refere a Manuel Lopes, Baltasar Lopes e António Aurélio Gonçalves (numa leitura inferida a partir das colocações presentes no texto).

mesmo deixar de existir” nas publicações da revista, o que demonstra que a demanda política de libertação não era reivindicada pelos autores. Então, qual seria o posicionamento deles perante um assunto tão inelutável como o rompimento com Portugal?

Em consonância com a postulação de Felisa Rodríguez Prado (2002), José Carlos dos Anjos (2006, p. 84) acerca do “fundador literário da nacionalidade” em Baltasar Lopes, assinala que:

Durante a fase mais dura da Primeira República, Baltazar [sic] Lopes, embora considerado o maior escritor cabo-verdiano, foi condenado ao ostracismo, acusado de colaborador do regime fascista; hoje Baltasar Lopes é resgatado como um precursor do movimento nacionalista, ou até, como fundador literário da nacionalidade.

Ainda sobre esse tema, Gabriel Fernandes (2000, p. 76) coloca:

Em depoimento sobre a revista *Claridade*, Baltasar Lopes, um dos seus fundadores, afirma: “Pela militância, expressa ou latente nas suas páginas, a ação da revista, e com ela, do grupo, configura-se bem como um movimento precursor da independência política, na medida em que, como foi notado por vozes estranhas e insuspeitas, ela revelou que Cabo Verde possuía uma personalidade autônoma bem caracterizada e diferenciada, que merecia um tratamento e um atendimento específicos”. No entanto, ao se reportar ao contexto da sua produção, verifica-se que, ao contrário do que se procura passar, essa revista não deixou qualquer sinal que expressasse uma opção pela independência.

Retornando à colocação de Felisa Rodríguez Prado (2002), também é importante ressaltar o apagamento das “vozes dissonantes”, marginalizadas por não compactuarem com a “militância” do periódico no movimento emancipatório, como é o caso do “polêmico” ensaio de Onésimo Silveira intitulado *Consciencialização na literatura caboverdiana*, publicado em 1963. Em seu texto Silveira descreve a revista *Claridade* e suas produções literárias como “literatura de exportação” (2015, p. 10) e caracteriza a literatura cabo-verdiana, publicada até então, como sendo de domínio exclusivo da elite e “ferida de inautenticidade” (Ibid.).

[...] temos para nós que uma literatura de exportação como a criada pelo Movimento Claridoso, pode, pelos efeitos enganosos que comporta, constituir séria e fecunda advertência a quantos, aqui, se dedicam à missão literária pensando unicamente em si mesmo e postergando, em consequência de tal pessoalismo, as aspirações irreversíveis dos povos que compõem a paleta social desta terra africana. (Ibidem)

Assim, configurando-se enquanto objeto de prestígio da elite, a literatura produzida e propagada pela *Claridade* não contemplava a presumida realidade dos povos cabo-verdianos, de acordo com o autor. Conforme pontua Silveira (2015, p. 12), os claridosos simplificaram o drama do evasionismo, sem explorar os fatores sociais e psicológicos que fomentam e

fomentaram a emigração²¹, além de apenas citar as viagens para as Américas sem assinalar os destinos africanos (tidos como degradantes) como São Tomé e Príncipe, por meio da romantização de tais êxodos nas dualidades “querer partir e ter que ficar” e “querer ficar e ter que partir”.

Ainda sobre a ausência de uma postura ideológica crítica comprometida com a população cabo-verdiana por parte dos textos claridosos, Onésimo Silveira (2015) assevera:

Outra das notas dominantes da literatura criada por esse Movimento é o seu realismo paisagístico.

Não se depara com a preocupação de pesquisar, no plano literário, as coordenadas sociais e o comportamento real do homem caboverdiano como ser traumatizado pelas mesmas coordenadas. Na novelística e na poesia oferecem-nos esses escritores não os dados essenciais da problemática caboverdiana com as suas múltiplas imbricações e sim alguns momentos mais ou menos cristalizados do que é, logicamente, realidade na sequência das intenções que sempre animaram o Movimento; aqueles momentos são, por isso, meros dados paisagísticos flutuando num solo ideológico de relevo incharacterístico. (p. 14)

É a partir desse distanciamento da suposta realidade cabo-verdiana que Onésimo Silveira (2015) caracteriza a produção claridosa como “literatura de exportação”, posto que ela não se engaja com a problematização dos dramas de Cabo Verde como a emigração, a seca e a fome a não ser por meio da exotização, romantização ou superficialidade. Assim, como coloca o autor, a descrição desses aspectos é paisagística, sem aprofundamento crítico, sem uma proposta de “consciencialização” que vislumbre uma mudança ideológica traduzida em atitudes reformistas. O que fica aparente é a miséria do povo cabo-verdiano e não as causas que conduziram a esta situação, tampouco eram apresentadas propostas para que tal cenário fosse revertido, criando um ambiente de resignação.

Diante desse distanciamento da *Claridade* em relação aos problemas sociais do país, Silveira (2015, p. 10-11) destaca a formação dos seus fundadores no Seminário-Liceu de São Nicolau como um dos fatores que configuraram a estética claridosa associada aos moldes europeus focalizados mais na forma do que no conteúdo.

²¹ De acordo com Marzia Grassi (2007, p. 24): “A emigração cabo-verdiana tem características peculiares que são mais perceptíveis quando se considera a história do arquipélago e as suas condições naturais adversas de ilhas «flageladas do vento leste». A história das ilhas é uma história de abandonos e repovoamentos, de secas recorrentes durante as quais os escravos depressa eram vendidos e os trabalhadores livres eram obrigados a emigrar para outras colónias portuguesas. Talvez resida aqui uma das explicações do movimento para fora do arquipélago, que foi sempre uma característica que os cabo-verdianos referem como uma necessidade (cf. Sobrero, 1998). Há mais de um século que deixar livremente as ilhas para ir para os Estados Unidos, para Portugal ou para Holanda é vivido pelos jovens cabo-verdianos como uma inevitabilidade, e também como uma esperança e um sonho de realização.”. Estima-se que o número de cabo-verdianas(os) na diáspora se aproxime dos 500 mil, todavia, é difícil estabelecer o cálculo exato, posto que o governo de Cabo Verde considera a nacionalidade também de netas(os) de residentes nascida(os) no estrangeiro. Cf. Joana Henriques (2015).

O Seminário-Liceu de S. Nicolau, estabelecimento mais preponderante em Cabo Verde até ao primeiro quartel deste século, infundindo nos componentes desse grupo uma cultura fortemente europeia e europeizante, será ao mesmo tempo, a génese do Movimento e a longo prazo a causa de sua falência. A erudição aí ministrada era mais literária que científica. Na parte literária mais atendia ao estudo do formalismo gramatical e da estilística das línguas que aos pensamentos de que estas são depositárias. Esta preocupação, junta ao estudo de uma filosofia cristalizada e incompatível com o aprendizado de livre exame, conduzia a uma mentalidade retoricista, de comprazimento em subtilezas verbais, de que não viriam a estar isentos até os elementos mais bem dotados. (SILVEIRA, 2015, p. 10-11)

Essa formação “europeia e europeizante” da “intelectualidade” claridosa também implicou no afastamento dos “componentes negróides da cultura caboverdiana” (p. 20) em suas obras literárias. Ainda sobre esse tema da vinculação e exaltação da literatura e cultura portuguesa e Ocidental, Silveira (Ibid.) assevera:

Uma mentalidade assim estruturada determinaria que esses homens centrassem seus interesses – no sentido psicológico da palavra – sobre a Europa, inconscientemente [?] deslumbrados com as luzes brilhantes da civilização tecnológica do Ocidente, enquanto África era um eco distante de valores humanos e de cultura.

Nota-se também, como forma de respaldar cientificamente seus postulados, que os textos reunidos nas edições da *Claridade* traziam não somente produtos literários como poemas e contos, mas também apresentavam ensaios etnográficos escritos por Baltasar Lopes e Felix Monteiro, de modo a validar a “cabo-verdianidade” que apregoavam. Os cofundadores do periódico desenvolviam e publicavam artigos etnográficos enfocados, especialmente, acerca das ilhas de Santiago e Fogo, na qual a primeira é considerada como a mais africana de todas de maneira a explicitar a africanidade distinta do conjunto mais ocidentalizado/europeizado representado pela região do Barlavento (FERNANDES, 2002; FURTADO, 2013).

Dessa maneira é importante, além de sublinhar a formação intelectual da geração claridosa, como o faz Onésimo Silveira, destacar o projeto identitário apregoado por seus idealizadores que promove o silenciamento dos contributos negro-africanos na configuração da sociedade e cultura cabo-verdiana. Sinalizo também que a não adesão aos ideais independentistas não necessariamente implicava em uma ausência de ideologia pelos claridosos, como pontua Silveira (Ibid.); pelo contrário, a omissão dos fatores que causavam os males sociais pelos quais passava Cabo Verde, assim como a ausência de críticas ao governo colonial, possibilita uma forma de associação com o regime colonialista.

2.2.2 O regionalismo claridoso e o lusotropicalismo

Nessa época, interessava ao governo português a manutenção do sistema colonial, de modo que políticas de “aproximação” com as “províncias ultramarinas” foram criadas e estimuladas com fins de repressão e abafamento de movimentos independentistas.

Dentro desse projeto, era conveniente à, até então, metrópole portuguesa o estreitamento da identificação com Cabo Verde, construindo a ideia de que o arquipélago era distinto das demais colônias por ser mais próxima culturalmente (e intelectualmente) de Portugal, daí as benesses que recebia, como o não enquadramento no Estatuto do Indígena (1926-1931) e a ocupação por cabo-verdianos dos cargos administrativos nas ilhas e em Guiné-Bissau, por exemplo. Ricardo Riso (2014) assim descreve a adesão dos claridosos aos ideais propostos pela política assimilacionista e integracionista do Estado Novo Português,

Esses intelectuais, conhecidos como claridosos, de certa maneira, coadunam com os objetivos do chamado Estado Novo português (1930-1933) que aprimorava a inserção da ideologia assimilacionista e integracionista das colônias africanas. Dessa forma, essa nova elite letrada mantém a assimilação como diferencial e forma de aproximação dos metropolitanos, tornando-se um importante instrumento de negociação da sua posição social e servindo como meio de diferenciá-la da população local e dos demais povos africanos (FERNANDES, 2002). Através da assimilação, os claridosos alçam o mestiço como o efetivo resultado desse projeto, aceitam o seu papel de defesa da política colonial e do universalismo da cultura portuguesa. (RISO, 2014, p. 44-45)

Nessa conjuntura, pode-se compreender a construção da mestiçagem pelos claridosos como uma forma de aproximação com Portugal através da depreciação do componente negro-africano presente na configuração da dualidade que compõe o mestiço cabo-verdiano. Através da valorização da contribuição da herança portuguesa que possibilitou a ‘civilidade’ em Cabo Verde. Ao invés do ‘exótico e selvagem’ do gene africano, o elo com a antiga metrópole era ainda mais fortalecido.

Todavia, mesmo com o enaltecimento do patrimônio cultural português, fazia parte do projeto claridoso o imaginado enobrecimento de uma identidade cabo-verdiana, distinta tanto da antiga metrópole, quanto das outras ex-colônias africanas. Surge então a ideia do regionalismo cabo-verdiano.

Nessa acepção, o regionalismo cabo-verdiano preconizado pelos componentes da *Claridade* não prevê uma abordagem das regiões/ilhas do arquipélago ou um tratamento mais aprofundado das peculiaridades culturais regionais, como ocorre em outros “regionalismos”

como o brasileiro, mas sim, a ideia de que Cabo Verde é uma região de Portugal, uma parte integrante de seu território. Tal forma de legitimação, ainda como modo de distanciar-se das demais colônias africanas, equipara de maneira hierarquizada a cultura cabo-verdiana não como subordinada à cultura portuguesa e sim como sua semelhante/integrante, de modo que se pode compreender o “regionalismo do caso caboverdiano como forma de melhor enquadrar o arquipélago no contexto do mundo lusotropical” (BARROS, Víctor, 2008, p. 197).

Ainda sobre o projeto português de reforço ao sistema colonial, João Medina (2000, p. 49) contextualiza tal agenda desde o início da ditadura militar e, posteriormente, com o Estado Novo salazarista nos anos 30, no qual o “Acto Colonial²²” de 1930, inserido na Constituição de 1933, assinala o discurso colonialista embasado na pretensa concepção do direito imperial de conquista, exploração, missionação católica e “civilização”. A partir das décadas de 50 e 60, com o incremento dos movimentos independentistas nos países africanos e asiáticos, a ditadura portuguesa recorre aos postulados do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre acerca de suas teorias sobre o lusotropicalismo, iniciadas e divulgadas já nos anos 30, tendo a obra *Casa Grande e Senzala* (1933) como texto emblemático (Ibid.). Entretanto, a sistematização do pensamento lusotropicalista somente toma corpo vinte anos após *Casa Grande*, com a publicação da coletânea de conferências intitulada *Um brasileiro em terras portuguesas: Introdução a uma possível lusotropologia*, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e nas ex-colônias da Ásia, da África e do Atlântico (1953) (ARENAS, 2010) e ulteriormente *Integração portuguesa nos trópicos* (1958) e *O luso e o trópico* (1961) (CASTELO, 2011).

Nesse sentido, de acordo com Gilberto Freyre (1961, p. 53-54), a lusotropologia se define como:

[...] o estudo sistemático de um encontro dramático de determinada cultura, predominante sobre outras, com a natureza, em espaços já definidos pelos naturalistas como tropicais. De modo que em vez de simples ramo da antropologia ou da sociologia da cultura, a possível ciência seria também um ramo da ecologia: um meio termo não só entre a sociologia ecológica como entre a ecologia, em geral – inclusive a biológica –, auxiliada por outras ciências do homem –, e a sociologia ou antropologia da cultura.

Acerca da adesão do Estado Novo às teses freyreanas, Fernando Arenas (2010) postula que durante os anos 30 e 40 tais acepções foram rejeitadas a despeito da relevância conferida às posturas racistas e eurocêntricas, posto que os postulados de Gilberto Freyre são concebidos e referenciados, inicialmente, em cotejo com o panorama brasileiro. Cláudia

²² Este ato instituiu o “Império Colonial Português” e restringe sobremaneira a autonomia econômica das colônias. Cf. *Diário do Governo*, n. 156. Disponível em: <https://goo.gl/Byh9Ei>.

Castelo (2011, p. 272) assinala que somente na década de 50 os contributos teóricos encontraram uma recepção mais positiva pelo regime de António Salazar. Nesse período o discurso do governo reproduziu uma versão simplificada e nacionalista do lusotropicalismo, a mudança de perspectiva frente a estes pressupostos sucedeu-se perante a conjuntura internacional do término da Segunda Guerra Mundial e a necessidade do governo estado-novista de revigorar a unidade nacional em detrimento das pressões externas favoráveis à autodeterminação das colônias.

Assim, em meados da década de 50, o Ministério dos Negócios Estrangeiros empreende um direcionamento sistemático de doutrinação de diplomatas portugueses sob os preceitos lusotropicalistas. A formação consiste em capacitar esses agentes com “argumentos (supostamente) científicos”, eficientes para a legitimação da presença colonial nos países da África e Ásia. Cláudia Castelo (p. 272-273) prossegue afirmando que

O processo de apropriação discursiva de uma versão instrumentalizada do lusotropicalismo, sobretudo para fins de propaganda e política externa, é levado ainda mais longe no período do colonialismo tardio. Paradoxalmente, é depois do início das lutas de libertação nacional nas colônias africanas, que o Estado colonial português procura inculcar o *antirracismo* nos portugueses e conformar o comportamento dos funcionários administrativos e dos colonos ao ideário lusotropicalista. (Grifo meu)

Sob esse prisma, o lusotropicalismo é apresentado enquanto ideologia que estabelece uma presumida harmonia entre as raças²³ proporcionada pela visão essencialista da cultura portuguesa. Já dentro desse aspecto também estão imbricados o processo de mestiçagem biológico e cultural oriundo do legado árabe e africano na gênese do povo português, bem como da contribuição posterior das sociedades advindas da colonização lusitana.

Entretanto, as metodologias miscigenadoras tendem a promover o apagamento/silenciamento das culturas dominadas, bem como impor sua soberania aos grupos subjugados, através do subterfúgio da presumida civilização concedida pela colonização. Tal concepção configura uma forma de racismo que opera por meio do estabelecimento da hierarquização das raças na qual a cultura lusa será sempre a prestigiada/enaltecida. Desse modo, o antirracismo grifado na citação de Castelo (2011) preconizado pelo governo português em relação às colônias, pode ser compreendido como combate à discriminação de cunho aparentemente social, na boa convivência entre colonos e colonizadas(os), mesmo que

²³ Vez que a expressão “democracia racial” não tenha aparecido de maneira explícita em *Casa Grande e Senzala*, embora seja possível fazer leituras acerca do caráter embrionário do texto freyreano para o surgimento desse mito racial. (ARENAS, 2010).

uma equiparação da cidadania nas plataformas culturais, políticas e mesmo sociais não seja alcançada.

Gabriel Fernandes (2000, p. 73) assinala que os claridosos, em sua descrição da mestiçagem cabo-verdiana, se apropriaram das teorias lusotropicalistas adequando-as às abordagens racistas e racialistas do início do século²⁴, numa “dinâmica de promiscuidade teórico-hermenêutica”. É a partir da comparação com a sociedade brasileira, em específico com a região nordeste, que não só as proposições de Freyre como também as produções literárias do modernismo nordestino, influenciaram sobremaneira a estética e a temática claridosa. De modo que,

Os intelectuais cabo-verdianos, tendo interpretado a realidade cabo-verdiana não a partir dela mesma, mas da *sua* imagem refletida no macro-espaço brasileiro, precisavam que os seus principais enunciados fossem validados ou corroborados por quem lhes forneceu o material teórico-epistemológico indispensável à sua *auto-descoberta*, pelo que aguardaram, com ansiedade, a visita de Gilberto Freyre a Cabo Verde. (FERNANDES, 2000, p. 83, grifo do autor)

Sobre a expectativa dos estudiosos cabo-verdianos diante da visita de Gilberto Freyre, Fernandes destaca a fala de Félix Monteiro, um dos fundadores da *Claridade*:

Félix Monteiro, um dos estudiosos cujos trabalhos tinham nas produções de Freyre seu centramento teórico-epistemológico, denuncia, em relação à visita desse sociólogo, que, “[...] pela dosagem dos elementos da sua formação étnica, plasmando-se incessantemente no *melting pot* da sua secular miscigenação; pela sua quase total desafricanização, emancipando-se progressivamente de elementos pré-lógicos [...], Cabo Verde não vai passar despercebido a Gilberto Freyre, na sua visita ao ultramar português”. (FERNANDES, 2000, p. 84)

Todavia, a visita de Freyre às cidades do Mindelo e da Praia no ano de 1951, custeada pelo governo colonial, frustrou as expectativas dos claridosos e ideólogos de uma mestiçagem próxima ao caso brasileiro, como destaca Fernandes reproduzindo pontuações de Gilberto Freyre:

[...] a estabilização cultural de uma gente que, procurando ser européia, repudia as suas origens africanas e encontra-se, em grande número, em estado ou situação precária de instabilidade cultural e não apenas econômica”. O sociólogo brasileiro refere-se, ainda, à inexistência de traços regionais expressivos e à *incanização cultural do cabo-verdiano*, dizendo não existir “uma arte popular que seja própria do cabo-verdiano e marque, na sua cultura, uma sobrevivência africana cultivada com algum carinho”, uma ausência que, segundo ele, parece explicar-se pelo “pudor de ser africano”. (FERNANDES, 2000, p. 85)

²⁴ Possivelmente o autor se refere ao racismo científico em evidência nas pesquisas europeias do início do século XX.

Desiludido, Baltasar Lopes, um dos maiores entusiastas das obras do sociólogo declara publicamente “o messias desiludiu-nos” (p. 86). Dessa maneira, mesmo contrariados com as análises freyreanas, os claridosos seguem com o projeto de mestiçagem ainda enquadrado nas demandas colonialistas, mas, desta vez, afastado do paradigma brasileiro de Gilberto Freyre.

2.2.3 Persistências e rupturas de/com o paradigma claridoso

A influência claridosa faz-se notar nas produções literárias posteriores seja através das temáticas em comum, como as questões da seca, da falta de chuvas, do evasão/emigração e da mestiçagem, seja por meio da herança estética, ainda mais perceptível nas obras poéticas. Além dessa reverberação nos textos, a relação com o movimento da *Claridade* é reivindicada enquanto legado; uma associação que se expressa nos discursos ou nas homenagens, como é o caso de vários periódicos surgidos após os escritos claridosos e que são publicados nos aniversários das edições da revista, a exemplo da *Sopinha de Alfabeto*, editada por Mito Elias e Filinto Elísio Silva em 1976.

Alguns escritores contemporâneos reclamam para si a herança claridosa, como o faz Germano Almeida, um dos autores analisados nesta tese, ao afirmar²⁵ que percorre o trajeto trilhado anteriormente pelos claridosos, embora apresente seus textos em cenários mais urbanos. Nesse sentido, ao priorizar em suas abordagens os aspectos culturais de Cabo Verde em semelhança ao projeto da *Claridade*, o escritor confere especial destaque para a cultura mindelense, berço da primeira edição da revista.

Apesar de reconhecer que a literatura cabo-verdiana ainda não rompeu com o paradigma claridoso, Almeida afirma que nem ele promove tal ruptura, mesmo localizando seus enredos em paisagens predominantemente urbanas. A continuação desse modelo também se manifesta no autor por sua perpetuação dos ideais de valorização da cultura portuguesa, do mestiço cabo-verdiano e da cultura de Cabo Verde como distinta dos demais países africanos.

Assim como os claridosos, Germano Almeida perpetua uma visão ocidentalizada/europeia de Cabo Verde, principalmente, através da valorização da paisagem urbana do Mindelo, como em *O Meu Poeta* (1992a) e *A Morte do Meu Poeta* (1998b),

²⁵ Germano Almeida (1998) citado por Jane Tutikian (2006, p. 64) assinala que: “[...]É verdade que continuamos a dormir à sombra dos louros da «Claridade», como se isso nos bastasse. Não tentamos ultrapassar, continuar a experiência «claridosa». E nem houve ruptura entre essa geração e as actuais; a viagem literária que eles fizeram fi-la eu 50 anos depois, veiculado a um meio mais urbano...”.

narrativas integrantes do *corpus* desta tese, sob a perspectiva de uma burguesia fútil e elitizada, totalmente afastada das demandas e das culturas populares, cujo ápice do regionalismo é o consumo de grogue²⁶, posto que nem as mornas cantadas em crioulo cabo-verdiano são retratadas nas narrativas.

O prestígio da(o) intelectual letrada(o) em detrimento das(os) contadoras(es) de histórias orais também é sintomático dessa recusa dos aspectos relacionados às classes sem escolarização formal. Esse distanciamento dos pleitos populares, evidenciado, inclusive, pela recusa à utilização mais ampla²⁷ do crioulo cabo-verdiano, além da caracterização negativa conferida por meio da denominação de “preto” aos personagens caricaturizados pejorativamente, está muito relacionado ao que Onésimo Silveira (2015, p. 21) questiona ao enfatizar a falta de identificação entre escritor e o povo. Nas duas narrativas citadas, nenhuma(um) personagem de relevo²⁸ na trama pertence aos grupos de camponesas(es), pescadoras(es) ou trabalhadoras(es) informais, por exemplo.

Desse modo, todas as pessoas das tramas são pertencentes à burguesia e ainda mais a uma elite escolarizada, de circulação nos meios de lazer prestigiados, bem como usuárias de bens culturais ocidentalizados, a exemplo de referenciais de leitura canônicos, como a citação de Hölderlin²⁹ em *A Morte do Meu Poeta* (1998b, p. 77), e hábitos gastronômicos europeus, como o apreço por licores estrangeiros enquanto “paixão máxima” do Poeta, descrita em *O Meu Poeta* (1992a, p. 22) e que, após a posse do cargo de Embaixador, foi radicalmente – e ironicamente – substituído pelo consumo “exclusivo” de bebidas nacionais como o licor de leite e de tangerina (Ibid.). As práticas medicinais locais ainda são depreciadas em detrimento das “tecnologias” ocidentais, como no fragmento de *A Morte do Meu Poeta* na qual o Assistente³⁰ do Poeta retruca:

Se estivéssemos na América [EUA], dizia-lhe, a estas horas já estavas com uma placa de prata na garganta e medicado de tal forma que não haveria constipação que resistisse, mas estamos em Cabo Verde e por isso temos que nos contentar com a prata da casa, que no caso são ervas de mato e gemas d’ovos... (ALMEIDA, 1998b, p. 125)

²⁶ Bebida alcoólica típica de Cabo Verde feita de rum, água e açúcar.

²⁷ São pouquíssimas as palavras ou expressões em crioulo apresentadas nas tramas.

²⁸ Mesmo que o protagonista *Meu Poeta* tenha nascido em uma família sem posses, esse aspecto não é aprofundado, de modo que sua trajetória fora dos círculos de privilégio social não é abordada nas duas obras. Enfatizo também que, apesar das condições financeiras do protagonista e de seu Assistente nem sempre serem favoráveis nas narrativas, os personagens são representados, predominantemente, como pertencentes a uma burguesia em ascensão, numa leitura inferida através de seus hábitos culturais e sociais de luxo, inclusive nos momentos em que não havia provimentos fixos.

²⁹ Johann Christian Friedrich Hölderlin (1770-1843) foi poeta e romancista alemão.

³⁰ Posto que tanto *O Poeta* quanto seu Assistente não possuem nomes próprios nas narrativas, adoto como marca distintiva a utilização de letras iniciais em maiúsculo para me referir aos dois personagens.

Ainda sobre o legado claridoso na obra almeidiana, destaco tanto o vínculo do autor com um dos ideólogos da *Claridade*, Baltasar Lopes³¹, “[...] o único poeta nacional que alguma vez mereceu a honra de ser presidente da República de Cabo Verde foi o dr. Baltasar [Lopes]” (p. 130), quanto a continuidade, já assinalada, dos pressupostos da revista, em especial, da perpetuação do paradigma da mestiçagem, como no exemplo do projeto/temática do livro *A Família Trago* (1998) na qual “[a] ideia é confundir o mito da construção de Cabo Verde com o da mestiçagem³²”.

No tocante à ruptura com a *Claridade*, ênfase em Mário Lúcio Sousa, um dos autores analisados nesta tese, uma aproximação com os nativistas, em especial, com Eugénio Tavares (1867-1930), explicitada pelo autor em entrevista a André Sampaio, Diego Alves Moreira e Patrícia Camargo durante uma das visitas ao Brasil na ocasião da FESTLIP em junho de 2008, “Há mais uma identificação com os pioneiros da nossa literatura, como Eugénio Tavares, e com a tradição oral anciã, de que com os movimentos posteriores”. A ligação de Mário Lúcio com Tavares é bastante sinalizadora dos posicionamentos que ambos compartilham acerca da cultura popular de Cabo Verde.

Os percursos estéticos de Mário Lúcio Sousa e Eugénio Tavares são muito próximos. Ambos são músicos propagadores do crioulo cabo-verdiano, além de publicarem poesias, prosas e peças teatrais.

Além de ser responsável pela consagração literária da morna (PATRÍCIO E SILVA, 2011, p. 63), Tavares³³ também é um dos pioneiros, juntamente com Pedro Cardoso, na divulgação do crioulo cabo-verdiano escrito (RAMOS, 2009, p. 83) e na reivindicação da emancipação de Cabo Verde (RODRIGUES SOBRINHO, 2007) – não enquanto nação soberana, mas tão somente enquanto portadora de um estatuto diferente perante Portugal, como já citado anteriormente.

Em sua estadia nos Estados Unidos, Eugénio Tavares tomou conhecimento dos ideais pan-africanistas (GUIMARÃES, 2005³⁴) e aprofundou seu engajamento político, reivindicando, “Portugueses-irmãos, sim: Portugueses-escravos, nunca. Havemos de ter o nosso Monroe: A África para os africanos” (MONTEIRO, 1997³⁵). Mesmo reconhecendo o valor da cultura popular e até mesmo do contributo africano para a conformação desta,

³¹ Assim como Germano Almeida, Baltasar Lopes também era advogado.

³² Germano Almeida em entrevista concedida a António da Conceição Tomás em abril de 1998 (GÂNDARA, 2008, p. 15).

³³ Estabeleceu-se que na data de aniversário de Eugénio Tavares, 18 de outubro, é comemorado o Dia Nacional da Cultura em Cabo Verde, oficializado através de um projeto-lei apresentado pelo deputado Jorge Lima Andrade Silva, na Assembleia Nacional de Cabo Verde. Cf. <https://goo.gl/9FRbxQ>

³⁴ Citado por Genivaldo Rodrigues Sobrinho (2007).

³⁵ Citado por Genivaldo Rodrigues Sobrinho (2007).

Eugénio Tavares enaltecia ainda mais o legado português, numa tentativa de eruditizar o cancionário popular.

A partir dessa perspectiva, uma possível compreensão tanto do reconhecimento da cultura popular quanto do legado africano presentes nas obras de Mário Lúcio Sousa o aproximaria dos empreendimentos efetuados por Eugénio Tavares como ‘cultor’ dos saberes do povo. A atuação de Mário Lúcio como músico do grupo Simentera em Cabo Verde primou pela pesquisa de músicas tradicionais das ilhas – assim como o fez Tavares em relação à morna – conferindo a ritmos como o *funaná*, *morna*, *tabanka*, *coladera-samba*, valsa andina, polonesa das ilhas, *batuco* e a *berceuse* aspectos modernos, de modo a “dar-lhes uma audição a nível internacional” (JSD, 2012).

A apreciação da cultura oral é uma intersecção presente nas obras dos dois autores, sendo uma reivindicação de Sousa a sua prática estética enquanto “oratura” tamanho é o peso da oralidade para a conformação de suas narrativas. Exemplo disso é a ausência de pontos finais no livro *O novíssimo testamento* (2009), assim justificada por Mário Lúcio Sousa em entrevista a Carolina Freitas do site *Jornal das Letras* em 2010:

Não existem pontos finais na narração oral, e sendo a minha literatura uma *oratura*, essa opção acabou por surgir naturalmente. A partir deste livro, a ausência de pontos finais é uma 'cruz que tenho que carregar', pois desenvolvi uma sinergia em que da primeira à última palavra há uma ligação, por vezes poética, outras rítmica, ou ainda com outros recursos da oralidade. (SOUSA; FREITAS, 2010)

Não há sequer um ponto final da primeira até a última página da obra e o ritmo narrativo é marcado através de vírgulas, inclusive no fragmento final do livro quando encerra: “E, inclinando a cabeça, entregou o espírito, e ali ante mim feneceu e com ela todo o seu complexo de Jesus, Vírgula,”³⁶ (SOUSA, 2009, p. 324). Mesmo sem a utilização mais ampla de termos em crioulo há uma tentativa de aproximação com a linguagem coloquial, apesar de o texto apresentar, por vezes, tonalidades bíblicas nas expressões.

Ao contrário do que ocorre em Germano Almeida, é possível observar em Mário Lúcio Sousa uma maior proximidade com os temas e aspectos da cultura popular. A partir dessa oposicionalidade, torna-se ainda mais consistente o argumento de Onésimo Silveira (2015, p. 17-18) acerca da

[...] omissão do homem do grupo de ilhas geograficamente denominado de «Sotavento», que não sendo propositada será de qualquer modo significativa, denuncia só por si a inexistência de identificação que o Movimento

³⁶ Semelhante recurso á oralidade por meio da pontuação é empregado em Germano Almeida, nas duas obras em tela, nos excertos em que falas são introduzidas nas narrativas sem o uso de travessões, para dar conta de um modo mais coloquial de narração.

pretendeu realizar com a terra caboverdiana. Atendendo a que as ilhas desse grupo são as menos ocidentalizadas, cremos haver razão lógica bastante para atribuir aquela falta de representação ao que se poderia chamar, com toda propriedade, o «barlaventismo» da literatura claridosa, isto é, a atenção quase exclusiva aos aspectos da realidade caboverdiana que, por haverem sofrido uma maior lusitanização, permitiam uma imediata coincidência entre a mentalidade saturadamente europeia dos claridosos e a matéria de observação e anotação literária.

Desse modo, as escolhas espaciais nas obras e autoras(es) aqui analisadas sinalizam também para questões ideológicas que promovem, ou não, rasuras quanto ao aspecto mais africano ou mais ocidental na composição cultural dos grupos populacionais de cada região do país, bem como suas implicações nos aspectos relacionados à classe, raça e gênero.

2.3 INTELLECTUAIS LITERATOS: TRAJETOS, TRÂNSITOS, MILITÂNCIAS E ENGAJAMENTOS

Neste tópico proponho, inicialmente, a discussão sobre a formação de uma elite letrada em Cabo Verde em seus vínculos com Portugal, África e outros centros de poder no tocante à configuração das obras literárias enquanto plataformas políticas partidárias ou não.

Por conseguinte, é profícuo traçar uma pequena digressão histórica para analisar as conjunturas que engendraram a intelectualidade literária em Cabo Verde e seus modos de intervenção política, cultural e social com vistas a aprofundar posteriormente as discussões sobre as produções estéticas que são abordadas no próximo capítulo.

Assim os literatos, entre os quais se destacou José de Alencar, que pertenciam às oligarquias, assumiram o papel de criar uma comunidade política imaginada (ANDERSON, 1989), “criando representações, mitos, imagens que permearam a cultura pública, contribuindo para constituir uma comunidade imaginada, implicitamente limitada e soberana”. (BERND, 2010, p. 13-14)

Semelhantemente ao caso brasileiro citado por Zilá Bernd (2010), a intelectualidade – especificamente a literária – de Cabo Verde interferiu diretamente nas questões políticas do país, se articulando ideologicamente para promover sua independência de Portugal.

José Carlos Gomes dos Anjos em *Intelectuais, literatura e o poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional* (2006) fornece um detalhado e extenso painel de como essa *intelligentsia* cabo-verdiana se mobilizou, antes e depois das lutas pela independência, para elaborar os ideais que norteariam a nação cabo-verdiana após seu desligamento de Portugal.

O antropólogo (2006, p. 30) pontua que no período posterior à Segunda Guerra, em um momento intenso de *contestação* ao colonialismo, os jovens cabo-verdianos operaram “um deslocamento de trajetória”, vez que

Até a década de quarenta, todo jovem com uma formação universitária se via “naturalmente” propenso à literatura, qualquer que fosse sua opção profissional (o encaminhamento universitário da elite das ilhas era dirigido quase que invariavelmente à medicina e ao direito), e praticamente não tinha escolhas definidas como opções políticas independentes da literatura. (ANJOS, 2006, p. 30)

Esse quadro se modifica a partir das décadas de cinquenta e sessenta, quando, entre os próprios meios estudantis da metrópole, se destaca um intenso estímulo à “jovem elite nativa” das então colônias portuguesas africanas em relação ao “campo de produção intelectual”, como assinala José Carlos dos Anjos (Ibid.), que também coloca:

Se a produção literária permanece altamente prestigiada, sua lógica passa a estar mais do que nunca subordinada à demanda cada vez mais urgente de definição da identidade nacional. Se as lógicas políticas e literárias sempre estiveram mescladas em Cabo Verde, nunca foi com tanto predomínio da lógica política sobre a produção literária.

Haveria, provavelmente, motivos para que a pauta política entrasse (ou ainda se intensificasse), nas discussões estudantis desta época. Uma das hipóteses levantadas por Gabriel Fernandes (2002, p. 74) para a insatisfação da elite cabo-verdiana com a metrópole reside, em um ponto mais visível e pragmático, no descontentamento em relação à insuficiência de quadros técnico-administrativos no governo e a reivindicação de um estatuto diferenciado para o arquipélago em detrimento das outras colônias; e, em um nível mais profundo, no reconhecimento por parte desta classe acerca de sua condição de alteridade perante o colonizador.

Fernandes (p. 72-73) assinala que, em Cabo Verde, “a pressuposição da padronização social a partir da centralidade educativa e da outorga da cidadania portuguesa aos cabo-verdianos significou para os filhos da terra [logo, os nativos] uma promessa de identificação e aproximação cultural ao grupo dominante”, contudo, o cabo-verdiano “instruído”, como demarca Fernandes, nunca recebeu o mesmo tratamento que o metropolitano escolarizado, de modo que, segundo o sociólogo, o arquipélago nunca possuiu um estatuto que o diferenciasse vantajosamente em relação às outras colônias africanas.

Assim, ao constatar que a paridade pressuposta a partir do nivelamento educacional – posto que muitos jovens da elite cabo-verdiana faziam sua formação em Portugal almejando ocupar cargos de relevo na administração colonial, como já colocado – não seria atingida, os “filhos da terra” decidiram rever sua função de “agente dinâmico de reprodução do sistema

[colonial]” (Ibid.) se voltando contra a metrópole, “dando mostras de sua disponibilidade em liderar o rompimento com a política assimilacionista e quebrar o ufanismo integracionista” (Ibid.).

Por mais que se coloque, tendenciosamente, Portugal como um colonizador ausente, relapso, ou até mesmo condolente em relação à Cabo Verde, pelos supostos privilégios que eram concedidos aos nativos, ainda assim o sistema de dominação estava presente. Impostos eram cobrados; a autonomia era negociada, jamais concedida amplamente; os papéis de colonizada(o) e colonizador estavam firmados e imutáveis. Todavia, é importante ressaltar que, na conjuntura cabo-verdiana, mostrar-se enquanto assimilado concedia um status muito maior do que possuir relações de consanguinidade com o “pai/patrão branco”, como estabelece Gabriel Fernandes (p. 83).

A formação portuguesa dessa *intelligentsia* cabo-verdiana é extremamente emblemática para os contornos que os discursos ideológicos por ela adotados assumem para a elaboração de uma nação de/em Cabo Verde. De um lado, temos uma postura quase “eurófona”, nos termos propostos por Kwame Anthony Appiah em *Na casa de meu pai* (1997), na qual não apenas a língua do colonizador serviu ao projeto emancipatório, como também foi utilizado o arcabouço “Ocidental” que fundamentou outras nações em contextos de não colonização. Isto implica na compreensão de que estas(es) intelectuais africanos (como coloca Appiah) se apropriaram dos ideais de nação e nacionalismo provindos do Ocidente para elaborar seus próprios mecanismos identitários. Do outro lado, temos a reivindicação de uma “africanidade”, ancorada seja em uma cultura popular, conforme destaca Fernandes (2002), seja através da criouliização da língua colonial, segundo Appiah (1997, p. 88), ou ainda por meio de vínculos históricos e étnicos aventados pelas(os) próprias(os) intelectuais.

Acerca da oposição ideológica entre os que defendem uma identidade mais próxima à metrópole ou mais relacionada ao continente africano, coloca-se também uma antinomia entre as regiões de Barlavento e Sotavento. Fernandes (Ibid.) pontua que a maior parte dos claridosos são oriundos das ilhas de Barlavento, consideradas e auto-inscritas como “zonas livres do *ethos* africano”, onde não se observa o caráter “pitoresco” com o qual são depreciadas a cultura e a identidade dos demais países de África. Por sua vez, as ilhas que formam o conjunto de Sotavento, em especial a ilha de Santiago, são conhecidas como recanto de maior preponderância do legado africano, sendo “referida como “compartimento estanque” e seus habitantes, “os badios”, como complexados, que não se beneficiaram “das conseqüências da miscigenação e da interpenetração de culturas que marcaram a ação do colonizador português” (FERNANDES, 2002, p. 90-91).

No tocante à questão da formação das(os) intelectuais em Portugal, Gabriel Fernandes (p. 141) assinala que as(os) jovens ao saírem de seu “microespaço” no arquipélago confrontaram-se com sua condição de “outro” ao chegarem à metrópole:

Em Portugal, sua pseudocidadania, que, no quadro comunitário, e sob a égide das estruturas histórico-sociais locais, encontrava formas incipientes de expressão, esvanece-se completamente, e de nada mais lhe serve a *branquitude* social que ao longo de décadas fez se esbaterem as diferenças de cor. É, pois, na metrópole que o presumível *branco da terra* cabo-verdiano experimenta sua mais dolorosa negritude, não sendo de estranhar que tenha sido a partir dali, e não de nenhum dos outros espaços coloniais, que se iniciaram a problematização dos pressupostos da política assimilacionista e a aproximação dos ilhéus aos africanos. (Ibid.)

Ainda, a partir da projeção que escritoras(es) cabo-verdianas(os) realizam fundamentando-se em seus vínculos ora com a metrópole, ora com as demais colônias e países africanos, na conjuntura colonial, Aquilino Varela (2013, p. 499) preconiza a designação de “escritores diplomatas” para abarcar as produções literárias que notabilizam o país e sua imagem para o exterior, de modo a obter condições para negociar o seu posicionamento inserido em determinado projeto político.

Dentro dessa perspectiva, não só requerida nos contextos coloniais, mas também na contemporaneidade, ainda que de maneiras distintas, é possível compreender a práxis literária desta elite letrada como uma plataforma que concomitantemente negocia suas associações políticas com os demais países assim como proporciona uma visibilidade estratégica para as ilhas no exterior. Desse modo, a análise de textos escritos por claridosos dentro e fora do periódico, a exemplo de *Chuva Braba* (1956) e *Os flagelados do vento leste* (1960) de Manuel Lopes e *Chiquinho* (1947) de Baltasar Lopes, permite uma leitura destas obras enquanto estratégias de projeção dos dramas cabo-verdianos sob uma determinada ótica destinada também a leitoras(es) não cabo-verdianas(os).

Mesmo que essa possibilidade analítica não seja aventada por Aquilino Varela (2013), torna-se viável uma aproximação com a descrição de Onésimo Silveira das produções claridasas enquanto “literatura de exportação” (2015, p. 10), uma vez que tais textos não se destinam apenas ao público cabo-verdiano e acabam por fixar nas(os) leitoras(es) estrangeiras(os) uma imagem específica e estratégica de Cabo Verde. Conforme postula Varela (2015, p. 500), os escritores “protonacionalistas³⁷ e/ou nacionalistas” formataram suas produções literárias para que desempenhassem um “agenciamento diplomático” que

³⁷ Tal denominação é referente à concepção de que o caso cabo-verdiano trata-se de um “território em que há muito a Nação preexistiu ao Estado” (VARELA, 2015, p. 499), indicando que em Cabo Verde, o sentimento de apego às questões “específicas” do país engendrou um impulso nacionalista sem que isso implicasse no rompimento com a então metrópole portuguesa.

propiciava aproximações e distanciamentos, principalmente, em relação à África, Europa e Brasil. Sobre a vinculação de Cabo Verde aos demais países africanos, o autor destaca

Se me é permitido fixar numa destas arestas que me parecem desenhar a geometria argumentativa desta reflexão diria que em relação à África, Cabo Verde, [...], construiu aquilo que se pode chamar de «*mapa mental*» ou «*sentimental das relações*», neste caso, internacionais, caracterizado por aproveitamentos de conveniência que conviveu intermitentemente com a ignorância, indiferença, ou mesmo o desprezo. (Ibid., grifos do autor)

E sobre a reivindicação que esses escritores-diplomatas faziam acerca de sua identidade portuguesa a despeito de uma vinculação com os países africanos, Varela (2015) assevera:

Aliás, toda a *dobra* e todo o desdobramento que fizeram do cabo-verdiano e da cabo-verdianidade eram no sentido probatório da sua portugalidade, portanto europeidade – opção ou sentimento, tanto assimilacionista como evasioneira e auto-demarcatório, que em outra mão fizeram a nação, o país/colônia distanciar e não reconhecer a pátria africana. (p. 502, grifo do autor)

Dessa forma, a relevância da discussão acerca das demandas identitárias, seguindo a lógica da polarização africanidade *versus* europeidade/portugalidade – utilizando os termos sugeridos por Varela (Ibid.) e situando esta oposicionalidade também problematizada por outras(os) teóricas(os) –, assume contornos emblemáticos na demarcação de posicionamentos político-ideológicos revelados tanto nos discursos quanto nas trajetórias dos intelectuais cabo-verdianos. De acordo com José Carlos Gomes dos Anjos (2006, p. 147), a fixação do lugar de Cabo Verde frente ao universo colonial apresenta-se como uma interrogação da *intelligentsia* do país desde o início do século XX, e a cisão desse império colonial português em africano e europeu está contida no princípio da divisão desta mesma intelectualidade.

O autor (p. 148) afirma que a vinculação à determinada identidade nacional é bastante direcionada pelo local de origem da trajetória intelectual, citando como exemplo as incompatibilidades historicamente representadas pelo antagonismo entre Santiago e as demais ilhas da região de Sotavento, símbolos do regionalismo *badiu*³⁸, e a cidade do Mindelo, “frequentemente exaltada como Atenas cabo-verdiana” e as demais localidades de Barlavento, geralmente associadas à europeidade, consoante ao já assinalado por Gabriel Fernandes

³⁸ *Badiu* é um termo em crioulo cabo-verdiano que denomina tanto as(os) habitantes da região de Sotavento quanto também a ramificação dessa mesma língua crioula falada por esse grupo. Já a expressão *sampadjudo* designa as (os) naturais das ilhas de Barlavento. Sobre a predominância da cultura negro-africana em uma das ilhas da região de Sotavento, a ilha de Santiago, Anjos (2006, p.159) assinala: “[...] a oposição *badiu* – *sampadjudo* enquanto oposição entre as ilhas com mais e menos legado cultural africano. Santiago foi a ilha de Cabo Verde que melhor reproduziu a estrutura clássica da colonização portuguesa em África, uma situação de segregação entre a administração exógena e nativos colonizados pela pequena proporção de brancos para uma grande massa negra”.

(2002, p. 90-91). Tal conflito ideológico pode ser observado através dos exemplos fornecidos por José Carlos dos Anjos (2006, p. 148) em sua leitura da intelectualidade representada por Amílcar Cabral e sua vivência em Santiago como icônica de uma “africanidade” e o grupo claridoso no Mindelo como paramétrico da identificação com Portugal/Europa.

Apesar das disparidades ideológicas, o acúmulo de funções profissionais (ou não) exercido tanto pelo grupo da *Claridade* quanto pelo grupo independentista liderado por Amílcar Cabral é um aspecto bastante frequente na *intelligentsia* cabo-verdiana até nos dias atuais. Enquanto Baltasar Lopes, como figura cardinal entre os claridosos, atuou como escritor, linguista, professor e advogado, Cabral, símbolo máximo da independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, também ocupou vários cargos, trabalhando como agrônomo, líder político e escritor.

Tais trânsitos presentes nas trajetórias dessas personalidades cabo-verdianas foram emblemáticos para a construção e consolidação de suas obras e de seus ideais políticos, posto que, a vivência de Amílcar Cabral com os demais estudantes africanos, como Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos, durante sua formação em Lisboa no Instituto Superior de Agronomia em 1945, favoreceu o contato com os ideais negritudinistas e anticoloniais vigentes em sua época e partilhados pela maioria dos líderes das revoluções independentistas do continente africano (ANJOS, 2006). Foi igualmente significativa a atuação de Baltasar Lopes enquanto professor do Liceu Gil Eanes, no Mindelo, para a perpetuação entre as(os) suas(seus) alunas(os)³⁹ dos referenciais estéticos e temáticos presentes na *Claridade* e que também estabeleceu os romances regionalistas brasileiros como parâmetro literário a ser seguido (ANJOS, 2006, p. 142).

Todavia, com o avanço das lutas armadas a favor da libertação, o campo literário perde prestígio a despeito da carreira militar, segundo pontua Anjos (p. 178). Para o autor, o novo direcionamento nas trajetórias dos intelectuais cabo-verdianos é imposto pela redefinição da categoria político-militar em relação à função literária. Posição consoante à definição estabelecida por Amílcar Cabral para quem intelectuais são “todos aqueles que podiam ter responsabilidades político-militares na luta nacionalista.” (Ibid.). Assim, a configuração de uma “elite político-militar intelectual” era operacionalizada de duas formas: o “desengajamento literário”, que direcionava os novos universitários para a atuação política, e o “recrutamento populista” efetuado através da base do exército de libertação nacional,

³⁹ Manuel Brito Semedo (2015) reproduziu uma fala de Baltasar Lopes na qual afirmava que dentre a maioria dos dirigentes políticos que promoveram a independência “Inexplicavelmente, só Amílcar Cabral não chegou a ser meu aluno.”.

composto, predominantemente, por camponeses e artesãos urbanos⁴⁰, conforme descreve José Carlos dos Anjos (p. 180).

Ainda na descrição do autor, a formação dos jovens camponeses da Guiné passou a ser encaminhada para a carreira política e militar em países coligados às lutas anticoloniais como Cuba, URSS e Argélia, e até mesmo os que não foram instruídos no exterior receberam o status de intelectuais em decorrência dos conhecimentos militares e a capacidade de dirigir divisões das forças armadas.

Assim, Amílcar Cabral destingue [sic] entre “nós”, “engenheiros, médicos, bancários”, e eles, que “sabem ler”, estão “em contacto estreito com a cidade e o campo” e sobretudo “conhecem bem o inimigo”. O primeiro grupo que por vezes ele chama de “pequena burguesia africana” reproduz-se no segundo enquanto dotados do mesmo estatuto de intelectuais. A oposição entre conhecimentos teóricos e conhecimentos práticos está na base do reconhecimento implícito de uma distinção de origem que se dilui nas exigências práticas (e teóricas) da luta militar. (Ibid.)

Ainda nesse quadro das lutas pela libertação, Gabriel Fernandes (2006, p. 185) assinala que entre a nova geração de intelectuais representada por Amílcar Cabral havia um esforço para romper com o distanciamento entre a prática literária e o posicionamento político, no qual o grupo claridoso era acusado de promover, como postula Onésimo Silveira (2015), e nesse intuito, era primordial a compreensão do fazer estético inserido no contexto social. Nessa ruptura com o alheamento e legado “(a)político” da *Claridade*, os “africanistas”, como designa Fernandes (2006, p. 185), promovem uma ressignificação do regionalismo nos moldes apregoados por Baltasar Lopes, Manuel Lopes e Jorge Barbosa, no qual este passaria a traduzir o inconformismo cabo-verdiano face ao colonialismo português.

Em sua exposição, Fernandes (Ibid.) reproduz algumas colocações feitas por Cabral, nas quais ele afirma não acreditar ser possível a existência da “arte pela arte” simplesmente, assim como da existência da arte (no caso, a poesia) dissociada do “homem-ser-social”, de modo que “existe uma acção recíproca entre o complexo social e a obra poética”, observando-se ainda “se tal obra constitui um bem ou um mal para aquele complexo, isto é, se o serve ou se o trai” (p. 185). Sob esse prisma, a(o) poeta passa a ser analisada(o) de acordo com o grau de engajamento presente em suas obras, no qual a militância está centrada “no compromisso ético com a causa popular, criando condições para que o povo encontre “as vias ascendentes da sua cultura” e ainda em que valorização “não é tanto ser homem do povo, quanto colocar-se a serviço do povo.” (p. 187).

⁴⁰ O autor não flexibiliza o gênero.

Tal compreensão do intelectual como um agente a serviço da população também está presente nas premissas do italiano Antonio Gramsci (1891-1937), nas quais ele propõe a função de “intelectual orgânico” como forma de promover a cultura laica, moderna e científica, fundamentada nos ideais socialistas para a classe operária. Assim, cabe a esse intermediário, que não necessariamente é uma pessoa ligada à academia ou possuidor de largo conhecimento, mas sim, alguém que possua “certa capacidade dirigente e técnica” (GRAMSCI, 1982, p. 4), que assuma a tarefa de auxiliar o povo em sua vontade coletiva nacional-popular⁴¹ de se tornar uma classe hegemônica – posicionamento bastante semelhante ao dos intelectuais-militares citados anteriormente, no qual a intelectualidade estava mais relacionada à capacidade mobilizadora do que ao domínio do conhecimento acadêmico ou estético.

Entretanto, José Carlos Gomes dos Anjos (2006, p. 185) aponta o que seria uma “especificidade” da função do intelectual enquanto intermediário da comunidade.

A posição do intelectual como intermediário moral entre as misérias das classes populares e a administração é consolidada por uma concepção de proximidade populista. Em Cabo Verde, a proximidade do intelectual com a comunidade seria algo especial, pelo menos, em relação às demais colônias portuguesas em África. A consciência nacional, entendida como intuição ou consciência da originalidade, estaria já presente no povo cabo-verdiano, sendo o intelectual apenas o receptáculo, o lugar de expressão dessa consciência. A distância entre o intelectual e a população, esse divórcio, que os intelectuais cabo-verdianos percebem nos seus correligionários de Angola e outras colônias portuguesas, atesta, por contraste a inserção popular pretendida pela elite crioula. No caso das demais colônias portuguesas em África “a população é analfabeta, explorada, massacrada” de forma que perdeu o sentido de originalidade cultural, contrastando desse modo o ideólogo da identidade mestiça, a população cabo-verdiana e os demais povos nativos. Mais ainda, o intelectual angolano e moçambicano, deslocado da sua população, não experimenta a cultura nativa, não fala a sua língua. (ANJOS, 2006, p. 185-186)

Embora afirme que muitas evidências atestam a insustentabilidade dessa argumentação, vez que é problemática a colocação da proximidade entre os intelectuais e o povo cabo-verdiano devido, segundo o autor, às privações materiais que dizimaram essa população de modo mais intenso do que em outras colônias, Anjos (Ibid.) não explicita de quem seria a autoria destas declarações, tampouco aprofunda as críticas sobre outros aspectos presentes nos argumentos e/ou elenca quais “evidências” abalariam a consistência das questões abordadas acima.

⁴¹ Essa ambição coletiva expressa pelo nacional-popular representa o desejo de constituir-se enquanto sujeito da ação histórica, e não mais como classe subalternizada.

Dessa maneira, a colocação “A consciência nacional, entendida como intuição ou consciência da originalidade, estaria já presente no povo cabo-verdiano, sendo o intelectual apenas o receptáculo, o lugar de expressão dessa consciência.” reproduz o discurso de claridosos e nativistas da compreensão da identidade nacional como categoria una, coesa e intrínseca, capaz de ser partilhada por todos sem ser obstacularizada por fronteiras de classe, raça, religião, gênero ou grupo regional.

Tal pontuação ainda é questionável por não explicitar quem ou qual “poder” atribuiu à(o) intelectual – individuo cujo privilégio social é anteposto de alguma forma – a responsabilidade pela representatividade da população. Crítica esta que também se estende aos ideais de “intelectual orgânico” gramsciano e mesmo à geração claridosa e demais membros da elite letrada: qual seria a *representatividade* da(o) intelectual perante um povo que não tem acesso às suas obras escritas – ou ainda que não se reconhece nas produções literárias destinadas ao público estrangeiro? Também cabe o questionamento acerca do lugar de fala dessas(es) intelectuais: o que garantiria a ‘legitimidade’ dos discursos a favor das classes populares, a vivência nesse contexto ou apenas a capacidade mobilizadora de articulação política de enfrentamento aos dramas sociais?

Cláudio Furtado (2016, p. 127) cita Amílcar Cabral (2008, p. 81) em sua fala acerca da necessidade de “regresso às fontes” por parte dos intelectuais africanos como premissa não apenas para inteirar-se da “realidade” dos países africanos (“partir da nossa realidade e ser realista”, Cabral mencionado por Furtado (Ibid.)), mas também para ter a capacidade de fazer a descrição e análise “adequadas”, além da promoção de uma intervenção efetiva.

Esse argumento coaduna-se com o que José Carlos dos Anjos (2006, p. 187) assinala sobre a relação de “consciencialização” do intelectual frente às massas: “não é o intelectual que leva a consciência ao povo, mas sim o próprio intelectual que ascende à consciência a partir de uma convivência com o povo, da percepção de sua miséria.”.

Nesse panorama da intelectualidade no período das lutas de libertação e pós-independentes, mais notadamente, os intelectuais das letras, encontram-se cada vez mais engajados numa produção literária que fomente a tomada de consciência acerca de uma “realidade de misérias que passa a estar associada à subalternidade” (Ibidem, p. 189). De acordo com o autor, é esse ambiente que germinou o aparecimento de uma nova modalidade de intelectual, o “militante-político”, que será responsável pelo monopólio da intermediação entre o povo (enquanto “representação populista que agrupa o conjunto dos indivíduos orientados para a comunidade”) e a nação (o país e o ocidente) (Ibid.).

Seguindo a cronologia indicada por J. Carlos dos Anjos (p. 216, grifos do autor), após a independência, parte dos integrantes do PAIGC promoveram uma “caça às bruxas”, vez que, para estes dirigentes, “*pequeno burguês* aparece como sinónimo de *intelectual* e este é associado a *literatos*, o que praticamente coincide com o pequeno número de profissionais liberais cabo-verdianos na época.”. Anjos sublinha que Baltasar Lopes e Teixeira de Sousa, enquanto personalidades emblemáticas da representação clássica de intelectuais, sentiram-se pessoalmente visados nesta investida anti-intelectualista de alguns membros do PAIGC e saíram do arquipélago.

Com a ampliação do acesso à formação no exterior após a independência cresce não apenas o número de profissionais liberais, mas também a quantidade de participações literárias em revistas, apesar da sensação generalizada de mediocridade [?] e de muita repetição temática e de estilo. Sobretudo a década de 80, a expansão do sistema de ensino e a ampliação significativa do número de pessoas com formação universitária inflacionam de tal modo o espaço daqueles que podem reivindicar, pelos critérios tacitamente reconhecidos, e ser chamados de intelectuais que se instaura uma crise de definição. (Ibid.)

Diante da crise de identidade intelectual exposta por Anjos enfatiza-se o questionamento acerca de um novo, ou talvez atualizado, perfil para a intelectualidade cabo-verdiana. Como hipótese analítica e exemplificação desta proposta, sugiro a atuação política e literária dos escritores contemporâneos Mário Lúcio Sousa e Germano Almeida enquanto trajetórias paramétricas da configuração da atual *intelligentsia* cabo-verdiana, através das leituras de suas plataformas ideológicas expressas tanto em suas obras quanto em suas trajetórias artísticas e governamentais.

2.3.1 Percursos políticos: leituras sobre as(os) intelectuais cabo-verdianas(os)

De acordo com a definição apresentada por Edward Said em seu livro *Representações do Intelectual* (2005), o intelectual é “um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público.” (p. 25). Ainda assim, é necessário ter em vista que essa categoria não é estanque, bem como atentar para as especificidades que moldam os sujeitos em seus contextos nacionais, pois como assinala o autor (p. 38),

[...] falar sobre intelectuais hoje significa também falar especificamente de variantes nacionais, religiosas e mesmo continentais dessa questão, e cada

uma delas parece exigir considerações separadas. Os intelectuais africanos ou árabes, por exemplo, fazem parte de um contexto histórico muito particular, com seus próprios problemas, desvios, limitações, triunfos e peculiaridades.

A concepção do intelectual como porta-voz de determinadas demandas entra em crise, conforme pontua Renato Gomes (2004, p. 122), ao analisar os postulados de Ricardo Piglia, posto que “A figura dominante do especialista e do técnico, do jornalista como ideólogo, deslocou por completo a tradição do poeta como porta-voz da tribo”. A justificativa para essa alteração dos interlocutores e intermediadores, segundo o autor, é um reflexo da substituição do papel formador que antes era atribuído à literatura e na atualidade está sendo realizado pela televisão – acrescentaria que a *internet* e as redes sociais ainda promoveram uma modificação tão profunda quanto à transição da plataforma literária para a televisiva – deslocando os lugares de enunciação do intelectual e seu “pão intelectual” [?] para a(s) cultura(s) de massa(s).

As mudanças conjunturais proporcionaram modificações nos discursos, condutas e trajetórias das(os) intelectuais que, majoritariamente, não se dedicam exclusivamente ao ofício literário – no caso cabo-verdiano – e, de maneira contrária ao que estabelecem Said (2005) e Renato Gomes (2004) não se encontram mais à margem ou fora do Estado para que possam exercer uma consciência crítica, uma vez que estão na condição de aliadas(os) a(d)o poder:

Sempre achei que, para um intelectual que representa o tipo de coisas que venho discutindo nestas conferências, pertencer a essa posição profissional, em que principalmente se serve ao poder e ganham-se recompensas desse poder, não é de jeito nenhum apropriado ao exercício daquele espírito de análise e capacidade de julgamento críticos e relativamente independentes que, do meu ponto de vista, deveriam ser a contribuição do intelectual. Em outras palavras, o intelectual propriamente dito não é um funcionário, nem um empregado inteiramente comprometido com os objetivos políticos de um governo, de uma grande corporação ou mesmo uma associação de profissionais que compartilham uma opinião em comum. (SAID, 2005, p. 90)

A leitura proposta por Said (2005) acerca do papel e do perfil do intelectual circula bastante em uma determinada tradição clássica e acadêmica; mesmo que aponte as especificidades de cada contexto, a descrição fornecida em seu livro recorre bastante a referências teóricas e históricas europeias ou estadunidenses, quando não, cita Frantz Fanon, Aimé Césaire e C.L.R. James de forma limitada no texto. Além disso, as considerações acerca das condutas que deveriam nortear a ‘prática’ intelectual são colocadas de forma bastante rígida, conforme é assinalado no fragmento acima, inviabilizando/questionando outras

procedências que não as estabelecidas pelo autor e outras(os) pesquisadoras(es) mencionadas(os) ao longo das conferências.

Por mais que o conceito de intelectual e intelectualidade sejam demandas, inicialmente, circunscritas ao Ocidente, assim como ressaltado no texto de Said (2005, p. 11-12), o entrecruzamento de culturas desfaz as oposicionalidades e distanciamentos essencialistas, possibilitando que a reivindicação dessas categorias seja requerida em países que, por exemplo, foram colonizados e receberam a educação formal nos moldes ocidentais. Todavia, o protótipo de intelectual acadêmico presente nas conferências não é uma figura presente nos países que ofereceram o ensino superior somente a partir do século XX, como é o caso de Cabo Verde, cujas primeiras universidades surgem nos anos 2000 – exemplo emblemático é a Universidade de Cabo Verde (UniCV) fundada em 21 de novembro de 2006.

Por mais que os intelectuais cabo-verdianos procurem se desvincular dos aspectos africanos, o modelo de intelectual pan-africano, principalmente nos casos de Kwame Nkrumah (Gana) e do próprio Amílcar Cabral, demonstram os trânsitos sociais que escritores/intelectuais exercem no acúmulo de funções nos âmbitos literários e político-partidários. Embora seja necessário ainda ressaltar que enquanto Nkrumah, Cabral e mesmo Léopold Senghor (Senegal), possuíam uma preocupação integracionista e diretamente relacionada com as independências de seus países, intelectuais cabo-verdianos como Germano Almeida, Mário Lúcio Sousa e Baltasar Lopes se filiam a ideais euro-ocidentais e suas atuações administrativas não se comprometiam/comprometem com a consolidação do arquipélago enquanto Estado Nação.

Da forma como é exposto na citação de Said (Ibid.) acima, além de estar presente em outros fragmentos das conferências que trazem considerações semelhantes, o vínculo com o Estado/poder esvazia o conteúdo/potência crítica das(os) intelectuais. Entretanto, Cabo Verde observou por muito tempo a atuação de escritoras(es) ocupando cargos administrativos da geração de nativistas até a contemporaneidade, e tal função/associação não comprometeu/compromete inteiramente estas produções. Se o serviço nos quadros governamentais possibilitou uma maior promoção na reivindicação e no fomento de melhorias na vida da população, representando uma das tarefas dessa categoria que seria a intervenção social, não estaria a(o) sujeita(o) agindo conforme preconiza, por exemplo, a(o) intelectual orgânica(o)?

Não obstante, sendo a(o) intelectual pertencente já a um círculo de privilégio/poder, constituindo quase uma elite, a exemplo de intelectuais acadêmicas(os), escritoras(es), etc.,

como se sustentaria o potencial crítico/transgressor no que se refere à confrontação com sua vinculação?

 Seria o riso uma forma de demarcação do posicionamento político-ideológico dessas(es) intelectuais letradas(os)?

3 COMICIDADES CABO-VERDIANAS: UM BREVE PANORAMA DE OBRAS ESCRITAS NA CONTEMPORANEIDADE

Neste capítulo promovo a discussão acerca da linguagem cômica a partir de sua demarcação enquanto posicionamento crítico-ideológico. Todavia, ao ressaltar o caráter político da utilização do riso em produções literárias não pretendo focalizar unicamente nos aspectos transgressores do poder, ou ainda, da “redenção do pensamento”¹ através da risibilidade como expressão somente de insubordinação – ou subversão, a exemplo do que propõe Bakhtin (1999).

Dentro desse prisma analítico, o riso pode ser compreendido também como operador estético-discursivo que promove a ordem vigente por meio da propagação de estereótipos, lugares-comuns e narrativas discriminatórias ou legitimadoras do *status quo*. Por meio desse mecanismo, a comicidade pode funcionar ora pela via da ridicularização, através de piadas – como é o caso de boa parte do repertório amplamente difundido de anedotas envolvendo mulheres, loiras, negras(os), pobres, pessoas sem formação escolar, obesas(os), indígenas e vários outros tipos excluídos do círculo de poder –, ora por meio do silenciamento e/ou esvaziamento de narrativas que rompem as imagens cristalizadas de discriminação.

Sob esse aspecto, é importante frisar que a comicidade associada à ordem subalternizante não se expressa somente utilizando a ridicularização caricaturizante; suas estratégias político-ideológicas também envolvem a naturalização das desigualdades sociais, internalizando nas(os) interlocutoras(es) o enaltecimento dos ideais brancos, europeus, ocidentais, heteronormativos, masculinos.

Embora não pretenda aprofundar esta questão nesta tese, percebo que o riso atua como agenciador nos casos em que a linguagem cômica se associa ao poder vigente, conquistando a adesão das(os) interlocutoras(es) aos ideais valorizados nestes tipos de narrativas risíveis. Partindo dessa perspectiva, me oponho à concepção largamente difundida da comicidade como unicamente alienante, de caráter puramente entorpecente ou como “ópio do povo”². Compreendo que nessa acepção o riso é caracterizado reducionista e acrítico, por meio de um prazer instantâneo e passageiro, cuja utilização estética é aleatória, sem nenhuma elaboração formal e/ou comprometimento ideológico da obra que promove o

¹ Conforme assinala Verena Alberti (2011) enquanto tendência mais recorrente nos estudos sobre o riso em sua conotação sócio-ideológica, histórica e/ou filosófica.

² Situada na ótica da espetacularização.

afastamento das realidades, neste caso, das questões ditas sérias que afligem a sociedade em determinado momento.

Como exemplo³, cito o caso dos filmes conhecidos como “besteiróis⁴” estadunidenses⁵. Suas narrativas risíveis envolvem a perpetuação de vários lugares-comuns convenientes ao sistema capitalista, machista, patriarcalista, racista e classista: os enredos apresentam tramas românticas de casais adolescentes⁶ na passagem para a vida adulta (fim do ensino fundamental; entrada na universidade; estabelecimento de relacionamentos afetivos duradouros) nos quais as mulheres são representadas como burras, superficiais, interesseiras e com o modelo de beleza branco-europeu de corpos magros e loiros e os personagens masculinos como ingênuos e/ou imaturos, sem um alto poder de aquisição de mercadorias e/ou sem atributos físicos que também se enquadrem nesse padrão de aparência forjada em academias de musculação. É através do alcance – seja de forma mágica ou por meio do esforço, mas alcançada de forma ultrarrápida – dessa imagem de padrão estético ou financeiro que o enlace amoroso ocorre e o *happy end*⁷ enquadrado no *american way of life* é atingido.

Ratifico que nenhum desses aspectos presentes nas produções é aleatório: através do cômico vários ideais são perpetuados promovendo a internalização acrítica dos pressupostos mercadológicos de superação das adversidades sociais através do esforço para conseguir adquirir bens de consumo e desta forma ter êxito nas relações afetivas, posto que estas também se fundamentam na lógica capitalista apregoada por tais obras cinematográficas. Valores, modelos e comportamentos são ofertados por meio da linguagem cômica e isto não é sem propósito: é um riso conveniente tanto para o mercado quanto para a classe dominante.

³ Utilizo este exemplo por ser de fácil acesso, amplo conhecimento e da significância de sua denominação popular. Não aprofundarei nos debates sobre terminologia de filmes, enquadramento em gêneros e demais teorias específicas sobre estas produções para não fugir do enfoque deste capítulo.

⁴ A própria nomenclatura já evidencia o suposto caráter de futilidade e de insignificância conferidos a essas produções, entretanto, tal designação simplifica e reduz o potencial ideológico-mercadológico destas narrativas, interpretando-as somente como enredos ingênuos de tramas superficiais cujo único intuito é “entreter”.

⁵ Expressão utilizada no senso comum para se referir aos filmes produzidos, principalmente, no fim dos anos 90 e início dos anos 2000. Películas categorizadas como pertencentes ao gênero narrativo cômico e amplamente difundidas na rede pública de televisão. Como exemplos emblemáticos dessas produções destacam-se *American Pie* (1999; 2001; 2003; 2012), *Todo Mundo em Pânico* – título original *Scary Movie* (2000; 2001; 2003; 2006; 2013), sendo o termo “besteiro!” incluído muitas vezes nos títulos em português no Brasil como em *Não é mais um besteiro americano* – título original *Not another teen movie* (2001) e *O império do besteiro contra-ataca* – título original *Jay and Silent Bob strike back* (2000).

⁶ Sobre a representação de jovens em filmes pertencentes aos gêneros *teen movies*, *teen pix* ou *teen flicks*, consultar o artigo de Erika Wurts Bertú, “Representações do *outsider* no cinema juvenil brasileiro e norte-americano do novo milênio”, de 2007.

⁷ “Final feliz” e “modo de vida americano”: coloco estas expressões em seu idioma original de forma satírica porque nessas (e em muitas outras) narrativas mesmo a língua inglesa torna-se objeto de valorização e distinção social, cultural e política.

As leituras sobre as questões da comicidade legitimadora colocadas acima são úteis para não cair na tentação da homogeneização analítica de busca e compreensão do riso unicamente em seu viés transgressor. Por mais que as concepções supracitadas encontrem eco no senso comum de caracterização depreciativa da comicidade – conformada tanto nos âmbitos culturais da tradição judaico-cristã (um dos pilares das configurações identitárias do ocidente) de valorização da seriedade, bem como na apreciação estética de canonização de obras pertencentes aos gêneros trágicos e épicos, principalmente nas produções narrativas literárias – há uma significativa tendência teórico-crítica de enaltecimento do cômico, notadamente vinculada aos pressupostos de Mikhail Bakhtin assinalados em sua emblemática obra *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* (1999), na qual analisa a cultura popular medieval e renascentista europeia baseando-se nas produções de François Rabelais.

Ao elaborar teorias que promovem a importância do riso a partir da libertação e transgressão dos corpos e mentes no período controversamente denominada como “época das trevas”, Bakhtin (1999) propõe uma leitura de alguns grupos sociais europeus das camadas populares inseridas no contexto e nas obras de François Rabelais, em suas contestações à ordem estabelecida pela Igreja e pelo Estado. Neste livro, o teórico russo analisa as manifestações risíveis seja em festas religiosas cuja profanação muitas vezes ocorria dentro das igrejas contando com a permissividade do clero, seja nos momentos de zombaria e perseguição de tipos sociais discriminados (gays, lésbicas, adúlteras(os), sacerdotes com relações afetivas tornadas públicas, governantes corruptos) nos *charivaris*. Manifestações essas, as quais, no contexto atual, seriam repudiadas por alguns setores da mesma sociedade europeia-ocidental por ferirem vários aspectos previstos pelos direitos humanos.

Apesar das possibilidades analíticas de idealização da sociedade descrita por Rabelais dentro da perspectiva bakhtiniana, um dos principais créditos das contribuições teóricas do pesquisador recai numa compreensão positiva do riso pouco abordada na área de estudos sobre o cômico, notadamente em suas propostas da ambivalência e da transgressão. Não obstante, deve-se atentar para a não utilização destas teorias como um padrão teórico-analítico; como se fossem “aplicáveis” a todos os contextos e produções risíveis.

Acerca da questão ideológica dos posicionamentos políticos é importante sublinhar – nestes tempos de instabilidade, crise político-partidária, movimentos radicalistas conservadores, desencontros e escândalos entre os poderes executivo, legislativo e judiciário no Brasil – que o termo “política” tem adquirido uma carga semântica bastante depreciada, reduzida, principalmente, ao exercício de funções administrativas no poder executivo, representando unicamente as relações de más condutas de representantes eleitas(os) que

utilizam a máquina pública em prol de seus benefícios. Nesse sentido, é comum a analogia entre “política” e “corrupção” em uma tentativa oportunista de sujeitos envolvidos nesses casos de improbidade de descolar e esvaziar o conceito e a prática política da sua principal acepção derivada de sua etimologia grega; a regulamentação da vida social em comunidade.

Este tipo de estratégia de negação do aspecto político presente em alguns setores da sociedade brasileira promove dois movimentos: a compreensão da política somente como “jogo de interesses”, nesse caso, como negociação com motivações prioritariamente individuais; e a acepção da política como oposições partidárias. Dentro dessa lógica também aparece a perseguição aos posicionamentos ideológicos, notadamente empreendidos pelo movimento “escola sem partido” tornado ‘programa’ por projetos de leis que defendem “o abuso da liberdade de ensinar⁸” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017). Esse “abuso da liberdade de ensinar” prevê que aulas, eventos, debates e demais atividades escolares em todos os âmbitos educacionais – embora o site apenas cite os ensinos fundamental e médio, é conhecida sua ação na educação universitária – não abordem questões ideológicas, políticas, partidárias, religiosas e morais em suas exposições orais e escritas. Para os componentes deste movimento a abordagem de temáticas relacionadas aos posicionamentos supracitados são promovidos por docentes filiadas(os) ou simpatizantes de partidos comprometidos com a causa trabalhista e mobilizados por grupos sindicais e tais expressões contrapõem, mais destacadamente, “o princípio constitucional da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”. Todavia, é importante indagar: qual conhecimento é neutro? Qual abordagem analítica é imparcial? Existe educação sem posicionamento crítico? Esse tipo de apagamento da relevância das ideologias e mesmo de seu significado, simplifica-as como orientações partidárias e/ou ainda como ideais redutores/radicais de esquerda ou de direita e impede que a leitura crítica de aspectos sociais, históricos, culturais e estéticos seja efetivada. A “doutrinação” tão combatida pelos adeptos da “escola sem partido” acaba sendo executada quando o questionamento e a problematização do exercício crítico ficam comprometidos pela censura que está se instaurando no país.

Atualmente, assiste-se a discursos midiáticos manipuladores e polarizadores dos aspectos políticos e sociais da conjuntura brasileira, de modo que o pensamento crítico e livre se faz necessário e urgente. Neste sentido, é bastante produtivo e eficaz assumir

⁸ Para maiores informações sobre o projeto consultar o endereço eletrônico <https://goo.gl/u2RJuw>. Embora o projeto de lei 193/2016 de autoria do senador Magno Malta, o mesmo que propôs a sua retirada da pauta do Senado para fortalecer sua aprovação pelos deputados federais, tenha sido arquivado no Senado (cf. <https://goo.gl/duiotG>), a iniciativa segue tentando se estabelecer nas esferas estaduais, municipais e na Câmara dos Deputados sob o PL 7180/14, elaborado pelo deputado Erivelton Santana (cf. <https://goo.gl/aTTuev>).

posicionamentos e enfrentar as arbitrariedades que nos impõem; a ciência e a arte precisam promover estes combates, pois, como afirma Fredric Jameson (1992, p. 18), “na verdade, de que tudo é, “em última análise”, político.⁹”.

Em consonância com o postulado por Jameson (1992) e retornando ao caso da comicidade, o professor estadunidense Daniel Cottom (1989, p. 20, tradução minha) ressalta que “Se quisermos evitar a armadilha da neutralidade, a expressão de um gênero como a piada deve ser analisada politicamente como construtora de significado, a qual, como qualquer construção, revela organizações específicas de poder.¹⁰”. Cottom (1989, p. 21, tradução minha) assinala ainda que “O alcance do significado em um texto é sempre severamente limitado pela política colocada em prática por alguma abordagem particular. Em outras palavras, ele [o significado] é limitado pela autoridade retórica invocada em uma instância particular de interpretação.¹¹”.

Acerca da leitura/interpretação política do texto, o autor enfatiza:

Não existe um texto que não seja uma ocasião¹² de poder, o qual se manifesta em distinções, categorias, relações, procedimentos, e formas que requerem uma interpretação política, uma vez que qualquer sistematização formal deles reprima as diferenças em jogo na articulação. Contudo, isso não implica dizer que não há mérito na análise formal. Isso apenas afirma que qualquer forma significativa, como a piada, é móvel e aberta a mudanças assim como somos capazes de fazer isso através da análise crítica da autoridade retórica. Pois a autoridade é sempre imaginária, mas o poder da autoridade é sempre real. (p. 40, tradução minha)¹³

É na busca por esse horizonte político de interpretação que fundamento as possibilidades analíticas dessa pesquisa. Assim como postulam Cottom (1989) e Jameson

⁹ Citação completa: “Imaginar que já existe, a salvo da onipresença da História e da implacável influência do social, um reino de liberdade – seja ele o da experiência microscópica das palavras em um texto ou os êxtases e as intensidades de várias religiões particulares – só significa o fortalecimento do controle da Necessidade sobre todas as zonas cegas em que o sujeito individual procura refúgio, na busca de um projeto de salvação puramente individual e meramente psicológico. A única libertação efetiva desse controle começa com o reconhecimento de que nada existe que não seja social e histórico – na verdade, de que tudo é, “em última análise”, político. (JAMESON, 1992, p. 18)

¹⁰ Excerto original: “If we are to avoid the trap of neutrality, the appearance of a genre like the joke must be analyzed politically as a construction of meaning, which, like any such construction, bespeaks specific organizations of power.”

¹¹ Fragmento original: “The range of meaning in a text is always severely limited by the politics put into play by a particular approach. In other words, it is limited by the rhetorical authority called upon in a particular instance of interpretation.”

¹² O autor lança mão do termo “ocasião”, possivelmente, para destacar o caráter contextual de interpretação do texto.

¹³ Excerto original: “There is no text that is not an occasion of power, which is manifested according to distinctions, categories, relationships, procedures, and forms that require a political interpretation, since any formal systematization of them would repress the differences at play in their articulation. However, this is not say there is no point to formal analysis. It is only to say that any signifying form, like the joke, is a mobile and as open to change as we are able to make it through the critical analysis of rhetorical authority. For authority is always imaginary, but the power of authority is always real.”

(1992), compreendo o texto em sua dimensão política e também é política a minha proposta de discussão, assinalando tanto meu lugar de fala quanto às pressuposições teóricas que utilizo para investigar as produções estéticas. Nesse sentido, recorro a expressões como política e ideologia, não a partir do significado panfletário de adesões partidárias ou militâncias radicais, mas sim para evidenciar os posicionamentos críticos que autoras(es) apresentam em suas produções, mesmo que isso não represente um comprometimento discursivo com algum(ns) ideal(is), numa forma de engajamento de sua obra.

Todavia, é importante salientar que a aparente falta de comprometimento/engajamento discursivo – como, aliás, é alegado por boa parte das(os) produtoras(es) de obras cômicas (para ser mais específica) – não acarreta na ausência de posicionamentos políticos. O que pretendo com esta pesquisa é justamente assinalar que, embora não seja reivindicado/assumido pelas(os) escritoras(es), existem nos textos risíveis discursos legitimadores, questionadores ou esvaziadores ideologicamente posicionados. A expressão “é apenas uma brincadeira/piada¹⁴” não apaga o significado da mensagem cômica, reiterando o que Cottom (1989) estabelece e ainda compactuando com sua proposição da leitura política contextualizada e não-fixa deste tipo de texto.

Com base nesse recorte teórico-analítico, é necessário também explicitar algumas delimitações de terminologias: utilizo ideológico e político com acepção sinonímica e inseridos em um posicionamento crítico/estratégico de leitura social, cultural e histórica; já no que tange às classificações e categorizações do universo cômico (zombaria, derrisão, ironia, paródia, pastiche, escárnio, sátira, etc.) não aprofundo nestas questões pela quantidade e qualidade de estudos já empreendidos nessa área¹⁵, seguindo o padrão sugerido por Verena Alberti (2011, p. 25) de uso do riso, risível, cômico e comicidade¹⁶ enquanto expressões de sentido similar e com função “guarda-chuva” de abranger a diversidade de aspectos que compõem a linguagem do riso. Embora não compactue com suas proposições acerca da não necessidade de novos estudos sobre o riso, considero seu padrão teórico metodológico de centralização terminológica bastante profícuo. Também não enveredo pela seara da tipologia

¹⁴ Expressão muito utilizada no documentário *O riso dos outros* (2012), de Pedro Arantes, na fala das(os) entrevistadas(os) ora de forma crítica, ora como um subterfúgio para se referir aos discursos que utilizam a linguagem cômica. Cf. <https://goo.gl/mw5p2z>.

¹⁵ Notadamente a pesquisa consolidada de Vladimir Propp publicada no livro *Comicidade e riso* (1992), muito referenciada na área do riso, no qual o autor propõe uma tipologia de aspectos cômicos embasada na análise de contos populares russos, bem como o célebre estudo de Henri Bergson, *O riso* (1987), que investiga os vários tipos de comicidade e as situações que os provocam.

¹⁶ Não utilizo o termo “humor” justamente para desassociar – em minha leitura – o riso de uma abordagem psicologizante, posto que, em minha compreensão, o “humor” está muito relacionado com temperamento, estado de espírito, e nem toda recorrência à expressão “humor” designa uma expressão cômica.

ou análise conceitual específica de ocorrência dessas terminologias para não estabelecer relações de classificação hierarquizante ou definir fronteiras rígidas de categorização, quando o que se observa nas produções estéticas é a interconexão e complementaridade desses aspectos risíveis.

Ainda sobre as terminologias que conformam o universo cômico, dois pontos precisam ser sublinhados: a incipiência de estudos sobre o riso nas produções literárias (e demais expressões estéticas) de países africanos em língua portuguesa e, dentro desta área de pesquisas, a predominância de abordagens relacionadas (restritamente ou mais enfaticamente) à paródia e à ironia. Essas duas últimas possuem uma vasta fortuna crítica, principalmente elaborada por pesquisadoras(es) dos Estados Unidos e Europa, cujos destaques são as obras de Linda Hutcheon *A theory of parody* (1985) e a continuação desse trabalho, publicada pela Editora da UFMG, *Teoria e Política da Ironia* (2000), bem como o livro *Ironia e o irônico* (1995), de D. C. Muecke. No panorama nacional, os textos *Ironia e humor na literatura* (2006), de Lélia Parreira Duarte, *Paródia, paráfrase & Cia* (1999), de Affonso Romano de Sant'anna.

Embora não seja a análise do exclusivamente discurso irônico presente nas obras (aliás, muito recorrente nos textos e até mesmo neste estudo, principalmente nas leituras sobre as produções de Germano Almeida) o enfoque desta tese, a concepção da natureza transideológica da ironia, como assinala Linda Hutcheon (2000, p. 26-27) embasada nos postulados de Hayden White (1973), corrobora para os pressupostos de Cottom (1989), na medida em que define a capacidade irônica de “[...] funcionar e funciona taticamente a serviço de uma vasta gama de posições políticas, legitimando ou solapando uma grande variedade de interesses.”. Na continuação, a autora afirma:

Meu interesse particular na política transideológica da ironia foi o que me sugeriu a necessidade de uma abordagem da ironia que não a tratasse como um tropo retórico limitado ou uma atitude mais ampla da vida, mas uma estratégia discursiva que opera no nível da linguagem (verbal) ou da forma (musical, visual, textual). Essa escolha de discussão tem também o propósito de levar em conta as dimensões sociais e interativas do funcionamento da ironia, quer a situação seja uma conversa, quer a leitura de um romance (Krysinski, 1985: 1; Warning, 1982: 256). (HUTCHEON, 2000, p. 27)

Mesmo adotando uma perspectiva similar à proposta por Hutcheon (2000), reitero que a abordagem da ironia não será priorizada nesta pesquisa –mesmo sendo recorrente nas leituras acerca das obras de Germano Almeida –, embora este ferramental analítico auxilie na compreensão da dimensão política dos textos, contrariando uma vasta quantidade de estudos

sobre o aspecto irônico que majoritariamente tratam restritamente este discurso enfatizando sua função retórica, como salientam Cottom (1989) e Hutcheon (2000).

A pesquisadora também problematiza (2000, p. 15) a abundância de produções sobre esse tema, ao identificar que “1.445 verbetes listados sob “ironia”” foram encontrados na *MLA Bibliography* compreendendo o período de uma década. Assim como Verena Alberti (2011), Linda Hutcheon (2000) também questiona a necessidade de mais elaborações teóricas com essa temática, indagando quais seriam as novas contribuições que esses trabalhos proporião. Entretanto, não compactuo com esse tipo de questionamento, mas me interesso pelas quantidades de pesquisas e quais as linhas teóricas mais utilizadas, bem como, quais objetos e sujeitos analíticos fazem parte das áreas de interesses destes estudos.

Assinalo uma afirmação de Hutcheon (2000, p. 20) acerca da associação entre “humor” e ironia: “Um aviso: poucas dessas ironias são particularmente “engraçadas”. Um dos conceitos errôneos que os teóricos sempre têm de enfrentar é a fusão de ironia e humor.”. Desse modo, compreendo a ironia como parte integrante do conjunto que compõe a linguagem risível, mas me chama atenção a recorrência de pesquisas que privilegiam o estudo da ironia em detrimento do riso em relação às produções literárias.

Conquanto não seja meu intuito aprofundar esta questão, é significativo não só a pouca quantidade de estudos sobre o cômico e o gênero da comédia, mas também como esse número é reduzido quando a pesquisa aborda as produções literárias de países africanos em língua portuguesa, quando não os demais.

Sob este aspecto, é significativo o questionamento acerca dos motivos pelos quais as abordagens literárias e científicas cômicas não possuem o mesmo destaque ou ainda a mesma quantidade de investigações cujo enfoque precípua são as representações de catástrofes, misérias, guerras e outros estereótipos com os quais os países africanos são retratados. Estaria a teoria reforçando as narrativas coloniais e neocoloniais da África pobre, subdesenvolvida, trágica, em todos os âmbitos?

Pesquisas empreendidas em âmbito nacional por Maria Teresa Salgado (1999; 2003; 2009), Jane Tutikian (2006), Eidson Marcos e Amarino de Queiroz (2010; 2011; 2014) e Miquele Batista, orientada pela professora Maria de Fátima Ribeiro (2014), promovem rupturas neste cenário de estigmatização por via da propagação e legitimação das narrativas de dor e miséria, utilizando a linguagem cômica como possibilidade teórica das produções literárias africanas em língua portuguesa. Dentro do panorama endógeno africano, sublinho o artigo do moçambicano Chimica Francisco, intitulado “Humor e ironia nos estudos pós-coloniais: leitura de *Xefina* e *Quem me dera ser onda*” (2016), no qual o autor analisa o

humor nos contextos sociais de Moçambique e Angola a partir das obras expostas no título sob a autoria, respectivamente, de Juvenal Bucuane (Moçambique) e Manuel Rui (Angola).

Acerca das obras de outros países africanos, merecem relevo os estudos de Érica de Lima Melo Garcia e Eliana Lourenço Reis (2002; 2010) sobre as sátiras do escritor nigeriano Wole Soyinka, inclusive, autor africano de relevante teorização sobre o gênero satírico a que tive acesso, em seu ensaio “*The Lysistrata of Aristophanes*”, presente no livro *Art, dialogue & outrage: essays on literature and culture* (1988).

Em sua análise da peça de teatro *Lisístrata* (411 a. C.), também conhecida como *A guerra do sexo*, escrita pelo dramaturgo ateniense Aristófanes, Soyinka (1989, p. 35) discute o aspecto sinistro da sátira, assinalando que o riso também é uma forma de lidar com os medos e a efetividade da peça satírica ocorre quando uma ameaça real é colocada de forma a alertar a plateia para um determinado perigo. É importante atentar para textos como os de Soyinka, no caso desta tese, no que se refere às suas produções cômicas, porque diferentemente de outras(os) escritoras(es), ele assume os posicionamentos expressos nas obras.

Enquanto artista militante, envolvido com as questões políticas de seu país, mesmo depois do exílio, e também com aspectos relacionados às culturas negras e africanas na diáspora, suas ideologias estão alinhadas com suas narrativas dramáticas¹⁷ e literárias. Seus textos traduzem a visão da sua cultura ancestral, dos impactos da colonialidade, de forma defendida e declarada, e no caso da produção ensaística, teorizada. O riso de sua escrita é engajado, não é colocado de maneira aleatória – como alegam algumas(uns) autoras(es) – com o intuito puramente de entreter. Assim como Soyinka pontua em sua investigação sobre a sátira, o cômico precisa trazer sua carga de ameaça, um alerta, não apenas a suspensão do medo (mesmo que momentaneamente). A plateia, assim como as(os) leitoras(es) precisam atentar para a mensagem do texto; a experiência estética, nesse caso, não finda com o término da leitura da peça, mas se prolonga com a reflexão sobre determinado tema que possui relevância social, política e cultural. E embora utilize uma obra da tradição ocidental no ensaio supracitado, sua produção não se mostra como repetição de modelos e temas cristalizados pelos padrões hegemônicos estabelecidos pelo cânone ocidental.

Ainda sobre a dimensão política da linguagem cômica, faz-se necessário atentar para o caráter contextual que subjaz a esta perspectiva analítica. Enquanto outras leituras sobre o riso utilizam operadores subjetivos para a investigação, como a ótica psicológica, por exemplo, a

¹⁷ No sentido de pertencimento ao gênero teatral.

crítica política da comicidade se ampara nos contextos sociais, políticos, históricos e culturais, não para determinar o que é risível ou o que não é – posto que tal abordagem se relaciona mais com aspectos da subjetividade –, mas sim para averiguar quais discursos estão implicados no texto cômico. O ferramental crítico-teórico do riso em seu aspecto contextual foi postulado, dentre outras contribuições, por Bergson (1987), Cottom (1989) e Hutcheon (2000) em suas afirmações sobre a necessidade de compreensão do riso a partir da conjuntura na qual se insere.

Assim, antes de proceder à análise das obras, delimitei a conjuntura e o papel das(os) intelectuais de Cabo Verde que servem como paradigma das investigações que empreendo neste e no próximo capítulo. A especificidade¹⁸ de Cabo Verde e de sua produção literária em detrimento das obras dos outros países africanos (falantes da língua portuguesa ou não) reside não somente em sua história, mas também na função exercida por sua elite intelectual de propagação de ideais coerentes com os governos e regimes que lhes eram contemporâneos.

Chaves-analíticas como a mestiçagem¹⁹, enquanto padrão ideal da cultura nacional discutida (implícita ou explicitamente) nas narrativas – que abarca os aspectos de gênero e raça pelo fato de que a(o) mestiça(o) também é feminina e masculino²⁰, rica(o), pobre – permeiam meu horizonte de investigação das obras para averiguar como estes aspectos são abordados através do recurso à linguagem risível: serão discursos legitimadores, questionadores ou silenciadores destas demandas?

Em decorrência do caráter contextual do riso, saliento a necessidade de suplantar boa parte da produção científica de estudos sobre o cômico, posto que há uma grande recorrência de autoras(es) e teorias ancoradas(os) na tradição ocidental, o que implica uma circularidade de temas e abordagens que nem sempre conseguem dar conta das demandas que textos africanos, e de outros territórios que não são contemplados pela ótica europeia-

¹⁸ A especificidade a qual me refiro não implica em leituras essencialistas ou fixas das identidades cabo-verdianas. Para não cair em reducionismos, me fundamento em contextualizações históricas e sociais da conjuntura do país para analisar as demandas identitárias presentes nas narrativas discutidas nesta tese.

¹⁹ O aprofundamento das discussões sobre mestiçagem se deve à plataforma identitária que este termo apresenta no contexto literário cabo-verdiano e também pela ainda incipiência de trabalhos sobre este tema, com enfoque étnico-racial, nas análises críticas. A mestiçagem é muito representativa e específica para a cultura de Cabo Verde.

²⁰ Pelo fato de as personagens apresentadas nas narrativas representarem somente a cisgeneridade e heternormatização, questões relacionadas à transgeneridade e a afetividades LGBTTTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneras(os), transexuais, queer, intersexual, assexual e outras(os)) não serão aprofundadas neste estudo, com a exceção da análise do romance *O eleito do sol*. Como leitura sugerida para essa temática, consultar o artigo “O dilema da identidade nacional na experiência dos gays *sampadjudas*” (2016), de Francisco Paulo Vieira Miguel, bem como outras análises desse autor sobre o tema. Esse estudo possui uma análise bastante instigante por discutir a homossexualidade de homens mindelenses em suas intersecções com raça e classe, além de pontuar a xenofobia direcionada às(aos) africanas(os) do continente – caracterizados pejorativamente como *mandjacos* – tanto em obras literárias quanto na sociedade *sampadjuda* da ilha.

ocidentalizante, apresentam. Nesse sentido, por mais que algumas pesquisas se debruçam sobre obras literárias oriundas dos países africanos, a perspectiva analítica frequentemente não foi teorizada de modo específico para sua interpretação, o que acarreta compreender as narrativas por um viés homogeneizador que utiliza o paradigma do Ocidente – e muitas vezes dos cânones literários – para a discussão de objetos, sujeitas(os) e temas que não se enquadram nesse padrão. Daí a necessidade de mais investigações, e fica aqui registrado o convite, para mais estudos não somente sobre as literaturas do continente africano com suas ilhas e arquipélagos, mas também com uma instrumentalização específica endógena e exógena acerca da linguagem risível em suas expressões estéticas.

Então, como não encontrei²¹ produções científicas que abordassem especificamente e profundamente o riso em sua dimensão política no panorama literário²² cabo-verdiano, lancei mão do desenho de um breve panorama de algumas produções literárias provenientes de três ilhas do arquipélago para identificar e problematizar tendências do cômico enquanto operador discursivo de posicionamentos político-ideológicos.

Nesse panorama são discutidos os textos²³: o conto “O Visto” presente no livro de Ondina Ferreira, intitulado *Contos com Lavas* (2010), escrito em e sobre a Ilha do Fogo; a crônica “Markito com K” escrita por Filinto Elísio Silva, natural de Praia na ilha de Santiago, publicado na segunda e última edição oficial do periódico *Sopinha de Alfabeto*, em 1987; a narrativa juvenil *Cinco balas contra a América* (2008) de Jorge Araújo, mindelense da ilha de São Vicente; e o romance *O eleito do sol* (1992) do santiaguense Arménio Vieira.

Nos próximos subtópicos discuto criticamente as formas com as quais o riso opera nas narrativas, especificamente, as produções escritas²⁴ (conto, crônica, romance e outro romance juvenil) de modo a averiguar em personagens, paisagens e enredos os enfoques nas questões

²¹ A busca e o acesso a essas obras é extremamente difícil. A complexidade da identificação e aquisição de textos com essa temática ficam prejudicados por entraves como a inacessibilidade e a não-referenciação desses estudos em bibliografias de todas as outras pesquisas consultadas. O percurso investigativo realizado nesta tese envolveu a busca nas referências bibliográficas dos trabalhos consultados sobre a temática mais geral, bem como a consulta a acervos físicos e virtuais de bibliotecas, livrarias e bancos de dados das universidades, principalmente, as instituições do Brasil, Cabo Verde, Portugal e Estados Unidos, países com maior número de trabalhos acadêmicos sobre produções cabo-verdianas.

²² Ao assinalar a ausência de pesquisas anteriores não estou me referindo à inexistência de textos que elaboram panoramas, principalmente sobre as produções cabo-verdianas. Antes disso, destaco a incipiência de abordagens sobre o riso em suas conotações político-ideológicas. No Brasil, os trabalhos das professoras Maria Teresa Salgado (UFRJ) e Jane Tutikian (UFRGS) são pioneiros nessa área. Também assinalo a possibilidade de existirem outros estudos com análises próximas às minhas até mesmo utilizando *corpus* literário semelhante, mas, ao longo dos quatro anos de pesquisa, não consegui achar tais conteúdos, provavelmente, por sua indisponibilidade na internet e/ou não comercialização/distribuição em livrarias e bibliotecas físicas e virtuais.

²³ A ordem de apresentação das narrativas seguiu a extensão dos textos de forma crescente, excetuando-se a análise do conto “O Visto” por obedecer à ordem de gênero priorizada nesta tese.

²⁴ Não aprofundo aqui os critérios e motivações para tal distinção entre os gêneros, até porque a classificação engessada entre esses tipos narrativos possui fronteiras cada vez mais tênues e frágeis.

de classe, gênero e raça e como estes aspectos implicam leituras acerca dos posicionamentos ideológicos de suas(seus) autoras(es) em seus papéis de intelectuais.

3.1 O RISO DE DONA VICTÓRIA MARIA BARBOSA AVELINO MEDINA DO SACRAMENTO TEIXEIRA: ANÁLISE DO CONTO “O VISTO” (2010), DE ONDINA FERREIRA

O estudo e mesmo as produções estéticas que analisam e abordam as representações femininas nas literaturas tematizam bastante seus dramas sociais enfatizando como o machismo, o patriarcalismo e a misoginia afetam nossas²⁵ vidas, seja do ponto de vista afetivo (político, cultural, social, histórico), seja no âmbito acadêmico e artístico. Os trabalhos com recorte de gênero e os movimentos sociais vêm crescendo no país e no mundo, demandando representatividade e empoderamento, a liberdade que sempre nos foi negada.

Também nos é negado o riso por representar o confronto com os poderes patriarcalistas, machistas e misóginos que cerceiam nossos corpos, nossas decisões e nossos comportamentos, porque a seriedade deve ser a conduta das mulheres de respeito. Psicologicamente, socialmente e esteticamente a mulher que ri desafia a ordem, não ocupa o lugar de tristeza e submissão que a sociedade falocêntrica lhe impõe.

É necessário extravasar todas as violências, todos os dramas que nos acometem e, nesse caso, abordar estes temas não implica necessariamente em estigmatizações, mas sim em fazer reverberar questões que a escrita masculina não consegue tematizar. E a voz feminina, tanto nas narrativas quanto nas autorias, comumente, é apagada e silenciada.

Sobre a representação e temas relacionados aos personagens femininos nas narrativas, Sonia Queiroz em sua dissertação intitulada *Literatura e representação social das mulheres em Cabo Verde* (2010) assinala:

Muitas personagens de ficção são representadas no anonimato para que possam expressar, segundo a ótica da criação literária, a condição social de mulheres cabo-verdianas marginalizadas pela sociedade, sem valorização e historicização de suas lutas diárias frente a uma terra inóspita que quase nada tinha a lhes oferecer do ponto de vista da qualidade de vida, segundo o contexto retratado por grande parte do *corpus* selecionado.

²⁵ Incluo-me em algumas análises, principalmente por acreditar que as violências cometidas pelos machismos e cultura/epistemológica falocêntrica/machocêntrica afetam todas as mulheres cotidianamente, mesmo que de formas diferentes, e não tenho condições de pontuar estas questões sob uma ótica de distanciamento.

Destacaremos [...] o tema da prostituição, recorrente na literatura desde o período nativista ou pré-claridoso, persistindo como referência em textos contemporâneos. (QUEIROZ, Sonia, 2010, p. 12)

Compreendo que não nomear, dentro da perspectiva do anonimato suscitada por Sonia Queiroz (2010), seja uma estratégia para englobar estas práticas discriminatórias que acometem as mulheres, horizontalizando tais violências como uma forma de evidenciá-las, por outro lado, tal prática pode promover o apagamento das identidades individuais dessas personagens, tendendo a invisibilizá-las enquanto sujeitas históricas. Logicamente, deve-se também levar em consideração que o panorama que a pesquisadora descreve está contido em seu escopo analítico e está conformado por recortes temporais.

Todavia, o que saliento com a proposição de Sonia Queiroz (2010) é a descrição das representações e da marginalização da figura feminina no contexto das produções literárias cabo-verdianas. Encontro consonância e complementaridade com os apontamentos de S. Queiroz (2010) em cotejo com o panorama proposto por Mailza Souza, em seu artigo “Quando a literatura reflete a vida: retratos da violência de gênero na literatura cabo-verdiana” (2012):

A gravidez precoce, a violência familiar, o turismo sexual e o tráfico de mulheres agravam o quadro da violência na sociedade caboverdiana, literariamente, esse quadro é pintado com cores muito fortes no livro *Na roda do sexo*, (2009), de Fernando Monteiro, conforme observaremos em fragmentos do conto “Descartável”, inserto neste volume.

A coação sexual, muitas vezes praticada em casa, reflete-se nos altos índices de homicídios e ofensas corporais graves aos companheiros, praticados por mulheres constantemente espancadas, conforme figura no conto “Foram as dores que o mataram”, inserto no volume *Mornas eram as noites* (2002), de Dina Salústio, ainda nesse volume, consta, de modo exemplar, a abordagem da prostituição e mendicância praticada pelas mulheres, abortos clandestinos, filhos de pais desconhecidos, alcoolismo e a loucura. (SOUZA, Mailza, 2012, p. 416)

A autora ainda pontua os obstáculos que as mulheres cabo-verdianas enfrentam para efetivar o exercício de sua cidadania. Embasada nos pressupostos apresentados por Simone Caputo Gomes (2008), Mailza Souza (2010) destaca que os impedimentos colocados para atingir a emancipação feminina consistem, principalmente, nas limitações que submetem as mulheres unicamente ao espaço social privado, posto que as funções domésticas, inclusive o trabalho agrícola, embora estejam incluídas nas estatísticas governamentais, enquanto força de trabalho, não são contabilizados no PIB do país.

Todavia é importante ressaltar e ressaltar as atividades comerciais das *rabidantes*, que se encontram fora do circuito de ofícios internos e domésticos. A sua atuação abrange a venda de artigos alimentícios e têxteis, não somente nos trajetos inter-ilhas, como também nas rotas

transnacionais. Kathleen Sheldon e Isabel Fêo Rodrigues (2008, p. 438-439, tradução minha²⁶) assinalam que após a independência as *rabidantes*, como são denominadas as mulheres que fazem esse tipo de comércio itinerante – a *rabidância* –, passaram a trafegar entre novos mercados urbanos, entretanto, suas atividades foram afetadas pela competição com mercadores chineses, devido ao valor inferior dos impostos que esses comerciantes praticam.

Esse horizonte de precarização e invisibilidade da produção feminina também se traduz no panorama literário cabo-verdiano. Ricardo Riso em seu ensaio intitulado “Carlota de Barros e Maria Helena Sato – poéticas afetivas da diáspora cabo-verdiana” (2014) pontua que:

A literatura cabo-verdiana de língua portuguesa é constituída por um cânone de primazia masculina, tendo o seu auge na revista *Claridade* (1936-1960) – com destaque para escritores como Baltasar Lopes (ou Osvaldo Alcântara, seu pseudônimo poético), Manuel Lopes e Jorge Barbosa –, publicação na qual não encontramos autoria feminina em nenhuma das suas nove edições, constando apenas a presença de cantigas de Nha Ana Procópio como objeto de análise em texto de Félix Monteiro, no seu número derradeiro (Monteiro, 2013, p. 2). A ausência de gênero é notada não apenas na literatura cabo-verdiana, mas nas literaturas africanas de língua portuguesa de modo geral, fato assinalado pela ensaísta brasileira Laura Cavalcante Padilha quando questiona “até que ponto o cânone «consagrado» por outras vozes que não as africanas, submeteu-se aos mesmos mecanismos de dominação e poder que sempre tiveram como meta elidir as diferenças, sobretudo se o objeto recortado são as questões como as de gênero e raça” (Padilha, 2002, p. 164). (RISO, 2014, p. 101-102)

O texto de Laura Padilha acima referido por Ricardo Riso (2014) é o emblemático ensaio “A diferença interroga o cânone” (2002), no qual a professora analisa as antologias *No reino de Caliban* (1975), do escritor e crítico literário português Manuel Ferreira, e *Encontro com escritores – Cabo Verde* (1991), do professor e tradutor francês Michel Laban, problematizando a presença de produções de autoria feminina nestes livros. A pesquisadora assinala que, na primeira obra, dentre os trinta e seis escritores citados, apenas consta a autora Yolanda Morazzo, e no conjunto de entrevistas, somente a escritora Orlanda Amarilis é entrevistada em contraste com os vinte e cinco autores cabo-verdianos interrogados. Laura Padilha (2002) ainda questiona a menção a Orlanda Amarilis no texto de Michel Laban, no que é referenciada destacadamente por ser esposa do supracitado crítico, Manuel Ferreira, o

²⁶ Excerto original: “In the case of Cape Verde, *rabidantes* (market women) have long led the marketing of food and textiles. Significantly, their trade is not only across the islands, but also transnational, involving significant mobility, managerial skills, and investment (Grassi, 2003). After independence the *rabidantes* conquered new urban markets, although presently their market of cheap goods is undermined by the growing presence of outside competitors, such as Chinese traders who benefit from tariff exemptions.” (SHELDON; RODRIGUES, 2008, p. 438-439)

que promove não só a invisibilização da intelectual, mas sua identificação substancial enquanto relacionada a seu marido.

Retornando às postulações de Ricardo Riso (2014, p. 102-103), o pesquisador tece um breve – porém significativo – painel da autoria feminina nas letras de Cabo Verde no qual assinala a autoria feminina anterior à independência. Dentre as referências, encontram-se os nomes de Antónia Gertrudes Pusich (São Nicolau, 1805-1883), primeira pessoa cabo-verdiana e africana a publicar nos almanaques de lembranças, pioneira na publicação de uma obra literária no arquipélago em 1841 e na fundação e direção de jornais; Orlanda Amarilis, uma das principais integrantes da revista *Certeza* (1944); Yolanda Morazzo em sua colaboração para o único número do *Suplemento Cultural* e Maria Margarida Mascarenhas em sua destacada participação em *Seló* – página dos novíssimos (1962).

Já no contexto da emancipação, a partir de 1975, Riso (2014, p. 104) pontua que as temáticas abordadas pelas escritoras discutem a situação feminina frente às relações de desigualdade, violência doméstica, prostituição, gravidez na adolescência, a solidão e o abandono, dentre outros. O pesquisador cita a antologia de poemas intitulada *Mirabilis* – de veias ao sol (1991), organizada por José Luis Hopffer Almada, como importante obra na qual se encontram produções femininas que tematizam essas questões. Ao assinalar algumas componentes do atual quadro de publicações literárias de autoria de mulheres em Cabo Verde, o autor afirma:

Hoje, com escritas diversas entre si, assinalam o importante papel que escritoras como Fátima Bettencourt, Ondina Ferreira, Dina Salústio e Vera Duarte vêm desempenhando na consolidação desse processo, no trânsito por diversos gêneros e nas especificidades do cotidiano cabo-verdiano, tanto nas ilhas quanto na vasta diáspora. As escritoras atuais caracterizam-se por esse olhar ampliado assim como pela quantidade de publicações individuais, de carreiras sedimentadas no meio literário. Outra característica das escritoras contemporâneas é o compromisso com práticas sociais e em prol dos direitos da mulher²⁷. (RISO, 2014, p. 104)

A partir dos panoramas descritos pelas pesquisadoras e pelo pesquisador acima citadas(o) é possível observar a constância de abordagens mais intensas e circunspectas, com um tipo de tematização do cotidiano diverso do que a estabelecida corriqueiramente. Já nas narrativas orais das cantadeiras da *konbersu sábi*, *batuku*, *kurkutisan* (também conhecidas como *Rafodjo* fogueense ou *Rodriga*) e *finaçon* analisadas na tese *As inscricuras do verbo: dizibilidades performáticas da palavra poética africana* (2007), de Amarino Queiroz, o riso aparece como uma forma de transgressão temática e estrutural, ora através de desafios e

²⁷ Mais adiante, Ricardo Riso (2014) também pontua as obras poéticas das autoras Carlota Barros e Maria Helena Sato, cujos poemas são os objetos analisados no seu estudo.

embates, ora por meio do ritmo, da coreografia ou da recitação dos versos. Dentre as expoentes citadas por Queiroz, destacam-se Tia-Ganga, Nha Guida Mendi, Nha Násia Gomi, Nha Bibinha Kabral e Ana Procópio.

Essa última foi estudada por Félix Monteiro no artigo “Cantigas de Ana Procópio” publicado na *Claridade*, na edição de 1960, “referida como exemplo de grande improvisadora nas rodas de desafio da Ilha do Fogo, capaz de fazer com que os tocadores variassem de ritmo, de intensidade e de tom ao mesmo tempo que lhes seguia os movimentos sem se confundir na elaboração simultânea dos versos.” (QUEIROZ, Amarino, 2007, p. 140). Ana Procópio (1856-1957) é uma renomada cantadeira de *kurkutisan*, desafio cantado no qual duas(dois) cantadoras(es) apresentam textos poéticos improvisados de caráter satírico (p. 139). Segundo o pesquisador, a palavra *kurkutisan* deriva de *kurkuti* ou *krakuti* que significa ofender, insultar. Nota-se que, diferentemente de autoras provenientes das elites sociais, as cantadeiras conseguem satirizar as opressões de cunho social, de classe, políticas, afetivas, morais e culturais.

Contudo, o acesso a essas cantigas não possui o mesmo alcance das produções escritas produzidas por mulheres, que também não são de fácil aquisição. Daí a dificuldade²⁸ em trazer mais narrativas escritas e orais de autoria feminina para constituir o *corpus* desta tese. Por sua vez, as produções prosaísticas e poéticas não-orais de autoras cabo-verdianas estão repletas de dores, de gritos, de modo que ainda existem muitos pontos para serem abordados e o riso como arma para expurgar estas questões, mesmo falando sobre elas, ainda não está sendo amplamente estudado.

Neste sentido, o conto “O Visto” de Ondina Ferreira diverge das narrativas encontradas e elencadas anteriormente. Diferentemente do anonimato das personagens assinalado por Sonia Queiroz (2010), a protagonista, Dona Victória Maria Barbosa Avelino Medina do Sacramento Teixeira – como o extenso sobrenome já indica – é uma herdeira da “gente de sobrado” (FERREIRA, Ondina, 2010, p. 179), elite decadente de Cabo Verde arruinada após a independência oficializada em 1975, como pontua a personagem, “Venho de família antiga. Abastada noutros tempos e com nome conhecido na Ilha.” (p. 177). Para justificar a mudança sócio-econômica do status da família, Dona Victória pondera:

²⁸ Saliento a dificuldade de aquisição e de acesso às produções literárias produzidas em Cabo Verde. Fora dos circuitos de editoração por Portugal e pelo Brasil os livros somente circulam através da importação ou pela generosidade de autoras(es) em enviar seus livros. Este foi o caso do livro *Contos com Lavas* (2010) de Ondina Ferreira; encontrei o conto “O Visto” na coletânea *Tchuba na Desert* (2006) – disponibilizada parcialmente no Google Books esgotada nas livrarias e na própria editora – e contei com a gentileza da escritora em expedir um exemplar para mim, o qual fez sem custo algum.

Olhe, quando o 25 de Abril [Revolução dos Cravos em Portugal no ano de 1974] chegou aqui, as coisas transtornaram-se de uma tal maneira, que já ninguém conhecia o seu lugar na sociedade e tudo saiu fora do lugar. Nada ficou como dantes! Aquilo que a gente acreditava e aceitava como certo na minha ilha, passou a ser criticado por esses revolucionários, combatentes de... ou lá como se chamam os que agora mandam em nós, gente de sobrado, objecto de troças e de perseguição. (p. 179)

Embora a extensão do sobrenome da personagem possa provocar a risibilidade devido à estranheza que suscita por ser algo pouco comum – uma característica muito relacionada às pessoas da nobreza –, para Dona Victória é um motivo de orgulho e legitimação. Tal enaltecimento pode ser constatado quando interpelada acerca de seu nome, ao recusar ser chamada somente pelo sobrenome de casada: “[...] Confirma o seu nome: Victória Teixeira?! – Não. O meu nome completo é Victória Maria Barbosa Avelino Medina do Sacramento Teixeira.” (p. 174). Como possibilidade analítica, a comicidade da nomenclatura da personagem seria efetivada caso fosse realizada uma caricaturização das pessoas pertencentes ao grupo social da qual a protagonista alega pertencimento, mas isto não ocorre em momento algum da narrativa, o que reforça a leitura de que o alvo da criticidade da obra não é a “gente de sobrado”, como discuto ao longo desse tópico.

Antes de proceder às problematizações, abro um breve parêntese para apresentar a síntese²⁹ do conto.

Afetada pelas consequências da independência e do novo regime político, a família de D. Victória perde suas posses, entrando em uma crise tanto econômica quanto social, ainda agravada pela reforma agrária – chamada de “afronta agrária” por seu pai. Para não perder o sobrado, sua herança secular, a protagonista aceita se casar, aos quarenta e um anos, com João Teixeira, neto do feitor de seu avô materno.

João Teixeira reside nos Estados Unidos e, com o dinheiro que conseguiu trabalhando em uma fábrica, comprou algumas terras e o sobrado, último espólio da antiga família de renome tanto na ilha quanto na velha metrópole. No acordo firmado com seu marido – o que sinaliza uma união de conveniência não desejada por D. Victória –, uma visita seria feita em dezembro, com prazo até janeiro, sendo necessária a aquisição de um visto temporário a ser retirado na Embaixada dos Estados Unidos na cidade da Praia.

A trama ficcional, então, desencadeia-se pela incompreensão do cônsul em reconhecer os motivos pelos quais a protagonista não deseja morar com seu marido nos Estados Unidos – principal destino de cabo-verdianas(os) à procura por melhores condições de trabalho e

²⁹ A síntese a seguir foi publicada em um artigo no qual analiso esta narrativa curta, intitulada “Possíveis leituras do conto “O Visto”, de Ondina Ferreira”, na Revista Crioula (USP), em 2016.

econômicas. Tal indagação se pontua, inclusive, por meio de uma das falas extraídas do conto em que o cônsul interpela Dona Victória sobre qual seria a finalidade de sua viagem – um ponto já abordado no formulário de solicitação do visto e que dispensaria maiores discussões se o representante estadunidense não desconfiasse das intenções da protagonista. É isto, juntamente com a falta de um atendimento especial por parte da Embaixada, que tanto incomoda Dona Victória: ser equiparada a essa “gentinha pobre” (p. 178).

Acerca da caracterização de Dona Victória é possível comparar a construção dessa protagonista com os atributos assinalados anteriormente sobre as representações femininas nas produções literárias cabo-verdianas escritas por homens e mesmo por mulheres. Além da linguagem risível presente na narrativa, a altivez constantemente reforçada da personagem e sua história de vida – apesar da decadência de seu grupo social – são pontos fora da curva das ficções que envolvem mulheres e emigração.

A personalidade forte e uma certa soberba cômica demonstrada por D. Victória nesta curta narrativa podem ser lidos, inicialmente, como uma estereotipização crítica aos costumes da antiga elite de “filhos da terra”³⁰ da qual a personagem é integrante. Essa possível caricaturização se justificaria pela descrição dos incômodos sofridos pela protagonista diante do tratamento a ela concedido na embaixada e, principalmente, pela recusa em ser comparada à “gentinha pobre”, como os fragmentos abaixo pontuam:

Por essa não esperava D. Victória. Pensava ela que este tipo de atendimento seria pessoal, privado. Aliás, fora seu entendimento de que tudo se passaria entre ela e o Cônsul da Embaixada, ou o funcionário que se ocupava dessa questão e não da forma como fora conduzido o diálogo da entrevista para a obtenção do Visto.

A sala de espera da Embaixada pareceu-lhe particularmente cheia naquela terça-feira de Novembro, dia marcado para a vez dela. Relançou um olhar panorâmico percorrendo-a, como que para confirmar a ideia. Foi quando se apercebeu do altifalante difundido para a sala a conversa do candidato que acabara de entrar para o gabinete das entrevistas.

Apeteceu-lhe desistir. Sair e telefonar ao marido comunicando-lhe a intenção. Cheirou-lhe a algum tipo de intimidação ou mesmo de humilhação, aquele aparato. Faria parte da pouca consideração que o país do dólar nutria pelos outros? (FERREIRA, Ondina, 2010, p. 173)

Tal sentimento de pertencimento à classe dominante e rejeição à emigração como costume relacionado às camadas populares é endossado nas páginas seguintes:

Habituei-me, do tempo do meu avô paterno a vê-lo, e posteriormente aos meus pais, a tratar de papéis para os guardas das propriedades de café e empregados das lojas que tínhamos, ou seus familiares. Desde atestado

³⁰ Denominação utilizada por João Lopes Filho (1983) para se referir ao grupo social de alto prestígio social e econômico nas ilhas que possui relações familiares com os colonizadores portugueses, sem, necessariamente, possuírem fenótipo branco.

médico, passando pelo preenchimento dos formulários da vossa Embaixada, indo até tratar da situação militar, dado que eram os homens que na altura saíam à procura de vida melhor na terra do senhor cônsul. Por vezes, chegavam mesmo a abonar-lhes ou a pagar-lhes a passagem. Mas nunca nós. Eles sim. Então eu levantei-me com o entendimento que ir para lá era para quem estava necessitado. Como se dizia antigamente, para a gatinha pobre. (p. 178)

Apesar do tratamento constrangedor concedido pela embaixada estadunidense acima descrita, posto que a publicização da conversa entre a(o) requerente e o cônsul expõe aspectos privados de forma desnecessária, é possível observar ao longo do texto que a protagonista encontra-se desconfortável em fazer a viagem para um destino que não é o mais “prestigante”, como pontua D. Victória,

Um ou outro membro [da antiga elite], normalmente por razões de desavença familiar, ou de empobrecimento inesperado, lá zarpava para sua terra, senhor Cônsul. Era um tipo de viagem que a nós não prestigiava. Nós íamos para Lisboa. Ah! Sim! Essa era a viagem prestigante para gente como nós! Ou passear, passar temporadas, ou consulta médica, ou ir lá freqüentar colégios... ou assim. (Ibid.)

O incômodo descrito no início da narrativa e citado anteriormente acerca do atendimento inconveniente da embaixada não é mais colocado pela protagonista nem em seu encontro com o cônsul. O que ela mais se esforça para conseguir é afastar a percepção dela enquanto emigrante, tanto é que passa boa parte do texto afirmando e legitimando seu status, de modo que o “altifalante” (alto-falante) deixa de ser opressivo/constrangedor e se torna um aliado para que outras pessoas além do cônsul possam saber da alta estirpe de Dona Victória:

Nunca em tempo algum, passou-me pela ideia emigrar para lá. Porquê? Por várias razões, das quais só posso explicar aquelas que me são familiar e culturalmente explicáveis. Nasci num sobrado. Espero que entenda isto. (p. 177-178)

A autoafirmação enquanto classe “superior” é reforçada e supostamente justificada:

Quando procuramos a razão, o motivo da sanha da aplicação da “afronta agrária”, no dizer do meu pai, uma das explicações possíveis para toda esta espécie de perseguição que nos movem, é inveja. E eu acredito que seja mesmo inveja. Inveja de sermos superiores, de classe alta. Sabe, aqui os portugueses não mandaram... Nós é que mandávamos! E quando chegou a dependência... ou desculpe, a independência eles é que passaram a mandar. Essa gatinha que o senhor vê por aí. (p. 181-182)

As tónicas de classe e migração perpassam o texto inteiro, mais notadamente, na descrição fornecida pela protagonista acerca dos “filhos da terra”, como são conhecidos os integrantes desta elite que herdaram o poder durante a colonização. Sobre a formação deste grupo social, Iva Cabral, em sua tese intitulada *A primeira elite colonial atlântica: dos*

«homens honrados brancos» de Santiago à “nobreza da terra” (2013), apresenta como hipótese primordial de sua pesquisa que:

[...] a primeira elite cabo-verdiana é também a primeira elite do mundo colonial que se constrói com os “descobrimentos” europeus. “Os homens brancos honrados de Santiago foram os pioneiros na construção de uma sociedade colonial atlântica nos trópicos, longe da Europa, com características diferentes das da Madeira e Açores, ou das Canárias. Isto porque, pela primeira vez, na história, é estruturada uma sociedade pelos europeus/minoria onde a maioria/mão de obra escrava foi por eles importada. Foi, em Cabo Verde, que nos finais do século XV e início do século XVI se experimentaram os instrumentos políticos, judiciais e repressivos que permitiriam controlar esse novo tipo de sociedade que durante este último século se estenderia pelo Atlântico – das Caraíbas ao Brasil. (CABRAL, Iva, 2013, p. 16-17)

Embora a discussão sobre o pioneirismo ou não desta elite cabo-verdiana no contexto da história do Atlântico – como designa esta área de estudos a historiografia contemporânea (CABRAL, 2013) – não seja o foco desta pesquisa, a tese de Iva Cabral contribui com leituras advindas de documentos históricos acerca da formação e manutenção dos grupos de poder em Cabo Verde até o século dezessete e, mesmo que seu recorte territorial seja o de habitantes da ilha de Santiago, a pesquisadora também assinala alguns aspectos das elites da ilha do Fogo, enfoque do tópico deste capítulo.

Sob este prisma, conquanto sua restrição temporal abranja o período do século XV até o século XVII, a compreensão dos aspectos sócio-econômicos, históricos, políticos e raciais que possibilitaram a constituição e desenvolvimento desses grupos, bem como as designações³¹ “homens brancos honrados”, “filhos da terra” e “brancos da terra” – que também são assinalados por João Lopes Filho (1983), Leila Hernandez (2002) e Gabriel Fernandes (2002) – possibilita uma percepção mais detalhada acerca do impacto/relevância das funções que estas elites exerciam.

De acordo com as postulações de João Lopes Filho (1983), Leila Hernandez (2002), de modo indicial, e de Iva Cabral (2013), Gabriel Fernandes (2002), de modo mais específico, as homogeneizações que reduzem as experiências coloniais e as formações de grupos dominantes endógenos a um modo único e inexpressivo enquanto sujeitas(os) históricas(os)

³¹ Iva Cabral descreve os “homens brancos honrados” e os “brancos da terra”: “Mas, os “homens brancos honrados” ainda nos deixaram um traço cultural de maior importância – o catolicismo. Juntamente com a religião deixaram o ensino - não só das primeiras letras, mas também do latim, da moral - extensivo aos “filhos da terra” de que é exemplo André Álvares de Almada, o primeiro letrado da terra aí criado e educado. Outra herança que os “brancos honrados” deixaram e que irá influenciar a história cabo-verdiana e sua identidade, durante séculos, será a segunda elite, esta endógena, filha da anterior, cujos membros se chamavam a si mesmos “brancos da terra” e que irão dominar Santiago e Fogo. Estes ambicionaram e construíram uma autonomia de facto, até pelo menos à segunda metade do século XVIII, quando o Marques de Pombal acabou violentamente com as suas pretensões numa reposição da ordem colonial. Embora essa experiência de autonomia nunca deixasse de estar presente na memória colectiva.” (CABRAL, Iva, 2013, p. 23).

na época da exploração da colonização são desmitificados. A partir desta perspectiva, mesmo com a dominação portuguesa, elites nativas conseguiam exercer cargos administrativos que repercutiam na dinâmica social das ilhas, além da atuação de latifundiários e, no período da escravização, os comerciantes/sequestradores do tráfico humano³².

Nessa leitura, a autossuficiência das elites, como assinala a personagem de Dona Victória ao pontuar que “Sabe, aqui os portugueses não mandaram... Nós é que mandávamos!” (FERREIRA, Ondina, 2010, p. 182), não acarreta uma hipérbole ou incoerência completa, contrariamente à visão do senso comum que caracteriza as(os) colonizadas(os) como passivas(os) e dependentes da metrópole. Um aspecto que indicia sua vinculação ideológica aos pressupostos da elite é a indignação perante a implementação das políticas relativas à reforma agrária, denominada como “afrenta agrária” (p. 181) em uma reinterpretação efetivada pelo pai da personagem para se referir às supostas perdas que sua família, assim como outras latifundiárias nas ilhas, foram atingidas na redistribuição das terras. Na compreensão de Dona Victória qualquer projeto político – seja um regime, seja um programa social – que retire ou ameace a dominação exercida por seu grupo é um ultraje motivado pela inveja. Mais do que uma leitura ingênua da questão, tal atitude da protagonista reflete um comportamento e um discurso muito comum entre as camadas abastadas para a manutenção de seu poder.

Ainda acerca do perfil histórico e social desse grupo, a narrativa de Ondina Ferreira (2010) associada às leituras analíticas acima citadas, assinalam a autonomia e prestígio perante a corte portuguesa que as elites cabo-verdianas gozaram, todavia, Cabral (2013, p. 23) ressalva que este autogoverno durou até a metade do século XVIII, com a reposição da ordem colonial estabelecida pelo Marques de Pombal, “Embora essa experiência de autonomia nunca deixasse de estar presente na memória colectiva.”.

É emblemática a relação de proximidade que essas elites estabeleciam com Portugal, posto que, tanto com os “brancos honrados”, quanto com os “brancos da terra”, os laços sanguíneos/familiares e hierárquicos com a ex-metrópole eram mantidos. Essa autonomia não foi vivenciada por cabo-verdianos nascidos nas ilhas e descendentes de africanas(os), o que de certa forma não implica no afastamento/ruptura com o regime colonial.

³² A autora também salienta a estruturação da elite de “homens honrados brancos”, a partir das cartas matrizes de povoamento e comercialização nas ilhas de Cabo Verde (escritas em 1466 e 1472), em suas atividades no tráfico de escravizadas(os): “Essas cartas estruturaram a sociedade de Santiago (também do Fogo), já que possibilitaram e favoreceram a criação de uma elite armadora/proprietária rural e de uma força produtiva baseada no trabalho forçado, erigindo, assim, em Cabo Verde, uma sociedade que tinha como suporte económico e social a exploração contínua do escravo negro.” (CABRAL, Iva, 2013, p. 35)

Também é interessante pontuar o destaque concedido à Ilha do Fogo³³ na pesquisa de Iva Cabral (2013) ao lado da experiência santiaguense. Todavia, em outro artigo de sua autoria publicado em 2012 intitulado “A evolução da sociedade fogueense: Através de um estudo prosopográfico da elite da ilha (sec. XVI-XVIII)³⁴”, a pesquisadora cabo-verdiana assinala que as(os) moradoras(es) do Fogo não possuíam o mesmo poder de comercialização com os países do continente na época do tráfico de escravizados, de modo que sua economia baseou-se nas atividades agrícolas e na venda desses produtos ou de manufaturas, como é o caso dos panos³⁵. Neste sentido, também é coerente a proposição da protagonista quando afirma que sua família abastada era possuidora de terras, vez que a agricultura na maioria das ilhas cabo-verdianas nem sempre representava riqueza devido aos fatores ambientais³⁶ que não são favoráveis a esse tipo de produção.

É por meio da reivindicação de seus privilégios que Dona Victória, enquanto integrante de uma família tradicional aristocrática, exige a legitimação ou sobreposição desta identidade e status perante o não-reconhecimento da autoridade do cônsul. A protagonista procede desta maneira motivada pelo menosprezo da condição de emigrado do marido, bem como pela superior representatividade dos EUA no cenário internacional, em relação a Portugal. São esses os aspectos que possibilitam uma das chaves analíticas deste conto: o riso presente na narrativa não aparece direcionado às críticas ao antigo poder, mas, sim, à nova ordem vigente, representada pelas figuras dos Estados Unidos e do sistema governamental que se consolidou a partir da Independência.

Pode-se interpretar a indignação de Dona Victória como reação tanto à desconsideração da Embaixada por uma pessoa de sua “classe”, quanto à burocracia/vigilância extremadas para aquisição do visto, em um gesto que, enquanto supervaloriza a viagem para o país ao dificultar este processo, também rebaixa a nação e seus

³³ Em língua crioula denominada *Djarfogo*.

³⁴ Emblematicamente, ao procurar no *Google* textos em português sobre a elite da ilha do Fogo o único arquivo que consta é o do artigo de Iva Cabral (2013), já nas entradas em inglês outros sites são listados, incluindo dois livros disponibilizados parcialmente, mas nenhum outro artigo específico sobre a constituição da elite nativa na ilha. Assinalo ainda que, no arquivo parcial encontrado na internet da dissertação de Maria Manuela Alfonso sobre classe e educação em Cabo Verde, tornada livro em 2002, no prefácio assinado por João Estêvão, o autor pontua que Teixeira de Sousa, escritor claridoso, ocupou-se da questão de classe na sociedade fogueense em um de seus textos, mas também não consegui encontrá-lo. (Pesquisa realizada pela última vez no dia 16 de outubro de 2017.)

³⁵ Acredito que os panos os quais a autora referencia em seu texto (2013, p. 5) são os *pano di terra*, produção têxtil típica de Cabo Verde até a contemporaneidade.

³⁶ Clima árido, pouca água (tanto pluvial quanto fluvial) potável e os períodos do vento hamartia/hamartão, no qual as micropoeiras do Saara se espalham pelo Oceano Atlântico e atingem as ilhas cabo-verdianas, prejudicando as plantações.

habitantes em seu demasiado esforço e no aviltamento de sua imagem ao colocá-los como alvos de suspeita, tamanha são as medidas de segurança envolvidas.

Outro fator que provocou intensa revolta em Dona Victória foi a desconfiança do cônsul sobre a duração de sua permanência nos Estados Unidos. Ele a questiona:

Bem, continuando, a senhora Victória ainda não me disse os verdadeiros motivos que a levam... Tem estado até agora a... desculpe a franqueza, a divagar. O que quero saber é a garantia que me dá para eu acreditar no seu regresso. Está a ver: é a primeira vez que vai estar com ele. O seu marido vive e trabalha lá. Ele tem casa lá. Como garante que sua intenção não é ir para ficar? E pede um Visto de Turista? Não há-de estar a tentar enganar a Embaixada, pois não, senhora Victória? (p. 176)

Dona Victória tentava expor os fatos que acreditava serem motivos suficientes para garantir seu retorno à Ilha no tempo estipulado. Todavia, as justificativas apresentadas não satisfaziam o indiferente funcionário, pois, como afirmava a personagem, seu embasamento era culturalmente e socialmente diverso das vivências do cônsul. Sua situação de ‘relevô’ no Fogo não lhe forçava a emigrar como acontecia com boa parte de cabo-verdianas(os) que viajavam para atingir um melhor nível de poder aquisitivo, como citado anteriormente. Compará-la com pessoas nesta circunstância a incomodava profundamente, posto que pôs em dúvida seus propósitos:

[...] Oh senhor Cônsul, eu não pretendo enganar ninguém e nem tenho necessidade de fazer tal coisa. Vamos aqui clarificar alguns pontos que me parecem não estar bem entendidos. Eu, quando pedi visto de turista era, é, e continua a ser mesmo este o tipo de entrada que pretendia, e pretendo. Ponto final, parágrafo. O senhor está-me a entender! Fala bom português, portanto vai entender tudo. Tenho quarenta e um anos de idade. Venho de família antiga. Abastada noutros tempos e com nome conhecido na ilha. Casei tarde porque quis. Podia ter casado em tempo certo. Pretendentes não me faltaram. Escolhi muito e fui perdendo as oportunidades em matéria de arranjar marido à altura. Só agora, há coisa de um ano, achei por bem fazê-lo... [...] Nunca, em tempo algum, passou-me pela ideia de emigrar para lá. Porquê? Por várias razões, das quais só posso explicar aquelas que me são familiar e culturalmente explicáveis. [...] (p. 177)

A altivez de Dona Victória – uma mistura de personalidade forte com o orgulho aristocrático – também são demonstrados no conto através da descrição de seu casamento com o ex-funcionário de sua família, posteriormente emigrado bem-sucedido e detentor das terras. Através da explicação da protagonista, é possível se traçar uma leitura deste relacionamento como fruto de uma conveniência, na qual ela mantém as posses e o marido, além dos lucros, recebe o status de pertencer à elite. Tanto é que ela pontua a referida inferioridade do esposo de forma desdenhosa: “Podia ter casado em tempo certo. Pretendentes não me faltaram. Escolhi muito e fui perdendo as oportunidades em matéria de arranjar marido à altura.” (Ibid.).

A personagem apenas fala positivamente de seu cônjuge uma vez, com a frase “por sinal bom homem”. Desse modo, pode se perceber uma postura de distanciamento ao mencioná-lo, e as alusões ao casamento parecem o fechamento de um negócio, inclusive utilizando expressões típicas de transações comerciais, como “firmou”, “acordo”, “aprazado”.

[...] Foi lá que começou a vida a trabalhar numa fábrica de... ai! Já me esqueci o nome! Só veio visitar a terra e os parentes há coisa de dois anos e por cá se deixou estar uma temporada. Foi assim, nesse intervalo de tempo que o casamento entre nós se *firmou*. Eu não o conhecia antes... Embora ele diga lembrar-se de mim quando miúdo e quando ia à nossa casa pedir a bênção à minha avó ou fazer algum mandado da mãe – acrescentou a inquirida de expressão séria. (p. 176, grifo meu)

No mesmo texto, a reiteração aparece páginas adiante:

Olhe, quando casei com José Teixeira, por sinal bom homem, neto do feitor do meu avô materno, foi ele quem comprou o *resto* das nossas terras e o sobrado da cidade, aliás onde eu moro. Logo que ficou *aprazado* o nosso casamento, como ia dizendo, combinei com ele que não queria nem carta de chamada, nem “green” carta, ou como vocês dizem... Não senhor, eu não queria nada disso. [...] Entendeu, senhor Cônsul? Foi esta *a minha decisão* e o *nosso acordo*, antes do casamento realizado ano passado. Está a ver? (p. 183-184, grifos meus)

Além dos termos grifados para ressaltar o caráter não-afetivo desta relação, destaco também a expressão “resto” para se referir ao que sobrou das terras da família de Dona Victória. A herança deixada não reflete a situação social e econômica dos filhos que estudaram em Portugal, que inclusive gastaram muito nessa viagem, bem como o prestígio que a protagonista afirma terem suas(seus) parentes.

É emblemático também, do ponto de vista das discussões de gênero, ser responsabilidade de uma mulher a administração dos bens, que até mesmo se casa para permanecer com as heranças. Todavia, é justificado no texto este encargo atribuído à Dona Victória devido à incapacidade de seus irmãos em assumirem esta tarefa, pois como ela afirma:

Eu por acaso não fui. Filha “codê” [caçula], não me queria separar de minha mãe. Mas os meus irmãos, quase todos. Sobretudo os rapazes. Olhe, dois [irmãos] passaram lá [Portugal] alguns anos. É certo que não aproveitaram bem os estudos e até gastaram nisso muito dinheiro ao nosso pai, mas regressaram a tocar muito bem violino e bandolim. Eu, muito apegada à minha mãe e às coisas da casa, fui tomando conta de tudo. No fim, já adulta e única solteira, era quem cuidava dos bens da família. (p. 178-179)

Ainda sobre a soberba apresentada pela personagem, tal postura se coloca ao longo da narrativa também expressa pelo não uso do crioulo cabo-verdiano, língua ainda não-oficial, mas falada em esferas públicas como escolas, juizados, entre outros. Conquanto, observa-se

que a língua portuguesa continua sendo símbolo de distinção, podendo-se compreender a colocação de Dona Victória por esse viés (“Fala bom português, portanto vai entender tudo.” (p. 177)).

Provavelmente, tais atitudes pretensiosas representavam uma dupla maneira de se firmar, demonstrando que não precisava desta autorização como as outras pessoas, por isso, não precisaria se submeter àquele tratamento indiferente e mecânico. Além de explicitar que não precisaria recorrer a esta viagem para conseguir se manter, seguindo o padrão de algumas mulheres que, de acordo com Iolanda Évora e Marzia Grassi (2007), emigram para os Estados Unidos para trabalhar como domésticas ou babás. Condição que, para a personagem, não é típica de pessoas de sua classe.

Devido à grande quantidade de interessadas(os), o atendimento deveria ser o mais breve possível, o que o tornou automático e distante para que, teoricamente, fosse igual para todas(os). Contudo, a insensibilidade demonstrada pelo cônsul também é um indicativo da desumanização dos setores burocráticos, que tratam pessoas como números sem considerar suas necessidades e sempre se colocando em posição de superioridade.

Além do aspecto risível resultante da incompreensão entre o cônsul e a protagonista, a comicidade permite uma subversão destas ordens hierárquicas, uma vez que o objeto cômico poderia ser tanto a posição e postura aristocrática de Dona Victória quanto às atitudes pedantes do cônsul, representando, em uma esfera micro, a pretensa soberania dos EUA. O que se desvela no final da breve narrativa é a subversão do poderio estadunidense, ao enviar para a casa de Dona Victória o visto e esta recusá-lo, tornando-se, assim, uma das maiores potências mundiais o alvo da derrisão.

No que abrange às questões femininas, em seu artigo intitulado “Outras Vozes: *Women’s Writings in Lusophone Africa*” (2008) Isabel Fêo e Kathleen Sheldon pontuam que o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) teria dado bastante proeminência ao papel das mulheres como educadoras e ativistas políticas nas lutas pela independência, ainda que isto ocorra prevalentemente em termos discursivos³⁷.

³⁷ Em artigo intitulado “O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar”, Patrícia Gomes (2015) tece análises sobre os papéis exercidos pelas mulheres nas lutas de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Dentre outros apontamentos, a pesquisadora assevera que as mulheres atuaram em diversos programas de implementação educacional, todavia, suas funções ainda estavam restritas aos campos considerados “tipicamente femininos” como educação, saúde, transporte e preparação de alimentos (GOMES, Patrícia, 2015, p. 174). Mesmo com uma visão de gênero ainda limitada como essa, um dos relatórios sobre a situação feminina em 1972 atesta que as mulheres ocupavam todos os níveis das atividades do Partido [PAIGC]. A participação feminina se dava tanto nos setores básicos, quanto nos altos comandos, ao lado dos homens (Ibid.). Observa-se que, apesar de tais medidas, a desigualdade de gênero não foi solucionada e as lutas femininas persistiram para além dos combates independentistas do PAIGC, que ainda preservava em suas bases e nas bases do Estado estruturas de segmentação.

O citado artigo fornece contribuições para uma compreensão panorâmica do papel social da mulher em Cabo Verde. Sheldon e Fêo (2008, p. 429) enumeram mulheres cabo-verdianas com destacada atuação social, política e literária como Fátima Bettencourt, Dina Salústio e Vera Duarte (esta, a primeira mulher magistrada a ser indicada para a Suprema Corte do país, em 1990).

Sheldon e Fêo (2008, p. 431-432) indicam, ainda, que a escravização teve consequências devastadoras para as mulheres africanas, uma vez que mulheres brancas representavam uma insignificante minoria no percurso da história colonial e as negras, escravizadas ou libertas, tornaram-se alvos vulneráveis aos ataques sexuais dos senhores europeus. As pesquisas de Elisa Andrade³⁸ citadas no texto (Ibid.) abordam as formas com as quais as estruturas patriarcais herdadas do colonialismo exerceram influência nas condições das mulheres na África de língua portuguesa no período pós-colonial. Nesses estudos, Sheldon e Fêo (Ibid.), a partir de Elisa Andrade, destacam que o colonialismo e a demografia contribuíram para a formação de uma sociedade marcada por relações interpessoais nas quais família, *status* e amizades continuaram ligadas ao poder.

Essa pontuação auxilia na compreensão da representação social da personagem Dona Victória e sua persistência na repetição de símbolos de um passado colonial, ainda que isto possa sinalizar para uma ruptura do modelo de dominância masculina, visto que, com a incapacidade de seus irmãos mais velhos na gerência dos bens familiares, ela assume o papel de administradora; casa-se para manter seu espólio e seu marido não aparenta ser a nova figura de comando na casa.

Desta forma, endosso que a personagem Dona Victória, criada por Ondina Ferreira, mesmo perpetuando algumas ideologias do colonialismo, apresenta rupturas significativas ao não se submeter ao modelo patriarcal: filha codê (caçula) que administra as posses da família, casou-se tarde porque lhe conveio e seu marido não possuía o poder social e econômico efetivo. A própria visita aos EUA era um acordo e não uma ordem unilateral. A insubordinação cômica em relação à desconfiança do cônsul e seu menosprezo pela dita soberania estadunidense também rompem com a subserviência e o culto da americanização, demonstrando a valorização de sua trajetória e das culturas locais.

³⁸ Embora sejam textos recentes, não consegui ter acesso às pesquisas de Elisa Andrade, tampouco de António Carrera, dois principais nomes relacionados aos estudos sobre história e cultura de Cabo Verde.

3.1.1 O riso de Ondina Maria Duarte Fonseca Rodrigues Ferreira: perfil da escritora

Ondina Maria Duarte Fonseca Rodrigues Ferreira também nutre profundo apreço pela Ilha do Fogo, apesar de ter nascido a bordo de um paquete português saído de Mindelo, na Ilha de São Vicente, com destino a Lisboa. Ondina Ferreira é atualmente professora universitária aposentada e possui importante atuação política e literária³⁹, tendo sido diretora e coordenadora de revistas e suplementos literários em jornais. Ainda exerceu o cargo de Diretora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa entre 2001 e 2004, atuou como Ministra da Cultura e da Tutela da Comunicação Social em 1991/2001 e foi vice-presidente da Assembleia Nacional⁴⁰.

Figura 1 – Escritora Ondina Ferreira



Fonte: fotografia sem identificação de autoria, *Blogue do IILP*, [20--].

Uma das significativas atuações da autora é junto à Liga Cabo-Verdiana dos Amigos da Língua Portuguesa, criada em outubro de 2013 em Cabo Verde e cuja carta de propostas⁴¹ é assinada por ela e por Arcádio Monteiro, Arnaldo Vasconcelos França, Gabriel Moacyr Rodrigues e Óscar António Barbosa Ribeiro. Esta atividade é um dos muitos esforços

³⁹A autora também publica sob o pseudônimo de Camila Montrond, hipoteticamente acredito se tratar de uma alusão ao francês Armand Montrond.

⁴⁰ Informações disponibilizadas pelo site do *Instituto Internacional da Língua Portuguesa* (IILP), na parte destinada à trajetória das(os) diretoras(es) anteriores (<https://goo.gl/3o2NP1>).

⁴¹ Carta de propostas publicada no site do *Instituto Internacional da Língua Portuguesa* (IILP) (<https://goo.gl/N1nF3P>).

empreendidos pela escritora com intuito de valorizar e estimular o uso da língua portuguesa enquanto idioma oficial nas ilhas. Dentre as várias entrevistas concedidas sob este tópico, a reportagem publicada no jornal *Público*⁴² de Portugal[,] intitulada “Entre o Crioulo e o Português” (2014), de autoria de Gisela Coelho, demonstra a preocupação de Ondina Ferreira sobre o ensino da língua portuguesa nas escolas e no espaço que o idioma está perdendo nos ambientes privados e mesmo públicos, como a escola e demais instituições.

Mas, o que tem dificultado a má aprendizagem do português nas escolas de Cabo Verde? Para Ondina Ferreira, o problema começa logo na “falta de assunção da LP como nossa língua também” dos cabo-verdianos. A este facto, junta-se “a falta de afecto e de interiorização normal”, como acontecia até há bem pouco tempo. “Há poucos anos a esta parte, tem vindo a acentuar-se este fenómeno de estranheza com a LP, entre os nacionais”. Estranheza essa que Ferreira crê “ser fruto de uma orientação – má e intencional – das políticas linguísticas que estão a suceder no país”. Na sua opinião, um dos resultados que já é visível “infelizmente”, desse desapego, “é o pouco à-vontade com que o falante cabo-verdiano escolarizado se expressa em LP”. Esse distanciamento poderá, no futuro, “criar um fosso social e intelectual (em termos de raciocínio lógico/dedutivo) entre os alunos cabo-verdianos que já levam para a escola (de casa ou, mesmo do jardim de infância) a nossa língua segunda e oficial, e aqueles a quem a escola primária e secundária não presta a atenção devida ao ensino do português e a maltratam sem que ninguém, com isso, se escandalize”, alerta. (FERREIRA; COELHO, 2014)

Neste sentido, em outra reportagem de 2015, Ondina Ferreira se coloca contrariamente ao ensino bilíngue de língua crioula e portuguesa nas salas de aula por ser a escola o único lugar, conforme propõe a autora, na qual o português é lecionado. Este cuidado na manutenção do ensino e mesmo do status do idioma junto à sociedade cabo-verdiana podem ser compreendidos como uma forma de ligação com a antiga metrópole ou pelo menos com a herança por ela deixada nas ilhas e não somente como ferramenta para comunicação com os outros países integrantes da CPLP⁴³.

Sobre o livro *Conto com Lavas*, lançado em 2010, sua denominação faz alusão ao vulcão em atividade localizado na Ilha do Fogo⁴⁴. É nesta ilha que todas as breves narrativas se situam geograficamente. Nessa obra também se destaca o conto “A maldição”, que apresenta a história de um vulcão que teria consumido a mesma ilha devido ao assassinato da língua portuguesa, denominada muitas vezes no texto como “a bela e mal amada língua” (FERREIRA, Ondina, 2010, p. 201), “a amada Língua portuguesa” (p. 203). O homicídio ocorrera devido à extinção do uso do idioma na ilha:

⁴² O texto foi originalmente publicado no jornal *A Nação*, de Cabo Verde.

⁴³ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

⁴⁴ Figura que, por sinal, é a ilustração da capa.

Na perspectiva do Henrique, o Fogo então, ficara completamente órfão da língua amada! Aqui é que tinham mesmo morto, crucificado e banido a língua portuguesa! Os que falavam em determinadas situações foram quase todos, e de certa forma, «corridos» ou mandados mudar a fala, pela nova gente, os novos senhores da Ilha que, além de lhes ocupar o sobrado e as mordomias, vinham com todas as desvantagens de novos-ricos. Desejosos de vingança e ajustes de conta, nisso incluíram barbaramente a própria língua portuguesa, recordava ele ao amigo. (p. 196)

De maneira bem aproximada à perspectiva apresentada no conto “O Visto”, o grupo que assumiu o poder nas ilhas com o advento da independência é descrito como “novos-ricos”, “desejosos de vingança e ajustes de conta”, que ocuparam os sobrados e assumiram as mordomias – interessante a classificação como “mordomia”, como se somente as elites pudessem gozar destes privilégios – e também promoveram o ‘massacre’ da “amada língua”. É possível compreender esta passagem como a representação do novo regime em sua tentativa de exterminar com os símbolos da colonização e das antigas aristocracias cabo-verdianas, pois acabando com o colonialismo também se finda o poder que “os filhos da terra” exerciam; uma espécie de perseguição política que também apaga as memórias as quais, possivelmente, tanto a autora quanto as(os) personagens nutrem uma nostalgia.

3.2 O RISO NÃO ROUBADO EM “MARKITO COM K” (1987): ANÁLISE DA CRÔNICA DE FILINTO ELÍSIO SILVA

Embora o contexto da ilha de Santiago seja diferente da conjuntura fogueense, tanto o conto de Ondina Ferreira quanto a crônica de Filinto Silva⁴⁵ “Markito com K”, objeto de análise deste tópico, possuem um aspecto em comum além da utilização da linguagem risível: a abordagem da questão de classe. Essa crônica apresenta discussões sobre a conjuntura social da capital do país em suas conexões entre raça e classe que possibilita uma leitura crítica construtiva e que diversifica o painel de linguagens risíveis que proponho desenhar.

Sobre o texto, a crônica narra uma tentativa de roubo empreendida por um jovem cabo-verdiano chamado Markito contra um expoente cantor de mornas, conhecido como Mário Lopes na capital do país, cidade da Praia, situada na ilha de Santiago. Quando a identidade da celebridade é constatada durante o assalto, o rapaz enfrenta as dificuldades

⁴⁵ Atualmente o autor assina suas obras com o nome Filinto Elísio, por isso o identificarei como “Elísio” nas citações.

vivenciadas pela juventude das ilhas que se encontram sem perspectiva de emprego e/ou sustentabilidade, sendo o crime, em sua opinião, uma das opções mais viáveis. No final do encontro, Markito devolve os pertences e pede que o artista componha uma morna com seu nome, enfatizando que a grafia é com a letra “K”, diferentemente do registro com “QU”⁴⁶.

A questão de classe, e também de raça, é evocada na narrativa quando o cantor, e também narrador da crônica, Mário Lopes, descreve o rapaz como “bem aparentado” e portador de uma “magnífica navalha”, logo no início da trama, “Caminhando absorto pela noite adentro... aparece-me de repente um rapaz bem aparentado, com uma magnífica navalha, que me manda – vá depressa!” (ELÍSIO, 1987, p. 1). É emblemático associar a aparência física, seja relacionado ao fenótipo e/ou tipo físico, seja relacionado ao vestuário e até mesmo aos modos e à escolarização com a prática criminosa. Como se pode observar através da surpresa de Mário Lopes ao constatar a escolaridade de Markito: “Olha, rapaz, sinceramente estás a surpreender-me muito. Desculpa-me o atrevimento, mas estudas no liceu?” (Ibid.). No caso da apresentação visual compreendida socialmente e culturalmente, mas ainda assim de forma arbitrária e extremamente discriminatória, como boa/positiva/bela – e aí estão implicados os vetores na questão física; o modelo de beleza branco-europeu-magro-heteronormativo, e no padrão estético de roupas e acessórios caros –, geralmente presume-se que estas pessoas não deveriam apresentar desvios de conduta como praticar assaltos, mas se o fazem é por necessidade e, mesmo que não seja, não recebem o mesmo tratamento das(os) que não se enquadram nesse modelo da ‘boa aparência’. Neste sentido, tanto a comoção quanto a punição observam critérios seletivos fundamentados em aspectos relacionados à classe e à raça.

Acerca dos critérios para comoção e punição seletivos aplicados ao juízo de valor atribuído ao jovem ladrão, destaca-se uma das falas do cantor Mário Lopes, “Na verdade, não é um ladrão comum. Tem genica o garoto. É ética, acima de tudo, caro leitor.” (Ibid.). O que seria um “ladrão comum”? Um “ladrão comum” é aquele que não é “bem aparentado”, que não possui tenacidade? Ou um “ladrão comum”, em contraponto com a descrição fornecida pela crônica, não rouba por necessidade? É nesse sentido que também questiono o emprego do termo “ético” para caracterizar o rapaz porque não efetuou o furto após constatar a identidade da vítima. Uma possível leitura poderia indicar que tal construção discursiva se

⁴⁶ Possivelmente, trata-se de uma ortografia prevista pelo ALUPEC – Alfabeto Unificado Para a Escrita do Cabo-Verdiano – que não utiliza a letra Q. E também uma das formas gráficas do crioulo falado e escrito na Praia, posto que em outras ilhas a letra Q ainda é utilizada, como na ilha de Santo Antão. Saliento ainda que mesmo com a criação do ALUPEC em 1994 e reconhecido pelo governo em 2005, a padronização do registro entre os crioulos falados nas ilhas ainda não foi efetivada, posto que umas das alegações contrárias afirma que o modelo do ALUPEC se restringe ao padrão utilizado na Praia.

enquadraria como um recurso irônico, mas pode ser observada ao longo do texto a desconstrução do que seria o aspecto negativo do personagem Markito, quase de modo a legitimar/justificar a prática do furto, e não um reforço contrário ao ato de roubar.

Entretanto, o que problematizo neste tópico são as motivações para tal justificação do furto, e não a estigmatização total da prática de roubos⁴⁷. Fundamento minha leitura nos recortes sociais e de classe escolhidos como parâmetros para caracterizar o jovem como ladrão “incomum”. Um dos aspectos apontados positivamente, além da aparência, é a escolarização de Markito, identificada através de seu gosto musical:

- O meu interlocutor (o eufemismo, caro leitor, é explicável se tiver a paciência de continuar a ler esta crónica), porém é diferente. Assobia baixinho uma morna, enquanto aguarda que eu me recupere do susto e o despache. Apesar do «vá depressa!», parece-me não ter muita pressa e reparo que é melodioso nos acordes. Traz-me, sem que eu queira, uma saudade infinda dos tempos já muito idos. Mariazinha de antigamente!...
- Sabias, por acaso, que esta morna é da minha autoria!?
- A sério? Que estranha coincidência! Não me diga então que o senhor é Mário Lopes, do qual tanto se fala?
- O próprio, em carne e osso.
- O famoso senhor Lopes? Não acredito!
- Bem, famoso é muita bondade tua, digamos antes conhecido. O rapaz sorri maravilhado.
- Adianto-lhe desde já que tem diante de si um grande admirador. A morna «Mariazinha» é deveras uma obra prima.
- Obra prima? Conheces «Dispidida»? Bem, mas esta não é do teu tempo, não.
- Não seja modesto, senhor Lopes, ora! Quem ainda não se privilegiou com essa musiquinha divina?
- E «Madalena», esta conheces concerteza⁴⁸. Agora estão a dar na Rádio musica-sim, musica-não.
- Já é uma obra menor, se me permite. Francamente, a coladeira não faz muito o meu género, sabe? Prefiro o funaná que é mais profunda e envolvente ou então a morna que é elegíaca e melodiosa. (Ibid.)

A recusa do género musical da coladeira pode ser compreendida também pelo viés da classe na qual erudição é lida como oposto de popular, mesmo que estas categorias sejam fluídas e controversas. A *coladeira* (ou *koladera*) como um ritmo mais acelerado que a *morna*, porém mais moderado que o *funaná*, apresenta temáticas cômicas, muitas vezes, com críticas sociais e satirização de aspectos relacionados ao cotidiano; recorrentemente é cantado em crioulo. Acredito que esse carácter risível e seu ritmo mais dançante, apreciado nas noites cabo-verdianas, seja um dos motivos para a diferenciação proposta por Markito ao descrever

⁴⁷ Compreendo que algumas práticas criminosas efetuadas por pessoas em situação de vulnerabilidade social representam um processo de marginalização agenciado pelo sistema capitalista e efetivado pelas instituições de poder ao perpetuar e acentuar as desigualdades sociais, impedindo o acesso a direitos básicos como alimentação, moradia, saúde e escolarização.

⁴⁸ Conservei a ortografia como consta no texto original publicado na *Sopinha de Alfabeto*.

o *funaná* e a *morna* positivamente como “mais profunda e envolvente” e “elegíaca e melodiosa”, respectivamente, enquanto que “Madalena”, uma coladeira, ser enquadrada como “uma obra menor”.

Sob esta perspectiva, seria o gosto musical de Markito – lido pelo senso comum enquanto erudito – que justificaria a pressuposição da escolaridade por parte de Mário Lopes? E ainda: por que eles não conversam em crioulo? O uso do português não é comum em situações informais, ainda mais diante de confrontos e momentos de tensão. Mesmo que a língua portuguesa facilitasse a leitura da crônica por leitoras(es) que não dominem a língua crioula, alguns termos típicos poderiam ser utilizados para contextualizar socialmente, culturalmente e geograficamente a narrativa. Não fosse pela descrição inicial do local onde se passa o enredo (“Isto deve-se talvez ao facto de *os criminosos da capital* não poderem operar tão tranquilamente, hoje em dia. A cada momento, é um carro de polícia, vindo da bandas da Frigideira, a patrulhar as ruelas da Achada de Santo António.” (Ibid.)), somente as discussões sobre as músicas e seus respectivos gêneros musicais indicariam a localização da trama – vez que, como assinalado acima, a criminalidade acontece em todos os lugares do mundo, mesmo que de maneiras distintas.

Importante atentar também para a ênfase na questão do policiamento presente na citação acima colocada. Estaria o autor elogiando a política de segurança pública diante da efetividade do combate ao crime salientando a dificuldade encontrada “pelos criminosos” em atuar com a certeza da displicência governamental; ou ainda, um enaltecimento da administração local, dado o relevo conferido através da descrição específica da localidade: “os criminosos da capital” e os carros de polícia provenientes das “bandas da Frigideira, a patrulhar as ruelas da Achada de Santo António.”?

Presumivelmente, não se trata (somente) de uma ironia ao comparar a ação “tranquila” entre bandidas(os) que operam na capital e as(os) que agem nas demais ilhas. A questão da ‘placidez’ apontada na narrativa, em uma perspectiva analítica, está mais associada ao modo comportamental apresentado por Markito, o jovem autor do “quase assalto”. Essa calma serviria como uma forma de distinguir a ação do rapaz em detrimento dos outros “ladrões comuns”. Também é plausível relacionar a menção elogiosa à ação da polícia local com a ocupação de Filinto Elísio em cargos na administração desta localidade, enquanto consultor da Câmara Municipal da Praia e da Associação dos Municípios de Santiago, como assinalo no perfil do autor no próximo subtópico. Assim como ocorre em outros autores, a exemplo de Germano Almeida, Mário Lúcio Sousa e mesmo em alguns claridosos, é comum a atuação

destes intelectuais em cargos relacionados a gestão pública. Daí a necessidade da interpretação crítica de vários aspectos presentes em suas narrativas.

Ainda sobre a questão da escolarização, Crisanto Barros demonstra em seu artigo intitulado “Notas sobre o recrutamento da elite político-administrativa cabo-verdiana pós-independência” (2013) as maneiras com as quais a manutenção das elites no poder em Cabo Verde, através da ocupação de cargos administrativos governamentais, está relacionada com a formação superior, principalmente, em instituições estrangeiras. O autor faz um percurso histórico e geográfico acerca dos estabelecimentos de ensino nas ilhas, que não abrangiam toda a população e perpetuavam os modelos de desigualdade social, restringindo o acesso à educação somente aos filhos⁴⁹ das famílias abastadas. Barros (2013, p. 404-405) também assinala que após a independência os “partidos de massa”, MpD e PAIGC/CV⁵⁰, propiciaram uma maior mobilidade social ascendente, agregando adolescentes provenientes dos estratos médios e populares. No caso do último partido, houve um investimento na capacitação de jovens militantes para atuarem como mediadores da ideologia do partido junto à população – como discuto no próximo tópico.

Na crônica, Markito fala sobre sua evasão escolar e os problemas sociais que lhe afligem:

- Fui obrigado a largar os estudos coisa de há pouco tempo. Disseram-me que tinha passado da idade de continuar. Depois, sabe, a família sem recursos, falta de emprego, uma desgraça... Sinto-me um pouco constrangido também.
- Pois é, uma pequena desgraça. A vida é assim mesmo, infelizmente as tragédias fazem parte dela. Mas Deus sabe o que faz.
- Deus!? Se Ele existisse, senhor Lopes, neste momento enfrentar-me-ia de cara no chão. Acha que não?
- Cara no chão, não digo, mas lá má consciência, seria mais do que evidente. (ELÍSIO, 1987, p. 1)

Há uma tendência na naturalização dos problemas sociais; aponta-se como causa da pobreza que acomete boa parte da população cabo-verdiana as más condições ambientais para o cultivo agrícola, de modo que os períodos de seca intensa que levaram à extrema fome e mortandade nos anos de 1950, ficaram registrados nos relatos de historiadoras(es), literatas(os), governadores sob o “espectro da fome” como designa Furtado (2015, p. 245). A leitura do “naturalismo biologizante” retira a responsabilidade dos governantes de

⁴⁹ Utilizo o termo no gênero masculino para pontuar a hegemonia masculina na ocupação dessas vagas, somente nos anos 90 que as mulheres começam a preencher os altos cargos da administração, todavia, os postos de direção continuam tendo representação masculina contra 3% de participação feminina (BARROS, Crisanto, 2013, p. 394).

⁵⁰ Movimento para Democracia (MpD), Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), posteriormente, Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV).

promoverem políticas reparatórias para a população rural e urbana que depende dos proventos da agricultura. Durante a época colonial subsídios foram destinados às famílias em vulnerabilidade econômica e social ou em situação de pobreza extrema, assistência esta que se manteve no período posterior à independência (p. 250). Todavia, essas medidas só foram adotadas após as catástrofes dos anos 1950, de modo que foi a situação colonial e não as condições climáticas que agravou as desigualdades sociais nas ilhas, embora o contexto do pós-independência não tenha modificado efetivamente este quadro:

Diferentemente dos que sustentam que é a condição climática, particularmente as secas e as fomes delas resultantes, que explicaria a fome e a desigualdade social, parece evidente que é a situação colonial que não apenas levou, em muitos contextos, a pobreza e desigualdade social ao paroxismo, como também as naturalizou. [...]. Neste quadro, desigualdade e diferença se entrelaçam na construção de uma formação social estrutural e marcadamente violenta.

No contexto pós-independência, com o fim da situação colonial, resgata-se, ao menos do ponto de vista jurídico-formal e discursivo, o princípio da igualdade de direitos como a base das relações sociais, políticas e econômicas, assumindo-se, ainda que num regime político de caráter socialista/socializante, a dimensão contratual e igualitária que define a sociedade capitalista, sabendo-se, no entanto, que esta igualdade formal não significou, do ponto de vista da estrutura social, diminuir de forma estruturante e de fato as desigualdades e diferenças entre grupos e classes sociais. (p. 251-252)

A partir desta proposição, a justificação das questões relacionadas ao desemprego, falta de recursos da família e a dificuldade em manter-se na escola apresentados por Markito e descritos como “tragédia” e “pequena desgraça” por Mário coadunam com a concepção de banalização e desresponsabilizam o Estado em seu papel de garantir os direitos básicos de cidadania de acesso à escolarização, moradia e alimentação. O próprio Filinto Elísio transita entre as esferas governamentais no contexto pós-independência; seria essa uma possível justificativa para seu posicionamento de eximir o governo em sua função de gerir os problemas sociais que envolvem o país, como o déficit socioeconômico que afeta o mercado de trabalho?

Sobre esta questão, em 9 de outubro de 2017, Vandira Brito escreveu uma carta aberta⁵¹ ao primeiro-ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, na qual o indaga acerca das políticas adotadas para sanar o problema do desemprego, principalmente na camada jovem da população.

Essa carta é datada 30 anos após a publicação da crônica e, no entanto, o problema da falta de emprego persiste, porquanto, a escolarização não seja um dos maiores entraves para o

⁵¹ Publicada no site *Jovem Tudo* em outubro de 2017 (<https://goo.gl/uo5xGw>).

acesso ao mercado de trabalho, mas sim, a falta de projetos que estimulem o microcrédito e as políticas públicas de habitação social, como pontua Vandira Brito, além da necessidade de outras medidas como a regionalização e descentralização dos centros econômico e político, situados na Praia. A licenciada também coloca que muitas(os) destas(es) jovens não conseguem exercer atividades em suas áreas de formação, ocupando subempregos, como por exemplo no seu caso particular, atuando como vigilante em empresa de segurança privada.

3.2.1 O riso de um *badiu di Praia*, Filinto Elísio Silva: perfil do escritor

O escritor Filinto Elísio de Aguiar Cardoso Correia e Silva nasceu na capital Praia⁵², na ilha de Santiago em Cabo Verde no ano de 1961. Poeta, romancista, ensaísta, cronista, bibliotecário, administrador de empresas, professor, editor, além de ter exercido cargos administrativos públicos. É autor de *Lado de cá da rosa* (poesia, 1995), *O inferno do riso* (poesia, 2001), *Prato do dia* (crônicas, 2001), *Cabo Verde: 30 anos de cultura* (ensaio, 2005), *Das Hespérides* (poesia, prosa e fotografia, 2005), *Das frutas serenadas* (poesia, 2007), *Li cores & ad vinhos* (poesia, 2009), *Outros saís da beira-mar* (novela, 2010), *Me_xendo no Baú. Vasculhando o U* (poesia, 2011), *Zen Limites* (poesia, 2016). Foi professor em Sommerville e em Boston nos Estados Unidos. Também atuou na administração pública ocupando os cargos de consultor da Câmara Municipal da Praia e da Associação dos Municípios de Santiago, assessor do ministro da cultura e conselheiro do primeiro-ministro. Atualmente reside em Lisboa, Portugal. Organizou junto a Iva Cabral e Márcia Souto o livro *Cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena*, em 2016 por sua editora Rosa de Porcelana. É co-fundador e membro da Academia de Escritores Cabo-Verdianos, membro-correspondente da Academia Cearense de Letras e da Academia Imperatrizense de Letras no Brasil.

⁵² As pessoas oriundas da cidade da Praia são denominadas em crioulo como *badio/badiu di Praia*.

Figura 2 – Escritor Filinto Elísio Silva



Fonte: fotografia sem identificação de autoria, UNILAB, 2012.

A crônica “Markito com K” está presente no periódico *Folha Cultural de Artes e Letras Sopinha de Alfabeto*⁵³, projeto literário-visual organizado pelo próprio Filinto Elísio, que também assina Filinto Silva nas publicações, o artista plástico e poeta Mito Elias, e os escritores Eurico Barros e Arnaldo Silva, contando ainda com as fotografias de João Nelson. Em sua apresentação, os editores da revista assinalam:

É ENGRAÇADO A FORÇA QUE AS COISAS PARECEM TER,
QUANDO ELAS PRECISAM ACONTECER!

CAETANO VELOSO

SOPINHA DE ALFABETO N° 1 - Como forma de aguçar o espírito do riso e activar o ambiente passivo na boca do lixo, nasceu sigilosamente na Praia nos finais de 1985. Mas só foi lançada oficialmente, no Mindelo em S.Vicente, em Novembro de 1986, por ocasião do 50º aniversário da revista *Claridade*, após ter resgatado um certo rugido. (ELIAS; ELÍSIO; BARROS, Eurico, SILVA, Arnaldo, 1986, grifos dos autores em letras maiúsculas)

Com apenas 500 exemplares divulgados, a revista conseguiu notoriedade e críticas negativas por parte da mídia conservadora, como pontua Mito Elias em entrevista a Raquel Dal Cortivo (2016):

Logo a seguir à estampa do N° inaugural a imprensa totalitária tratou-de amputar o espírito da revista, através de um dos seus capatazes, chamando-a de adolescência retardada e outras imbecilidades. Mesmo assim, conseguimos publicar mais um N° em 87, que apesar de ter tido um naipe mais alargado de colaboradores; (Arménio Vieira, Vadinho, Paula Vasconcelos, Oliveira Barros, Jorge Carlos Fonseca...) não teve o mesmo impacto do 1º N° porque já era gado marcado. Em finais de 87 o Filinto e o

⁵³ Boa parte de seus arquivos estão disponíveis online pelo link <https://goo.gl/tmG4SR>.

Eurico Barros rumaram aos Estados Unidos, fiquei sozinho na teimosia de querer fazer mais uma tiragem, que seria o 3º N° que acabou adormecido por falta de fundos para concretizar a sua publicação. (ELIAS; DAL CORTIVO, 2016, p. 17)

O impacto dos periódicos no panorama literário cabo-verdiano é uma questão bastante relevante e já pontuada por outras pesquisas (ANJOS, 2006; BARROS, Víctor, 2008; VARELA, 2013, etc.). No caso da *Sopinha de Alfabeto*, embora afirme não se restringir a formas, estéticas e temáticas pré-definidas, possui como uma das suas plataformas o riso como forma de distinção e mobilização das práticas literárias que vinham sendo utilizadas no país até o momento. O caráter experimental, lúdico e intersemiótico, no sentido de abarcar várias formas artísticas visuais e escritas, representa uma ruptura com o cenário até então aparente e controversamente polarizado entre as(os) herdeiras(os) e opositoras(es) da *Claridade*.

Mesmo ao apresentar-se como uma espécie de homenagem ao aniversário de 50 anos de lançamento da revista, *Sopinha de Alfabeto* não se propôs somente a revisitar o legado claridoso, trazendo em suas publicações novas tendências e abordagens estéticas. Endosso ainda a utilização do cômico como forma de transgressão de temática e de linguagem, logo, alvo de críticas que a deslegitimam classificando-a como “adolescência retardada”, possivelmente por não possuir a tonalidade ‘sóbria’ de outros periódicos, ou tratar solenemente de assuntos como seca, fome e emigração, dentro dos padrões da *Claridade*.

3.3 O RISO ENGATILHADO DE *CINCO BALAS CONTRA A AMÉRICA* (2005): ANÁLISE DE NARRATIVA JUVENIL DE JORGE ARAÚJO

Também abordando a questão da juventude e suas expectativas de vida, a narrativa juvenil *Cinco balas contra a América* (2008), de Jorge Araújo, conta a história de quatro jovens cabo-verdianos, Zapata (Salazar), Aristóteles, Bob e Frederico filiados ao PAIGC, que recebem a missão de acampar em uma praia na cidade de Mindelo, em São Vicente⁵⁴, para impedir um possível ataque estadunidense ao arquipélago um ano antes da oficialização da independência de 1975. Sob a responsabilidade do Comandante Zero⁵⁵ – veterano combatente

⁵⁴ Em crioulo, *Soncent/Soncente*.

⁵⁵ Referência ao político e ex-guerrilheiro nicaraguense Edén Pastora.

do partido, designado para missão estratégica na ilha –, como forma de ‘treinamento’, os quatro rapazes possuem apenas um revólver com, aparentemente, cinco balas.

Dentro da descrição dos personagens destaca-se a parte referente ao jovem Zapata⁵⁶, cujo nome de batismo é Salazar António dos Santos⁵⁷. O texto imputa à mãe a motivação para a escolha do nome: “A culpa era da mãe, batizara-o com aquele nome fascista para assim prestar uma sincera e singela homenagem a António de Oliveira Salazar, o antigo presidente do Conselho nos tempos da ditadura em Portugal.” (ARAÚJO, 2008, p. 55). Descrito como uma figura controversa – como a relação entre o nome e o apelido já indicam –, se auto-intitulou o chefe da missão. Suas características enumeradas pelo Comandante Zero merecem atenção, principalmente, no que se refere às questões de raça e classe:

Começou pela indumentária – as *calças de ganga deslavadas, coçadas*, cortadas à altura do joelho, a *camisola* de gola alta preta, cavada, apertada, a boina de feltro castanha, estranha, com o crachá do Partido [PAIGC], os chinelos de plástico amarelos, velhos, costurados com um clipe enferrujado. Depois anotou alguns elementos capazes, do seu ponto de vista, de definir os principais traços da sua personalidade – a *carapinha* desgrenhada, farta, sobancelha parca, *rasca*, as orelhas enormes, coniformes, a barriga saliente, dormente, as pernas arqueadas, maltratadas. E reparou ainda num pingo de suor a desfilor pela fronte luzidia, nos dedos raquíticos a vasculhar as profundezas do nariz de rinoceronte. (p. 18-19, grifos do autor)

É emblemático que os “principais traços” da personalidade de Zapata sejam justamente seus aspectos físicos que o enquadram no perfil de um garoto negro – embora não fale da cor da pele, a descrição do cabelo carapinha/crespo e do nariz largo já indiciam o fenótipo negro – e pertencente às camadas populares devido à “barriga saliente”, “pernas arqueadas, maltratadas” e “dedos raquíticos”, ainda associados aos detalhes de suas vestimentas “*calças de ganga deslavadas, coçadas*”⁵⁸, cortadas à altura do joelho” e “chinelos de plástico amarelos, velhos, costurados com um clipe enferrujado”. Estas características são interpretadas negativamente pelo Comandante Zero, como se fossem o resultado de uma indisciplina/desleixo por parte do rapaz, sem cogitar/sugerir a falta de poder aquisitivo como um impedimento para aquisição de um vestuário em melhores condições. Outra possibilidade analítica respalda a comparação entre fisionomia (traços negros) e roupas (bastante usadas e sem possuir o tamanho adequado) com uma índole negativa por parte do rapaz, diante das especificações discriminatórias elencadas pelo comandante. Tal depreciação denota um viés classista e racista por parte do militar.

⁵⁶ Referência ao líder revolucionário mexicano Emiliano Zapata.

⁵⁷ Conforme é citado no texto, trata-se de uma homenagem que sua mãe prestou ao ditador português António de Oliveira Salazar (1889-1970).

⁵⁸ Calças jeans gastas, segundo consta no glossário da obra.

Para justificar tal leitura, cotejo a descrição anterior com o perfil referente a outro personagem, o jovem Frederico:

Frederico, de todos os membros da delegação o que o conhecia [Bob] melhor, observava tudo com seus olhos verdes, atentos, escondidos por detrás dos óculos sem aros. A cascata de sardas que se debruçavam sobre as maçãs do seu rosto, rosado, sensato, até sorria de prazer com aquele inesperado espetáculo. (p. 52)

Frederico é “um português da metrópole” e “filho do comandante da Capitania dos Portos do Mindelo” (Ibid.). A diferença entre as descrições dos dois personagens, além da rivalidade e dos confrontos travados, até fisicamente, já sinaliza uma oposicionalidade entre Zapata, cabo-verdiano, negro e pobre e Frederico, o português, branco e rico, na qual as características positivas são concedidas ao último.

Dentro da narrativa a única vez em que indivíduos são caracterizados por sua pertença racial de maneira explícita é no fragmento “[...] um *bunker* elitista onde os membros da raça negra se contavam pelas falanges de um dedo [...]” (p. 27, grifo do autor). A expressão “membros da raça negra” soa tão distanciada quanto artificial, por que “membros” e não “pessoas negras”? Já o Comandante Zero é descrito como “[...] aquele quase sexagenário de *tez morena*, carnes secas, mais alto do que um poste de eletricidade, sempre aprumado, sempre perfumado [...]” (p. 21, grifo meu). “Tez morena” é uma espécie de eufemismo controverso para “pele negra”, por que a relutância na representação de indivíduos negros(os)?

A caracterização das(os) personagens é um aspecto que demanda uma perspectiva crítica acurada nesta narrativa. A representação principal de Aristóteles enquanto peculiaridade e atuação é a bajulação de Zapata, devido ao fato de seu pai ter sido um renomado piloto da força aérea portuguesa, designado jocosamente como “colonialista voador” pelo mesmo Zapata. Todavia, a descrição física do jovem apresenta vários aspectos discriminatórios ‘encobertos’ por uma linguagem risível:

Aristóteles demorou a acertar a passada. Mas tinha atenuantes – isto de a cabeça, tronco e membros funcionarem como um todo nem sempre é assim, no seu caso nunca foi assim. A cabeça e os membros, superiores e inferiores, *ainda vá que não vá*, com maior ou menor esforço, conseguiam não ser um estorvo. Já o tronco era outra história, era muito mais difícil de controlar, de comandar, por causa de uma enorme *bossa* que, de tanto rastejar, de tanto curvar perante as ordens superiores, lhe crescera na parte superior das costas. Cresceu, cresceu tanto, que virou uma espécie de almofada de quarto de pensão. Para além da bossa, a sua outra marca registrada era o sinal peludo que lhe cobria grande parte da face esquerda. (p. 39-40, grifos do autor)

Considerando que esta narrativa possui como público-alvo jovens – prefiro não classificá-la como literatura infantil, nem sequer “infanto-juvenil”⁵⁹, porque as abordagens sobre sexualidade, numa perspectiva de erotismo⁶⁰, e até mesmo a linguagem, não são indicadas para crianças – deve-se ponderar a perpetuação da estigmatização de pessoas portadoras de alguma singularidade física, no caso do personagem, o sinal no rosto e a cifose (corcunda). A escolha de termos e expressões para descrever a aparência da coluna de Aristóteles como “almofada de quarto de pensão” legitima as atitudes depreciativas que utilizam essas formas jocosas de ridicularizar hostilmente as pessoas. Além de associar estes aspectos físicos ao caráter, relacionando assim os(as) portadoras(es) de cifose à atitude de subserviência e bajulação.

Nessa perspectiva, a literatura voltada para o público jovem, por vezes, observa uma função de formação, principalmente diante de uma faixa-etária que está desenvolvendo a capacidade crítica de leitura. Assim, a responsabilização pelos discursos e posicionamentos presentes no texto precisam ser coerentes de modo a não propagar/legitimar formas de opressão discriminatória.

O próprio livro assume um caráter didático ao colocar no final do texto um glossário de termos em crioulo, assim como gírias locais, além de explicações sobre o novo acordo ortográfico de 1990. Não obstante, merece destaque positivo o uso do crioulo em alguns fragmentos da obra, de forma mesmo ressaltada, o que proporciona tanto o contato com a língua no caso de leitoras(es) estrangeiras(os), quanto sua visibilidade.

A narrativa segue ainda com outras estereotipizações, também no que se relaciona às personagens femininas. Objetificadas, as mulheres não possuem papel de relevo na narrativa, excetuando-se Paula Cristina, objeto de desejo de Bob, o conquistador:

A bela Paula Cristina era uma espécie de espinha encravada na sua garganta. Na garganta, *salvo seja*, era mais numa outra parte bem específica do seu corpo. Só de pensar naqueles cabelos ondulados, dourados pelas águas salgadas da praia da Matiota, só de pensar naqueles olhos amendoados, camuflados por trás do véu provocante da virgindade, só de pensar naquela pele de vaselina, achocolatada pelo sol atrevido do Mindelo, só de pensar naquele corpo de sereia, a sua respiração acelerava. Babava. Ela até podia ser *muita areia para a sua lampreia* – já não era uma adolescente, era uma mulher madura, pelo menos três ou quatro anos mais velha do que ele –, mas não era isso que iria cortar seu apetite. [...] Não e não foram as palavras que mais vezes ouviu dos lábios sensuais e carnudos da bela Paula Cristina. (p. 48-49, grifos do autor)

⁵⁹ Embora esta seja sua classificação original, ressalvo que uma produção literária voltada para crianças deve possuir uma linguagem e abordagem distintas das que se destinam ao público adolescente, como é o caso da narrativa analisada neste tópico.

⁶⁰ Classifico como erótica as cenas de sexo explícitas, sem entrar na seara da distinção entre erótico e pornográfico.

Representada principalmente como “bela”, sua participação no enredo findou quando Bob conseguiu convencê-la a transar com ele após ler alguns fragmentos de *A revolução sexual* de Wilhelm Reich, sendo descrita como “despojo de guerra”:

Como não podia deixar de ser, a bela Paula Cristina – que desde o episódio da Biblioteca do Partido tinha ficado intrigada com aquele livro de capa vermelha – foi a sua primeira escolha. A sua primeira vítima. E como para grandes males grandes remédios, utilizou a artilharia pesada, ousada, ou seja, não só lhe aconselhou a leitura do livro como ainda lhe sugeriu que prestasse atenção, uma especial atenção, à passagem da página 58 que tinha previamente selecionado. Que tinha estrategicamente sublinhado com a sua *caneta de feltro* vermelha.

Dizia o seguinte: “Há cerca de quinze ou vinte anos atrás, era uma vergonha para uma moça solteira não ser virgem. Hoje, as moças de todos os círculos e camadas sociais – aqui mais, ali menos, aqui mais claramente, ali mais obscuramente – parecem desenvolver a ideia de que é vergonha ser ainda virgem [o ‘ainda virgem’ estava sublinhado com dois traços de caneta de feltro] com dezoito, vinte ou vinte e cinco anos”. Ela nem precisou descambar a leitura pelo parágrafo seguinte, sentiu logo no corpo o apelo da revolução. O calor da excitação. Bob agradeceu e colheu, na horizontal, o tão apetecido despojo de guerra. (p 50-51, inserções e grifos do autor)

Após esta passagem, a “bela Paula Cristina” só retorna no último capítulo do livro, no qual o destino dos personagens é revelado. E novamente, apenas seus atributos físicos são assinalados, ainda, de forma discriminatória; “Paula Cristina, a bela Paula Cristina, continua bela. Apesar da idade. Apesar da maternidade. Teve cinco filhos de um cooperante da organização não governamental britânica *Save the Children*, que conheceu em Cabo Verde logo após a independência.” (p. 141). A profissão que a personagem exerce não é pontuada neste fragmento, tampouco na narrativa em seu total, sua atuação parece estar somente associada ao trabalho efetuado pelo companheiro no auxílio às crianças ao redor do mundo. A beleza da personagem aparece como sua principal característica, de modo a acentuar negativamente a maternidade e a idade como fatores que prejudicam/comprometem, sob a perspectiva do texto, os atributos físicos. A redução de Paula Cristina ao seu corpo reforça a leitura de sua objetificação mesmo quando não se relaciona mais com Bob.

Sob este aspecto, é possível observar a valorização positiva do caráter conquistador do personagem Bob, cujo interesse, conforme consta na narrativa, na participação da militância partidária no PAIGC é a de que sua atuação engajada favoreça a sedução das mulheres. Dessa maneira, tanto as personagens femininas são coisificadas enquanto objetos sexuais – sem nome, sem profissão, sem interesses individuais, sem subjetividades – relacionadas somente aos desejos do jovem, quanto à ideologia política do rapaz acaba por apresentar-se como uma caricatura do(a) militante que vê nas atividades partidárias uma maneira de atrair garotas.

O perfil desprezioso de Bob⁶¹ quanto às causas defendidas pelo partido é traduzido numa representação positiva de contraponto à outra estereotipização da militância representada por Zapata. Seu comportamento e aparência são descritos no texto de forma leve e lúdica:

Mal avistou a primeira onda, o fervoroso discípulo de Wilhelm Reich desembarçou-se da viola que trazia a tiracolo, apanhou a sua longa cabeleira *rasta* com um fio de elástico, despiu a camisa verde-oliva, correu pela areia quente com passos de gazela. O seu corpo esguio, franzino, quase voava. Furou a primeira vaga, a segunda também, deu umas valentes braças e desapareceu na espuma das ondas. (p. 57, grifo do autor)

Desse modo, além do antagonismo entre Zapata e Frederico, se coloca de maneira ainda mais acentuada a oposicionalidade entre Bob e Zapata, representando dois modelos distintos de militância. Todavia, ambos personagens relacionam o engajamento de suas ações com motivações que seriam exteriores aos pressupostos independentistas do PAIGC. Enquanto Bob associa sua atuação com a conquista de garotas, Zapata compreende no partido uma possibilidade de distinção social ao assumir um posto de comando. Nesse sentido, nenhum dos rapazes aderiu à luta por uma questão de afinidade ideológica, mas sim por interesses pessoais.

Entretanto, dentre os perfis dos dois supostos militantes, o que recebe uma representação extremamente negativa é Zapata, cuja repetição automática e acrítica dos jargões, memorização de discursos e manuais, limitação de gosto musical às canções e hinos favoráveis à luta e ao partido, o enquadraram numa estereotipização de engajamento passivo e alienado, sem capacidade de questionar e/ou divergir das ideologias e determinações do PAIGC, quase como se não entendesse o sentido das proposições do partido, apenas reproduzisse aleatoriamente os conteúdos. Mesmo dentro da obediência requerida nesse tipo de treinamento quase militar, uma questão simples, mas que em nenhum momento foi interpelada pelo jovem recaí sobre as motivações que levariam uma das maiores potências bélicas e econômicas mundiais, como os Estados Unidos na época, a invadir Cabo Verde e como um grupo de quatro garotos armados apenas com um revólver conseguiria intervir nesta ação. Quem, justamente, faz esta pergunta é o personagem transgressor da narrativa, Bob, deixando Zapata numa situação comicamente desconfortável ao respondê-la, embora o envaideça ser ironicamente tomado como uma possível autoridade:

– Camarada Zapata – Bob falava com o estômago cheio –, há uma coisa acerca desta nossa delicada missão de que gostaria de ser elucidado – prosseguiu o interrogatório. – Qual é o interesse dos imperialistas

⁶¹ Referência à Bob Marley, famoso cantor de *reggae* jamaicano.

americanos em atacar a nossa ilha? – indagou em tom falsamente sério e com palavras empasteladas pela aguardente.

Zapata não compreendeu que já era o álcool que lhe comandava a língua, as ideias, o sentido de humor. Sentiu-se subitamente importante, lisonjeado pelo reconhecimento da sua revolucionária sabedoria.

– O camarada já tinha a obrigação de saber que as forças imperialistas andam de olho no nosso país – informou, com a pose séria de um destacado dirigente partidário.

– Mas por quê, camarada Zapata?

– Por causa das nossas numerosas riquezas, como é óbvio.

– O camarada Zapata não diga. Mas nós temos alguma riqueza? – Bob continuava a fazer-se interessado na conversa.

– Ai temos, temos. Temos muito mais do que o camarada Bob pode imaginar.

– Juro sinceramente que não fazia a mais pequena ideia.

– Ai temos, temos – voltou a sublinhar.

– Mas quais, camarada Zapata?

– O tubarão, por exemplo.

– O tubarão? – Bob teve um genuíno ataque de incredulidade. – O tubarão?!

– desta vez a surpresa era genuína.

– Sim, o tubarão – respondeu Zapata, convicto.

– Mas, tanto quanto eu sei, o tubarão come, não dá de comer. – O *Don Juan* do grupo resmungou o seu desconhecimento.

– O camarada Bob está muito enganado. Redondamente enganado – salientou.

– Como assim?

– Eu vou explicar ao camarada, por a mais bê, porque é que está muito mal informado. – Zapata gostava particularmente quando adotava a pose didática. – O camarada está redondamente enganado – voltou a ressaltar.

– Mas então porque é que só agora descobriram isto?

– É aqui que está o problema.

– Como assim?

– A explicação é simples... Muito simples.

– Ó Salazar, desembucha logo...

Desta vez, o nome do próprio antigo presidente do Conselho saiu-lhe sem querer. Desta vez, o aprendiz de guerrilheiro, o futuro dirigente partidário nem sequer *ripostou*, amorteceu o impacto com galhardia, estava de peito feito, sob efeito da injeção de importância que Bob tinha lhe administrado, estava imune, vacinado contra o seu triste legado.

– O problema, o único problema, é que o colonialismo nunca deu nenhum valor às numerosas riquezas da nossa terra. – Zapata utilizou outra de suas tiradas preferidas.

O colonialismo português devia ter as costas largas, devia fazer halteres e musculação, bicicleta e flexão, só assim se explica porque é que era sempre o culpado de tudo que acontecia em Cabo Verde – da falta de chuva, da escassez de vinho tinto, do jornal desportivo *A Bola*, que agora, chegava sempre atrasado, das sementes que não pegavam, do mau ano agrícola.

– Mas o camarada Zapata está mesmo a falar sério? – Bob não conseguia esconder o seu sorriso *trocista*. Sentia sempre um certo gozo quando Zapata começava a levar-se a sério. A sentir-se importante. Militante.

– E isso é uma das coisas boas que o nosso Partido felizmente trouxe para esta terra. – O aprendiz de dirigente continuava a louvar as virtudes do PAIGC.

Zapata começou então a dissertar sobre o enorme potencial do tubarão. Falava de ouvido, nunca tinha lido nada sobre o assunto, tudo o que sabia era

de ter ouvido dizer. Eram extratos de um discurso a que alguns dirigentes do Partido recorriam nos primeiros tempos logo após a chegada a Cabo Verde para cativar as plateias mais hostis. Mais reacionárias. Quem o ouvisse a falar assim, com tantas certezas, tantas convicções, ficaria a pensar que o ouro era passado, que o petróleo já era e que o diamante nem chegou a ser. Agora o que estava a dar mesmo era o tubarão.

[...]

– O camarada tem toda a razão. A ignorância é a principal inimiga da revolução.

Bob tinha aprendido por experiência própria que para manter viva a chama de uma boa conversa revolucionária não era necessário nenhum dom especial. O importante era apanhar o tom. O importante era estar sempre atento, conseguir descortinar a palavra-chave, embrulhá-la numa nova roupagem, devolvê-la ao remetente com uma nova entoação. Era isso mesmo que fazia sempre que o diálogo não parecia ter fim.

Já Zapata sentia-se na pele de um pregador que acaba de converter mais um infiel. Aquela história do tubarão tinha sido um sucesso. Por isso continuou a escamar o tema da conversa. A apostar na divulgação.

[...] (p. 70-74, grifos do autor)

Esta longa citação⁶² exemplifica bem a leitura da caricaturização da militância egocêntrica e acrítica, que vê na luta uma possibilidade de ascensão social e não uma mudança, no caso da narrativa, da conjuntura colonial. Zapata é ridicularizado; sua vaidade em tentar explicar a validade da missão apontando o tubarão como uma riqueza nacional que justificaria uma invasão estadunidense pode ser compreendida como uma das formas cômicas de deslegitimar as ações do partido. Em vários fragmentos do diálogo transcrito acima a ironia e a derrisão são utilizadas para questionar tanto a forma de mobilização da juventude, quanto às críticas ao colonialismo.

Por vezes, o argumento que se coloca, principalmente na parte referente à colonização, apresenta uma incoerência: qual seria a relação entre a culpabilização de alguns males sociais e algumas trivialidades cabo-verdianas com a ‘força física’ do colonialismo? De acordo com a narrativa, ironicamente, o colonialismo deveria ter muita ‘robustez muscular’ para justificar sua condenação diante da falta de chuvas, mau ano agrícola. Para completar o sentido cômico – que ficou prejudicado por causa da desconexão argumentativa – o texto ainda equipara os dramas da seca e da agricultura fragilizada com a falta de vinho tinto e o atraso no recebimento de um periódico esportivo.

Vários outros aspectos corroboram para a leitura de uma problematização tendenciosa das ações do partido para a promoção da independência, até mesmo o questionamento da

⁶² A extensão da citação deve-se aos vários fatores que ela sintetiza e explicita, como forma de fundamentar a argumentação que desenvolvo ao longo dos parágrafos subsequentes acerca da caricaturização da militância representada por Zapata, da parodização do movimento libertário e do esvaziamento dos danos da colonização. Para não apresentar o texto de forma parcial, optei por transcrever o texto de forma que fosse contemplada a conversa entre os personagens de modo quase integral, excluindo ainda detalhamentos desnecessários à análise.

validade do rompimento com Portugal para o estabelecimento de um novo regime. Dentre esses pontos destacam-se: a compreensão da referência ao partido de forma irônica, poucas vezes denominando-o como PAIGC; o critério tático e ético em colocar quatro jovens sem treinamento militar em uma missão secreta de vigilância de uma praia deserta, sem possibilidade de comunicação com um setor ou superior responsável em caso de urgência, portando um revólver com cinco balas; o fato de o único personagem fiel ao partido ser o Comandante Zero que acaba menosprezado e com uma aposentadoria mínima depois de vários anos de dedicação; Zapata conseguir ascender às altas cúpulas, depois mudar sua vinculação política e por último tornar-se um rico empresário adotando o nome de batismo e recusando seu apelido de guerra de modo a rejeitar também seu passado de militância.

Conforme analisa Avani Souza Silva em seu artigo intitulado “*Cinco balas contra a América, de Jorge Araújo: desconstrução e identidade na literatura infantil e juvenil cabo-verdiana*” (2015), todas as personagens perderam seu ímpeto revolucionário, revelando um desejo da narrativa (da narrativa ou do autor?) em realizar uma revisão histórica: “Vê-se, também, pela biografia das personagens, que elas ao fim e ao cabo deixaram de ser revolucionárias, e se adaptaram à comodidade da vida, sem maiores questionamentos, como um cidadão médio no mundo globalizado que não se preocupa com questões sociais [...]” (SILVA, Avani, 2015, p. 23-24). Todavia, é importante destacar que a personagem de Paula Cristina continua em suas ações sociais, trabalhando em uma ONG de assistência social o que, ressalvada algumas questões, pode ser compreendido como um gesto revolucionário, ou pelo menos politicamente engajado na promoção de mudança social.

Retornando à citação do diálogo entre Zapata e Bob, a equiparação de problemas sociais graves com trivialidades, além da responsabilização injustificada e exagerada imputada ao colonialismo, suscita uma satirização das demandas libertárias que inferioriza e subestima os impactos negativos da colonização. Seguindo esta possibilidade analítica, a linguagem cômica está sendo utilizada para parodiar tanto o(s) movimento(s) independentista(s), descrito várias vezes, de forma irônica, como revolucionário, quanto caricaturizar a militância. O título da narrativa já possibilita essa chave-interpretativa; qual seria o poder de confronto entre cinco balas e o país que possui uma das maiores indústrias armamentistas do mundo?

3.3.1 O riso do autorretrato: perfil do escritor Jorge Araújo

Jorge Araújo nasceu ano de 1959, na cidade de Mindelo, na ilha de São Vicente, Cabo Verde. É escritor, jornalista, repórter e editor, bem como ex-diplomata. Em sua trajetória jornalística realizou a cobertura de diversos conflitos armados, sobretudo em países africanos, e recebeu o prêmio AMI – Jornalismo contra a Indiferença (2003). É autor, dentre outros, de *Timor, o insuportável ruído das lágrimas* (2000), *Comandante Hussi* (2003), ganhador do Prêmio Branquinho da Fonseca da Fundação Calouste Gulbenkian na edição de 2005, no mesmo ano, *Nem tudo começa com um beijo* (2005, adaptado também para o teatro), *Paralelo 75* (2006), *O dia em que a noite se perdeu* (2008), *Beija-Mim* (2010) e *O cemitério dos amores vivos* (2015), bem como *Cinco balas contra a América* (2008). Iniciou sua carreira como jornalista em programas de televisão em Cabo Verde, e posteriormente exerceu brevemente atividades diplomáticas. Em Portugal conseguiu cumprir sua principal meta fazendo reportagens. Atuou no *Independente*, *Já*, *TVI*, *Correio da Manhã*, além de ter realizado uma longa estadia em Londres trabalhando na *BBC*. Atualmente reside em Portugal.

Figura 3 – Escritor Jorge Araújo



Fonte: Fotografia Jorge Paula, *BECRE* - Escola Secundária de Cacilhas – Tejo, 2011.

Em uma matéria contida no site jornalístico cabo-verdiano *A semana*, publicada em 7 de abril de 2008, acerca da reedição de livros de Jorge Araújo por editoras brasileiras, o autor afirma que *Cinco balas contra a América* é baseado nas suas experiências aos 16 anos, quando vivia no Mindelo no período posterior à revolução dos cravos ocorrida em Portugal também denominada por portuguesas(es) e cabo-verdianas(os) como 25 de abril.

Uma das possibilidades analíticas concernentes à declaração da narrativa ser uma ficcionalização das vivências de sua juventude no Mindelo recai na interpretação do autor enquanto representado pelo personagem Bob. Tal leitura é ancorada na profissão escolhida pelo rapaz após sair de Cabo Verde: repórter na cobertura de confrontos internacionais. Outros aspectos biográficos também se aproximam do enredo, como a cidade do Mindelo e seus pontos turísticos servindo como cenário para a trama, como pontua Avani Silva (2015).

O que causa interesse, pelo menos em minha leitura, são as motivações que levaram um cabo-verdiano emigrado para Portugal, ex-diplomata em seu país, a elaborar uma narrativa tão negativa sobre os eventos, grupos e sujeitos envolvidos com o processo emancipatório das ilhas. Dentre os textos analisados ao longo da tese, poucas abordagens foram tão transparentes quanto a trama juvenil discutida neste tópico, seja ao citar explicitamente o nome do PAIGC, seja ao narrar as estratégias de recrutamento de jovens ou ainda das vigilâncias contra uma suposta invasão estadunidense ou portuguesa às ilhas cabo-verdianas (aspecto inclusive citado por Germano Almeida em *O Meu Poeta* (1992a)).

3.4 “QUE OUTRA ATITUDE POSSO TER SE NÃO A QUE SE EXPRIME PELO RISO?”: ANÁLISE DO ROMANCE *O ELEITO DO SOL* (1992), DE ARMÉNIO VIEIRA

O protagonista da narrativa – um escriba egípcio – é submetido às arbitrariedades do faraó e do chefe de uma das mais cruéis prisões do Egito. Forçado pelo supremo soberano a descobrir sua verdadeira filiação, o escriba mostra sua capacidade de adaptação e superação das adversidades através de sua criatividade e de seus conhecimentos mágicos e artísticos. Ao descobrir sua nobre ascendência, consegue ser eleito faraó.

O eleito do sol possui várias possibilidades de leitura, dentre elas a transplantação da situação de insatisfação de Cabo Verde para o contexto surreal e autoritário do Antigo Egito fornecido por Arménio Vieira, repleto de animais imaginários como unicórnios, bicórnios, além dos tapetes mágicos e tantos outros elementos quiméricos.

Vieira tece uma crítica muito ácida contra as autoridades, demonstrando suas arbitrariedades e por vezes, fazendo-lhes descrições absurdamente derrisórias. Não há sequer uma referência a Cabo Verde, como também não são perceptíveis posicionamentos partidários explícitos, mas é notável a verve transgressora e irreverente assumida pela obra por meio, dentre outros aspectos, da sátira direcionada aos regentes.

O romance se inicia com diversas chaves interpretativas, principalmente, o caráter onírico da narrativa, uma vez que a história foi relatada para o narrador não identificado e onisciente pelo próprio personagem principal através de sonhos, e este também lhe informou acerca de suas outras “reencarnações”, afirmando que foi “negro em África, amarelo na China, branco no país dos ingleses e vermelho na América; fui homem de todas as raças.” (VIEIRA, 1992, p. 9).

O personagem principal, Akenaton, contou para o narrador que se tornou faraó através de um sonho e escolheu especificamente que sua história mais antiga, a de sua vivência enquanto negro e temporariamente pobre em África fosse registrada. Esta escolha, embora não seja aprofundada na narrativa, é bastante emblemática.

Dentro das concepções imagéticas propagadas pelos meios de comunicação, especialmente pelo cinema, o Antigo Egito é costumeiramente retratado como uma civilização de pessoas de pele clara, majoritariamente, branca. Grandes clássicos cinematográficos sobre o Egito tiveram a maior parte de seu elenco composto por atores e atrizes brancas(os). Há evidências científicas que afirmam que o povo egípcio era negro⁶³, assim como se identificavam enquanto negros, conforme postula o estudo *A origem dos antigos egípcios*⁶⁴, de Cheikh Anta Diop, presente na coleção *História Geral da África* (2010), editada pela Unesco. A própria identificação do Egito enquanto país africano é muitas vezes menosprezada pelo senso comum. Tal ocultação é sintomática, pois oblitera que uma das civilizações mais influentes e desenvolvidas da antiguidade, um dos paradigmas da ‘ocidentalidade’ juntamente à sociedade helênica, seja negra e africana.

Ao destacar a raça e a origem de seu protagonista como um negro e africano logo no início do romance, levando em consideração toda a controvérsia que envolve estas identidades em relação ao Antigo Egito, torna-se possível conceber qual é o posicionamento político da obra. O ato de escrever sobre um africano e negro, como assinala Kwame Anthony Appiah, em seu livro *Na casa de meu pai* (1997), representa um ato de resistência, pois,

⁶³ Para mais informações sobre o Antigo Egito e sua representação cinematográfica consultar o artigo *Um Egito Negro incomoda muita gente*, de Charô Nunes publicado no *Portal Geledés*. Disponível em: <https://goo.gl/6owXBu>. Acesso em: 13 ago. 2014.

⁶⁴ Embora alguns estudos contestem as pesquisas de Diop apontando-as como idealizações de um Egito mítico.

Vemos a formação de um discurso de resistência e descobrimos as possibilidades de ensinar a resistência, à medida que os próprios súditos descolonizadores escrevem, agora, como sujeitos de uma literatura própria. O simples gesto de escrever para e sobre si mesmo [...] tem uma profunda significação política. (APPIAH, 1997, p. 88)

O fato de colocar um protagonista negro e africano também é sintomático de uma consciência, muitas vezes, silenciada das identidades cabo-verdianas, pois como postula Cláudio Furtado em seu artigo “Raça, etnia e classe nos estudos sobre e em Cabo Verde: marcas do silêncio” (2012), essa reivindicação passou a ser mais intensa a partir das contribuições ideológicas fornecidas pelos intelectuais orgânicos da luta de libertação nacional (2012, p. 163). Até então, e mesmo posteriormente, afirma o autor, esta dimensão africana era sublimada para se dar destaque ao aspecto mestiço e crioulo cabo-verdiano, muito mais concebido como uma “mistura”, mesmo que nessa “mistura” se sobrepusesse o caráter europeu.

O protagonista, visto em minha leitura como um microuniverso ideológico não ficcional de Cabo Verde, recusa-se a ser submisso perante os governantes (tanto o Faraó Amenófis XXVIII quanto Ramósis, o governador da prisão conhecida como Choça do Gavião), ridicularizando-os comicamente. Mesmo que, por muitas vezes, mostre-se servil, Akenaton sempre apresenta um tom irônico quando trata diretamente com seus ‘superiores’.

Como um dos exemplos de sua ousadia e arrogância, quando questionado sobre a motivação de ter sido preso sob a acusação de ser cego, por não distinguir um símbolo que representava Amon-Rá, além de incorrer nos crimes de vadiagem e uso de erva proibida, Akenaton responde ao chefe da Choça do Gavião: “Não queria ofender, mas... cego é quem me prendeu. Senão, vejamos: à distância de mil pés distingo os setecentos caracteres das três escritas em uso neste Império [...]” (VIEIRA, 1992, p. 32).

É importante ressaltar que são constantes, no decurso da narrativa, as ridicularizações que Akenaton faz do faraó Amenófis e do governador Ramósis. Sobre o primeiro satiriza:

Por acaso, lembrou-se da grande verruga na penca do Faraó. “Ah! Ah! Ah! Sua Majestade está convencido que a verruga é Anúbis, o deus protector do nariz, quando se trata de uma monstruosa bossa nasal. Eis uma anedota bastante gira! Mas chega de riso, enfrentemos agora a grande fera.” [o governador Ramósis]. (p. 30)

Mikhail Bakhtin em *Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance* (1998) destaca que o riso possui o poder de destruir o temor e a veneração, pois, segundo o autor, nenhum objeto pode ser cômico em uma imagem distante. Bakhtin (1998, p. 413) assinala que a comicidade movimenta-se na área de máxima aproximação, colocando o objeto

na zona de contato direto, na qual se pode tocá-lo sem cerimônia alguma. É assim que o riso opera no romance *O eleito do Sol*. Arménio Vieira despe os déspotas, desnuda-os através do riso. Sua derrisão sarcástica afasta o temor que o poder deles suscitaria. Isso fica explícito no seguinte fragmento:

O escriba egípcio pensou: “Alguém que não fosse um predestinado ficaria a tremer de susto ao deparar-se-lhe este cadáver evadido do Vale dos Reis. A falar verdade, eu nunca tinha visto um tipo tão horroroso. Num concurso de monstros, Ramósis seria o vencedor, ainda que concorressem todas as figuras do pesadelo, incluindo Sua Majestade Amenófis. Quantos anos terá este batráquio gigante? Ele próprio já deve ter perdido a conta.” (VIEIRA, 1998, p. 31)

Percebe-se que o que imporia medo seria a figura horrenda do governador e não os terríveis castigos que ele poderia infligir aos que o desobedecem e/ou não respeitam sua “autoridade”.

Na narrativa é demonstrado o descontentamento por parte do protagonista em relação ao governo despótico de Amenófis e, após o desvendamento do enigma da esfinge, fica explícito o desejo de Akenaton em ascender ao trono: “Deixei de ser neto de quem se supunha; por outro lado, talvez salve o Império e venha a ser vizir ou... [...]. Um dia ver-se-á quem vale mais – eu ou o zarolho do Imperador.” (VIEIRA, 1992, p. 19).

O desejo de rompimento, de substituição de um governo para o outro pode ser lido através da vontade de livrar-se de um governo caduco, arbitrário e predatório como o regime de Amenófis, possivelmente, simbolizando a colonização portuguesa e a promessa de um sistema mais progressista, mesmo que nem tão democrático e justo, na figura do novo faraó Akenaton, representando o Cabo Verde independente. Contudo, o romance critica o desconhecimento da plebe egípcia/cabo-verdiana acerca dos eventos relacionados às lutas pela libertação:

Ao passar pela Grande Praça de Tuntankhamon, o escriba notou que, apesar da presença de meia dúzia de pombas ao pé do chafariz onde, há trinta dias, fizera a sua ablução matinal, a vida continuava normal, mostra de que os estratos baixos e médios da população nada sabiam quanto à aproximação da estrela cabeluda, ignorando de igual forma a iminência da nova calamidade. Um comentário irónico aflorou-lhe aos lábios, mas ele, senhor de si, enviou-o para dentro. “Saibamos conter o riso, que as circunstâncias não são para brincadeira”, murmurou ele, estoirando uma gargalhada. (p. 128)

É interessante o questionamento que o romance faz acerca da participação popular nas questões políticas, pois interroga o caráter unificador que os projetos nacionais possuem e sua pretensão homogeneizadora. Tais assuntos são tratados de forma dita séria, não aceitando o

questionamento que a forma risível confere aos temas sacralizados como o nacionalismo e as lutas libertadoras.

Mesmo que os posicionamentos da obra não sejam tão explícitos ao relacionar diretamente o texto com o contexto cabo-verdiano, como no caso das narrativas analisadas anteriormente, possivelmente, as críticas não pudessem ser direcionadas e assumiram o caráter onírico e risível para causar a ambivalência típica do discurso cômico. Nesse sentido, a indagação do deus Toth corrobora com esta leitura: “Que outra atitude posso ter se não a que se exprime pelo riso?” (Ibid.).

Todavia, o caráter inovador da narrativa esbarra na representação do – só existe um – personagem feminino. A mulher do governador Ramósis, majoritariamente denominada como “a incomparável Hatshepsut”, a “bela Hatshepsut”, “inigualável Hat” é descrita como fútil e superficial, mesmo que estas características não recebam uma tônica negativa. Não possui uma história anterior ao casamento com o administrador da prisão, e passa os dias indiferente aos absurdos cometidos por seu marido. Entretanto, para o escriba, seu único defeito é gostar de doces:

A incomparável Hatshepsut adorava sonhar com jovens agradáveis e bem-falantes. Sobretudo quando tinham uma linda barba. «Se o meu amo fosse assim!» – suspirava ela. Outra paixão da veneranda senhora era a que ela sentia por gafanhotos assados com molho preparado à base de condimentos exóticos. Mas, a maior parte do tempo ocupava-a ela a ouvir histórias, enquanto saboreava guloseimas de várias cores, com marcada preferência pelo doce de abóbora silvestre. «Eis um aspecto em que a bela Hatshepsut me decepciona», dizia o vencedor da Esfinge para consigo. «Detesto doces, e desde pequeno que ganhei aversão pelo melão e pelo pepino. No entanto, é-me simpática a predileção que ela tem pelas cores. Não fora a minha mania dos doces, podia-se viver com ela durante mil anos.» (p. 81)

A descrição da personagem fica restrita aos gostos – e quase hábitos –, sem aprofundar nas subjetividades de uma mulher que é oprimida e encarcerada pelo próprio esposo. A relação entre Hatshepsut e o escriba também não reflete uma relação saudável, posto que a comparação entre suas identificações se restringem à predileção dela pelas cores e a durabilidade do afeto é mensurada, por parte do escriba, e limitada pela restrição que esse tem pelos doces.

Um aspecto que merece ressaltar é a representação na narrativa de um episódio de “travestimento”, quando Hatshepsut fica sob o efeito de um feitiço e muda de gênero temporariamente:

[...] Como quer que seja, sinto-me inclinado a acreditar que em relação ao estado anterior – sonho ou realidade, pouco importa – houve na senhora uma mudança para pior. Com efeito, a senhora travestiu; por outras palavras:

mudou de sexo. [...]

«O infalível Toth errou desta vez e a esposa do respeitável Ramósis mudou de sexo.» Calou-se por uns instantes e acrescentou: «Palavra de honra que nunca julguei possível tamanha aberração!» (p. 58-59)

O escriba ainda descreve o ‘desconforto’ em ter que beijar um homem para reverter o encantamento:

– Não exactamente... salvo o respeito, divino Toth. Explico-me: no que se refere ao terceiro beijo, sucedeu que *me senti enojado* ante a possibilidade de cometer tal acto, já que a respeitável senhora mudou de sexo. Sou o que sou – com fêmeas tudo bem; com machos, estou em crer que sentiria câibras na língua. (p. 66, grifo meu)

A partir destes fragmentos, principalmente dos grifos em destaque, é possível observar a utilização da linguagem risível para a perpetuação de discriminação transfóbica através da descrição caricatural da mudança de gênero, colocada na narrativa como mudança de sexo. É bastante comum a rejeição/exclusão das pessoas transgêneras(os) por via da comicidade e o estranhamento e animosidade assinalados traduzem o comportamento e posicionamento LGBTTTQIA+fóbico reproduzidos no cotidiano. Esta é uma crítica direta e o ‘enjoo’ provocado pelo efeito do feitiço só é encerrado com a reversão de Hatshepsut ao gênero feminino.

É possível então notar quase um padrão de representação dos personagens femininos em obras de autoria masculina – pelo menos entre os textos discutidos nesta tese. Nos próximos capítulos assinalo como esse paradigma é perpetuado através da comicidade também por dois autores celebrados pela crítica e pelo público.

3.4.1 O riso do conde Silvenius: perfil do escritor Arménio Vieira

Arménio Adroaldo Vieira e Silva nasceu na Ilha de Santiago, na cidade da Praia em 1941. É um dos poucos escritores e jornalistas cabo-verdianos que não emigrou para outros países e o primeiro do arquipélago a ganhar o Prémio Camões em 2009. É muito mais conhecido por sua produção poética do que por suas narrativas. Começou sua carreira literária publicando seu primeiro poema no *Boletim de propaganda e informação* no ano de 1960 e pertence à geração de poeta dos anos 60. Combateu frontalmente o governo colonial da ditadura Salazarista em Portugal, sendo preso pela PIDE em 1961. Mas impossibilitado pela prisão, sem perspectivas de continuar os estudos e tendo que prestar o serviço militar, foi

obrigado a lutar na guerra de libertação em Angola, durante os anos de 1964-1967. Sobre a experiência o autor pontua:

É evidente que me causou um problema terrível: sou mobilizado do lado dos portugueses, é uma causa que não reconheço, que não é minha...

A verdade é que fui para Angola à força e na posição mais baixa, porque eu fui como soldado.

Eu tinha que estar lá a fazer que estava a combater em nome dos portugueses. E, às vezes, eu tinha mais medo do que me pudesse acontecer por parte os indivíduos com quem eu estava – nesse caso os portugueses –, embora eu tivesse amigos entre eles. Também não vou negar isso, sim, não estava em guerra aberta com os indivíduos que me rodeavam – o regime era uma coisa, os homens outra. (VIEIRA; LABAN, 1992, p. 508)

Vieira considera ser sua estreia literária a publicação de três poemas seus na revista *Makua* em Angola, na edição de 1963. Neste mesmo período, foi estimulado por Onésimo Silveira a escrever em crioulo, o que ocasionou posteriormente, a inclusão de seus poemas em diversas antologias. Além de jornalista e escritor também exerceu as atividades de auxiliar de meteorologista e professor de português.

Durante seus estudos no Liceu participou da criação do periódico *Seló*, publicado pelo jornal *Notícias de Cabo Verde*. Posteriormente, também foi coordenador da página cultural do periódico *Voz di Povo*, além de ter auxiliado na fundação da revista *Raízes*.

Raquel Dal Cortivo (2016, p. 15), assinala que após ter viajado para a antiga União Soviética em 1977, afastou-se e recusou-se a assinar o cartão de militante do PAIGC, embora a pesquisadora não pontue quais teriam sido as causas que levaram a esse rompimento.

Algumas de suas publicações são: *Poemas* (1990, poesia), *O eleito do sol* (1990/1992 ed. portuguesa, romance), *No Inferno* (1999, romance), *MITOgrafias* (2006, poesia), *O poema, a viagem, o sonho* (2010, poesia), *O Brumário* e *Derivações do Brumário* (2013, “poemas em prosa”⁶⁵), *Sequelas do Brumário* (2014, “poemas em prosa”), *Fantasmias e fantasias do Brumário* (2015, “poemas em prosa”) e *Silvenius*: antologia poética (2016, poesia). Conde Silvenius, inclusive, é o pseudônimo que utilizou para assinar seus textos.

⁶⁵ Classificação estabelecida pelo próprio autor (<https://goo.gl/JqKzEV>).

Figura 4 – Escritor Arménio Vieira



Fonte: Fotografia Alexandre Conceição, *A Semana*, 2010.

Em seu romance de estreia, *O eleito do Sol*, o autor “inaugura novas vertentes temáticas e formais no panorama da prosa cabo-verdiana”⁶⁶. Essa ruptura, como assinalam também Manuel Veiga (1998) e José Aldo Silva (2014), não necessariamente produz uma transgressão tão categórica quanto pontuam os críticos, posto que se encontra em *O eleito do sol* muitas referências às várias obras do cânone ocidental, não somente nas intertextualidades com essas produções, mas também na menção explícita à Lewis Carroll (VIEIRA, 1992, p. 107) e poucas alusões às(aos) escritoras(es) fora deste círculo hegemônico.

Percebe-se então que o riso no texto de Arménio Vieira, bem como nas outras narrativas analisadas, apresenta aspectos distintos, mas que tocam ambivalentemente em questões de gênero, raça e classe sob a perspectiva da cultura cabo-verdiana, ou pelo menos, de conjunturas ‘similares’ como no caso do romance *O eleito do Sol* (1992). Nessas obras, mesmo que o cômico não possua um tom engajado ou abertamente partidário, é possível tecer considerações sobre seu uso para a discussão de determinados temas, bem como o apagamento/silenciamento de aspectos como a raça dos personagens. Nota-se também que a vinculação ou sentimento de pertencimento ao continente africano ainda é um ponto silenciado, enquanto associações com os Estados Unidos e Portugal, mesmo a exaltação a “uma cultura cabo-verdiana”, são cada vez mais evocados.

⁶⁶ Contracapa do livro editado pela UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.

O exercício crítico comparativo entre as narrativas é bastante prolífico, de maneiras a identificar e discutir não somente pontos relacionados aos textos em específico, mas também o cotejo entre as perspectivas das ilhas. As escolhas entre um perfil mais aristocrático para a ilha do Fogo (“O Visto”), mais urbano na Praia (“Markito com K”), mais político-partidário para o Mindelo (*Cinco balas contra a América*) e uma busca maior pela identificação com África em Santiago (*O eleito do sol*) não são aleatórias.

Os discursos presentes nas obras traduzem as muitas identidades que conformam as identidades de cada ilha. Todavia, muito dos posicionamentos expressos nos textos se utilizam da linguagem cômica para legitimar, questionar e/ou transgredir – porque nem todo discurso ou obra apenas traz uma crítica positiva ou negativa; é possível a coexistência numa mesma produção de concordância com determinada questão e depreciação ou reprovação de outro ponto – alguns aspectos como uma forma de problematização indireta, dentro do que preconiza a expressão “é só uma piada/brincadeira”, quando não assumem diretamente as ideologias que subjazem suas narrativas.

Neste sentido, as próximas obras analisadas seguem na discussão acerca da utilização da linguagem cômica em sua perspectiva política, problematizando como estão imbricados nas narrativas os posicionamentos de dois autores cabo-verdianos com grande projeção nacional e internacional em suas atuações enquanto escritores e intelectuais de significativa repercussão pública.

4 O RISO BASOFO EM *O MEU POETA* (1992a) E *A MORTE DO MEU POETA* (1998b), DE GERMANO ALMEIDA

“A escrita é, sem dúvida, uma arma. Se serve para mudar as coisas, é que não sei. A escrita é uma arma principalmente quando é usada na forma da ironia, uma arma ainda mais poderosa e feroz do que a própria escrita. As pessoas e os políticos em particular que se permitem cair nas garras da ironia não se salvam. Mas a escrita é também uma arma que tem que ser usada com muita cautela”. (Germano Almeida, 2005)

Celebrado e reconhecido pela crítica e pelo público por sua utilização da comicidade em seus textos, Germano Almeida se destaca no panorama contemporâneo das letras cabo-verdianas como um dos escritores¹ com grande projeção nacional e internacional. Além de ser um dos poucos autores de Cabo Verde editados no Brasil – seu livro *O testamento do Sr. Napumoceno* foi publicado em 1996 pela editora Companhia das Letras –, no cenário das pesquisas acadêmicas brasileiras, Almeida representa, dentre as(os) autoras(es) com produções em prosa, um dos intelectuais mais analisados² nos trabalhos³ sobre as narrativas cabo-verdianas.

¹ Embora Almeida recuse o título de escritor, no intuito de facilitar sua identificação, esta palavra será utilizada como sinônimo para designá-lo, assim como o termo “autor”.

² Dentro do conjunto de análises sobre suas produções, as discussões sobre o recurso à ironia e ao riso possuem relevo em teses como *A presença da ironia na construção textual de Germano Almeida*, de Vera Lúcia da Silva Sales Ferreira, pela PUC-MG em 2007 e *Olhares irônicos sobre a morte: memória e travestimentos em narrativas de língua portuguesa*, de Roberta Maria Ferreira Alves pela mesma universidade em 2013, e, notadamente, em artigos como “O riso frente ao riso? Perspectivas contemporâneas no estudo do romance cabo-verdiano” (2010) e “O social pela lente parodística de Germano Almeida em *O testamento do Senhor Napumoceno*” (2011), de Eidson Miguel e Amarino Queiroz; “O riso do Meu Poeta: o riso do meu autor” (2006), de Jane Tutikian, “O testamento do Sr. Napumoceno: linguagem e efeitos de sentido” (2011), de Marcelo Hauck, Mireille Costa e Maria Odete Semedo e “Germano Almeida: De risos, de palavras, de prazeres” (2010), de Luana Antunes Costa.

³ Ao procurar pelo termo “Germano Almeida” na aba de buscas dos currículos disponibilizados pela Plataforma Lattes-CNPq, encontrei 39 entradas, que representavam apresentações de trabalho, artigos, teses, dissertações, monografias e orientações sobre o autor (cf. <https://goo.gl/cHtL8K>), comparadas aos 65 resultados para pesquisar por “Literatura cabo-verdiana” – nas quais nem todos os currículos possuíam alguma referência aos estudos sobre estas produções literárias (cf. <https://goo.gl/Pr4hnc>) ou ainda ao se utilizar o termo “Literatura Cabo Verde”, no qual o número de estudos é reduzido para 12 (cf. <https://goo.gl/WVd8fL>). Já no Catálogo de teses e dissertações da CAPES, registrei 8 resultados na busca pelo nome do autor (cf. <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> – o endereço exato dos resultados não é disponibilizado), em cotejo com 1 dissertação com o termo “Literatura Cabo Verde” e 18 pesquisas na entrada “Literatura cabo-verdiana” no mesmo site. Outros números fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em sua Biblioteca Digital também indicaram 10 teses e dissertações catalogadas para “Literatura cabo-verdiana” (cf. <https://goo.gl/vsK3cS>), 3 pesquisas sobre “Germano Almeida” (o endereço exato dos resultados não foi gerado) e nenhum resultado para “Literatura Cabo Verde” (o endereço exato dos resultados não foi gerado) na consulta a esse banco de dados. As verificações foram realizadas no dia 14 de novembro de 2017 e, como método para uma seleção específica, as palavras foram aspeadas para especificar e priorizar a quantidade de produções e textos encontrados.

Todavia, uma perspectiva recorrente nestes estudos sobre as obras de Germano Almeida é a análise direcionada, prioritariamente, para a utilização da ironia. As abordagens desses trabalhos, mesmo que não restrinjam o recurso irônico, exclusivamente, ao seu aspecto de figura de linguagem, terminam por não o enquadrar como integrante da linguagem cômica, em contraponto de outras interpretações presentes nas pesquisas que também abarcam a paródia e os demais aspectos risíveis. O ponto em comum a quase todas as investigações é a leitura da ironia enquanto crítica à sociedade cabo-verdiana.

Na ocasião do recebimento do Prêmio Camões, anunciado em 20 de maio de 2018, vários sites informaram a vitória de Germano Almeida enfatizando em suas manchetes o caráter “irônico”, “bem-humorado” e até mesmo “divertido” de suas obras. Como exemplos de títulos emblemáticos, cito as matérias “Prémio Camões para “um escritor muito divertido””, escrita por Osvaldo Gonçalves para o *Jornal de Angola* em 30 de maio de 2018, e “Germano Almeida: o contador de histórias que “brinca falando sério””, publicada por Alvaro Ludgero Andrade no periódico *Voa Português* em 25 de maio de 2018.

Uma publicação angolana e outra portuguesa integrante do grupo Serviço em Português para a África, respectivamente. Por mais que no interior dos textos o recurso à ironia aparece como um aspecto positivo e singular das produções de Almeida, e a rubrica “um autor muito divertido” tenha sido pronunciada pelo ministro da cultura de Portugal Luis Felipe Castro Mendes ao anunciar a premiação, tais chamadas possuem um tom depreciativo que ainda recorrem à polarização entre riso e seriedade, bem como limitando a comicidade à diversão, prazer, brincadeira. Uma análise aprofundada das reportagens sobre o recebimento do 30º Camões por Germano Almeida apresenta questões muito expressivas acerca do uso do cômico na literatura e da condecoração de escritoras(es) africanas(os) nas láureas prestigiadas, como se pode inferir pelo título “Germano Almeida faz regressar Prémio Camões a África”, de autoria de João Céu e Silva para o *Diário de Notícias* português publicado no dia 21 de maio de 2018. Será que Almeida faz esse ‘retorno africano’ mesmo?

Acerca do recurso consciente e estratégico à linguagem cômica, compreendendo a ironia enquanto integrante desse conjunto, através do fragmento extraído da entrevista de Germano Almeida utilizado na epígrafe deste capítulo, o escritor confirma a utilização do aspecto irônico em seus textos e, embora não fale em riso especificamente, se define como uma pessoa “bem humorada”: “Eu reconheço que sou um homem bem humorado, mas evito ser excessivamente sarcástico porque não é uma arma que favorece muito” –, e estende/engloba essa característica ao ‘homem cabo-verdiano’:

Sim. Nós falamos do badiu como o homem sério de Cabo Verde, mas na verdade é um dos homens mais bem humorados do país. A questão é que o badiu tem uma ironia muito particular. São Vicente tem uma ironia mais directa, mas no geral o cabo-verdiano é um homem bem humorado, que ri da sua própria desgraça. Isso é um dos elementos mais importantes da nossa cultura, e que devemos valorizar. (ALMEIDA; FORTES, 2005)

Tanto na declaração do autor quanto no senso generalizado em contextos cabo-verdianos – como se é possível depreender pela concepção exposta por Almeida – e também brasileiros, é frequente a utilização do termo “bem humorada(o)” para designar pessoas engraçadas ou ainda com comportamento favorável ao cômico, seja na elaboração seja na recepção de gestos/piadas/brincadeiras de cunho risível. Desse modo, Germano Almeida corrobora a ideia trivializada sobre a polarização entre seriedade e comicidade, mas também contraria a percepção mais difundida de que o *badiu* seria mais sério que os outros ilhéus, ao defini-lo como um dos “mais bem humorados do país”. Em tempo, é questionável o uso apenas do gênero masculino para se referir ao povo de Cabo Verde, aspecto mais acentuado pela repetição do termo “homem”. Também não foi aprofundada a “ironia muito particular” do *badiu*: estaria ela relacionada à sobriedade com a qual as(os) habitantes da ilha de Santiago são descritas(os)? Ora, dentre os elementos da linguagem risível a ironia é a que mais se aproximaria – conforme a lógica dessa oposicionalidade – do que se coloca como sério.

Acerca do aspecto cômico de/em suas obras, ao se referir à recepção positiva da publicação de seu primeiro romance *O testamento do Sr. Napumoceno*, em 1989, pela Ilhéu Editora, Germano Almeida justifica: “O livro teve uma aceitação maravilhosa. Como dizem as pessoas foi um corte com aquilo que se escrevia até então em Cabo Verde, porque era um livro divertido.” (Ibid.). Provavelmente, “aquilo que se escrevia até então em Cabo Verde” deve ser uma referência às produções da *Claridade* e o legado deixado pelo periódico na literatura do país. Sobre as rupturas e continuidades da herança claridosa na escrita de Almeida, Jane Tutikian (2006) pontua que:

[...] é importante observar que o escritor, mesmo sem romper com a tradição, vai além do Movimento Claridoso, sim. Deve-se a ele a revelação de uma nova face da literatura caboverdeana, na medida em que, distanciando-se dos temas eixos daquele movimento, como a fome, a seca e a emigração, (tão evidenciados em *Cabo Verde - Viagem pela História das Ilhas*, obra de 2003, onde revela o sofrimento e a resistência do povo) introduz o humor – e muitos o consideram verdadeiro cultor da ironia do Mindelo – na literatura caboverdeana. (TUTIKIAN, 2006, p. 64)

O próprio Almeida reivindica a necessidade da “superação” do paradigma claridoso nas letras cabo-verdianas ao declarar que não houve uma ruptura entre essa geração e as contemporâneas, como se “dormir à sombra dos louros da «Claridade»” (GUERREIRO;

ALMEIDA, 1998) bastasse às(aos) escritoras(es) do arquipélago. O autor alega que percorreu o mesmo trajeto do famigerado movimento cinquenta anos depois – possivelmente, em busca de uma literatura “mais” nacionalista/regionalista – modificando o cenário para um aspecto mais urbano. Não obstante, Tutikian (2006, p. 64) enfatiza que houve sim uma “superação” da estética claridosa em Germano Almeida, e esta ocorreu por meio da utilização da sátira e do humor, sendo *O Meu Poeta* reconhecido pela pesquisadora como o “primeiro romance verdadeiramente nacional da nova República de Cabo Verde” (p. 65).

Entretanto, é necessário ressaltar que a linguagem humorística em Cabo Verde não teve como precursor Germano Almeida – sendo oportuna a retificação que Tutikian efetua ao assinalar no final de sua colocação que tal singularidade se restringe ao campo literário –, mas sim João Cleofas Martins, conhecido por Nhô Djunga, aclamado radialista do Mindelo. Ademais, é importante ponderar sobre tal tipo de classificação que estabelece como a principal ruptura com a estética claridosa a utilização pioneira da linguagem cômica nas produções almeidianas. Por atuar no meio radiofônico, Djunga oralizava suas crônicas, o que não as impede de serem compreendidas enquanto narrativas literárias (posteriormente houve uma pequena compilação dos textos realizada por Arsénio D. Fermino de Pina em 2002, intitulada *Coisas do Djunga!...*, bem como a peça *Vai-te treinando desde já* em 2004 sob a organização de Mesquitela Lima). Por outro lado, a produção escrita do radialista não obteve tanta projeção quanto sua atuação no rádio e sua profissão enquanto médico. Já Germano Almeida conseguiu ter êxito editorial desde o lançamento de seu primeiro livro dentro do mercado consumidor das ilhas.

No campo da oralidade, friso a tradição das cantadeiras e cantadores de *konbersu sábi*, *kurkutisan*, *fiñaçon* (*finason*) e *batuku* – sendo os dois últimos elementos complementares, no qual a *fiñaçon/finason* é o componente poético cantado que se insere no ritmo *batuku* (QUEIROZ, Amarino, 2007) – enquanto manifestações populares que abordam satiricamente aspectos relacionados à sociedade e ao cotidiano das ilhas. Também se deve atentar para a possibilidade da existência de outras(os) poetas e artistas populares, não necessariamente com produções escritas, mas que também trazem a linguagem risível ou recurso irônico em suas obras e, por não possuírem a difusão proporcionada pelos meios impressos, midiáticos e virtuais, não conseguem/conseguem alcançar a mesma visibilidade de Nhô Djunga e Germano Almeida.

É a partir deste conjunto de fatores que se torna discutível a designação deste último enquanto “verdadeiro cultor da ironia do Mindelo”, proposta por Tutikian (Ibid.), vez que outras tradições estéticas anteriores ao escritor já recorriam ao riso ou à ironia em suas

elaborações artísticas para abordar questões concernentes aos problemas da sociedade cabo-verdiana.

Sobre o uso do riso como forma de criticar aspectos sociais presentes nas obras almeidianas, o autor responde uma das perguntas feitas por Teresa Fortes da seguinte maneira:

Essa sociedade cabo-verdiana que descreve nos seus livros é a verdadeira sociedade destas ilhas ou tem muito da sua imaginação?

É como eu vejo e *caricaturado* a sociedade cabo-verdiana. Tenho consciência de que quando escrevo sobre a Boa Vista o meu olhar é particular, diferente do olhar que tenho de São Vicente. Tenho um grande carinho por São Vicente, gosto de viver nesta ilha. Mas vejo São Vicente de fora, sempre. Em relação à Boa Vista é diferente, pois mesmo estando fora estou dentro da ilha. Sou um homem da Boa Vista e, então, o carinho que eu tenho pela minha ilha é completamente diferente. Eu penso que a ironia que eu sou capaz de ter sobre São Vicente não sou capaz de ter em relação à Boa Vista. Em relação a São Vicente sou um filho de fora que se sente como filho de fora, mas na Boa Vista sou filho de dentro e sinto-me filho de dentro. Então, o meu olhar sobre a Boa Vista é mais carinhoso. (ALMEIDA; FORTES, 2005, grifo meu)

É emblemática a escolha da palavra “caricaturar” para se referir ao seu processo de representação da sociedade cabo-verdiana. Dentro da perspectiva crítica desta tese, a seleção lexical é compreendida pela chave analítica da “interpretação política” fornecida por Daniel Cottom (1989), de modo que o uso de determinados termos fundamenta as possibilidades de leitura que proponho neste trabalho. É a partir desse direcionamento que norteio esta e outras discussões ao longo deste estudo. Ainda sob esse ponto de vista, a escolha das palavras não é inconsciente e aleatória, mas sim, parte integrante da(s) ideologia(s) de suas(seus) emissoras(es).

Dessa maneira, com base nas afirmações da entrevista do escritor, “caricaturar” pode sinalizar uma aceção crítica negativa. A caricatura pode ser analisada como uma hipérbole, ou ainda como uma tipificação, que expressa o posicionamento crítico de quem a elabora. No caso de Germano Almeida, ele pontua que devido ao seu vínculo afetivo com a ilha da Boa Vista a ironia (crítica/caricatura) fica comprometida. Já seu distanciamento de São Vicente lhe permite problematizar os contextos e a sociedade dessa parte do país. Essa colocação evidencia que, para o escritor, o recurso irônico (amplo para o uso do riso político do qual Almeida lança mão) requer um afastamento observacional. Seria essa, então, a condição de explicitação do senso crítico em seu discurso? A partir dessa lógica, apenas a questão afetiva seria o impeditivo dessa ‘neutralidade’ ou outros aspectos como ligações partidárias e alianças

político-estéticas também prejudicariam as apreciações críticas? Nem aleatória, tampouco inconsciente, seu uso da ironia/riso é estratégico.

Neste sentido, Germano Almeida se destaca pelo recurso à ironia englobando através do riso em seu aspecto político de legitimação e de questionamentos a respeito da sociedade cabo-verdiana, especificamente no contexto mindelense. Foi sua verve cômica e o amplo reconhecimento desse aspecto em sua fortuna crítica, inclusive, que suscitaram meu interesse e conhecimento por suas obras, sendo o primeiro autor escalado para o *corpus* desta tese.

Como boa parte de seu público leitor estrangeiro, a primeira obra a que tive acesso foi *O testamento do Sr. Napumoceno* (1992b), até mesmo por ter sido publicado em uma editora brasileira, bem como em virtude da quantidade de estudos que se debruçam sobre essa obra nas universidades no Brasil e em Portugal. Entretanto, foi por meio das análises sobre *O Meu Poeta* (1992a), descrito por Jane Tutikian (2006, p. 65) como “[...] um retrato satírico dos governantes e das elites culturais caboverdeanas, no pós-colonialismo, criticando, também, o entendimento da cultura e da literatura pelo viés político”, que percebi a adequação desse texto aos propósitos desta tese.

Por outro lado, *A Morte do Meu Poeta* (1998b) não costuma ser citada na fortuna crítica com mesma intensidade e frequência que o primeiro livro que lhe empresta o título, tampouco é referenciada em suas entrevistas, mesmo ao falar sobre *O Meu Poeta* (1992a). Tanto as poucas alusões à *A Morte do Meu Poeta* (1998b) quanto a sua não publicação pela Editorial Caminho⁴ em Portugal – empresa responsável pela editoração de quase todas as obras do escritor no mercado português – são indicativos também da gerência de Almeida sobre os conteúdos que circulam em Cabo Verde e internacionalmente.

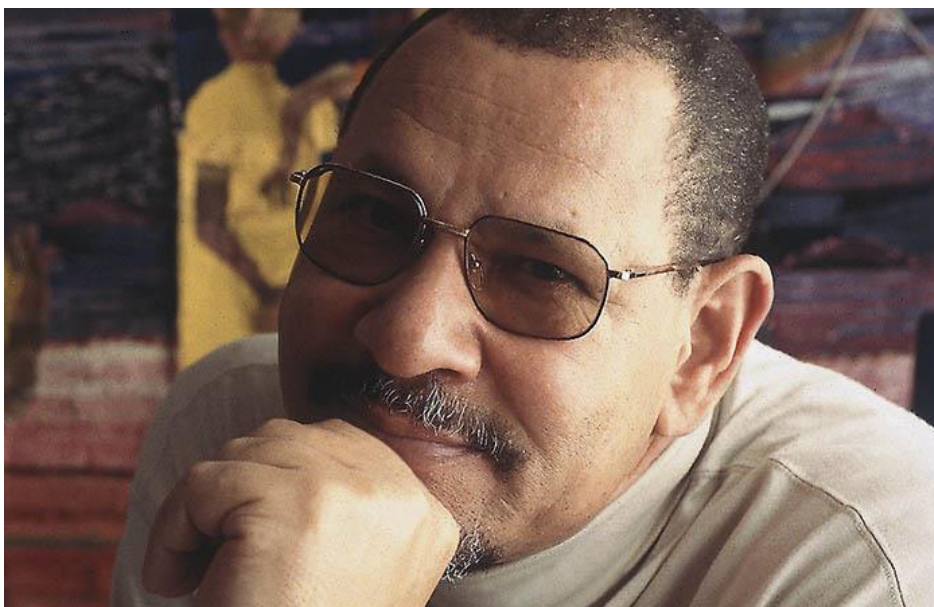
Desse modo, além dos aspectos mencionados anteriormente, e que são aprofundados ao longo deste capítulo sobre as escolhas editoriais implicadas, discuto também a trajetória partidária, estética e profissional na interseccionalidade das atividades enquanto escritor, deputado e editor exercidas por Germano Almeida. As narrativas escolhidas para análise, *O Meu Poeta* (1992a) e *A Morte do Meu Poeta* (1998b), são examinadas de maneira a problematizar como o riso é utilizado pelo autor em sua dimensão política de abordagem das questões relacionadas a raça, gênero e classe através das conjunturas sociais, políticas, culturais e literárias construídas nos textos.

⁴ Dentre os livros do autor, *A Morte do Meu Poeta* (1998b) é o único que não está no catálogo da Editorial Caminho (<https://goo.gl/6CbJUJ>).

4.1 TRAJETÓRIA E POSICIONAMENTOS DO ESCRITOR COMO ESTRATÉGIAS DE UM PROJETO POLÍTICO-ESTÉTICO

Germano da Cruz Almeida (Germano Almeida) nasceu na Ilha da Boa Vista em 31 de julho de 1945. Foi para Portugal para formar-se em Direito pela Universidade de Lisboa, exercendo tal função na cidade do Mindelo na Ilha de São Vicente desde 1979. Sua estreia como contista teve início na década de 80 na revista *Ponto & Vírgula* (1983-1987), na qual também era colaborador junto aos fundadores Leão Lopes e Rui Figueiredo. Nesse periódico utilizava o pseudônimo de Romualdo Cruz e Filinto Barros. O conjunto de relatos presentes na *Ponto & Vírgula*, além de outros textos inéditos, foram publicados em *A ilha fantástica* (1994) e *A família Trago* (1998), obras que tematizam a infância do autor e o ambiente familiar e social da Ilha da Boa Vista.

Figura 5 – Escritor Germano Almeida



Fonte: fotografia sem identificação de autoria, Revista Estante FNAC

Segundo o perfil fornecido pelo site *Casa África*, os livros *O Meu Poeta* (1990⁵), *Estórias de dentro de casa* (1996), *A morte do Meu Poeta* (1998b) e *As memórias de um espírito* (2001) enquadram-se no “ciclo mindelense” das obras almeidianas. Germano

⁵ Ano da primeira edição pela Ilhéu Editora.

Almeida também foi coproprietário e diretor do jornal *Agaviva* e colabora com o diário português *Público* (SILVA, Milene, 2014), além de ser sócio da *Ilhéu Editora*, a qual publica suas obras em Cabo Verde e em Portugal são editadas pela *Caminho*. Atuou como deputado pelo Movimento para a Democracia (MpD) em 1991. Desvinculou-se do partido por incongruências após o mandato e posteriormente ocupou o cargo de conselheiro da República em 2004, nomeado pelo então presidente Pedro Pires do PAICV⁶, além de ser embaixador cultural do país e procurador da República. A sua bibliografia, distribuída em ordem cronológica, compreende os livros *O dia das calças roladas* (1982), *O Meu Poeta* (1990⁷), *O testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo* (1991), *A ilha fantástica* (1994), *Os dois irmãos* (1995), *Estórias de dentro de casa* (1996), *A morte do Meu Poeta* (1998), *A família Trago* (1998), *Estórias contadas* (1998), *Dona Pura e os Camaradas de Abril* (1999), *As memórias de um espírito* (2001), *Cabo Verde – Viagem pela história das ilhas* (2003), *O mar na lajinha* (2004), *Eva* (2006), *A morte do ouvidor* (2010), *De Monte Cara vê-se o mundo* (2014) e *Retorno ao Paraíso* (2016), *O fiel defunto* (2018).

Ainda conforme assinala o site *Casa África*, as narrativas *A ilha fantástica* (1994) e *Dona Pura e os Camaradas de Abril* (1999) impulsionaram a carreira do autor, tornando-o o escritor cabo-verdiano de maior projeção internacional. Acrescentaria a essa lista *O testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo* (1991), atualmente, única obra de Almeida publicada no Brasil, editada pela prestigiada empresa *Companhia das Letras*, possivelmente iniciando a projeção que também resultaria na adaptação cinematográfica realizada em uma co-produção Brasil/Portugal/Cabo Verde/França/Bélgica pelo diretor Francisco Manso em 1998⁸. Esse mesmo livro foi traduzido na Itália e na França, além de ter outras obras publicadas na Espanha, Alemanha, Suécia, Holanda, Noruega e Dinamarca (Ibid.).

Reitero a necessidade de fazer os apontamentos iniciais acerca da vida pública do escritor Germano Almeida pois relacionam-se com seus projetos estético-ideológicos flagrados nos textos literários e em especial no *corpus* em causa. É importante atentar, dentro dessa agenda, o quanto estão inseridos planejamentos partidários e governamentais, como é o caso dos dois autores com maior enfoque nesta tese.

⁶ Conforme é relatado pelo Boletim da República de Cabo Verde. Decreto Presidencial n. 1/2004. Cf. <https://goo.gl/SEVWC6>

⁷ Ano da primeira edição. Por sua vez, Maria Augusta Teixeira (2010, p.84) afirma que *O testamento do Sr. Napumoceno* foi publicado em 1989 e *O Meu Poeta* em 1990, sendo que a escrita desse teria sido anterior à primeira narrativa, e *O dia das calças roladas* teria como data de lançamento o ano de 1992.

⁸ Esse filme recebeu o 1º Prêmio do Festival de Cinema Latino-Americano de Gramado, no Brasil e foi igualmente distinguido com os prêmios para o melhor filme e melhor ator no 8º Festival Internacional Cinematográfico de Assunción, no Paraguai (WOOK, [20--]). Cf. <https://goo.gl/AYgJ2T>

Germano Almeida esteve fora de Cabo Verde por quase onze anos, no período compreendido entre 1967 e 1976, quando prestou serviço militar em Angola e posteriormente fez o curso de bacharelado em Direito em Lisboa. Em seu retorno, passou um ano na Praia e depois fixou-se no Mindelo, onde reside atualmente (GUERREIRO, Manuela, 1998, p. 29).

Sua estadia em Angola despertou um maior interesse do autor motivado pelas boas lembranças que nutria de sua cidade natal. Antes do serviço militar Almeida nunca tinha estado fora de Cabo Verde, “que ele pensava ser o centro do mundo”⁹: “Foi em Angola que se confrontou com realidades diferentes, tendo mesmo dito que foi um choque ver-se diante duma floresta, pois na sua ilha não havia uma árvore” (Ibid.).

É justamente nessa ocasião que Arménio Vieira termina suas atividades militares no mesmo país. Diferentemente de Vieira, que em entrevista a Michel Laban (1992, p. 508) narra as inquietações e dilemas, explicitamente descrevendo seu trabalho no exército como inserido na guerra de libertação que já acontecia desde 1961 em Angola, Almeida em entrevista a Maria Manuela Guerreiro apenas pontua as “realidades diferentes”, cujo destaque é conferido à existência de árvores e florestas (1998, p. 29).

Já suas memórias sobre o período que ficou em Portugal são descritas explicitamente como negativas: “Quanto a Lisboa, esta cidade parece intranquilizá-lo e curiosamente não retém dela muitas lembranças, afirmando mesmo que daqui esqueceu quase tudo.” (Ibid.). Também não são colocados quais foram os motivos que propiciaram estas experiências insatisfatórias/desagradáveis, mas sabe-se que nesta época de conflitos armados e tensões pelo fim do colonialismo a repressão a estudantes africanas(os) em Portugal¹⁰ foi intensa, embora o autor também não teça comentários a respeito desta questão.

No processo criativo de Almeida, Maria Manuela Guerreiro (1998) apresenta colocações pouco convencionais e questionáveis:

O autor escreve à velocidade do seu pensamento e tal qual as ideias lhe surgem e mesmo quando alguém o aconselha a mudar um ou outro final de qualquer obra ou ainda a alterar uma ou outra parte, as opiniões são aceitas, mas de um modo geral, decide-se por não fazer alterações, prevalecendo o que inicialmente concebera. (p. 30)

Assim, como as sugestões são aceitas se elas não são inseridas no texto? Qual é o sentido de submeter as narrativas a outras avaliações se o que prevalece é “o que inicialmente concebera”? Do modo como estão colocadas, tais pontuações demonstram certa

⁹ Título da crônica “Cabo Verde é o centro do mundo”, contida no livro *Estórias Contadas* (1998a).

¹⁰ Sobre os movimentos estudantis e a resistência ao regime colonial cf. MATA, Inocência. *A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização*. Lisboa: União das cidades capitais de língua portuguesa, 2015.

inflexibilidade por parte de Germano Almeida em acatar outras opiniões ou até mesmo rever suas elaborações, já que não são feitas alterações em seus escritos.

Tal declaração também sinaliza uma demarcação autoral significativa acerca da construção de seus textos. Ao não considerar outras interferências em suas escritas, Almeida se coloca enquanto voz predominante e absoluta em suas criações e isso, de certa maneira, pode ser inferido a partir das explicitações sobre suas referências literárias de/em outros escritores.

Apesar de não detalhar as formas com as quais os diálogos intertextuais ocorrem ou ainda sobre níveis de aproximação, dentre as obras literárias de autores estrangeiros, Germano Almeida ‘admite’¹¹ ser influenciado por Eça de Queirós, Jorge Amado e Gabriel García Márquez, escritores português, brasileiro e colombiano, respectivamente. Mesmo sem aprofundar as obras, afirma ser Queirós uma referência para a elaboração de *O Meu Poeta* (1992a), certamente por sua verve irônica. Já em relação aos escritores nacionais, Almeida em entrevista concedida a José Eduardo Agualusa em 1991, na qual assevera, segundo Maria Manuela Guerreiro,

[...] que os escritores cabo-verdianos sempre fugiram a utilizar palavrões nos seus livros e [...] tinham uma absoluta falta de sentido de humor. Segundo ele e, dando como exemplo *Baltasar Lopes*, o homem e o escritor eram duas pessoas completamente diferentes. Enquanto homem, *Baltasar Lopes* era dotado de um humor extraordinário e estava sempre a contar histórias de fazer rir, mas enquanto escritor ele não conseguia transpor para os livros seu bom humor. (1998, p. 31, grifos da autora)

Declaração semelhante foi proferida pelo escritor em entrevista realizada por Diogo Pinto em 2017:

Eu era muito amigo do Baltazar [sic] Lopes da Silva, que escreveu o “Chiquinho” e uma série de outros contos, livros que marcaram a nossa juventude... Mas quando o conheci já um adulto, constatei que era um homem extremamente bem humorado, que passava o tempo a contar estórias, anedotas, a rir..[sic] E eu disse-lhe: “Mas sôtor, se o senhor é um homem tão bem humorado, como é que os seus livros depois são tão sérios?”. E ele diz-me: “Ó Germano, a literatura é uma coisa séria. Não se pode brincar na literatura.” E eu: “Ó sôtor, mas eu penso justamente o contrário – a melhor forma de a gente brincar é lá.” Porque se eu vou escrever, não vou coagir-me a escrever de um modo que é contra a minha forma de ser porque é literatura. Nesse aspecto eu discordava dele, e tentei escrever de modo a reflectir isso. (ALMEIDA; PINTO, 2017)

¹¹ Declaração expressada nas entrevistas ALMEIDA; GUERREIRO, 1998, ALMEIDA; FORTES, 2005 e ALMEIDA; PINTO, 2017. Opinião emblemática para a leitura que proponho é a ponderação que Almeida concede a Diogo Pinto em 2017: “Mais tarde, já depois dos 20 anos, houve três escritores que me impressionaram: Eça de Queirós, primeiro, depois Jorge Amado e, muitos anos depois, o Gabriel García Márquez. Não posso garantir que tenha sido influenciado por eles, mas admito que tenha sido”. E também: “Eu não aceito nem rejeito influências literárias. Eu nunca escrevi como alguém. Nunca disse: vou escrever como Garcia Marquez.” (ALMEIDA; FORTES, 2015).

A informalidade e o tom coloquial são reivindicações apontadas pelo próprio escritor que considera interessante o recurso aos palavrões como forma de romper a seriedade da narrativa, aspecto esse utilizado por Almeida em suas obras. Em ambas as entrevistas a ausência de produções ‘bem-humoradas’ foi assinalada como um dos pontos de distanciamento de Germano Almeida para com seus predecessores, inclusive Baltasar Lopes, um dos fundadores da *Claridade*, advogado como Germano Almeida e uma de suas maiores referências nas letras do país.

Contudo, pode ser discutível a construção da informalidade perseguida por Almeida ao tentar aproximar o discurso literário escrito de traços da linguagem oral em termos das suas escolhas linguísticas, não apenas pelo léxico de baixo calão, mas também pelo uso sistemático da língua portuguesa na sua obra. Tal leitura é reforçada pelas poucas incidências de termos em crioulo cabo-verdiano em suas produções, predominantemente em *O Meu Poeta* (1992a) e *A Morte do Meu Poeta* (1998b), até mesmo pela recusa explícita do escritor em produzir obras na língua¹² majoritária de seu país, como assinala nas entrevistas feitas por Jorge Montezinho (2014) e Teresa Fortes (2005), na qual é mais enfático:

Já experimentou escrever em crioulo?

Não, nunca experimentei escrever em crioulo, nem vou tentar. Eu não me sinto menos cabo-verdiano por falar 95% do tempo em português e por escrever sempre em português. Acho que o português é uma língua tanto dos portugueses como nossa. Nós temos que aprender a usar o português bem e usá-lo no sentido de fazer com que ela seja capaz de transmitir a nossa identidade. Não temos que escrever o português como os portugueses. Os portugueses dizem que não se deve dizer “mais grande”. Mas, mais grande muitas vezes traduz aquilo que a gente quer dizer. Outras vezes, diz-se que “tal fulano foi morto”, mas há muitos casos em que o fulano não foi morto, “foi matado”. O crioulo está cá para durar, não está em perigo. O que não devemos pôr em perigo é o português. (ALMEIDA; FORTES, 2015)

Quais seriam as ameaças que pairam sobre a língua portuguesa em Cabo Verde? Tal posicionamento assumido por Germano Almeida é muito próximo da opinião expressa por Ondina Ferreira no que concerne tanto à oficialização do crioulo quanto ao ‘possível perigo’ que paira sobre a língua da ex-metrópole. Mesmo que não se coloquem frontalmente contra a regularização constitucional do crioulo cabo-verdiano, as justificativas da escritora e do

¹² Reforço o uso do termo “língua” para me distanciar das referências pejorativas ao crioulo como ‘dialecto’: “Do cruzamento de duas raças, portuguesas e africanas oriundas da costa da Guiné e que se fixaram em Cabo Verde, nasceu o dialecto *crioulo* que até à [sic] data da independência (1975), era considerado como a língua dos analfabetos, pois as camadas da população com maior nível de instrução falavam o português” (GUERREIRO, 1998, p. 33, grifos da autora).

escritor¹³ acerca dos amplos espaços que esta língua ocupa nas esferas sociais, culturais institucionais e políticas fixados de maneira estabelecida e definitiva no país, não são coerentes, posto que se o uso do crioulo ocorre de forma generalizada e consolidada, por que então a relutância em utilizá-lo em suas obras e sancioná-lo como língua oficial?

Germano Almeida mostra-se contrário à oficialização do crioulo, embora não o compreenda a partir de uma “perspectiva de inferioridade”, mas sim como parte integrante da cultura cabo-verdiana que deve ser utilizada

[...] sob uma óptica puramente tecnicista e de oportunidade, o autor afirma que implantado [o crioulo] como língua oficial significaria um enorme atraso para os cabo-verdianos, quer a nível cultural, quer a nível do desenvolvimento, porque iria isolá-los ainda mais do resto do mundo, associando-lhe ainda outra dificuldade, a de existirem diferentes crioulos entre as ilhas. (GUERREIRO, 1998, p. 34-35)

A questão do emprego do crioulo “sob uma óptica puramente tecnicista e de oportunidade” não fica suficientemente justificada no decorrer do texto. Tal afirmação encontra incongruências quando cotejada com uma colocação do mesmo escritor ao classificar o uso do português como “instrumento e como função meramente utilitária” (p. 34). Sendo assim, qual língua não é utilizada como instrumental? Qual seria a diferença da utilização do crioulo e do português sob o prisma da função “tecnicista”/“utilitária”? O que precisamente significaria a expressão “de oportunidade”?

Possivelmente, o recurso ‘oportuno’ ao qual o texto se refere seja parte da proposição que Germano Almeida denomina de “nuances da linguagem”, pela qual defende que “existem [...] expressões que só podem ser ditas ou em *português* ou em *crioulo*, pois não existem traduções possíveis e correriam sérios riscos de perderem o seu profundo significado.” (p. 34, grifos da autora). Tal proposta relaciona-se as colocações do autor em entrevista a Teresa Fortes (2015), acerca da necessidade de recorrer às expressões em crioulo para dar conta de aspectos das experiências cabo-verdianas que a língua portuguesa não consegue traduzir ou expressar.

Sobre os “diferentes crioulos entre as ilhas”, Germano Almeida declarou, em entrevista a Jorge Montezinho do jornal cabo-verdiano *Expresso das Ilhas* (2014), que acredita que a padronização da língua ocorrerá em breve, devido à interação das(os) jovens

¹³ Como se pode observar na resposta de Almeida à pergunta feita por Teresa Fortes (2015), dez anos após a recusa sumária em utilizar a língua:

“Concorda ou não com a oficialização do crioulo?”

Não tenho nada contra a oficialização do crioulo. O que eu não quero é que substitua o português pelo crioulo. Nós temos que assumir isto: o nosso nacionalismo não se revela através do uso do crioulo, pode se revelar através de qualquer língua, por acaso é o português.”

através da internet. Todavia, o autor assinala que o ensino do crioulo deve ser realizado antes desta unificação, porque ainda não se sabe quanto tempo levará até que a normalização aconteça. Por sua vez, sobre o ensino bilíngue posto em projeto, Manuela Guerreiro (1998, p. 35) afirma que Almeida acredita ser “privilégio apenas de uma elite o domínio simultâneo dos dois códigos linguísticos”. Espera-se que a ação das mídias e das escolas atenuem as diferentes hegemonias vigentes.

É também significativo o argumento de Germano Almeida para quem a não utilização da língua portuguesa em Cabo Verde isolaria seus habitantes “ainda mais do resto do mundo” (p. 35). Tal compreensão também é endossada em entrevista concedida ao jornal cabo-verdiano *A Semana* na edição do dia 29 de janeiro de 2014, na qual afirma que “O português é o que nos põe em contacto com o mundo”¹⁴. Isso implicaria em compreender os países que não utilizam a língua de seus antigos colonizadores, a exemplo do Egito, como isolados? Ou que somente as línguas europeias permitem a comunicação entre os países do mundo? Qual seria o isolamento de Cabo Verde diante de mais da metade de sua população vivendo ou transitando na diáspora? E como se explica esse isolamento propiciado pelo crioulo frente a emigrantes que o utilizam como ligação afetiva, política e cultural com suas(seus) parentes e conhecidas(os) que permanecem nas ilhas, ou até mesmo com as comunidades cabo-verdianas que se formam fora do país?

Em várias entrevistas e crônicas de sua autoria, Germano Almeida reitera que utilizar a língua portuguesa na maior parte de sua vida cotidiana não o torna menos cabo-verdiano ou diminui seu senso de pertencimento nacional. Exemplo desta argumentação pode ser verificado no último fragmento da crônica intitulada “A Nossa Língua Portuguesa”, de 1997:

Sem dúvida! Gosto desta língua que me permitiu ler no original as deliciosas prosas de Eça de Queirós ou Jorge Amado, entender e apreciar o “vem cá!” e nunca me impediu de sentir e afirmar a minha identidade de homem cabo-verdiano. (ALMEIDA, 1997)

Na esteira de declarações dessa ordem, Almeida apresenta a língua portuguesa como instrumento de aproximação entre obras literárias escritas em diversos países, mas não consegue fazer uma ligação coesa entre o uso do português e sua identidade cabo-verdiana. Tal ponderação pode sugerir, também, uma oposição entre as línguas, bem como a hierarquização das nacionalidades. Dentre os fatores que podem configurar as identidades nacionais, os aspectos linguísticos representam um dos elementos mais significativos. Neste sentido, a utilização – bem como a valorização – da língua tomada do antigo colonizador é

¹⁴ Contida em reportagem disponibilizada no endereço eletrônico <https://goo.gl/GDeidk>.

uma questão que pode sinalizar alguns indícios de vinculação ideológica, tanto é que esta questão é recorrente em seus pronunciamentos públicos, necessitando da justificativa de que seu sentimento de pertencimento nacional não é alterado ou incoerente com o emprego do português.

Uma das maneiras que o autor utiliza para legitimar sua escolha – porque se trata de uma opção consciente, pelo que se pode compreender a partir das colocações do escritor – pela língua portuguesa é a menção à proposição feita por Amílcar Cabral acerca do português como um legado positivo deixado pelo regime colonial. Tal alegação pretende justificar o emprego da língua portuguesa fundamentando-se na proposição declarada pelo maior símbolo nacionalista de Cabo Verde, em mais de uma ocasião; “Cabral já dizia que a língua portuguesa foi a melhor herança que os portugueses nos deixaram. O Cabral é tão admirado em Cabo Verde, toda a gente fala no Cabral, mas essa coisa elementar que Cabral diz toda a gente esquece.” (ALMEIDA; MONTEZINHO, 2014).

Todavia, nos textos analisados, estas falas atribuídas a Cabral não possuem referências e aparecem, de certa forma, descontextualizadas, suscitando indagações: em qual conjuntura o pioneiro da independência da Guiné e Cabo Verde proferiu essas afirmações? Não seriam essas pontuações adequadas ao momento de unificação nacional e mesmo entre as então colônias sob o desejo de rompimento com o regime colonial? A língua portuguesa deveria prevalecer sobre as línguas regionais mesmo após as independências? Cabral compreendia a língua da ex-metrópole com esse mesmo prestígio/importância descrito por Almeida?

Acerca da atuação editorial de Germano Almeida, compreendo-a como parte integrante de seu projeto político-estético no qual estão envolvidas suas iniciativas enquanto escritor, editor, advogado e parlamentar. Não afirmo, todavia, que o exercício destas atividades siga um roteiro pré-definido, mas sim, que estas funções se relacionam, causando implicações, principalmente, ideológicas entre si. Sua dedicação em abordar temas relacionados ao contexto de Cabo Verde – inclusive ao criar uma empresa editorial regional – demonstra o interesse e a preocupação com as questões de seu país. Tal comprometimento é traduzido no desejo de transformação das realidades – mesmo que seja a partir de suas vinculações político-ideológicas –, como expõe em suas entrevistas, de modo que suas funções enquanto deputado e conselheiro podem materializar (ou não) posicionamentos explicitados nas narrativas e declarações públicas.

Ao auxiliar na fundação de uma revista e de uma editora é possível perceber que os interesses de Germano Almeida se amplificam no âmbito do fazer literário. Estas iniciativas também sinalizam sobre os critérios de vinculação e modos de projetar seus escritos, vez que,

como pontua o autor, não colaborou com a revista *Raízes* por seu caráter “investigativo”, nem publicou pelo Instituto do Livro e do Disco em Cabo Verde pela demora e burocracia envolvidas. Provavelmente, a motivação destes empreendimentos editoriais não necessariamente se relaciona às questões financeiras, pois, como afirma o escritor, os projetos literários são pouco lucrativos dentro da conjuntura cabo-verdiana¹⁵, sendo sua principal fonte de renda o trabalho na advocacia, conforme declara: “Nos próximos tempos vou me dedicar mais à advocacia do que à escrita, porque a escrita dá muito prazer mas não dá dinheiro. Infelizmente, um gajo tem que comer.” (ALMEIDA; FORTES, 2015).

No terreno da auto-gestão de suas publicações dentro e fora do país, torna-se imperioso observar o controle que o escritor exerce acerca dos conteúdos que são exportados através de traduções e edições em empresas estrangeiras e dos temas que são restringidos à circulação local, como é o caso da publicação somente em território cabo-verdiano de *A Morte do Meu Poeta* (1998b). Dentre os países que editaram e traduziram as obras de Germano Almeida estão França, Espanha, Itália, Alemanha, Suécia, Holanda, Noruega, Dinamarca, Cuba, EUA, Bulgária e Suíça (ALMEIDA, 2015)¹⁶. É possível notar que nenhum país africano foi arrolado na supracitada listagem, seria isso motivado pelo desinteresse do escritor ou pela limitada produção editorial e circulação de obras literárias entre os países? Em todo caso, o autor solicita, em entrevista¹⁷ na revista *A Semana* na edição de 07 de julho de 2009, um maior intercâmbio entre Cabo Verde e Angola.

Germano Almeida como editor e autor publica na *Ponto e Vírgula* vários textos assinados com os pseudônimos Romualdo Cruz e Filinto Barros. Saliento que não tive acesso a todos os textos da revista, nem tampouco a declarações do escritor acerca das razões que explanassem a não utilização de seu nome social nestas publicações. O único registro que localizei está contido em um perfil na antologia *Tchuba na desert*, no qual o editor Francisco Fontes (2006, p. 24) pontua que o uso desses nomes serviu para não associar suas atividades enquanto escritor a suas funções de magistrado.

Como outras possibilidades analíticas para a não publicização de sua autoria, sugiro um certo receio em expor alguns posicionamentos ou ainda uma forma de testar a recepção de

¹⁵ Como exemplo, o autor cita as formas de financiamento da Revista *Ponto & Vírgula*: “Fomos empurrando, pedindo, solicitando E depois havia essa coisa maravilhosa que é a colaboração do povo de São Vicente. Os sócios pagavam uma quota mensal de 100 escudos para de dois em dois meses ter uma revista que, de facto, poderiam comprar por 50. No fundo, os privados, compravam a revista por 50 escudos quando os sócios, que deveriam beneficiar de desconto, compravam a revista por 200 escudos.” (ALMEIDA; FORTES, 2015).

¹⁶ Entrevista e perfil de/com o escritor sem indicação de autoria disponibilizada pelo site cabo-verdiano *Diário Digital* em 15 de maio de 2015.

¹⁷ Declaração do autor concernente à audiência na qual se reuniu com a governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo (<https://goo.gl/ijWA64>).

seus textos. Em seus depoimentos a Manuela Guerreiro (1998) e Teresa Fortes¹⁸ (2015), o escritor demonstra ter segurança quanto ao apreço que as(os) leitoras(es) possuem por suas narrativas. Ainda assim, levanto aqui uma hipótese complementar de ter sido essa uma estratégia editorial de dar a público uma pluralidade de escritoras(es) que beneficiariam o periódico e o cenário nacional para além dos interesses autorais particulares.

De editor, a partir de seu primeiro livro publicado em Cabo Verde, o escritor passa a ser editado no exterior, precisamente em Portugal, por intermédio da pintora Graça Morais, sua sócia na Ilhéu.

Quando publicámos o Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo mandámos dois ou três livros para ela, lá em Portugal. Não conheço muito bem a história, mas creio que Graça Morais deu um exemplar ao José Saramago, que leu, gostou e levou o livro à editora Caminho. A Caminho contactou a Ilhéu Editora, dizendo que estavam interessados em publicar o livro. E, de facto, publicaram. Fui então a Portugal, conhecemo-nos, ficámos amigos e neste momento sou considerado um escritor da Caminho, quando na verdade sou um escritor da Ilhéu Editora. (Ibid)

Mesmo recusando uma caracterização de escritor, boa parte da projeção nacional e internacional que Germano Almeida recebe se deve à sua produção literária. Essa negação da rubrica de “escritor” é justificada por Almeida pela predileção ao termo “contador de histórias” e, segundo ele, tal rejeição ao título ‘mais formal’ não implica esquivar-se de uma responsabilidade supostamente intelectual diante da sociedade:

O problema é o seguinte, a minha forma de escrever tem muito a ver com a minha infância, contador de histórias. Aliás, eu quando digo que sou contador de histórias e não escritor as pessoas pensam ‘Ah é bazofaria, uma forma de se desresponsabilizar’, mas não é verdade. Eu sinto-me um contador de histórias. (ALMEIDA; MONTEZINHO, 2014)

Não obstante, quando é classificado como escritor ou fala sobre seu ofício literário por ocasião de entrevistas, o termo “escritor” é recorrentemente evocado e não recebe rejeições por parte de Almeida. A recusa do autor consistiria na associação entre escritor e intelectual, no que escritores também contam histórias, mas o trabalho da intelectualidade envolve um maior compromisso e impacto dos discursos e seus respectivos posicionamentos? Apesar de dizer que não se esquia de responsabilidade, a maneira com a qual Germano Almeida descreve seu fazer literário, aparentemente limitando-o à narração de “estórias”, pode

¹⁸ “Quando publicámos um livro esperamos sempre que venda muito, porque é sinal de que as pessoas gostam. Na época em que resolvemos que iríamos publicar a edição de um livro era de 300 exemplares. Fomos à gráfica e verificámos que sairia quase pelo mesmo preço fazer o dobro de exemplares. O livro [*O testamento do Sr. Napumoceno*] teve uma aceitação maravilhosa. Como dizem as pessoas foi um corte em aquilo que se escrevia até então em Cabo Verde, porque era um livro divertido.” (ALMEIDA; FORTES, 2015)

acarretar uma leitura de neutralidade, distanciamento ou imparcialidade, aspectos ausentes em seus posicionamentos e na totalidade das narrativas, como defendo nesta tese.

Ainda assim, nota-se uma preocupação do autor tanto na recepção quanto na distribuição de suas produções. Neste sentido, um ponto não fica muito evidente em suas colocações; o interesse em participar da revista *Ponto & Vírgula*, inicialmente, era em decorrência de um projeto unicamente editorial? Do modo como assinala em suas entrevistas, seus textos somente foram publicados devido à ausência de obras de outras(os) autoras(es), mas as suas contribuições seriam divulgadas em algum momento, esperando uma espécie de maturidade, ou foi a falta de material que forçou sua estreia literária? Utilizo o termo “estreia” porque a trajetória literária, ou pelo menos criativa, de Germano Almeida ocorreu aos seus dezesseis anos. Na entrevista ao periódico *A Semana Online*, o autor pontua novamente como se deu o início de seu trabalho enquanto escritor e editor, na qual é possível perceber a atenção que Germano Almeida dispensa às plataformas nas quais seus textos são publicados:

O que despertou em vós, nos anos 80, o desejo de criar uma revista como Ponto & Vírgula?

O Leão Lopes tinha na altura o Alternativa, um espaço onde nos reuníamos no fim da tarde para tomar um chá, beber pontche, comer cuscuz com mel e para conversar. Um dia, numa conversa com o Rui e o Leão, decidimos fundar uma revista. O Leão Lopes é que veio com a ideia do nome: Ponto & Vírgula. Na altura só existia a revista Raízes, com características diferentes e mais virada para a investigação. Pensámos então criar uma coisa mais fresca. Além disso, não se publicava nada em Cabo Verde desde a independência, daí pensávamos que as pessoas estariam com as gavetas cheias. Agendamos uma data para a estreia, mas não tínhamos material. Assim, na falta de outro material, publicámos os meus contos. Curiosamente, foram os escritores mais da geração da Claridade – Baltasar Lopes, Aurélio Gonçalves, Félix Monteiro, Manuel Lopes – que mais colaboraram connosco. Entre os mais jovens, tínhamos o Arménio Vieira e o José Vicente Lopes. (ALMEIDA, FORTES, 2015)

Também é notável a preocupação do escritor quanto à recepção de suas obras ao mencionar que submeteu os originais à apreciação de Ana Cordeiro e Leão Lopes, embora sinalize que emerge uma preocupação estética e política aliada à construção formal dos textos, que de certo modo relativiza julgamentos de inflexibilidade ou intransigência das declarações sobre o processo criativo das suas produções.

Por sua vez, as atuações de Germano Almeida enquanto pessoa pública, de opinião prestigiada pela mídia e pela população, não o impedem de fazer declarações ou observações críticas sobre questões várias – da literatura à economia, a exemplo das privatizações em Cabo Verde –, seja através de suas obras ou em suas entrevistas. Dentre os temas, a sua

relação com o país e o papel do escritor em face da passagem do tempo, que se desdobra em questões relacionadas com o poder de Estado:

Esta equipa governamental parece reunir um certo favor popular, e é uma equipa jovem, chefiada por um primeiro-ministro que parece ser bastante acessível. Mas gostaria de saber a sua opinião?

É gente que tem uma formação muito liberal. Gente que acha que o estado não deve ter nada, que tudo deve ser privatizado. Eu discordo absolutamente desta ideia, e neste aspecto estou muito mais próximo do PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), embora, tenha de acrescentar que o último executivo do PAICV não era muito diferente do MpD que temos. Querendo ou não estes partidos acabaram por reflectir excessivamente a orientação dos seus líderes. O antigo primeiro-ministro, sendo alguém com um discurso à esquerda, a política que seguia era de direita. Ele foi também um grande defensor das privatizações. E a nível dos direitos laborais, os trabalhadores foram muito prejudicados no regime do partido único e esse antecedente está ainda a marcar a actual tendência do PAICV. Temos portanto dois partidos que em muitas questões partilham uma mesma ideologia. (ALMEIDA; PINTO, 2017)

Não obstante, o autor procura se esquivar à pergunta, as críticas direccionadas ao regime de partido único, representado pelo governo do PAICV, estão explicitamente declaradas nos livros *O Meu Poeta* (1992a) e *A Morte do Meu Poeta* (1998b). O próprio Germano Almeida reconhece isso e afirma que alguns dos personagens são inspirados em personalidades da época, embora não nomeie a quem se refere. Neste sentido, torna-se ainda mais possível discernir a associação entre os ideais colocados nas narrativas e as atuações político-partidárias assumidas por Almeida, principalmente se *A Morte do Meu Poeta* (1998b) for lida como uma perspectiva de decepção/frustração diante do modelo pluripartidário de governabilidade que possibilitou a eleição do MpD. Por isso também não caracterizo a trajetória do intelectual como linearmente pré-estabelecida ou fixa, por entender que o escritor se apresenta como passível a autorrevisões frente a posicionamentos antigos.

É interessante observar seu direcionamento partidário, pelo menos, como antes contrário ao regime de partido único, e posteriormente vinculado ao partido de centro-direita apesar de se colocar contra as privatizações, mas não ser totalmente favorável ao controle integral por parte do Estado. O escritor ainda reivindica a consolidação de elites intelectuais dominantes no país como solução para os problemas dos regimes governamentais e suas lideranças: “A massificação do ensino foi uma das coisas ótimas para Cabo Verde, mas continuo a dizer que é necessário criar elites. Nenhum país funciona sem elites, não tenhamos ilusões. E nessa criação de elites estamos a desperdiçar demasiado tempo” (ALMEIDA; MONTEZINHO, 2014).

Desta maneira, é possível notar que o autor se posiciona criticamente em relação aos governos do PAICV e MpD e, embora tenha colaborado com os dois partidos, não se ausenta em apontar as falhas de seus regimes. Isso demonstra o comprometimento pessoal com os discursos críticos levantados em suas narrativas, pois além de os assumir e não creditá-los somente ao âmbito literário da ficcionalização, também os endossa em suas declarações públicas.

Enquanto pessoa pública, as declarações de Germano Almeida possuem impacto e reverberação que demandam um acuro minimalista no que se refere à seleção das palavras, construção dos argumentos e personalização ou direcionamento das críticas. Em nenhum momento da entrevista a Diogo Pinto nomes foram citados, embora pessoas possam ser identificadas, e, com relação às privatizações e direitos dos trabalhadores, nenhuma medida específica foi detalhada, observando-se também a tentativa de equilibrar ou relativizar os posicionamentos contrários aos dois partidos, sem sobressair hierarquizações ou julgamentos de valor explícitos.

Sob esta perspectiva, Almeida exerce seu papel enquanto intelectual não somente se colocando ideologicamente, mas também se mobilizando politicamente, até mesmo se incluindo como liderança caso haja necessidade:

Posso reconhecer que posso liderar algumas coisas, mas sempre pontualmente. Imaginemos que é necessário fazer alguma coisa, se não houver mais gente a avançar, ok, eu avanço. Mas, costumo sempre dizer: se houver gente disposta a fazer o que eu tenho de fazer, deixo avançar. (ALMEIDA; MONTEZINHO, 2014)

Entretanto, ressalvo o “distanciamento crítico” pontuado por Edward Said (2005, p. 90) sobre a atuação dos intelectuais, se já é difícil de ser cumprido na contemporaneidade, revela-se inviável no que se refere ao escritor Germano Almeida devido às suas relações com as classes e partidos dominantes em Cabo Verde. Almeida pronuncia-se a esse respeito quanto a potência crítica de sua produção, bem como de outras(os) escritoras(es), no primeiro festival literário Morabeza – Festa do Livro de Cabo Verde, ocorrido em 2017 na cidade da Praia:

E em relação à crítica... Houve quem lembrasse, durante o festival, que o seu exercício está praticamente *arredado* do vosso meio cultural...

Não está completamente arredado, acho é que *ainda não desenvolvemos um espírito crítico*. Podemos ter um espírito criticador, mas não aquele que nos permite ler uma obra, *avaliá-la e criar um juízo fundamentado sobre os méritos ou deméritos dessa obra*. Isto só se consegue quando ganhamos termos de comparação. Houve uma altura em que apareceu uma senhora que começou a fazer *umas críticas literárias*... É verdade que ela o fez com alguma violência... E os autores zangaram-se, protestaram. Ela deixou de fazer. De facto, neste momento *não há entre nós quem escreva sobre os*

livros que vão saindo a identificar os aspectos mais conseguidos e menos conseguidos. (ALMEIDA; PINTO, 2017)

O descompasso entre a pergunta e a resposta parece extrapolar a questão da mera discordância acerca da crítica que lhe estaria sendo atribuída, e se torna pretexto para Almeida fazer a metacrítica cabo-verdiana. O escritor menciona a ausência de uma crítica especializada, com “espírito crítico” que possibilite avaliar uma obra e “criar um juízo fundamentado sobre os méritos e deméritos”. Cabe indagar como seria esse “juízo fundamentado” e se opiniões contrárias seriam aceitas, como sugerido no texto, pejorativa ou ironicamente colocadas como “umas críticas literárias”, gerando reações e protestos. Em outras palavras, se tal ausência se comprova ou se trata de uma falta de leitura analítica que agrade ou interesse à intelectualidade local.

O alegado distanciamento quanto ao meio arguido na entrevista, de fato, não está presente na fortuna crítica do escritor à qual tive acesso, quando nem sequer se apresenta na sua produção textual. Pelo contrário; recorrentemente Germano Almeida é referido como cronista de seu país, no sentido de retratar a cultura, sociedade e história de Cabo Verde – logicamente, sempre com um recorte direcionado por suas leituras, vinculações e vivências. A paisagem e o povo cabo-verdiano – com predominância das classes dominantes – são o cenário e as(os) protagonistas de suas produções. Todavia, o que se pode questionar é o público-alvo de seus textos, vez que nem toda a população das ilhas é letrada ou fluente na língua utilizada nas obras almeidianas, o português.

As preocupações de Almeida com relação à Cabo Verde articulam questões culturais, políticas e econômicas e desdobram-se nos posicionamentos assumidos pelo autor em suas colocações acerca dos vínculos entre Cabo Verde e Portugal, o que também nos fornecem chaves-interpretativas para suas obras:

Em que ponto é que lhe parece que estão as relações entre os cabo-verdianos e os portugueses? Acha que Portugal tem sido pouco activo na definição de estratégias comuns e, nomeadamente, do ponto de vista cultural com as suas ex-colónias?

Nós não podemos esquecer uma coisa, Portugal está na União Europeia, e isto limita muito o horizonte da CPLP... O Brasil, está no Mercosul, Angola e Moçambique, estão nas organizações de lá... De maneira que há muitos interesses contrários, e penso que essas propostas nas quais se ouve falar agora, especificamente no que diz respeito à ausência de vistos, não acredito que isso seja possível. Seja como for, *o nosso parceiro económico mais forte é Portugal*. É evidente que para Cabo Verde Portugal é de uma importância crucial. Vocês consideram Portugal um país pobre, mas comparado com Cabo Verde é um país rico. Não tenhamos dúvidas sobre isto. Tomáramos nós ser pobres como Portugal. Mas também não podemos exigir muito mais de Portugal, que *já ajuda bastante* Cabo Verde. No período de governação

do PSD- CDS, e devido a austeridade, as ajudas diminuiram. Parece-me que agora estão a ser retomadas. Agora, a relação do cabo-verdiano com Portugal é uma relação ambígua. Tenho uma amiga portuguesa que costuma dizer que a relação que temos com Portugal é terrível, que a única coisa de que o cabo-verdiano sabe falar é mal de Portugal, mas depois constata-se que há uma *grande ligação, uma relação profunda, como entre pais e filhos*. (ALMEIDA; PINTO, 2017, grifos meus)

Apesar de abordar prioritária e predominantemente os aspectos econômicos, Almeida termina sua fala afirmando que a relação entre Cabo Verde e Portugal é uma “grande ligação, uma relação profunda, como entre pais e filhos”. Primeiro assinala a dependência financeira, depois descreve o vínculo entre países como da ordem da rede de parentesco e afetos “entre pais e filhos”. Ocorre-me indagar se tal resposta estaria associada ao fato de o periódico responsável pela entrevista ser português. No entanto, mesmo em depoimentos locais o posicionamento do escritor não destoava da fala mencionada. Na crônica “Uma forma de identidade africana” (1998), a aproximação entre Portugal é reivindicada, embora seja sobreposta pela identidade cabo-verdiana. Avançando nas considerações do segundo capítulo, evidencia-se que a afirmação sumária de uma identidade nacional para Cabo Verde torna-se uma questão central quase essencialista nas produções almeidianas, que não rompem com o modelo claridoso de valorização do legado português em detrimento dos aspectos negro-africanos em cena.

A partir destas reflexões a que se somam problematizações acerca das abordagens cômicas de aspectos relacionados a classe, raça e gênero analiso as narrativas *O Meu Poeta* (1992a) e *A Morte do Meu Poeta* (1998b) buscando compreender como estas obras se encaixam no projeto político-estético construído pelo autor, com ênfase na sugestão de um modelo de identidade nacional proposto por Germano Almeida para a(o) sujeita(o) cabo-verdiana(o) com base em generalizações de comportamento e modos de ser.

4.2 “TODO CABOVERDEANO É POETA”... ANÁLISE DE *O MEU POETA* (1992a)

Obra celebrada pela crítica e pelo público, *O Meu Poeta* ([1990],1992a) narra a ascensão política e intelectual de um medíocre escritor cabo-verdiano cuja súbita projeção nacional se teria iniciado acidentalmente – se não fosse por estratégia e cálculo – em virtude de um banal fechamento inesperado de um simples bar, apresentado na narrativa como reduto pequeno-burguês, e se torna celebridade cercada de muitos privilégios e poucos amigos, como

poeta, embaixador e deputado, a ponto de ser alçado à condição de pseudo líder da oposição. A partir da indignação das(os) frequentadoras(es) do estabelecimento ironicamente denominado como “Retiro Fechado”, o personagem sem nome próprio designado como Meu Poeta e caracterizado como “típico parasita de revoluções”, nas palavras de Ana Cordeiro no prefácio das edições cabo-verdiana (1990) e portuguesa (1992a), se vê – bem como é colocado pelo narrador e conterrâneas(os) – enquanto porta-voz de uma classe média fútil que tem o ápice da mobilização política direcionada para uma manifestação contra o encerramento das atividades desse estabelecimento comercial.

Esse protagonista, juntamente com sua esposa Isba, por questionáveis razões chamada também de Dura, e com o seu Assistente¹⁹ ou Secretário²⁰ que não recebe nome próprio assim como ele, sendo duplamente encarregado pela narração dos acontecimentos, por sua atuação como mediador das tensões ocorridas desde a constatação do encerramento do “Retiro Fechado”, já nas primeiras páginas é aclamado como representante popular para a promoção do pedido de “luto municipal” suscitado na cena. Daí até o desfecho desse primeiro livro, o personagem, que simboliza o oportunismo político e artístico, vivencia vários fatos – de modo premeditado ou não – que alavancam sua carreira partidária, a par da literária, o transformam em uma figura pública de renome entre as ilhas.

Toda essa trajetória é narrada em tom coloquial, e simulando uma conversa²¹ entre seu Assistente e a “Editora” de uma importante casa editorial de Cabo Verde – neste primeiro texto não identificada –, que lhe encomendara um perfil do Poeta, o que sustenta toda a trama ao longo de dezoito capítulos denominados como “episódios” e intitulados por longas sinopses temáticas que se aproximam de epígrafes, bem como de fragmentos indicativos de roteiros, talvez cinematográficos. O riso desde as primeiras páginas se coloca, envolve e atravessa o texto eivado de ironia e crítica.

¹⁹ A utilização das iniciais em maiúsculo para me referir a esses personagens será um recurso para diferenciar a(o) sujeita(o) do substantivo, funcionando como alternativa ao nome próprio que esses não possuem.

²⁰ A designação de “secretário particular” foi oficializada pelo próprio Poeta, recusando outra nomenclatura como conselheiro, “Nomeou-me nesse mesmo dia seu secretário particular e é desde essa altura que uso o título. [...] Conselheiro é o que todo mundo tem, diz ele. Assim prefiro que sejas meu secretário” (1992a, p. 67). O que já sinaliza o grau de subserviência: conselheiro pressuporia uma igualdade, já secretário, e ainda mais particular, indica o servilismo que media a relação entre os dois personagens.

²¹ Por utilizar largamente o discurso indireto, e em especial o discurso indireto livre, os sinais gráficos que indicariam a reprodução de diversas falas dentro do texto, como recurso ao travessão, ou mesmo às aspas duplas, não são utilizados. A presença de outras vozes além do narrador é percebida através da voz narrativa dominante, senão única, encarnada pelo Assistente. Exemplo: “Porque Dura, sempre tão tímida e recatada, nunca falando mais que o necessário naquele dia inventivou o Sr. Damasceno perguntando-lhe, quase aos gritos, mas o senhor não é o dono disto?, e como o Sr. Damasceno acenasse que sim com a cabeça entendi que Dura lhe atirava palavras que me pareceram ásperas e onde julguei perceber expressões como o que você é um abusado, mas se pensa que ainda estamos numa colônia portuguesa está muito enganado [falou Isba], ao que o Sr. Damasceno, sempre sorrindo, respondeu que justamente por estar na sua terra e ser dono daquele lugar é que sabia que não ia haver café. Portanto, concluiu, se quer café regresse às suas matas da Guiné” (1992a, p. 24).

A Editora, que não tem rosto na trama, tem a sua história resgatada pelo Assistente narrador, em termos da sua militância na época das lutas pela independência pelo PAIGC e de uma relação amorosa unilateral que seria mantida em suspenso. A narrativa de Almeida se constrói da justaposição dos relatos sobre a trajetória do Meu Poeta que no enredo farão parte de uma coleção de livros intitulada “Os Melhores Filhos do Nosso Povo” – designação ironicamente pomposa –, que teria como proposta divulgar grandes momentos da vida daquela personalidade pública supostamente célebre. A comicidade desdobra-se com o recurso sistemático a uma metalinguagem que se apresenta também desde a “orelha” da primeira edição do livro em Cabo Verde, cuja descrição da obra segue o mesmo estilo e abordagem utilizada pelo Assistente em sua narração:

Perfil e percurso literário-político do Meu Poeta desde o 25 de Abril de 1974 até ser nomeado embaixador pela segunda vez. Tendo abandonado o curso de Direito para vir participar na grande mobilização popular contra o colonialismo, acabaria entretanto por descobrir a sua tardia mas nem por isso menos pujante veia poética, o que lhe mereceu autonomear-se embaixador da poesia caboverdeana. Galardoado com o prémio Claridade e pouco depois condecorado com a Grande Medalha do Mérito Literário, recusou uma equivalência a licenciado em Direito, dizendo que preferia antes ser nomeado combatente da liberdade da pátria. O seu imenso prestígio como poeta-deputado esteve na origem da sua aclamação, quase por unanimidade, como presidente da Comissão de Luto Municipal aquando do abusivo encerramento, por falta de pagamento de rendas, do mais célebre bar da cidade do Mindelo «Retiro Fechado», mas teve infelizmente que abandonar a luta nas mãos do amigo Sousa com quem aliás tinha tido uma ligeira escaramuça, envolvendo mesmo alguns palavrões menos próprios da sua figura, apenas, porém, no educativo intuito de o forçar a um maior respeito pela desprezada intelectualidade nacional. De regresso de uma felizmente breve passagem por uma Pasárgada de grogue, foi por sua esposa Dura levado a ter uma manifestação da Juventude na Rua de Lisboa, tendo ali produzido o mais belo discurso da sua carreira, o que lhe valeu ser levado à casa às cavalitas [montado nos ombros] pelos manifestantes. Mas para não ficar com uma vida inteira apenas a cantar vitórias, a natureza concentrou-lhe na cabeça de cima todas as suas faculdades conceptivas, deixando-lhe desse modo para sempre maninho [infértil], pelo que toda a sua grandeza se extinguirá com ele. Publicou diversos livros de poesia de cariz ferozmente telúrico, mas a sua obra prima foi sem dúvida a conhecidíssima e famosíssima Ode à Baía das Gatas, que está na origem do festival do mesmo nome. Por enquanto ainda vive. (ALMEIDA, 1990)

Ao pontuar que o Poeta se auto-intitulou “embaixador da poesia caboverdeana”, a apresentação do livro já sinaliza para o caráter do personagem em sua pretensão e arrivismo. Outras colocações cômicas também indiciam sua índole e seus artifícios como a preferência por um título/reconhecimento mais ostentoso como “combatente da liberdade da pátria” em detrimento de receber uma qualificação ‘equivalente a licenciado em Direito’, atributo bastante comum e sem tanto prestígio social. Por sinal, qual seria essa “equivalência a

licenciado”? Do modo como está escrito soa como algo depreciativo, muito embora pretensioso.

Seguindo com as pontuações risíveis, a ironia ainda pode ser lida através do uso de palavrões de modo contraditório quanto à impropriedade e praxe, visto ser recorrente por parte do Poeta quando se encontra em ambiente doméstico. É importante destacar também a tentativa de atenuar a falta de decoro e descontrole do personagem alegando que o recurso aos palavrões possuiu “educativo intuito”, ao invés de pontuar a atitude agressiva de confrontar Sousa por uma questão pessoal que também é distorcida em termos pedagógicos e éticos e não para ‘ensiná-lo’ a demonstrar “um maior respeito pela desprezada intelectualidade nacional”. Tal colocação, além de disseminar o insulto, atribuindo-o a uma coletividade, ainda situa o Poeta como integrante dessa mesma classe prestigiada socialmente; possivelmente, uma maneira encontrada pelo Assistente para positivar essa situação desonrosa na carreira do protagonista, mesmo que tenha sido colocada, por ele próprio autor, de forma irônica na síntese da narrativa como insólita voz do narrador.

A expressão “Pasárgada de grogue” se refere ao período no qual o Poeta foi afastado do Mindelo devido ao exercício do cargo de Embaixador. Durante sua estadia no exterior, o personagem segundo o relato de seu Secretário, teria refletido profundamente sobre a geração evasíonista, movimento também conhecido como Pasargadista/Pasargadismo (RISO, 2007; GOMES, Simone, 2006). Utilizando-se da imagem da Pasárgada do poema de Manuel Bandeira, os escritores claridosos recorrem à evasão como solução para fugir das mazelas que assolam as ilhas cabo-verdianas. Todavia, escritores como Onésimo Oliveira, Ovídio Martins e demais integrantes das gerações da Nova Largada, Suplemento Cultural e Certeza promoveram o anti-evasíonismo, recusando-se a emigrar e optando por enfrentar os problemas sociais e políticos de Cabo Verde.

A “Pasárgada de grogue” simbolizaria a busca pessoal do protagonista por valores nacionais tais quais as obras estético-intelectuais da *Claridade*, além do enaltecimento da produção e do consumo de bens materiais típicos do país, como a bebida alcoólica chamada de grogue. Essa irônica terminologia também pode indiciar comicamente que o protagonista estaria passando por um período de intensos hábitos de embriaguez, na qual o entorpecimento seria uma forma de escapar ou evadir-se da realidade, daí a referência à evasão e à Pasárgada. Todavia, numa dupla problematização, essa fase do protagonista também é criticada pelo Assistente, ao lhe chamar a atenção para as implicações políticas da associação com ideologias evasíonistas, enfatizando negativamente os posicionamentos de alienação da intelectualidade diante dos aspectos sócio-políticos:

Se bem reparares, a estória da intelectualidade caboverdeana está recheada de episódios de ida e vinda de Pasárgada, atitude essa que já não pode ser a da geração que dignamente representas. Compara, por exemplo: a geração de Osvaldo Alcântara foi considerada a geração evasioneira por excelência, a geração que foge da luta do seu povo. Não precisas abanar a cabeça, eu não estou a dizer que foi assim. Estou a dizer que foi considerada assim. Depois veio a geração do Ovídio, que grita, mata esfolo, etc., para não ir para Pasárgada. Ora tu és a geração, não da luta mas sim da consolidação, a geração da reconstrução nacional, a geração que alinha sem complexos com os ideais mais nobres do seu povo. O falecido Vasco já dizia que esta geração teria que escolher entre servir o povo e servir o Partido. Ora indo para Pasárgada está a escolher ficar longe de seu povo e melhor servir o Partido porque na Pasárgada falará da lua, do mar, das flores, mas já lá não verá o homem humilhado, o homem sem pão, o homem estupidificado pela miséria. É por isso mesmo que vos querem na Pasárgada porque lá não podeis incomodar. E é por isso que vos mandam para Pasárgada. (ALMEIDA, 1992a, p. 228)

Sempre na tentativa de enquadrar o Poeta como intelectual e pertencente a uma geração, logo, integrante (quase representante) de um grupo com distinção e notoriedade social, o Assistente analisa o perfil e o papel da geração claridosa e da ideologia evasioneira, mas não o faz através das leituras e referências específicas das produções literárias, recorrendo ao personalismo em citar apenas um autor – em seu pseudônimo²² – para embasar sua crítica. Mesmo assim, apresenta seus posicionamentos de forma contundente ao enfatizar a interpretação política do afastamento do povo que a ideologia evasioneira implica.

Apesar de tentar se esquivar de uma afirmação mais direta, “[...] foi considerada a geração evasioneira por excelência, a geração que foge da luta do seu povo. Não precisas abanar a cabeça, eu não estou a dizer que foi assim. Estou a dizer que foi considerada assim”, o Secretário reitera o evasionismo como forma de não se comprometer com os problemas que assolam o povo cabo-verdeano, nem sequer de intervir para promover a resolução destas questões, enfim, uma maneira de alienar-se. Mesmo que, ao tentar distanciar-se “foi considerada assim”, não afirme explicitamente que concorda com essa interpretação relacionada à geração claridosa.

Entretanto, é possível compreender que a crítica da afirmação do Assistente esteja mais direcionada ao regime e ao partido (PAICV) do que, necessariamente, à geração evasioneira/claridosa. Ao relacionar a atitude de alheamento da realidade apregoada pelo evasionismo com “ficar longe do povo para melhor servir o Partido”, a discussão levantada pelo Poeta e pelo Secretário pode ser lida como um subterfúgio para assinalar uma crítica mais pontual à gestão do PAICV, vez que os escritores claridosos e suas produções estão

²² Baltasar Lopes assinava sob o pseudônimo de Osvaldo Alcântara.

inseridos no contexto colonial anterior às lutas pela libertação e à ascensão do partido ao poder. Vincular as obras de temática evasionista contidas na *Claridade* com o governo do PAIGC, e posteriormente PAICV, seria um argumento anacrônico.

Também são significativos o papel e a ação de “incomodar” o poder que o Assistente atribui à figura do intelectual, ao pontuar que “É por isso mesmo que vos querem na Pasárgada porque lá não podeis incomodar”. E esse incômodo é ocasionado quando não se é indiferente às causas do povo, às questões relacionadas a “o homem humilhado, o homem sem pão, o homem estupidificado pela miséria”. O “homem” a que se refere o Assistente, ao invés de designar um gênero e o indivíduo – além de representar a coletividade – se direciona à uma classe, o grupo de baixo poder aquisitivo. Se a reivindicação do Secretário é de aproximação com esses setores da sociedade através da literatura, será que o próprio Germano Almeida reflete isso em suas produções? Ou sua crítica apenas se direciona aos regimes partidários?

Ainda sobre o conteúdo da sinopse da narrativa, no final da descrição está informado “Por enquanto ainda vive.”. Seria este um prenúncio do próximo livro? Ana Cordeiro no prefácio de *O Meu Poeta* (1992a, p. 8-9) afirma que a obra começou a ser escrita em 1984 e teve fragmentos publicados nas edições números 9, 10 e 11 da revista *Ponto & Vírgula* (1983-1987) da qual Germano Almeida foi um dos fundadores. É justamente nesse período que a transição para um regime de vários partidos começa a receber uma maior projeção no cenário político de Cabo Verde, culminando com oficialização do multipartidarismo em 1992. Sobre as motivações para elaboração do livro, o escritor descreve em uma de suas muitas entrevistas:

No seu livro “O Meu Poeta” (1989), o retrato que traça da cultura em Cabo Verde é absolutamente devastador. Primeiro ainda pensamos no livro como um exercício de sátira, e o livro dá para rir, mas às tantas o tom é de tal modo corrosivo... Gostava de saber se, de lá para cá, se sente mais otimista quanto ao desenvolvimento de uma perspectiva mais crítica?

Tem melhorado, sim. Repare: nós vivemos durante demasiado tempo sujeitos a um partido único, e isso tende a criar vícios. Sempre imaginei que um político seria uma espécie de sacerdote, mas é certo que mesmo os padres são muito dados a malandrices. A corrupção tomou conta da sociedade cabo-verdiana. Amílcar Cabral costumava dizer que o pequeno burguês é o único que está em condições de fazer a revolução, mas só fará a revolução a favor dos pobres se cometer um suicídio dentro da sua classe. Não houve esse suicídio enquanto classe, antes pelo contrário: as pessoas que tomaram o poder exerceram-no em seu benefício. “O Meu Poeta” foi uma crítica a esse regime de partido único. Mas se digo que as coisas estão melhores, porque temos hoje um pluripartidarismo, em que as diferentes forças se vão revezando no poder, infelizmente, cada vez que um sucede a

outro repete-lhe os mesmos vícios. Não temos tido, por isso, um nível de melhorias tal que me leve a dizer que mudámos de rumo. Estamos ainda nesse processo. (ALMEIDA; PINTO, 2017)

Em várias partes da narrativa, assim como no fragmento sobre o evasimismo, as críticas ao Partido – no singular e grifado com “P” inicial maiúsculo, para se referir ao PAIGC/PAICV – são bastante incisivas, mas não direcionadas às pessoas envolvidas ou políticas específicas; são as estratégias, as militâncias e, principalmente, ao presumido autoritarismo do regime de partido único que dão o tom de denúncia. Ainda, não fica explícita a qual legenda o “Partido” se refere; se é uma alusão ao regime do PAIGC, exercido até 1980 após ruptura com o setorial bissau-guineense em decorrência do golpe militar de Nino Vieira, ou se é uma referência ao PAICV, vigente no país atualmente. Uma vez que a obra possui ficcionalmente como data de termino dos escritos do Secretário o ano de 1989, adotarei a sigla do PAICV para me referir ao “Partido” citado no livro, sendo o PAIGC evocado quando se tratar de momento histórico específico. Em tempo, pelo modo com o qual é colocado no texto, o partido promove a censura e a perseguição às(aos) suas(seus) opositoras(es), como é assinalado pelo personagem Vasco em longa conversa com o Assistente da qual a seguinte passagem é extraída:

Bem que dizem que és da oposição, disse-lhe [o Assistente]. Por muito menos já viste gente na cadeia. E acho que és mesmo da oposição. Ele [Vasco] deu uma franca gargalhada e levantou os braços fazendo cair o corpo. Aprendeste muita coisa com o teu Poeta, disse-me [Vasco]. Ele aliás pensa que toda oposição ideológica é perniciosa e merece ser destruída. Sem querer, logo me ameaçaste com cadeia. (ALMEIDA, 1992a, p. 193)

Em uma entrevista realizada em 2005 Germano Almeida apresenta uma opinião distinta da que está enunciada em *O Meu Poeta* (1992a):

Quis escrever *O Meu Poeta* como um romance de crítica à sociedade política, o oportunismo que grassava à volta do PAICV. Só que, enquanto *O Testamento do Senhor Napumoceno* é um livro ligeiro, quase de brincadeira, *O Meu Poeta* é um livro muito sério, chato, cansa. Naquela altura, a gente tinha a ideia, que se revelou falsa, de que havia censura. Aliás, a censura está é nas próprias pessoas que são vítimas dela. Então, decidi escrever um livro em que diria tudo porque não deixariam que escrevesse um segundo. E *O Meu Poeta* desmistificou um bocado essa ideia do PAICV como partido único. Nós publicamos a revista *Ponto & Vírgula* e nunca ninguém nos chateou. Pelo contrário, quiseram oferecer-nos papel ou outro material e nós é que recusámos. Publiquei *O Testamento* e *O Meu Poeta* na maior e não houve problema nenhum de censura. Porque nós temos muito a tendência de confundir partido único com totalitarismo, quando de facto são coisas muito diferentes. (ALMEIDA; FORTES, 2005)

O personagem Vasco, que é dado como morto em certa altura da narrativa, é o responsável por boa parte das críticas direcionados ao mandato do PAICV no livro. Sempre

visto como voz dissonante nas conversas sobre política, as análises e os argumentos dele são, na maioria das vezes, bem elaborados e convincentes. Após ter conseguido a simpatia do Assistente do Poeta, seu desaparecimento abriu brechas para várias interpretações, uma delas foi justamente a perseguição política que – aparentemente – sofria.

Vasco é um personagem complexo, ora visto como “macho alfa”, ora lido como gay. Intrigante é o fato de um sujeito ficcional construído positivamente como portador de olhar crítico, racional e politicamente engajado, coerente com suas convicções ser justamente capaz de cometer um crime tão brutal como o estupro, descrito de forma extremamente perversa na narrativa. Tão significativo quanto isso é que a violência cometida não modifica a caracterização positiva do personagem e tampouco é tratada como crime na trama; até mesmo a descrição crua e pormenorizada da crueldade da agressão aparenta ser algo desconexo do resto da história.

Ao assinalar sua autocrítica em relação à denúncia de um suposto autoritarismo do governo do PAICV, Germano Almeida demonstra ser capaz de rever seus posicionamentos, contudo, ao afirmar que “a censura está é nas próprias pessoas que são vítimas dela”, esvazia outras manifestações contrárias à repressão. Havendo ou não cerceamento da liberdade durante o regime de partido único, é de conhecimento geral que em outros contextos esse tipo de governabilidade que sucedeu as lutas pelas independências apresentou-se como controle social, sim. Os exemplos de tolerância que o escritor exhibe são todos a partir de suas experiências, cabendo a indagação sobre os privilégios que os indivíduos de classes dominantes possuem de expressar sua opinião, mesmo em situações de interdições.

Assim, as críticas contidas na narrativa, sejam direcionadas ao regime de partido único, sejam voltadas para a sociedade cabo-verdiana, recorrem à linguagem cômica. Um dos fatores que fundamentam a leitura do riso em seu aspecto político no texto é a construção de personagens como tipos, principalmente os protagonistas – uma estratégia bastante recorrente nas sátiras sociais e farsas, cujas produções mais conhecidas em língua portuguesa são as obras de Gil Vicente (1465-1536) em Portugal e Gregório de Matos (1636-1696) no Brasil. O mote em latim *ridendo castigat mores/castigat ridendo mores*, que em sua tradução portuguesa seria “corrigir os costumes rindo”, geralmente relacionada com as produções vicentinas, representa emblematicamente a função do riso nessas peças.

Sob esse prisma, a tipificação dos personagens principais que não possuem nomes próprios pode ser enquadrada na perspectiva da sátira social. O Poeta como um “parasita”

oportunista, cuja escrita é considerada “obesa” pelo seu próprio Assistente²³ segue as tendências estéticas de maior apreço pelo público e pela crítica, principalmente, ao recorrer a temáticas nacionalistas, também sendo um agente político a favor da situação, de modo a não confrontar os setores de poder – a não ser em ocasiões que o favoreçam, como foi o caso da manifestação dos jovens contra o Partido. O Assistente que também é um parasita, acomodado, que antes de ser sustentado pelo protagonista era dependente financeiramente da tia, um capacho de seu chefe e das mulheres que ama. E a Editora, “ex-revolucionária” vinda da pequena burguesia que lança livros com interesses destacadamente mercadológicos e políticos como a coleção “Os Melhores Filhos de Nossa Terra”. Todos esses tipos são ridicularizados na trama.

A editora Ana Cordeiro assinala no “Prefácio” a utilização do riso no livro: “E é assim, rindo das coisas, que o autor escreve um livro sério sobre a vida social, política e cultural do país pós-independência numa busca da identidade do homem cabo-verdiano, renegando a imagem quase mítica que se tem generalizado” (CORDEIRO; ALMEIDA, 1992a, p. 7). Não se explicita qual seria essa “imagem quase mítica que se tem generalizado” sobre o “homem cabo-verdiano” talvez sendo as pessoas castigadas pela seca e pela fome das quais tratam algumas obras dos claridosos. Porém, é importante atentar para a continuação do texto constitutivo do “Prefácio”:

Encontramos assim todo um painel de tipos da burguesia mindelense, tão reais que nos apaixonam. Tão reais que nos chocam pela crueza de sua linguagem e das suas acções. Tão reais que conseguem manter até o final do livro toda a opacidade e mistério que o «outro» tem sempre para nós. Tão reais, enfim, que tentar encontrar as pessoas que estão na origem dos diversos personagens é um jogo a cuja tentação não conseguimos escapar. E talvez por isso mesmo, avisa o autor que os personagens do livro são uma pura abstracção, composta a partir de uma realidade que são os habitantes da cidade. (Ibid.)

Confirmando a construção das(os) personagens enquanto tipos, e especificando sua procedência enquanto pertencentes ao círculo mindelense, Ana Cordeiro tenta promover um distanciamento, classificando-as(os) como o “outro”, sendo que tanto ela quanto Germano Almeida estão inseridos nesse grupo da elite – embora ela seja de origem portuguesa, de Coimbra, vivendo há mais de 23 anos em Cabo Verde, e Almeida nasceu na ilha de Boa Vista, mas passou boa parte da sua vida em São Vicente. Talvez essa “alteridade” se refira ao público de fora das ilhas... De qualquer modo o próprio escritor afirma essa proximidade entre as(os) personagens e figuras políticas, pessoas conhecidas da sociedade cabo-verdiana e

²³ “Chamava-a [a poesia do Poeta], imagina tu!, de *poesia obesa*.” (ALMEIDA, 1992a, p. 17, grifos meus).

mesmo suas amizades, “Eu tenho um amigo que gosta de um dos personagens de O Meu Poeta e que diz que é ele. Realmente ele está no livro, mas não naquela personagem que ele pensa.” (ALMEIDA; FORTES, 2005).

Acerca do “[...] oportunismo que grassava à volta do PAICV” na citação do livro de Germano Almeida, pode-se compreender o personagem do Poeta como símbolo máximo dessa crítica dentro da narrativa. Em nenhum momento da trama sua profissão é explicitada, a única referência sobre a sua formação é a de que não conseguiu concluir um curso na área de direito. Suas atividades literárias não lhe garantiriam o alto custo de vida que ostenta, tampouco seu trânsito na classe burguesa advindo de uma família sem posses como é o seu caso. Seu passado de restrições financeiras é assinalado quando declara a dificuldade em fazer uma fotobiografia sua, como estava em voga no momento, por não possuir fotos de sua infância.

Assim, sua ascensão social não é uma questão muito evidente no texto, abrindo possibilidades interpretativas de que o exercício nos cargos de deputado e embaixador foram viabilizados por suas alianças dentro do partido, vez que sua falta de capacitação profissional e a pouca qualidade de suas produções literárias, ressaltadas pelo narrador, sinalizem um auxílio externo interferindo na projeção de sua carreira.

Para conseguir este suposto apoio, as atividades do Poeta apresentavam posicionamentos suspeitos, chegando inclusive a ser compreendido como um espião e aliado do governo, como exemplifica o fragmento abaixo que demonstra o incomum interesse em coletar opiniões das pessoas a respeito das questões políticas vigentes:

Lembro-me que quando chegou a nós a notícia do golpe de Estado na Guiné não tivemos um momento de descanso por causa de imensas visitas que ele me obrigou a fazermos a diversas pessoas que eu conhecia das relações com a minha tia, mas fazia questão de eu o apresentar como o poeta meu amigo de futuro promissor para depois sorrir com modéstia, favores de amigo, dizia, eu apenas tento versejar, despolitizar a poesia que de há anos a esta parte deixou-se comprometer com a politiquice, e aproveitava para um propósito em que sarcasticamente lamentava os colegas que tinham andado a entoar loas a unidade Guiné-Cabo Verde, não sei como vão desenrascar-se agora, ironizava, será que vão rasgar todos os poemas em que abençoaram a unidade? Graças a Deus procurei explorar veias mais nossas, mais caboverdeanas... (ALMEIDA, 1992a, p. 38-39)

Tal recurso à ‘despolitização’ como propõe o Poeta se enquadra na crítica que o Assistente atribui ao partido no poder em seu interesse de manter a intelectualidade afastada das questões políticas e sociais do país. É como se o protagonista fosse o porta-voz do PAICV – dentro da visão que a narrativa projeta como sendo a representação do partido – para criar

uma acriticidade nas pessoas com as quais conversa e promover a atitude de acomodação que, segundo o texto, se enquadra na pretensão do regime.

Outros fragmentos da narrativa descrevem o oportunismo do Poeta, que não consegue por iniciativa própria promover sua carreira política, carecendo de intervenção externa, ora através de pessoas, ora por meio de ocasiões que lhe são favoráveis de maneira imprevista, como o caso de encerramento do Retiro Fechado e da manifestação dos jovens:

Por sinal que o despoletar desses acontecimentos [o encerramento do Retiro Fechado e as mobilizações a sua volta] coincidiu com o dia seguinte ao do convite oficial ao Meu Poeta para ser o nosso embaixador e a prova de que ele foi desde sempre um indivíduo predestinado a grandes feitos é o facto de que foi um simples acidente topográfico que nos meteu até à cabeça na questão do Retiro. (p. 21)

A qualificação do Poeta como um “indivíduo predestinado a grandes feitos” indica ironicamente o carácter casual das situações em que o papel de liderança lhe é atribuído; as reivindicações ou mobilizações não são arquitetadas por ele, ainda, segundo afirmação do Assistente, sua presença nesta ocasião possuiu como motivação “um simples acidente”. A possibilidade de realmente tratar-se de coincidências é reforçada pela descrição do protagonista como “parasita” ele não se engaja diretamente nas demandas, apenas tira proveito da visibilidade que uma suposta liderança promove. Na narrativa ele não possui capacidade política para articular essas movimentações; é apresentado como um militante que apenas recebe as ordens superiores e as reproduz em uma atitude subserviente. Dentro do governo sua atuação não recebe muito mérito até a projeção com a participação nas manifestações. Com sua ascensão, quem agencia suas ligações políticas é a sua mulher Isba – cuja atuação, de maneira bastante machista, é compreendida como suspeita, sendo-lhe atribuído o perfil de adúltera.

A não explicitação de sua profissão, bem como a omissão da empresa/instituição na qual trabalha já são indícios de que as atividades exercidas pelo Poeta envolviam sigilo. A coleta das opiniões reforça a leitura do protagonista como espião, além de ser uma maneira de ele próprio sondar o que agrada ou não a população em relação a diversos assuntos, o que lhe possibilitaria usar tais informações em seu próprio benefício.

A suposição do Poeta enquanto espião a serviço do governo, o que justificaria os privilégios e ascensões que possui, é reiterado pela descrição fornecida pelo Assistente:

Só muitos meses depois de conhecer o Meu Poeta é que intuí a sua profissão porque ele nunca a caracterizou perfeitamente e apenas me dizia trabalhar directamente com a Praia. Mas o certo é que era um trabalho que não lhe dava muito que fazer nem lhe exigia horas fixas e assim tivemos muito tempo para passear e conversar. O Meu Poeta foi toda a vida um curioso

incansável e por isso estava constantemente preocupado com a opinião que as pessoas tinham sobre todas as coisas e muitas vezes reparei que ele anotava num pequeno caderninho de que andava sempre munido qualquer comentário que alguém fizesse sobre qualquer assunto de interesse nacional, fosse a favor fosse contra. (p. 38)

A afirmação do Assistente de que a presença do Poeta na ocasião da agitação do encerramento do Retiro Fechado ocorrera graças a um “acidente topográfico” é uma referência ao episódio em que o Poeta, sua esposa Isba e o Secretário estarem por venturosa coincidência se dirigindo para tomar um café quando viram a movimentação e o local sem prestar atendimento aos clientes. Em decorrência da insatisfação do público ao constatar o fechamento do bar sem aviso prévio e sem maiores explicações, um irônico tumulto é formado para ridicularizar uma burguesia que se revolta quando um estabelecimento comercial encerra suas atividades ao invés de se indignar com questões mais urgentes no contexto do país.

No texto não é explicitado o motivo do fechamento do Retiro Fechado, cujo nome já é em si irônico. Tal explicação fica expressa na orelha do livro, justificada pela falta da arrecadação de impostos por parte do lugar, “[...] aquando do abusivo encerramento por falta de pagamento de rendas, do mais célebre bar da cidade do Mindelo «Retiro Fechado» [...]”. A “revolta pequeno-burguesa” e sua indignação seletiva e superficial não se preocupam com as causas que levaram ao fechamento do recinto:

[...] vou-te já adiantando que, acredites ou não, a pura verdade é que até hoje ainda estão por esclarecer as razões que levaram um senhor tão pacato e cordial e cumpridor como o Sr. Damasceno a provocar aquele abalo que foi o encerramento do Retiro Fechado e que por pouco redundava numa revolta pequeno-burguesa. O que se ficou a saber na altura é que ele se tinha limitado a trancar as portas e a passear no passeio em frente de chaves no bolso, indiferente à agonia daqueles que esperavam a graça de um cafezinho. Anos mais tarde e durante um jantar na nossa casa, o Sousa viria a referir reivindicações do Sr. Damasceno acerca do aumento de renda do bar, mas mesmo esse aspecto não ficou de todo esclarecido. Assim acho melhor não entrarmos nesses apartes, o que importa que saibas é que entretanto ia-se formando à porta um grupo de aí umas vinte pessoas e que já se impacientavam com a demora em abrir o bar, que coisa mais esquisita fechar sem avisar, isto é falta de consideração para com os clientes, ao menos podiam ter posto um papel na porta a explicar, essa gente pensa que nós é que precisamos deles quando de facto eles é que precisam de nós, seria bem feito começarmos a tomar café noutro lado etc., [...] (p. 23)

Mesmo sem saber os motivos que propiciaram o encerramento do bar, e aparentemente sem se interessar por essas razões, o grupo de aproximadamente vinte pessoas, conforme aponta o texto, se revolta contra o fechamento do local a ponto de apoiar a ideia de um luto municipal e compor uma comissão para levar este pleito para a Câmara. Embora seja

sinalizado como “célebre bar da cidade do Mindelo” nenhum aspecto que justifique tal classificação é assinalado na narrativa. Do modo como está categorizado, o Retiro Fechado é apenas um lugar onde a burguesia se encontra e o término de suas atividades foi encarado como uma ofensa pela classe dominante que não pode ser contrariada pelas(os) que estão aparentemente a seu serviço, como é sinalizado na última parte da citação colocada acima, “[...] essa gente pensa que nós é que precisamos deles quando de facto eles é que precisam de nós, seria bem feito começarmos a tomar café noutra lado etc.”. Quem seria “essa gente” citada no texto? Além de uma condenação à alienação, o texto aparenta levantar também uma crítica à burguesia mindelense.

Inicialmente quem propôs a ideia de um ato público de pesar pelo Retiro Fechado foi Isba, mas sua proposição era de luto nacional no que, repreendida pelo marido, tornou-se aceite por todos os presentes a ideia da restrição da solenidade ao município. Foi por meio de gestos dúbios de liderança apresentados pelo protagonista que o elevaram ao cargo de presidente da comissão de luto municipal, mas poucos dias antes de participar efetivamente das mobilizações do processo aceitou o convite para exercer o cargo de embaixador.

Durante seus dois mandatos ocupando o cargo de deputado, o Poeta apresentou projetos irrelevantes de modo que sua atuação política efetiva foi quase nula, aspecto descrito comicamente na narrativa:

Por exemplo, quem senão tu se levantou na Assembleia para mostrar as gloriosas tradições carnavalescas deste povo que data desde os tempos mais recuados da história nacional? Quem como tu mereceu tantos aplausos quando pediste aquela salva de palmas para o Secretariado Administrativo de S. Vicente pelos subsídios concedidos aos grupos de carnaval? Tu saís no jornal, já falaste na Rádio, já houve diversos convívios sociais em tua honra e a tua fotografia já esteve por diversas vezes na montra da Casa do Leão. (p. 53)

A partir da descrição de suas intervenções, é possível observar que o Poeta nem sequer elaborou ou ajudou a aprovar projetos de incremento na área de literatura, atuando somente em questões relacionadas ao carnaval. Outros pontos positivos levantados pelo Secretário são superficiais e banais como falas na rádio, declarações no jornal, etc., sem nenhuma ação de resoluções das questões que afligem a população das ilhas, como fome, desemprego, educação, saúde, moradia digna, diminuição das desigualdades sociais, melhoria de vida, dentre outras pautas.

Igualmente desimportante teria sido sua alegada atuação durante a mobilização pela independência e início do regime do PAIGC:

Estiveste comigo no tempo da vigilância revolucionária e foste testemunha das minhas noites ao relento, disse ele, e como eu abanasse a cabeça

concordando e murmurasse estou pronto a testemunhá-lo sob juramento diante de seja lá quem for!, ele acrescentou que não foi só isso, porque havia outras coisas, outras exigências, sem falar na impressão dos panfletos, no acomodar dos camaradas que chegavam... Eu pessoalmente e a pé carreguei sozinho e com as minhas próprias mãos o primeiro almoço que o camarada Luís Cabral comeu no Palácio do Povo aqui em S. Vicente. A pé, imagina tu, do hotel porto grande ao palácio e com a bandeja nas minhas mãos. (p. 54)

A “vigilância revolucionária” citada no texto guarda semelhanças com a atividade de sentinelas que os jovens personagens de *Cinco balas contra a América* (ARAÚJO, 2005) desempenharam na mesma cidade do Mindelo. Tal função tanto no livro de Germano Almeida quanto na obra de Jorge Araújo, aparece como uma das estratégias descabidas do PAIGC em decorrência de uma suposta invasão das forças inimigas da independência. Nas duas narrativas, pode-se perceber que quem executava esta vigília eram militantes do baixo escalão, geralmente em fase de arregimentação e treinamento. De igual modo eram tarefas secundárias a impressão de panfletos e a acomodação “dos camaradas”, embora, na descrição do Poeta, tais incumbências sejam comicamente supervalorizadas, principalmente na ocasião de aproximação com o primeiro presidente da Guiné Bissau, Luís Cabral, também sucessor de seu meio-irmão Amílcar Cabral na liderança do PAIGC, após o assassinato deste último.

Essas risíveis tentativas de se autopromover do Poeta enquanto formas de ridicularizar os artifícios de sujeitos históricos “parasitas” como o protagonista, que não possui grandes méritos dentro do cenário político e recorrem às medíocres participações para afirmarem que integraram e lutaram para a promoção das revoluções. Outras críticas à militância e similaridades com *Cinco Balas contra a América* podem ser verificadas no texto de Almeida:

Aliás, já nessa noite me levou com ele para a vigilância da costa, receava-se a todo o momento uma invasão das ilhas e vigilância era uma das palavras d’ordem do Partido. E enquanto perscrutávamos o mar imenso à procura de navios ou botes inimigos, o Meu Poeta doutrinava-me acerca do Partido, força, luz e guia do nosso povo na Guiné e em Cabo Verde, do Partido formado pelos melhores filhos do nosso povo, encarnação dos supremos ideais dos povos da Guiné e de Cabo Verde, na unidade das duas nações africanas separadas pelo racismo colonial-fascista... Despertei duma breve sonolência para, exultante, gritar ao Meu Poeta que eram justamente as palavras que tu dizias, afinal vocês eram irmanadamente camaradas, mas logo ele me lançou outro balde de água fria atalhando-me que não eram as palavras que importavam mas sim em nome de quem eram proferidas e portanto que forças ou organizações podiam estar por detrás delas. (p. 37)

Essa parte da narrativa aproxima-se do texto de Jorge Araújo, inclusive o tom ironicamente laudatório ao Partido e as discussões ocorridas nos momentos de vigilância da costa. É possível mesmo traçar uma analogia na qual o Poeta e seu Assistente observam perfis semelhantes a Zapata e seu bajulador Aristóteles, inclusive no tipo de conversa que

estabelecem verticalmente e de veneração ao PAIGC, enquanto críticas à subserviência e acriticidade da militância.

Além da exiguidade de sua atuação político-partidária, o narrador de Germano Almeida também descreve de modo cômico a inabilidade do personagem nas atividades intelectuais relacionadas ao papel de escritor, estendendo a crítica aos setores editoriais e ao público-leitor nas ilhas. Uma das primeiras leituras depreciativas suscitadas incide sobre quem escreve seu perfil é o seu assistente pessoal, também narrador do relato, o qual possui vínculos afetivos e econômicos com o Poeta, comprometendo o caráter imparcial do texto de acordo com os cânones mais conservadores. Possível discordância extensiva às(aos) biógrafas(os) e editoras(es) que escrevem/organizam textos sobre escritoras(es) com quem mantêm alguma relação que afeta suas análises/posicionamentos, tornando a produção tendenciosa:

Mas sem dúvida particularmente simpático é o facto de queres abrir a colecção com o perfil do Meu Poeta e teres lembrado da minha humilde pessoa para falar da craveira não só intelectual como também política e humana daquele que é hoje merecidamente considerado o nosso mais prolixo e multifacetado poeta vivo. Ambos sabemos quanto de cultura e outros esclarecimentos me vem proporcionando a sua intimidade e é bem verdade, sem qualquer basofaria, que ninguém melhor do que eu está habilitado para falar da grandeza desse pilar da nossa literatura. (p. 12)

Abrir uma coleção de livros com o perfil de um Poeta, cuja produção poética, segundo o texto, ruim/duvidosa, apresenta-se muito mais como uma escolha político-social do que motivada por questões editoriais ou de apreço aos escritos do protagonista. Escolher para elaborar o texto uma pessoa sustentada e comprometida afetivamente com o biografado também sinaliza o teor parcial que a obra poderá assumir. Entretanto, mesmo sendo dependente financeiramente, o Secretário tece observações que nem sempre são favoráveis ao seu chefe, como a utilização irônica do termo “prolixo” para se referir à sua grande produtividade, mas que também pode ser compreendida como uma depreciação ao classificar sua redação de “obesa”, como ele mesmo reiteradamente a descreve.

Ainda em sua correspondência com a Editora, o Secretário aborda o perigo de escrever algo sem a aprovação de seu chefe, enfatizando seu relacionamento de submissão ao Poeta:

Compreendes decerto as razões óbvias que me levaram a dar-lhe conhecimento da tua pretensão. Suponho saberes que é ele quem me vem garantindo habitação, comida e roupa lavada e pareceu-me pouco correcto, e talvez mesmo perigoso para o meu bem-estar, sem aviso prévio dispor da sua vida e eventualmente da sua intimidade. (Ibid.)

É possível ler a postura crítica como alusão à dependência ou ao mútuo beneficiamento que biógrafas(os) e biografadas(os) mantêm, bem como aos limites éticos que um perfil/biografia deve observar em relação à privacidade das pessoas envolvidas. Nem as produções jornalísticas são poupadas das críticas no livro de Almeida, sendo questionada também a imparcialidade dos jornais em circulação no país, com textos banais e aliados ao governo: “[...] era uma das folhas do Voz di Povo que embrulhava a minha vassoura, jornal oficial muitas vezes obrigado, por dever do ofício, a publicar longos e fastidiosos discursos, mas, talvez para compensar, rigoroso em questões de literatura [...]” (p. 41).

O *Voz di Povo* foi um jornal que circulou em Cabo Verde desde a independência até sua extinção na década de 1990²⁴ e é citado outras vezes ao longo do livro, como na passagem em que recusa as produções que o Poeta submeteria financiando-lhe todos os custos, inclusive do envio, alegando “não reconhecer nas crônicas do Meu Poeta qualquer mérito ou qualidade literária.” (p. 18). Mesmo tendo negado a publicação dos textos do protagonista, postura distinta do suplemento cultural *Voz di Letra*²⁵ (caderno integrante do *Voz di Povo*), que, possivelmente em decorrência da influência financeira e/ou política do personagem, aceitou sua colaboração:

Porque toda esta imensa glória ficou em exclusivo pertencendo à folha literária Voz di Letra, que não se sabe se por premoção ou se apenas graças a uma sorte macaca, desde o seu número zero contou com o Meu Poeta entre os seus mais prolixos e permanentes colaboradores. (p. 18)

Novamente classificando o Poeta como “prolixo”, seu Assistente ironiza a participação do protetor quase patrão no suplemento, creditando tal feito a um pressentimento do futuro sucesso dos escritos ou à uma bizarra “sorte macaca” e não à uma possível compra ou barganha para conseguir esse espaço, vez que a qualidade estética não foi em nenhum momento apontada como razão para a publicação. Em outros momentos do livro, anteriores e posteriores à passagem acima, o Secretário assinala e descreve o quão fraca era a produção literária do protagonista, publicada e positivamente abalizada pelo *Voz di Povo*:

Mas agora a situação era sobretudo desconfortável porque o correspondente do Voz di Povo ilustrava a profunda filosofia poética do Meu Poeta justamente com o poema A Vós, que eu, já de paciência perdida ante os seus exageros, classificara de poema de raro mau gosto, digno apenas de figurar numa futura antologia dos piores poemas escritos em Cabo Verde. É um

²⁴ Segundo *Os media em Cabo Verde* ([20--]), que também assinala a sucessão do *Voz di Povo* pelo periódico *Novo Jornal de Cabo Verde*, posteriormente pelo atual *Horizonte*.

²⁵ De acordo com Manuel Veiga (1998, p. 157), dos dez números que compuseram o *Voz di Letra*, coordenado por Oswaldo Osório e Ondina Ferreira (escritora analisada em seu conto “O Visto” na terceira parte dessa tese) revelaram-se quase todos os poetas da geração de 1980. Foi a partir de uma cisão do Movimento Pró-Cultura – que dinamizava o caderno – que se originou a *Sopinha de Alfabeto*, periódico abordado sobre a crônica de Filinto Elísio Silva.

poema tão curto e tão mau que ainda o sei de cor: Partidos partes da parte /
 Áugures luminosos que / Iluminam as ilhas de / Cabo a rabo / Verdes já
 maduras. (p. 42)

O poema é tão raso de significado e de construção que a risibilidade é explícita, e ainda mais cômica é a avaliação do correspondente em lhe atribuir uma “profunda filosofia poética”. É uma criação verbal desconectada pretendendo-se hermética, mas que traz termos relacionados ao país e ao partido, o que parece lhe conferir um tom nacionalista – como se intenciona ser a produção do personagem. Neste sentido, o Assistente justifica a classificação da poesia como “obesa”:

Depois de mais familiarizado com o Meu Poeta comecei a permitir-me fazer pouco caso da arte e mesmo uma vez, com certa displicência, classifiquei-lhe um poema de obeso. A palavra tinha me ocorrido na altura enquanto lia o que me pareceu apenas um amontoado de palavras e como ele tivesse rido ironicamente, acrescentei com azedume que aliás toda a sua poesia era obesa, demasiado obesa. Precisa de um toque de genialidade para se estilizar e ser, já não digo comestível, mas pelo menos bebível. Assim não passa pela garganta. (p. 38)

O oportunismo atribuído ao desempenho político do Poeta pode ser estendido à sua produção literária. Reconhecidamente problemática, como pontua o Secretário e a reiteração da recusa em publicá-lo no *Voz di Povo*, e mesmo pelo que se percebe nas transcrições que aparecem ao longo do texto, presumo então que a postergada circulação e a recepção positiva de suas obras sejam uma dupla desqualificação: tanto do público, quanto das empresas editoriais e jornalísticas. A honraria em designar um festival municipal com o nome de um de seus poemas, como é o caso de “Ode à Baía das Gatas”, além do prêmio Claridade e a condecoração com a Grande Medalha do Mérito Literário são ironias que ridicularizam as instituições e sujeitos envolvidos com as letras no país por homenagear um poeta farsante como é o caracterizado o protagonista do livro.

Até mesmo o processo criativo é satiricamente, desde os títulos dos capítulos/episódios, chamado como “concepção”, na qual o Poeta entra em transe e é comparado pelo Secretário a situações em que “[...] alguém bebeu de mais ou então está a bordo de um navio. Porque nestas condições, esclareceu, não há nada a fazer senão vomitar.” (p. 58). As analogias entre o momento de elaboração dos textos e outros atos fisiológicos ainda são pontuados por meio de uma risibilidade escatológica com a imagem da diarreia, a “relação sexual bem conseguida”, mostrando momentos em que algo precisa ser expelido do corpo, assim como a ideia precisa ser eliminada da mente dele. O Assistente pormenoriza o transe como uma possessão na qual o corpo do chefe entra em estado catatônico: os braços enrijecem e perdem o controle motor, os olhos não enxergam bem, de modo que precisa andar

tateando até a escrivadinha, não escuta tampouco responde, o rosto se contorce de dor e as palavras são escritas de modo frenético, podendo isso durar horas (p. 58).

Tal caracterização da “concepção” de um poeta em *O Meu Poeta* (1992a) rebaixa o fazer literário embasado em pesquisa, reflexões e técnicas, resumindo a prática da escrita à inspiração acidental de construção aleatória, daí a possibilidade de enquadrar o protagonista como escritor de circunstância se não de criticar a aura do artista enquanto condicionada somente à criatividade espontânea e não fundamentada num esforço de elaboração formal e de conteúdo.

No livro de Germano Almeida também aparece de modo cômico e depreciativo a(o) autora(or) que transita por mais de um gênero literário:

Verifiquei porém que nem só em poesia ele escrevia, pelo contrário metia a sua colherada em todos os demais gêneros literários, razão aliás por que pretende que um dos capítulos das memórias que vamos escrever tenha como título Nenhum Gênero Literário Inventado Me Foi Estranho, como suprema homenagem a estas artes humanas que lhe deram fama, glória e prestígio. (p. 37-38)

Se a mediocridade do Meu Poeta é verificada no gênero pelo qual é admirado, imagina-se então como são as produções em outros formatos textuais. Novamente é demonstrado o oportunismo do Poeta e sua pretensão em publicar indiscriminadamente, tentando ocupar vários espaços, em uma espécie de banalização da escrita. Paradoxalmente, embora aparente não se esforçar para fazer criações significativas, o protagonista, segundo seu Secretário, se preocupa em erigir uma imagem pública consistente:

Mas simplesmente eu tinha recusado ver que todo aquele preparo deveria necessariamente conduzir a algo. Porque quer escrevendo em crioulo, que ele dizia caboverdeano ou língua caboverdeana, quer escrevendo em português, de há muito o Meu Poeta vinha pacientemente construindo uma imagem, burilada sem descanso e que agora apresentara no Clube Náutico tão firme como a âncora de um navio. (p. 42)

A partir de tais palavras é possível compreender que o esforço que o Poeta empreende em seus escritos está muito mais direcionado à sua projeção como figura pública do que por um compromisso como intelectual que reflete sobre o impacto estético-ideológico de sua obra. Ao levantar alguns temas relacionados à identidade nacional e afirmar, por vezes, em crioulo – iniciativa completamente rejeitada por Germano Almeida, como pontua em muitas de suas entrevistas trabalhadas nesta tese – o personagem reconhece o reflexo/influência/recepção que suas produções promovem, embora subestime (irônica e conscientemente, dentro da proposta do livro) a leitura também crítica que seu público efetue sobre o conteúdo e a forma de sua escrita.

Neste sentido, dois aspectos chamam a atenção na afirmação do Assistente: a referência ao crioulo como “cabo-verdeano” ou “língua cabo-verdeana” e o processo de construção paciente e dedicada do Poeta com relação à elaboração de sua imagem pública durante a apresentação no Clube Náutico concretiza nas desde muito planejada e tratada então como estreia de seu projeto político. Acerca do destaque conferido à designação da língua crioula como “cabo-verdeano”, ainda que seja um termo comum para se referir ao crioulo, do modo como está colocada no texto, a expressão adquire um teor de valorização nacional, para diferenciar-se do crioulo falado na Guiné-Bissau.

Já no que concerne à elaboração de sua reputação política, como um trabalho demorado, que envolveu empenho e reflexão, é provável que se trate da priorização da trajetória pública sobre o propriamente dito ofício de escritor, como anteriormente referido, mas que se enquadra num planejamento, em movimento distinto daquele que o caracteriza como oportunista aliado ao acaso. Por mais que tenha contado com a casualidade para alcançar sua grande projeção, nem tudo se pode creditar à “sorte”, no caso da preparação de sua carreira. É interessante ainda a preferência pela “imagem pública”, como algo também da ordem do superficial – e mesmo do efêmero, porque não se sustenta em compromentimentos e trabalho sólido, mas sim em vínculos, favorecimentos e posicionamentos aliados às ordens estabelecidas.

Ainda sobre a valorização dos aspectos relacionados ao país, Germano Almeida ironiza e caricaturiza a preferência popular pela poesia, ao pontuar: “[...] talvez magoado no meu brio nacional, se todo cabo-verdeano é poeta e eu que sou cabo-verdeano nascido e criado porque havia de largar a poesia da mão!” (p. 108). Destaco “caricaturizar” porque, ao generalizar o fazer literário a todas(os) cabo-verdeanas(os), o autor banaliza a capacidade de criação ao reduzi-la à condição essencialista do local de nascimento e criação, como sinaliza ao afirmar “sou cabo-verdeano nascido e criado”. Desse modo, se justificaria um farsante como o Poeta assim se autoproclamar, posto que ele também nasceu e criou-se em Cabo Verde? Hipoteticamente, o que o escritor propõe com tal ironia é criticar a presunção que algumas(ns) indivíduos possuem em reivindicar para si um ofício que proporciona um status social de prestígio, bem como questionar a grande quantidade de poetas das/nas ilhas, cuja literatura é mais conhecida pela poesia do que pela prosa²⁶.

²⁶ Uma forma de aferir esta assimetria é observando-se que os prêmios de maior destaque literário são concedidos a autores de poesia, como o Camões, concedido a Arménio Vieira (que também escreve em prosa, mas recebe maior reconhecimento por suas obras poéticas), José Luis Tavares, tido como um dos mais premiados poetas do arquipélago: recebeu o Prêmio Mário António de Poesia em 2004 pela Fundação Calouste Gulbenkian, o Prêmio Literatura para Todos do Ministério da Educação do Brasil lhe foi outorgado por três anos

O metalivro também traz reflexões sobre o caráter não lucrativo dos empreendimentos editoriais em Cabo Verde ao pontuar que “Seria pois com enlevo e gratidão que tentaria satisfazer os teus leitores porque é com incontido orgulho que vejo uma editora nacional a investir com nobreza numa iniciativa que, *embora tida como pouco lucrativa*, é incontestavelmente meritória.” (p. 12, grifos meus). É interessante um elogio como esse vir de um sócio de editora como é o caso de Germano Almeida. Em outros trechos da narrativa são ironizados os hábitos de leitura de cabo-verdianas(os) que preferem textos mais breves, como os poemas, a ponto de o narrador afirmar que o investimento em obras longas não é rentável porque o público leitor “cansa-se só de olhar um livrinho com mais de 60 páginas” (p. 13).

Ponto isso como ironia porque o próprio escritor publica na editora de sua propriedade seus livros unicamente em prosa com mais de cem páginas e consegue, desde as primeiras obras, um número de vendas expressivo para o contexto local. Por mais que essas quantidades não sejam as ideais para as iniciativas literárias e que Almeida não consiga se sustentar somente com seu trabalho da/na literatura, como assinala em entrevistas, sua situação diante de outras(os) autoras(es) ainda é de relativa estabilidade financeira e pública. Todavia, é oportuno que tais reflexões sejam colocadas em obras de grande circulação, como as produções almeidianas, porque aumentam o raio de alcance dessas demandas.

Na narrativa são discutidas ainda a valorização e celebração da vida pessoal de escritoras(es) e intelectuais, principalmente estrangeiras(os), em detrimento das contribuições críticas/políticas que abordam em suas obras, sendo priorizadas mercadologicamente a narração de suas biografias. A obra de Almeida também demonstra o destaque da imagem em relação à escrita, inserido na lógica da preguiça em ler longos textos, ironizando a recepção local do modismo editorial vinculado a interesses mercadológicos:

Lembro-me, por exemplo, que quando surgiu a moda das fotobiografias, grandes letrados e poetas estrangeiros e outras gentes de certa importância invadindo o nosso mercado em livros de retratos desde a idade dos cueiros até à dos smokings, por um momento pensámos que seria interessante propormos ao Instituto Caboverdeano do Livro uma fotobiografia do Poeta. E de facto, durante muitos dias namorámos com agrado a esta ideia que logo de início pareceu a todos os títulos auspiciosa. Logo na capa, e como singela homenagem à Dura, a fotografia do casamento do Poeta; depois, e disseminados pelo interior do livro, apenas grandes planos: o Poeta de braço dado com S. Ex.^a o Ministro da Cultura no grandioso recital de gala

consecutivos (2008-2010), ganhou o Prêmio de Poesia Cidade de Ourense na Espanha em 2010, em 2006 o Prêmio Jorge Barbosa da Associação de Escritores Cabo Verde, mesma honraria dedicada a Corsino Fortes em 2003. Em 2015, ano de seu falecimento, Fortes foi homenageado com o Grande Prêmio Literário Vida e Obra pela Academia de Letras de Cabo Verde, recebendo além do diploma, a maior quantia em dinheiro atribuído por uma distinção literária no país (500 mil escudos). Outra questão que também pesa é a quantidade de trabalhos acadêmicos dedicados ao estudo da poesia cabo-verdiana, que possui, principalmente nas pesquisas em português, um volume significativo se comparado com as análises da prosa.

comemorativo do seu livro *Canto às Verdanças*, tudo isto devidamente recheado e documentado com os seus melhores poemas e mesmo uma ou outra crónica desta cidade que ele tanto ama. (p. 16)

O interesse financeiro adquirido através da quantidade das vendas torna-se o principal parâmetro para as escolhas editoriais apresentadas no discurso de Germano Almeida através do relato do Assistente. Essa crítica se amplia para o culto à imagem, tão presente na caracterização do Poeta, que também permeia a popularidade da preferência por textos em que predominam figuras e fotos referentes à vida de personalidades, sem com isso estabelecer leituras analíticas acerca dos posicionamentos e realizações que essas mesmas celebridades apresentam em suas trajetórias públicas. Tal colocação pode ser evidenciada no livro pela ostensiva preponderância de fotografias de momentos político-sociais marcantes na vida do protagonista assimetricamente dispostas diante de uma reduzida quantidade de textos escritos de sua autoria.

Sob essa perspectiva, outras estratégias mercadológicas para a lucratividade do projeto de perfil do escritor são colocadas de modo irônico no texto:

Claro que poderíamos criar um sistema de remissões de um livro para outro, com a óbvia vantagem de obrigar as pessoas a adquirirem os dois livros, concluiu sorrindo. De vez em quando ele tem destas atitudes mercenárias e gananciosas que de princípio muito me surpreendiam. (p. 14-15)

No mundo editorial, sistema de “remissões de um livro para outro” e as continuidades proporcionadas pelas séries literárias (e mesmo cinematográficas e televisivas) são recursos cada vez mais recorrentes para estimular o consumo contínuo de produtos ligados a uma dada obra que se mostre rentável. Após várias decisões similares, com o intuito de aumentar a rentabilidade das memórias, a primeira vez que a ganância do chefe assusta o Assistente é justamente pela utilização do expediente mais banalizado atualmente. Ironicamente ou não, Germano Almeida lançou a continuação desse livro, supostamente, se encaixando na crítica a este tipo de tática editorial, embora a circulação com o título de *A Morte do Meu Poeta* (1998b) tenha sido muito mais restrita (editorial ou ideologicamente? Ou os dois?) a do *O Meu Poeta* (1992a).

As discussões sobre mercado editorial e ‘qualidade’ estética das obras são complementadas na narrativa de 1990 com as reflexões sobre o trabalho/perfil da(o) escritora(or) enquanto intelectual. Assim como Germano Almeida recusa o rótulo de “escritor” preferindo o título de “contador de estórias” (conforme assinala em entrevista), o narrador da trama, o Assistente do Poeta também não reivindica tal reputação nem sequer a segunda: “Bem sabes que nenhuma especial habilitação me recomenda à posição de escriba.

Em toda a minha vida nunca publiquei um só conto ou simples novela [...]” (p. 11). Por outro lado, o Secretário afirma que apenas narra os acontecimentos sem neles intervir:

Eu sou um simples escriba, relato as coisas como aconteceram, não meto nisto nem prego nem estopa. Limito-me a contar como foi, não tomo posição nem a favor nem contra. E por outro lado não considero o Meu Poeta capaz de manifestações bairristas, ele que sempre se afirmou deputado pela nação caboverdeana sabendo-se embora eleito pelo círculo de S. Vicente. (p. 32)

Não obstante, nota-se uma contradição ostensiva – irônica? – no discurso do personagem ao dizer que “relata as coisas como aconteceram” sem tomar “posição nem a favor nem contra” e logo em seguida emitir uma posição favorável de legitimação em relação às atitudes do Poeta. Assim, a postura de rejeição do título de escritor em favor do “mero escriba” em face do “contador de estórias” serve ao personagem como uma forma de afirmar uma suposta neutralidade sua dentro da lógica colocada pelo Secretário? Simplesmente relatar “as coisas como aconteceram” exime pois autor e narrador de se posicionarem? Como é possível relatar acontecimentos ou “contar estórias” sem ficcionalizar a partir de seus próprios pressupostos/ideologias?

Se ser um “contador de estórias” presume ser ‘imparcial’ então Almeida não consegue cumprir esse papel, vez que sua narrativa está impregnada de posicionamentos, inclusive refletindo sobre o papel da(o) intelectual enquanto liderança em decorrência da necessidade de uma elite intelectual que lidere as mudanças sociais no país, conforme pontua na entrevista concedida a Jorge Montezinho (2014), reforçada na narrativa de *O Meu Poeta* (1992a), na qual o protagonista assevera: “[...] é muito importante não desbaratar este dom de prender multidões, este país anda ansioso por um grande orador de massas, um tribuno capaz de pôr o povo a seus pés [...]” (p. 31).

Nessa mesma reportagem Almeida se dispõe a atuar enquanto liderança, como aliás já o faz de certo modo, em suas atividades políticas e literárias. Nas produções escritas, com especial ênfase nos dois livros analisados nesta tese, as ponderações sobre a necessidade de textos que se debrucem tanto no que concerne ao atual momento da conjuntura cabo-verdiana, quanto acerca do período da independência são evocadas. Em *O Meu Poeta* (1992a) essa questão é pontuada: “Repara, disse Dura, que passados tantos anos sobre a independência, ainda ninguém se abalançou a tentar traduzir em termos literários esta vivência, esta nova realidade em romances, novelas ou simples contos. Até agora tem sido como se estivéssemos na noite colonial.” (p. 163).

Em entrevista a Jorge Montezinho, mais de vinte anos após a publicação do livro, Germano Almeida reforça a necessidade de produções literárias que abordem o processo de

independência em Cabo Verde, concordando com a observação que lhe é feita: **“Há um fenómeno curioso, porque não há livros sobre o processo revolucionário? Sobre a luta da independência e tudo o que se seguiu? De fato, não há.”** (ALMEIDA; MONTEZINHO, 2014). Todavia, em 2004²⁷, Vera Duarte publica o romance *A candidata*, na qual a escritora fala dos aspectos políticos, sociais e culturais que envolveram o processo das lutas pela independência sob a perspectiva das mulheres. Desconhecimento ou apagamento de uma produção literária de autoria feminina, ainda mais sobre tema tão reivindicado por Almeida?

No que se relaciona ao papel feminino na narrativa de 1990/1992, Ana Cordeiro destaca a dimensão da influência da mulher no desenvolvimento da trama:

Partindo de uma leviana luta pela reabertura do Retiro Fechado, um bar elevado a categoria de instituição municipal, o livro conta a carreira política de um típico parasita de revoluções que, pela força das circunstâncias e da mulher, acaba por se transformar em herói. (CORDEIRO; ALMEIDA, 1992a, p. 8)

Todavia, ao examinar o tipo de poder que Cordeiro atribui à personagem Isba, esposa do Poeta, percebe-se que tal aspecto positivo de interferência e mesmo de protagonização parece se restringir, no âmbito do feminino, a essa única mulher e ainda é construído de maneira dúbia, como discuto mais adiante. Nesse sentido, a editora da Ilhéu também tece críticas à representação das outras mulheres na narrativa:

E é aliás curioso o papel que as mulheres desempenham neste livro. Remetidas à área doméstica como se a vida pública fosse ainda um espaço inteiramente masculino, sem nunca se relacionarem entre si, são elas contudo, através da relação amorosa, o detonador de toda a acção e a via de acesso ao conhecimento possível de todos os outros personagens. Primeiro é a ex-revolucionária e actual editora que, embora não correspondendo á paixão do narrador, o convence a escrever o perfil do Poeta; depois é Isba, mulher do Poeta, que não só lhe constrói a carreira como o força a agir nos momentos decisivos. E por último são as mulheres do Vasco, reais ou imaginárias, que ao tornarem-no consciente das suas contradições e incapacidade de resolvê-las o levam ao suicídio; ou a mulher-obsessão do Jesus, capaz de o conduzir a acções criminosas; ou ainda as mulheres clandestinas do advogado que revelam e acentuam a sua personalidade transigente e por fim acomodada. (Ibid., p. 8)

Apesar de pontuar negativamente a falta de relacionamento²⁸ entre as personagens e da restrição que possuem em transitar somente nos espaços domésticos, Ana Cordeiro propõe uma perspectiva de valorização da presença destas mulheres na trama, conferindo um poder “detonador de toda a acção” mesmo que seja apenas por meio da relação amorosa, como

²⁷ Sua edição brasileira foi publicada em 2012 pela editora mineira Nandyala. Vera Duarte recebeu o Prêmio Sonangol de Literatura (Angola) por esse livro.

²⁸ Além da falta do convívio entre as personagens femininas ainda há a insinuação de disputa, quando Isba chama a Editora de lambisgória na página 241, numa suposta crise de ciúmes.

assinala na descrição das atuações de cada uma. É significativo que mesmo na leitura de Cordeiro, comentando Almeida, até as contravenções sejam creditadas às mulheres, como nos casos de Jesus – amigo do Poeta e do Secretário que apedrejou o carro em que estavam a amante e outro homem, sendo julgado e absolvido – e no caso do suicídio de Vasco, num movimento de culpabilização da figura feminina bastante frequente na história de *O Meu Poeta* (1992a).

Por outro lado, conquanto, uma outra mulher seja apresentada como principal interlocutora da história de Almeida, vez que a trama se desenvolve através da correspondência que o Secretário estabelece com a Editora, esta sua figura será continuamente desacreditada e ridicularizada, em especial pelo Poeta que desqualifica suas ações enquanto ex-revolucionária, bem como nas escolhas que adota na condução da sua empresa editorial, no que é seguido de perto pelo Assistente sob as suas ordens.

Mas por sorte nossa não lhe és de forma alguma estranha e chegou mesmo a perguntar-me com um sorriso irónico se não és aquela maluquinha pregadeira de cartazes de 74 e afastada em 79 por actividade fraccionária. Maluquinha já não será, tive de o corrigir. Hoje ela é uma respeitável proprietária de uma importante casa editora e admito que já nem saiba o que significa a palavra trotskismo. Deves saber que vem prestando relevantes serviços á cultura nacional, ainda há dias esteve presente nos cumprimentos dos intelectuais ao Presidente da República e por isso posso garantir-te que em nada te comprometerá, aliás muito pelo contrário, apareces a abrir a sua colecção. (ALMEIDA, 1992a, p. 12-13)

Mesmo com as tentativas de enaltecimento das qualidades da Editora e de sua influência enquanto intelectual – é a única mulher caracterizada como tal na história –, assinalando seu sucesso frente à empresa e o reconhecimento de sua atuação ao ponto de cumprimentar o presidente, a par da sua amada por anos, o Secretário ainda demonstra opiniões controversas a seu respeito como quando pontua que “admito que [ela] já nem saiba o que significa trotskismo.”. Também é questionável sua parcialidade diante destas colocações, vez que sua paixão não correspondida faça parecer sua apreciação tendenciosa se não creditada à tensão sarcástica da narrativa. Além disso, a voz da personagem não é expressada na narrativa a não ser pela reprodução de sua fala pelo Assistente, numa forma de promover o silenciamento dessa figura.

A tipificação das atividades militantes da Editora é bastante depreciativa, inclusive ao classificá-la como “ex-revolucionária”. Por que identificá-la assim? Ao ter sido afastada do Partido, ela se afastou da luta? Atuar como editora, dentro da lógica pouco rentável assinalada na trama também não é ser revolucionária? – isto sem esquecer as desqualificações ironicamente postas pelo Poeta ao chama-la de “maluquinha”, “pregadeira de cartazes” e

retomadas pelo Secretário que lhe dá ciência à(ao) leitora(or). Tal atuação não seria mais representativa para a promoção dos ideais do que acomodar camaradas e servir o almoço do presidente do Partido? As falas machistas do protagonista em relação à Editora continuam para intermédio do narrador Assistente a seu serviço:

Bem entendido que não pretendo dizer que ele fala da tua pessoa com desdém, mas reparei que não tem em grande conta nem tua inteligência nem a tua capacidade. Lembro-me que uma vez já me tinha falado de ti referindo-te entre aquela matulagem que «mandávamos colar cartazes porque não tinham cabeça para mais nada» e ainda a propósito disso permitiu-se citar-te entre os esquerdistas pequeno-burgueses de fachada socialista. (p. 15-16)

Na narrativa não são expostos os motivos que levaram ou permitem o Poeta contestar a inteligência ou a capacidade da Editora. Pelo contrário, a personagem é apresentada como intelectual bem-sucedida num empreendimento pouco rentável como uma empresa editorial. Em tempo, também são questionáveis as depreciações que o protagonista dirige à personagem: se ambos serviram ao mesmo Partido e (teoricamente) possuíam o mesmo interesse em derrubar o regime colonial por que então tanta rejeição pelas ações da “camarada”?

Ainda dentro dos estigmas imputados gratuitamente, a crítica à classe da “ex-revolucionária” é reforçada posteriormente em dois momentos. Primeiro pelo próprio Secretário, “Tinhas-me parecido tão cândida e tão doce, falavas com tanta convicção sobre a terra a quem trabalha, tu filha de um vasto proprietário, e de cada um conforme a sua necessidade [...]” (p. 36) e depois pelo Poeta: “Será talvez uma rebelada pequeno-burguesa que devia brincar com bonecas ou então a lavar fraldas, objectou ele e admirei o sarcasmo das suas palavras, o modo brejeiro como falava de ti sem te conhecer, tu que eu pensava seres dele uma espécie de companheira d’armas.” (p. 37). Novamente a militância da Editora é questionada sob a perspectiva de sua classe, como se pertencer à burguesia esvaziasse sua capacidade de indignar-se e se mobilizar para efetuar a mudança, até mesmo porque o colonialismo afetava toda a população cabo-verdiana, embora de maneiras distintas. Outra forma de desmerecer o engajamento da personagem está relacionada a uma tática machista de limitar o campo de atuação feminino aos espaços domésticos, ao afirmar que, ao invés de estar na luta, deveria “brincar com bonecas ou então a lavar fraldas”, numa concepção também de infantilização e restrição às tarefas maternas.

Tais observações desrespeitosas são direcionadas à Editora responsável pela publicação do perfil do Poeta dentro de uma coleção de vulto, portanto não se trata de uma inimiga ou de um desafeto do personagem. O que justificaria então tamanho ultraje? Seria a

presumida noção de superioridade masculina que permite esse tipo de comportamento? No sentido desta suposta supremacia, o protagonista também estende comentários machistas em relação à produção literária feminina em Cabo Verde:

Mulher é fraco²⁹ nessas coisas, disse. Já reparaste que não temos nenhuma grande poetisa nacional, nenhuma mulher a quem podemos chamar e dizer vai representar o país? Mesmo a tua amiga preferiu publicar a produzir, o que é sem dúvida um inequívoco reconhecimento de que a arte literária é uma arte essencialmente masculina...

E assim por diante ele já começava a tomar o freio nos dentes com afirmações de tipo bombástico como por exemplo levaremos ainda muitos anos até produzir uma poetisa que valha a pena ser lida ou, no presente, é estulto e nada compensatório gastar uma pessoa anos da sua vida a escrever um livro para depois vender no máximo 300 exemplares a 400\$00 cada um e desse total receber um misérrimo lucro de dez por cento, etc. [...] (p. 13-14)

Para um homem que se beneficia das relações políticas que a esposa estabelece em seu nome, o Meu Poeta é muito desdenhoso das capacidades mobilizadoras e criativas das mulheres. Tal apreciação depreciativa pode ser compreendida dentro de uma cultura machista de silenciamento e esvaziamento das obras estéticas femininas – principalmente através do riso –, presente tanto no contexto de Cabo Verde, quanto no cenário brasileiro. Como já analisado anteriormente e discutido no trabalho de Laura Padilha (2002a), a presença de mulheres em antologias literárias – como meios importantes de divulgação de trabalhos nos âmbitos regionais e locais – sinaliza essa tendência de apagamento, quando não de submissão da escritora a algum vínculo com seu marido ou pai, em um sentido intrinsecamente paternalista.

A despeito de não ter encontrado declarações públicas de Germano Almeida acerca de das produções de escritoras cabo-verdianas, ao longo da narrativa não são assinaladas observações que desmintam ou desconstruam a visão misógina apresentada pelo protagonista.

Outra personagem que é representada de forma controversa na narrativa é Isménia, também conhecida no texto por Isba ou Dura. Na descrição da primeira vez que a viu, o Assistente apenas destaca seus atributos físicos: “Isménia estendeu-me uma mãozinha um tudo-nada reservada, apenas a sombra de um sorriso nos seus lábios carnudos. Boca sabe³⁰ de beijar, pensei ao mesmo tempo que lhe observava os olhos rasgados e salientes, as franjinhas no penteado, o cabelo negro. Pareceu-me alta e magra.” (p. 49). Seu comportamento, ideologias, formação ou qualquer outro aspecto de sua subjetividade são apagadas, fixando apenas a objetificação de seu corpo desde a primeira vista.

²⁹ Expressão em crioulo, conforme assinala a Nota do Editor. Embora não explicita a tradução, fraco, de sentido similar ao termo em português, denota pessoa incapaz, incompetente, ruim, fraca.

³⁰ Palavra em crioulo cuja tradução em português equivale a bom/boa.

Esse tratamento é ainda ampliado pelo apelido que ganha, justificado pela sua bela fisionomia: “[...] e eu, que não tinha gostado dela, pensei que era uma bonita cavalgada, mais digna de um macho como eu que daquele patego do Meu Poeta. Foi desde aquele dia que comecei a tratá-la apenas por Dura, diminutivo que o Meu Poeta sempre considerou sobre todos carinhoso.” (p. 49). Associar uma mulher a um atributo comumente relacionado a cavalos, por mais que se identifique como um suposto elogio à sua beleza, é desabonador das capacidades crítico-cognitivas da personagem, duplamente desumanizada. Além de possibilitar denotações sexuais Isba é associada a uma égua, na qual um macho/homem monta/transa. Não obstante, a personagem seja chamada pelo “diminutivo [...] sobre todos carinhoso” de Dura na maior parte da história, nesta tese a designarei pelo outro apelido com que também é tratada, Isba.

A coisificação de Isba continua na narrativa, como se pode observar no fragmento em que o Secretário declara: “De passagem ficas a conhecer sua laboriosa progressão na arte poética, a feliz aquisição da Dura e também a sua nomeação como embaixador itinerante da cultura caboverdeana.” (p. 35). As representações da mulher limitadas aos atributos físicos, às suas atividades domésticas relacionadas à gerência da casa e outros cuidados familiares, bem como a noção da esposa como propriedade do marido são concepções diretamente relacionadas com as ideologias machistas e patriarcalistas que violentam as mulheres cotidianamente e se presentificam na narrativa de Germano Almeida.

Ainda no sentido da mulher como posse de seu esposo, a vigilância sobre os corpos femininos é exercida por toda a sociedade, como no caso da crítica à não virgindade de Isba:

Tive o prazer de apadrinhar a boda, honra que aliás muito me comoveu, embora de certa forma e sem nenhuma necessidade Dura nos tivesse exposto à chacota pública com a sua mania das flores de laranjeira. Eu mesmo tive o desgosto de ouvir, por exemplo, que só se fosse no ouvido porque lá para os baixos só com ponto do hospital, sem dúvida que aquilo estava mais que aberto, quer de um lado quer do outro... (p. 50)

Seu gesto em casar-se com flores de laranjeira – provavelmente, um símbolo relacionado à pureza no Ocidente e, nessa ótica, só a virgindade pode ser pura – proporcionou indignações arbitrárias que aviltavam sua imagem ao expressar que “[...] [virgem] só se fosse no ouvido porque lá para os baixos só com ponto do hospital, sem dúvida que aquilo estava mais que aberto, quer de um lado quer do outro...”. Tamanha agressividade gratuita justificada apenas pela não-virgindade e, ainda por cima, a reprovação do Assistente pela suposta situação vexatória que o marido e ele – mero padrinho – passaram, em minha leitura, não são apenas irônicas – mesmo que sejam uma forma de riso opressor –, mas antes repetem e

amplificam o controle que a sociedade exerce na repressão do corpo feminino. Nesse sentido, incluir-se junto ao Poeta não necessariamente ou somente representa um ato de solidariedade, empatia direta com o marido ou auto-inclusão no relacionamento; tal postura pode ser lida no sentido de significar uma identificação solidária enquanto gênero, como se a não-virgindade de Isba fosse uma ofensa que se estendesse aos homens em geral.

O Secretário, então, parece ainda associar às acusações de adultério referentes à personagem com atitudes xenófobas por parte da comunidade:

Nunca foi perdoada à Dura ter desembarcado em S. Vicente e logo vencido a grande batalha do matrimónio e por isso tudo tem sido dito no sentido de lançar desdouro sobre a honrada testa do Meu Poeta, sendo mesmo apresentado pelo seu público, que ele tanto ama, como poeta chifrudo e ainda por cima manso. De facto ainda é voz que Dura enfeita o Meu Poeta sem qualquer moderação embora seja certo que eu pessoalmente nunca comprovei qualquer indício a respeito e estou mesmo convencido que essa acusação tem muito a ver com o ciúme nacional que não suporta ver os nossos homens roubados pelas estrangeiras e assim o que se diz é bem feito, era o que ele estava a pedir, com tantas mulheres bonitas na terra onde podia escolher à vontade foi logo apanhar uma retornada se calhar com quilómetros de rodagem... (p. 51)

Ao longo da narrativa não são apresentadas provas que fundamentem as alegações de traições por parte da personagem. Sua representação enquanto mulher simpática, atenciosa e carinhosa pode induzir à leitura machista de que se trata de uma forma de conquistar os homens, em especial o Assistente, que recebe a maior parte dos agrados que ela dispensa. Outra acusação que pesa sobre Isba são suas viagens e reuniões nas quais negocia com políticas(os) e representantes questões relacionadas à carreira do Poeta, a exemplo do que se expõe no fragmento “Dura está outra vez na Praia. Esta coisa de delegado do Governo e S. Nicolau não está a agradar-nos mesmo nada e ela foi ver se é possível algum jeitinho em melhor sentido.” (p. 139). Dentro da lógica (se é que existe lógica em tal perspectiva) do sexismo, a mulher só conseguiria obter favores e benefícios no campo político-social através de relacionamentos sexuais, vez que, a partir deste reducionismo, as habilidades femininas se limitam ao apelo físico e não às suas capacidades cognitivas-diplomáticas. Além desses preconceitos se soma a xenofobia assinalada pelo Secretário, sob o risível rótulo desmacarador de “ciúme nacional”, que recrimina a personagem, desabonando-a, social e moralmente, por ser de outra nacionalidade, e ainda ridiculariza o marido por aparentemente ser conivente com as traições. A perspectiva do bairrismo é intensificada por se tratar de uma africana continental, identidade rejeitada por um nacionalismo cabo-verdiano que reitera seu aspecto de pertencimento à África, como discuto mais à frente.

Diante de tantas hostilidades relacionadas às figuras femininas, o recurso ao silenciamento da mulher é mais um dos aspectos presentes na trama:

[...] Sousa pretendeu ter sido ele o primeiro a ter a ideia do luto nacional, e que só depois, e em concertação com o Meu Poeta, acabou por alinhar ao lado deste em posições mais restritivas. Porém, estou em condições de repor a verdade e manda a justiça que eu aqui definitivamente afirme para que o saiba toda a posteridade que a ideia do luto nacional primeiro que de toda gente partiu da Dura e posso mesmo dizer que as suas palavras foram absolutamente determinantes para quanto se passou depois. [...] mas quem audivelmente deixou escapar a frase em palavras foi a Dura e só Dura e lembro-me ainda de o Vasco ter comentado na hora estar ela a mostrar-se uma digna esposa de um digno marido, após o que levantou a voz para freneticamente apoiar a Dura, embora sempre naquele tom que eu não sabia distinguir se de troça, se de convicção. (p. 28)

É preciso que um homem ateste a veracidade do fato para que uma mulher seja acreditada e reconhecida em suas propostas e feitos? Por que somente a voz do Secretário pode comprovar que a ideia do luto municipal foi de autoria de Isba? E por que Sousa declina da reivindicação da sugestão em favor ou consideração ao Poeta, quando a responsabilidade/autoria é da esposa? E para parabenizá-la ainda a reduz afirmando se tratar de “uma digna esposa de um digno marido”. O lugar de protagonismo e da intelectualidade foram negados a ela devido aos processos de silenciamento e apagamento de sua contribuição para a solução do problema que envolvia o encerramento do Retiro Fechado.

Por outro lado, como forma de atenuar o amordaçamento da personagem, lhe atribuem uma suposta tática de coerção por meio da dissimulação na qual consegue estabelecer o controle afetivo de seu marido.

Porque enquanto Meu Poeta falava [...], Dura lançava-lhe insistentes e furibundos olhares e por um momento como que quis abrir a boca para o interromper. Porém, vendo que ele nem a olhava nem se calava [porque estava sendo contrário à sua proposição do luto nacional], aproximou-se do Meu Poeta e abraçou-o pela cintura. Só quando ouvi o Meu Poeta gemer baixinho reparei nas longas unhas da Dura cavadas nas suas costelas, embora sobre a camisa. (p. 30)

Uma vez que não consegue se fazer ser ouvida – como se fosse culpa da mulher o processo de invisibilização e da recusa na escuta –, é preciso apelar para a agressão excessiva de modo a conseguir algum êxito, como na passagem em tela. Além de não permitir que Isba expressasse sua opinião devido à sua discordância, bem como para não ceder o lugar de prestígio/protagonização e mesmo o direito à fala, o Poeta ainda a ignora sem ao menos ouvir seus argumentos ou negociar modificações no pleito pelo luto nacional. Conforme a figuração de uma mulher descontrolada que não admite ser contrariada, a única maneira de ser respeitada é através de um aparente carinho que dissimula uma violência.

Duas outras passagens do texto reforçam a leitura dos posicionamentos machistas assumidos pela narrativa. Uma delas é a descrição da frivolidade feminina diante da conversa dos homens sobre política, em que as diferenças exteriores e conflitos avultam:

Mas assim como as outras mulheres se chateiam com a conversa que eles estão a ter, tu também deves estar-te a chatear-te com a minha. Aliás Mimi mostra o seu enfado interrompendo Vasco para perguntar que horas são. E aproveita para admirar e mostrar em voz alta a sua admiração pelo relógio da Adriana que ela acha muito bonito e quer saber onde foi comprado e se foi caro. Adriana responde que o marido mandou da Holanda, Mimi diz-lhe que aquele tipo é doido por ti e pergunta quando ele vem. Adriana prefere que ele fique por lá onde está, só vem para chatear, quando ele está cá não tenho ordem de ir para lado nenhum e Mimi concorda que os homens são todos uns chatos. (p. 137)

Tal passagem do livro não possui conexão com a trama, tampouco as personagens femininas aparecem anterior ou posteriormente na narrativa. Essa situação, em minha perspectiva, é construída não somente para ilustrar a futilidade e o oportunismo de ordem capitalista das mulheres diante de assuntos relacionados à política, mas sim para debochar da insatisfação feminina frente ao controle e dominação masculina. Também não encaro essa caracterização como ironia – embora também se trate de um riso de opressão – porque ela não é questionada, ridicularizada ou desconstruída. Não ser lida como recurso irônico não esvazia o teor risível da colocação, tampouco o torna menos político/ideológico, pelo contrário; é uma forma cômica de endossar os processos de subalternização, posto que estas caracterizações não são contestadas no decorrer da obra.

Esse fragmento é usado para aliviar a tensão provocada por uma conversa acerca da validade da independência e outros aspectos relacionados à nacionalidade cabo-verdiana. De modo que, para tirar o foco dessas questões, se satirizam as mulheres presentes na ocasião caracterizando-as como alienadas das importantes reflexões e polêmicas sobre a conjuntura do país, por quanto os seus maiores entusiasmos são os bens de alto-custo que recebem de seus companheiros, que reduziram o relacionamento afetivo aos interesses materialistas.

A outra citação do texto em que a figura feminina possui uma representação problemática é a descrição do estupro que Vasco cometeu contra Elsa relatado longamente (quase uma página inteira) na narrativa de forma cruel e desnecessária, em pequeno fragmento transcrito abaixo:

Vasco diz que lhe pegou por um braço, torceu ligeiramente e fez com que ela caísse sobre ele. O que é isso, espantou-se Elsa, mas ele não respondeu. Um desejo violento e urgente se apossara dele e respondia como um animal que agarra a presa e sabe que a tem segura e que pode à vontade brincar com sua angústia. (p. 149)

Na narrativa de Germano Almeida, a par do controle sobre o corpo e virgindade, bem como dos processos de silenciamento e apagamento, as ideias do domínio do homem sobre a mulher se estendem à submissão sexual, diante da qual o estupro, além de não ser classificado como crime, não cabendo nenhuma repreensão ao personagem, ainda é justificado pelo fato de Elsa se relacionar com outros homens. Trata-se de um movimento de culpabilização da vítima pela violência que lhe foi imposta. A descrição pormenorizada e sádica da agressão é gratuita, não se relaciona com nenhuma outra parte da trama, apenas serve para exemplificar o poder que o homem exerce de controle não apenas social e/ou afetivo, mas também físico sobre o corpo da mulher.

É o relato de uma humilhação: a punição modelar da mulher que permitiu a outro homem possuir o que o personagem Vasco compreendia como sendo sua propriedade. Interessante pontuar também que essa passagem é a única no livro que narra uma relação sexual, todavia, se o intuito era proporcionar uma experiência estética erótica, acredito que, em uma leitura crítica, pode causar o efeito de repulsa e indignação.

Retornando à xenofobia apresentada pelos comentários desonrosos direcionados a Isba por sua nacionalidade bissau-guineense, em outros momentos do texto esse sentimento/posicionamento contrário ao país continental (e mesmo a outros países e identidades africanas) é colocado, não somente em termos depreciativos quanto à possível etnia, mas também sobre a legitimidade da união entre Cabo Verde e Guiné-Bissau ocorrida nos tempos de luta pela libertação nacionais que propugnava os dois países sob uma mesma administração do PAIGC. No fragmento em que assinala:

[...] aproveitava para um a-propósito em que sarcasticamente lamentava os colegas que tinham andado a entoar loas à Unidade Guiné-Cabo Verde, não sei como vão desenrascar-se agora, ironizava, será que vão rasgar todos os poemas em que abençoaram a unidade? Graças a Deus que nunca me senti nesse filão, felizmente que sempre procurei explorar veias mais nossas, mais caboverdeanas... (p. 38-39)

Não se evidenciam ao longo do livro os motivos pelos quais a unidade entre os dois países é negativa, tampouco as implicações desfavoráveis promovidas que essa ligação gerou para Cabo Verde e o mesmo personagem que se vangloriava por ter “servido o almoço” a Luís Cabral, primeiro governante da Guiné-Bissau, agora recusa e ridiculariza tanto a união quanto suas(seus) apoiadoras(es). Destaco também a estratégia recorrente de se enaltecer a cultura/identidade cabo-verdiana através da desvalorização dos aspectos relacionados com o nacionalismo bissau-guineense e de outros países africanos, como na história de Isba e em

outros momentos, nos quais ela se torna alvo de discriminação fundadada em sua procedência:

[...] mas se pensa que ainda estamos numa colónia portuguesa está muito enganado [falou Isba], ao que o Sr. Damasceno, sempre sorrindo, respondeu que justamente por estar na sua terra e ser dono daquele lugar é que sabia que não ia haver café. Portanto, concluiu, se quer café regresse às suas matas da Guiné. (p. 24)

Ao afirmar que está “na sua terra” e que Isba deveria retornar “às suas matas da Guiné”, o dono do Retiro Fechado, Sr. Damasceno, reproduz falas/posicionamentos típicos de atitudes xenofóbicas nas quais se menospreza a(o) estrangeira(o) por acreditar que essa pessoa não pode ter os mesmos direitos civis que as(os) nativas(os) do lugar. E além de mandar a personagem regressar ao seu país ainda utiliza a expressão depreciativa “matas da Guiné”, em um sentido recorrentemente utilizado que caracteriza o local apenas por suas florestas, numa acepção de ‘selvagem’ que não foi modificada pela ‘civilização’. É relevante pontuar também que o único momento em que o proprietário do recinto se subleva agressivamente – mesmo diante de vários insultos declarados pela aglomeração indignada com o fechamento do estabelecimento – é justamente contra uma mulher, ainda por cima emigrada.

Diante das ofensas direcionadas à sua esposa, o Meu Poeta não se manifesta ou se indigna sendo a descrição da cena realizada pelo narrador que: “Até agora o Meu Poeta tinha-se conservado sempre calado, como que sopesando a situação, e mesmo quando o Sr. Damasceno, ignorante de que por lei toda a gente da Guiné é cidadão originário de Cabo Verde, se permitira devolver Dura às suas origens, ele considerara oportuno [não] intervir. [...]” (p. 26). A única contestação apresentada – e mesmo assim não expressamente compartilhada – é a atribuição pelo Assistente de ignorância do antagonista Damasceno, acompanhada da alegação histórica de concessão de cidadania cabo-verdiana às(aos) bissau-guineenses, o que implica ainda sugerir que a agressão lançada sobre Isba se justificaria caso se tratasse de uma pessoa de outro país. Da forma como a questão histórica da união e separação de Cabo Verde e Guiné é tratada no livro fica-se com a sinalização de uma crítica irônica aos personagens e à própria situação. A ambiguidade, se não a ambivalência, prevalece no texto.

Na narrativa de *O Meu Poeta* (1992a) é possível perceber que observações e posicionamentos acerca da negação de culturas externas se direcionam quase que restritamente à África, por meio da recusa e/ou do apagamento dos componentes negro-africanos que constituem a(s) cultura(s) cabo-verdiana(s). Tal leitura pode ser exemplarmente ilustrada:

Ora como o Meu Poeta detesta malagueta, logo ao entrar na cozinha onde comemos começamos a fungar. Permitiu-se uma vez perguntar-me se não era possível evitar mas, logo ofendido pela insinuação, retorqui amuado se o que ele pretende é que eu produza uma obra coxa, manca, ou se, em última análise, o que ele quer é que eu renegue o nosso nacionalismo, o sentimento profundo de nossa africanidade que, em sublime resumo, se caracteriza pelo nosso amor às especiarias. (p. 165-166)

Reduzir o aspecto africano presente na composição da cultura cabo-verdiana ao apreço pelas iguarias poderia ter um efeito que reproduz comicamente o discurso colonial de modo a problematizá-lo. Todavia, não há uma transgressão de tal ordem, ou nem sequer, o questionamento e desconstrução das ideologias eurocêntricas e ocidentalizantes, as quais presumem que na África não houve civilização capaz de deixar legados intelectuais ou tecnologicamente avançados, apenas as heranças relacionadas ao extrativismo, escravização e culturas exóticas. Essa concepção colonizada é endossada pelo próprio autor como o assinala na passagem de uma de suas crônicas intitulada “Uma forma de identidade africana”:

[...] a activa conversão da maior parte da nossa jovem intelectualidade à condição de africanos, e por isso, muito às pressas, tivemos que aprender que também fazíamos parte dos condenados da terra, que igualmente pertencíamos à grande massa humana meio gente meio besta chamada de «indígena», como ensinava um livro qualquer, embora fosse certo, para nosso grande desgosto intelectual, que as tropelias descritas quer em Chora Terra Bem-Amada quer em O Filho Nativo nada tivessem a ver com a nossa realidade de ilhéus perdidos no Atlântico.

De modo que essa «pertença africana» configurou-se sobretudo como um tremendo esforço de solidariedade para com desconhecidos irmãos de sofrimento, a simples situação de colonizados obrigava-nos a estar sempre e em todos os tempos ao lado dos oprimidos do mundo inteiro, muito embora fosse verdade que o colonizador em Cabo Verde estivesse representado quase exclusivamente por funcionários cabo-verdianos. (ALMEIDA, 1998a, p. 2)

Uma das formas de consolidação e valorização da cultura de Cabo Verde se sustenta no estabelecimento da diferença entre as(os) cabo-verdianas(os), as(os) portuguesas(es) e as(os) africanas(os) continentais, respectivamente. Está em cena, como pontuam Gabriel Fernandes (2000, 2002) e José Carlos dos Anjos (2006), a construção de uma identidade estratégica, posto que reconhece de modo restrito as contribuições africanas, valoriza os legados portugueses-europeus, mas superpõe a identidade nacional, alegando que mesmo durante o regime colonial quem sempre deteve o comando do país foram os próprios nativos³¹.

³¹ Coloco o gênero masculino de modo restrito porque até pouco depois da independência as mulheres não exerciam cargos de comando no governo do país.

Também preconiza José Carlos dos Anjos (2006, p. 83) que a concepção de uma superioridade, traduzida em termos identitários de uma “cabo-verdianidade”, remete aos escritores claridosos³², os quais, segundo o sociólogo, estavam associados ao Estado Novo salazarista em Portugal, de modo que a ideia de um regime de cooperação no qual Cabo Verde figurava como distinto dos outros países sob o jugo colonialista português, apresentando uma autonomia administrativa, era uma estratégia para controlar rebeliões entre a população e ainda aparentar acatar as novas determinações da ONU que previam o fim da colonização. Para tal empreendimento, a ex-metrópole arregimentou intelectuais cabo-verdianos e estrangeiros para propagar a imagem de um colonizador generoso e pacífico que, diferentemente das outras potências colonialistas, era capaz de se misturar com os dominados, dentro da perspectiva do lusotropicalismo, inclusive, evocada na narrativa de Almeida, na qualidade de palestra realizada inserida na trama, forma por excelência de reiteração:

E bem sabes que nem sequer é difícil, mesmo a falar, pôr-se uma expressão entre aspas como há poucos dias aprendemos naquela palestra sobre lusotropicalismo. Basta levantar cada mão junto de cada orelha, espetar dois dedinhos e abaná-los junto à cabeça como se fossem quatro corninhos móveis. (ALMEIDA, 1992a, p. 20)

A teoria lusotropicalista, cujo principal estudioso foi Gilberto Freyre, apregoou uma suposta harmonia entre as raças de modo a enaltecer o alegado antirracismo miscigenador português. Ao referi-la ao lado de uma banal forma de marcar citações na oralidade, o escritor parece suscitar o caso de ironia desdobrável, em sendo mais uma ocorrência de aproximação de conhecimentos inúteis, por ventura não seja uma forma ambígua de imiscuir a anuência ao lusotropicalismo em um texto seu. Ainda, pelo que se pode depreender a partir do fragmento acima, a concepção freyreana parece tornar-se motivo dúbio de derrisão, ao ser pontuada logo após exemplificação de modo nomeadamente brasileiro de assinalar ironia, em paralelo à indicação de autoria através do uso das aspas.

Dentro das ideias de valorização da identidade nacional cabo-verdiana, é importante frisar que *O Meu Poeta* (1992a), sua continuidade *A Morte do Meu Poeta* (1998b) e várias outras obras de Germano Almeida possuem Cabo Verde e sua conjuntura como cenário e tema, sendo possível conceber tais empreendimentos literários como integrantes de um projeto político de reflexão e enaltecimento dos componentes identitários do país. Sendo produtiva a análise crítica tanto de suas declarações públicas, a exemplo no exame de suas entrevistas, quanto nas descrições e apreciações que o escritor tece em seus textos literários e de opinião.

³² Principalmente ao escritor Baltasar Lopes, a quem Germano Almeida declara sua admiração.

Sob esta perspectiva, o fragmento abaixo possibilita uma interpretação paradigmática do que Almeida pontua acerca de seu sentimento de pertencimento à cultura das ilhas: “Não há nada que compense o meu orgulho quando puxo do meu passaporte e me apresento caboverdeano, dizia. Porque sinto-me gente, sinto-me seguro porque vou a casa do vizinho, mas com à-vontade porque sei que tenho a minha própria casa.” (p. 172). Nota-se uma preocupação do escritor em afirmar, engrandecer e diferenciar sua identidade tanto em relação aos portugueses quanto aos africanos do continente e mesmo aos estadunidenses, como expressa em declarações e textos a exemplo de sua crônica “Cabo Verde é o centro do mundo” (1998a) na qual ficcionaliza a criação divina do mundo e das ilhas e aborda o apreço e as especificidades que o arquipélago possui. Ao declarar em suas entrevistas que fala português na maior parte de sua vida social e que escreve unicamente nesta língua, o escritor sempre endossa que tal aspecto não reduz sua identificação nacional com Cabo Verde.

No que se refere ainda aos apagamentos dos componentes negro-africanos no livro, observa-se que os fenótipos dos personagens não são apresentados, apenas algumas descrições físicas, como no caso de Isba e do Poeta (p. 44), mas o pertencimento étnico-racial não é explicitado. Entretanto, na única passagem de todo o livro a qual se refere ao branco esse é associado ao estrangeiro/europeu de modo extremamente positivo: “O branco que inventou o gin tónico merecia uma estátua porque esta bebida é de facto nobre e é um dever bebê-la bem.” (p. 121).

As discussões sobre classe também perpassam a narrativa, na qual são expressas, principalmente, críticas à superficialidade da burguesia e a falta de consciência do povo, como é referida a classe com menor poder aquisitivo na trama. Tal diferenciação também indicam um contraste entre esses dois grupos. É como se a burguesia não fosse parte integrante do povo, de modo que, nesse caso, o termo “povo” não se enquadrasse na palavra correlata “população”, passando a designar unicamente a camada em situação de vulnerabilidade social e econômica. Ainda mais, a leitura desses aspectos enquanto opositores sugere a interpretação da classe média como consciente, porém indiferente, em relação aos problemas do país, já as classes operárias seriam ‘incapazes’ de dimensionar ou compreender tal conjuntura.

Verifico ainda a relevância com a qual essa questão do prestígio social de classe é representada por ser um dos aspectos levantados pelo narrador, o Secretário, como critério para eleger o início da história do Poeta: o começo de sua carreira política como embaixador.

Assim acho preferível começarmos a contar-lhes apenas partir de sua nomeação como embaixador. É a partir dali que ele começa a ser mais uma estrela do nosso firmamento, mas com uma luz que correu o risco de ofuscar as mais brilhantes e por isso deixaremos no esquecimento dos deuses toda a

época em que ele não era ainda o Nosso Poeta, era apenas mais um chato rimador de palavras, e em que eu, Deus me perdoe!, não acreditava nem na sua pessoa nem na sua poesia. (p. 17)

Somente com a “nomeação como embaixador” que sua história é digna de ser narrada, o que se passou antes disso não é interessante, deve ser deixado no “esquecimento dos deuses”. Assim, não importa sua trajetória, formação educacional, familiar e cultural, apenas o título/cargo de nobreza que exerce. O recorte narrativo torna-se assim emblemático: o surgimento do “Nosso Poeta” coincide com a “nomeação como embaixador”.

No entanto, alguns indícios sobre o passado do protagonista são fornecidos, especialmente no momento em que se fala das condições econômicas de sua família.

Mas ai de nós! Bem depressa tivemos que desistir deste grandioso projecto porque, conforme me confidenciou na altura o Meu Poeta, a sua vida fotográfica só teve início após os seus vinte e cinco anos e mesmo assim graças à Revolução. Diversas vezes chegou mesmo a lamentar a crueldade de um destino particularmente injusto que o fizera nascer no seio de uma família tão desvalida que nem uma máquina fotográfica tinha podido possuir. Ora, argumentava com lógica mas também com tristeza, não podemos fazer uma fotobiografia em que eu apareço nascendo aos vinte e cinco anos. (p. 16-17)

O fragmento acima pontua que somente após a revolução/independência a situação financeira e social do Poeta apresenta melhorias. Não aparecem na trama outros vestígios que falem da família ou de como o protagonista conseguiu ascender socialmente através da atuação no Partido, somente essa associação que liga o início de sua militância aos vinte e cinco anos e o incremento de sua renda. Mesmo na continuidade da história, através do segundo livro, o relacionamento com sua família não é discutido. O que fica em destaque então é que o personagem conseguiu sair de um ambiente familiar de poucas posses e, por meio do Partido/Independência, alçou-se até a burguesia e posteriormente à elite política e intelectual.

Um dos aspectos que evidencia a importância da reflexão sobre o pertencimento/cultura das classes é que o principal lugar a partir do qual o enredo começa a se desenvolver, o “Retiro Fechado”, ser descrito como um ambiente burguês, como se assinala no excerto: “[...] aquele inqualificável acto que deixou toda uma classe social sem tomar o seu café depois do almoço.” (p. 69), no qual é especificado por meio da afirmação: “Porque quem é afinal o Sr. Damasceno para mandar assim desandar o pessoal, no fundo a nata da pequena burguesia do Mindelo [...]” (p. 25). O nome do estabelecimento também sinaliza uma conotação enquanto local restrito, direcionado e utilizado exclusivamente pelas altas camadas sociais.

Esse bar e café, como se pode depreender a partir da leitura do texto, é frequentado por essa camada da sociedade que é frequentemente problematizada/ironizada na narrativa, sendo a sua revolta com o fechamento do estabelecimento uma das maiores críticas da trama: a importância que a classe média/alta conferem a um ponto comercial/privado. É a indignação com o encerramento de um bem particular que promove uma reivindicação pública em prol de um luto municipal. De modo sarcástico, as discussões que rondam o luto não se colocam sobre a validade ou não desse tipo de homenagem, mas sim se o alcance deve ser municipal ou que envolva todo o país, utilizando argumentos que questionam os limites dos símbolos locais, regionais e nacionais (p. 28-29). O debate e a elaboração do projeto de luto municipal ocorreu em outro bar, ironicamente, também frequentado pelos setores privilegiados e dessa vez com nome estrangeiro, “Pimm’s”.

Acerca das(os) frequentadoras(es) do Retiro, em um de seus relatos, o Secretário pontua:

Todos os presentes, melhor ainda, todos os utentes do Retiro Fechado tinham sido duplamente humilhados. Primeiro a afronta do Retiro Fechado a cadeado; e agora comandados a desandar como se em vez de pequenos burgueses da cidade não passassem de simples trolhas pagos à jorna. (p. 25)

Esse fragmento explicita ainda mais os contrastes entre as classes, sendo que tal comparação é depreciativa em relação aos “simples trolhas pagos à jorna”, que são o equivalente aos trabalhadores diaristas no contexto brasileiro. Ao questionar a autoridade do dono do bar em mandar que o público exasperado evacuasse a área, a afirmação posta acima sinaliza tal atitude como representativa de uma humilhação que só seria justificada caso as(os) ofendidas(os) fossem integrantes do proletariado. Ora, tal colocação ao utilizar o recurso irônico pode apresentar duas acepções: a indicação de que a burguesia/elite não pode ser contrariada nem receber ordens a par de outra concepção, que entenderia se tratar de uma naturalização da opressão na qual a classe trabalhadora é que está acostumada a exercer o papel de subordinação. Nenhuma das duas hipóteses se anula entre si, cabendo inclusive um sentido de complementação entre elas.

Não obstante, uma leitura acerca da subordinação do povo como resultado de sua falta de consciência política pode ser encontrada no fragmento abaixo:

[...] o nosso povo tem ainda, e vai ter por muitos e longos anos, como sua principal preocupação a barriga: saber como obter ou como garantir o almoço de amanhã. [...] E sendo um povo politicamente ignorante, as ideias de superioridade, como seja, por exemplo, a ideia de independência, não estavam de modo nenhum nas suas preocupações. [...] Assim o Partido, quando chega ao país encarnando estas ideias [independência, igualdade, socialismo], está a encarnar e assumir as próprias aspirações do povo

coitado. E é por isso que na mesma medida em que a generalidade da pequena burguesia é contra o Partido, a generalidade do povo humilde é a favor do Partido porque o povo intuitivamente conhece e sabe quem são os seus tiranos e sabe e conhece as suas necessidades e sabe quem não as satisfaz. (p. 189)

De acordo com o que esse tipo de compreensão apregoa acerca da ausência de capacidade crítica para entender aspectos relacionados à política, o povo cabo-verdiano precisa ter um(a) mediador(a), alguém que seja capaz de fazer a interlocução entre os seus interesses e as instâncias de poder, já que sua habilidade no que concerne aos domínios políticos é direcionada para suas necessidades mais urgentes, como a alimentação, como explicita Germano Almeida em “o nosso povo tem ainda, e vai ter por muitos e longos anos, como sua principal preocupação a barriga: saber como obter ou como garantir o almoço de amanhã”. Tal posicionamento pressupõe que quem possui a privação dos bens básicos não é capaz de ter postura crítica, pensando e agindo “intuitivamente”, ainda conforme a citação, “a generalidade do povo humilde é a favor do Partido porque o povo intuitivamente conhece e sabe quem são os seus tiranos e sabe e conhece as suas necessidades e sabe quem não as satisfaz.”, assinalando uma conjectura na qual supõe que o “povo humilde” tem necessidades distintas das outras classes, porque às outras camadas são garantidos os direitos básicos.

Seguindo este raciocínio, o conflito de interesses entre a “pequena burguesia” (pequena burguesia seria o mesmo que elite?) e o “povo” ao qual a narrativa se refere está relacionado com a adesão ou não ao Partido (PAIGC)? Ao atender as necessidades do “povo coitado” o governo estaria promovendo medidas populistas para agradar somente esta camada? Ainda mais, se não fosse o regime indagações neste sentido destacam os contornos classistas que os posicionamentos expressados na citação acima indicam, e que a reivindicação feita pelo próprio escritor acerca da necessidade de criação de uma elite (intelectual ou não) que exerça o papel de liderança no país, como declara em depoimento (ALMEIDA; MONTEZINHO, 2014), também reforça minha leitura.

Sob esta perspectiva, considero prolífico o cotejo entre os posicionamentos declarados por Germano Almeida em suas entrevistas e os fragmentos destacados e analisados, posto que algumas colocações coincidem com as concepções expressadas na narrativa. Como exemplo destaco a declaração conferida a Diogo Pinto (2017) na qual o escritor assevera que

A corrupção tomou conta da sociedade cabo-verdiana. Amílcar Cabral costumava dizer que o pequeno burguês é o único que está em condições de fazer a revolução, mas só fará a revolução a favor dos pobres se cometer um suicídio dentro da sua classe. Não houve esse suicídio enquanto classe, antes pelo contrário: as pessoas que tomaram o poder exerceram-no em seu

benefício. “O Meu Poeta” foi uma crítica a esse regime de partido único. (ALMEIDA; PINTO, 2017)

Tais ponderações coincidem e são complementadas pelo excerto da narrativa na qual o narrador assinala:

[...] o Meu Poeta demonstrava que, tal como preconizara Cabral, a nossa pequena burguesia que ascendera ao poder após a independência se suicidara como classe com interesses específicos para levar a cabo uma política de massas, de poder às massas, com a participação popular como elemento motor de toda a política e desenvolvimento económico nacional, etc. Vasco, sorrindo irónico, respondeu que caso o Poeta tivesse razão dever-se-ia então admitir esse suicídio como um suicídio ideal, simbólico, apenas em espírito, porque na prática o que se via era um aburguesamento constante e um cada vez maior afastamento dos dirigentes dos problemas concretos do povo que eles tinham assumido encarnar. [...] acabando finalmente por concluir que mais importante que fazer citações é cada um extraí-las da sua própria realidade porque em Cabo Verde determinados conceitos como burguês e pequeno-burguês e proletariado e campesinato têm que ser analisados e reavaliados à luz do meio em que vivemos e não dos livros que acriticamente consumimos. (ALMEIDA, 1992a, p. 110-11)

É possível notar na citação da narrativa uma espécie de metaironia, ou ainda a explicitação da ironia, na qual o Poeta afirma satiricamente que o Partido teria promovido a “política de massas”, enquanto Vasco, com posicionamento semelhante ao expresso por Almeida, evidencia – através do sorriso irônico descrito no texto – que, se o protagonista tivesse razão, tal constatação estaria no plano do simbólico, do ideal, distante do que efetivamente ocorreu. Outra questão a pontuar é: a quais “livros que acriticamente consumimos” a narrativa se refere? Aos estudos marxistas/socialistas que abordam os conflitos entre classes? Quais seriam as distinções a considerar entre as classes assinaladas nessas publicações e as que se inserem no contexto cabo-verdiano?

De acordo com as poucas figurações contidas na trama, as camadas sociais apresentadas aproximam-se das caracterizações contidas nas teorias mencionadas acima. Mas, considerando que as especificidades de cada contexto existam, isso elimina os conflitos advindos das lutas pela ascensão/poder? A partir das afirmações contidas no enredo, os mecanismos de opressão são bastante semelhantes aos analisados por Marx e demais pesquisadoras(es) e, como sinaliza a narrativa, com a manutenção das elites no poder, que se pode confirmar através da projeção que o Poeta alcança e seu total menosprezo pelas questões relacionadas ao bem-estar da população de baixa renda. Por esta razão adquire destaque o predomínio das vozes narrativas e das demandas estarem todas relacionadas aos pleitos burgueses.

4.3 “OS OUTROS DÃO GOLPE DE ESTADO PELAS ARMAS? ENTÃO O CABOVERDEANO DÁ GOLPE DE ESTADO ELEITORAL”: ANÁLISE DE *A MORTE DO MEU POETA* (1998b)

Na trama da segunda obra, o Secretário narra de modo não linear para sua, agora, namorada Editora, os caminhos que o Meu Poeta percorreu desde a tomada de decisão acerca de sua candidatura à presidência até seu fatídico falecimento vitimado pelo ataque de tubarão. É possível notar um aumento na linguagem hiperbólica utilizada no texto: a morte brutal do protagonista e as suspeitas risíveis de uma sabotagem com direito a um tubarão teleguiado; a vitória eleitoral conquistada através da diferença de três votos para o candidato derrotado; as promessas absurdas da campanha como cirurgias plásticas para as mulheres de cinco em cinco anos, importação de homens estrangeiros para as solteiras, matérias escolares sem provas, períodos específicos para as crianças serem castigadas pelos pais, o dia passar a ter 36 horas, dentre várias outras medidas disparatadas, supérfluas e, muitas vezes, antiéticas. A própria personalidade e posicionamentos do Poeta apresentam modificações, ideais fascistas e radicais são demonstradas (embora isso não ocorra em pronunciamentos públicos, apenas em conversas com seu Assistente), de forma distinta e distanciada da faceta que caracterizava o personagem como situacionista e acrítico em *O Meu Poeta* (1992a).

Diferentemente do que ocorre no primeiro livro – uma obra constantemente evocada em suas entrevistas –, *A Morte do Meu Poeta* (1998b) não costuma ser discutida nas declarações de seu escritor Germano Almeida. Outro aspecto também intrigante é a não publicação dessa obra pela editora portuguesa Caminho, responsável pela distribuição externa das produções almeidianas.

Levanto aqui a hipótese de que se trata de uma narrativa direcionada e restrita à conjuntura cabo-verdiana, com eventuais leitoras(es) estrangeiras(os) que tiveram acesso à edição publicada pela Ilhéu, mais provavelmente, por decisão do autor do que por algum tipo de recusa de editoras externas, dentre as quais a Caminho. Até porque a circulação desse texto no próprio país ficou comprometida tanto pela edição e comercialização reduzidas efetuadas pela editora local, da qual o escritor é um dos sócios o que facilitaria trânsitos, quanto pela pequena tiragem posta à venda.

Enquanto em *O Meu Poeta* (1992a) a crítica predominante recai no regime de partido único efetuado do mandato das siglas PAIGC/PAICV, numa postura de ridicularização mais direcionada para a instituição do que com seus integrantes, a tônica presente em *A Morte do*

Meu Poeta (1998b) promove o movimento contrário ao caricaturar as estratégias, posicionamentos e ídolos das pessoas que aspiram aos cargos de comando. Um dos indícios que possibilitam essa análise é a mudança do protagonista Poeta, cujo oportunismo (presente de maneira acentuada nos dois livros) o tornava árduo defensor da legenda e, posteriormente, com o advento do pluripartidarismo, líder da “Oposição Unida” que ganhou as eleições.

Sob essa perspectiva, percebo que a crítica na segunda narrativa está mais pulverizada, menos direcionada e restrita ao PAIGC/PAICV, mesmo que ainda possua posicionamentos contrários aos expedientes que os novos partidos oposicionistas lançaram mão para ascender ao poder, aproximando-se dos mecanismos de corrupção e demagogia que ocorriam no regime anterior. Ainda assim, esse livro, em semelhança ao primeiro, se relaciona com o contexto político de Cabo Verde, como assevera Germano Almeida em uma espécie de aviso contido na contracapa da obra:

As pessoas que aparecem neste livro foram devidamente caricaturadas de forma a torná-las o mais possível irreconhecíveis. Se, porém, esse esforço de distorção de alguma maneira as fez parecidas com figuras políticas da nossa praça, é culpa desta realidade que insiste em desafiar a ficção. GA. (ALMEIDA, 1998b, grifos do autor)

Embora eu não consiga identificar quem são as “figuras políticas” referidas pelo escritor, considero prolífica a análise das(os) personagens da narrativa enquanto tipos, em uma leitura semelhante à efetuada no tópico anterior, primeiramente devido à permanência do protagonista e seus coadjuvantes na trama exercendo os mesmos papéis com algumas modificações. E, em segundo lugar, porque algumas posturas e ideologias apresentadas no livro também podem ser encontradas em “figuras políticas” no atual cenário político brasileiro, e creio ainda que se enquadrem em outros contextos, principalmente em momentos de retrocesso, como ocorre contemporaneamente nos Estados Unidos, por exemplo.

As mudanças no comportamento e ideais do Poeta são, de certa maneira, justificadas na narrativa. A postura de subserviência em relação ao Partido estaria mais relacionada ao seu projeto de ascensão do que a uma obediência cega ao que a instituição representava. Em uma de suas observações, o Secretário postula:

As ambições políticas do Meu Poeta foram desde sempre muito desenvolvidas. Creio que muito cedo ele teve uma nítida percepção de que tinha um importante papel histórico a desempenhar em Cabo Verde e estou convencido que foi a consciência desse papel que sempre lhe deu forças para suportar toda a casta de humilhações a que foi sujeito durante o regime do partido único, sempre sem nunca levantar a voz, sempre sem nunca discordar de nada, sempre com um, sim camarada! na ponta da língua, porque eu mesmo o ouvi defender por diversas vezes que a única maneira de se alterar o regime político vigente seria pela acção amoliente dos que estavam dentro e nunca pela contestação frontal dos que estavam de fora, porque,

dizia, oposição organizada e capaz dentro do país, só viremos a ter daqui a mais 50 anos. (p. 29-30)

A “ambição política” do protagonista é sublinhada desde o primeiro livro, no qual a dedicação e a determinação com as quais conduzia seu projeto político são destacadas, mas as aspirações do Poeta quanto ao cargo de presidente ainda não eram tão explícitas. A ideia de mudar o Partido “por dentro” parecia mais um subterfúgio para justificar seu desejo de ascender a alguma função de liderança e por isso se prestava a tarefas secundárias, mas o esforço – mesmo que recorrendo à “ação amoliente” – para modificar as políticas praticadas no regime não foi assumido em seu discurso. O próprio Secretário registra sua surpresa quando recebe o anúncio da decisão da candidatura e, posteriormente, afirma que se tratou do maior erro que cometeram. Em seguida, assinala a rotina da campanha eleitoral e denuncia seus gestos demagógicos:

Hoje chego a lamentar não ter sido suficientemente firme na minha oposição a essa loucura, sobretudo porque comecei a imaginar o quanto seria divertido fazer comícios, conceber e colar cartazes, angariar fundos, solicitar apoios, pedir votos de porta em porta, apertar as mãos anônimas e suportar os abraços de todo o gato pingando sujo e a cheirar a suor, prometer coisas que a gente sabe à partida que nunca vai cumprir, andar de caderninho na mão a apontar as necessidades da população... (p. 29)

O Secretário justifica sua adesão inicial à proposta da candidatura por acreditar que a rotina da campanha seria ‘divertida’ e, dentre sua descrição das atividades eleitorais, assinala os hábitos comuns às(aos) candidatas(os) cujo intuito único seria angariar votos e não a preocupação franca com a mudança social e política. Os abraços e apertos de mãos que sinalizam as aproximações físicas e emocionais com a população são negativizados na narrativa por serem realizadas com “todo gato pingando sujo e a cheirar a suor”. Tais gestos vazios e corriqueiros estão inseridos numa espécie de protocolo da demagogia no qual as(os) políticas(os) – geralmente pertencentes às elites e burguesias – visitam bairros populares para ouvir as reivindicações e “prometer coisas que a gente sabe à partida que nunca vai cumprir, andar de caderninho na mão a apontar as necessidades da população...”.

Esse tipo de representação direcionada às(aos) candidatas(os) em épocas de campanhas eleitorais vem inserido em práticas demagógicas para obtenção de votos e é recorrente na narrativa, satirizando tanto as táticas quanto os momentos de constrangimento que envolvem as candidaturas. Essa sátira que explora os tipos e costumes nas eleições também é um recurso comum em produções estéticas que utilizam o riso como forma de crítica política.

Imagens e textos que problematizam comicamente esses integrantes da elite em gestos como abraçar e beijar bebês e crianças, comer ou beber em mercados públicos, andar em vias não-pavimentadas, dentre outros hábitos que apenas são vistos/realizados durante as eleições, são um material³³ muito produtivo para demonstrar a hipocrisia e o distanciamento entre as classes dominantes e a população em situação de vulnerabilidade social.

Em *A Morte do Meu Poeta* (1998b) os momentos de constrangimento são descritos como necessários para as(os) que possuem aspirações aos altos cargos do governo, como no fragmento: “Não pode aspirar a ser um líder político se não se mostrar disposto a participar nesses banhos de multidão, a apertar todas as mãos calorosas e sujas que se lhe estenderem, a suportar todos os abraços cheirando a suor rançoso e todos os beijos com sabor a cebola podre.” (p. 50). Essas observações feitas pelo personagem Vasco – apresentado como um dos personagens mais intelectuais e críticos na narrativa – possuem aspectos relacionados às questões de classe, numa primeira análise porque as “mãos calorosas e sujas”, bem como os “abraços cheirando a suor rançoso e todos os beijos com sabor a cebola podre” são comumente associados às(aos) trabalhadoras(es) que exercem atividades braçais pesadas, por isso a sudorese excessiva, ou ainda pessoas que não têm condições financeiras e estruturais que lhes proporcionem práticas higiênicas constantes. Em segunda leitura, essas caracterizações estão ligadas aos “banhos de multidão” referidos na citação, num sentido que não se emprega, por exemplo, nos jantares ou ocasiões para angariar fundos e votos para a campanha, nos quais os abraços, apertos de mãos e relativas “multidões” também estão presentes, porém as(os) participantes desse outro tipo de evento mais elitistas pertencem às classes financeiramente abastadas, e não seriam caricaturadas(os) como portadoras(es) de “mãos sujas e calorosas”, “abraços suados” e beijos com “cheiro de cebola podre”.

Ainda sobre as ocasiões humilhantes que ocorreram durante a campanha, como os “banhos de multidão”, o Poeta nem sempre teve experiências de boa receptividade – mesmo que descritas de forma a evidenciar a ojeriza que sentia/sente pelas classes trabalhadoras e em situação de pobreza:

[...] o monumental susto que todos nós apanhamos naquele dia em que os nossos desesperados inimigos resolveram apedrejar-nos com fedorentos pedaços de bosta de vaca e outras cacacas de demais bicharada, nem aquela

³³ Como exemplo, no contexto brasileiro, as charges e fotografias que traduzem esses procedimentos tornaram-se comuns em anos eleitorais e demonstram comicamente o incômodo que candidatas(os) apresentam nas ocasiões que comem em estabelecimentos populares. Algumas reportagens de sites humorísticos com fotografias verídicas ilustram essa perspectiva, como pode ser observado nos endereços eletrônicos das páginas *Brasil 247* (<https://goo.gl/6BuCHY>), *Central Político* (<https://goo.gl/Nj2qae>) e *A Gambiarra* (<https://goo.gl/QmGSS6>), dentre outras.

vez que V. Excia. ia caindo do palco abaixo agarrado como foi pela massa louca dos seus apoiantes em fúria. (p.16)

O Poeta também foi submetido às “arruaças dos nossos adversários aos palavrões que ele teve que enfrentar, passando pela urina podre que atiravam por cima de nós em forma de chuva, ao mesmo tempo que gritavam, esta é uma chuva poética...” e também quando “recebeu em pleno peito um pequeno embrulho de caca mole que, com a violência do choque, logo se esparramou pelo seu bubu³⁴” (p. 156). Tais humilhações são colocadas por Vasco como o “preço da conquista do poder” (Ibid.), porém, durante a narrativa, não fica explícito quem cometeu essas escatologias ou ainda a qual(is) grupo(s) era(m) integrante(s), apenas os descrevem como “inimigos”. Também não se explora o motivo dessa oposição ao protagonista, o que – caso se referisse ao povo – demonstraria o caráter crítico de contestação e não apenas o feitio passivo e alienado com os quais o texto costuma descrever a essa camada da população.

Além de buscar maior ‘contato’ com o povo, o Poeta também se aproxima da Igreja Católica, em mais uma de suas estratégias oportunistas:

[...] depois dobrando-se para molhar o polegar direito e fazer o sinal da santa cruz, um hábito que tinha adquirido desde a data em que tinha se posicionado como candidato a ser apoiado pela força da igreja, mas de tal forma a coisa tinha se entranhado nele que até ao sentar-se à mesa ele já se benzia antes de iniciar qualquer refeição, eu e Dura ríamos desse gesto que aos poucos estava virando mecânico mas ele se dizia muito sério, não se riam, não só tenho absoluta necessidade de me treinar como também de me penitenciar de todos esses anos de ateísmo militante, não posso esquecer-me de me benzer quando passo junto de qualquer igreja ou cemitério ou mesmo no Cruzeiro, nunca se sabe quem está a observar, não posso esquecer-me de beijar a mão de nenhum padre... (p. 22)

Germano Almeida ironiza as práticas adquiridas pelo protagonista como forma de sua imagem se vincular à Igreja Católica, abandonando um “ateísmo militante” de anos numa possível alusão à laicidade do PAIGC/PAICV que não professava fé alguma. Apontada na narrativa como uma das entidades decisivas para a conquista das eleições, a obtenção de seu apoio tornou-se imprescindível para o Poeta, de modo que sua adesão religiosa também evidencia a hipocrisia de seus “gestos mecânicos” relacionados ao seu arrivismo, bem como o rompimento com as ideologias apregoadas pelo Partido, falsamente por ele defendidas antes de se tornar opositor. O papel crucial da Igreja durante as eleições fica ainda mais explicitado na seguinte citação:

³⁴ Batas longas usadas com calça por baixo, muitas vezes sem estampa, em regiões como Senegal, Gambia, Costa do Marfim e outros países próximos no Norte da África.

Quem merecer o apoio da igreja tem a sua papinha feita, disse ele, quando o padre acabou a sua homília lembrando aos fiéis que um único candidato se tinha mostrado digno da dignidade presidencial, olhando para o lado direito todos viram que a escolha estava feita, os outros candidatos estavam fritos. (p. 186)

A aprovação pela Igreja em um país de maioria católica pode ser um dos aspectos determinantes para a vitória eleitoral, de modo que, muito provavelmente, como exigência para esse apoio, a contrapartida deve envolver favorecimentos e privilégios, como pressupõe boa parte dos acordos. Daí, talvez, a recusa do Partido em assumir compromissos públicos com essa instituição e garantir sua isonomia entre os grupos religiosos e ateus. Todavia, outra instituição também é apontada na narrativa como fundamental para a campanha: as empresas bancárias.

[...] o Banco mostrava-se disposto a emprestar, da sua parte, disseram, tudo queriam fazer para que, por culpa sua, nenhum candidato ficasse em posição de desvantagem relativamente a outro qualquer, as precisavam que justificássemos o empréstimo com o número de eleitores que iríamos ter, condição para pôr à nossa disposição o dinheiro que estávamos a pedir, e nós dizíamos, como podemos justificar os eleitores que vão votar em nós se ainda não houve votação, então não pode ser nada, dizia o gerente, então só podemos emprestar depois das eleições [...] (p. 187)

Condicionar o financiamento à comprovação de votos recebidos é uma estratégia que permite ao banco saber em qual candidatura investir seu dinheiro e apoio, em um expediente semelhante ao assinalado em relação à Igreja Católica: assegurar o retorno de suas aplicações. No caso dos bancos, especialmente os privados, o convênio com a esfera estatal é bastante vantajoso, posto que leis e fiscalizações podem ser utilizadas em seu benefício, o que nem sempre coincide com os interesses do povo, chegando até a causar ainda mais desigualdades sociais, políticas e, logicamente, econômicas.

No enredo são explicitadas constantemente as práticas e posicionamentos demagógicos do Poeta enquanto candidato, como se pode observar em suas colocações: “Eu falo, as pessoas batem palmas, mas ninguém vai-se lembrar depois de exigir o seu cumprimento.” (p. 126). A conquista de votos como forma de conseguir tornar-se presidente é o único interesse do protagonista e, pelo que é sinalizado em suas declarações e atitudes, a atuação nesse alto cargo não o fará promover melhorias para a vida das classes em situação de vulnerabilidade: “Claro que por enquanto não temos que nos preocupar com os doentes mentais e com as crianças, na medida em que ainda não possuem o direito ao voto...” (Ibid.).

Essa leitura é proporcionada pela análise das promessas absurdas e inúteis que o personagem apresenta, como a extensão do dia para que tenha 36 horas de modo que, com as

horas de trabalho adicionais, os cofres do Estado possam “arrecadar bastante dinheiro” (p. 94), ou ainda a exportação de areia a exemplo dos alemães que vendem os pedaços do muro de Berlim para ganhar dinheiro e acabar com a dívida externa (p. 138). Tais propostas absurdas, além de evidenciar a falta de senso de realidade, posto que essas medidas dificilmente seriam efetivadas, também demonstram sua falta de preparo e até mesmo de domínio/interesse pelas questões públicas já que essas medidas ilógicas implicam em trabalhos extras e pesados, o que não seria bem recebido pelo povo.

Já outras medidas supostamente populares envolvem “[...] ligar todas as ilhas umas às outras através de pontes sobre o mar!” (p. 140), de modo que “[...] a gasolina para os carros particulares será de graça” (p. 141), como forma de fazerem as longas travessias sem altos custos. Também propõe: “[...] a exportação do Carnaval mindelense para todas as outras ilhas do país, de forma a todos serem felizes como nós somos com o nosso Carnaval, do mesmo modo que a Tabanca de Santiago será implementada no Mindelo, a Festa das Bandeiras em Santo Antão...” (p. 144). O primeiro projeto traria muito mais ônus do que benefícios para a sociedade e para a receita do país, pois, ao invés de investir em transportes aéreos e marítimos – que estão ameaçados, inclusive, atualmente devido à privatização e precarização da empresa estatal aérea TACV³⁵ – do tráfego interilhas, se aplicaria a verba em construções mais caras que demandariam manutenções e arrecadações mais custosas.

A segunda promessa se relaciona com sua atuação nos dois mandatos como deputados assinalados em *O Meu Poeta* (1992a); todos os seus projetos de leis envolviam financiamentos, apoios e homenagens para o carnaval mindelense. Restringir suas propostas na área da cultura somente às festas populares e não prever resoluções para outros setores, indicia muito mais seu interesse pelo apelo popular do que necessariamente sua preocupação em fomentar os festejos culturais.

Outra medida caricata cujo único intuito é agenciar votos sem se importar com o cumprimento da promessa ou com as repercussões, além de ser de caráter extremamente machista, é limitar os projetos destinados às mulheres ao oferecimento de refeições e cirurgias plásticas gratuitas e à importação de homens solteiros estrangeiros:

Para as mulheres já tenho o programa quase todo delineado: Porque o desenvolvimento do país e a sua inserção no mercado económico mundial e a criação das mais vastas riquezas vai permitir ao Estado garantir a toda a mulher eleitora uma operação plástica de graça de cinco em cinco anos para melhorar o visual. O Estado também providenciará a importação de homens solteiros das mais diversas partes do mundo, para que toda a mulher nacional possa realizar o seu direito de ter pelo menos um homem da sua escolha.

³⁵ Conforme notícia o site *RFI Português* no dia 24 de maio de 2017 (<https://goo.gl/X5pxyc>).

Todas as famílias nacionais ou equiparadas receberão mensalmente senhas especiais que lhes darão direito, duas vezes por semana, a tomarem refeições à borla num qualquer restaurante da sua preferência dentro ou fora do país. Não sei se estão a ver a vantagem: isso possibilitará um maior tempo de descanso às mulheres nas lides domésticas. Claro que nesses dias as empregadas domésticas, se forem eleitoras, bem entendido, serão obrigatoriamente dispensadas do trabalho. (p. 127)

Inúmeras outras propostas poderiam ser escolhidas para garantir e melhorar a qualidade de vida das mulheres cabo-verdianas em seus direitos básicos, mas as apontadas pelo projeto do Poeta se restringem aos aspectos domésticos e estéticos, indicando de modo risível a superficialidade e incapacidade política de governabilidade do protagonista, além de limitarem o espectro das eleitoras. Tal colocação poderia ser lida como irônica – no sentido de crítica à redução do papel feminino ao ambiente íntimo da casa/família e às questões da aparência física – caso desconstruísse a visão da mulher enquanto fútil e alheia aos demais setores da sociedade, perspectiva essa que não é pontuada na narrativa com a exceção controversa dos papéis de Isba e da Editora.

Outro indício do despreparo do Poeta é sua sugestão para a importação de slogans:

[...] mas de qualquer forma foi dele a ideia de plagiarmos os slogans estrangeiros já apresentados com sucesso pelos candidatos. Estejam descansados que aqui ninguém lê sobre política e de qualquer das maneiras passamos o tempo a copiar desde modas a leis e ninguém vai ter a coragem de nos denunciar porque toda a gente tem rabo de palha. (p. 98)

Além de criticar a inaptidão do protagonista, o fragmento denuncia a falta de interesse pelos assuntos relacionados à política já evidenciada em outros momentos dos dois livros, bem como ridiculariza a banalização da apropriação indevida de ideias e de produtos estrangeiros. A certeza da impunidade caso o plágio seja constatado é justificada pela prática comum desse tipo de ato. Nesse sentido, a depreciação direcionada à valorização de aquisições e aproximações de propriedades materiais e imateriais exógenas é bastante emblemática do tom nacionalista assumido pelo texto.

Ainda sobre a falta de compromisso com o que defende/apresenta na campanha, o fragmento abaixo pontua:

Lá pelo meio debes deixar a mensagem de que o verbo, a palavra, é a arma por excelência da democracia, mas falada e não escrita e, se for preciso, poderás mesmo dizer que escrever não é nada, qualquer burro sabe escrever, basta ter a 4ª classe da instrução primária para se escrever um livro. (p. 124-125)

De forma irônica, o livro *A Morte do Meu Poeta* (1998b) demonstra os subterfúgios que o protagonista utiliza para não assumir o compromisso com as propostas apresentadas

durante sua campanha. Esse expediente para esquivar-se da responsabilidade é significativo por justamente recusar e menosprezar a plataforma pela qual alcançou projeção e reconhecimento nacional. A partir dessa colocação percebe-se ainda que sua lealdade/vinculação a determinados ideais é condicionada pelas circunstâncias; ao que lhe é favorável ou não no momento.

A personalidade do Poeta nessa segunda narrativa apresenta contornos mais radicais e polêmicos através da descrição de suas propostas cujos ideais se aproximam dos pressupostos fascistas:

Ora, a partir desses dados, o Meu Poeta viria a conceber o plano geral, integrado no seu programa político, de se proibir expressamente durante a infância o uso das vacinas contra a papeira e a rubéola. A sua tese era que não haveria vacina para ninguém e a partir daí seria a natureza a trabalhar, a seleção natural, dentro do princípio, aliás, de que quem pode carrega e vai, quem não pode carrega e cai: Quem for esperto apanha a sua rubéolazita ou a sua papeirazita na infância e se escapar passa a primeira prova de sobrevivência. Depois, e todos os anos, programa-se uma vacinação geral de todos os machos adolescentes que atingiram os 12 anos de idade. Só que, em vez de serem vacinados contra essas doenças, são vacinados precisamente para as adquirirem. E dessa forma perfeitamente natural ficam para sempre castrados, deixando de ser potenciais e muitas vezes involuntários procriadores. (p. 146)

A descrição dos projetos continua na enumeração e descrição dos critérios que essa “seleção natural” de ‘castração’ promoverá com a triagem da “mão d’obra” superior:

[...] Através das fichas escolares, procura-se conhecer os melhores alunos, aqueles com um maior grau de inteligência ou melhores aptidões para o trabalho ou exercício de certas profissões, e então esses são de facto vacinados contra a rubéola e a papeira, para desta forma se garantir a continuação da nossa fama de povo inteligente e trabalhador. Assim, só os menos inteligentes e os burros e os muito pobres, isto é, aqueles que estão aqui apenas a chatear e gastar comida, é que são pura e simplesmente capados, através desse método nada doloroso, eficaz e barato, até porque a OMS fornece de borla as vacinas. (p. 146-147)

Embora não apresentasse tal projeto em sua campanha política, os planejamentos e soluções apontadas pelo Poeta sinalizam para uma elaboração articulada e meticulosa, diferentemente das outras propostas disparatadas que aparentavam ser improvisadas e que não seriam levadas a cabo. Sob esse prisma, é possível conceber o projeto político do protagonista como vinculado aos ideais fascistas de extermínio e controle de indivíduos consideradas(os) inferiores por não serem úteis ou serem prejudiciais à manutenção do desenvolvimento do país. Sua repulsão e pouca consideração pela classe trabalhadora e/ou em estado de pobreza financeira e social, bem como sua exaltação do nacionalismo podem ser lidos como enquadrados nos pressupostos radicais tanto do fascismo como do nazismo.

Ainda em seus projetos eugénicos, o texto segue com a proposta de dizimação completa de ilhas, “Aliás, ele acreditava que determinadas ilhas deveriam ser completamente esterilizadas, de forma a no futuro estarem desertas e prontas para serem vendidas aos estrangeiros.” (p. 147). A extinção de alguns bairros também reitera minha leitura de uma gentrificação radical e desumana perseguida pelo Poeta:

E mesmo dentro das ilhas que deveriam ficar povoadas, ele achava que determinados bairros deveriam ser pura e simplesmente suprimidos, riscados do mapa. Escolheremos os jovens mais promissores de garantir uma mão d’obra de qualidade, e depois esterilização geral e completa, dizia com um gesto de cortar cerce. (Ibid.)

As diferenças desta colocação para os ideais nazistas são apenas as formas menos letais e explícitas de extermínio, além de priorizar critérios de classe e de capacidade cognitiva ao invés de outros como religiosidade, etnicidade e sexualidade. Os princípios de superioridade são muito semelhantes, de modo que a efetivação dessa extinção através da esterilização prevê a formação de uma sociedade seleta, com papéis sociais fixos e pré-estabelecidos:

Ele [o Poeta] tinha uma teoria segundo a qual o nosso povo deverá aceitar que há pessoas que nascem para pensar e outras, a grande maioria, nasce apenas para trabalhar, para servir. Ora esses devem a todo o custo ser desencorajados de ter qualquer tipo de pensamento mesmo os mais elementares, e para isso a forma que ele propõe... Isso é fascismo, disse o advogado, fascismo do mais primário, Deus queira que ele tenha a coragem de defender isso em público. Mas Vasco ria-se: Se me permite, senhor doutor, digo-lhe que isso de forma alguma é fascismo como afirma. Isso que o Poeta pensa sempre existiu e continua existindo em todas as sociedades, em maior ou menor escala, e ele, a única coisa que está a fazer é traduzir em pensamento o sentir de todos os governantes. Mas é sem dúvida um programa interessante e estou feliz por ter já oferecido o meu apoio ao Poeta, concluiu. (p. 82)

Supostamente tratar-se de um “sentir de todos os governantes” não torna tal posicionamento menos fascista. A divisão entre os que “nascem para pensar” e a maioria que “nasce apenas para trabalhar, para servir”, além de trazer a discussão de classe, apresenta um determinismo sectário – fundamentado num ideal classista, porque as(os) integrantes da elite não devem se encaixar no perfil dos que apenas trabalham e servem. Tal pensamento poderia ser colocado como crítica que se opõe a essa discriminação, caso se restringisse à declaração do Poeta, que costuma expressar opiniões contestáveis e descabidas – embora, nessa segunda narrativa, nem todas as suas pontuações sejam ridicularizadas. Quando esse posicionamento é ratificado – justificado e apoiado – por um personagem tido como sensato e perscrutador como Vasco, a leitura dessa colocação enquanto ironia ou derrisão fica comprometida.

Dentro do terreno das controvérsias de posicionamentos fascistas, a concordância em relação ao voto censitário endossa as leituras acerca do caráter elitista e despótico de Vasco:

Mas Vasco não estava de acordo: É falso, disse, um homem um voto não é democracia nenhuma em nenhuma parte e quem tinha razão eram os homens da Revolução Francesa. O grande Voltaire já dizia naquele tempo que no dia em que a canalha se pusesse a pensar e a decidir, estaria tudo fodido. Eles é que tinham razão: O único voto bom, útil, capaz porque é pensado, é o voto censitário! Só o voto censitário poderia neste momento salvar este país do desastre que já o ameaça. (p. 81)

A defesa do voto censitário em mais um ponto de consonância entre o Poeta e Vasco suscita a leitura de que tal concepção é positivada na narrativa. A argumentação acerca da necessidade de uma elite que lidere a nação; a teoria de que umas(uns) nascem para pensar enquanto outros, para trabalhar e servir; as classes em situação de vulnerabilidade econômica e social, bem como setores proletários que, segundo o texto, não possuem capacidade analítica e imparcial por apenas se preocuparem com o provimento de suas necessidades básicas, são pontos pleiteados desde a primeira narrativa e sinalizam uma possível tendência de aprovação desses ideais fascistas, dos quais o voto censitário é um dos aspectos que deles derivam. Entretanto, e logicamente, essas ideologias não são expressadas publicamente, no que demonstra a hipocrisia do Poeta o qual, mesmo sendo favorável a esse tipo de eleição, alega ironicamente em seus comícios que: “[...] eu sempre defendi que a política não deve ser assunto só dos chamados especialistas mas sim de toda a gente [...]” (p. 140). É como se compreendesse que o voto deveria ser censitário, mas enquanto não é, precisa do apoio de toda a população.

Por não poder contar com o voto censitário, o Poeta carece do apoio popular, o que, nem sequer com sua vitória eleitoral é alcançado. Seu desprestígio é uma das questões satirizadas na narrativa:

Prometeste-me a estória do Poeta, lembravas-me a qualquer propósito, e foi assim que fui ficando cada vez mais ansioso por prolongar a sua façanha heróica, deixar registrado em papel a maneira aparatosa como, triunfando gloriosamente sobre os candidatos adversários, tinha conquistado a presidência da nossa República com a expressiva maioria de três votos de três eleitores analfabetos de um rincão do país onde nunca ninguém tinha ouvido falar nele. (p. 10-11)

A quantidade de votos que o Poeta obteve demonstra o fracasso de sua campanha, deslegitimando sua eleição:

É verdade que não se pode dizer que 51% de votantes seja uma esmagadora maioria, se tivermos em conta que as abstenções e votos nulos rondaram os 60%, e é por isso que as diversas oposições andaram a propalar que V. Excia ganhou à rasca, por uma unha negra, que escapou por um cagagésimo. Os

jornais é que já começaram a utilizar uma linguagem menos baixa, apenas já dizem que V. Excia saiu vencedor pela folgada margem de três votos. (p. 14)

Tais números e observações demonstram, além da ‘sorte’ com a qual o protagonista geralmente obtém o êxito de suas iniciativas, o descrédito e insatisfação que a população sente em relação não somente à candidatura do Poeta – não há registro de que teria votado em outras(os) concorrentes –, mas sim ao processo eleitoral. Os 60% de abstenções e votos nulos podem indicar que se trate da adesão/solidariedade com o regime do PAICV, a ausência de representações que mereçam seu apoio, ou ainda, ratificar a análise do desinteresse pelas questões político-partidárias.

Além da ridicularização da vitória do Poeta, a forma risível com a qual conseguiu oficializar sua candidatura também é assinalada:

Sousa foi o primeiro a falar. Olhando fixamente um ponto imaginário em frente da câmara, disse que estava em casa do nosso Poeta em nome de mil e duzentos e vinte e cinco cidadãos da cidade do Mindelo, conforme abaixo assinado cuja entrega oficial faria ao Poeta ainda na sequência da cerimónia decorrente. Todos os patriotas reconhecidos (as oposições viriam a acusá-lo de ter arrebanhado, contra um cálice de grogue, as assinaturas de todos os marginais da cidade e inclusive de ter ido recolher assinaturas na cadeia civil contra a promessa de amnistia caso o Poeta viesse a ganhar as eleições), todos preocupados com o país real, o único que nós temos, o único donde ninguém nos pode mandar embora, conforme saborosamente aquele mesmo poeta já uma vez cantara num dos seus imorredoiros poemas. (p. 75)

A suposição que envolve as maneiras pelas quais o protagonista conseguiu oficializar sua candidatura é assinalada comicadamente na narrativa como forma de endossar a falta de apoio e prestígio que possui. Dessa forma, mesmo tendo sido aclamado pela juventude em *O Meu Poeta* (1992a), durante a manifestação na Rua de Lisboa contrária ao regime de partido único, e sendo reconhecido pela Oposição Unida, o Poeta não obtém a aceitação necessária nem sequer para se lançar como candidato.

Acerca de sua associação com a Oposição Unida, o Secretário assevera que “Nunca conseguirei explicar como de repente o Meu Poeta apareceu comandando a manifestação da Oposição Unida, levado às cavalitas e aos gritos destemperados de, Viva o Nosso Salvador, Viva o Nosso Único Poeta...” (1998b, p. 42-43). Novamente, o carácter arrivista do protagonista é endossado, evidenciando sua falta de honestidade e comprometimento pessoal e ideológico, como também é exposto nessa conversa entre o Poeta e seu Assistente:

Mas eu não estava tranquilo e quando voltei para casa perguntei ao Meu Poeta, mas explica-me melhor esta coisa, estás a dizer-me que vais alinhar abertamente pela oposição, começar a atacar, a dizer mal do Partido, de um partido que fez de ti um deputado pela nação, que fez de ti um literato de prestígio, que fez de ti duas vezes embaixador? Desculpa, disse ele, mas

estás enganado, porque se há quem deve estar agradecido deve ser o Partido e não eu porque sabes bem que não houve embaixador melhor que eu, porque é graças a mim e não ao Partido que Cabo Verde é agora mais conhecido no mundo, com os meus poemas espalhados em edições de luxo por todos os palpos, com os meus livros traduzidos em russo, em sueco, em inglês, até em esperanto já quiseram traduzir-me e mesmo tu nunca serias publicado por uma editora com o prestígio da Ilhéu se não fosse porque se trata da minha biografia ou perfil ou como diabo chamaste aquela porcaria. (1998b, p. 59-60)

O próprio Poeta reconhece no primeiro livro que sua vida financeira só ficou estabilizada e melhor com a subida do PAIGC ao comando do país. Segundo ele, foi também através da intervenção/participação do Partido que conseguiu seus mandatos como deputado e embaixador, como sublinha o Secretário, além de ter se beneficiado do prestígio que o governo gozava para publicar e divulgar seus escritos, posto que o mérito dessa projeção não se resume à qualidade de sua produção. Renegar sua antiga vinculação à legenda da situação e aliar-se à oposição, além de demonstrar a ingratidão do protagonista, ainda evidencia seu desejo em manter-se no poder, independente de grupos políticos ou ideologias.

Conquanto algumas mudanças nas(os) personagens tenham sido observadas na segunda narrativa, o caráter machista e misógino de algumas colocações se mantêm, como pode ser averiguado nas objetificações da participação das mulheres nos atos da campanha, a exemplo de ocorrer no comício uma apresentação na qual as “[...] dançarinas em fatos de banho tipo “fio dental” e treinadas para saracotear os belos rabos em frente das sedes dos inimigos [...]” (p. 158). Em outro evento as formas encontradas para promover a candidatura envolvem: “No meio da palestra deverá ser feito um intervalo de dez minutos durante o qual algumas apoiantes, de preferência meninhas do liceu vestidas de calções e T-Shirts com a fotografia do Poeta, farão uma colecta entre os presentes [...]” (p. 101).

Novamente, nessa segunda narrativa, as mulheres são reduzidas a objetos sexuais, corpos desumanizados que apenas servem para conseguir angariar votos. As descrições acima colocadas são emblemáticas, o apelo é evidente, mas não é contestado no decorrer da obra. Figuras femininas com biquínis ou maiôs³⁶ tipo “fio dental”, “treinadas para saracotear os belos rabos” ou ainda “meninhas do liceu vestidas de calções e T-shirts” reiteram a visão depreciativa com a qual são retratadas as personagens na trama, além do teor pedófilo da exigência de as apoiantes serem “meninhas do liceu”. Trata-se de crianças/adolescentes que não chegaram sequer a maioridade. A restrição da presença feminina a questões sexuais e afetivas, como os vínculos com Isba e com a Editora, também pode ser contraposta à ausência

³⁶ “Fatos de banho” pode estar se referindo à biquínis ou maiôs, este último grafado aqui com a ortografia portuguesa ao invés do registro francês *maillot*.

de representação de intelectuais, escritoras ou advogadas ou outros empregos de destaque social compondo o grupo das amigadas do Poeta ou mesmo citadas na trama.

Sob essa ótica machista, também o Secretário costuma valorizar Isba por seus dotes culinários limitando suas habilidades ao setor doméstico, como faz questão de assinalar: “De modo que comecei a elogiar a comida, o bom gosto da Dura que assim nos engordava de mansinho e em regime de partido único, se um dia resolvesse casar-me submeteria a minha futura esposa a um estágio com ela a fim de melhor me servir...” (p. 32-33). O personagem ainda afirma que sujeitará sua futura esposa – provavelmente, sem considerar sua inclinação para tanto – a adquirir e desenvolver tal prática para poder servi-lo. Não bastasse reduzir a atuação da mulher sem respeitar sua vontade, ainda precisa expressamente subalternizá-la, através do verbo “submeter” e da representação enquanto sua serva.

Objetificada sexualmente e circunscrita ao ambiente doméstico de modo servil, nesse segundo livro a mulher também figura enquanto sujeitada à poligamia/adulterio como prerrogativa masculina:

Quanto às gajas, já o aconselhei a não se preocupar com isso porque na nossa terra ter muitas mulheres nunca foi um anátema, muito pelo contrário. Se tiveres a sorte de teus inimigos políticos lançarem em praça pública a tua vida de putaria, falarem das gajas que comes, ficas logo com a eleição garantida porque em Cabo Verde todos os mulherengos são equiparados a heróis nacionais. (p. 49)

Essa valorização do homem tipo “mulherengo” teria sido atribuída a Vasco, personagem que profere a observação no livro *O Meu Poeta* (1992a) para se referir ao seu envolvimento (mais sexual do que afetivo) com várias mulheres, inclusive com Elsa, a qual, foi estuprada por ele devido a também ter um outro relacionamento. É possível perceber então a reiteração nas duas obras: enquanto Isba e Elsa são punidas por suposta e efetivamente se relacionarem com vários homens, Vasco, o Secretário – que está recebendo esse conselho – e quem mais for “mulherengo” é enaltecido a ponto de tornar-se “herói nacional”.

É importante pontuar também que, além dos posicionamentos machistas, a narrativa também traz comentários homofóbicos, como sinaliza essa afirmação de Vasco: “[...] ele até quis que me virasses paneleiro [gay], ofensa que nenhum caboverdeano digno desse nome sofre de ânimo leve.” (1998b, p. 48). A insinuação da homossexualidade/homoafetividade do personagem já havia sido colocada no primeiro livro e também possuía conotação negativa, numa tentativa do Poeta de menosprezar e questionar seu caráter. Todavia, nessa última declaração fica explicitada a ofensa que tal caracterização presume. E, de modo semelhante às

colocações depreciativas relacionadas às mulheres, a discriminação direcionada aos gays não é contornada no texto.

Ainda sobre as tentativas de desabono por parte do Poeta, suas críticas e desrespeito em relação à Editora não são recíprocas. A personagem, que adquire uma maior projeção nessa segunda trama – mesmo que seja apenas em sua relação afetiva com o Secretário – apresenta posicionamentos coerentes e sensatos de consideração pela figura do protagonista, principalmente, acerca de sua consciência enquanto intelectual:

Com um sentido de oportunidade que vai fazer inveja a muita gente, ela nunca chegou a tomar qualquer posição que pudesse ser considerada de hostilidade à tua pessoa e a mim disse que votaria em nós. E assim poderá sempre afirmar que preferiu assumir-se como independente como deve competir a uma qualquer pessoa que se pretenda ligada às coisas de intelectualidade. (p.19)

A postura independente atribuída e valorizada na Editora na segunda narrativa é relativizada quando se associa ao “sentido de oportunidade” de não ter hostilizado o Poeta. Por sua vez, essa característica de “independente” estaria sendo considerada em seu gesto de abrir a coleção “Os Melhores Filhos de Nossa Terra” justamente com o perfil do protagonista? Nota-se então, que nenhuma das pessoas apontadas como intelectuais na obra, no caso, Vasco e a Editora, se enquadra no requisito da neutralidade, como defende o Secretário.

Ainda sobre os machismos e deprecições sexistas na narrativa, a utilização do termo “comer”³⁷ para se referir ao ato sexual, reforça tanto a banalização desse tipo de envolvimento quanto o desrespeito com os corpos das mulheres, como pode ser observado no fragmento: “E em segundo lugar, obter comer uma gaja que lhe deu tampa há 17 anos e que tudo levar a crer é bastante boa.” (p. 47). Já na parte da narrativa que antecede essa citação – e que também traz mais observações machistas e depreciativas em relação à Isba e à Guiné-Bissau (através da metonímia “matas”) – apresenta-se como metalinguagem uma síntese do conteúdo dos dois livros:

Sugiro que se deixe tudo a nível da ficção, de liberdade literária: O nosso jovem e querido autor quis trazer a literatura nacional das fraldas para o centro da cidade e para isso inventou personagens a quem os nomes dos seus amigos. A seu favor até se pode invocar a nobreza de objetivos: Primeiro, homenagear o seu Poeta a quem deve comida, cama e agasalhos e ao mesmo tempo prestar um delicado preito à bela das matas e dos molhos da Guiné por quem sempre esteve apaixonado. (Ibid.)

³⁷ Em um breve parênteses, destaco que uma desconstrução emblemática desse falocentrismo sexual se encontra em um dos poemas da escritora Mel Adún (EUA-Brasil), contido na *Coletânea Poética Ogum's Toques Negros*, intitulado *Uterina*; “Perante a rigidez do falo, arrego um sorriso *padilhado*. A boca é minha, Quem come sou eu.” (2014, p. 147).

Também pode-se compreender tal afirmação como metaironia recorrente na narrativa. Diante da dificuldade em expor algumas questões que perpassam as posturas controversas do Poeta, seu Secretário recebe esse conselho de Vasco para que possa escrever mais livremente sobre alguns episódios e personagens, de modo a não se comprometer nem envolver o protagonista diretamente sob vários aspectos. É semelhante ao que promovem as duas narrativas: a caricaturização de momentos históricos e pessoas públicas se resguarda na “liberdade literária”, na “ficção” para não evidenciar e expor tanto os posicionamentos do escritor quanto às pessoas que seriam retratadas. O recurso à tipificação, às ironias e sátiras se enquadram nessa proposta de crítica indireta e o riso político se efetiva na medida em que essas análises se utilizam da comicidade para ridicularizar, e mesmo para legitimar, algumas ideologias e atitudes da sociedade na época da transição e de consolidação do regime pluripartidário.

Dentro dessa lógica, até a continuidade do livro vira motivo de derrisão, como pontua o narrador:

[...] e estou convencido que poderá proporcionar-me material para um novo livro, talvez um “O Meu Poeta – livro dois”. Perfeito, disse Vasco, e dessa forma passarás à História como o Rambo das Ilhas, até porque, se tudo correr conforme está a desenhar-se, não será apenas Dois, haverá Três, Quarto e até mais livros sobre este período histórico porque a procissão ainda vai no adro e a via sacra parece longa. (p. 53-54)

A auto-explicação sobre a sequência da narrativa na forma de série de livros é assinalada no texto como decorrência da permanência e circularidade das questões políticas relacionadas à governabilidade e à corrupção no país. Tal leitura pode ser cotejada com as declarações proferidas por Germano Almeida de que os problemas concernentes à situação política, econômica e social em Cabo Verde perduram mesmo diante da abertura ao pluripartidarismo, apesar de reconhecer algumas melhorias e mostrar-se mais otimista do que se apresentava em declarações anteriores, conforme dispõe na entrevista concedida a Diogo Pinto (2017).

A postura otimista apresentada por Almeida nesse depoimento recente contrasta com a colocação de Vasco sobre democracia e desenvolvimento em Cabo Verde, expressa no livro, em meio ao riso:

Mas Vasco ria-se: Sim, de facto há esta confusão no espírito de muita gente: Mais que um partido político significa democracia. Mas tu tens a obrigação de saber que isso é um engano, um logro, porque a democracia é uma vivência. E assim, mesmo que teu partido venha a implantar as fórmulas democráticas, jamais poderá implementar a democracia porque se é certo que sem democracia não há desenvolvimento, também não é menos certo

que sem desenvolvimento não há democracia e garanto-te que não será a boa vontade de qualquer partido que fará Cabo Verde desenvolver-se... (p. 53)

Interessante a defesa da democracia ser feita pelo mesmo personagem que antes apoiava o voto censitário juntamente com o Poeta. Que tipo de democracia estaria atrelada ao desenvolvimento? E que desenvolvimento seria esse? Esse tipo de colocação desmistifica justamente o que o livro anterior preconizava: o regime de partido único como forma totalitária de governo. Agora, sob a ótica crítica da segunda narrativa, nem sequer o pluripartidarismo consegue promover a “democracia”.

Tais leituras críticas ao pluripartidarismo como sinônimo de democracia, além de seus desdobramentos no cenário africano também são pontuadas no texto:

[...] Dura tinha razão, a democracia participativa nacional revolucionária era uma coisa que ninguém sabia bem o que era. A única coisa que verdadeiramente se sabe dela é que é uma espécie de Inquisição dos tempos modernos e ainda há dias escrevia uma autoridade respeitada e respeitável que o partido único não cumpriu nenhum papel histórico em África. Incorrecto, gritou o Meu Poeta, incorrecto, irrelevante e anti-histórico. Foi o partido único que conseguiu combater em África o tribalismo e forjar a unidade nacional. Aliás, um bom exemplo disso é aquele livro do nosso imortal líder Amílcar Cabral: Guiné-Bissau, nação forjada na luta. Pensas que sem a unidade do Partido a Guiné seria hoje independente? E que dizer de Cabo Verde? Alto, gritei, não fales de Cabo Verde se não conheces a terra que representas, porque em Cabo Verde falta tudo menos unidade nacional. Nós fomos sempre uma nação e até que desde há muito estamos a merecer um livro com este título: Cabo Verde – a nação forjada na luta contra a seca. Assim, meu amigo, muito antes da independência Cabo Verde já era uma nação com cultura própria, uma identidade nacional e uma língua quase comum. Como aliás já dizia o falecido, o partido único apenas provocou a intolerância e a desconfiança uns aos outros.” (p. 33-34)

Apesar de conter um teor sarcástico, diferentemente do que ocorreu em *O Meu Poeta* (1992a), é recorrente nesse texto a inserção de Cabo Verde como país africano, mesmo que seja colocado de forma jocosa e irônica. Em uma crítica que vai da contestação da possibilidade da democracia em países desenvolvidos à satirização da unidade nacional a partir do aliança com Guiné-Bissau, a citação, bem como outros fragmentos do texto evidenciam a incredulidade e depreciação dos processos de libertação e posterior gestão exercida pelo PAIGC sobre a rubrica de um pertencimento de Cabo Verde a África. Assim, mesmo alegando a integração entre o país e o continente, a delimitação – até distanciamento – através da diferença é endossada também na segunda narrativa. A asserção concernente à unidade nacional cabo-verdiana ser anterior à oficialização da independência, justifica-se no texto pelas consolidadas e específicas cultura, identidade nacional e língua “quase comum” presentes no arquipélago.

Neste sentido, a diversidade cultural, identitária e linguística possibilitada pela multiplicidade étnica da Guiné-Bissau – caracterizada como “tribalismo”, numa acepção pejorativa e antiquada de contraponto a uma suposta civilidade, na narrativa – as quais também são próprias do país, também não permitem sua compreensão enquanto “unidade nacional”? A “unidade nacional” só se efetua com a homogeneização? E a identidade nacional cabo-verdiana (sua cultura, língua) teria esse caráter de uniformidade? Ressaltando ainda que a ideia de “unidade nacional” não anula disputas internas.

Quando a ideia de pertencimento à África é colocada na narrativa, posicionamentos de distinção e superioridade também são suscitados, a ponto de gerar uma espécie de ilusão messiânica no Poeta que o faz arquetetar sobre sua descabida liderança em uma unidade africana:

[...] cada vez se convencia [o Poeta] de *mais não ser que um simples* instrumento do Senhor Deus Todo Poderoso para a reabilitação histórica da martirizada África a partir da sua pequena parcela que era Cabo Verde. [...] Ele sonhava com os Estados Unidos da África, lançando a semente da unidade africana a partir de Cabo Verde, mas seus detractores apenas viram nisso mais uma amostra do seu oportunismo congénito. (p. 69)

A descrição de África como um lugar que carece de “reabilitação histórica” por sua ‘martirização’ faz parte da caracterização depreciativa que se efetua ao longo da narrativa e que também se observa em menor dimensão nas referências à Guiné-Bissau na imagética das “matas”. É possível perceber nessa citação e em outras passagens nas quais o território africano é evocado, geralmente, como mecanismo de comparação ou ilustração para destacar Cabo Verde como diferença e liderança ao assinalar “lançando a semente da unidade africana a partir de Cabo Verde”, mesmo que reconheça ser o país uma “pequena parcela”. A reduzida dimensão geográfica expressada pela “pequena parcela” do continente não seja equivalente ao seu potencial político, pois que se apresenta como protagonista destacada perante os demais territórios continentais, promovendo a unidade através de seu comando.

Desse modo, a segunda narrativa efetua um expediente comum às obras que não possuem uma reivindicação positiva acerca da contribuição africana para a configuração identitária de Cabo Verde: assumem a localização/inserção/pertencimento, mas sobressaem como distintos dos demais países. Essa leitura da obra de Germano Almeida ainda pode ser cotejada com outros aspectos, tais quais a xenofobia assinalada por Francisco Miguel (2015) em relação à representação dos *mandjakus/mandjacos* em uma das narrativas almeidianas:

Neste mesmo espírito, o celebrado escritor san-vicentino Germano Almeida fornece uma imagem bem depreciativa dos mandjacos em seu recente romance *O Mar da Laginha* (2004):

Isso, conforme o Eugénio explica à Matilde, por culpa dos mandjacos que vivem nas barracas que espalharam por aqueles lados e mantêm aqui o ancestral hábito de cagar onde lhe dá na real veneta, tendo acabada por transformar toda aquela zona numa imensa retrete [banheiro] a céu aberto (Almeida, 2004:91).

[...] Na mesma obra, o romancista Germano Almeida ficciona mais uma vez a xenofobia mindelense: os “policiais diziam que Mindelo não é África, não se podia ter vendas de rua em balaios na cabeça das mulheres como nas terras da negragem” (Almeida, 2004:43). (MIGUEL, 2015, p. 9-10)

O termo *mandjaku/mandjaco* possui duas acepções: designa uma das etnias da Guiné-Bissau, e no contexto cabo-verdiano, conforme assinalam Eufémia Rocha (2009a; 2009b), Cláudio Furtado (2012; 2013), Ricardo Riso (2014; 2015), Francisco Miguel (2015), Carmem Monteiro (2017), dentre outras(os), representa a caracterização depreciativa e homogeneizadora de todas(os) imigrantes africanas(os) com o fenótipo negro escuro. Esse tipo de atitude discriminatória, analisada com profundidade na dissertação de Eufémia Rocha intitulada *Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde* (2009a), obra referência na área, evidencia a diferença no tratamento concedido às pessoas negras estrangeiras que imigram para as ilhas, representando tanto a xenofobia quanto o racismo que esse gesto traduz, como explicita o título do trabalho da pesquisadora.

No artigo de Francisco Miguel (2015), a prática pejorativa direcionada às(aos) africanas(os) continentais é manifestada através da descrição escatológica que generaliza essas pessoas como portadoras de hábitos antiquados, ainda caracterizando tais atos como ‘ancestrais’, possivelmente para destacar o caráter tradicional de tais gestos. Na análise do pesquisador, é problemático classificar o posicionamento do texto de Germano como representação da “xenofobia mindelense”, sabendo que essas expressões segregacionistas estão presentes também em outras regiões de Cabo Verde.

Embora tal discussão não seja levantada diretamente, ou mesmo seja constatada a presença de africanas(os) imigrantes que poderiam ser caracterizadas(os) como *mandjakus*, tanto em *O Meu Poeta* (1992a), quanto em *A Morte do Meu Poeta* (1998b), posto que a única personagem estrangeira africana é Isba, e a discriminação xenofóbica que ela sofre está mais relacionada à sua nacionalidade bissau-guineense do que ao seu fenótipo – que não é evidenciado na narrativa –, o posicionamento de negação/diminuição do pertencimento africano pode ser observado nos comentários irônicos assinalados pelos personagens.

Entretanto, deve-se assinalar a dissociação que o texto também promove em relação à Europa e ao Ocidente, através da crítica ao regime e aos pressupostos colonialistas:

Francamente não sei, disse, a Europa chegou à democracia pluralista depois de centenas de anos a explorar nossa riqueza. Primeiro diziam que nós não podíamos ser independentes porque ainda estávamos na menoridade intelectual e éramos tribalistas e a única coisa que sabíamos fazer era matarmo-nos uns aos outros. Mas a África impôs as independências e agora a luta é pelo desenvolvimento. Mas eles, os europeus, dizem-nos: Só vos ajudamos se vocês instituírem o pluripartidarismo. Mas não é só haver mais partidos, é haver liberdade de expressão, direito à greve e tudo o mais numa terra onde ainda tudo está por ser feito no que se refere ao desenvolvimento económico. Ora, quando nos impõem a obrigação da democracia como condição para qualquer ajuda, não se pode pensar que eles estão inocentes. Fazem isso por cálculo político porque sabem que necessariamente vamos entrar em luta pelo poder e que será essa luta desenfreada que irá impedir o nosso desenvolvimento. (p. 36)

A citação prossegue com a ideia de não-pertencimento ao Ocidente:

Porque, vamos e venhamos, o Ocidente está positivamente cagando em saber se vivemos ou não em democracia, se morremos ou à fome, se temos ou não direitos, liberdades e garantias. A única coisa que o Ocidente quer na realidade é continuar a explorar-nos e ele sabe inventar e impor-nos as formas de sua exploração. E por isso apoia todas as leviandades, ciente de que vamos continuar eternamente debaixo de suas patas. (p. 36-37)

A leitura negativa dos ideais colonialistas de exploração e controle é apresentada como motivação da suspeita de que a imposição do pluripartidarismo pelos europeus atuaria como mais uma estratégia de subalternização e precarização do desenvolvimento dos países africanos libertos. Todavia, o que merece atenção em (1998b) é o reconhecimento da dominação colonial que se distingue da concepção da autonomia e diferenciação de Cabo Verde em relação às outras ex-colônias que se colocava na narrativa anterior. Nessa citação, as experiências coloniais são igualadas, demonstrando que a ação das ex-metrópoles europeias foi semelhantemente danosa e que a tentativa de dominação não se extingue com as independências conquistadas graças às lutas africanas.

Ainda no que concerne às diferenças entre as narrativas, em *A Morte do Meu Poeta* (1998b), o fenótipo do protagonista é explicitado: [...] dizia quando eu invejava a farta carapinha do Meu Poeta, tu tens muito mais ar de poeta do que ele, sobretudo agora que está assim gordo como se fosse um Ary dos Santos em preto.” (p. 39).

Mesmo que o pertencimento/identidade racial do Poeta não seja exposta de forma derrisoriamente negativa, posteriormente, a associação entre ser branco enquanto algo bom pode provocar uma leitura contrastiva entre esses dois aspectos, como se pode observar, dentre outros momentos da trama, na citação “Não acreditavas no teu futuro, espicacei-o, se tivesses pensado a prazo como qualquer branco decente deve fazer, tinhas previsto a hipótese

de um dia essa carga vir a cair-te em cima.” (p. 84). As caracterizações que promovem o branco como positivo estão presentes tanto nessa quanto na narrativa anterior.

4.4 “UMA COISA QUE NUNCA DEIXARÁ DE ME IMPRESSIONAR É A PERENIDADE DA BASOFARIA CABOVERDEANA”: O POETA VIVO, MORTO E BASOFO

Nas leituras das duas obras almeidianas, as definições e descrições da “basofaria caboverdeana” avultam, endossando a hipótese de sua utilização consciente e estratégica do riso. “Bazófia” termo português, grafado também como “basófia”, cujo significado expressa fanfarronice, pretensão e arrogância em um tom jocoso é uma palavra bastante utilizada, mais enfaticamente em *A Morte do Meu Poeta* (1998b) do que em *O Meu Poeta* (1992a), para representar a ousadia dos expedientes demagógicos empregados pelos “políticos nacionais”, como forma de driblar as regras. O próprio Poeta personificaria a “basofaria”, como expõe o relato exemplar descrito pelo Assistente:

Típico exemplo da basofaria nacional, o Poeta costumava gabar-se de ter adulterado o seu destino de trás do rabo da enxada na ribeira do Calhau ou no Monte Verde nos meses das águas, através da introdução na sua personalidade de elementos que ele chamava de “cromossomos artificiais”. Geneticamente, dizia ele, sem dúvida que eu deveria ser mais um dos pobres que todos os anos, a partir do mês de Julho, começam a olhar o céu à espera das chuvas e que fazem a Deus as mais tolas promessas a troco de um bom ano agrícola. Ora nessa parte desafiei o Criador, fiz-me um homem de cultura, fiz-me um poeta, e sinto que, longe de ficar zangado com essa rebeldia aos seus superiores desígnios, Ele julgou-me com humor, reconheceu o meu esforço e aprendeu a perder porque sem dúvida que comigo Ele perdeu estrondosamente, mas nem por isso veio sobre mim com suas mesquinhas vinganças... (1998b, p. 68-69)

A presunção do Poeta em dizer que ‘desafiou o Criador’ ao se constituir “um homem de cultura” é bem emblemática da “basófia” descrita pelo texto. A pretensão de superioridade posta de forma cômica que encontra estratégias para se aproveitar de situações desfavoráveis, e que mesmo cometendo infrações se vangloria de obter êxito na sua empreitada. Do modo como expõe a narrativa, a “basofaria” pode ser compreendida como uma maneira de vencer os obstáculos, inserida na ótica da superação, portanto, embora criticada, a ‘basófia nacional’ adquire contornos positivos.

Em *A Morte do Meu Poeta* (1998b) a basófia é emblematicamente associada à compreensão da demagogia como prática inerente à identidade nacional:

[...] Uma coisa que nunca deixará de me impressionar é a perenidade da basofaria caboverdeana. Isso é uma coisa de tal modo entranhada em nós que mesmo espíritos lúcidos e superiores não conseguem fugir a ela. Ocorreu-me uns exemplos que ouvi ainda agora: Os outros derrubam? Então o caboverdeano apeia; os outros dão golpe de estado pelas armas? Então o caboverdeano dá golpe de estado eleitoral. Sem dúvida que a suprema especialidade dos políticos nacionais é o chamado “discurso demagógico” [...] (1998b, p. 66)

A valorização/reflexão sobre a “basofaria” pode ser ampliada abarcando a questão do riso como operador que promove ou intermedia a superação dos entraves. É por meio da linguagem risível que as situações/posicionamentos demagógicos ou de empáfia são descritas, através da hiperbolização que pode conduzir à crítica ou legitimação desses aspectos.

Ainda, na citação anterior, a ocorrência da metaironia pode exemplificar a leitura da basófia/humor enquanto capacidade social que suplanta as adversidades: “Ora nestas coisas o que é preciso é finura, largueza de espírito e uma certa dose de humor temperada com uma pitada de maldade, quanto baste para achincalhar o inimigo.” (p. 93). O conselho fornecido pelo Secretário ao Poeta também pode ser interpretado como maneira de evidenciar ou justificar os mecanismos pelos quais as críticas contidas nas duas narrativas funcionam: utilizar a linguagem cômica para gerar mensagens/posicionamentos dúbios e a exacerbação dos defeitos para depreciar os oponentes.

A metaironia também pode ser inferida na aparente falsa série que as narrativas sugerem ao indicar a continuidade da trama. Começar o livro com o nascimento/ascensão política e social do Poeta e (supostamente) finalizá-la com o trágico e inesperado falecimento do protagonista sinaliza uma abrupta ruptura de linearidade que indicaria uma sequência. A leitura de uma metalinguagem irônica é reforçada ainda pela sugestão de Vasco em *A Morte do Meu Poeta* (1998b) da elaboração de um segundo livro intitulado “O Meu Poeta – livro dois” (p. 35-36).

No terreno da potencialidade do uso do riso em sua ambiguidade/ambivalência provocada pelo “humor” é assinalado no fragmento “Pelo contrário, estava escrito com humor e muita graça e acho que foi isso que mais desorientou e ofendeu o Meu Poeta.” (p. 88,) possibilitando a visualização de uma situação delicada na qual o protagonista se “desorientou” com o argumento risível e careceu de ainda mais astúcia para não se equivocar na resposta. Além disso, o poder de derrisão contido no riso, se utilizado para desqualificar, promove a ofensa, como assinala o texto, mas não necessariamente é essa a única possibilidade de uma mensagem risível: a comicidade pode legitimar certos discursos e o alvo desta zombaria, diferente do que ocorre na citação acima, nem sempre se destina ao opressor.

Daí o compromisso que a(o) escritora(or)/intelectual deve assumir ao se posicionar em um de seus textos, como sublinha – mesmo que de forma irônica – uma das falas do Poeta: “E sabes que sou pessoa de critério e opiniões e que sabe distinguir o bem do mal, enfim, na qualidade de escritor tenho uma responsabilidade acrescida e que me ultrapassa.” (p. 74). Embora tal colocação seja expressada por um personagem com vários desvios de conduta e até mesmo posicionamentos controversos e situacionistas que, provavelmente se utiliza de tal argumento para legitimar ou justificar algum engajamento que lhe seja proveitoso, em suas declarações fora desses textos Germano Almeida costuma endossar o papel da intelectualidade em sua responsabilidade social e política.

Almeida, apesar de trazer colocações questionáveis nas duas narrativas, os compromissos que assume em criticar os problemas sociais e políticos de Cabo Verde são efetuados. Sua inquietação diante do que considera ser os desvios conscientes e inconscientes dos governantes do país, bem como da população cabo-verdiana, são trazidos para o texto de modo ora legitimador, ora problematizador dos aspectos que conformam a sociedade.

O riso político, sob esse prisma, possibilita a abordagem dessas questões e das pessoas envolvidas nos processos, até mesmo revendo e atualizando alguns pontos negativizados em *O Meu Poeta* (1992a) e relativizados em *A Morte do Meu Poeta* (1998b) como a suposição do governo totalitário propiciado pelo regime de partido único enquanto causa principal das mazelas políticas e sociais das ilhas. Ao pulverizar a crítica e apontar outros aspectos e tipos sociais que possibilitam e promovem a durabilidade desses problemas, Germano Almeida cumpre seu papel de mobilizador através de sua escrita, ao invés de utilizar a literatura como um desvio lúdico de função alienante. Sua mobilização, logicamente, ratifica suas ideologias, as quais nem sempre suscitam ideais igualitários e empoderadores.

A leitura de suas obras então necessita de uma análise atenta para o contexto no qual se insere, e a complementação fornecida por suas declarações em entrevistas e mesmo pelo cotejo de suas outras obras, e até de suas atividades como político e editor, possibilita uma perspectiva crítica bastante produtiva. A utilização da linguagem cômica, nesse sentido, proporciona tanto uma maior recepção de suas produções, quanto estabelece um desafio interpretativo para a(o) leitora(or). Todavia, como será que o riso político se comporta em outras produções aparentemente menos engajadas, no sentido das críticas assumidas e defendidas por Germano Almeida?

5 O RISO CRIOLIZADO DE MÁRIO LÚCIO SOUSA

Lúcio Matias de Sousa Mendes, nome de registro de Mário Lúcio Sousa, nasceu em um pequeno vilarejo no Tarrafal, localizado na Ilha de Santiago em Cabo Verde, no dia 21 de outubro de 1964. Segundo relato fornecido pelo autor, aos cinco anos já ensaiava a prática da escrita copiando os rótulos de comida e quando tinha oito anos escrevia cartas para os esposos emigrados. Por ter aprendido a ler precocemente, sua família pediu auxílio ao exército cabo-verdiano para complementar seus estudos secundários (SOUSA; FREITAS, 2010). Foi enviado para o quartel do Tarrafal, antiga Colônia Penal criada pelo Estado Novo Português em 1936 e extinta em 1954, depois reativada como Campo de Concentração para independentistas africanos em 1961 e suas atividades somente foram encerradas em 1974.

Figura 6 – Escritor Mário Lúcio de Sousa



Fonte: Fotografia Enric Vives-Rubio, *Público*, 2015.

Seu pai veio a falecer pouco tempo após Mário Lúcio ser tutelado pelas forças armadas, quando ainda tinha doze anos; três anos depois sua mãe também pereceu. Nesse mesmo ano recebeu uma bolsa de estudos fornecida pelo Estado para fazer sua formação na cidade da Praia, período no qual iniciou uma “ativa participação cívica e cultural” por meio da música. Escreveu para o primeiro jornal pós-independência de Cabo Verde intitulado *Voz di*

Povo aos dezesseis anos, experiência que lhe propiciou o contato com Arnaldo Andrade (então diretor do periódico e posterior Embaixador cabo-verdiano em Lisboa), Franklin Palma (chefe de redação do *Voz di Povo* na época e Presidente do Comitê Olímpico de Cabo Verde em 2010) e Arménio Vieira (jornalista e escritor vencedor do Prêmio Camões em 2009). Suas atividades enquanto jornalista restringiram-se a esse noticiário.

Em 1984 foi para Cuba fazer o curso de Direito na Universidade de Havana. De acordo com o escritor, a vivência de seis anos na capital cubana alargou sua concepção de mundo e de Literatura, proporcionando um maior contato com as culturas das Américas, bem como o “despertar” para a existência de um “espaço crioulo que surge da mistura entre Europa, África e América e que se baseia muito no passado e no imaginário, sem distinção entre realidade e ficção” (SOUSA; FREITAS, 2010).

No ano de 1990 regressa a Cabo Verde e publica seu primeiro livro *Nascimento de um mundo*, uma coletânea de poemas que abordam o país sob a perspectiva dos “signos e símbolos do universo crioulo” sem explicitar o nome do arquipélago. Durante os anos de 1996 e 2001 exerceu o cargo de deputado do Parlamento de Cabo Verde pelo PAICV, sendo que em 1992 é nomeado conselheiro cultural junto ao Ministro da Cultura e em 2011 assume a pasta cultural como Ministro no governo do Primeiro-Ministro José Maria Neves (PAICV), atuando até o começo de 2016. Também recebeu o estatuto de Embaixador Cultural de Cabo Verde em 2002, assim como Cesária Évora, o já assinalado Germano Almeida e Vasco Martins.

Entre maio de 2009 e maio de 2010, Mário Lúcio viajou pela África, América e Europa “à procura dos músicos crioulos que existem no mundo” (SOUSA; FREITAS, 2010) para compor o álbum *Kreol* que conta com a participação de nomes de relevo no campo musical como o

[...] brasileiro Milton Nascimento, o cubano Pablo Milanés, o afro-americano Harry Belafonte, os portugueses Pedro Joia e Teresa Salgueiro, e a sua conterrânea Cesária Évora. "Refiz a rota da escravatura, e foi como encontrar irmãos, porque temos referências, momentos históricos e a língua crioula em comum", refere. (Ibid.)

Foi condecorado em 2006 com a Ordem do Vulcão pelo governo de Cabo Verde juntamente à Cesária Évora, sendo o artista mais novo a receber tal distinção. Sua bibliografia conta com as seguintes publicações: *Nascimento de um mundo* (poesia, 1990); *Sob signos da luz* (poesia, 1992); *Para nunca mais falarmos de amor* (poesia, 1999); *Os trinta dias do homem mais pobre do mundo* (ficção, 2000); *Vidas paralelas* (ficção, 2002); *Adão e as sete pretas de fuligem* (teatro, 2001), *Saloon* (teatro, 2002), *Sozinha não palco* (teatro, 2004),

Vinte e quatro horas na vida de um morto (teatro, 2006), *Um homem, uma mulher e um frigorífico* (teatro, 2007), *Adão e Eva* (teatro, 2011). Recebeu o Prêmio Carlos de Oliveira 2009 por *O Novíssimo Testamento*¹ (ficção, 2009) e publicou a ficção *Biografia do Língua* em 2015.

Artista plástico, cantor, compositor, multi-instrumentista², deputado, dramaturgo, Embaixador Cultural, ex-Ministro da Cultura, formado em Direito, jornalista, escritor de prosa e poesia; Mário Lúcio Sousa transita por vários espaços da criação artística e política de seu país. Embora atue na esfera público-administrativa, não costuma explicitar suas vinculações ideológicas e partidárias em declarações e textos. Sua maior reivindicação atualmente é a propagação do que intitula como “crioulização universal” – bandeira levantada em palestras, entrevistas, músicas e na sua mais recente narrativa longa *Biografia do Língua* (2015) – objeto de análise deste capítulo.

No cenário brasileiro, sua principal projeção se dá através da carreira musical, em decorrência da qual já visitou o país várias vezes, tendo recentemente realizado show em São Paulo e Rio de Janeiro no mês de fevereiro de 2018 com a participação de artistas como Daúde, Emicida, Nina Becker e Orquestra Imperial. Em outubro de 2016, no final de seu mandato como Ministro da Cultura de Cabo Verde, Mário Lúcio esteve em Salvador para lançar seu livro *Meu Verbo Cultura: escritos amorosos sobre cultura e desenvolvimento* (2016), organizado pela professora Cláudia Leitão (UECE) e editado pela EDUFBA. Esse é, até então, o primeiro livro que o escritor publica no Brasil.

Acerca dos estudos sobre o escritor, até a data de 25 de fevereiro de 2018, não consegui localizar teses ou dissertações que se debruçassem sobre as produções literárias. Dentre os textos acadêmicos, encontrei apenas resenhas e comentários sobre suas obras, além de um artigo sobre seus poemas de autoria de Patrícia Camargo, intitulado “O harmonioso contato entre a palavra e o som: Mario Lúcio de Sousa e seu *Nascimento de um mundo*” (2009), o capítulo de coletânea *A identidade badia em O Novíssimo Testamento*³ (2013), de Luís Filipe Martins Rodrigues (Univ. do Porto) e subtópico “1.3 Mário Lúcio Sousa e os quatro Estados da Crioulização” do primeiro capítulo “Crioulização” da tese de João Branco intitulada *Crioulização Cénica: em busca de uma identidade para o teatro cabo-verdiano* (2016) e o livro mencionado sob organização de Cláudia Leitão em 2016.

¹ Primeiro livro de Mário Lúcio publicado em Portugal.

² Em sua carreira musical no grupo Simentera lançou os álbuns *Raiz* (1995), *Barro e Voz* (1997), *Simentera* (1999), *Tr'aditional* (2002). Na trajetória solo são cinco títulos: *Mar e Luz* (2004), *Ao Vivo e Aos Outros* (2006), *Badyo* (2008), *Kreol* (2010) e *Funanight* (2017). (MÁRIO LÚCIO, 2017)

³ Não consegui ter acesso a esse texto editado em Portugal.

Por outro lado, por se tratar de pessoa pública no contexto cabo-verdiano e artista internacionalmente conhecido, a imprensa tem efetuado a cobertura de sua carreira, produzindo reportagens e perfis que servem como suporte analítico desta tese, a par de algumas declarações concedidas por ele na entrevista presencial realizada em Olinda durante os shows da décima terceira edição da Mostra Internacional de Música de Olinda (MIMO Festival), em novembro de 2016, e em respostas enviadas através de correspondência eletrônica já em agosto de 2017, documentos que se encontram anexados no final deste trabalho⁴. Ressalte-se que o livro organizado por Cláudia Leitão (2016) também possui um acervo significativo de conferências, matérias jornalísticas, depoimentos, discursos públicos e artigos de opinião realizados pelo escritor, no que se apresenta como um material bastante produtivo para embasar algumas das análises que proponho.

Sob o prisma da leitura de sua trajetória biográfica fornecida em perfis e depoimentos, é possível notar que, desde criança, a vida de Mário Lúcio Sousa apresenta aspectos pouco convencionais – conforme se observa, em especial, pelas descrições do próprio escritor –, como sua educação no quartel do Tarrafal devido às suas singularidades enquanto “garoto prodígio”, nos termos por ele utilizados nos depoimentos concedidos a Carlos Vaz Marques (2015). Sua infância e adolescência são marcados pela intervenção do Estado, principalmente durante o regime do PAIGC/PAICV, seja em sua formação vivendo no citado ex-campo de concentração, seja por seu estágio no jornal oficial do governo, o *Voz di Povo*.

Órfão desde muito pequeno e com 31 irmãs e irmãos (dentre as(os) conhecidas(os) até agora), foi através da tutela governamental que Mário Lúcio conseguiu ter uma vida distinta de outras(os) meninas(os) com experiências semelhantes. Embora não declare suas vinculações partidário-ideológicas, o escritor justifica sua ação enquanto deputado e Ministro da Cultura – eleito e empossado pela legenda do PAICV após a instituição do regime multipartidário – nos anos de 1996, 2001 e 2011⁵, como forma de retribuir o auxílio “por ter sido um filho muito bem cuidado pelo país” (SOUSA; FREITAS, 2010). Nessa mesma entrevista o escritor afirma não ter “vocação” para a carreira política e que se dedicará exclusivamente à música. Não obstante, em 2011, assume a pasta do Ministério da Cultura. Como gestor, se empenhou em aparelhar o Estado com instituições voltadas para o desenvolvimento das manifestações artísticas criando o Ballet Nacional, Orquestra Nacional, Circo Nacional, Galeria Nacional, Teatro Nacional, Conservatório Nacional das artes, o

⁴ Cujas citações são assinaladas nesta tese como “(SOUSA; GOMES, 2016)” ou “(SOUSA; GOMES, 2017)”.

⁵ Atuou como Ministro até 2016.

Banco da Cultura e o AME – Atlantic Music Expo⁶, festival internacional de música, além de ser um ferrenho defensor da oficialização do crioulo como língua oficial⁷.

Com exceção da defesa da língua crioula e da teorização de seu projeto de “crioulização universal”, o ex-Ministro não costuma se posicionar publicamente sobre outros temas, nem sequer apoiar ou enaltecer regimes e/ou personalidades públicas como faz, por exemplo, Germano Almeida. Também não afirma as motivações ou a relevância da utilização da linguagem cômica – ou numa abordagem mais específica da ironia – em suas obras, novamente, de modo distinto do que efetua Almeida. Neste sentido, é possível conceber sua atuação/mobilização enquanto intelectual restritamente direcionada para a prática artística/cultural e administrativa do que politicamente engajada em discursos – até mesmo os que podem estar presentes em suas obras, como no caso da comicidade.

Sob esse aspecto, o escritor assinala que sua maior contribuição para as pessoas são suas reflexões acerca da já mencionada “crioulização universal”. Partindo dos pressupostos teorizados por Édouard Glissant, Mário Lúcio propõe que o processo de crioulização ‘ultrapasse’ as fronteiras étnicas, raciais, históricas, religiosas e territoriais para tornar-se uma “aquisição cultural” (SOUSA; GOMES, 2016). Suas perspectivas acerca desse tema são analisadas no último tópico como uma das ferramentas interpretativas que auxilia nas leituras de sua narrativa *Biografia do Língua* (2015), objeto de investigação do próximo item deste capítulo. Outras chaves analíticas como as discussões referentes a raça, gênero e classe são aqui pontuadas, de modo a examinar como um texto ficcional sobre a escravização utiliza a linguagem cômica ora de forma problematizadora, ora perpetuadora das desigualdades e opressões. Indago, então, como o riso crioulo de Mário Lúcio, à semelhança de sua proposição teórica, apagaria e generalizaria as diversidades das demandas identitárias em nome de uma utópica harmonia que prega uma igualdade absoluta?

⁶ O mandato posterior ao seu desfez boa parte desses empreendimentos. (SOUSA; MONTEZINHO, 2016)

⁷ Como defende no discurso, dentre outros pronunciamentos e textos, proferido no empossamento da Comissão Nacional para as Línguas, na cidade da Praia em 30 de outubro de 2012 (SOUSA, 2016, p. 97-98).

5.1 “MAS ALGUÉM JÁ VIU UM CONDENADO À MORTE DE GARGALHADAS?": LEITURA DE *BIOGRAFIA DO LÍNGUA* (2015)

Biografia do Língua, publicado em 2015 pelo escritor cabo-verdiano Mário Lúcio Sousa, traz dois enredos em sua narrativa. No primeiro plano é narrada a trajetória do escravizado Língua, “nome de casa⁸” de Esteban Montejo Mera, que pronunciou as primeiras palavras “tenho uma língua” (p. 22) com apenas sete meses de nascido e com cinco anos foi oferecido ao rei de Portugal pelo governador de sua província, para trabalhar como tradutor entre os grupos africanos e os colonizadores, no que recusou tal proposta afirmando categoricamente ainda no gabinete do governador: “Não vou”. Então, assim como assinala o texto, “Destino de menino negro em tempo de escravo, tão previsível quanto imprevisível” (SOUSA, 2015, p. 42), o menino foi novamente vendido e enviado à uma plantação para trabalhos braçais e, posteriormente, viveu várias experiências comuns a outras pessoas sob situação da escravização: trabalhou desumanamente, passou por muitos relacionamentos afetivos e sociais regidos pelo sistema escravocrata, teve dúvidas, incertezas, medos, revoltas e paixões.

Essa narrativa, diferentemente de outras histórias que planificam o sujeito escravizado, confere subjetivações que individualizam o personagem; ele não é simplesmente escravo, essencializado, subalternizado, passivo, desumanizado (novamente, necessário recorrer a esta redundância). A personalidade extraordinária de Língua, assim como suas experiências não convencionais, o fazem ser digno de uma biografia – quando se sabe que às pessoas submetidas ao regime de escravização, e também às(aos) suas(seus) descendentes, é negado o direito à memória, à história – cujo autor recebe essa incumbência pelo mesmo governador que enviou Língua para trabalhar na plantação; o escritor precisa elaborar a biografia de um escravizado que falou pela primeira vez aos sete meses de idade. A história precisava iniciar-se no dia em que ele nasceu e findar no momento em que ele pronunciou “tenho uma língua”. Tal tarefa, de acordo com o narrador, não era aleatória, ela se prestava a enaltecer o reino português:

Então, comecei a imaginar como devia contar a história de um ilustre negro de sete meses, ao ponto de testemunhar ante o mundo conhecido e por conhecer que Portugal era tão supremo a civilizar que tinha alcançado a imprevisível missão de fazer com que os negros trouxessem já na língua o português, como nas veias se traz o sangue. No fundo era o que queriam que

⁸ “Nome de casa” é a designação que Mário Lúcio utiliza para distinguir o nome que as(os) escravizadas(os) recebem de seus patrões que divergem da denominação recebida em seu registro de batismo.

eu fizesse. Pois, com isso, um império do tamanho do Planeta estaria a nascer e, doravante, quem quisesse negociar com os negros da costa, e talvez com todo o Novo Mundo, tinha de pagar pela tradução genética, que seria a única fiável e divina. (p. 25)

O autor da biografia do bebê escravizado de sete meses é um condenado à morte pelo pelotão de fuzilamento e integra o segundo plano da narrativa de *Biografia do Língua*. Seu último pedido antes de ser executado é contar a história de Língua, todavia, o seu verdadeiro desejo não é contar a história para poder viver, mas sim impedir que a história morra. O Condenado, que no livro não recebe nome próprio, é designado dessa forma ao longo da obra, bem como também é referido por “Sr. Condenado”. Esse personagem e sua história encantam o pelotão e o transforma em audiência que se fixa na Falésia, local onde ocorreria o fuzilamento, para ouvir seu relato. Posteriormente, aos soldados se juntam outras patentes do exército, componentes do alto escalão colonial movidos pela curiosidade acerca do Condenado e a não efetivação de sua execução, além de parentes, amigas(os), conhecidas(os) que, na busca pelas pessoas que não retornaram às suas casas, também se estabelecem no lugar.

No emblemático lugar chamado de Falésia – nome dado a um acidente geográfico também conhecido como precipício, abismo, despenhadeiro – uma espécie de comunidade utópica é formada: crianças, jovens, adultas(os) e idosas(os) se juntam para ouvir uma história. Toda a dinâmica desse grupo gira em torno disso: uma nova linguagem através de gestos é criada para não atrapalhar o Condenado; novos hábitos de alimentação, sono, trabalho, relações sexuais, higiene, afeto, são adaptados a esse cotidiano. Pessoas nasceram, cresceram e morreram durante os mais de 100 anos em que o Condenado relatou a trajetória de Língua, que viveu até os 105 anos de idade.

No que concerne ao teor cômico de suas narrativas, embora *O Novíssimo Testamento* (2010) e *Biografia do Língua* (2015) abordem temas considerados tabus como a ressuscitação/reencarnação de Jesus e a escravização, respectivamente – em dissonância com o tratamento usualmente conferido –, Mário Lúcio Sousa utiliza o riso para se distanciar das imagens estereotipantes e estigmatizadoras que circundam essas histórias. No entanto, quando indagado sobre a motivação do uso da comicidade em suas obras, o escritor assinala:

Na verdade eu não tenho uma motivação, vai surgindo naturalmente, eu acho que eu gosto do lado humorístico das coisas. O lado de como é que a imprevisibilidade da comédia, o riso, ele vem do primitivo e da sequência lógica. Então eu gosto disso. [...]. E assim vão surgindo essas situações cômicas naturalmente primitivas. (SOUSA; GOMES, 2016)

Mesmo que afirme não ter uma motivação para sua utilização da linguagem risível e a compreenda como ‘naturalmente primitiva’ e ‘imprevisível’, seu recurso em obras que tematizam a perspectiva do retorno de Jesus ressuscitado numa mulher negra idosa africana de Cabo Verde sob o julgo colonial português, bem como a vida de um homem escravizado que falou pela primeira vez aos 7 meses de idade, viveu a abolição da escravização e a independência de seu país, possui uma potência crítica política que nem sempre é suficientemente explorada nos textos. Conforme assinalado anteriormente, mesmo que não explicita seus posicionamentos acerca da presença da comicidade e dos aspectos político-ideológicos em suas narrativas, as análises que proponho se fundamentam no cotejo com outras produções escritas de Mário Lúcio Sousa, literárias ou não, nas quais o projeto político do autor se desenha, principalmente pela reivindicação da criouliização.

Nesse sentido, e como já delimitado nesta tese, o horizonte interpretativo que assumo compreende os discursos estéticos ou não estéticos como proposições políticas, mesmo que essa dimensão não seja declarada/reivindicada/teorizada pelas(os) suas(seus) emissoras(es). Assim, ainda que Mário Lúcio não explicita os aspectos políticos de suas produções, é possível analisá-las como elementos integrantes de seu projeto político, conformado não somente por sua atuação pública enquanto deputado e ministro, mas também em suas reflexões sobre o processo de criouliização, conforme sinalizado no tópico posterior.

Quando questionado sobre a utilização do riso como posicionamento político, Sousa assevera:

Não, eu não... na verdade a política vista como carreira ou como sistema, não me merece grande apreço. Mas como ação da atividade para uma determinada área que é da gestão pública, exercer um cargo eleito escolhido pelos seus co-cidadãos, para tornar a vida mais fácil, mais alegre e melhor, eu gosto dessa parte. Então na minha escrita eu não tenho nenhum posicionamento político, porque desse lado a política não tem importância, a arte é maior. E o lado humorístico tem a ver com minha posição perante a vida, entendeu? Tudo isso é transitório. O melhor que a gente pode fazer, a forma mais sábia de estar na vida é de nós rirmos de nós mesmos. Então eu encaro tudo isso com uma anti-seriedade porque a seriedade é um fingimento. Porque a gente tem que ser honesto. E isso implica toda uma postura em volta. (SOUSA; GOMES, 2016)

Compreende-se assim, a partir do que propõe o autor, que é traçada uma divisão entre arte e política na qual a primeira assume o protagonismo, e que o riso está mais relacionado com aspectos psicológicos/subjetivos. Entretanto, essas concepções não excluem a leitura crítica do emprego da comicidade como uma forma de posicionamento politicamente situado e que está diretamente atrelado ao fazer artístico. Em sua colocação, a práxis política se resume ao exercício de cargos públicos obtidos através de eleições, numa perspectiva próxima

do que estabelece o senso comum, sem considerar sua acepção ideológica presente em vários campos da vida em sociedade.

É como se fosse possível desassociar sua atuação nos mandatos do que pretende promover com/em suas obras. E ainda que em ambos os casos seu interesse se restrinja ao fomento do bem-estar social “para tornar a vida mais fácil, mais alegre e melhor”, deve-se interrogar quais são os ideais que o norteiam, de modo a entender para quem e como essas propostas podem ser efetivadas, seja através do exercício público de gestão, seja por meio do fazer literário/artístico.

Ainda sobre o riso em suas produções o autor assinala:

Na verdade, embora creia profundamente que o riso é dos mais belos recursos da vida, nunca o utilizei expressamente na minha escrita como tal. Às vezes rio-me enquanto escrevo, quando me assalta uma boa sacada. Quando releio o livro, uma única vez, o primeiro exemplar impresso, também farto-me de rir. E quando vou assistir em teatro as peças que escrevi, não deixo ninguém ouvir, dou gargalhadas do princípio ao fim. Quase sempre surgem-me muitas situações cômicas no meio das minhas narrações, mas acho que é o meu hábito natural de não levar a vida completamente a sério. Nos momentos mais tensos ou tristes aparecem as minhas soluções mais absurdas.

[...] . Os contemporâneos que me fazem rir são Garcia Márquez, Saramago, Vadinho [Valentinus Velinho, poeta] e Germano Almeida. Eu acho que tem a ver com o carácter. Porque o riso é desprendimento e, também, como diziam os confucionistas, traço de sabedoria. (SOUSA; GOMES, 2017)

Sob a perspectiva psicologizante proposta por Sousa de compreender o riso como uma resposta a um estímulo, no qual o interesse aparenta recair no que promove a comicidade ao invés de atentar para como esse caráter risível é utilizado, demonstra, além da postura ideológica do autor, uma possibilidade analítica para investigação de seu processo criativo. Ao pontuar que “Quase sempre surgem-me muitas situações cômicas no meio das minhas narrações, mas acho que é o meu hábito natural de não levar a vida completamente a sério”, o trabalho de elaboração estética não necessariamente deriva do uso consciente de determinadas estratégias/técnicas, estando mais relacionada com a personalidade/humor do autor, no sentido de temperamento, estado de espírito. Entretanto, ao sinalizar tal interpretação não descarto a possibilidade dessa colocação do escritor ser um subterfúgio para não evidenciar suas estratégias discursivas/ideológicas ao empregar o riso em seus textos narrativos.

Posto que, mesmo que não explicita/considere as motivações para o uso da linguagem cômica em suas obras, alegando se tratar de uma utilização quase inconsciente ou despropositada, é relevante questionar seu emprego em narrativas as quais, comumente, recebem um tratamento mais cerimonioso e grave, como o retorno de Jesus e a escravização

de pessoas. Abordar essas temáticas com a linguagem risível já não implica um posicionamento, pelo menos de rompimento com as outras produções literárias sobre o mesmo assunto?

O tema da escravização, por exemplo, foi abordado no romance *O Escravo* de 1856, de autoria do português radicado em Cabo Verde, José Evaristo de Almeida, que narra a história do escravizado João, habitante da ilha de Santiago em 1835, que se apaixona pela filha de seu dito proprietário, Maria. O fim trágico do protagonista, morto para proteger sua amada, e de sua mãe, indignada com o tratamento que recebe dos brancos, não apresenta diálogos explícitos com a narrativa de Sousa. Pelo contrário, possui o mesmo tom moralizante e estereotipante das produções que abordam a vida de escravizadas(os), cujo final traz a suposta redenção da(o) personagem subalternizada(o) – no caso brasileiro também podemos incluir o indígena nessa tipificação – por meio de seu sacrifício em prol, geralmente, das(os) personagens brancas(os).

Nesse sentido, *Biografia do Língua* (2015) promove um rompimento com essas narrativas de subalternização do protagonista negro-escravizado, ainda mais por conferir ao personagem a potência crítica de derrisão contestatória dos senhores que o subjugam, através de sua insubmissão demonstrada desde a negativa à solicitação do governador quando ainda era criança. Entretanto, como discuto posteriormente, esse caráter transgressor não é homogêneo no texto, estando ainda presentes certos posicionamentos que reforçam ideais sexistas, como a representação das personagens femininas, e impulso insubmisso e questionador do protagonista como forma de apagamento e esvaziamento de outras(os) sujeitas(os) escravizadas(os) na trama.

Como recorte analítico, priorizarei a narrativa de Esteban Montejo, o Língua, em detrimento da trajetória do Condenado por compreender que a primeira história traz mais contribuições para as discussões sobre raça, gênero e classe ao tematizar a vida do escravizado em suas relações sociais e afetivas nos diversos contextos históricos que vivenciou. Ressalvo ainda que, apesar da ênfase na acima citada trama, também analiso a construção da comunidade utópica da Falésia, por compreendê-la como inserida na proposta de criouliização elaborada por Mário Lúcio.

Acerca da narrativa do Língua, o escritor explana na parte pré-texto, designada como “Pré-História”, que a inspiração do livro veio da biografia do ex-escravizado Esteban Montejo e sua peculiar trajetória:

Inspirou-me a vida de um homem de rara estirpe, talvez o único neste mundo que viveu o colonialismo, a escravatura, a Abolição, a guerra da

independência, a independência, a ocupação, o capitalismo, o imperialismo e o comunismo, sucessivamente e num mesmo lugar. Quando Barnet o entrevistou em 1963, esse homem tinha 104 anos e dizia chamar-se Esteban Montejo. (p. 12)

O livro ao qual Mário Lúcio se refere é intitulado *Biografía de un cimarrón*⁹ (1966), de Miguel Barnet. Cimarron (*cimarrón*), conforme postula Beatriz Cannabrava, tradutora da versão brasileira do texto de 1986¹⁰, é um termo que designa “selvagem, que vive no mato” e no contexto cubano se refere ao “escravo fugido que vivia sozinho nas matas, isolado de todo convívio humano” (p. 7). Nessa obra, a trajetória do ex-escravizado cubano Esteban Montejo Mera – mesmo nome do protagonista Língua – é narrada por meio do testemunho que ele concede ao antropólogo e escritor, também cubano, Miguel Barnet. Escrito em primeira pessoa, conta a vida de um escravizado fugido que viveu a escravização, colonização, abolição, as guerras pela independência e a independência que faleceu aos 105 anos – assim como em *Biografia do Língua* (2015).

De acordo com Barnet, o encontro com Esteban Montejo ocorreu graças a um anúncio comemorativo em jornal com entrevistas de anciãs(ões) com mais de cem anos. Duas falas chamaram sua atenção, uma senhora de cem anos, que era mãe de santo e espírita que havia sido escravizada e um homem de cento e quatro anos escravo fugido e que lutou na Guerra da Independência. Com o interesse inicial de pesquisar os relatos sobre religiosidades e “superstições” – nos termos do autor – as descrições que Montejo conferiu aos fatos históricos encantaram o pesquisador que organizou cronologicamente suas declarações e publicou o livro. Muito dos detalhes contidos no texto de Sousa, como cobrir as feridas dos castigos com folhas de tabaco umedecidas com urina e sal; as nomenclaturas dos grupos étnicos como lucumis e congos; os nomes e sobrenomes dos protagonistas serem igualmente Esteban Montejo Mera, até mesmo a explicação para esse nome; a utilização dos mesmos nomes também dos padrinhos e pais do ex-escravizado, dentre outros elementos, estão presentes em *Memórias de um cimarron* (1986). Um dos principais pontos de dissonância entre os outros se refere à descrição dos relacionamentos sexuais/afetivos dos protagonistas.

Enquanto que no texto organizado por Barnet, os relacionamentos afetivos de Esteban não são colocados, com exceção do caso de uma mulher – não nomeada – que deixa sua casa como herança para o Cimarron, Mário Lúcio opta por abordar e designar as mulheres com as quais o Língua se relacionou com apelidos “carinhosos”, além de enfatizar esses casos na

⁹ As edições que consultei são a versão publica no Brasil, intitulada *Memórias de um cimarron* (1986), traduzida por Beatriz A. Cannabrava pela Editora Marco Zero e *The autobiography of a runaway slave* (1968) publicado pela empresa londrina Bodley Head.

¹⁰ As menções ao livro de testemunhos de Montejo a partir de agora se referem à edição brasileira de 1986.

narrativa em detrimento de outros aspectos sociais/históricos como, por exemplo, a atuação do personagem na Guerra pela Independência.

Assim como em *Memória de um cimarron* (1986), *Biografia do Língua* (2015) prioriza sua narrativa nos aspectos cotidianos dos escravizados protagonistas, pontuando os comportamentos e percepções que as pessoas em situação de escravização possuem acerca dos costumes e de sua convivência enquanto familiares – ou pelo menos nas reconfigurações parentais surgidas com o afastamento compulsório – e nos relacionamentos afetivos-sexuais. Por mais que os relatos sobre as violências e arbitrariedades sejam assuntos necessários para que possamos ter alguma dimensão do maior genocídio da história da humanidade, como forma também de entender os impactos que a escravização exerce na comunidade negra diaspórica ao redor do mundo e promover políticas de reparação para tentar amenizar as estruturas de desigualdade, é importante ainda que a representação de negras(os) escravizadas(os), africanas(os) e afrodescendentes seja realizada de modo a não reiterar os processos de subalternização dessas(es) sujeitas(os).

Processos esses que envolvem caracterizar as pessoas escravizadas enquanto essencialmente submissas, passivas, inconscientes e incapazes de reagir e se revoltar contra o sistema que arbitrariamente lhes subjuga. Não obstante, restrinjo minhas análises nesse capítulo à situação de escravização situada no contexto do comércio de indivíduos desenvolvido por países europeus em investida contra o continente africano desde o século XV até XIV, para delimitar as referências e conjuntura, posto que atualmente ainda persistem práticas de trabalho escravo no mundo – mesmo que não mais ocorra de forma oficial/regulamentada.

Acerca de sua motivação ao tematizar a trajetória de um escravizado, Mário Lúcio (2015, p. 12) assinala na “Pré-história” que: “Eu escolhi a ficção para recontar a vida desse homem porque os factos da vida de um escravo ultrapassam qualquer realidade e qualquer imaginação actuais. É algo assim só comparável à vida de um perpétuo condenado à morte.”. A estigmatização de pessoas submetidas a essa situação é um assunto/tema presente em várias narrativas em diversas plataformas estéticas, possivelmente, como maneira de silenciar os envolvimentos, práticas e lucros obtidos com o tráfico de humanos, cujas riquezas materiais e imateriais ainda fomentam as classes dominantes.

Entretanto, a memória advinda de relatos de escravizadas(os) ainda não é suficientemente divulgada de maneira ampla, posto que, devido à interdição de acesso ao letramento para maioria desse contingente, muito da exposição documentada das vivências dessas pessoas é intermediado por terceiras(os) que possuem o domínio formal da escrita. Daí,

tanto a reconstituição de laços de parentesco como o conhecimento sobre essas trajetórias como forma de legado para suas(seus) descendentes é negada. A importância de obras como as trajetórias de dois cubanos, *Biografía de un cimarrón* (1966) de Esteban Montejo¹¹; *Autobiografía* de Juan Francisco Manzano (1835); *An interesting narrative. Biography of Mahommah G. Baquaqua* (1854), nascido em Uidá/Ouidah atual Benin; *Twelve years of slave* (1855), do estadunidense Solomon Northup, recai nessas maneiras encontradas para confrontar a história oficial que apagou e silenciou a existência social, política, afetiva, cultural, religiosa e étnica de indivíduos escravizados.

Cabe, no entanto, propor algumas ressalvas à caracterização do protagonista feita por Mário Lúcio em *Biografía do Língua* (2015). O Língua é desde os primeiros momentos da narrativa descrito em sua excepcionalidade frente às(aos) outras(os) escravizadas(os), como se observa nos excertos: “[...] um preto de sete meses, tão preto, tão preto, que quando se estrear a brincar com as outras crianças poderá esconder-se à sombra e não será visto, está a dar que falar.” (p. 19), “Aos sete meses de idade, o preto abriu a boca e, quando toda a gente pensou que ia cuspir o leite, disse: Tenho uma língua.” (p. 22, grifos do autor) e “Pois é, Majestade, um negro que fala aos sete meses de idade, em bom e não em ultramal português, Majestade, não é tesouro a menosprezar.” (p. 22). Por mais que tenha se recusado a servir ao governo português na função de tradutor – de maneira precoce e corajosa, posto que essa decisão fez com que fosse enviado para o trabalho braçal nas lavouras – as atitudes e capacidades (tanto as naturais como as extraordinárias) do personagem o distingue dos demais como se apenas ele fosse lúcido e destemido o suficiente para romper a suposta acomodação, contrariando seus senhores, inclusive as autoridades administrativas, e fugir. Tal leitura pode ser averiguada com os avisos e interdições constantes que outros escravizados como seu padrinho, os anciões e as mulheres advertem sobre os castigos infligidos àquelas(es) que fogem e também se estendem aos demais que concordam/apoiam tal ato.

¹¹ As datas e títulos se referem às primeiras edições/publicações das obras. Cito esses livros como exemplos de narrativas escritas pelos próprios ex-escravizados, como nos casos de *Autobiografía* de Juan Francisco Manzano (1835), *An interesting narrative. Biography of Mahommah G. Baquaqua* (1854), ou narrada oralmente, como em *Biografía de un cimarrón* (1966). O livro *Incidentes na vida de uma garota escrava escritos por ela mesma*, de Harriet Ann Jacobs (lançado pela primeira vez nos EUA em 1861), será publicado pela Ateliê Editorial em breve, segundo informe da empresa divulgado em sua página no Facebook no dia 02 de abril de 2018. Esse texto já havia sido publicado no Brasil pela extinta editora Campus, do Rio de Janeiro em 1988, conforme também assinala a Ateliê Editorial (cf. <https://goo.gl/uvkAv2>). Ainda são pontuados pela empresa editorial brasileira outros títulos escritos ou que abordam a vida de escravizadas(os) como *A história de Mary Prince: uma escrava das Índias Ocidentais* (primeira publicação em 1831), editada no Brasil em 2017 pela Livrus, *As narrativas de Asa-Asa e Venture: dois africanos escravizados [18--]* (2017, também pela Livrus) e *A narrativa da vida de Frederick Douglass, um escravo americano: escrita por ele mesmo, de 1845* (2016, editado no Brasil pela Createspace Independent Publishing Platform). Outra importante referência bibliográfica é a biografia sobre a estadunidense Harriet Tubman intitulada *Bound for the Promised Land – Harriet Tubman: portrait of an American Hero* (2004), de Kate Larson.

Para além disso, havia nos velhos o grande temor de os fujões serem recapturados. Pois então tudo dobrava de crueldade: os cães, as chibatadas, as folhas de tabaco com urina e sal, a dieta, o trabalho e a impossibilidade de virem a ser alforriados. Portanto, nem pensar em segredar o assunto ao padrinho. Sabia também que as mulheres eram radicalmente contra as fugas. Tinham o receio fundamentado de que, por uma tagarela, fossem pagar todas as outras pobres caludas. [...] Então, o Língua percebeu: É triste termos um plano de vida ou de morte e não podermos confienciá-lo a ninguém. O Língua só tinha Deus como cúmplice e confidente. (p. 195-196)

Enquanto as(os) demais são retratadas(os) como preocupadas(os) unicamente com as consequências do não êxito da fuga, do que acontece com quem é pega(o), até mesmo apresentando um cuidado com o coletivo, o protagonista ouve os conselhos e relatos, mas seu desejo de liberdade é maior que o medo das(os) que continuam vivendo sob esse regime desumano. As mulheres são representadas na citação acima enquanto potenciais deladoras, acentuada ainda pela colocação da não confiabilidade entre si devido à possibilidade de existência de “uma tagarela” e isso se tratar de um “receio fundamentado”, como se tal atitude não pudesse ocorrer entre os homens.

Apesar de não ter pontuado outros casos de fuga na narrativa – inclusive como forma de atribuir coragem e insubordinação a outras pessoas – e a ênfase sobre o tema recair nas punições para quem comete tal infração, a reflexão acerca dos suicídios aparece no texto como a via predominantemente escolhida por quem não suporta viver sob a escravização:

Portanto, a mortandade não é por causa dos castigos ou das doenças, é por outra coisa. Sim, mas que coisa é essa? Correm rumores de que os negros andam a suicidar-se. Suicídio?, perguntou o Língua ao seu padrinho. Sim, respondeu-lhe o padrinho: quer dizer morrer matando a cabeça. E o Língua sorriu apenas. (p. 190)

Essa colocação aparece na narrativa após as considerações sobre a preocupação dos patrões com as altas taxas de mortes apresentadas entre as(os) escravizadas(os) como algo, do ponto de vista econômico, bastante oneroso para esses senhores. Nesse sentido, o suicídio aparece como uma maneira de não sofrer com a opressão, além de não expor as(os) demais em planos de fuga, porém, concomitantemente, não representa o esforço em burlar a segurança, driblar o sistema e escapar – até para juntar-se em quilombos ou *palenques*, aspectos de resistência não mencionados no texto.

Ainda, a resignação/letargia das(os) escravizadas(os) frente ao sistema de trabalho forçado que pode ser lida como a justificção para o não enfrentamento, encontra-se na seguinte descrição:

Mas, para converter-se em besta de trabalho, ao escravo bastava o primeiro raio de sol e um corpo que se metamorfoseava de larva a mula num segundo. A alternativa não existia. Se existia, eles não conheciam. Por reflexo

condicionado, quando a chamada era feita na segunda-feira de manhã, presente, respondiam todos, e arre, ao campo, dizia o contramestre. Em poucos minutos, desmembravam-se com uma dolorosa genica maquinal, não havia inda máquina. Batiam como se estivessem acabadinhos de nascer para o trabalho. É o que fez o Língua, mas tanto o padrinho como a madrinha perceberam que o brio de trabalhar tinha chegado ao fim. Sinais, porque um escravo nunca espreguiça. (p. 171)

Além de justificar a distinção entre Língua e as(os) demais escravizadas(os) por seu ato ‘transgressor’ de espreguiçar-se, as outras descrições desumanizam os hábitos de trabalho como gestos “condicionados” performados por “besta de trabalho” com sua “genica maquinal”. Tal representação não considera essas práticas como formas de resistência resilientes, que não excluem a revolta, mas são maneiras de permanecerem vivas(os). Esse reducionismo apenas acentua o medo da punição como único motivador desse automatismo servil, sem possibilitar que outros atos de insubordinação estejam implicados no cotidiano dessas pessoas. A interpretação desse enfoque é reforçada pela colocação de que esse comportamento se fundamentava no fato de que “A alternativa não existia. Se existia, eles não a conheciam.”, planejando assim todas(os) as(os) sujeitas(os).

Sob esse aspecto, enquanto as outras pessoas escravizadas eram generalizadas, o Língua possuía sua singularidade. A iniciativa de fuga do protagonista e suas ambições à liberdade são individuais, a consideração pelo coletivo se restringe ao afeto por seus padrinhos e sua amada, não sendo traduzido em ações voltadas para a libertação ou mesmo insurreição comunitária de seus pares no trabalho forçado.

Possivelmente tal caracterização seja um intertexto com os testemunhos de Esteban Montejo, cujo ímpeto individualista de fugir é pontuado, mas também é colocado que o cubano se engajou na libertação coletiva nas lutas pela independência, conforme descreve Barnet na Introdução à Primeira Edição (1966, p. 13): “Um forte sentimento individualista que o leva a viver isolado, ou melhor, desligado de seus semelhantes, mas que não foi obstáculo para sua integração a fatos coletivos como a Guerra da Independência.”. Entretanto, na narrativa do Língua o relato de sua atuação nos combates não é colocado.

Ainda sobre a aparente singularidade do Língua, a descrição de sua fuga ressalta a ousadia e a sagacidade do personagem, além de demonstrar a individualidade de sua iniciativa:

Passou a observar com agudeza os movimentos e os hábitos do contramestre: estudou-lhe os passos, o lado em que ele levava o machim, a bainha onde manietava a faca, o ângulo da sua mirada vesga, sua cabeça sobre as costas, o penedo onde se sentava para espiar as raparigas, a sua estatura e robustez, e reparou num detalhe: o contramestre tinha a mania de dar as costas às pessoas, como desprezo.

Debilidade encontrada em quem tem forças.

[...] E, no momento que [o contramestre] virou a cara para continuar a caminhada, recebeu na figura uma pedrada que o deixou de bruços como um camelo. Tentou levantar-se, mas voltou a cair com a cara ensanguentada. O Língua atirou-se como uma fera para cima do contramestre abatido, sacou-lhe o machim e a faca e desapareceu como uma lebre na direção da floresta. (p. 197)

O engenho demonstrado pelo personagem ao estudar os costumes do contramestre discretamente para não ter seu plano descoberto, buscando uma maneira de imobilizá-lo tendo em consideração sua estatura corporal diminuta diante da “robustez” do oponente, além da audácia em contar com a sorte da pedra ser atirada de modo a acertar o capataz para impossibilitá-lo de impedir a fuga, ratificam a caracterização de excepcionalidade conferida ao protagonista. Seu planejamento e ação são efetuados individualmente, sem contar com nenhum apoio de outra pessoa. Ainda assim, sua fuga consegue ter êxito logo na primeira tentativa.

Ao contrário do que ocorre na narrativa que inspirou o texto de Sousa, *Biografia de um cimarrón*¹² (1986, p. 43), na qual Esteban tem seu primeiro plano de fuga fracassado e mesmo assim não desiste de escapar da escravização, “Eu nunca esqueci a primeira vez que tentei fugir. Essa vez falhei e estive uns quantos anos escravizado de medo a que tornassem a me pôr a grilheta”. Em *Biografia do Língua* (2015) o protagonista também possui essa mesma personalidade insubmissa e, nos dois textos, os relatos dos perversos e modelares castigos impostos às(aos) que fogem não são assinalados. Tais descrições dessas punições – por vezes minuciosas – são evocadas em outras obras para proporcionar um alerta/apelo de sensibilização de leitoras(es) dos crimes cometidos pelo regime escravocrata.

Nesse sentido, como forma de distanciamento das narrativas fundamentadas na dor, a crítica/questionamento das práticas e posicionamentos desumanos efetuados na/pela escravização dá o tom de boa parte da narrativa sem para isso enfatizar nas agressões físicas e demais aspectos da violência escravagista. Uma dessas contestações que inverte a lógica da subalternização e ridiculariza o opressor é expressada na seguinte ironização: “Aliás, coisa que em tempos se chegou a pensar na Europa: que os africanos não tinham mães, que nasciam das rachas das pedras como musgos. Podia haver exceções, como aqueles dois africanos que foram imperadores de Roma e os quatro que foram papas no Vaticano.” (p. 171). A zombaria com esse tipo de concepção observa, entre outras possibilidades, a análise da exposição cômica do absurdo desse tipo de lógica, de modo sarcástico, bem como evidenciar a

¹² O cotejo com a biografia de Esteban Montejo não é o foco desta pesquisa. No entanto, considero bastante profícuo o trabalho que se debruce especificamente sob a leitura comparada entre essas duas narrativas.

coisificação de africanas(os) ao negá-las(os) suas características humanas enquanto tática discursiva para justificar as atrocidades cometidas, como sequestrar, vender e violentar pessoas.

As representações históricas das(os) africanas(os) pelo Ocidente/Europa são comumente retratadas de forma negativa/perjorativa, inclusive recebendo respaldo religioso dentro da doutrina judaico-cristã. Exemplo disso é a história bíblica de Cam, filho de Noé, o qual recebeu uma maldição do pai que dizia que suas(seus) descendentes seriam condenadas(os) a serem servas(os) das(os) demais herdeiras(os) do patriarca construtor da arca. Ainda nessa narrativa, Cam teria dado origem aos povos africanos. Esse postulado religioso serviu como um dos argumentos que foram utilizados historicamente desde o século XV para justificar o início do processo mercantil de escravização, ao afirmar que as(os) africanas(os) tivessem de ser arrancadas(os) de seus lares e obrigadas(os) a realizar trabalhos forçadas(os) do outro lado do mundo, posto que tal sacrifício seria o preço a ser pago para alcançar a salvação de suas almas. Durante o século XIX essas teorias ainda eram usadas pelos senhores de escravizadas(os) e reforçadas pela linha científica do chamado racialismo, na qual diversos intelectuais, a exemplo do francês Arthur de Gobineau (1816-1882), afirmavam que as(os) negras(os) seriam representantes de uma raça inferior.

Acerca dos posicionamentos apresentados sobre a raça/cor das(os) personagens, é possível ler as colocações sobre as(os) negras(os) africanas(os) em situação de escravização como ambivalentes. Ao passo que enaltece a tonalidade negra escura da pele do protagonista, em fragmentos como “Era todo ele uma noite ilustrada.” (p. 21), outros excertos, inclusive que antecedem essa descrição são apresentados de modo pejorativo: “Da palma das mãos à sola dos pés, o menino era todo um breu cintilante como uma pancada na vista.” (Ibid.). Também assinala negativamente o fenótipo em referência a outras pessoas: “Vinham todos [escravizados(as)] silenciados e da cor da hulha, como filhos de uma mesma mãe carvão. (p. 95)” e “Era a mulher mais preta que ele alguma vez vira. E isso intrigou-o. Tão preta era a mulher que parecia não querer parecer. E foi o que o Língua lhe disse: Você é muito preta, mulher.” (p. 264), essa última observação aparece em tom jocoso no texto.

Quando pontuadas no texto, todas as caracterizações de cor da pele se referem à tonalidade negra-escura. A última citação, inclusive, é assinalada em primeira pessoa, logo, trata-se da perspectiva do protagonista – descrito como negro-escuro – que se mostra impressionado por ter encontrado outra pessoa tão preta quanto ele. Já o Condenado não possui sua cor/raça explicitada na narrativa.

Ainda sobre a representação de escravizadas(os) em *Biografia do Língua* (2015), é possível observar o investimento descritivo-analítico distintivo das pessoas nessa situação, acentuando nessas trajetórias o aspecto contingencial. Contudo, a fundamentação sobre a imprevisibilidade da trajetória do Língua promove, conforme já sinalizado, sua diferenciação em termos de supervalorização do personagem, descrevendo seus comportamentos e posicionamentos como distintos das práticas e caracterizações de outras pessoas escravizadas.

Tanto quanto se sabe neste mundo, negro escravo nenhum jamais pronunciaria semelhante frase [não vou]. Primeiro, porque quando um negro era engraçado, os donos criavam-no em casa, como mascote, e era domesticado para dizer sempre e eternamente sim senhor. Segundo, quando um escravo recusava trabalhar era escravo morto. (p. 86)

Novamente, a narrativa esvazia outras possibilidades de resistência e insubordinação ao enfatizar o suposto consenso verificado em relação às atitudes adotadas pelas(os) escravizadas(os) de constante obediência passiva, que não reconhece posturas de recusa às ordens emitidas. Tal frase pode estimular a risibilidade devido à sua elaboração hiperbólica, porém, é pouco provável classificá-la como uma ironia por não haver sinalizações posteriores ou anteriores que indiquem sua conotação enquanto crítica ou ridicularização desse tipo de concepção generalizante. Os fragmentos que seguem após essa citação no livro reforçam a singularidade desse gesto transgressor assumido pelo Língua.

No livro ficam também expressadas as críticas direcionadas ao apagamento da memória das pessoas escravizadas, apenas registrados alguns dados sobre o nascimento, procedência, proprietárias(os) e demais aspectos, contando ainda com alterações criminosas.

Nas ilhas, só a Bíblia é mais sagrada do que o livro de assentos de escravos. Por ele sabe-se de faustosos proprietários que são filhos de escravos, de escravos que foram filhos de homens livres, de gente que trocou de apelido [sobrenome] para apagar o passado, gente que comprou apelido para branquear o futuro e gente que desapareceu inteira e completamente com nome, apodos, fortunas e tudo. Conta de pessoas que foram apagadas com uma borracha até perderem a tinta, que foram riscadas, emendadas, corrigidas, sobrescritas e marcadas com uma cruz para o resto da vida, e de outras que foram rasgadas, queimadas, mutiladas e deitadas ao mar sem compaixão nenhuma. Sabe-se de famílias completas que se perderam no desaparecimento inexplicável de certas páginas, confidenciou-me Zacarias. (p. 92)

A descrição da narrativa sobre os relatos contidos no livro de assentos salienta sua importância como principal fonte de acesso às memórias das(os) escravizadas(os), tipificando seus registros com a mesma arbitrariedade com a qual essas vidas foram subalternizadas. Algumas formas de tentativas superação do passado são assinaladas, como as mudanças nos sobrenomes, mas o maior destaque é para a imagem das pessoas sendo apagadas como

metáfora da opressão, dos processos de inferiorização da cor/raça, das agressões físicas e psicológicas, da negação de subjetividades, da estigmatização e completa desumanização. O apagamento narrado nessa citação carrega um poder simbólico potente em sua síntese e evocação das violências da escravização.

Outras passagens do livro também destacam a negação do acesso e do direito à memória. No livro de assentos as palavras adquirem sentidos específicos para não evidenciar os aspectos desumanos das trajetórias de escravizadas(os).

Os pais, Emília e Nazário [do Língua], tinham morrido de morte natural. Morte natural era uma expressão que se colocava à frente do nome do escravo para dar baixa no livro de registos. Desconhecia-se o destino dos que morriam de morte artificial, de que não se falava e não era escrita. (p. 93)

Essa colocação pode ser interpretada como um exemplo de ironia que não causa o riso no sentido humorístico de estímulo fisiológico ou psicológico. O contrassenso entre morte natural e artificial assinalado no texto é utilizado derrisoriamente para explicitar a arbitrariedade em atribuir o caráter de natural/comum/ordinária a um óbito – numa acepção geralmente relacionada a uma doença ou idade avançada – a um padecimento em decorrência de maus tratos, como no caso das agressões impostas às(aos) escravizadas(os) não só as de ordem punitiva, mas também a privação de direitos básicos alimentares e de cuidados higiênicos e preventivos além da falta de cuidados médicos. Exemplo do posicionamento crítico da narrativa sobre essa conjuntura pode ser verificado no fragmento abaixo:

A tuberculose, a rubéola, a varíola, o sarampo e a febre amarela eram as doenças daquele tempo e dizimavam os escravos como insectos. Os patrões também tinham as suas doenças, mas eram mais pelos lados das veias e dos testículos e não havia medicamentos nem médicos que as curassem. Paradoxalmente, algumas doenças dos escravos eram curáveis mas não haviam médicos nem medicamentos para eles. (p. 183)

Nesse caso, pode-se compreender a ironização da reflexão sobre a “morte natural” como morte naturalmente provocada por alguém ou pelo menos pela negação de acesso à prevenção/ tratamento básico. Ainda são ridicularizadas as enfermidades dos patrões generalizando-as como doenças sexualmente transmissíveis – devido à sua relação com problemas nos órgãos genitais e nas veias, principais partes afetadas por esse tipo de contaminação –, posto que tais patologias, até os dias atuais, são estigmatizadas socialmente.

Ainda sobre a insalubridade do regime escravista, a narrativa comicamente descreve:

O sítio era também um ótimo esconderijo de baratas, pista para a correria dos ratos, habitat predilecto de pulgas, hibernadoiro de percevejos e demais mordomias animais a que os escravos tinham acesso livremente. E, se isso fosse pouco, havia os inseparáveis insectos do mato, mosquitos e moscas de todas as castas. (p. 94)

A caracterização da higiene das habitações no barracão por meio da enumeração irônica e hiperbólica da fauna presente nessas acomodações se aproxima da descrição da cela na qual o protagonista Akenaton de *O eleito do sol* (1992) de Arménio Vieira estava confinado na prisão conhecida como Choça do Gavião.

Na verdade, o escriba egípcio foi instalado num barracão asfíxiante e pavoroso, sobretudo atendendo à qualidade dos seus milhares de inquilinos: gafanhotos do Sudão, baratas assírias, formigões da Arábia, ratos do Nilo, tarântulas do Baixo Egito, mosquitos de Sais, percevejos do Vale dos Reis, pulgões da Pérsia, cágados da Eurásia, centopeias dos Himalaias, lacraus da Babilónia, morcegos da Somália, *et caetera*. (VIEIRA, 1992, p. 35, grifos do autor)

O detalhamento das condições inóspitas do cárcere realizado por Vieira também se utiliza da linguagem cômica por meio da longa lista de animais seguido das respectivas territorialidades/nacionalidades – nenhuma delas referente a países ocidentais. Outras semelhanças entre as duas obras podem ser verificadas na excepcionalidade de seus protagonistas, com suas personalidades transgressoras e argutas, que desafiam as arbitrariedades que lhes são impostas – como no caso do ataque ao contramestre, em *Biografia do Língua* (2015) e a ridicularização do governador da prisão Ramósis e do faraó Amenófis em *O eleito do sol* (1992). O recurso às construções quiméricas de personagens, cenários e demais descrições se encontram nos dois textos, embora na narrativa de Sousa tal aspecto esteja mais presente no enredo do Condenado.

Essas aproximações não são aleatórias: Vieira e Sousa trabalharam juntos no periódico *Voz di Povo*, como discutido anteriormente, de modo que a convivência e o aprendizado dessa época foram assinaladas por Mário Lúcio em entrevista.

Eu tenho influências da precisão dele, da exigência da escrita, porque o Arménio ele foi um [main writer?] eu era estudante do Liceu, trabalhava no *Voz di Povo* e tive a sorte que o Arménio é que corrigia os textos. Ele é quem corrigia os textos todos que passavam por ali, então como eu era um adolescente, eu não tinha paciência pra nada, ele tinha paciência para sentar comigo e me explicar como é que as coisas funcionavam. E com ele aprendi que quando nós escrevemos, a primeira palavra é um centésimo das possibilidades. [...] É um processo, um processo de ser exigente, de procurar a palavra exata, porque ali são muitos, é a maior herança, o maior agradecimento que eu tenho pelo amigo Arménio Vieira. (SOUSA; GOMES, 2016)

A construção das ironias hiperbólicas, o recurso ao riso, a elaboração poética-metafórica das imagens do texto são traços em comum entre os dois autores. E assim como Vieira, Mário Lúcio também transita entre a prosa e a poesia.

Ainda sobre os castigos físicos imputados às(aos) escravizadas(os), assinalo um fragmento no qual essas agressões são pontuadas de modo irônico em *Biografia do Língua* (2015):

Uma coisa é certa, diziam outros: se esses negros estivessem a ser tratados como nas colônias inglesas, sob flagelo e ferradura, não estariam por cá com tempo para morrer. Parece que esses tipos gostam mesmo é de maus-tratos, de maus-tratos que aqui não se praticam. Aqui é tudo brando e até lhes damos feriados. Aqui obedecemos escrupulosamente às regras do açoite às grávidas, quatrocentas lategadas no máximo e sempre cuidadosamente aplicadas com a gestante de barriga para baixo, para poupar o bebê. Aqui as feridas resultantes das chicotadas são imediatamente atacadas com compressas de folhas de tabaco, urina e sal grosso. (p. 189-190)

O discurso de desumanização ironizado na citação acima não é fantasioso, apesar de representar o absurdo dessas condutas e pensamentos, uma vez que esse tipo de concepção encontrava respaldo nas teorias racialistas que apregoavam a inferiorização das pessoas escravizadas. Assim, a brutalidade de punir mulheres grávidas com quatrocentas chicotadas e ainda ressalvar o cuidado em proteger o bebê – não por motivos empáticos, mas simplesmente por ser tratada como uma mercadoria que não pode ser cronicamente danificada – é justificada pela ausência do reconhecimento da humanidade das escravizadas. Em tempo, a percepção da colonização inglesa como mais severa em detrimento do regime português ainda é utilizada – conforme exposto no segundo capítulo acerca do artigo de Boaventura de Sousa Santos (2003) – para amenizar a exploração predatória e cruel efetuada pelos portugueses em relação às suas práticas de escravização e domínio colonial.

É possível perceber que o uso da ironia nessas caracterizações relacionadas à conjuntura da escravização se presta a evidenciar os paradoxos que fundamentam tais ideologias e costumes. As imagens contrastantes como chicotear quatrocentas vezes uma mulher grávida, mas colocá-la de bruços para não machucar o feto, curar as feridas das lategadas utilizando um método tão doloroso quanto as chibatadas, destacam o contrassenso dessas ações, contudo, deve-se atentar para a tendência em subestimar a capacidade crítica de quem promove e/ou justifica esses atos como inconscientes e/ou comuns/corriqueiros naquela época. O simbolismo em subalternizar através de castigos físicos e psicológicos vai além da ausência de empatia por outra(o) ser humana(o) em condição de escravização; é uma forma de mostrar a superioridade, exercer o domínio como punição modelar de modo a evitar insurreições ou suscitar questionamentos acerca da motivação lógica em subordinar um(a) semelhante com tamanha crueldade.

Assim, mesmo não recorrendo às narrativas de dor, *Biografia do Língua* (2015) se utiliza da sensibilização em relação às violências da escravização como, por exemplo, a

negação da infância, exposto nesse fragmento: “O Língua, no início, ficou meio indeciso, não sabia para que lado havia de ir. Mas entendeu que os escravos nascem todos homens e mulheres, homens de um lado, mulheres do outro, não meninas e rapazes, nem crianças.” (p. 121). A negação da subjetividade, da vivência lúdica e saudável impedida pela estigmatização precoce da condição de escravizadas(os) imposta às crianças demonstra a devastação causada por esse tipo de regime. A massificação, planificação das existências sentenciadas de maneira reducionista pela cor e pela tipificação enquanto escrava(o), “Vinhão todos [escravizados(as)] silenciados e da cor da hulha, como filhos de uma mesma mãe carvão.” (p. 95). O silêncio das(os) que se calam ou das(os) que foram caladas(os)? Pode a(o) escravizada(o) falar?

Mesmo que não responda explicitamente essa pergunta, Mário Lúcio sinaliza que pelo menos um escravizado se insurgiu, tornando-o protagonista da narrativa.

O que aconteceu foi o seguinte: quando o Língua disse tenho uma língua, aos sete meses, ele foi propalado como a grande esperança do império. O proprietário dos pais de Esteban, dono também deste, começou a receber ofertas em moedas de ouro e promessas de percentagem nos negócios de escravos. No início resistiu, mas, estando o céu em crise de água naqueles anos e a agricultura de sequeiro a murchar, o senhor Mesa vendeu o menino. O comprador, como convencionado, no contrato, esperou cinco anos para levar a sua mercadoria para casa. Quando o foi buscar, cumpriu com as recomendações e levou o menino ante o Governador. O Governador recebeu o Língua, teceu-lhe elogios por causa das suas capacidades inatas para com os artifícios da língua, deu-lhe biscoitos e, finalmente, explicou-lhe porque estavam ali. O menino perguntou ao Governador: O que é que eu sou a partir de hoje, senhor? Um Língua, menino, contestou o Governador. E o que é isso?, quis saber Esteban. Língua é aquele que vai na proa dos barcos e traduz a língua do branco para o dialecto dos negros. E também, com génio e disciplina, vai pôr na linguagem dos brancos as falas dos negros, percebeste? E Esteban, feliz e contente, com uma alegria insuperável de menino brincando, disse tranquilo ao Governador: Não vou. (p. 86)

Ao recusar ser utilizado como intérprete, Língua precocemente demonstra – além de sua coragem – a transgressão em não aceitar ser utilizado como instrumento do domínio português sob os povos colonizados e escravizados. Tratado desde seu nascimento como mercadoria, assim como seus pais e outras pessoas na mesma condição de escravização, o protagonista rejeitou ser duplamente objetificado ao atuar contra outras(os) nesse processo de subalternização mediando os acordos comerciais e políticos – os quais, dentro do regime colonialista, não deveriam trazer benefícios ou oferecer possibilidades de escolha com os grupos africanos. Ao assinalar que trabalharia com “génio e disciplina”, o Governador sinaliza para a subordinação que o menino deveria ter para com a coroa portuguesa, priorizando seus interesses e sendo ‘fidedigno’ em suas traduções, de modo a não prejudicar a

metrópole. Outro aspecto a ser sublinhado é o fato da criança não só ter expressado suas primeiras palavras em português, mas também entender e se comunicar em outras línguas utilizadas pelas(os) negras(os) escravizadas(os) atribuindo-lhe o apelido de Língua, diretamente relacionado à função que exerceria. E ainda, como outra forma de reificação, o fato de ter falado em português pela primeira vez também seria propagado como uma conquista do reino em detrimento das demais potências coloniais, conforme é atestado na afirmação: “Só pode ser graça de Deus ao nosso querido Portugal. (p. 22)”. Tal constatação logo transformou-se em projeto publicitário através da elaboração de uma biografia do bebê de sete meses:

Então, comecei a imaginar como devia contar a história de um ilustre negro de sete meses, ao ponto de testemunhar ante o mundo conhecido e por conhecer que Portugal era tão supremo a civilizar que tinha alcançado a imprevisível missão de fazer com os negros trouxessem já na língua o português, como nas veias traz o sangue. (p. 25)

Transformar a peculiaridade do Língua em propaganda colonial, colocada criticamente na narrativa, demonstra de maneira maximizada como esse regime se apropria dos bens dos grupos que domina. Uma provável leitura desse tipo de problematização contido no texto sinaliza para o mecanismo de construção das ironias pelo escritor, trazidas comicamente através do exagero das representações. Esse aspecto também pode ser lido como uma caricaturização, posto que promove a ridicularização negativa por meio da retratação da presunção, no caso da citação acima, da metrópole portuguesa ao reclamar para si a responsabilidade pela excepcionalidade precoce do Língua.

Tal representação negativa do reino de Portugal ainda pode ser encontrada na punição imposta por sua recusa em trabalhar em prol dos interesses do rei, justificada abaixo pelo não reconhecimento da gratidão que o protagonista deveria ter:

O Governador perguntou-lhe: Tens noção do que disseste? Não desejas colocar ao serviço do representante de Deus na terra um dom que te veio do céu? Não vou, repetiu o Língua. O Governador pensou duas vezes, mas não teve saída. Debaixo de açoite é o escravo obrigado a trabalhar, mas a traduzir pode ser fatal. Não vais? Então já saberás para onde vais, concluiu o Governador. (p. 86)

Como forma de prestar obediência e demonstrar o reconhecimento ao “representante de Deus na terra” o Governador lança mão do argumento da capacidade de Língua por ter falado tão precocemente ser “um dom que te veio do céu”. A estratégia coercitiva desse tipo de alegação que associa o rei a Deus foi largamente utilizada para respaldar a subserviência dos povos dominados e convertidos ao cristianismo. E mesmo diante desse subterfúgio o protagonista se negou a ser manipulado. Uma vez que não se prestou a esse tipo de serviço, e

por não ser confiável obrigá-lo a trabalhar através da força física – o que possibilitaria a revolta de sabotar as negociações em que atuasse –, conforme sinaliza o fragmento acima, o personagem foi designado para exercer os serviços braçais na lavoura onde poderia ser castigado e não comprometer os negócios da metrópole: “Assim, no mesmo dia em que Esteban disse que não queria ser Língua, deixou também o trabalho doméstico e foi desterrado para trabalhar na plantação, numa das herdades da família Mesa.” (p. 89).

Um outro momento do texto que explicita a diferenciação entre Língua e as(os) demais escravizadas(os) em relação a sua inteligência e senso crítico é relatada em sua constatação dos artifícios que os patrões realizavam nas cadernetas de registro das dívidas:

E foi o Língua que deu o alerta: os patrões estavam a praticar deliberadamente algumas operações fraudulentas nas cadernetas dos escravos: punham números que se acumulavam e se multiplicavam, cometiam expressamente faltas na ortografia, escreviam sal com cedilha, çal que virava cal na hora do pago, porque a cal era dez vezes mais cara que o sal. (p. 149)

Embora o protagonista recorra à sua perspicácia para denunciar e combater as fraudes cometidas pelos patrões, na narrativa, tal valorização implica na caracterização das(os) outras(os) escravizadas(os) como ingênuas(os) ou leigas(os) por não terem identificado tais práticas. O relato no texto não descreve essa verificação de Língua como acesso a uma informação sigilosa, uma descoberta resultante de uma desconfiança e posterior investigação, mas sim uma comprovação através das análises dos dados registrados no caderno. Assim, a singularidade do personagem encobre e silencia as(os) demais, inclusive por suas iniciativas e atitudes individuais, mesmo que as consequências afetem a coletividade.

Sob essa perspectiva, na narrativa também são colocadas as distinções entre os lucumis e congos¹³, grupos étnicos de escravizadas(os) evocados em *Memórias de um cimarron* (1986):

E o padrinho alertou-o: Os congos não aturam os lucumis e os lucumis não toleram os congos, isso para veres como são as coisas da vida, para perceberes que aqui não há confidências, os congos e os lucumis pintam-se mutuamente de sataná, mas também há congos contra congos, lucumis contra lucumis, congos judeus contra congos cristãos, congos desavindos e silvestres que preferem ter um lucumi como companheiro a estar mal acompanhado por outro congo. Percebes? Distingue-os, meu filho, disse o padrinho ao Língua, distingue-os porque eles se distinguem. Os lucumis acham os congos mais pretos do que a fuligem, os congos acham os lucumis

¹³ Sobre a grafia e aceção dos termos, a tradutora Beatriz Cannabrava (1986, p.7) pontua: “Foram também mantidos na forma original os termos: congo, como adjetivo, em lugar de congolês, originário do Congo, e lucumí, que Fernando Ortiz, em seu “Nuevo Catauro de Cubanismos” assinala como “adjetivo, natural do povo africano Ulcumí”, acrescentando que “com freqüência, em Cuba, são chamadas de lucumís, superstições que devem ser localizadas nos povos iorubas e seus vizinhos”. No Brasil, as(os) lucumis equivalem às(aos) iorubas e as(os) congos às(aos) bantos (QUEIROZ, Amarino, 2007, p. 32).

uns pretos deslavados, porque é entre os lucumis que há mais mestiços, entendes? Os congos são mais baixinhos, os mandingas são azevichados, grandes e fortes, os gangas são pequenotes e bravos e com o rosto cheio de cicatrizes, os caraíbas são como os congos, mas mais audazes e melhores traficantes. (p. 167-168)

Por mais que a narrativa proponha ser essa discussão uma forma de ensinamento passado pelo padrinho Gin Congo¹⁴ ao afilhado Língua sobre os conflitos e distinções entre os grupos, a longa reflexão/descrição fica deslocada do resto do texto, apenas sinalizando tratar de alguma espécie de mensagem cifrada/parabólica destinada ao protagonista, conforme constata o personagem: “O Língua percebeu que a essência daquele sermão ultrapassava uma simples dissertação sobre a gama de pretos. Os velhos escravos falavam assim, só com parábolas.” (p. 168). Essas etnias não são mais evocadas na trama e o contato entre pessoas negras escravizadas e/ou libertas pertencentes a esses povos não é colocado.

Desse modo, como provável interpretação dessa lição, Gin Congo estava demonstrando as incompatibilidades entre os povos e seus conflitos de interesses o que pode sinalizar a impossibilidade de confiabilidade entre negras(os). Uma vez igualadas(os) pela situação de escravização, cujos confrontos são descritos de maneira essencialista e ilógica no texto – não justificados e deslocados de suas possíveis conjunturas –, indiciam o impedimento de mobilização mútua para uma revolta ou mesmo outras formas de resistência. Assim, a incredulidade entre pessoas pretas não é uma forma depreciativa de justificação da letargia diante da escravatura e do colonialismo? Sem poder confiar em suas(seus) semelhantes, o Língua apenas conta com sua astúcia e habilidades excepcionais que o distingue e afasta dessas disputas infundadas.

A caracterização das mulheres na trama não se distancia do apagamento e esvaziamento dos demais escravizados. Os termos, descrições e apreciações sobre as personagens femininas no texto possuem conotações problemáticas como na ‘constatação’: “E isso era tão sagrado como o acto mais divino, pois, para uma mulher que era besta de segunda a sábado, ser vista como musa num dia de sol era um sonho e um dever.” (p. 140). Tal observação poderia ser uma ironia – em uma de suas manifestações que pressupõe apresentar um sentido contrário ao que expõe, ou ainda de ridicularização desse tipo de concepção machista – porém, pelo que se verifica ao longo do enredo, a representação da mulher praticamente se restringe ao campo da sexualidade de forma objetificada, como se percebe na frase reproduzida acima.

¹⁴ O texto organizado por Barnet (1986) explica que era comum utilizar como sobrenome o grupo étnico de pertencimento da(o) escravizada(o) no contexto cubano.

A imposição da busca pela beleza, referida como um “dever” da mulher, se enquadra nas caracterizações reducionistas que limitam a representação feminina aos moldes do belo e do materno, negando suas subjetividades e outras formas de vivências sociais, políticas e afetivas. Nesse sentido, a narrativa, mesmo na parte referente ao Condenado, também idealiza a maternidade, conforme é exposto no fragmento:

É de tal modo assim que, em falesiano, mãe é mãe de todo mundo, é aquela que cozinha para quem passa, lava para quem precisa, acode sem ser rogada e responde a qualquer apelo que começa por ai minha mãe. Gerações atrás de gerações, os filhos impuseram que as respectivas mães quando partilham um mesmo homem, aliás, um único mesmo homem, chamem umas às outras *mana*. (p. 248, grifos do autor)

A concepção de maternidade somente associada ao carinho e proteção incondicionais silencia as outras narrativas de subalternização das mulheres que se tornam mães por essencializá-las, condicioná-las a apenas um lado positivo e fantasioso, e que não abarca os pais nesse processo obrigatório de cuidado e responsabilidades sociais e afetivas. “Mãe é mãe de todo mundo”, logo, responsável por todo mundo, mas quem cuida das mães? Na citação acima, apenas as obrigações são elencadas, inclusive, a determinação da partilha dos companheiros de maneira passiva e inquestionável, pressupondo uma relação fraternal entre as mulheres que devem se tratar como “manas”. Tal descrição poderia ser uma crítica a esse tipo de construção social machista, todavia, encontra-se na parte da narrativa situada na “Falésia” que elabora uma sociedade utópica, hipoteticamente perfeita, na qual as relações interpessoais são extremamente positivas.

A representação materna, ou pelo menos da maternidade enquanto função da escravizada, é pontuada cruamente na narrativa do protagonista Língua:

E passados nove, dez, onze meses, mas nunca para além do próximo Março, a besta fêmea tinha de ter dado à luz uma bela cria para o patrão. Concebido e concedido o primeiro varão, tinha a progenitora a ordem de todos os anos obrar mais um fruto para o patrão. Era parir até a ubre enfraquecer. E, se não livrasse como previsto, ou se o primogénito fosse anunciado como primogénita, então teria de voltar ao barracão e ao trabalho de campo, sem marido e de crista caída. Outra fêmea jovem iria suplantá-la e ela era dada como escrava disponível para quem a quisesse. Só então podia escolher livremente o seu homem escravo. (p. 174)

Seguindo uma lógica de reprodução de mercadorias ao invés da maternidade e criação humanas, a mulher é designada pelo termo “besta fêmea” e deve “obrar” para gerar um novo “fruto” para o patrão. O papel do pai não é colocado, a palavra “pai” nem chega a ser evocada nessa descrição, como se somente o envolvimento feminino fosse responsável por toda a concepção. O homem, quando citado, aparece no máximo como bom fecundador, mas a

responsabilidade por gerar um “varão” é apenas da mulher. Essa explanação, embora se destine a evidenciar para o Língua que ele não se encaixa no perfil do reprodutor ideal, objetifica ainda mais a figura feminina por meio do destaque que confere a sua participação nesse processo.

Ao assinalar que, caso não consiga agradar o patrão com seu bebê ou não engravide, a escravizada retorna para o trabalho com “a crista caída”, como se fosse motivo de orgulho e disputa participar de tal violência conceptiva ou ainda viver nesse regime perverso de “parir até a ubre enfraquecer”, caso as relações sexuais fossem consentidas. A evidência da prática sexual ser caracterizada como estupro, por não ser autorizada ou combinada, pode ser compreendida na citação na qual afirma que somente poderia “escolher livremente o seu homem escravo” caso não fosse mais útil na função de reprodutora.

A mesma pressuposição de que a mulher se vangloriaria ao ser utilizada nesse processo de procriação, esvaziando a violência e planificando suas subjetividades, segue em sua lógica de generalização no fragmento que assevera: “O Língua já podia ter uma concubina se quisesse. Muitas eram as mulheres que lhe diziam abertamente: Quero viver contigo, fujão. A sua valentia atraía as mulheres, a sua história, que ninguém conhecia, seduzia-as a todas, a sua língua abençoada de nascença fazia o resto.” (p. 240). A atração que exercia sobre “todas” as mulheres estabelece, além da homogeneização, uma hierarquização, na qual a relação de admiração e desejo são unidirecionais – bem como diretamente relacionadas; a atração física e contemplação das qualidades como condicionadas e indissociáveis – cabendo ao protagonista esses atributos enaltecidos e suas pretendentes secundarizadas por não possuírem, ou pelo menos não serem retratadas tendo, tais distinções.

As qualidades femininas, conforme as caracterizações da/na narrativa referente ao Língua, maioritariamente estabelecem relações de inferiorização, seja pelo silenciamento, apagamento ou esvaziamento de suas identidades e afetividades. No fragmento: “O Língua arranjou uma conchanchana. Ele não dizia concubina porque lhe soava a pomba. Arranjou uma negra linda e calada, terna que nem uma cantiga de ninar.” (p. 243), a mulher não é descrita como companheira, parceira, ou ainda namorada ou esposa, mas sim, como amante, o que implica numa interpretação de envolvimento puramente sexual, sem implicações de responsabilidade ou cuidado. A voz da mulher – que sequer é nomeada, assim como as outras que se relacionam com o protagonista – é negada de modo enaltecido na descrição como qualidade “uma negra linda e calada”.

A distinção entre o relacionamento afetivo entre escravizadas(os) e pessoas livres é pontuado no texto nos seguintes termos:

Se, enquanto escravo, ter uma conchanchana era uma muleta, agora, enquanto homem livre, uma mulher era um amuleto. Mulher de homem livre é tesouro, talismã, esperança e comunhão. Esta última palavra, comunhão, era o segredo dos dias. Comunhão de bens, de cama, de mesa e de caminhos. Mulher de escravo ficava na fila do outro lado, mas, na hora de ir para o campo, iam todos juntos trabalhar. Mulher de homem livre estava do lado de seu homem e, na hora de ir trabalhar, cada um para o seu lado. Mulher virou responsabilidade do homem, homem virou responsabilidade da mulher. [...]. E disse à sua conchanchana: Concha, quem já viveu na mata não suporta o sovaço dos lugares fechados. E Concha entendeu que o seu selvagem não ia ficar por muito tempo. Aconchegou-se nos braços dele e festejaram o momento para lá do ontem e do amanhã. Que seja o que o destino quiser. (p. 243)

Nessa citação, a mulher é analisada por seu relacionamento com o homem livre ou escravizado, não é ela quem é/está liberta ou não, como se observa nas expressões “mulher de homem livre” em oposição à “mulher de escravo”. Sob esse prisma, o homem é o centro pelo qual se aferem as relações; é sua condição social que indica qual tipo de envolvimento se estabelece, apesar da descrição assinalar o regime de trabalho que ambos possuem de acordo com seus papéis de libertas(os) ou escravizadas(os). Ainda a oposição que se efetua ao retratar a mulher de escravizado como “muleta”, sinalizando sua função como suporte, amparo, para os dias de sofrimento referido de forma negativa, e em relação ao homem livre ser um “amuleto”, enaltecida como signo de sorte, comunhão, partilha representa um modo de inferiorização.

A leitura possível dessa caracterização coloca a mulher, no regime escravista, como dependente do homem, por mais que seja seu ‘suporte’, em detrimento do compartilhamento de responsabilidades que ocorre na libertação. Nesse sentido, tal descrição promove a redução da análise dos afetos ao sistema social de trabalho sem considerar as particularidades subjetivas de cada pessoa/casal.

De modo questionável, nessa citação, a Conchanchana, mesmo apresentada como cúmplice e parceira do Língua, em um envolvimento que pressupõe responsabilidade mútua, não é designada como companheira ou outra nomenclatura que explicita uma relação socialmente assumida e estável, tendo que se resignar perante a certeza da separação previamente imposta pelo personagem: “Concha, quem já viveu na mata não suporta o sovaço dos lugares fechados”. Afirmção efetivada de maneira banal e indiferente: “No dia em que a lembrança lhe virou nítida, recolheu todas as suas moedas e disse: Adeus, Concha. E desapareceu.” (p. 249). Ao longo da narrativa esse recurso ao descarte das mulheres realizado pelo protagonista é recorrente.

Os relacionamentos circunstanciais resultantes da ‘obsessão’ do protagonista pelas mulheres, como assinala o fragmento: “O Língua andava desatinado atrás das mulheres, estava caninado, diziam-lhe. Parecia em busca do tempo perdido, mas tinha sempre um tempinho para um galanteio, gostava de meter conversa, perguntava muito e sempre prometia voltar.” (p. 254), reificam as personagens femininas para valorizar o caráter galanteador de Língua. Os envolvimentos são ditados a partir de suas vontades, posto que somente seus desejos são considerados na trama. Esse processo de esvaziamento das subjetividades de suas parceiras pode ser verificado no seguinte relato: “Esteban não lhe perguntou o nome, ela não lho disse, ele começou por chamar-lhe Gazela e ela gazela ficou, ele ofereceu-lhe flores, cocos e frituras, ela ofereceu-lhe um banho na ribeira. E entraram os dois como um nó na água clara.” (p. 258).

Sob esse prisma, o fato de não denominar as personagens com as quais Esteban/Língua se envolve lhe nega a historicidade, subjetividade e sociabilidade. A única relevância dessas mulheres para o enredo são os seus relacionamentos com o protagonista, fora disso são insignificantes, sem impacto para a narrativa. A não-nomeação até poderia ser utilizada dentro da lógica da tipologia que as enquadraria como padrões sociais, assim como ocorre com o Condenado, todavia, as personagens femininas não interagem entre si, tampouco são retratadas em sua sociabilidade externa/coletiva, se restringindo e se resumindo à relação afetiva. As designações que possuem, diferente do contador de histórias da Falésia, não são referentes aos papéis que desenvolvem na sociedade – o que poderia contribuir para sua interpretação através de tipos –, mas sim pelos apelidos carinhosos que Língua as atribui como Concha, Gazela e Relíquia – os quais coincidentemente, ou não, aludem a objetos ou animais ainda sem identidade ou função social.

Além da representação objetificada, a ridicularização e depreciação explícita também é colocada na narrativa:

O Língua começou a perceber que Gazela tinha um problema. Aquela mulher linda e esbelta que o levava um dia ao rio era uma aqualérgica. Aquilo de tomar banho na ribeira com roupa e tudo no primeiro encontro fora fogo de vista, ritual higiênico que só acontecia de S. João em S. João. Entressanto, ela cheirava a alho da cabeça aos pés. E por causa disso, ao que parece, o fogo esfriou e o Língua tomou novamente o caminho da rua. Digo ao que parece, porque o alho podia ser apenas um pretexto. (p. 263)

Novamente, a personalidade ou as idiossincrasias sociais da personagem não são citadas no texto, entretanto, sua peculiaridade íntima – única característica presente na representação das mulheres que se envolvem com o protagonista – é comicamente enfatizada na caracterização por sua repulsão à água/banho. Assim como ocorre com boa parte das

figuras femininas, é banalmente abandonada por Língua tornando-se mais um caso que ilustra seu desapego afetivo e conseqüente desconsideração pelas relações sociais, emocionais e econômicas que estabelece. As descrições desses relacionamentos operam de forma quase padronizada: conquista, aparente estabilidade – esses dois estágios apenas motivados pelos impulsos sexuais – e a evasão.

A exceção desse quadro somente aparece no encontro com Relíquia, com quem permanece junto por muito tempo até a morte da personagem. Porém, é difícil interpretar essa sucessão de envolvimento como uma busca pelo sentimento verdadeiro do primeiro amor, uma vez que o Língua sempre prioriza sua liberdade em aventurar-se com outras mulheres. Possivelmente, trata-se, novamente, de uma aproximação com o protagonista de *Memórias de um cimarron* (1986) que afirma nunca ter participado de um relacionamento estável e duradouro, por não confiar nem querer se dedicar às mulheres.

As várias ocorrências de seus casos sexuais aparentam exercer na narrativa somente uma comprovação de sua busca pela liberdade, mesmo que isso implique o abandono e inferiorização das mulheres. Em tempo, as descrições desses relacionamentos não contribuem significativamente para a construção social e política do protagonista, apenas o caracteriza como sedutor que reduz o desejo pela liberdade com a superficialidade de laços afetivos – seja em relações sexuais-afetivas, seja em suas ligações fraternas de amizade e de parentalidade.

A justificativa para minha análise sobre a associação entre liberdade social/política e liberdade afetiva, reduzida ao desapego dos laços, pode ser observada na descrição do relacionamento entre o Língua e uma bruxa:

Não tardou, o Língua estava com outra mulher a tentar complementar a liberdade. Desta vez, a eleita era uma daquelas mulatas que no dizer popular não deve nada a ninguém. Era simultaneamente uma mulher bruxa e uma bruxa mulher, profissionalmente bruxa, para ser mais concreto. Evocava o diabo até na cama, tudo para prender o Língua como um fauno amestrado. Por isso, a vida dos dois foi um inferno. Crente na macumba, ela esqueceu-se do encantamento. Fez tudo menos aquilo que devia ter feito para amarrar alguém, amá-lo. O Língua aguentou, analisou, comparou, tirou as suas conclusões e disse: Não é o que procuro. Ela não acreditou. Um dia, amanheceu sozinha na cama e nunca mais viu o seu fujão. (p. 263)

As tentativas, descritas como extremadas, para tentar manter o relacionamento são colocadas em termos de possessividade, controle, submissão e adestramento, como também ocorre no caso da “mulher mais preta que ele tinha visto”:

O Língua não estava a perceber, mas virou o homem mais submisso da ilha. [...] Mas, um dia, ao olhar para o caco de espelho, teve um espanto tão grande que, então, para salvar a pele, ou o que restava, vestiu-se, pegou nas sandálias e desapareceu. Como nunca ia sem dizer adeus, assobiou e, sem virar a cara, acenou. (p. 264)

De acordo com o que assinala a narrativa no que se refere a essa citação, ser “submisso” era satisfazer os “extravagantes caprichos da Preta” (Ibid.) e a insinuação de ter sido enfeitado se fundamenta em sua incapacidade de sair dessa relação. No único caso em que se demonstra a consideração do protagonista em atender às demandas da parceira (sejam elas exageradas ou não) tal prática é logo depreciada ao ser caracterizada como resultado de magia/encantamento. Até mesmo porque, pelo perfil desenhado do Língua, essa iniciativa de manifestar o apreço pelos sentimentos de suas companheiras não lhe é comum.

O fato de sair definitivamente, mesmo sem conversar previamente e justificar a separação, apenas motivado por sua decisão em partir e rapidamente evadir-se é atenuado em todos os casos em que isso ocorre pelo hábito de despedir-se. Isso é demonstrado como um ato de generosidade ou consideração, para que não haja a compreensão de sua partida como um rapto, fuga forçada por outrem ou ainda como resultado da covardia, de maneira que evidencie sua vontade em não mais permanecer no relacionamento. Ainda é uma forma de humilhação e subjugação da mulher; conforme está descrito na citação, o gesto de assobiar sem ao menos olhar para a mulher e acenar para indicar ou enfatizar que vai embora permanentemente.

As estratégias para estabelecer um relacionamento estável com o protagonista são constantemente frustradas, como atesta o fragmento:

E ela respondeu com a frase mais inesperada que uma negra podia dizer a um homem: Virás à minha casa. No dia seguinte, apareceu Esteban Montejo em casa dos pais da rapariga, ciente de que era uma visita de homem para homem e não de homem para mulher. Entre saudações e cafés, o pai deu à filha a palavra para dizer o que secularmente se diz nessas ocasiões. Ela não foi a exceção: Não conheço esse homem, disse, mas vou pensar. O Língua sentiu pela solenidade do acto que na etapa seguinte encontraria, de certeza, seis cadeiras de mogno à volta da mesa, uma cama grande com lençol branco, uma mala e uma bateria de cozinha com pratos, canecas, [...]. De certeza que também estariam um vestido de noiva, um vestido de casa, um pano e os conselhos de toda a família. Desta não teve necessidade de se despedir. Não apareceu ao segundo encontro. (p. 269-270)

“A frase mais inesperada que uma negra podia dizer a um homem” é a proposta do estabelecimento ou reconhecimento de um relacionamento perante os pais/sociedade? Por que esse tipo de proposição é extraordinário? E ainda mais se for colocado por uma mulher negra – possivelmente liberta? É importante questionar também a afirmação “era uma visita de homem para homem e não de homem para mulher”. Essa constatação do personagem implica/possibilita compreender que a oficialização da união se dá num acordo entre homens

ao passo que o que seria um envolvimento sem maiores responsabilidades se enquadraria no que ele supõe ser uma “visita” de homem para mulher?

O único relacionamento estável e prolongado que Língua teve foi com a personagem Relíquia, seu primeiro amor dos tempos do barracão:

Para encurtar esta parte, que é a melhor de todas as com mulheres, quando Relíquia lhe rasgou a camisa com os dentes, desabotoou as calças e começou a chamar-lhe meu macho, mas macho no sentido de burro velho, obediente, sisudo, para grandes cavalgadas, o Língua percebeu em que mar estava a nadar. [...] Só que, antes que tivesse tempo de rressonar, Relíquia agarrou-lhe novamente no queixo e disparou: Negro, quero que herdes a minha casa. [...] Só na manhã seguinte soube o Língua que a Relíquia era a tal mulher negra que todos os homens queriam. Ela tinha um casarão com uma fila de quartos na rua onde passava o Governador, tinha ouros, propriedades, poupanças, etcétera e bem. (p. 272-273)

A herança da casa e as várias posses de Relíquia também estão presentes na narrativa *Memórias de um cimarron* (1986), na qual Esteban se relaciona com uma mulher – nesse caso, mais velha – que lhe deixa a sua propriedade quando falece, embora o ex-escravizado reafirme enfaticamente que não deseja casar-se ou ter uma união monogâmica e gasta todo o dinheiro em prostíbulos e com outros casos. Na obra de Mário Lúcio, Língua fica com sua Relíquia até a morte da companheira, entretanto, novamente, seu envolvimento inicia-se com os impulsos sexuais e posteriormente, firma-se com a possibilidade de estabilidade financeira, não sendo descritos outros aspectos da vida afetiva que envolva cumplicidade, carinho, cuidado, ou ainda explore a personagem em âmbitos diversos aos emocionais/conjugais.

Acerca dos acontecimentos históricos e suas implicações na trajetória do ex-escravizado Língua, a narrativa assim descreve sua constatação da abolição da escravização:

O que é que aconteceu? Aconteceu, responderam-lhe. Não eram paisanos os que gritavam, eram escravas e escravos, compreendeu. Fugiram em massa? Mataram os brancos todos? perguntou. E eis que teve a maior surpresa de toda a sua vida: Acabou, responderam-lhe. O Língua ajeitou-se como pôde para não cair, tentou decifrar a magnitude da palavra acabou, observou, contemplou, juntou as reações, os signos todas as lembranças e começou a rir. Se estava a abarcar bem, a escravatura nas ilhas fora abolida. Percebeu o que lhe tinha acontecido e o que o esperava de ora em diante. (p. 236)

Embora esse momento inicial seja relatado com alegria, entusiasmo e euforia, o que transcorreu posteriormente é narrado como frustração diante de um cenário desolador de permanência da opressão e das desigualdades:

O Língua não conhecia ninguém. Tinha de reaprender a trabalhar e o único trabalho disponível para um antigo escravo era aquele que sempre houera. O único lugar disponível para um antigo escravo era aquele que sempre existira. A única coisa que um nascido escravo conhecia era ser escravo. A única coisa que todos os escravos sabiam era que não tinham nascido para

ser escravos. A questão era o que fazer com a liberdade. Mas esta é outra cantiga. Por ora, um homem solto dava a sua fuga por concluída. O que é que sente? Oh, simples: a respiração. (p. 238)

A crítica contida nessa citação e em outras partes do texto explicita o lugar de marginalização concedido às pessoas libertas, evidencia ainda que o processo de abolição da escravização não conferiu cidadania e condições dignas de trabalho, pelo contrário, manteve as estruturas de dominação modificando o recurso aos castigos físicos, pelo impedimento de poder aquisitivo justo e correspondente ao tipo de atividade exercida. Por não promover a formação/letramento e possibilitar moradias, acesso a tratamento médico e demais direitos básicos, a elite e a burguesia continuaram e continuam ocupando os empregos com melhores remunerações, enquanto a população descendente de escravizadas(os) permanece sendo empurrada para os subempregos. Daí a constatação na narrativa do engodo dessa libertação:

A abolição da escravatura foi um golpe de mestre. Não foram os negros que escolheram o modelo da abolição, este foi-lhes imposto. A abolição não fora uma conquista, mas sim um negócio, algo que se deu ao escravo porque, ante a invenção das máquinas, o escravo já não servia mais. O Língua conseguira perceber isso mesmo. Se antes da abolição um escravo não recebia nada por ser escravo, agora pagava para sê-lo. Os escravos não tinham nada, mas tampouco deviam nada a ninguém. Agora, uma das condições escritas para a libertação dos escravos era que tinham de trabalhar para indenizar o patrão pelo fim da escravatura. O escravo tinha de indenizar o patrão, e não o contrário, como era de se esperar. (p. 241)

A discussão do processo de abolição descrita em *Biografia do Língua* (2015), por mais que não explicita esse tipo de relação ou ainda demonstre seu posicionamento diante dessas questões, possibilita a reflexão sobre as imbricações entre raça e classe. Ao enfatizar criticamente que a libertação foi “um golpe de mestre” e que “não foram os negros que escolheram o modelo da abolição, este foi-lhes imposto” e posteriormente assinalar a permanência das estruturas de dominação por meio das condições de vida e de trabalho as quais as pessoas negras libertas foram subjugadas, a narrativa sinaliza os mecanismos que marginalizaram as(os) ex-escravizadas(os) e suas(seus) descendentes e permitem a manutenção das mesmas elites no poder social, político, econômico e até cultural. A exigência da indenização aos patrões pela libertação é um contrassenso que comprova essa lógica de subordinação arbitrária compulsória que não pune os opressores, mas sim garante a continuidade de sua supremacia.

Sob esse aspecto, a concepção de libertação advinda da abolição é questionada no texto:

Porém, livre era uma maneira de dizer. Havia patrões, senhoras e senhores que ainda acreditavam que os negros tinham sido feitos para serem

amarrados e açoitados, que mau-trato era coisa normal e necessária. Muitos negros tampouco tinham apercebido da mudança de condição. Não saíam nunca da plantação, com medo de se perderem por aí, e não sabiam nada do que se estava a passar para lá dos seus metros quadrados de hemisfério desnorte. (p. 240)

A relação de dependência financeira com senhores e patrões não permitia a experiência de liberdade, no sentido de autonomia, às(aos) ex-escravizadas(os). Esse tipo de vínculo ainda permitia as práticas punitivas e de trabalhos forçados semelhantes ao que se efetuava no regime de escravização, devido à continuidade do processo de subalternização. Todavia, é discutível associar diretamente a submissão pelas questões financeiras e permanência da aplicação dos castigos à inconsciência da nova situação. Outros fatores podem ter concorrido para a persistência de algumas – é preciso relativizar aspectos como esses – concepções e costumes de servilismo que impediram negras(os) de se insurgir e buscar outras formas de se sustentar e conscientizar acerca dos acontecimentos externos. Do modo como está descrito, é cabível a interpretação das pessoas nessas condições como propositalmente alienadas e acovardadas, no que se sabe, e que mesmo é pontuado na narrativa, a conjuntura não lhes é/era propícia politicamente e socialmente para outras formas de submissão.

No fragmento “O Língua tentava encontrar o seu dúbio lugar entre os brancos, que mandavam, os negros, que obedeciam, os estrangeiros, que vendiam, os marinheiros, que passavam, e os crioulos que, dia por dia, cresciam por aí. No meio disso tudo, ele, como muitos, era um homem perdido.” (p. 249), a leitura da representação de negras(os) enquanto submissas(os) se mantém, além de reforçar a concepção dos lugares sociais como fixos e imutáveis, de maneira essencialista. Cabe ainda a interrogação sobre esse tipo de questionamento pelo protagonista. Inserido na condição de homem negro ex-escravizado na conjuntura pós-abolição, seguindo essa lógica estática e determinista proposta pela narrativa, qual outro papel lhe caberia além do que está previsto para “os negros, que obedeciam”? Como ele conseguiria transitar entre brancos, estrangeiros, marinheiros, crioulos se não seria aceito?

Tal incongruência também se constata na parte do texto referente ao contexto da Falésia, a qual assevera que:

Na verdade, a nossa identidade é toda idêntica, essa treta de que existem quatro raças, cinco continentes e cinco oceanos, e que cada homem tem de pertencer ao lugar onde nasceu, isso é passado. Aqui em Falésia não é assim. [...] Aqui dizemos Falésia, noutras partes diz-se Aruba, Curaçao, Cabo Verde, São Tomé, Bonaire, Cuba, Haiti, Casamance, Guadalupe, Martinica, Guiana, Reunião, Santo Domingo, Louisiana, São Bartolomeu, St. Martin,

Saint-Pierre, Miquelon, Maurícias, Seychelles, Dominica, Granada, Santa Lúcia, Sea Islands, Jamaica, Suriname, Brasil, Estados Unidos, Colômbia, Venezuela, Malaca, Macau, Príncipe, Ano Bom, porque, embora sendo eu memória e arquivo deste povo, não sei dar conta de onde veio a tartaruga que se casou com a goiaba, porque a tartaruga é branca, a goiaba é morena, nem sei porque é que o coelho é parecido com a tangerina sua irmã, sendo a mãe deles baleia e o pai coqueiro cuja família tem apelidos Laranjeira, Lima, Pereira e Oliveira. São várias raízes num só homem. (p. 289-290)

Como se alega uma “identidade idêntica” num livro sobre a vida de um escravizado? Como planificar as existências de descendentes de pessoas submetidas ao regime de escravização e de outras(os) herdeiras(os) das elites que promoviam esse sistema perverso de dominação? Como não distinguir as experiências e conjunturas das diversas territorialidades que passaram pela escravização e colonização das que não tiveram essas memórias? Afirmar que esses aspectos e diferenças devem ser relegados ao passado não é uma forma de apagamento, silenciamento e esvaziamento de questões que ainda persistem, como as práticas e ideologias racistas, machistas, patriarcais, classistas e colonizadoras? Por que não utilizar essa narrativa como plataforma política-ideológica de demarcação de posicionamentos ao invés de esvaziar o potencial crítico que um texto sobre a trajetória de escravizadas(os) carrega inevitavelmente? O mecanismo que efetua esse apagamento do teor transgressor/questionador é o mesmo que se verifica na despolitização observada no processo de criouliização defendido pelo escritor?

Ainda sobre a citação, se intitular como “memória e arquivo deste povo” – além desse mesmo narrador enfatizar frequentemente sua existência (atrelada à contação da história do Língua) no local como principal fator mobilizador e aglutinador da comunidade –, sinaliza, dentre outras questões, a importância conferida à narração, talvez mais até do que à própria narrativa. É significativa tal colocação porque evidencia a relevância do personagem e de sua função, embora não seja assumido o aspecto parcial e ideológico que essa função apresenta, ao extrapolar a mediação e reivindicar o controle e domínio sobre a história.

Nesta análise que proponho sobre o texto de Sousa, *Biografia do Língua* (2015), priorizo a narrativa do Língua por concebê-la como produtiva fonte de reflexões sobre as questões de raça, classe e gênero, além de suas abordagens sobre a memória, apesar das ressalvas às suas incoerências. Posto que, mesmo diante de suas generalizações, algumas questões são defendidas pelo autor, como a crítica ao regime de escravização – muito mais direcionada ao sistema do que aos seus atores sociais ou às suas causas – enquanto que na parte do relato do Condenado em sua comunidade utópica criada na Falésia a planificação e desvalidação de algumas demandas, associada ao perfil antipolítico (mesmo anticombativo)

assumido pelos posicionamentos da obra, pode ser compreendido como uma tradução de suas proposições acerca da criouliização. Todavia, embora reconheça a centralidade da reflexão sobre essa manifestação crioula para o pensamento do escritor, considero a caracterização da Falésia enquanto construção idealizada e ausente de problematizações diretas, ao contrário do que ocorre na história do Língua.

Compreendo ainda que a presença dos pressupostos da criouliização nos termos propostos por Mário Lúcio se fazem notar na narrativa do Língua em sua não territorialidade explícita, como pontua a citação acima transcrita, e pelo diálogo que a obra estabelece com o texto de *Memórias de um cimarron* (1986) ao considerar que os relatos memorialísticos de um ex-escravizado fugitivo cubano, um *cimarron* – que já observa um caráter de distinção no próprio contexto de Cuba frente às(aos) demais escravizadas(os), conforme assinala a descrição do próprio Esteban Montejo –, podem ser estendidos a outras vivências de pessoas e histórias sob a conjuntura da escravização ao redor do mundo. Tal concepção se relaciona com a interculturalidade e sugestão do apagamento das diferenças assinaladas em relação à teorização de Sousa em conjunto com as leituras de Glissant.

Entretanto, a não explicitação dos posicionamentos, embora colocadas diante do anteparo de reflexões teóricas, exime a leitura de certas colocações na obra como ideologicamente situadas? Seria o riso empregado por Mário Lúcio uma forma de esquivar-se de assumir seus ideais e vinculações, contrariamente ao que ocorre com Germano Almeida?

5.2 A “CRIOULIZAÇÃO UNIVERSAL” COMO PROJETO POLÍTICO-ESTÉTICO

O processo de criouliização proposto por Mário Lúcio Sousa é defendido pelo autor como seu ‘principal legado estético-ideológico para a humanidade’ (SOUSA; GOMES, 2016). Na esteira dos intelectuais da *Claridade*, Sousa desracializa o conceito de criouliização – em semelhança à mestiçagem –, numa suposta elaboração teórica autoral – buscando sobrepujar as contribuições para esta área fornecidas por Glissant. Inclusive, o autor registra por escrito suas análises acerca da criouliização projetando ainda mais suas reflexões do que pontuando-as em seus discursos orais e declarações. Tal postura concorre, também, para (auto)promover(se) e estimular uma intervenção intelectual em aspectos extraliterários como maneira de se destacar no cenário artístico nacional e estrangeiro.

Enquanto que a mestiçagem, conforme postula Gabriel Fernandes (2002, p. 90), foi uma categoria explicativa criada pelos claridosos como maneira de enaltecer a “peculiaridade” cabo-verdiana se estabelecendo como fundamental diferença entre as(os) habitantes das ilhas e as(os) demais africanas(os) em contextos coloniais, Mário Lúcio Sousa (2016) efetua o movimento inverso ao apregoar que o processo de criouliização é extensivo a qualquer pessoa, independente de raça, etnia, religião, conjuntura sócio-histórica e territorialidade, esvaziando assim seu caráter distintivo e o estabelecendo como auto-declarado.

As discussões sobre a composição cultural da identidade cabo-verdiana têm sido um tema constantemente refletido e/ou problematizado nas produções literárias e intelectuais endógenas e exógenas. Desde antes da geração dos nativistas, passando pela consolidação com os escritores da *Claridade*, a constituição de uma identidade cabo-verdiana valorizada como mescla harmônica e equilibrada entre as culturas europeias e africanas sob o signo da mestiçagem é uma reivindicação que esses fazem alegando uma ‘superioridade’ diante dos demais povos africanos, principalmente no caso cabo-verdiano sob a dominação colonial portuguesa, devido ao protagonismo sócio político que o nativo/mestiço – filho de mãe negra africana escravizada e pai branco português – possuiu.

Ficou cristalizado no imaginário popular a imagem de distinção entre cabo-verdianas(os) e demais africanas(os), principalmente pela propaganda colonial que estimulava esse tipo de identificação como forma de esvaziar a violência de sua dominação. Alguns aspectos históricos reforçam a concepção de diferenciação como a constituição nas ilhas do que Iva Cabral (2013) denomina como “primeira elite colonial atlântica” e cuja descendência ocuparia cargos administrativos durante o regime colonial atuando, inclusive, em outros países comandados por Portugal.

A identificação com outros países continentais por relações de submissão ao controle português e pelas semelhanças étnico-raciais fica comprometido, o que é refletido nas postulações teóricas sobre o processo de criouliização e mestiçagem ocorrido em Cabo Verde. Para a compreensão desses fenômenos sob a perspectiva do panorama intelectual do arquipélago, é significativo assinalar a ocorrência da importação de estudos em casos emblemáticos como a reivindicação dos pressupostos lusotropicalistas do brasileiro Gilberto Freyre efetuada pelos claridosos e, recentemente, a adaptação das concepções acerca da criouliização propostas pelo franco-martinicano Édouard Glissant às teorias de Mário Lúcio Sousa.

Em teorizações mais recentes e posteriores às proposições claridasas e freyrianas, Édouard Glissant – antropólogo, filósofo, poeta, romancista e ensaísta –, no livro *Introdução a uma poética da diversidade* (2005), publicado pela primeira vez em 1996, expõe suas premissas acerca da criouliização considerando fatores como o comércio de pessoas escravizadas, o trabalho no sistema de *plantation* e o regime de escravização como aspectos cruciais para a formação dos povos americanos. Como forma de analisar os processos geohistóricos, étnicos e culturais que envolvem a constituição desses grupos, Glissant e outros pesquisadores como Darcy Ribeiro, no Brasil, Rex Netflord, na Jamaica, e Emmanuel Bonfil Batalla, no México, classificam as populações/territórios americanos em três grupos (2005, p. 15-16): a *Meso-America*/Meso-América formada por povos-autóctones, povos-testemunhas, que se encontravam nas terras antes da chegada dos europeus; a *Euro-America*/Euro-América, dos colonizadores provenientes da Europa e que mantiveram suas tradições, usos e costumes presentes em países como Quebec no Canadá, Estados Unidos e parte cultural do Chile e Argentina; e a *Neo-America*/Neo-América, designada por Glissant como a “América da criouliização”. De acordo com sua descrição, essa categorização engloba o Caribe, nordeste do Brasil, Guianas e Curaçao, o sul dos Estados Unidos, costa caribenha da Venezuela e Colômbia, grande parte da América Central e México.

Embora considere a territorialidade desse processo, Glissant (p. 16) afirma que essa divisão entre as Américas não possui fronteiras por existirem “imbricações entre essas três Américas” e mesmo citando as questões referentes à colonização e escravização, o autor não analisa as ocorrências da criouliização nos países africanos. Porém, a relevância desse continente é pontuada ao afirmar que “E o que é interessante no fenômeno da criouliização, no fenômeno que constitui a *Neo-America*, é que o povoamento dessa América é muito especial: nele é a África que prevalece” (Ibid.).

A centralidade da vivência perversa da escravização para a compreensão do processo de criouliização na *Neo-America* é sublinhado por Glissant:

A *Neo-America*, seja no Brasil, nas costas caribenhas, nas ilhas ou no sul dos Estados Unidos, vive a experiência real da criouliização através da escravidão, da opressão, do desapossamento perpetrados pelos diversos sistemas escravocratas, cuja abolição se estende por um longo período (mais ou menos de 1830 a 1868), e através desses desapossamentos, dessas opressões e desses crimes realiza uma verdadeira conversão do “ser”. (p. 18)

É essa experiência de “desapossamentos” assinalada pelo franco-martinicano (p. 17) que diferencia as migrações europeias distintas, segundo o autor, enquanto “migrante fundador”, o que desembarca nos territórios invadindo com suas armas e barcos, impondo sua

presença e comando; “migrante familiar” que chega com seus hábitos alimentares, culturais, sociais e religiosos; da migração africana sob a figura do “migrante nu” transportado de maneira forçada e responsável pela maior parte do povoamento das terras colonizadas. Em seu detalhamento das desigualdades dessas vivências em localidades estrangeiras que justificam sua tríplice classificação de migrâncias, o autor assinala:

[...] existem três tipos de povoamento, e aquele realizado através do tráfico de africanos foi o que determinou mais sofrimento e infelicidade nas Américas – se não considerarmos o extermínio dos povos ameríndios ao norte e ao sul do continente; e é preciso considerá-lo. [...]. Mas se examinarmos as três formas históricas de povoamento, perceberemos que ao passo que os povos migrantes da Europa, como os escoceses, os irlandeses, os italianos, os alemães, os franceses, etc., chegam com suas canções, suas tradições de família, seus instrumentos, a imagem de seus deuses, etc, os africanos chegam despojados de tudo, de toda e qualquer possibilidade, e mesmo despojados de sua língua. Porque o ventre do navio negreiro é o lugar e o momento em que as línguas africanas desaparecem, porque nunca se colocavam juntas no navio negreiro, nem nas plantações, pessoas que falavam a mesma língua. O ser se encontrava dessa maneira despojado de toda espécie de elementos de sua vida cotidiana, mas também, e sobretudo, de sua língua. (p. 19)

Essas reflexões são colocadas aqui para fundamentar a proposição de Glissant (p. 19-20) acerca do que denomina como pensamentos de *rastros/resíduos*, que representam, segundo o teórico, as reconstituições e/ou preservação de hábitos culturais e linguísticos possibilitados pela resistência da memória dessas(es) desapossadas(os) e que criaram no contato com outras contribuições, de modo “imprevisível”, dentre outras coisas, as línguas crioulas e diversas manifestações artísticas. Todavia, nesse fenômeno de contato e trocas entre grupos, o processo de crioulização não deve ser confundido com a mestiçagem, conforme ratifica o texto. Segundo essa perspectiva, ao passo que a crioulização possui desdobramentos “imprevisíveis”, é possível calcular os efeitos oriundos da mestiçagem, exemplificados pela enxertia de plantas e cruzamentos entre animais. Essa diferença é sintetizada como “[...] a crioulização é a mestiçagem acrescida de uma mais-valia que é a imprevisibilidade” (p. 22).

Em suas postulações o autor ainda chama atenção para o caráter processual da crioulização (p. 33), inclusive, descrevendo como esse ainda está presente na contemporaneidade, além de estabelecer a distinção entre as línguas crioulas e o acima citado fenômeno, afirmando que essas linguagens foram estruturadas por esse processo e não devem ser associadas enquanto portadoras de sentido sinônimo. Também enfatiza que a crioulização não deve ser confundida com “uma política de “mistura de sangue”” (p. 37), posto que tal leitura seria reducionista e estritamente literal.

Acerca da atualidade e continuidade do processo de crioulização, Glissant postula:

[...] penso que o termo criouliização se aplica à situação na qual uma “totalidade terra”, “enfim realizada”, permite que dentro dessa totalidade (onde não existe mais nenhuma autoridade “orgânica” e onde tudo é arquipélago) os elementos culturais talvez mais distantes e heterogêneos uns aos outros possam ser colocados em relação. Isso produz resultantes imprevisíveis. (p. 26)

Em outro momento do texto o autor assinala como tese a concepção de que “o mundo se criouliiza”:

A tese que defenderei é a de que *o mundo se criouliiza*. Isto é: hoje, as culturas do mundo colocadas em contato umas com as outras de maneira fulminante entre si, através de choques irremissíveis, de guerras impiedosas, mas também através de avanços de consciência e de esperança que nos permitem dizer – sem ser utópico e mesmo sendo-o – que as humanidades de hoje estão abandonando dificilmente algo que se obstinavam há muito tempo – a crença de que a identidade de um ser só é válida e reconhecível se for exclusiva, diferente da identidade de todos os outros seres possíveis. (p. 18, grifos do autor)

A atualidade – e mesmo a suposta mundialização – do processo de criouliização proposta por Glissant (2005) possibilita alguns questionamentos como: se a contribuição africana para a compreensão/efetivação da criouliização nas Américas é um dos aspectos centrais de sua teorização qual é o papel que esse componente recebe nos momentos atuais? Como esse fenômeno pode passar de uma experiência coletiva de composição étnica, racial, cultural, social, linguística, religiosa, etc. para uma subjetivação da identidade?

Carece ainda de um maior aprofundamento o postulado de que “A criouliização exige que os elementos heterogêneos colocados em relação “se intervalorizem”, ou seja, que não haja degradação ou diminuição do ser nesse contato e nessa mistura, seja internamente, isto é, de dentro para fora, seja externamente, de fora para dentro.” (p. 22). Neste sentido, como se deu o contato entre os elementos dominantes – na época da colonização – europeus e os subjugados elementos africanos dentro da “intervalorização” e “não degradação ou diminuição” preconizados pelo processo de criouliização de Glissant? No mesmo texto o autor assinala a violência e as tentativas de apagamento das culturas africanas expostas ao tráfico de pessoas e sua escravização, como essa mesma opressão não está prevista em sua fórmula do fenômeno?

Ainda se pode indagar, acerca da ocorrência do processo de criouliização na contemporaneidade proposta pelo autor, como esse fenômeno seria possibilitado pela extinção da autoridade “orgânica”? No texto não fica explícito o que seria essa organicidade e como se daria essa mudança dos tempos coloniais aos dias de hoje. Caso o caráter ‘orgânico’ estivesse se referindo às dominações colonializantes, seria mesmo possível pensar que esse tipo de

controle não é mais efetuado em alguns contextos? Em tempo, a partir desses postulados sobre a continuidade, quais seriam as diferenças entre essa concepção e a proposição da democracia racial, posto que ambas tratam da coexistência equilibrada entre “elementos heterogêneos”?

Já Mário Lúcio Sousa, em seu livro *Meu Verbo Cultura*¹⁵ (2016), sintetiza a criouliização nos seguintes termos:

O crioulo não olha para regiões nem para religiões, é uma conduta e uma assunção. É a assunção da cultura de um novo mundo, uma cultura em que a identidade do homem não é dada pelo lugar de origem, pela fé que professa ou pelos seus progenitores, mas pela escolha de pertença e de apropriação. O crioulo é de onde se sente bem, pode ter várias raízes e é sempre incompleto sem o outro na diferença. É o que podemos chamar da “cultura da relação”, usando a herança de Glissant. Se a aliança é um pacto, e já é uma grande coisa, a relação é um fato e é irreversível. Ser crioulo advém da necessidade absoluta da aceitação da terra como a “casa do mundo”. A condição humana precisa dessa aceitação. A cultura da relação é cada um de nós existir em parte no outro e todos sentirmos o todo que existe em cada um. (p. 56)

Enquanto que Glissant assinala – de certa forma até enfatiza – as causas históricas e geográficas que constituem/constituíram o processo de criouliização, Mário Lúcio as sintetiza como fator de “aquisição cultural”, conforme assinalado anteriormente, estendendo-o a toda humanidade e não somente àqueles que descenderam da escravização/tráfico para outras localidades. Em sua proposição, o escritor situa esse processo na contemporaneidade e o classifica como uma forma de conscientização/“assunção” que pode ser reivindicada por qualquer uma, como uma das leituras possíveis da colocação: “É a assunção da cultura de um novo mundo, uma cultura em que a identidade do homem não é dada pelo lugar de origem, pela fé que professa ou pelos seus progenitores, mas pela escolha de pertença e de apropriação”. A não consideração do papel de África e das formas como o contato de suas(seus) habitantes ocorreu no contexto colonial ficam explícitos quando afirma:

Nessa perspectiva, os territórios continentes não podem reivindicar o berço da criouliização. A África não o é, a Europa também não e a América muito menos. Essas referências civilizacionais são ingredientes da criouliização. É certo que as diásporas estão no início do fenómeno da criouliização, mas não são suas causas. Isso, que parece um pormenor ou um espanto, é na verdade uma peculiaridade. Ninguém pode arrogar o processo de criouliização como um ato pioneiro seu. Nem os navegadores, nem os traficantes de escravos e muito menos os indígenas. Essa desapropriação inusitada, porque não propositada, conferiu desde cedo à criouliização a sua liberdade maior. Isto é, se até aqui todas as civilizações se tinham formado sobre heranças ancestrais e clássicas, com regras rígidas e epopeias narradas em documentos sagrados

¹⁵ Os fragmentos citados advindos desse livro são provenientes de discursos e entrevistas proferidos pelo escritor em diversos locais e datas. Colocarei todos sob a rubrica da publicação para simplificar as referências bibliográficas.

como o Chilam Balam, O Popol Vuh, o I Chin, o Mahabarata, o Velho Testamento, etc., de repente, de forma completamente imprevisível, nasce não só uma etnia ou uma raça, uma religião ou uma legião, mas algo novo, algo que só podia ser concebido na relação. Até aqui, as diásporas tinham sido escórias ou ghettos, lojas ou tribos, formações obrigadas a resistir, a guardar a tradição para não desaparecerem. Com a criouliização, o que se quer é o encontro, porque o isolamento (isola significa “ilha” em latim), que engendrou o crioulo, põe em risco, entretanto, a criouliização, que leva no germen a universalidade, uma universalidade baseada em particularismos. (p. 50)

Algo que não fica evidente no texto do escritor são as maneiras com as quais a criouliização se efetivaria sem que houvesse as trocas, despojos, violências e demais relações entre africanas(os), americanas(os) e seus colonizadores – visto que isso se trata de uma “particularidade”. Uma vez que a África, América e Europa apenas estão no início do processo, como “ingredientes”, o que as observações de Mário Lúcio permitem inferir é de que os resultados importam bem mais do que os contextos que os produziram, embora ratifique o caráter processual em suas referências a esse “fenômeno”.

Da forma como está pontuado, a criouliização ocorreria independentemente da geolocalização e conjuntura, possibilitando sua leitura enquanto casualidade, justificada em sua categorização como “imprevisível”. A citação acima também promove reducionismos ao asseverar que “Até aqui, as diásporas tinham sido escórias ou ghettos, lojas ou tribos, formações obrigadas a resistir, a guardar a tradição para não desaparecerem.”. Convém notar que os termos “escória”, “ghettos”, “lojas” ou “tribos” sequer são aspeados... Sob esse prisma, as etnias, populações e culturas que estão “no início” do processo são classificadas negativamente e pejorativamente devido ao suposto caráter de isolamento, fundamentadas somente na(s) tradição(ões), segundo as características que o texto lhes atribui.

Também se colocam outras categorizações/hierarquizações problemáticas como as que se referem a “todas as civilizações [que] se tinham formado sobre heranças ancestrais e clássicas, com regras rígidas e epopeias narradas em documentos sagrados”. Como se essas sociedades possuíssem identidades fixas, únicas e imutáveis, diferentemente das criouliizadas descritas como portadoras de dinamismo e pluralidade.

É importante sinalizar também que, além de não atenuar a relevância dos contextos no processo de criouliização, Mário Lúcio silencia sua conotação étnica/racial ao desconsiderar esses aspectos para a configuração desse fenômeno:

A África foi essencial no surgimento do mulato. Mas se é verdade que há crioulos mulatos, o mulato não esgota o crioulo e não se constitui como sua condição. Nisso, Edouard Glissant e eu convergimos. Mas nisso mesmo divergimos, porque Glissant considera, contudo, o mestiço como a base dos

crioulos (fundamento que só aceito se entendermos que todos somos mestiços, pois o pressuposto é que podemos ser todos crioulos). (p. 51)

Ao sinalizar a possibilidade de que todas(os) podemos ser crioulas(os) e mestiças(os), o escritor estaria equiparando os dois aspectos? Posto que, se ele considera que todas(os) somos mestiças(os) por compreender a mestiçagem como suposta mistura entre diferentes procedências étnicas, territoriais, culturais, etc., e não somente como ‘mistura’ entre brancas(os) e negras(os), o que distinguiria então esse processo da criouliização? Uma vez que o critério étnico e racial não se coloca como fundamento para esses fenômenos, é possível entender a mestiçagem também como uma questão de “aquisição cultural”, cujo critério seja a “assunção” dessa identidade?

Ainda não fica definido no texto se a criouliização é colocada por Mário Lúcio dentro da equação proposta por Glissant de que, para ser efetivada, o processo pressupõe que elementos heterogêneos sejam postos em relação – para nem aprofundar no critério de que isso ocorra de modo que haja uma “intervalorização” ... Enfim, sobre esse aspecto o escritor apenas assinala que: “A criouliização [...] são histórias de paralelos que se encontram. Paralelos que se encontram: é isso que constrói horizontes. Aquilo que Arquimedes concebeu para perpetuar caminhos descontraídos fez uma curva quântica.” (p. 50). Possivelmente, os paralelos referidos pelo escritor possam ser lidos como os elementos heterogêneos de Glissant.

Em continuidade acerca da questão étnica e racial para a reflexão da criouliização, o autor pontua que “Mestiço somos todos e não é uma opção, é uma contingência genética. O crioulo não tem no mestiço a sua condição. A cor da pele, dos olhos, a textura do cabelo não são sinais particulares do crioulo.” (p. 56). Novamente, ao afirmar a condição mestiça como essencial a todas(os), dessa vez justificada enquanto “contingência genética”, acaba por promover uma homogeneização reducionista desse aspecto – de modo semelhante ao que propõe em sua teoria da criouliização. Posto que limitar tal condição à “contingência genética” esvazia os conflitos que subjazem esse processo de mestiçagem – como as violências que ocorreram entre colonizadores e grupos dominados –, além de silenciar as identidades que reivindicam sua distinção enquanto portadoras(es) da particularidade mestiça.

O apagamento das violências dentro do projeto de criouliização do escritor pode ser compreendido através da colocação na qual explana que “O crioulo começa sempre com um dilema. A criouliização é esse processo de respostas aos dilemas. O melhor resultado é a síntese. (p. 50)”. O “dilema” indicado nessa citação se refere às ‘problemáticas’ envolvidas no ‘contato’ entre brancos colonizadores e negras escravizadas que possibilitou o início da

crioulização. Ao empregar o termo “dilema”, o autor suaviza/reduz/menospreza os confrontos presentes nesse processo e defende que “O melhor resultado é a síntese”, como se unicamente a “síntese” resolvesse esses conflitos. Em outra passagem, sua descrição desses enfrentamentos e sua “solução” são pontuadas:

O escravo liberto e seus filhos perceberam que iam ficar órfãos de pai, em alguns casos, se matassem todos os brancos. Os brancos perceberam que muito de seus filhos também ficariam órfãos se as autoridades brancas resolvessem matar todos os negros. Os pais franceses perderiam seus filhos, as mães negras também, e uma guerra fratricida podia ter lugar dentro de todos os espaços, desde os quartéis aos lares e barracões. A crioulização já desapontara. Um fenómeno novo tinha batido à porta do mundo, o crioulo, com o seu humanismo interposto pela via da identidade. E ele continuou sua cavalgada até os nossos dias. Uma probabilidade de convivência se tinha colocado no meio da potencial desgraça. (p. 62)

Uma das possíveis leituras da colocação de Mário Lúcio acima transcrita é a de que – a partir de sua concepção – foi a crioulização, no sentido de relação parental entre brancas(os) e negras(os), que impediu o confronto no qual um sobrepujasse/exterminasse o outro. Sob esse prisma, estaria o escritor sinalizando que as pessoas nessa época tinham consciência da suposta relação que possuíam devido aos seus laços de parentescos ou filiações? O reconhecimento dessa dita ligação realmente garantiria a “convivência” justificada e descrita por Sousa? Esse elo parental impediu ou ao menos conscientizou os colonizadores brancos de oprimirem/escravizarem as(os) negras(os) e suas(seus) filhas(os) mestiças(os)? A compreensão da crioulização enquanto vínculo familiar como apaziguador de conflitos também pode ser inferida na citação abaixo:

A nossa probabilidade do rancor se esvaiu perante o choro do primeiro menino nascido nas ilhas, o filho do imprevisível, aquele que teria de conciliar o irreconciliável. Isso mudaria tudo. O nosso nascimento pressupôs a reciclagem do ódio em amor (se não em amor copulativo, pelo menos em amor maternal e, quem sabe, paternal). (p. 68)

Tal afirmação pode promover duas concepções acerca dos postulados de Sousa. Primeiro, a subestimação dos enfrentamentos entre brancas(os) e negras(os) em seus processos desiguais de lutas pelo poder e lugares de prestígio e subalternização, posto que para existir um consenso que permitiria alguma espécie de amor/relacionamento as duas partes deveriam possuir em suas relações sociais, econômicas, políticas, afetivas e culturais condições de igualdade. Em segundo, a superestimação do processo de crioulização enquanto premissa definitiva, efetiva e consciente de impedimento e esvaziamento das oposicionalidades.

No que se refere à construção de seu pensamento, mesmo não explicitando tal aspecto em seu texto, o autor possibilita a interpretação de Cabo Verde e sua experiência de criouliização como paradigmática desse processo diante de outros casos, como se pode observar no fragmento no qual descreve seu encontro com o Embaixador da África do Sul em Portugal:

Nos últimos dois anos, por duas vezes o sr. Embaixador da África do Sul em Portugal visitou-me para falarmos desse assunto. Ele estava aberto e intrigado com o fenómeno da conformação de Cabo Verde como país arco-íris e arquipélago-mundo e queria entender o processo de criouliização, porque é isso que vai acontecer à África do Sul, leve o tempo que levar. Tudo porque o fenómeno ultrapassa a cor da pele. (p. 64)

Nota-se que suas teorizações possuem o contexto cabo-verdiano como objeto central e empírico, concepção que se reforça pela análise da citação na qual apresenta os pormenores de sua elaboração:

E todos nos apercebemos de que duas situações novas tinham nascido no mundo dos homens: o aparecimento do sangue arco-íris e do arquipélago-mundo. Os brancos e os negros já não podiam colocar-se cada um de um lado e apontarem-se as lanças e armas de fogo. Havia agora um terreno de encontro que exigia tolerância, paz, harmonia, paciência, democracia, liberdade e, sobretudo, um humanismo desafiante. Desafiante porque pressupunha perdão, luto, reconciliação e resignação. (p. 64)

Assim, Cabo Verde é descrito enquanto local no qual a criouliização ‘apareceu’, no sentido de surgimento, início, o que justificaria a leitura da proposição de Sousa de que foi nas ilhas que “duas situações novas”, conceituadas como “sangue arco-íris” e “arquipélago-mundo” ocorreram pioneira e modelarmente. Não obstante, esses dois termos acima citados não foram explicados no texto, possivelmente, eles se referem à mistura entre brancos e negras e às ilhas como síntese desses ‘encontros’ possibilitados pela criouliização.

Todavia, atualmente, o autor postula que a ‘condição’ crioula de Cabo Verde não se distingue das demais por não ter mais uma relação territorial/geográfica.

JB¹⁶ – O que para ti significa ser crioulo em Cabo Verde? É diferente ser-se crioulo em Cabo Verde do ser-se crioulo noutras partes do mundo?

ML – Bem, o ser-se crioulo não tem nenhuma ligação especial, tendo em conta que ser crioulo é um estado mental, que tem a ver com atitudes perante o novo mundo, tem a ver com atitudes perante o mundo no seu todo, perante os elementos mais universais do carácter, da dinâmica da evolução humana, da evolução social, dos intercâmbios culturais, dos encontros. Dai que ser-se

¹⁶ Em entrevista concedida a João Guedes Branco para sua tese de doutorado em 2014 intitulada *Criouliização cénica: em busca de uma identidade para o teatro cabo-verdiano*, defendida em 2016 na Universidade do Algarve. Texto presente no livro *Meu Verbo Cultura* (2016).

crioulo não tem, do meu ponto de vista, uma ligação especial. E, quando falo de espaços, falo de espaço geográfico. (SOUSA, 2016, p. 191)

Nesse sentido, a partir de sua proposta da ‘universalização’ da experiência/processo de criouliização, configurada enquanto aquisição cultural e descrita como “atitudes perante o novo mundo, tem a ver com atitudes perante o mundo no seu todo, perante os elementos mais universais do caráter, da dinâmica da evolução humana, da evolução social, dos intercâmbios culturais, dos encontros”, Cabo Verde tem seu protagonismo dissolvido, embora seu caráter pioneiro e modelar continuem. Interessante pontuar que, em sua elaboração, a criouliização apesar de ser um aspecto primordialmente associado à cultura aparenta ser um dado existencial relacionado à essência, logo, não passível de conversão. Uma vez reivindicada, se ‘é’ crioulo, não se ‘está’ crioulo.

Ainda sobre essa identidade, Mário Lúcio afirma sua larga aceitação/reivindicação entre cabo-verdianas(os):

JB – Mas a maioria dos cabo-verdeanos diz-se crioulo...

ML – Sim, todos! Não conheço nenhum cabo-verdeano que não diga que é crioulo. Nós até dizemos ‘eu sou crioulo’. Quer dizer, sou mais do que um simples europeu ou africano, mais do que essa mistura, ‘eu sou crioulo’, uma entidade que não é supra, é terceira. É outra via, que procura incluir tudo o que nós temos cá dentro. Europeu, africano, asiático, americano. Como é que tudo isso se conjuga? Numa identidade que não é uma, mas múltipla em si, a crioula. Felizmente! Estamos no estado da *non difference*. (SOUSA, 2016, p. 192, grifos do autor)

Nessa proposição o escritor põe a criouliização em termos étnicos para justificar/explicar a identificação que, segundo ele, é assumida por todas(os) as(os) cabo-verdianas(os) sem apresentar exceções. Conforme postula, ser crioulo – aliás, o autor não costuma flexionar/relativizar o gênero em suas sentenças, ou ainda pontuar o papel feminino em suas teorizações para além da presença das escravizadas negras, mesmo assim minimizado perante a relevância que seus filhos [no masculino] assumem no processo de criouliização – é uma terceira identidade enaltecida diante do “simples europeu ou africano”, por englobar ambas as duas e ainda ser múltipla, numa acepção bem próxima do que propõe Glissant em sua equação de “elementos heterogêneos que se fundem e se intervalizam sem que um sobreponha o outro”.

Sob essa lógica, em sua teorização, não se deve confundir o processo de criouliização/identidade crioula cabo-verdiana com a questão da hibridização:

JPM¹⁷ – Podemos considerar o cabo-verdeano como sendo híbrido?

ML – Não é correto utilizar-se a expressão de que o cabo-verdeano é ‘híbrido’. Essa discussão parte geralmente do ponto de vista do observador e não do sujeito. O híbrido é aquele que por vezes é uma coisa, e por vezes, outra, por ser duas coisas numa só. Cabo Verde constitui uma síntese dos vários elementos. O cabo-verdeano sabe que, acima de tudo, é ‘cabo-verdeano’. (SOUSA, 2016, p. 210-211)

A recusa em caracterizar os cabo-verdianos – para manter no gênero exposto pelo escritor – como híbridos é justificada por Mário Lúcio por ser uma visão exógena que promove a redução da identidade como simples junção entre dois elementos, quase como uma banal operação de adição e não como a multiplicação/potenciação proposta pelo processo de criouliização. Além de limitar as possibilidades, eliminando o caráter imprevisível com o qual Sousa e Glissant descrevem o fenômeno. Outro termo refutado pelo autor é o de “cabo-verdianidade”:

Eu não gosto desse termo. Acho que é um gueto. Nós somos cabo-verdianos sim, mas há alguma coisa que a gente tenha que não haja em mais nenhuma parte do mundo? Se há alguma coisa forte que nós temos é sermos crioulos e a criouliização é um fenômeno planetário. Do qual nós fazemos parte. (SOUSA; BRANCO, 2016)

Ao contrário do que apregoam os claridosos e outras(os) escritoras(es) cabo-verdianas(os), Mário Lúcio não preconiza uma particularidade essencial da/na identidade nacional, apesar de, conforme pontuado anteriormente, reconhecer o caráter prototípico e precursor das ilhas no processo de criouliização. Em seus posicionamentos é possível inferir a valorização positiva de Cabo Verde, principalmente quando ressalta a vanguarda do país em determinados aspectos, notadamente, os culturais e históricos que o diferencia dos demais Estados continentais. Um exemplo desse enaltecimento pode ser verificado no “avançado” estágio de “evolução” da criouliização nas ilhas sinalizado pelo autor, segundo consta nas declarações de Sousa na tese de João Branco (2016):

O que é que explica que a criouliização cabo-verdiana já tenha chegado a esse estado avançado? Terá ser [sic] sido o facto de estarmos perante um território que funcionou como um laboratório? Para Mário Lúcio, o facto de não ter sido um território invadido, com toda a violência que isso implicaria, contribuiu para que em Cabo Verde a criouliização tivesse chegado ao seu derradeiro estado. “Ninguém pode dizer ao outro: eu sou de cá e tu não. Todos nós viemos de alguma parte. Essa apropriação que fizemos do território é muito crioula.” (SOUSA; BRANCO, 2016, p. 23)

¹⁷ Entrevista concedida a João Paulo Madeira para sua tese de doutorado em 2014 intitulada *Nação e Identidade: a singularidade de Cabo Verde*, defendida em 2015 na Universidade de Lisboa. Texto presente no livro *Meu Verbo Cultura* (2016).

Essa concepção também foi defendida pelo escritor durante palestra proferida no Museu do Estado da Bahia na ocasião do lançamento de seu livro *Meu Verbo Cultura* em 2016. Em sua perspectiva, a ‘ausência’ de nativas(os) habitando as ilhas antes da chegada dos portugueses evitou a luta por territórios, descrevendo a “‘apropriação’” das terras enquanto característica “muito crioula”, como se escravizadas(os) e portugueses habitassem/tivessem acesso à terra de modo semelhante.

Nesse evento Mário Lúcio também pontuou que em “Cabo Verde não se fala em diversidade cultural/étnica porque não existem grupos étnicos, todos são crioulos”, “não é bom qualquer coisa que nos separe” e que “o diverso seja apenas uma pincelada estética”. Afirmou ainda que a “diversidade cultural é uma fonte de conflito, não um ganho de uma sociedade”, e que a humanidade caminha para “o fim da diversidade cultural de modo que não seja pela eliminação, mas sim para uma grande diversidade”. Tais declarações sinalizam para a compreensão do processo de criouliização elaborado pelo autor enquanto uma tentativa de planificação, apagamento e esvaziamento das diferenças como uma forma de aparentemente eliminar os conflitos que advêm da diversidade. Embora tenha se mostrado favorável à diversidade cultural apregoando que “devam existir práticas diferentes, mas que isso não gere o conflito da diversidade”.

É interessante observar as modulações com as quais os confrontos aparecem nos discursos do escritor, ora apresentados como justificativa para promover a extinção das diferenças e estabelecer um convívio supostamente harmônico, ora silenciados para possibilitar a homogeneização das experiências/lugares de poder na criouliização. Assim, em dado momento as disputas são reconhecidas como motivação da falta de consenso entre os grupos, em outro elas não existem por sermos todas(os) iguais.

Para fundamentar sua perspectiva de que não houve conflitos em Cabo Verde ocasionados por questões raciais e étnicas, Mário Lúcio lança mão de um argumento bastante recorrente em outras(os) intelectuais, notadamente os claridosos, de que nas ilhas o poder não distinguia os crioulos e os portugueses:

Isso é fundamental no processo de criouliização, o exercício do poder. Nós quebramos a linhagem do exercício do poder. Isto é, o poder era exercido pelos colonos brancos e os negros eram escravos e obedeciam. Mas e o filho do negro escravo ou da negra escrava com a branca ou o branco? Ele foi para o exército, depois foi administrador, foi funcionário público, alguns chegaram a Governador. E esse facto foi muito importante na criouliização. Porque não associou os crioulos a uma classe. Cria separações e leva à conformação para vivermos o poder dessa forma. Não há uma etnia que domina. Onde é que nós vamos caber? É nesse processo da criouliização. (SOUSA; BRANCO, 2016)

Esse posicionamento presente em discursos como os de Ondina Ferreira e Germano Almeida, por exemplo, respaldam a concepção da distinção da experiência colonial para/da conjuntura de Cabo Verde. Enquanto outras(os) africanas(os) continentais eram subjugadas(os) pela dominação branca-europeia, os cabo-verdianos exerciam cargos administrativos de prestígio, conforme descreve Mário Lúcio. Entretanto, mesmo que isso tivesse ocorrido, como defendem a(os) escritora(es), nessa concepção de apagamento da subalternização que a colonização efetuou nas ilhas, é coerente ampliar tal vivência em seu projeto de teorização da criouliização para outros países/grupos e ainda afirmar que atualmente é possível não existir “uma etnia que domina”?

Como forma de relativizar os casos de criouliização, o autor elaborou uma classificação para os estágios nos quais os países se encontram nesse processo, conforme esquematiza João Branco (2016) em sua análise dos postulados de Sousa:

Mário Lúcio divide a criouliização em etapas que o próprio designa de Estádium da Criouliização. São quatro, esses estádios: primeiro, temos a criouliização incipiente. Depois, o processo passa para o estado da diferença, em que a divisão étnica é clara e socialmente organizada em guetos. De seguida, a criouliização atinge o estado da indiferença. Finalmente, a criouliização concretiza-se na plenitude quando alcança o estado de “non difference”. (BRANCO, 2016, p. 22)

Mário Lúcio situa o Japão e a África do Sul como exemplos da criouliização incipiente e, dentro dos que se enquadram no estágio da indiferença, o autor cita os casos do Brasil e dos Estados Unidos. É significativo que a não explicitação de países no estágio da diferença evita a situação constrangedora de caracterizar um contexto no qual “a divisão étnica é clara e socialmente organizada em guetos”. Classificar uma organização social como “gueto” – termo utilizado mais de uma vez pelo escritor – pode indicar uma compreensão pejorativa desses grupos sociais como minoritários e segregados, menosprezando e reduzindo-os. Sinalizando ainda que o isolamento que essas organizações podem possuir é um atributo consciente e não imposto exteriormente.

Os grupos expostos a processos de subalternização, como as(os) africanas(os) sequestradas(os) pelo tráfico humano durante os maiores registros das ocorrências de escravização – porque tal prática não findou com sua abolição e criminalização –, ainda possuem tratamentos incongruentes nas proposições de Sousa:

Como estaria a África sem a criouliização? Ora, a resposta mais evidente é que estaríamos ainda com o luto por fazer. O luto da escravatura e da colonização. O luto da memória é a grande contribuição crioula para a história do mundo. Sem o luto não há paz interior. A mágoa, o desejo de vingança, a raiva e os conflitos internos e externos estariam muito mais atiçados sem o luto. Sem essa cultura nova que concerne toda a gente, a

escravatura teria deixado só corpos dilacerados, só gente atirada ao mar, só bestas de trabalho mutiladas, só matança, desprezo e uma injustiça que levaria duas eternidades a ser reparada. No meio disso, nasceu o gérmen do crioulo. O crioulo, em toda a sua dimensão de homem, de música, de identidades, de encontros, de negação e afirmação, é uma herança histórica, senão a única positiva, que o horror da escravatura deixou ao mundo. Crioulo em toda a sua dimensão, dizia: da música síntese, da língua múltipla, da tolerância imprescindível, da alternância necessária, da liberdade da pele, da liberação do passado e da possibilidade de comunhão entre aqueles cujo encontro se dera na violência e no domínio de um sobre o outro. (p. 61)

O endosso à criouliização como solução para superação das violências cometidas pela escravização e colonização também pode propiciar a conotação de um apagamento das memórias relacionadas a essas agressões, bem como o esvaziamento das mobilizações que se engajam nas lutas por equidade e reparação fundamentadas na oposição aos privilégios de raça, classe e gênero, herdeiros das estruturas coloniais, patriarcais e escravocratas, posto que, se somos todas(os) iguais essas reivindicações não se sustentam. Ao reivindicar a “liberação do passado”, “tolerância imprescindível”, “liberdade da pele” e “comunhão entre aqueles cujo encontro se dera na violência” o autor tece tais proposições como se os conflitos estivessem superados e os mecanismos de opressão e dominação não mais existissem, ou ainda, na utópica concepção de que a conscientização da identidade crioula adotada por todas(os) eliminaria/resolveria os confrontos.

Outras observações do escritor justificam minha leitura da criouliização como apagamento das memórias de dominação, descrita por Mário Lúcio como “libertação do passado”:

Como já referi algures, crioulo não é nada previamente desenhado, é uma assunção. Crioulo não é o mestiço, fenómeno meramente genético, é uma cultura e uma cultura assume-se, escolhe-se, adota-se. Nem sempre foi assim, não era assim. Hoje, é crioulo quem quer. Pois a cultura escolhe-se e isso é graças à libertação do passado que a identidade crioula trouxe à nova relação dos homens. Portanto, essa noção nasce com uma grande dose de liberdade em si. Pode parecer anacrónico e contraditório, mas o passado é a maior prisão que existe para qualquer cultura, se ele não for apenas uma referência de construção e não uma construção de referência. (p. 60)

Como se constrói uma identidade sem fundamentá-la em algum aspecto do passado, ou pelo menos relacioná-la com alguma tradição ou cultura antepassada? Libertar-se, como pode ser inferido a partir da colocação de Sousa, recebe uma acepção próxima a afastar-se, ou ainda recusar o passado, daí também sua ênfase em caracterizar a criouliização como uma “nova relação dos homens”. O autor ainda pontua que esse fenómeno não era possível antes e agora é, como se os conflitos motivados por raça, credo, cultura, gênero, classe e religião não mais existissem, como se as diferenças tivessem sido extintas por meio do processo de

crioulização. A proposição da eliminação das diferenças pode ser observada nas respostas que Mário Lúcio confere nessa entrevista:

AR¹⁸ – Eu sou crioulo porque sou irlandês, escocês e inglês?

ML – É isso mesmo. Você tem alguns dos ingredientes (risos). Se não assumir, será apenas um mestiço (mistura), mas se assumir e se sentir bem em toda a parte, se adotar todas as culturas, você é crioulo. É dizer: quero deixar para trás qualquer tipo de separação.

AR – Ok, isso é bonito! Quero deixar para atrás qualquer tipo de separação! O que é branco crioulo?

ML – Se não houvesse o homem branco, o primeiro crioulo não existiria. É uma condição. Como se não houvesse negro não haveria crioulo. É uma condição. Mas isso foi na origem. Hoje, com o processo da crioulização, essas condições não são mais essenciais.

AR – Então todos os brasileiros são crioulos. O meu filho que tem sangue escocês, inglês, holandês e português é crioulo?

ML – Só tem que aprender e ser ensinado a guardar esse conceito para quando chegar no Brasil dizer ‘eu sou brasileiro’; ou em Cabo Verde, ‘eu sou cabo-verdeano’, porque o mundo caminha para isso. (p. 186-187)

O apagamento da diversidade também é defendido no fragmento abaixo:

[...] Temos crioulos negros, crioulos índios, crioulos amarelos. E temos também crioulos budistas, crioulos hindus, crioulos cristãos ou crioulos muçulmanos. Portanto, a grande base do crioulo ultrapassa esses estados comumente conhecidos como estados de classificação territorial, racial, religiosos ou outros¹⁹. (p. 192)

Sob essa perspectiva, a partir do que propõe Sousa, a assunção da identidade crioula é autodeclarada e, aparentemente, suplantaria hierarquicamente outras identificações, vez que a reivindicação de outra característica cultural, racial, étnica, etc., ainda promoveria a diferenciação da(o) sujeita(o)/grupo. Seguindo essa lógica, o papel de igualdade apregoado pela crioulização de “deixar para trás qualquer tipo de separação” não seria efetivado. É notável ainda o esforço teórico que Mário Lúcio e Glissant promovem em deslocar um conceito inicialmente/comumente referente à questão étnica e racial para atribuir-lhe contornos culturais quase apagando suas idiossincrasias.

Glissant e Sousa, em suas postulações sobre a crioulização como identidade universal, podem se encaixar na observação que Hugo Achugar faz acerca da consequência desse tipo de discurso:

¹⁸ Entrevista concedida a Alex Robinson da revista inglesa *Songlines* em 2011. Texto presente no livro *Meu Verbo Cultura* (2016).

¹⁹ Declaração concedida em entrevista para João Branco em 2014.

A postulação de uma identidade universal do indivíduo, abolindo diferenças culturais, nacionais, de gênero, etnia etc., pode ser tanto uma forma de homogeneização típica do discurso central como o término do pensamento, pois reconhece o dado óbvio: todos somos humanos. E, embora reconhecer que todos somos humanos possa servir para enfrentar o fascismo racista a partir do humanismo liberal, não adianta o conhecimento dos indivíduos. (ACHUGAR, 2006, p. 92)

Assim, mesmo que esses pensadores promovam suas reflexões fora do “discurso” central referido por Achugar e que tentem combater o “fascismo racista”, outras violências são interpostas nesse processo de apagamento de diferenças e de vivências apregoados pela criouliização. Relativizar ou amenizar as opressões pode ser compreendido como uma forma de compactuar com elas.

Em sua palestra em Salvador, o escritor pontuou que Glissant também não considera a *créolité*/crioulidade em sua teorização e descreve seu ponto de vista na entrevista citada abaixo:

JB – Entretanto, aparece um grande poeta e filósofo chamado Glissant, com um entendimento novo do fenômeno da criouliização. É correto dizer-se que muito do que o Mário Lúcio diz vem beber ou terá como ponto de partida o que Glissant defendeu como sendo a criouliização?

ML – Sim. Ele é o grande pensador desse fenômeno. Eu conversei muito com o Glissant sobre isso, pessoalmente, na sua residência em Diamant, na Martinica. Ele não conhecia bem o caso de Cabo Verde. E morreu sem nos ter visitado. Mas ele, que era um homem aberto e dialético, disse-me que devíamos escrever sobre a nossa experiência, porque se tivesse conhecimento de certos fatos ocorridos em Cabo Verde podia aprofundar ainda mais o seu conceito de criouliização. Não sei dizer qual a contribuição de Cabo Verde ao pensamento moderno sobre esse processo. Mas o Glissant já reconhecia isso. Ele deu ao mundo um conceito mais moderno e justo da criouliização, para lá da ‘*créolité*’, e Cabo Verde acrescentou a sua experiência e abriu esse conceito para o mundo, para lá dos negro-descendentes, para lá do ‘*métisse*’. (p. 196)

Em sua leitura dos postulados de Édouard Glissant, Mário Lúcio sinaliza conferir um aspecto positivo às proposições do martinicano por não considerarem os aspectos étnicos e raciais em sua teorização, além de também atribuir uma ‘superação’ dessas questões à contribuição cabo-verdiana para o processo, apesar de pontuar que “não sei dizer qual a contribuição de Cabo Verde ao pensamento moderno sobre esse processo”. Essa concepção de que o país “acrescentou a sua experiência e abriu esse conceito para o mundo, para lá dos negro-descendentes, para lá do ‘*métisse*’”, descreve as ilhas com um certo protagonismo e ainda compactua com o discurso, como já assinalado, de que houve uma suplantação dos confrontos étnicos e raciais devido à mobilidade social dos mestiços/crioulos nas elites do arquipélago.

Sobre a questão da projeção/recepção das teorias da criouliização, Mário Lúcio assinala:

A meu ver, uma das razões por que ela [a criouliização] nunca fora antes colocada é o fato da maioria desses pensadores da criouliização não serem africanos. A África sempre tirou legitimidade aos não africanos para falarem sobre certas matérias africanas. Sinto que tenho essa legitimidade: sou crioulo e sou africano. Mesmo assim, essa legitimidade é mais reivindicada por nós, os crioulos, do que reconhecida pelos africanos do continente. (p. 60-61)

Essa hipótese foi levantada pelo autor após falar dos estudos sobre a criouliização nas Américas, circunscrevendo as poucas reflexões (ou mesmo nenhuma, como sublinha na primeira frase) sobre o tema de/nos contextos africanos. Possivelmente, Sousa está se referindo às análises sobre criouliização a partir da mesma perspectiva que ele e Glissant possuem, posto que outras(os) teóricas(os) africanos já se dedicaram à investigação desse aspecto em África, inclusive em Cabo Verde, como assinala Cláudio Furtado (2012) em seu texto acerca das pesquisas sobre questões étnicas e raciais no país.

Ainda é questionável a compreensão de que “A África sempre tirou legitimidade aos não africanos para falarem sobre certas matérias africanas”. Tal generalização apresenta incoerências notadamente quando se trata do caso cabo-verdiano. Assim como Mário Lúcio, que adaptou as proposições do martinicano Édouard Glissant sobre criouliização, também os claridosos se utilizaram dos estudos do brasileiro Gilberto Freyre para fundamentar suas formulações da cabo-verdianidade e mestiçagem. Então, de certa forma, Sousa não se afasta tanto dos preceitos dos intelectuais da *Claridade*, até mesmo em sua divisão entre crioulos (no qual se inclui) e africanos continentais.

Neste sentido, Mário Lúcio Sousa, apesar de tecer um enaltecimento do componente negro-africano ao tematizar a vida de um escravizado em seu romance, não rompe com a postura claridosa ao, semelhantemente, importar uma teoria – no seu caso, o processo de criouliização de Glissant – para ‘justificar’ uma suposta ‘convivência harmônica’ entre as raças, etnias e culturas que constituem as culturas cabo-verdianas. Além dessa continuidade de um projeto similar ao já iniciado na *Claridade*, pelo que se pode interpretar a partir de suas declarações, o escritor pretende que Cabo Verde seja um modelo no qual essa coexistência seja irradiada e apregoada pelo mundo.

E sob essa perspectiva, assim como os intelectuais que o precederam, sua reivindicação da criouliização – como eles fizeram acerca da mestiçagem – é um posicionamento político. Aliás, politicamente situado; enquanto os claridosos erigiam essa categoria em consonância com o regime colonial português, Mário Lúcio se alinha aos

pressupostos universalistas, os quais, dentro da lógica de globalização, apregoam o apagamento e silenciamento das diferenças e extinção de fronteiras culturais, territoriais, etc..

Quando questionado sobre a presença da teoria da criouliização em suas obras, o autor declarou que:

Sempre. Isso é uma coisa muito forte. Os meus romances estão todos cheios disto [criouliização]. Porque na verdade, a gente tem de ter alguma coisa para dar ao mundo que o mundo ainda não tem. Então é uma pretensão a plenitude da existência. E perceba que todo humano tem essa vocação, e tem a intenção em ter, tem esse sonho de dar o mínimo detalhe novo aos dias. O que acontece é que se a poesia é qualquer coisa de cósmica, a narrativa ela é qualquer coisa de muito terrena. Quais são os fundamentos essenciais que eu posso dar à humanidade sem anular a que nenhum escritor deu, essa é a questão. Se você pegar uma literatura europeia, que mostre tudo o que se escreveu na literatura europeia, eu não vou poder alcançar o caminho de outros arquipélagos, eu não vou poder alcançar o Lobo Antunes ou o Saramago. Eu não vou poder alcançar pela linha que eles escolheram. O Eça de Queiroz que influencia muito a nossa cultura. Se a gente olhar na cultura africana, eu não tenho nas minhas raízes, aquela coisa do Wole Soyinka por exemplo, que ele coloca nos seus livros. Eu não tenho. Se você pegar na literatura latino-americana, eu não tenho na minha cultura aquelas coisas que García Márquez coloca nos seus livros, ou que Juan Rulfo e Octavio Paz colocam nos seus livros. E também, se eu for escrever a narrativa, ou mesmo a poesia, eu não vou poder escrever haikus. Não vou poder chegar ao pensamento taoista com essa profundidade, porque não existe nas minhas raízes. Então por isso, de repente, há uma coisa que eu posso oferecer, é o processo da criouliização, o que eu vivo e vivi, e que está sendo uma descoberta para o mundo. Inclusivo, é um processo sem raça, sem religião, sem território, é uma aquisição cultural. E tem muita coisa produzida dentro da criouliização, que eu posso pegar, de todas as coisas de Luis de Camões, de Pessoa, de Saramago, de Jorge Amado, de Octavio Paz, do Wole Soyinka, e do Ousmane Sembène, porque eu sou um homem que vivo, faz parte da minha essência, isso que eu escrevo com esse surrealismo, com esse real maravilhoso, com esse realismo fantástico. Porque é o que faz parte da minha vida. E é uma figura que não tem quadratura, ela é espiral, engloba todas as outras figuras. Então... e Glissant, Édouard Glissant, ensaiou isto, escreveu muitos detalhes sobre isso, e eu estou transferindo isso então para as novelas, e pro romance também, e são reflexões tornadas histórias. (GOMES; SOUSA, 2016)

A partir dessas afirmações é possível compreender que os modos com os quais o processo de criouliização se traduzem nas narrativas de Mário Lúcio são através dos diálogos, referências e intertextos que o autor promove com outros escritores de diversas culturas. O *corpus* descrito abarca várias nacionalidades, inclusive citando intelectuais africanos com produções em língua inglesa, como Soyinka, e em língua francesa como Sembène, influências continentais pouco citadas pelos(as) compatriotas cabo-verdianos(as) como Germano Almeida, por exemplo.

De acordo com a proposição de Mário Lúcio Sousa, é através do processo de criouliização que consegue trazer em suas obras aspectos culturais e estético-literárias que não estão presentes em seu contexto. E, possivelmente, por querer abordar essa diversidade em seus escritos o autor termina por apresentar uma tendência universalizante da literatura. Neste sentido, mesmo não partindo da perspectiva eurocêntrica enquanto paradigmática e centralizadora, a homogeneização promove o apagamento das diferenças, esvazia os conflitos e, em certa medida, eclipsa seu lugar de fala. É justamente assim que compreendo o riso criouliizado de/em Mário Lúcio Sousa; um riso planejador, pretensamente utópico, mas efetivamente violentador das diversidades ao enaltecer uma suposta igualdade; um riso linear e legitimador do *status quo*; um riso dito universal que subjuga e coisifica o local.

Sua perspectiva globalizante difere, por exemplo, do projeto que Germano Almeida – outro escritor de grande projeção internacional – propõe:

É considerado um escritor das ilhas, mas também um escritor universalista, quando do universo pode estar em cada livro?

Li uma vez uma frase do Tólstoi a que achei piada e que dizia: fala da tua aldeia e viras universal. É capaz de ser um bocado isto. Quando as pessoas dizem que a literatura cabo-verdiana tem de ser universalizada, até pode ser, mas eu não tenho essa preocupação. Já as pessoas que os lêem, se acharem que é literatura universal estou de acordo. Eu leio Jorge Amado, principalmente os livros que se passam na Baía, e penso isto tem de ser universal porque podia ter acontecido em Cabo Verde. Houve muitas coisas que escrevi na Ilha Fantástica, que eram tradições da minha ilha, que eu pensava que eram características da Boa Vista, mas depois um amigo da Praia dizia-me que aqui se fazia a mesma coisa. Depois, na Rússia, descobri também tradições que eram iguais às nossas. Isto quer dizer que há uma cultura universal que muitas vezes não damos conta. Isto não quer dizer que escreva para chegar ao mundo, basta-me chegar a Cabo Verde. (ALMEIDA; MONTEZINHO, 2014).

Assim, pode-se compreender as distinções que os projetos político-estéticos dos dois autores vislumbram. Tal diferença que pode ser observada, por exemplo, nos espaços que nas narrativas almeidianas sempre são situados em cidades existentes de Cabo Verde, e no último livro de Sousa, *Biografia do Língua* (2015) não possuir essa especificação.

Essas nuances entre os projetos/posicionamentos dos escritores sinalizam as escolhas políticas de recepção editorial e crítica de suas obras. Ao elaborar uma teorização que acaba por justificar sua proposta de universalização, Mário Lúcio centraliza e visibiliza a criouliização enquanto plataforma ideológica reivindicada em suas produções, sendo profícua a análise de como essa questão pode ser expressada através da comicidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA BASOFARIA CRIOULA

FIGURA 7 – Intelectuais: Germano Almeida, Mário Lúcio e Vasco Martins



Fonte: Foto sem identificação de autoria, *Instagram* de divulgação de Mário Lúcio, 2017.

Três narrativas com enfoque histórico. Dois escritores, intelectuais, deputados e ocupantes de espaços de poder na esfera administrativa de seu país. Duas formas diferentes, mas não oponentes, de valorizar Cabo Verde. Dois projetos literários e estéticos distintos, mas de semelhante projeção e êxito. Ambos utilizam a linguagem cômica na abordagem de temas tabus como a escravização e o panorama político-partidário das ilhas.

Em suas entrevistas, Germano Almeida explicita constantemente seu uso estratégico da ironia e do humor enquanto ferramentas de potencialização de suas críticas. Já, quando interpelado sobre o tema, Mário Lúcio Sousa afirma não fazer desse tipo de linguagem um recurso problematizador, mas sim representar um reflexo em suas obras de seu estado de espírito.

Esses dois posicionamentos são indicadores de como a utilização do riso, bem como sua interpretação, não apresenta um consenso tanto entre as(os) produtoras(es) de obras estéticas quanto entre seu público. As duas concepções demonstram ora a interpretação da comicidade como uma maneira de reforçar as análises e posicionamentos sobre determinados aspectos do cotidiano e dessa feita enquanto imbricados e ideologicamente situados, ora a elaboração/leitura dos enunciados risíveis como piadas/brincadeiras sem conotações e

implicações críticas ou ainda o descolam de seu aspecto político o limitando a um temperamento/humor.

A última postura é questionável porque desresponsabiliza e menospreza o impacto/reverberação política e social do riso em sua potencial operacionalização de discursos opressores e transgressores, que não necessariamente são recentes ou autorais – por isso não o compreender somente como divulgador, mas também em sua função de eco, intermediação, propagação. Esse não comprometimento é ainda uma forma de buscar uma maneira parcial de não assumir determinadas posições e/ou vincular-se a certas ideologias.

Recorrer ao riso para elaborar uma perspectiva própria/autoral e ficcional de períodos históricos também representa/acarreta se posicionar diante de determinadas questões referentes ao acontecimento retratado, seja através da parodização/satirização da descrição e tratamento desses aspectos e/ou sujeitas(os), seja por meio do apagamento, silenciamento e esvaziamento de demandas e/ou personagens. No caso das três narrativas analisadas nos capítulos anteriores, o cômico indicia, além das posturas dos dois autores, suas vinculações com movimentos literários anteriores assumidas tanto em suas entrevistas/declarações quanto nas abordagens que trazem em seus textos.

A valorização da cultura cabo-verdiana reivindicada por Germano Almeida em *O Meu Poeta* (1992a) e *A Morte do Meu Poeta* (1998b), conforme sinalizado anteriormente, se enquadra nos postulados de autores claridosos, especialmente no projeto assumido por Baltasar Lopes, do tratamento de temas nacionais motivado pelo desejo de reflexão sobre as mazelas que acometem as ilhas e suas(seus) habitantes, bem como inserido na busca/consolidação de uma identidade cultural do país. O cenário, personagens e temáticas possuem como principal norteador as questões de Cabo Verde, muitas vezes colocada em cotejo com outros países dos quais é retratada enquanto ‘singularmente superior’. O sentimento nacionalista assim encontra-se significativamente expresso/explicito nas obras.

Tal enaltecimento em algumas passagens é colocado de maneira dúbia. Enquanto o autor lança mão de críticas negativas relacionadas às posturas como a corrupção e o oportunismo dos políticos¹, responsabilizando-os pelos maus caminhos que Cabo Verde vem trilhando, também elogia as maneiras pelas quais as(os) cabo-verdianas(os) driblam as adversidades com argúcia e comicidade, numa atitude/conduita definida pelo escritor como “basófia/basofaria nacional”.

¹ A figura feminina não é citada em relação aos personagens envolvidos em cargos administrativos, mesmo que Isba/Dura, a esposa do Poeta, seja responsável pelos contatos, favorecimentos e articulações que o protagonista recebe na trama.

Ao passo que a superação dos problemas geralmente é atingida por meio de esforço e resiliência, nas duas narrativas de Germano Almeida os objetivos são alcançados através da basofaria. Esse tipo de postura representa as formas não convencionais, e por vezes desonestas, de conseguir obter êxito, principalmente no que se refere ao cenário político das ilhas. Um sujeito ficcional é emblemático para essa leitura: o protagonista Poeta. Mesmo tendo um final trágico vitimado por um ataque de tubarão que o levou ao óbito, o personagem conseguiu uma carreira política meteórica chegando à presidência do país graças ao seu oportunismo, e sua morte o tornou um “mártir da democracia” lhe dando ainda mais projeção e continuidade de sua imagem positiva – que logo seria abalada caso continuasse no cargo devido ao seu total despreparo para assumir essa função.

No que se refere à descrição desse personagem, a ausência da explicitação de seu fenótipo chama atenção. Consoante já assinalado na análise das narrativas, em alguns momentos ele é referido como portador de cabelos crespos, denominados como “vasta carapinha”, em outro ele é comparado com o poeta português Ary dos Santos na versão “em preto”. É interessante ser equiparado logo com um escritor português, seria uma sinalização de sua mestiçagem? A aparência portuguesa com traços negros?

Nas duas obras as(os) personagens não são apontadas(os) por sua fisionomia, com exceção dessa sutil referência ao Poeta e na depreciativa descrição de sua esposa Isba, nascida em Guiné-Bissau. Enquanto negra e estrangeira a personagem é constantemente aviltada, numa postura xenofóbica e racista endossada pelo texto, além das frequentes representações e posicionamentos machistas e misóginos presentes tanto em relação à bissau-guineense quanto sobre as outras figuras femininas envolvidas nas tramas.

Nesse sentido, Germano Almeida não se distancia do projeto claridoso de engrandecimento de Cabo Verde em detrimento de uma representação negativa de depreciação e desconsideração não somente de outros países africanos, mas também do apagamento e silenciamento das contribuições, trânsitos e demais legados que esses Estados subsidiaram na/para a configuração/formação do arquipélago e seu povo. Diferentemente, mas não muito discrepante, situa-se a narrativa de Mário Lúcio Sousa.

Mesmo não reivindicando a herança claridosa, como o faz Germano Almeida, Mário Lúcio ainda promove certas continuidades, principalmente no que se refere ao “apagamento seletivo” dos componentes africanos e na abordagem pejorativa das personagens femininas. Ambos promovem a identidade nacional cabo-verdiana suplantando e esvaziando outras culturas e demandas de igualdade/equiparação de gênero, raça e classe, em concordância e continuação do projeto dos intelectuais fundadores da *Claridade*. Assim como Almeida,

Sousa utiliza um momento histórico – no seu caso, a escravização –, através da abordagem cômica, até mesmo recorrendo ao uso de palavrões², para assinalar suas perspectivas sobre as questões situadas nesse período e que, de certa maneira, se enquadram em suas elaborações acerca da “crioulização”.

De acordo com sua teorização, a “crioulização” é um fenômeno mundial, mas que possui Cabo Verde como parâmetro de consolidação das boas relações e pioneiro nos contatos entre culturas e grupos étnicos que permitiram o surgimento das(os) primeiras(os) crioulas(os). A valorização desse utópico e harmônico encontro de povos que propicia a todas(os) o reconhecimento e auto identificação enquanto crioula(o) tem nas ilhas uma dita singularidade próxima ao que estabelece a “mestiçagem” erigida pelos escritores da *Claridade*.

Assim como esses intelectuais, Sousa esvazia e apaga em sua reflexão as violências e demais opressões imbricadas nos processos envolvidos nesses contatos entre culturas como, por exemplo, as relações sexuais não consentidas – estupros – entre portugueses e mulheres africanas negras escravizadas. Ainda nessa leitura de semelhanças com o projeto claridoso, o escritor mesmo abordando temáticas relacionadas à escravização e raça em *Biografia do Língua* (2015), apresenta em algumas de suas colocações de forma ambígua, quando não depreciativas, no que concerne à contribuição/presença de povos africanos, seja de forma a reconhecer esses legados, seja como uma maneira de legitimar os atos de resistência e dignidade das pessoas submetidas a esse regime desumano, não apenas singularizando as qualidades e competências em um único personagem – o protagonista – que demonstra comportamentos de insubmissão e coragem.

Nesse sentido, assim como ocorre em Germano Almeida, o protagonista de Mário Lúcio recorre ao riso para apagar e silenciar as(os) outras(os) personagens negras(os) em situação de escravização, em uma atitude opressora semelhante ao que efetua o Poeta de Almeida. É por meio do enaltecimento de suas características singulares de indignação diante de sua subjugação enquanto escravizado que Língua/Esteban utiliza o cômico em sua capacidade fortalecedora para questionar e combater as opressões que sofre, mas não usa dessa mesma potência para colaborar e empoderar suas(seus) semelhantes, quando não recorre a esses expedientes para ridicularizar e deslegitimar as mulheres com as quais se relaciona.

² A exemplo do que defende Germano Almeida como um dos fatores distintivos entre sua escrita e as produções anteriores, destacando o uso de palavrões, Mário Lúcio também recorre a essa linguagem em sua narrativa: “Se este marmanjo está a dar trabalho, caguem para a história, limpem-lhe o sebo, polvilhem-no de balas e calem-no, caralho.” (SOUSA, 2015, p. 67)

É importante salientar também que, apesar de Cabo Verde ter uma emblemática experiência com a escravização, Mário Lúcio se vale de um relato ocorrido em Cuba, inclusive não extrapolando ficcionalmente os elementos da trama para o contexto cabo-verdiano. Provavelmente, tal expediente se enquadre em seu projeto de “crioulização” que compreende/garante uma espécie de apropriação cultural, numa perspectiva de homogeneização, na qual é possível abarcar, abordar e estender o comércio, sequestro e trabalhos forçados de pessoas sob a perspectiva cubana para o que ocorreu na conjuntura do arquipélago africano.

Nesse sentido, sua aproximação entre as duas conjunções, bem como a tentativa de extrapolar tal circunstância descrevendo-a como universal, acaba por invalidar as particularidades/idiossincrasias de cada caso, de maneira perigosamente homogeneizadora. Sob esse prisma, também cabe a indagação: por que Cuba? Por que não um outro país africano – se a questão for a especificidade de um território arquipelágico ou de ilha, São Tomé e Príncipe também se enquadrariam nessa proposta, para citar apenas um exemplo de país localizado em África colonizado por Portugal? Ou ainda endossar a análise desse parágrafo: Por que não Cabo Verde?

Ainda sobre os projetos dos escritores Germano Almeida e Mário Lúcio Sousa, um aspecto apresenta significativa dissonância: as perspectivas dos autores sobre a universalização da literatura. Enquanto que Germano Almeida prefere partir das especificidades de Cabo Verde para atingir outras culturas, e mesmo promovendo um enaltecimento nacionalista em detrimento de outros países, priorizando seu público-leitor local, Mário Lúcio parte também do arquipélago – até, possivelmente, motivado pelos cargos diplomáticos de embaixador cultural que exerce semelhante a Almeida –, mas procura abarcar de modo mais amplo seu escopo de referências vislumbrando o mercado de leitoras(es) estrangeiras(os). Entretanto, ambos gerenciam – do ponto de vista editorial e literário/estético – muito estrategicamente os conteúdos de suas obras de acordo com a recepção nacional e internacional.

Sob esse aspecto, nota-se ainda uma maior circulação de Sousa entre os mercados artísticos em África do que ocorre com Germano Almeida, embora Mário Lúcio circule predominantemente nesses países com seus projetos musicais, e Almeida já tenha declarado em entrevista que se interessa pelo estreitamento editorial entre Cabo Verde e Angola. Todavia, nas três narrativas analisadas essa busca por uma aproximação com os demais territórios africanos não é observada.

Outro ponto de discordância, mas não necessariamente de confronto, é a oficialização da língua crioula em Cabo Verde, tendo em Sousa um grande defensor, ao passo que Almeida apresente maior relutância em aceitar tal medida. Embora Mário Lúcio em correspondência virtual (SOUSA; GOMES, 2017) reconheça em Germano Almeida uma escrita crioula, enquanto ele ainda prefira a utilização de um “português arcaico”.

Conforme já apontado nos capítulos anteriores, tanto Almeida quanto Sousa utilizam o riso para promover o apagamento e silenciamento das questões negro-africanas em seus textos. Seja por meio da já referida xenofobia apresentada por Germano Almeida em *O Meu Poeta* (1992a) e *A Morte do Meu Poeta* (1998b), principalmente direcionada à Guiné-Bissau e suas(seus) habitantes, ou do racismo na descrição e na ausência da explicitação dos fenótipos, seja através da supressão efetuada por Mário Lúcio Sousa em *Biografia do Língua* (2015), ao utilizar um exemplo e restringir suas referências à escravização em Cuba ao invés de se referir a um país africano, assim como, embora evidencie a fisionomia e pertencimento étnico-racial das(os) personagens, a caracterização do tom de pele e dos demais tipos físicos negros seja colocada de maneira dúbia, possibilitando interpretações de uma ridicularização da pessoa negra.

Não obstante, tanto no discurso da “crioulização” de Mário Lúcio quanto no silenciamento do fenótipo realizado por Germano Almeida ambos os autores efetuam o que estabelece José Carlos Gomes dos Anjos (2004, p. 277), já citado no segundo capítulo, acerca do apagamento ou esvaziamento do pertencimento físico étnico-racial – seja de brancas(os) ou negras(os) – como uma forma de homogeneização social e de classe por meio do processo de mestiçagem. Essa concepção é mais patente nas produções e declarações de Almeida, bem como nas duas obras aqui discutidas, mas Sousa não se distancia dessa perspectiva ao elaborar uma teorização cuja base apregoa justamente o fim das heterogeneidades e, que de certa forma, é colocada em *Biografia do Língua* (2015) na utópica comunidade que se forma em volta do Condenado.

Todavia, o desaparecimento/anulação dos conflitos de raça dentro da lógica mestiça em Germano Almeida não elimina os confrontos de classe. Essa discussão é bastante presente no seu texto – diferente do que ocorre em Mário Lúcio – como um dos principais suportes de suas críticas. Desse modo, o teor classista das produções almeidianas se observa nas colocações depreciativas que o escritor assinala acerca da falta de consciência política crítica que os estratos em situação de vulnerabilidade econômica e social supostamente possuem, necessitando assim de uma mediação e interferência por parte de uma elite intelectual que seja capaz de liderar e comandar o país. Já Sousa chega a questionar as circunstâncias que

sucederam após a declaração da abolição da escravização, as quais não modificaram estruturalmente as condições financeiras, políticas, trabalhistas e sociais das pessoas libertas. Porém, não vai muito adiante com sua análise, ainda assinalando a inércia e passividade que condicionou essas(es) sujeitas(os) a não buscarem/aventurarem-se na mobilização pelas melhorias de vida.

Outro ponto de concordância das três narrativas se refere às representações das personagens femininas. No que concerne, inicialmente, aos relacionamentos afetivos – pois são somente nesses lugares sociais que as mulheres são colocadas nos textos –, enquanto que o protagonista *Meu Poeta* de Germano Almeida possui um casamento estável e monogâmico com sua esposa Isba, o personagem central da trama de Mário Lúcio, Língua/Esteban, apresenta uma ‘rotatividade’ questionável de envolvimento, a maioria de ordem sexual e apenas o último pode ser compreendido como afetivo, mas mesmo assim nenhuma dessas figuras femininas recebe um nome próprio, apenas sendo denominadas por suas características físicas ou ainda com designação de objetos, como o caso de Relíquia.

Sob esse aspecto, mesmo que o protagonista seja evocado na narrativa de Sousa a maior parte do tempo por seu nome de casa/apelido Língua, ele possui nome e sobrenome, Esteban Montejo Mera, já as outras mulheres, com exceção de sua mãe Emília, não apresentam outro nome senão o apelido que o personagem lhes confere. Uma objetificação iniciada pela não nomeação torna-se ainda mais agravada pela valorização dos aspectos físicos das personagens e pela negação, silenciamento e apagamento de suas subjetividades.

Através do riso as figuras femininas são depreciadas e ridicularizadas, principalmente quando buscam manter Língua em seus relacionamentos. A coadjuvância e descarte das mulheres, muito mais do que sinalizar um espírito livre e desbravador do protagonista como pretende a narrativa, indiciam o caráter machista e misógino do texto ao não conceder voz, protagonismo, dignidade e qualidades a essas personagens.

A tônica misógina e machista encoberta pela linguagem risível também está presente nas duas produções de Germano Almeida. O longo excerto da descrição do estupro cometido por Vasco a Elsa em *O Meu Poeta* (1992a) é emblemático da demonstração do domínio de homens sobre mulheres e da situação de vulnerabilidade que essas se encontram. Justificado como um ato impulsivo motivado pelo ciúme, tal violência não é criticada ou mesmo o personagem é punido criminalmente. A impunidade nesse caso possibilita a naturalização e convivência dessa forma de subjugar e punir a figura feminina, vista como uma posse masculina.

A leitura dessa propriedade sobre o corpo feminino também é endossada pelas declarações e posturas do Secretário ao condenar Isba por sua não-virgindade, caracterizando tal aspecto como uma ofensa não só a seu marido, mas também a ele – que não possui nenhum relacionamento afetivo socialmente declarado com a personagem. O controle do corpo da personagem se estende ao Assistente, num associativismo pela ‘causa’ masculina com o Poeta e não pelo vínculo afetivo que ‘justificaria’ essa reivindicação, e também às pessoas que a julgam como adúltera em uma conjunção de xenofobia, racismo e machismo. Por passar longos períodos fora de casa, organizando e promovendo a carreira política do marido, a interpretação que se faz é que os favorecimentos ocasionados por esses agenciamentos se devem às negociações sexuais, sem sequer cogitar que se trata das capacidades articuladoras da personagem.

Ainda, um aspecto significativo para a compreensão das produções e demais articulações desses autores é o contato/conhecimento que ambos possuem seja do ponto de vista social, seja da perspectiva literária. Conforme é constatado pela fotografia colocada no início dessas considerações, disponibilizada no *Instagram* de divulgação de Mário Lúcio em 2017, a proximidade entre os dois intelectuais, ladeados pelo também escritor Vasco Martins, é pública. Nas declarações que concedeu a mim em correspondência virtual, Sousa também reafirma esse convívio:

Germano Almeida é um amigo-referência, sempre correcto como a gente da Boa Vista, falando a rir, sem maldade, e muito coerente. Tanto que, sempre que o visito, ele abre uma garrafa de Barca Velha, o que é um rombo na adega e nos bolsos, mas ele é assim. Nele encontrei várias soluções literárias para uma escrita crioula. (SOUSA; GOMES, 2017)

Desse modo, tanto a convivência social quanto as trocas literárias são explicitadas. Não afirmo, contudo, que esse tipo de proximidade acarrete em uma interferência direta entre as produções, mas sim, que os escritores compartilham ideais e conhecimento sobre os textos um do outro. Por mais que não sejam compreendidos como um grupo semelhante aos claridosos ou nativistas, o contato entre esses intelectuais, principalmente, pelos cargos públicos de deputados, ministro e conselheiro que exerceram possibilita interpretações acerca dos diálogos e articulações que possuem em seus projetos políticos e artísticos, como indicia a última frase de Mário Lúcio sobre a referência dos textos de Germano Almeida para a elaboração estética de sua escrita.

Concluindo, mas não finalizando, esta tese buscou evidenciar através das análises de narrativas cabo-verdianas contemporâneas as maneiras com as quais o riso possui implicações e imbricações com posicionamentos políticos-ideológicos. A comicidade enquanto

reproduzida/elaborada inconscientemente – quase seguindo a lógica da geração espontânea, que surge do nada –, sem o recurso a estruturas, estratégias, mecanismos para alcançar seu efeito risível ou ainda que não reverbera ou não possui sentidos/significados, dentro do que estabelece a premissa “é apenas uma piada”, são argumentos que não se sustentam. As(os) sujeitas(os) envolvidas(os), os contextos, os alvos da derrisão ou da ironia caso existam, até mesmo o momento em que o enunciado cômico é proferido, dentre outros aspectos, contribuem para a interpretação desse texto.

Assim como Cottom (1989), meu horizonte analítico é político. Não acredito que o riso seja colocado em uma produção estética, ou mesmo no discurso cotidiano, de modo aleatório. Por mais enfática que tenha sido nesse texto, através das interpretações de vários fragmentos das narrativas, procurei demonstrar as estruturas e os posicionamentos implicados nos enunciados dos textos, explicitando que são recursos estratégicos e alinhados com as ideologias legitimadas/reivindicadas pelos escritores em suas entrevistas e declarações públicas. Também busquei enquadrar os ideais expostos nos projetos políticos e estéticos desses intelectuais, bem como vinculá-los a ideologias e teorizações de outras(os) autoras(es) cabo-verdianas(os).

As críticas contidas nesta tese muito mais do que promover uma condenação do riso, buscam evidenciar seu potencial transgressor, mas que muitas vezes é utilizado ainda como forma de opressão, silenciamento, apagamento e esvaziamento das demandas por equidade de gênero, raça e classe. Ao invés dessa perpetuação da comicidade subalternizante, valorizo e aprego um riso que conscientize, fortaleça, empodere, questione o poder estabelecido e incremente nossa capacidade crítica de enfrentamento. Por um riso descolonizador, negro, feminino e proletário.

REFERÊNCIAS¹

ABDALA JR., Benjamin (Org.). **Margens da cultura**: mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

ACHEBE, Chinua. An image of Africa. **Research in african literatures**, v. 9, n. 1, p. 1-15, 1978. Disponível em: <https://goo.gl/jV6hY5>. Acesso em: 25 set. 2017.

ACHUGAR, Hugo. A nação entre a memória e o esquecimento: para uma narrativa democrática da nação. In: _____. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Tradução de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

ADICHIE, Chimamanda. O perigo da história única (conferência). In: **TED/Youtube**. Vídeo, 2009, 19 min. Disponível em: <https://goo.gl/cW3B2p>. Acesso em: 05 jan. 2015.

ADÚN, Mel. Uterinas. **Coletânea Poética Ogum's Toques Negros**. Salvador: Ed. Ogum's Toques, 2014. P. 147.

AGÊNCIA Lusa. Arménio Vieira lança mais um "Brumário". **Rede Angola**, Luanda, maio 2015. Disponível em: <https://goo.gl/JqKzEV>. Acesso em: 28 dez. 2017.

AHMAD, Aijaz. **Linguagens do presente**: ensaios. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ALÁFIA. Mulher da Costa. **Aláfia**. Compositor: Eduardo Brechó. São Paulo: YB Music, 2013. 1 CD.

ALBERTI, Verena. **O riso e o risível**: na história do pensamento. 3. ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ALMADA, José Luis Hopffer Cordeiro. Alguns apontamentos a propósito de recentes polémicas sobre a identidade literária caboverdiana. **Buala**, Lisboa, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/p3YEH1>. Acesso em: 17 ago. 2011.

_____. G.T. Didial e a nova ficção cabo-verdiana pós-claridosa. **A Semana Online**, Cabo Verde, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/Rturvo>. Acesso em: 25 jul. 2011.

_____. **Mirabilis** – de veias ao sol. Antologia dos novíssimos poetas cabo-verdianos. Lisboa: Caminho, 1999.

_____. Problemáticas lusógrafas e o papel da língua portuguesa na emergência da identidade literária caboverdiana e na universalização da poesia caboverdiana contemporânea. **África e Africanidades**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 11, p. 1-43, novembro, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/MMzxmi>. Acesso em: 25 jul. 2011

¹ Textos citados e consultados.

ALMEIDA, Germano. Cabo Verde é o centro do mundo. In: _____. **Estórias Contadas. Crônicas.** Lisboa: Caminho, 1998a. Disponível em: <https://goo.gl/JcH5ei>. Acesso em: 18 abr. 2015.

_____. **O Meu Poeta.** 2 ed.. Lisboa: Caminho, 1992a.

_____. **A Morte do Meu Poeta.** Mindelo: Ilhéu Editora, 1998b.

_____. **O testamento do Sr. Napumoceno.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992b.

_____. Uma forma de identidade africana. In: _____. **Estórias Contadas. Crônicas.** Lisboa: Caminho, 1998a, p. 22-26. Disponível em: <https://goo.gl/J5eZr4>. Acesso em: 18 abr. 2015.

_____; FORTES, Teresa Sofia (Entrevistadora). Entrevista com Germano Almeida. **A Semana Online**, Praia, fev. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/6t1FUu>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. Germano Almeida: O grande contador de histórias de Cabo Verde. **Diário Digital**, Cabo Verde, maio 2015. Disponível em: <https://goo.gl/e84DNu>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____; MONTEZINHO, Jorge (Entrevistador). Germano Almeida: “Nunca me torturei para escrever”. **Expresso das Ilhas**, Praia, dez. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/ENyn4w>. Acesso em: 13 abr. 2017.

_____; PINTO, Diogo Vaz (Entrevistador). Germano Almeida “A corrupção tomou conta da sociedade cabo-verdiana”. **Sapo24**, Lisboa, nov. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/JhuAJM>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____; SALL, Babacar (Entrevistador). Utiliser les deux langues, entretien avec Germano Almeida. Entrevistador: Babacar Sall. **Africultures**, n. 20, mar. 2000. p. 52-53.

_____; SANTOS, Raquel (Entrevistadora). **Entre nós**: entrevista a Germano de Almeida [2002]. Entrevistadora: Raquel Santos; Realização: Elisa Antunes e Helena Leão. Lisboa: Universidade Aberta, 2002. (30 min. 41 seg.), 1 prog. vid. Disponível em: <https://goo.gl/wMYjHp>. Acesso em: 01 jul. 2016.

ALVES, Estefânia Isabel Lemos. **Jaime Bunda, agente secreto e Jaime Bunda e a morte do americano**: a crítica político-social através da desconstrução paródica da narrativa fílmica bondiana. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Mestrado em Estudos Românicos. Lisboa: 2009. Disponível em: <https://goo.gl/hknaNR>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ALVES, Maria Theresa Abelha. **Gil Vicente**: sob o signo da derrisão. 1. ed. Feira de Santana: Imprensa Gráfica da UEFS, 2002.

AMIN, Samir. **El eurocentrismo**, crítica de una ideología. Tradução de Rosa Cusminsky de Cendrero. México: Siglo XXI editores, 1989.

ANDRADE, Alvaro Ludgero. Germano Almeida: o contador de histórias que “brinca falando sério”. **Voa Português**, Portugal, maio 2018. Disponível em: <https://goo.gl/dHJLQJ>. Acesso em: 01 jun. 2018.

ANDRADE, Mário de. Prefácio à Antologia temática de poesia africana 2 – o canto armado (1978). In: MONDAINI, Marco (Org.). **Cultura em tempos de libertação nacional e revolução social**: Amílcar Cabral, Samora Machel e Mário de Andrade. Recife: Ed. UFPE, 2017. p. 91-106.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde: intelectuais e diferentes versões da identidade nacional. **Etnográfica**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 273-295, nov. 2004. Disponível em: <https://goo.gl/EjRbZY>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. A variação ontológica de raça na modernidade: Brasil e Cabo Verde. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 49, n. 1, p. 20-25, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/qsWu7k>. Acesso em: 01. jul. 2016.

_____. Cabo Verde e a importação do ideologema brasileiro da mestiçagem. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 177-204, nov. 2000. Disponível em: <https://goo.gl/DYHjXH>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. Elites internacionais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 579-596, 2003. Disponível em: <https://goo.gl/mkubVS>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**: lutas de definição da identidade nacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAÚJO, Jorge. **Cinco balas contra a América**. Ilustração de Pedro Sousa Pereira. São Paulo: Editora 34, 2008.

ARENAS, Fernando. Reverberações lusotropicals: Gilberto Freyre em África 1 - Cabo Verde. **Buala**, Lisboa, maio 2010. Disponível em: <https://goo.gl/yLxZnt>. Acesso em: 01 jul.2016.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Souza. 4. ed.. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994.

ARMÉNIO Vieira. **A Semana Online**. Imagem digital, formato JPG. Fotógrafo: Alexandre Conceição. Disponível em: <https://goo.gl/7C5HP3>. Acesso em: 26 jul. 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: O contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi. 4. ed.. São Paulo: Edunb: HUCITEC, 1999.

_____. Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance. In: _____. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Trad. BERNADINI, Aurora F. et al. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A África por ela mesma**: a perspectiva africana na *História Geral da África* (UNESCO). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: 2012. Disponível em: <https://goo.gl/5Gs6HZ>. Acesso em: 20 maio 2017.

BARNET, Miguel (Ed.). **Memórias de um cimarron** – testemunho. Tradução de Beatriz A. Cannabrava. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.

_____. (Ed.). **The autobiography of a runaway slave** – Esteban Montejo. Tradução de Jocasta Innes. Londres: Bodley Head, 1968.

BARROS, Crisanto. Notas sobre o recrutamento da elite político-administrativa cabo-verdiana pós-independência. In: SARMENTO, Cristina Montalvão; COSTA, Suzano (Org.). **Entre África e a Europa**: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde. Coimbra: Almedina, 2013. p. 355-388.

BARROS, Víctor. As «sombras» da *Claridade*. Comunidades Imaginadas. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Coord.). **Comunidades Imaginadas**. Nação e Nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 193-217.

BASQUES, Messias. O riso como expressão de um modo de entendimento: do bergsonismo à antropologia. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 105-128, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/wzMxqF>. Acesso em: 30 maio 2013.

BATALHA, Luís. A elite portuguesa-cabo-verdiana: ascensão e queda de um grupo colonial intermediário. In: CARVALHO, Clara; CABRAL, João de Pina (Coord.). **A persistência da História**. Passado e contemporaneidade em África. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004. Disponível em: <https://goo.gl/4XGSCp>. Acesso em: 30 maio 2013. p. 191-225.

BERGSON, Henri. **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2.ed.. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BERND, Zilá. Colocando em xeque o conceito de literatura nacional. In: CARRIZO, Silvina; NORONHA, Jovina (Org.). **Relações literárias interamericanas**: território e cultura. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 13-21.

BERTÚ, Erika Wurts. Representações do outsider no cinema juvenil brasileiro e norte-americano do novo milênio. **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – INTERCOM, Santos, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/Lurq2Y>. Acesso em: 25 fev. 2016.

BORBA, Carolina dos Anjos; ANJOS, José Carlos Gomes dos. Questão fundiária em Cabo Verde: posse tradicional x propriedade da terra em São Salvador do Mundo. **Revista Conjuntura Astral**, Porto Alegre, v. 3, n. 11, p. 39-57, abr/maio 2012. Disponível em: <https://goo.gl/NEFq7c>. Acesso em: 01 jul. 2016.

BORTOLOTTI, Ricardo Gião. O riso sério: o cômico nos primórdios do pensamento moderno. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 172-192, jun. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/rDpTvb>. Acesso em: 30 maio 2013.

BRANCO, João Guedes. **Crioulização cénica**: em busca de uma identidade para o teatro cabo-verdiano. Tese (Doutorado) – Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Doutoramento em Comunicação, Cultura e Artes. Algarve: 2016. Disponível em: <https://goo.gl/hmLPJt>. Acesso em 25 out. 2017.

BRITO-SEMEDO, Manuel. **Caboverdianamente ensaiando**. Vol. 1. Mindelo: Ilhéu, 1995.

_____. O claridoso Baltasar Lopes. In: **Esquina do tempo**. Magazine cultural a divulgar Cabo Verde desde 2010, Cabo Verde, fev. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/upvfV2>. Acesso em: 01 jul. 2016.

BRITO, Rosildo R. de. O riso carnavalesco na sociedade humorística contemporânea. **Veredas FAVIP** – Revista Eletrônica de Ciências, Caruaru, v. 1, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/ZPi6bu>. Acesso em: 30 maio 2013.

BRITO, Vandira. Carta aberta ao senhor Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva. **Jovem Tudo**, Praia, out. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/uo5xGw>. Acesso em: 28 dez. 2017.

BUALA. **Ana Cordeiro**. Portugal, [20--]. Disponível em: <https://goo.gl/jBF1tD>. Acesso em: 20 out. 2017.

CABO VERDE. Decreto Presidencial n. 1/2004. Nomeia Júlio César de Carvalho e Germano da Cruz Almeida como membros do Conselho da República. **Boletim Oficial**, Praia, 2 fev. 2004, Série 1, n. 3, p. 14. Disponível em: <https://goo.gl/SEVWC6>. Acesso em: 28 ago. 2016.

CABRAL, Amílcar. Libertação nacional e cultura (1970). In: MONDAINI, Marco (Org.). **Cultura em tempos de libertação nacional e revolução social**: Amílcar Cabral, Samora Machel e Mário de Andrade. Recife: Ed. UFPE, 2017. p. 31-58.

CABRAL, Iva Maria de Ataíde Vilhena. **A primeira elite colonial atlântica**. Dos «homens honrados brancos» de Santiago à “nobreza da terra” (Finais do séc. XV – início do séc. XVII). Universidade de Cabo Verde, Departamento de Ciências Sociais e Humanas. Tese. Praia: 2013. Disponível em: <https://goo.gl/PhxxnV>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. A evolução da sociedade fogueense: Através de um estudo prosopográfico da elite da ilha (sec. XVI-XVIII). **BDCV – História de Cabo Verde**, Cabo Verde, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/XhUQVF>. Acesso em 10 set. 2017.

CAJU, Fred. Não há de ser em vão. **Murro guardado no punho**. Paulista: Castanha Mecânica, 2015.

CAMARGO, Patrícia. O harmonioso contato entre a palavra e o som: Mário Lúcio Sousa e seu *Nascimento de um mundo*. **Revista África e Africanidades**, ano 2, n. 6, ago. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/CdsWPQ>. Acesso em: 22 jun. 2016.

CAN, Nazir Ahmed. 'Biografia do Língua', de Mário Lúcio Sousa. **Colóquio Letras**, Lisboa, v. 192, p. 273-276, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/bajPp4>. Acesso em: 18 set. 2017.

CARRASCOSA, Denise. A Grande Gargalhada de Lucas Matesso: leitura do corpo torturado em uma narrativa angolana do pré-75. **Revista Gatilho** (PPGL/ UFJF. Online), v. 3, p. 1-13, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2F0M3Nu>. Acesso em: 25 maio 2018.

CARVALHO, Alberto. A narrativa cabo-verdiana, nacionalidade e nacionalismo. **Revista de Filología Románica**. Universidad Complutense Madrid, Madrid, Anejos II, p. 85-114, 2001. Disponível em: <https://goo.gl/nMdjcL>. Acesso em: 15 maio 2013.

CASA África. Quem é quem na África: Germano Almeida. [20--]. Disponível em: <https://goo.gl/iM1oHk>. Acesso em: 28 ago. 2016.

CASTELO, Cláudia. Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. **IICT**, Blogue de História Lusófona, Portugal, ano VI, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/jLm7aM>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. «O modo português de estar no mundo». O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

CÉU E SILVA, João. Germano Almeida faz regressar Prémio Camões a África. **Diário de Notícias**, Portugal, maio 2018. Disponível em: <https://goo.gl/BbZdwh>. Acesso em: 01 jun. 2018.

CENTRO Virtual Camões. Moçambique «O riso é uma dança do rosto e do espírito» - Rui Zink no Camões em Maputo. Portugal, [20--]. Disponível em: <https://goo.gl/sKXZsU>. Acesso em: 30 maio 2013.

CHAVES, Rita. Escritores e os projetos de emancipação. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio (Orgs.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 187-198.

CLARIDADE.org. Cabo Verde, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/WdwDDX>. Acesso em: 01 jul. 2016.

COELHO, Gisela. Entre o crioulo e o português. **Público**, Portugal, 27 jul. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/z8a696>. Acesso em: 29 ago. 2017.

COSTA, Luana Antunes. Germano Almeida: de risos, de palavras, de prazeres.... In: SALGADO, Maria Teresa; SEPÚLVEDA, Maria do Carmo (Org.). **África & Brasil: letras em laços II**. São Caetano do Sul: Yendis, 2010. p. 137-153.

COTTOM, Daniel. **Text and culture**. The politics of interpretation. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

DAFLON, Verônica Toste. Mestiçagem. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 309-329.

DAL CORTIVO, Raquel Aparecida. “**No fogo das três pedras**”: leitura comparada das poéticas de Corsino Fortes, Arménio Vieira e Filinto Elísio. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. São Paulo: 2016. Disponível em: <https://goo.gl/fu3Pvv>. Acesso em: 30 ago. 2017.

DIOP, Cheik Anta. Origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, Gamal (Ed.). **História Geral da África**. v. II. Tradução de Eduardo Roque dos Reis Falcão. São Paulo: Unesco, 2010. p. 1-36. Disponível em: <https://goo.gl/6NKyok>. Acesso em: 25 set. 2015.

DUARTE, Lélia Parreira. **Ironia e humor na literatura**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas; São Paulo: Alameda, 2006.

DUARTE, Vera. **A candidata**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

ECO, Umberto. “O cômico e a regra”. In: **Viagem na irrealidade cotidiana**. Tradução de Aurora Fernoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ELÍSIO, Filinto. Markito com K. In: ELIAS, Mito et al. **Sopinha de Alfabeto**, n. 2, abr. 1987. Disponível em: <https://goo.gl/fu9BFn>. Acesso em: 20 fev. 2013.

EMBAIXADA da República de Cabo Verde no Brasil. Brasil, 2002. Disponível em: <https://goo.gl/yzon3b>. Acesso em: 01 jul. 2016.

ESCOLA sem partido. Brasil, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/Kprp62>. Acesso em: 20 jul. 2017.

EUGÉNIO TAVARES. Notícias - Dia 18 de Outubro, dia do Nascimento de Eugénio TAVARES: Dia Nacional da Cultura em Cabo Verde. Cabo Verde, [20--]. Disponível em: <https://goo.gl/9FRbxQ>. Acesso em: 10 jul. 2016.

EVARISTO, Conceição. Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA** (PUCMG), Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/JDe6mV>. Acesso em: 13 fev. 2017.

ÉVORA, Iolanda; GRASSI, Marzia (Ed.). **Gênero e Migrações Cabo-Verdianas**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

ÉVORA, Maria Dulce Pereira Araújo. E Napumoceno deixou de sonhar. **Além-mar**: visão missionária, maio 1997. Disponível em: <https://goo.gl/DYZTc5>. Acesso em: 10 jun. 2015.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde:** da unidade à separação. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Centro de Estudos Africanos. Porto: 2007. Disponível em: <https://goo.gl/LsABY2>. Acesso em: 01 jul. 2016.

FERNANDES, Gabriel. **A diluição da África:** uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

_____. **Em busca da Nação,** notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo. Florianópolis: Editora da UFSC; Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

_____. **Entre a europeidade e a africanidade:** os marcos da colonização/descolonização no processo de funcionalização identitária em Cabo Verde. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: 2000. Disponível em: <https://goo.gl/14xff7>. Acesso em: 08. dez. 2015.

FERNANDES, Maria de Fátima. Descobrir, conhecer e debater Cabo Verde: cabo-verdianidade e representações estético-ideográficas na novíssima literatura cabo-verdiana. **Revista ContraPonto**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 69-81, dez. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/waQHkQ>. Acesso em: 20 maio 2013.

FERREIRA, Manuel. **A aventura crioula.** Ou Cabo Verde – uma síntese étnica e cultural. Lisboa: Ed. Ulisseia, 1967.

FERREIRA, Ondina. **Contos com lavas.** Cabo Verde: Edição da Autora, 2010.

_____. Liga Cabo-Verdiana dos Amigos da Língua Portuguesa. **Blogue do IILP** – Instituto Internacional da Língua Portuguesa, Cabo Verde, jan. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/eBggeH>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. “O Visto”. In: _____. **Contos com lavas.** Cabo Verde: Edição da Autora, 2010.

FERREIRA, Uryelton de Sousa. O processo de (des) colonização associado ao fortalecimento da identidade nacional, por meio da produção literária, em Cabo Verde. **Revista Igarapé**, Porto Velho (RO), v. 1, n. 1, p. 30-39, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/Y4tgDt>. Acesso em: 25 jul. 2017.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. Escalas da identidade na literatura africana das independências: uma abordagem exploratória sobre nacionalismo, identidades sociais e produção cultural. **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 1, jan/abr. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/GkFZyn>. Acesso em: 22 fev. 2018.

FILINTO, Elísio Silva. **UNILAB.** Imagem digital, formato JPG. Disponível em: <https://goo.gl/8VxQAA>. Acesso em: 26 jul. 2017.

FONSECA, Maria Nazareth; MOREIRA, Terezinha Taborda. Panorama das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. **Caderno CESPUC de Pesquisa**, Belo Horizonte, n. 16, p. 20-60, set. 2004. Disponível em: <https://goo.gl/SY9Vs5>. Acesso em: 23 jul. 2014.

FONTES, Francisco. *Ponto & Vírgula* é relançada hoje em Coimbra. **A Semana Online**, Praia, 28 mar. 2007. Disponível em: <https://goo.gl/BZoU6r>. Acesso em: 28 ago. 2016.

_____. **Tchuba na desert**: antologia do conto inédito caboverdiano. Coimbra: Edição Saúde em Português, 2006. Parcialmente disponível em: <https://goo.gl/gmb7tT>. Acesso em: 05 dez. 2016.

FRANCISCO, Chimica. Humor e ironia nos estudos pós-coloniais: leitura de *Xefina* e *Quem me dera ser onda*. **Revista Língua & Literatura**, Frederico Westphalen, v. 18, n. 32, p. 4 - 22, dez. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/86Utsy>. Acesso em: 25 ago. 2017.

FREYRE, Gilberto. **O luso e o trópico**. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte, 1961.

FURTADO, Cláudio Alves. Cabo Verde: dilemas étnico-identitários num território fluído. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 49, n. 1, p. 2-11, jan. / abr. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/m2XgDL>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. O continente africano e a produção africana do conhecimento. **RELEA** – Revista Latino Americana de Estudos Avançados, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 118-137, jan. /jun. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/VT5sX8>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Do alto das montanhas, vejo a praia. Olhares e vivências da pobreza e da desigualdade social em Rui Vaz, Cabo Verde. In: _____ (Org.). **Diálogos em trânsito**: Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau em narrativas cruzadas. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 245-278.

_____. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 45, 2012, p. 143-171. Disponível em: <https://goo.gl/NMkbhz>. Acesso em: 18 ago. 2014.

FURTADO, Vlademiro Salvador. Cultura Política e Consolidação Democrática em Cabo Verde: um balanço de 24 anos da instauração da democracia. **Cadernos de estudos sociais e políticos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 16-39, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/sncmJF>. Acesso em: 19 jan. 2018.

GÂNDARA, Paula. **Construindo Germano Almeida** – a consciência da desconstrução. Lisboa: Vega, 2008.

GERMANO Almeida. **Revista Estante FNAC**. Formato JPG. Disponível em: <https://goo.gl/d3fYSU>. Acesso em: 25 jul. 2017.

GILROY, Paul. Identidade, pertencimento e a crítica da similitude pura. In: _____. **Entre campos**: nações, culturas e o fascínio da raça. Tradução de Célia Azevedo. São Paulo: Annablume, 2007, p. 123-162.

GOMES, Mariana Andrade. Possíveis leituras do conto “O Visto”, de Ondina Ferreira. **Revista Crioula**, São Paulo, USP, n. 17, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/cECLhS>. Acesso em: 29 ago. 2017.

GOMES, Patrícia Godinho. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. **Outros Tempos**, São Luís, vol. 12, n.19, 2015 p. 168-189. Disponível em: <https://goo.gl/i9URDP>. Acesso: 13 jul. 2015.

GOMES, Renato Cordeiro. O intelectual e a cidade das letras. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (Org.). **O papel do intelectual hoje**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 117-131.

GOMES, Simone Caputo. **Cabo Verde: literatura em chão de cultura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.

_____. Rostos, gestos, falas, olhares de mulher: o texto literário de autoria feminina em Cabo Verde. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia (Org.). **Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa**. São Paulo, Alameda, 2006.

GONÇALVES, Osvaldo. Prémio Camões para “um escritor muito divertido”. **Jornal Angola**, Angola, maio 2018. Disponível em: <https://goo.gl/u3UFLx>. Acesso em: 01 jun. 2018.

GONÇALVES, Vércia Conceição. **Nós matamos o cão-tinhoso**: anticolonialismos, projetos de nação e protagonismos de (novos) homens moçambicanos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura. Salvador: 2016.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

GRAÇA, Camilo Querido Leitão da. **Cabo Verde**. Formação e dinâmicas sociais. Praia: IIPC, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

GRASSI, Marzia. Gênero e migrações cabo-verdianas. In: ÉVORA, Iolanda; GRASSI, Marzia (Ed.). **Gênero e Migrações Cabo-Verdianas**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. p. 23-64.

GUERREIRO, Maria Manuela Lopes. **Germano Almeida e a nova escrita cabo-verdiana: um estudo de *O testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo***. Praia-Mindelo: Embaixada de Portugal, Centro Cultural Português, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

_____. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.24, p.68-75, 1997.

HELG, Aline. Os afro-cubanos, protagonistas silenciados da história cubana. **Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 8, n. 1, 2014, p. 29-51. Disponível em: <https://goo.gl/YfVJAK>. Acesso em: 25 out. 2017.

HENRIQUES, Joana Gorjão. O país que tem mais gente fora do que dentro. **Jornal Público**, Lisboa/Praia, jul. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/3fhjSx>. Acesso em: 25 maio 2016.

HERNANDEZ, Leila Leite. **Os filhos da terra do sol**. A formação do Estado-nação em Cabo Verde. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002.

HUTCHEON, Linda. **Teoria e política da ironia**. Tradução de Julio Jeha. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

INSTITUTO Internacional da Língua Portuguesa - IILP. Diretores Anteriores do IILP. Disponível em: <https://goo.gl/3o2NP1>. Acesso em: 28 ago. 2017.

JAMESON, Fredric. **O inconsciente político**: a narrativa como ato socialmente simbólico. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992.

JORGE Araújo. **BECRE** – Escola Secundária de Cacilhas - Tejo. Imagem digital, formato JPG. Fotógrafo: Jorge de Paula. Disponível em: <https://goo.gl/D5j3ZG>. Acesso em: 26 jul. 2017.

JORGE Araújo conquista mercado do Brasil e já pensa noutro romance. **A Semana Online**, Praia, abr. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/YF24ea>. Acesso em: 26 set. 2017.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África?** – Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro, Pallas, 2006.

LABAN, Michel. **Cabo Verde**: encontro com os escritores. Porto: Fundação Engenheiro Antonio de Almeida, 1992.

LAGROU, Els. Rir do poder e o poder do riso nas narrativas e performances kaxinawa. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 49, n. 1, p. 55- 90, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/oTjqas>. Acesso em: 03 abr. 2012.

LARANJEIRA, Pires. A identidade «crioula» e negro-africana e uma nova representação da mulher, com exemplos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; JORGE, Silvio Renato (Org.). **Literaturas insulares**: leituras e escritas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Porto: Edições Afrontamento, 2011. p. 17-32.

LEÃO, Ângela Vaz (Org.). **Contatos e ressonâncias**: literaturas africanas de língua portuguesa. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2003.

LIMA, Márcia Elizabeti Machado de; MACÊDO, Tania Celestino de. Capitães da areia e Cinco balas contra a América: estratégias de construção da verossimilhança. **Anais XIV Congresso Internacional Abralic**. 2015. Belém, UFPA. Disponível em: <https://goo.gl/b2jDKE>. Acesso em: 25 ago. 2016.

LIMA, Mesquitela. **Vai-te treinando desde já** – peça de teatro de João Cleofas Martins (Nhô Djunga). Comentários e análise sócio-antropológica. Lisboa: Vega, 2004.

LOPES, Carlos. O legado de Amílcar Cabral face aos desafios da ética contemporânea. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 21, 27-44, jul/2012. Disponível em: <https://goo.gl/QBduTG>. Acesso em: 20 fev. 2017.

LOPES FILHO, João. **Contribuição para o estudo da cultura cabo-verdiana**. Lisboa: Biblioteca Ulmeiro n. 15, 1983.

MACEDO, José Rivair. **Riso, Cultura e Sociedade na Idade Média**. São Paulo: Ed. da Unesp; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

MARCOS, Eidson Miguel da Silva. De Romano a Vicente: identidades em processo na narrativa cabo-verdiana dos séculos XX e XXI. **II Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades**. Espírito Santo: UFES, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/wfRE54>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____.; QUEIROZ, Amarino Oliveira de. Literatura e cinema: duas lentes sobre O testamento do Sr. Napumoceno, de Germano Almeida. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/nbm487>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. O riso frente ao siso? Perspectivas contemporâneas no estudo do romance cabo-verdiano. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.1, n.1, p.1-10, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/VfXX21>. Acesso em: 10 maio 2013.

_____. O social pela lente parodística de Germano Almeida em *O testamento do Senhor Napumoceno*. In: XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. **Anais eletrônicos do XI CONLAB**. Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/ySHFDT>. Acesso em: 01 jul. 2016.

MARGARIDO, Alfredo. **A Lusofonia e os Lusófonos: novos mitos portugueses**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (Org.). **O papel do intelectual hoje**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MARIANO, Gabriel. **Cultura caboverdeana** – ensaios. Lisboa: Vega, 1991.

MARINS, Gislaine Simone Silva. O riso como efeito estético. **Letras de Hoje**, estudos e debates de assuntos de lingüística, literatura e língua portuguesa, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 11-14, set. 1997.

MÁRIO Lúcio Sousa. **O Globo**, 2016. Imagem digital, formato JPG. Disponível em: <https://goo.gl/ZY93CK>. Acesso em: 25 jan. 2017

MÁRIO LÚCIO. Instagram de divulgação, foto do dia 23 jul. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/QueVU8>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. Página oficial, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/RJFT5b>. Acesso em: 30 mar. 2018.

MARTINS, José Soares. A carnavalização do quotidiano: uma perspectiva psicossocial. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, n. 6, p. 128-134, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/SwDDS9>. Acesso em 01 jun. 2012.

MATA, Inocência. **A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização**. Lisboa: União das cidades capitais de língua portuguesa, 2015.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. 2. ed.. Lisboa: Antígona, 2017.

MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. **Revista USP**, São Paulo, n. 45, mar./abr./maio, 2000. Disponível em: <https://goo.gl/5mNXmK>. Acesso em: 20 fev. 2016.

MELO, António. Adriano Moreira reabriu o Tarrafal há 50 anos como ministro de Salazar. **Buala**, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/XU7jxF>. Acesso em: 01 jul. 2016.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDES, Cleise Furtado. **A gargalhada de Ulisses**. A catarse na comédia. Salvador: Fundação Gregório de Mattos; São Paulo: Perspectiva, 2008.

MENDES, Maria do Carmo Pinheiro Silva Cardoso. Germano Almeida: diálogos entre Cabo Verde e Portugal. **Interfaces da lusofonia**, Braga, abr. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/8inrJU>. Acesso em: 24 set. 2017.

MIGUEL, Francisco Paolo Vieira. O dilema da identidade nacional na experiência dos gays sampadjudus. **Anais 30ª RBA – Reunião Brasileira de Antropologia**, João Pessoa-PB, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/UjM1mT>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. Tradução de Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MOASSAB, Andréia. Território e construção em Cabo Verde: debate sobre a (frágil) construção identitária em contextos recém independentes no mundo globalizado. **Buala**, Lisboa, jan. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/cNbZAU>. Acesso em: 23 abr. 2013.

MOREIRA, Sara; LIMA, João Miguel. Cabo Verde: o crioulo no dia da língua portuguesa. **Global Voices**, Cabo Verde, 5 maio 2011. Disponível em: <https://goo.gl/74oPq2>. Acesso em: 25 ago. 2017.

MOSER, Gerald M.. **Changing Africa: the first literary generation of independent Cape Verde**. Philadelphia-EUA: The american philosophical society, 1992.

MOURÃO, Daniele Ellery. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. **Pro-Posições**. Campinas, v.20, n.1 (58), p. 83-101, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/tgSN9m>. Acesso em: 01 jul. 2016.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção de África**. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Tradução de Leonor Pires Martins. Mangualde: Edições Pedagogo; Luanda; Edições Mulemba, 2013.

MUECKE, Douglas Colin. **Ironia e o irônico**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude** – usos e sentidos. 3 ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NEVES, Luis Felipe Baêta. A Ideologia da Seriedade e o Paradoxo do Coringa. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. LXVIII, n. 1, p. 35-40, 1974.

NUNES, Charô. Um Egito Negro incomoda muita gente. **Portal Geledés**, São Paulo, ago. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/6owXBu>. Acesso em: 13 ago. 2014.

OLIVEIRA, Marta de. **Na(rra)ção satírica e humorística**: uma leitura da obra narrativa de Manuel Rui. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2008.

ONDINA Ferreira. **Blogue do IILP**. Imagem digital, formato JPG. Disponível em: <https://goo.gl/q5yvwq>. Acesso em: 26 jul. 2017.

OS MEDIA em Cabo Verde. [20--]. **História dos media em Cabo Verde**. Disponível em: <https://goo.gl/Ny66io>. Acesso em: 25 out. 2017.

PADILHA, Laura Cavalcante. A diferença interroga o cânone. In: _____. **Novos pactos, outras ficções** – ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002a.

_____. **Literaturas africanas e pós-modernismo**: uma indagação. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2002b.

PASSOS, Joana. «Doí-me que a folha em branco não exija nada»: a voz das mulheres na literatura de Cabo Verde. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; JORGE, Silvío Renato (Org.). **Literaturas insulares**: leituras e escritas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Porto: Edições Afrontamento, 2011. p. 17-32.

PATRÍCIO E SILVA, Sara Alexandra. **Como Construir uma Literatura Nacional**. As antologias “henriquinas” de Baltasar Lopes e Jaime Figueiredo e a produção do Cânone da Literatura Cabo-Verdiana. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Dissertação. Coimbra: 2011. Disponível em: <https://goo.gl/d8sdWR>. Acesso em: 01 jul. 2016.

PAULA, Julio Cesar Machado de. A travessia ambígua: emancipação literária e ideologia colonial em Cabo Verde. In: **I SIMELP** - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 2008, São Paulo. Disponível em: <https://goo.gl/ZKfmXn>. Acesso em: 01 jul. 2016.

PEREIRA, Lawrence Flores. O cômico: comentários sobre as concepções de Propp, Freud e Bergson. **Letras de Hoje**, estudos e debates de assuntos de lingüística, literatura e língua portuguesa, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 15-28, set. 1997.

PEREIRA, Ludemila Cardoso. **Cabo Verde: da descolonização à abertura democrática**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais. Lisboa: 2013. Disponível em: <https://goo.gl/Ab1uTz>. Acesso em: 18 abr. 2017.

PERRONE, Cláudia Maria. O cômico e o riso. **Letras de Hoje**, estudos e debates de assuntos de lingüística, literatura e língua portuguesa, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 7-10, set. 1997.

PIGLIA, Ricardo. **Crítica y ficción**. Buenos Aires: Planeta/Seix Barral, 2000.

PINA, Arsénio D. Fermino de. **Coisas do Djunga!...** Mindelo: Edições do autor, 2002.

PORTAL VERMELHO. Ary dos Santos: bandeira comunista. Disponível em: <https://goo.gl/xv2ZNB>. Acesso em: 20 out. 2017.

PORTUGAL. Decreto n. 18:570. Estabelece o Acto Colonial. **Diário do Governo**, Ministério das Colónias, 8 de julho de 1930, I Série, n. 156. Disponível em: <https://goo.gl/rQGN2>. Acesso em: 10 jul. 2016.

PROPP, Vladimir. **Comicidade e Riso**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Ática, 1992.

QUEIROZ, Amarino Oliveira de. **As inscrições do verbo: dizibilidades performáticas da palavra poética africana**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras. Recife, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/gb2N24>. Acesso em: 20 jun. 2016.

QUEIROZ, Sonia Maria Alves de. **Literatura e representação social das mulheres em Cabo Verde: vencendo barreiras**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/Fnhf64>. Acesso em: 23 mar. 2017.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAMOS, António Manuel. **Conflitos de Identidades em Cabo Verde: análises dos casos de Santiago e São Vicente**. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Estudos Africanos Universidade do Porto. Porto: 2009. Disponível em: <https://goo.gl/PM11Ud>. Acesso em: 01 jul. 2016.

REIS, Eliana Lourenço de Lima; Garcia, Érica de Lima Melo. O humor além do riso fácil: as sátiras políticas de Wole Soyinka. **IPOTESI**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 53 - 71, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/6SFdpD>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Pós-Colonialismo, Identidade e Mestiçagem Cultural** – a literatura de Wole Soyinka. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

REPÚBLICA de Cabo Verde. **Site Oficial do Governo de Cabo Verde**, Praia, jan. 2007. Disponível em: <https://goo.gl/nFniu4>. Acesso em: 01 jul. 2016.

RESENDE, Taciana Almeida Garrido de. A revista *Claridade* sob uma perspectiva triangular África-Portugal-Cabo Verde (1936). In: **Anais XVIII Encontro Regional** (ANPUH-MG), Mariana-MG, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/duqRNP>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. **“Isso não é África, é Cabo Verde”**. O movimento claridoso e a busca por uma identidade crioula. Rio de Janeiro: Luminária Academia, Editora Multifoco, 2015.

RISO DOS OUTROS, O. Direção: Pedro Arantes. Roteiro: Pedro Arantes. Edição: Olívia Brenga. Entrevistadas/os: Lola Aranovich, Marianna Armellini, Idelber Avelar, Rafinha Bastos, Danilo Gentili, Fernando Caruso, Laerte Coutinho, André Dahmer, Ana Maria Gonçalves, Nany People, Jean Willys, Marcelo Marrom, Antonio Prata, etc. [S.L.]: TV Câmara, 2012. 1 Documentário digital (52 min.), son., color.. Disponível em: <https://goo.gl/SDHrSG>. Acesso em: 20 fev. 2015.

RISO, Ricardo Silva Ramos de Souza. **Afirmando outras versões da história...** Memória e identidade nas poéticas de Éle Semog e José Luis Hopffer Almada. Dissertação (Mestrado) – CEFET-RJ/IFRJ, Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <https://goo.gl/pqdXj9>. Acesso em: 05 jul. 2017.

_____. Carlota de Barros e Maria Helena Sato – poéticas afetivas da diáspora cabo-verdiana. In: SILVA, Fabio Mario da (Org.). **O feminino nas literaturas africanas em língua portuguesa**. Lisboa: CLEPUL, 2014. p. 101-126.

_____. Enegrecendo Pasárgada: o protagonismo negro nas relações literárias Brasil – Cabo Verde. In: **Anais do IV Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Africanas** (UESPI), Teresina-PI, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/fRjGHC>. Acesso em: 13 dez. 2016.

_____. Mito Hesperitano, Pasargadismo, Insularidade: momentos de construção da poesia cabo-verdiana no século XX. **Riso** – Sonhos não envelhecem (blog), Rio de Janeiro, jul. 2007. Disponível em: <https://goo.gl/H3vd33>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. Sopinha de Alfabeto – ironia nas artes cabo-verdianas. **Revista África e Africanidades**, Quissamã (RJ), ano I, n. 4, fev. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/v5JMsa>. Acesso em: 30 maio 2013.

ROCHA, Eufémia Vicente. **Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África**: xenofobia e racismo em Cabo Verde. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Cabo Verde. Praia: 2009a.

_____. Xenofobia e racismo em Cabo Verde?. **Revista de Estudos Cabo-Verdianos**, Praia, n. 3, dez. 2009b. p. 27-36.

RODRIGUES, Henrique. O riso como arma e libertação. Entrevistadora: Márcia Junges. **IHU On-Line**, Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ano XI, n. 367, jun. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/THRyoE>. Acesso em: 30 maio 2013.

RODRIGUES SOBRINHO, Genivaldo. Eugénio Tavares: um intelectual a serviço de seu povo. **Revista Crioula**, São Paulo, n. 1, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/eLSGQs>. Acesso em: 01 jul. 2016.

RODRÍGUEZ PRADO, Maria Felisa. A literatura cabo-verdeana e o olhar dos escritores. In: MASSA, Françoise. **Actes Du Colloque International organize par Le Laboratoire EDPAL** (ERILAR), Université Rennes 2, Out. 2000, 2002.

ROLON, Renata Beatriz Brandespin. O ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no curriculum escolar brasileiro: algumas considerações. **Revista Ecos**, Cáceres, v. 11, n. 02, p. 131-139, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/jgSZaX>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SAID, Edward W.. **Representações do intelectual**. As conferências Reith de 1993. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

SALGADO, Maria Teresa. O conto caboverdiano hoje: narração, memória e ironia. **Scripta** (PUCMG), Belo Horizonte, v. 25, p. 173-181, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/S7a9KS>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. A presença do cômico nas literaturas africanas de língua portuguesa. In: VAZ LEÃO, Ângela. **Contatos e Ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2003.

_____. Quando a ficção reinventa o riso ou o escriba africano ou conte outra história. **União dos Escritores Angolanos**. Luanda, 1999. Disponível em: <https://goo.gl/dSiSkr>. Acesso em: 23 jul. 2013.

SALLA, Thiago Mio. A revista *Claridade* e o discurso freyreano: regionalismo e a aproximação entre a elite letrada cabo-verdeana e a metrópole portuguesa nos anos 1930. In: **Via Atlântica**, São Paulo, n. 25, 103-107, jul. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/LFxGZA>. Acesso em: 01 jul. 2016.

SANSONE, Livio. Desigualdades e narrativas identitárias em Cabo Verde: em ilhas pequenas e sem mata não dá pra se esconder. In: TRAJANO FILHO, Wilson (Coord.). **Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional**. Brasília: ABA Publicações, 2012. P. 73-89.

_____. (Org.). **Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Literaturas de Língua Portuguesa: marcos e marcas – Cabo Verde: ilhas do Atlântico em prosa e verso**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 66, jul. 2003, p.23-52. Disponível em: <https://goo.gl/9h5tpG>. Acesso em: 25 abr. 2014.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro. Entre crimes, detetives e mistérios... (Pepetela e Mia Couto: riso, melancolia e o desvendamento da história pela ficção. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 12, n. 5, abr./jun. 2003. Disponível em: <https://goo.gl/3auyrq>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, p. 41-70, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/LBMQwJ>. Acesso em: 27 jan. 2015.

SHELDON, Kathleen; RODRIGUES, Isabel P. B. Fêo. *Outras Vozes: Women's Writings in Lusophone Africa*. **African and Asian Studies**, n. 7, 2008, p. 423-445.

SILVA, Avani Souza. Cinco balas contra a América, de Jorge Araújo: desconstrução e identidade na literatura infantil e juvenil cabo-verdiana. In: GOMES, Simone Caputo; MANTOVANI, Antonio Aparecido; PEREIRA, Érica Antunes (Orgs.). **Literatura cabo-verdiana: leituras universitárias**. Cáceres: UNEMAT Editora, 2015. p. 18-30. Disponível em: <https://goo.gl/EaDrsF>. Acesso em: 25 ago. 2016.

SILVA, Carla Dimas; VIANNA, Cintia Camargo. Repercussões da violência em *Biografia de un Cimarrón*. **Fronteira digital**, Pontes e Lacerda, n. 5, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/oS6D7N>. Acesso em: 25 out. 2017.

SILVA, José Aldo Ribeiro da. *No inferno: o despertar de Caliban na ficção de Arménio Vieira*. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/MWTiMY>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SILVA, Milene Matos. Germano Almeida, contador de estórias. **Ensina RTP**, 2014, Portugal. Disponível em: <https://goo.gl/ohhq67>. Acesso em: 28 ago. 2016.

SILVA, Miquele Batista da. **Riso, ironia e dilemas identitários angolanos em *O dia em que o Pato Donald comeu pela primeira vez a Margarida*, de João Melo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura. Salvador: 2014. Disponível em: <https://goo.gl/iySBUH>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. 15 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

SILVEIRA, Onésimo. **Consciencialização na literatura caboverdiana**. Lisboa: Edição da Casa dos Estudantes do Império, Série Ensaio, 1963; Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SOUSA, Mário Lúcio. **Biografia do Língua**. Lisboa: D. Quixote, 2015.

_____. Eu nasci do encontro entre duas línguas. **Sibila** – Revista de poesia e crítica literária, São Paulo, maio 2010. Disponível em: <https://goo.gl/hf9dK8>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____; LEITÃO, Cláudia Sousa (Org.). **Meu Verbo Cultura**. Salvador: EDUFBA, 2016.

_____. **O Novíssimo Testamento**. E se Jesus ressuscitasse mulher? Alfragide: D. Quixote, 2009.

_____; DIAS, José Sousa (Entrevistador). Antes da independência, Cabo Verde já era um Estado Cultural. **Sapo24**, Lisboa, jun. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/7h3azK>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____; FREITAS, Carolina (Entrevistadora). Mário Lúcio Sousa: em busca do ‘espaço crioulo’. **Jornal das Letras**, Portugal, nov. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/XCgyUP>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____; MARQUES, Carlos Vaz (Entrevistador). Mário Lúcio Sousa: o ministro da inacção. Fotógrafo: Enric Vives-Rubio. **Jornal Público**, Lisboa, dez. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/YpqWHR>. Acesso em: 24 jan. 2017.

_____; MIRANDA, Antonio. Perfil de Mário Lúcio Sousa. **Antonio Miranda**, Poesia africana, Brasília, set. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/SKft4N>. Acesso em: 24 jan. 2017.

_____; MONTEZINHO, Jorge (Entrevistador). Mário Lúcio Sousa: O nosso único passado é a nossa cultura, o nosso único futuro também. **Expresso das ilhas**, Praia, abr. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/1rhmYK>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. Mário Lúcio: “Oficializar o crioulo é tirá-lo da sua longa e injusta clandestinidade constitucional”. **A Semana Online**, Praia, maio 2013. Disponível em: <https://goo.gl/Ehfyn1>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. *O Novíssimo Testamento* de Mário Lúcio – ficção revolucionária em livro. **Câmara Municipal de Póvoa de Varzim**, Póvoa de Varzim, out. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/HCTU9i>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. Simentera celebra 20 anos e relembra percurso em concerto na Cidade da Praia. **Sapo24**, Lisboa, jul. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/gVQKYD>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____; STYCER, Clarissa (Entrevistadora). Mário Lúcio Sousa, escritor e músico: ‘Cultura é o que diferencia humanos de bestas’. **O Globo**, Rio de Janeiro, out. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/ZY93CK>. Acesso em: 25 jan. 2017.

SOUTO, Maria Generosa Ferreira. O riso e suas interdições na sociedade. **IHU On-Line**, Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ano XI, n. 367, jun. 2011. Entrevistadoras Márcia Junges e Patricia Fachin. Disponível em: <https://goo.gl/ZeFYvW>. Acesso em: 12 abr. 2012.

SOUZA, Mailza Rodrigues Toledo e. Quando a literatura reflete a vida: retratos da violência de gênero na literatura cabo-verdiana. **Anais do SILIAFRO**, Uberlândia, n. 1. EDUFU, 2012, p. 414-424. Disponível em: <https://goo.gl/kkawDF>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SOYINKA, Wole. The Lysistrata of Aristophanes. In: _____. **Art, dialogue & outrage: essays on literature and culture**. Ibadan: New Horn Press, 1988. p. 35-41.

STANFORD LIBRARIES. Ponto & virgula: revista de intercâmbio cultural: 1983-1987. Disponível em: <https://goo.gl/gU1Yr5>. Acesso em: 24 jan. 2018.

SURET-CANALE, Jean; BOAHEN, A. Adu. A África ocidental. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História geral da África**. v. VIII. África desde 1935. Tradução de Luís Hernan de Almeida Prado Mendonza. Brasília: UNESCO, 2010. p. 191-228. Disponível em: <https://goo.gl/XufPY2>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SWART, Sandra. “The terrible laughter of the afrikaner” – towards a social history of humor. **Journal of Social History**, Oxford, v. 42, n. 2, p. 889-917, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/7PRwYz>. Acesso em: 30 jun. 2015

TEIXEIRA, Eugénio. Oficialização do crioulo divide opiniões em Cabo Verde. **IPOL** – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, Florianópolis, 29 maio. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/veyies>. Acesso em: 29 ago. 2017.

TEIXEIRA, Maria Augusta Évora Tavares Teixeira. **Autoria e construção da identidade cabo-verdiana: diálogos entre a obra de Germano Almeida e o discurso parlamentar**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. Niterói: 2010. Disponível em: <https://goo.gl/tdH9ME>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. Morabeza e literatura: a caboverdianidade em devir. **Revista Icarahy**, Niterói, v. 3, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/EMh9mS>. Acesso em: 01 jul. 2016.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau**. As relações entre a Sociedade Civil e o Estado. Recife: Ed. UFPE, 2015.

TIOFE, Timóteo Tio. **O Primeiro Livro de Notcha**. Mindelo: Edições Pequena Tiragem, 1975.

TUTIKIAN, Jane. O siso d*O Meu Poeta*: o riso do meu autor. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 10, dez. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/6Lgbsi>. Acesso em: 14 ago. 2015.

UNIDOS da América. Vida e Obra de Amílcar Cabral. **Sapo24**, Lisboa, jul. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/sThNvo>. Acesso em: 01 jul. 2016.

VARELA, Aquilino. A literatura como estética de demarcação e estratégia da afirmação diplomática em Cabo Verde. In: SARMENTO, Cristina Montalvão; COSTA, Suzano (Org.). **Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde**. Coimbra: Almedina, 2013. p. 499-521.

VAZ MARQUES, Carlos. Mário Lúcio Sousa: o ministro da inacção. **Público**, Portugal, dez. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/AxpYGu>. Acesso em: 01 jul. 2016.

VEIGA, Manuel. Cabo Verde: da diglossia à construção do bilinguismo. **PAPIA**, São Paulo, v. 2, n. 25, p. 177-187, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/ZqjJyq>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. **Cabo Verde**. Insularidade e literatura. Paris: Karthala, 1998.

VIEIRA, Arménio. **O eleito do sol**. Lisboa: Vega, 1992. Coleção Palavra Africana.

_____; BEJA; Hélder (Entrevistador). “Sou mais popular por ser namorado que escritor”. **Jornal I Online**, Portugal, jun. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/1QFfyS>. Acesso em: 30 maio 2013.

VILLEN, Patricia. **A crítica de Amílcar Cabral ao colonialismo**: entre a harmonia e a contradição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

XAVIER, Lola Geraldés. **O discurso da ironia em literaturas de língua portuguesa**. Tese (Doutorado) – Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro. Aveiro: 2007. Disponível em: <https://goo.gl/yTmgW6>. Acesso em: 05 jun. 2013.

WOOK. Germano Almeida. [20--]. Disponível em: <https://goo.gl/AYgJ2T>. Acesso em: 28 ago. 2016.

APÊNDICE A – ENTREVISTA AO ESCRITOR MÁRIO LÚCIO SOUSA

Olinda, 19 de novembro de 2016.

MA: Qual seria a motivação do uso da linguagem cômica nas obras?

ML: Na verdade eu não tenho uma motivação, vai surgindo naturalmente, eu acho que eu gosto do lado humorístico das coisas. O lado que como é que a imprevisibilidade da comédia, o riso, ele vem do primitivo e da sequência lógica. Então eu gosto disso. Para reverter a ordem primitiva do humano o que vai ter mania de dominado. E assim vão surgindo essas situações cômicas naturalmente primitivas.

MA: Esse discurso cômico estaria atrelado a um posicionamento político, nas obras?

ML: Não, eu não... na verdade a política vista como carreira ou como sistema, não me merece grande apreço. Mas como ação da atividade para uma determinada área que é da gestão pública, exercer um cargo eleito escolhido pelos seus co-cidadãos, para tornar a vida mais fácil, mais alegre e melhor, eu gosto dessa parte. Então na minha escrita eu não tenho nenhum posicionamento político, porque desse lado a política não tem importância, a arte é maior. E o lado humorístico tem a ver com minha posição perante a vida, entendeu? Tudo isso é transitório. O melhor que a gente pode fazer, a forma mais sábia de estar na vida é de nós rirmos de nós mesmos. Então eu encaro tudo isso com uma anti-seriedade porque a seriedade é um fingimento. Porque a gente tem que ser honesto. E isso implica toda uma postura em volta. Mas, para ser a mulher de César não tem nenhum sentido da coisa.

MA: O senhor fala muito do projeto de crioulização. Inclusive esse aspecto foi bastante frisado na palestra de Salvador. O senhor acha que isso está presente na sua obra de certa forma?

ML: Sempre. Isso é uma coisa muito forte. Os meus romances estão todos cheios disto [crioulização]. Porque na verdade, a gente tem de ter alguma coisa para dar ao mundo que o mundo ainda não tem. Então é uma pretensão a plenitude da existência. E percebe que todo humano tem essa vocação, e tem a intenção em ter, tem esse sonho de dar o mínimo detalhe

novo aos dias. O que acontece é que se a poesia é qualquer coisa de cósmica, a narrativa ela é qualquer coisa de muito terrena. Quais são os fundamentos essenciais que eu posso dar à humanidade sem anular a que nenhum escritor deu, essa é a questão. Se você pegar uma literatura europeia, que mostre tudo o que se escreveu na literatura europeia, eu não vou poder alcançar o caminho de outros arquipélagos, eu não vou poder alcançar o Lobo Antunes ou o Saramago. Eu não vou poder alcançar pela linha que eles escolheram. O Eça de Queiroz que influencia muito a nossa cultura. Se a gente olhar na cultura africana, eu não tenho nas minhas raízes, aquela coisa do Wole Soyinka por exemplo, que ele coloca nos seus livros. Eu não tenho. Se você pegar na literatura latino-americana, eu não tenho na minha cultura aquelas coisas que García Márquez coloca nos seus livros, ou que Juan Rulfo e Octavio Paz colocam nos seus livros. E também, se eu for escrever a narrativa, ou mesmo a poesia, eu não vou poder escrever haikus. Não vou poder chegar ao pensamento taoista com essa profundidade, porque não existe nas minhas raízes. Então por isso, de repente, há uma coisa que eu posso oferecer, é o processo da criouliização, o que eu vivo e vivi, e que está sendo uma descoberta para o mundo. Inclusivo, é um processo sem raça, sem religião, sem território, é uma aquisição cultural. E tem muita coisa produzida dentro da criouliização, que eu posso pegar, de todas as coisas de Luis de Camões, de Pessoa, de Saramago, de Jorge Amado, de Octavio Paz, do Wole Soyinka, e do Ousmane Sembène, porque eu sou um homem que vivo, faz parte da minha essência, isso que eu escrevo com esse surrealismo, com esse real maravilhoso, com esse realismo fantástico. Porque é o que faz parte da minha vida. E é uma figura que não tem quadratura, ela é espiral, engloba todas as outras figuras. Então... e Glissant, Édouard Glissant, ensaiou isto, escreveu muitos detalhes sobre isso, e eu estou transferindo isso então para as novelas, e pro romance também, e são reflexões tornadas histórias.

MA: Como se deu esse contato que aconteceu durante o trabalho com Arménio Vieira, o senhor acha que teve influência na sua escrita?

ML: Eu tenho influências da precisão dele, da exigência da escrita, porque o Arménio ele foi um [main writer?] eu era estudante do Liceu, trabalhava no *Voz di Povo* e tive a sorte que o Arménio é que corrigia os textos. Ele é que corrigia os textos todos que passavam por ali, então como eu era um adolescente, eu não tinha paciência pra nada, ele tinha paciência para sentar comigo e me explicar como é que as coisas funcionavam. E com ele aprendi que quando nós escrevemos, a primeira palavra é um centésimo das possibilidades. Então nós temos que descer o cem, nonagésimo nono, assim até chegar à palavra primeira, por isso na

minha escrita, os críticos, os apreciadores, dizem, como é que você sabe tantas palavras, onde é que você vai buscar tanta coisa, como é que domina tão bem a língua portuguesa? É um processo, um processo de ser exigente, de procurar a palavra exata, porque ali são muitos, é a maior herança, o maior agradecimento que eu tenho pelo amigo Arménio Vieira.

MA: Tanto o senhor quanto Germano Almeida reivindicam a importância da oralidade para a literatura. Em *Biografia do Língua* a trama ocorre dentro da narrativa que está dentro da história, e às vezes a gente encontra isso na cultura oral. O senhor acha que a cultura oral popular está presente na sua produção?

ML: Sim, eu escrevo com a minha avó em mente. Porque até os dez anos de idade eu vivia com a minha avó, junto com meus pais, mas eu era mais apegado à minha avó, eu penso desde menino fui um grande contador de histórias, e quis saber qual é o truque, qual era a forma boa de contar a história. Então, o que marca a minha narrativa é que eu estou contando uma história em vivo mesmo, entende? Por isso tem aquela escrita no *Novíssimo Testamento* que não tem ponto final, só tem vírgulas em todo o livro. E foi sem querer, não foi uma intenção. É minha honestidade. Eu estou lá pra contar a história com a melhor sabedoria de contar a história possível, e os contadores de história eles eram sonhadores, eles inventavam metáforas, inventavam palavras, criavam fantasias. E veja o Língua que é uma coisa que é engraçado, que é um livro dedicado à arte de contar histórias. O personagem principal da *Biografia do Língua* é a história. E é isso que eu vou buscar as várias técnicas africanas, crioulas, europeias e latino-americanas, para poder ganhar atenção. No fundo de tudo isso nós somos apenas transcritores, a força do contar está na literatura oral. [Inaudível]

MA: Em *O Novíssimo Testamento* eu cito que a voz feminina tem um protagonismo, enquanto que em *Biografia do Língua* ela está mais diluída nas personagens.

ML: Sim, é normal porque *O Novíssimo Testamento* é a visão proposta mesmo é: como é que seria se Jesus Cristo fosse uma mulher? Então é todo o livro escrito sobre o olhar, sobre a contestação, sobre a possibilidade feminina. É o *Novo Testamento* interpretado por uma mulher. Que é um universo tão masculino. É como se uma mulher pegasse o Novo Testamento para ler ou escrever, havia muita coisa que ela faria diferente. Por isso, o feminino mesmo, é uma personagem central no livro *O Novíssimo Testamento*, na forma de beber, de tomar banho, de falar, de andar na rua, de se vestir, os gestos, os cumprimentos, a

forma de se apaixonar, a forma de se relacionar com Deus, com a criação, com o pão, com o leite, tudo muda, quando você colocar no feminino. Já na *Biografia do Língua*, você tem dois personagens, que é o Língua e o condenado à morte, mas na verdade, o condenado só existiu e só existe para contar a história do Língua, e eu existo como narrador, como escritor, para contar as histórias que têm essas histórias, que tão ali, o personagem central passa a ser mesmo o que é que uma história faz. Uma história essa com um homem, que em um século ou dois, criou uma nação, criou uma língua, criou uma república, criou todas essas coisas. Pra mostrar que a palavra também, assim como a imaginação, tem esse poder.

MA: Pronto, acabamos a entrevista.

ML: Pronto?! Olha, foi rápido.

Risos.

APÊNDICE B – CORRESPONDÊNCIA VIRTUAL REMETIDA A MÁRIO LÚCIO SOUSA

E-mail enviado em 01 de agosto de 2017.

[...]

Tanto o senhor quanto Germano Almeida apresentam uma linguagem risível em suas obras, talvez sejam, dentre os contemporâneos, os autores com projeção internacional que mais utilizam esse tipo de abordagem.

Neste sentido, seria muito interessante para minha pesquisa se o senhor falasse um pouco sobre como compreende este recurso ao riso; seria uma peculiaridade das produções literárias da atualidade em Cabo Verde? A motivação seria a de aproximação com a cultura das ilhas e/ou uma tendência estética derivada de outras influências (literárias, jornalísticas...)?

E a sua relação com Almeida? Ambos foram deputados, embora eleitos por legendas diferentes. Também é notória a trajetória internacional que os dois trilham, promovendo as letras cabo-verdianas pelos longos caminhos que percorrem.

O doutor poderia relatar como se dão os possíveis diálogos entre as obras dos senhores?

[...]

Resposta recebida em 03 de agosto de 2017.

Na verdade, embora creia profundamente que o riso é dos mais belos recursos da vida, nunca o utilizei expressamente na minha escrita como tal. Às vezes rio-me enquanto escrevo, quando me assalta uma boa sacada. Quando releio o livro, uma única vez, o primeiro exemplar impresso, também farto-me de rir. E quando vou assistir em teatro as peças que escrevi, não deixo ninguém ouvir, dou gargalhadas do princípio ao fim. Quase sempre surgem-me muitas situações cômicas no meio das minhas narrações, mas acho que é o meu hábito natural de não levar a vida completamente a sério. Nos momentos mais tensos ou tristes aparecem as minhas soluções mais absurdas.

O riso não é bem uma peculiaridade da literatura moderna. Olha para Mark Twain, e para um livro intitulado Decadência e Queda de quase toda a gente”, que li há muitos anos e não me lembro quem é o autor. Os contemporâneos que me fazem rir são Garcia Marquez, Saramago, Vadinho e Germano Almeida. Eu acho que tem a ver com o carácter. Porque o riso é desprendimento e, também, como diziam os confucionistas, traço de sabedoria.

Germano Almeida é um amigo-referência, sempre correcto como a gente da Boa Vista, falando a rir, sem maldade, e muito coerente. Tanto que, sempre que o visito, ele abre uma garrafa de Barca Velha, o que é um rombo na adega e nos bolsos, mas ele é assim. Nele encontrei várias soluções literárias para uma escrita crioula. Pois ele crioula o português, dando a situações literárias um corpo nitidamente local através da inserção de expressões em crioulo na língua portuguesa, o que tem uma força intraduzível. Eu, como não gosto de introduzir expressões tipicamente crioulas no meio da escrita, vou buscar ao português arcaico as mesmas palavras que em crioulo, vou buscar os utensílios, as situações que faz o campo de Cabo Verde roçar os campos de Portugal e do Brasil no tempo.

Diria que na obra do Germano é o caboverdeano contemporâneo que fala. Na minha é o caboverdeano antigo.

www.mariolucio.com

APÊNDICE C – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE O RISO

Termos procurados:

Riso nas artes africanas;
Riso nas literaturas africanas;
Riso nas culturas africanas;
Riso e África;
Humor, Chiste, Ironia, Parodia, Cômico.

Idiomas: Português e inglês.

ALVES, Estefânia Isabel Lemos. *Jaime Bunda, agente secreto e Jaime Bunda e a morte do americano*: a crítica político-social através da desconstrução paródica da narrativa fílmica bondiana. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Mestrado em Estudos Românicos. Lisboa: 2009. Disponível em: <https://goo.gl/hknaNR>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ALVES, Maria Theresa Abelha. **Gil Vicente**: sob o signo da derrisão. Feira de Santana: Imprensa Gráfica da UEFS, 2002.

ALVES, Roberta Maria Ferreira. Memórias irônicas de um espírito: a insólita viagem por passados e presentes. **Cadernos CESPUC** (PUC-MG), Belo Horizonte, n. 21, 2010/2011. Disponível em: <https://goo.gl/DTa3Bv>. Acesso em: 22 fev. 2018.

ANJOS, Nilzelaine Silva dos. **Filhos de uma pátria híbrida nas linhas da ironia de João Melo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <https://goo.gl/wb66kb>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. Literaturas Africanas: Conhecer para Amar. Aspectos da Crônica e da Ironia na Poesia de Viriato da Cruz. 2008. In: **XXVII Semana de Estudos Clássicos, XXX Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. (Apresentação de trabalho).

BANKS, Cheryl. **The dynamics of black humor from Africa to America and the transformation from slavery to the twentieth century**. Tese (Mestrado) – Clark Atlanta University, Departament of English. Atlanta: 2008. Disponível em: <https://goo.gl/iUA51E>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BORTOLOTTO, Benhur. Dura geografia. **Bakhtiniana**. Revista de Estudos do Discurso, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 22-36, set./dez. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/szqAh1>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. Revolução, camarada porco! **Via Atlântica**, São Paulo, n. 27, p.31- 44, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/zWyibA>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CAMPOS, Priscila da Silva. Três Faces do Riso numa Única Angola. In: **XXVII Semana de Estudos Clássicos, XXX Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. (Apresentação de trabalho).

CAMPOS, Priscila da Silva. **Viriato da Cruz: Faces do Riso**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

CARRASCOSA, Denise. A Grande Gargalhada de Lucas Matesso: leitura do corpo torturado em uma narrativa angolana do pré-75. **Revista Gatilho** (PPGL/ UFJF. Online), v. 3, p. 1-13, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2F0M3Nu>. Acesso em: 25 maio 2018.

CARVALHAL, Thiago. O riso na representação da criança: as perspectivas do infantil e do cômico na “Estória da Galinha e do Ovo” de Luandino Vieira. In: **XXVII Semana de Estudos Clássicos, XXX Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. (Apresentação de trabalho).

CASTRO, Fernanda de. A ironia e a distopia em *O Cão e os Caluandas*, de Pepetela e *O Último Voo do Flamingo*, de Mía Couto. **Pensardiverso**, Funchal, n. 3, p. 75-95, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/Yya2W7>. Acesso em: 22 fev. 2018.

COSTA, Luana Antunes. Germano Almeida: de risos, de palavras, de prazeres.... In: SALGADO, Maria Teresa; SEPÚLVEDA, Maria do Carmo (Org.). **África & Brasil: letras em laços II**. São Caetano do Sul: Yendis, 2010. p. 137-153.

FRANCISCO, Chimica. Humor e ironia nos estudos pós-coloniais: leitura de *Xefina* e *Quem me dera ser onda*. **Revista Língua & Literatura**, Frederico Westphalen, v. 18, n. 32, p. 4 - 22, dez. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/86Utsy>. Acesso em: 25 ago. 2017.

GIUFFRÉ, Martina. Irony and joking in ethnographic fieldwork Reflections from Santo Antão Island (Cape Verde). **Anuac**, v. 4, n. 2, p. 213-240, dez. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/RJDC3a>. Acesso em: 22 fev. 2018.

HERINGER, Elisangela Silva. **Meninos que lutam com risos: uma leitura de 'Quem me dera ser onda', de Manuel Rui, e 'Avódezanove e o segredo do soviético', de Ondjaki**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Literatura. Niterói: 2014.

_____. **Por entre riso e infância: diálogos críticos com a nação** (2013). (Apresentação de trabalho/Comunicação).

_____. “Quem me dera ser onda”: a infância e o risível numa leitura de Angola pós-colonial. In: **Anais do SILIAFRO**, v. 1, n. 1, p. 185-197. Uberlândia: EDUFU, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/BMofCV>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. **O risível como arma: crianças que lutam com risos** (2013). (Apresentação de trabalho/Comunicação).

HOLOCH, Adele Marian. **The serious work of humor in postcolonial literature**. Tese (Doutorado) – University of Iowa, Graduate College. Iowa: 2012. Disponível em: <https://goo.gl/xE1Vfv>. Acesso em: 22 fev. 2018.

LIMA, Rodrigo Gonçalves. O riso desestabilizador na literatura africana de língua portuguesa da última década do século XX e da primeira do XXI. In. **Salão de Iniciação Científica**, n. 26, p. 20-24, out. 2014. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/BVfuLb>. Acesso em: 22 fev. 2018.

MARCOS, Eidson Miguel da Silva; QUEIROZ, Amarino Oliveira de. Literatura e cinema: duas lentes sobre O testamento do Sr. Napumoceno, de Germano Almeida. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/nbm487>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. O riso frente ao siso? Perspectivas contemporâneas no estudo do romance caboverdiano. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.1, n.1, p.1-10, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/VfXX21>. Acesso em: 10 maio 2013.

_____. O social pela lente parodística de Germano Almeida em *O testamento do Senhor Napumoceno*. In: XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. **Anais eletrônicos do XI CONLAB**. Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/ySHFDT>. Acesso em: 01 jul. 2016.

MOREIRA, Diego de Albuquerque Alves. **Enxergando Carneiros em Caixas**: o discurso da ironia e a alazonia em Mornas eram as noites de Dina Salústio. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro, 2010.

MOREIRA, Terezinha Taborda. **Riso e negatividade na construção do olhar feminino sobre as guerras angolanas** (2017). (Apresentação de trabalho)

NWOSU, Maik. **The Comic Imagination in Modern African Literature and Cinema**. Poetics of Laughter. Londres: Routledge, 2016.

_____. The Festival Spirit and the Comic Horizon in African Literature. **Journal of narrative theory**, Michigan, v. 46, n. 2, p. 151-170, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/pa2Gye>. Acesso em: 22 fev. 2018.

OBADARE, Ebenezer. **Humor, Silence, and Civil Society in Nigeria**. Rochester: University of Rochester Press, 2016.

OLIVEIRA, Marta de. **Na(rra)ção satírica e humorística**: uma leitura da obra narrativa de Manuel Rui. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2008.

PEREIRA, Diana Gonzaga. **Entre realidade e ficção**: relações de espaço, memória e identidade em *Bom dia camaradas* e *Avódezaneve e o segredo do soviético*, de Ondjaki. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Artes e

Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Letras. Viçosa: 2017. Disponível em: <https://goo.gl/vSwGSA>. Acesso em: 22 fev. 2018.

PEREIRA, Fernanda Alencar. **Literatura e política**: a representação das elites pós-coloniais africanas em Chinua Achebe e Pepetela. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Pós-Graduação em Estudos Literários. Belo Horizonte: 2012. Disponível em: <https://goo.gl/A5n1pL>. Acesso em: 22 fev. 2018.

PINA, Angelina Aparecida de; PINA, Juraci Coutinho de. “*Mestre*” *Tamoda*, de Uanhenga Xitu: uma caricatura da assimilação do colonizado angolano. **Graphos**, João Pessoa, v. 8, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/fgdrCF>. Acesso em: 22 fev. 2018.

PORPINO, Marília Silva Anízio. **Humor e crítica social em O Testamento do Sr. Napumoceno**. Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Letras e Educação, Curso de Licenciatura Plena em Letras. Disponível em: <https://goo.gl/RSqrkw>. Acesso em: 22 fev. 2018.

PYPE, Katrien. Funerary comedies in contemporary kinhasa – social difference, urban communities and the emergence of a cultural form. **International African Institute**, Cambridge, v. 85, n. 3, p. 457-477, ago. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/gT3SRQ>. Acesso em: 22 fev. 2018.

REICHL, Susanne; STEIN, Mark. **Cheeky Fictions** – Laughter and the Postcolonial. Amsterdã: Rodopi, 2005.

REIS, Eliana Lourenço de Lima; Garcia, Érica de Lima Melo. O humor além do riso fácil: as sátiras políticas de Wole Soyinka. **IPOTESI**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 53 - 71, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/6SFdpD>. Acesso em: 16 jun. 2015.

RISO, Ricardo Silva Ramos de Souza. *Sopinha de Alfabeto* – ironia nas artes cabo-verdianas. **Revista África e Africanidades**, Quissamã (RJ), ano I, n. 4, fev. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/v5JMsa>. Acesso em: 30 maio 2013.

SALGADO, Maria Teresa. O conto caboverdiano hoje: narração, memória e ironia. **Scripta** (PUCMG), Belo Horizonte, v. 25, p. 173-181, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/S7a9KS>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. A presença do cômico nas literaturas africanas de língua portuguesa. In: VAZ LEÃO, Ângela. **Contatos e Ressonâncias**: literaturas africanas de língua portuguesa. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2003.

_____. Quando a ficção reinventa o riso ou o escriba africano ou conte outra história. **União dos Escritores Angolanos**. Luanda, 1999. Disponível em: <https://goo.gl/dSiSkr>. Acesso em: 23 jul. 2013.

SANTOS, Olimpia Maria dos. **A alegórica “materna mãe” angolana** – uma reescrita da história e das tradições pelos romances de Boaventura Cardoso. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de

Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <https://goo.gl/pJ9bJT>. Acesso em: 22 fev. 2018.

SANTOS, Renata de Paula dos. África do Sul, humor e transgressão: a representação de Jacob Zuma no traço de Zapiro. **Domínio da imagem**, Londrina, v. 17, n. 13, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/xaC6Es>. Acesso em: 22 fev. 2018.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro. Entre crimes, detetives e mistérios... (Pepetela e Mia Couto: riso, melancolia e o desvendamento da história pela ficção. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 12, n. 5, abr./jun. 2003. Disponível em: <https://goo.gl/3auyrq>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, Bruno Santoro da. **A poesia da ironia e a política do riso**: humores e rumores de Brecht e(m) Mia Couto. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <https://goo.gl/VbFAzL>. Acesso em: 22 fev. 2018.

SILVA, Dilma Melo da. **Por que riem da África?** Coleção Percepções da diferença. Negros e brancos na escola. v. 6. São Paulo: NEINB-USP, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/6kVySw>. Acesso em: 22 fev. 2018.

SILVA, Miquele Batista da. **Riso, ironia e dilemas identitários angolanos em *O dia em que o Pato Donald comeu pela primeira vez a Margarida*, de João Melo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura. Salvador: 2014. Disponível em: <https://goo.gl/iySBUH>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SOUZA, Yasmin Tavares de. **O Silêncio e a Ironia em *Maria de José Craveirinha***. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016.

SOYINKA, Wole. The Lysistrata of Aristophanes. In: _____. **Art, dialogue & outrage: essays on literature and culture**. Ibadan: New Horn Press, 1988. p. 35-41.

SWART, Sandra. “The terrible laughter of the afrikaner” – towards a social history of humor. **Journal of Social History**, Oxford, v. 42, n. 2, p. 889-917, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/7PRwYz>. Acesso em: 30 jun. 2015

TUTIKIAN, Jane. O siso d*O Meu Poeta*: o riso do meu autor. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 10, dez. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/6Lgbsi>. Acesso em: 14 ago. 2015.

XAVIER, Lola Geraldés. **O discurso da ironia em literaturas de língua portuguesa**. Tese (Doutorado) – Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro. Aveiro: 2007. Disponível em: <https://goo.gl/yTmgW6>. Acesso em: 05 jun. 2013.